



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA (FUP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL (PPG-MADER)

**FRONTEIRAS DA TRIJUNÇÃO: REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS DO
SERTÃO-GERAIS NO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS**

Francisco da Paz Mendes de Souza

Brasília – DF

2018



Universidade de Brasília

**FACULDADE UnB PLANALTINA (FUP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL (PPG-MADER)**

**FRONTEIRAS DA TRIJUNÇÃO: REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS DO
SERTÃO-GERAIS NO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS**

Francisco da Paz Mendes de Souza

ORIENTADORA: Dr^a REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Brasília – DF

Março, 2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)¹

S SO729f SOUZA, Francisco da Paz Mendes de
Fronteiras da Trijunção: Representações e Memórias do Sertão-Gerais no Parque Nacional Grande Sertão Veredas / Francisco da Paz Mendes de SOUZA; orientador Regina Coelly Fernandes Saraiva. -- Brasília, 2018.
400 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Parque Nacional. 2. Grande Sertão Veredas. 3. Carinhanha. 4. Gerais. 5. Trijunção. I. Saraiva, Regina Coelly Fernandes, orient. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília – UnB, permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, *exclusivamente* para propósitos acadêmico-científicos. O autor reserva à mesma Instituição, direitos de publicação; e nenhuma parte desta dissertação de mestrado poderá ser reproduzida sem autorização prévia e por escrito do autor nos termos da Lei Federal 9.610/98 e nos termos dessa autorização ora conferida.

Francisco da Paz Mendes de Souza

¹ Formulário de ficha catalográfica disponível em: <https://www.bce.unb.br/ficha/> - acesso: 15/4/18.



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA (FUP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL (PPG-MADER)

Termo de Aprovação

**FRONTEIRAS DA TRIJUNÇÃO: REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS DO
SERTÃO-GERAIS NO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS**

Francisco da Paz Mendes de Souza

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PPG-MADER COMO
PARTE DOS REQUISITOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL.**

**APROVADA EM 29 DE MARÇO DE 2018, PELA BANCA EXAMINADORA
COMPOSTA POR:**

PROFESSORA DOUTORA REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA
(Orientadora, Universidade de Brasília – UnB)

PROFESSORA DOUTORA MÔNICA CELEIDA RABELO NOGUEIRA
(Membro Interno, Universidade de Brasília – UnB)

PROFESSORA DOUTORA ANA CARNEIRO CERQUEIRA
(Membro Externo, Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB)

Brasília-DF, Março, 2018

Dedico essa Dissertação à “*minha querida*” Carinhanha – rio-fêmea cujas águas morenas (que demoram se misturar com as do *Velho Chico*) eternizam Saudades:

Dos meus pais *João Mendes* (1928) – Bisneto do casal Rafael Mendes de Queiróz e D. Rita Rodrigues de Almeida, donos de quase metade do PARNA-GSV – e *Esteva Rodrigues* (1929-2010), sobrinha do Seu Herculano Rodrigues e que tinha nele sua referência de pai. Meus pais são Geralistas nativos do PARNA-GSV e lá se irmanaram num matrimônio de 60 anos. Com eles aprendi, na minha Existência, a NÃO ter vergonha da minha Identidade por ser filho de “Gente do Gerais” entre Carinhanha-Itaguari-Taboca; (que os meus filhos, *Maíra* e *Rodrigo*, nunca se esqueçam de evocar essa nossa *Ancestralidade Baiangoneira*).

Dos *Geralistas Baiangoneiros* da Trijunção, símbolos de Resistência Cultural, aqui representados pelos *Pioneiros da Territorialização Comunitária Veredeira* no Espólio de Seu Rafael Mendes e Dona Maria *Bita*, agora dentro do PARNA-GSV.2:

Seu Firmino da Muriçoca (meu avô paterno);

Seu Herculano Rodrigues (tio materno da minha mãe D. Esteva);

Seu Aristides Mendes (irmão de João Peba, meu bisavô paterno);

Seu Albertão do Rodeio (esposo de D. Santa, sobrinha-neta de Maria Bita – mesma família da minha “Bisa” Amância *Bita*, segunda esposa de João Peba, depois da ex-escrava Damiana);

Seu Teotônio Bito (sobrinho de Dona Maria Bita);

Seu Felipe Mata-Onça (primo do vovô Firmino da Muriçoca).

Dos historiadores genealogistas, *Miguel Carneiro* (1916-2010) e *João Rocha* (1928) – meus primos (também descendentes dos Patriarcas Silvério Mendes Teixeira e Firmiano José de Almeida) – autores de livros clássicos sobre o *Clã de Bela Lorena*, e que trouxeram contribuições históricas e *informações ancestrais* valiosas para essa pesquisa.

Fig.1 – Flor de Esteva



Fonte: Disponível em

https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+ESTEVA&aq=0+que+%C3%A9+ESTEVA&gs_l=psy-ab.3..0i13k114.318023.318787.0.319033.6.6.0.0.0.140.653.0j5.5.0...0...1.1.64.psy-ab..1.5.650...0j0i67k1j0i10k1j0i22i10i30k1.RObi_PSnBDA – acesso: 11/8/17.

AGRADECIMENTOS

No percurso que trilhamos no PPG-MADER/UnB (9/3/2015-29/3/2018) houve percalços, imprevistos, contratemplos..., que se somaram aos momentos gratificantes ou surpreendentes até que essa pesquisa se concluísse. Eles foram partilhados com inúmeras pessoas que neste itinerário nos indicaram os melhores atalhos para se seguir adiante. Quero agradecer a Deus e a Secretaria de Educação do Distrito Federal por meio do *Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE)*. O *Afastamento Remunerado* (9/3/15 – 9/12/17) concedido pelo Governo do Distrito Federal me permitiu disponibilidade de tempo para honrarmos todos os compromissos.

Aos queridos Arcelino, Thales e Andrea (respectivamente, meu irmão, meu sobrinho e minha cunhada); e às amantíssimas, Lorrane e Lucilene (sobrinha e cunhada), pelo apoio logístico que me deram. Sou grato a esse *Quinteto Mágico* por tudo que fizeram por mim quando deles precisei.

Às *Bancas Examinadoras* tanto da qualificação do projeto quanto da defesa de dissertação pelas contribuições valiosas dadas à versão final dessa pesquisa. Ao amigo Aristides Á. D. Júnior e seus colegas, da Secretaria da Pós-Graduação pela solidariedade, orientações, conselhos, assessoria no esclarecimento de dúvidas e no apoio afetivo nos momentos difíceis dessa pesquisa.

Ao meu pai, *Seu João de Dona Esteva*, um dos meus entrevistados, pelo incentivo em fazer dessa Pesquisa um relato da existência dele e das *Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha* no PARNA-GSV, perpetuando com suas narrativas, o registro do seu percurso de *Pai-Vaqueiro*. Suas nove décadas de vida são a bússola de onde miro nosso Passado. Aos *meus queridos filhos Maíra Évelin e Rodrigo Mário*, eterna razão do meu viver, pela cumplicidade e compreensão nas fases de insulamento intelectual quando tive que me abdicar de passeios e bate-papos para, “sozinho”, dialogar com minhas fontes de pesquisa. Ao Dr. Paulo Lordello, amigo na hora certa. Às *Educadoras Regina Coelly* (minha querida orientadora na UnB, amiga, parceira de estudos e utopias) e *Janaína Diniz* (coordenadora do PPG-MADER/UnB) pelo apoio sempre solícito nas horas mais amargas quando precisei delas. À pedagoga *Sandra C. Araújo*, parceira em vinte anos de caminhada (1998). A vocês, serei eternamente grato.

Aos nossos dezoito entrevistados pela hospitalidade e apoio total a essa pesquisa. Ao Inésio Marinho, colega de curso e único que nessa caminhada heurística firmou de verdade um “*pacto de saldunes*” comigo, compartilhando os momentos bons e dando injeção de ânimo durante nossas angústias recíprocas. Ao meu irmão primogênito Valdivino e ao meu primo Alberto Carneiro (*in memoriam*): vocês propiciaram a mim o primeiro acesso à documentação do espólio do casal Rafael Mendes de Queiróz e Rita Rodrigues de Almeida – meus trisavós – dono da maioria das terras do PARNA-GSV.2 na margem esquerda da Carinhanha.

Ao bisavô indígena da minha mãe, Seu Pedro Machado Kayapó, pai da minha bisavó *Dona Pia Fernandes de Jesus* (ela faleceu em 1929) – ambos habitaram as Nascentes da Carinhanha dentro do PARNA-GSV.2. À estudante universitária Júlia L. Franco (transcritora das 18 entrevistas); ao amigo Firmino F. Dias (cinegravista e fotógrafo que me acompanhou nas pesquisas de campo à Região da Trijunção e ao PARNA-GSV.2) e ao parceiro dele, Seu Wilson S. Vieira, editor do DVD; aos amigos Idelbrando (ex-prefeito de Arinos-MG) e Robson Eleutério (historiador) pela amizade e pela preocupação diária com minha saúde nos momentos mais tensos da minha convalescença; ao Vandão (geralista filho de Seu Albertão do Rodeio e de Dona Santa, uma de nossas entrevistadas) pelas tantas viagens que fizemos juntos, guiando-me nas

visitas de campo às comunidades tradicionais dentro ou no entorno do PARNA-GSV; à Dona Hermínia e Jau (filho dela) e seu João de Auta (irmão dela) pelo pouso e os momentos de alegria na *Comunidade Tradicional Estiva* quando junto comigo, meu pai, Mário (meu irmão) e Rodrigo (meu filhote), fizemos a travessia, em canoa, da Carinhanha para gravar a última entrevista dentro do PARNA-GSV.2.

Ao DPP-UnB pela concessão da Bolsa-Auxílio (2016/2017) que nos permitiu gravar e editar o DVD com a versão final das entrevistas. À FUNATURA pelo acesso às informações sobre o período em que essa entidade foi responsável pelo Programa de Gestão Ambiental do PARNA-GSV. À pedagoga Irene de Carvalho, querida amiga de longa data (1996) com quem *sempre partilhei meus ideais por uma Educação pública proativa e democrática em um país de crianças-felizes e adultos-cidadãos*. Ao casal de amigos de longa data, Zilma (*baiangoneira* de Cocos) e Wanderson (Pakito, goiano do Vão do Paranã), que nos hospedaram em seu hotel em Formoso-MG; ao meu sobrinho Jair Mendes e à minha prima Maria Antônia Gonçalves de Souza, pela contribuição a essa pesquisa, inclusive os contatos no Porto Cajueiro. Aos professores João Batista de Almeida Costa (Unimontes), Carlos Dayrell (CAA-NM) e Mônica Nogueira (UnB), amigos, parceiros, pesquisadores comprometidos com a Identidade Geraizeira; e também *em memória* das queridas professoras Nancy A. Magalhães e Cléria Botelho, ambas do Departamento de História da UnB e com as quais aprendi a gostar de História Oral e me enveredar por essa linha de pesquisa. À amiga-parceira Rosângela Ferreira das Neves (*Casa de Cultura Jamilton Souza Sabino – Coribe/BA*), por nos ceder a fotobiografia do Major Leônidas de Araújo Castro. À nossa líder das *Musas-Urucuiânides*, Damiana Campos (*Instituto Rosa e Sertão – Chapada Gaúcha-MG*), de quem tomei emprestado a ideia de nomear a Carinhanha como “*rio fêmea*” (antônima ao Urucuia, Paranã e Formoso-Corrente, os *rios-machos* da Trijunção).

Tive vontade de desistir dessa pesquisa (28/3/17) várias vezes. Fiquei *empacado*/impactado frente ao meu cronograma de pesquisa: bloqueio criativo ou *climatério literário*? Falei dessa desistência com uns três dos nossos entrevistados. Mas o entusiasmo deles pelo resultado dessa pesquisa era tanto que se juntou ao meu compromisso com eles e com minha forte identidade enquanto filho de Geralistas. A soma disso aí me tirou da encruzilhada. Mais uma vez tive a mão amiga de tanta gente (*entre elas, destaco a Profª Regina a quem agradeço pelo incentivo nas horas de desânimo*) para fazer da persistência o mais triunfante dos sentimentos humanos.

Depois de tantos indefinidos (e tão sinuosos) caminhos entre Moiras (“os *Fios do Destino*”) e Ariadne (e seu “*Fio de saída do Labirinto*”), sinto-me agora redimido: feliz; grato a todos; rejubilado (e não *jubilado* rrsrs...). Dever cumprido. Autossuperação e satisfação: é o que me importam agora. Por fim, o maior dos Meus Agradecimentos: a Deus – fusão *agnóstico-xifópaga* entre Logos e Demiurgo – por mais uma pesquisa concluída; e à Alma *Geralista-Carinhanhista* da minha Saudosa e Guerreira, Dona Esteva da Canabrava (5/9/1929 – 6/7/2010), síntese cósmico-bachelardiana entre *Anima* e *Animus*, que virou minha eterna *Mãezinha-Flor Celestial* [F.1]. Se aqui ela estivesse de corpo presente, estaria a (comigo) celebrar a Identidade Geraizeira das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha. Lá minha mãe nasceu e viveu neste pedaço de Brasil (*Minha Encruzilhada Baiangoneira*) onde o PARNA-GSV demarca tempos, biografias, sonhos, lembranças, silêncios/*silenciamentos*, *deserdações misteriosas*...

O Narrador não está de fato presente entre nós em sua atualidade viva. Ele é algo de distante e que distancia ainda mais. Descrever [...] um narrador não significa trazê-lo mais perto de nós e, sim, pelo contrário, aumentar a distância que nos separa dele [...]. Uma experiência quase cotidiana nos impõe a exigência dessa distância e desse ângulo de observação. É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente [porque] o senso prático é uma das características de muitos narradores natos.

(BENJAMIN: 1994, p. 197, 200).

Toda Sociedade conta com um SISTEMA DE REPRESENTAÇÕES cujos sentidos traduzem um Sistema de Crenças que legitima a Ordem Social em vigor. [...]. É contando com o IMAGINÁRIO SOCIAL que as relações de poder estabelecidas protegem sua legitimidade contra aqueles que as atacam.

(TEVES, in: FERREIRA e ORRICO: 2002, p. 65 – grifos nossos).

Senhores, meus cavaleiros, podem passar, sem susto e com gosto.[...]. O senhor vá. Alguma coisa ainda encontra [...]. Os LUGARES ESTÃO AÍ, PARA CONFIRMAR.

(ROSA: 1988, p. 473, 19-20 – grifos nossos).

Vale dizer-lhe que TAMBÉM SOU UM MENDES: sou trineto do Patriarca Silvério² Mendes Teixeira.

(Miguel Carneiro³, Genealogista, em carta de 11/5/2000, ao seu primo, autor dessa pesquisa. **In:** v. Anexo 1.12 – grifos nossos).

² Silvério Mendes, como veremos mais adiante, é o pai de outro Patriarca, Seu Rafael Mendes de Queiróz – este é trisavô paterno do autor dessa pesquisa – e é o primitivo dono da maioria das terras convertidas no PARNA-GSV.2, em maio de 2004.

³ CARNEIRO (2003) assim como ROCHA (S/d) realizaram criteriosos levantamentos de árvores genealógicas de várias famílias da Região da Trijunção entre Formoso-MG e as Nascentes da Carinhonha, e seus estudos foram muito úteis nessa dissertação.

RESUMO

Essa pesquisa busca compreender Representações e Memórias do Sertão-Gerais, e a contribuição de ambas para a valorização de identidades, cultural e territorial, das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha no contexto das Múltiplas Fronteiras da Trijunção. Seu enfoque é sobre a Memória Coletiva do Geralista, categoria identitária nativa dos Núcleos Comunitários Veredeiros (NCV) do Parque Nacional Grande Sertão Veredas – PARNA-GSV, em sua Área de Ampliação criada em 2004, que denominamos PARNA-GSV.2. A Região da Trijunção é um espaço de fronteiras (Agrícola, Ambiental e Cultural) não oficializado; se situa na intersecção dos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais. Ela sofreu transformações lentas desde o século XVIII. Os impactos mais significativos sobre a Cultura Tradicional de grupos como o Geralista ocorreram com a chegada da Modernização Conservadora do Bioma Cerrado dentro do contexto influenciado pelo início de Brasília (1960/1980). Tais impactos provocaram des/re/territorializações precárias culminando com a criação dessa unidade de conservação (PARNA-GSV.1), em 1989. A Trijunção é zona de transição Cerrado-Caatinga: fica a 350 Km de Brasília. História Oral e História Cultural foram utilizadas como procedimentos teórico-metodológicos complementares nas abordagens sobre dezoito narrativas resultantes de entrevistas semiestruturadas feitas com dois subgrupos de *Interlocutores*: doze moradores rurais e seis urbanos; a maioria reside na própria Trijunção e parte na RIDE-DF. Todos são parentes consanguíneos ou por afinidade das *quatro famílias desbravadoras* (Mendes, Brito/“Bito”, Barbosa e Rodrigues), corresponsáveis pela territorialização veredeira da área convertida em PARNA-GSV.2. Esses interlocutores foram selecionados a partir do grau de ligação interparental com descendentes da *Família-Tronco* do Fazendeiro-Patriarca Rafael Mendes de Queiróz e Dona Rita Rodrigues de Almeida, antigos donos da maior parte do PARNA-GSV.2 conforme documento de 1907, que atesta terem sido eles proprietários da *Fazenda Rodeio-Canabrava*. A pesquisa identificou quatro categorias de marcação identitária presentes na Memória Coletiva entre essas Comunidades Tradicionais: *Carinhanha-Gerais*, *Goiás-Januária*, *Sujeito Geralista* e *Povo/Pessoal do Parque*. Por meio das memórias e de suas representações, constatou-se que ainda há fortes vínculos socioculturais dessas comunidades com o Sertão-Gerais; que seus membros problematizam, conscientemente, os impactos decorrentes tanto da Modernização Conservadora quanto por causa do PARNA-GSV; e ainda há entre eles uma intensa resistência cultural associada à Mímesis, que é a força revigorante de sustentação que mantém viva sua identidade filiada à Matriz Identitária Geraizeira. A análise do conjunto dessas narrativas (Geolexicopédia) apontou, entre outras alternativas, a de se fazer, imediatamente, a reformulação crítica do Programa de Gestão Ambiental e com ele redigir um segundo plano de manejo que inclua a criação de Zonas Histórico-culturais nos lugares rememorados pelos Geralistas.

Palavras-chave: Gerais, Carinhanha, Geralista, Trijunção, PARNA-GSV, comunidades tradicionais, fronteira, identidade.

ABSTRACT

This research intends to understand Representatives and Memories of the Sertão-Gerais, and the contribution of both to the value of cultural and territorial identities of the Traditional Communities of Carinhanha Sources in the context of the Multiple Frontiers of Three frontiers. Its focus is on the Collective Memory of the Geralista, a native identity category of the Veredeiro Community Core (VCN) of Grande Sertão Veredas National Park - PARNA-GSV, in its Enlargement Area created in 2004, which we call PARNA-GSV.2. The Region of Three frontiers is an area of borders (Agricultural, Environmental and Cultural) not official; located at the intersection of the states of Bahia, Goiás and Minas Gerais. It has been going through slow changes since the 18th century. The most significant impacts on the Traditional Culture of groups such as the Geralistas occurred with the arrival of the Conservatory Modernization of the Cerrado Biome within the context influenced by the beginning of Brasília (1960/1980). These impacts brought precarious territorial disintegrations, culminating to the creation of this conservation unit (PARNA-GSV.1) in 1989. The Three frontiers is a transition zone Cerrado-Caatinga: it is 350 km far from Brasília. Oral History and Cultural History were used as complementary methodological procedures in the approaches on eighteen narratives resulting from semi-structured interviews made with two subgroups of Interlocutors: twelve rural dwellers and six urban; the majority live in the Three frontiers itself and part in the RIDE-DF. All are consanguineous relatives or by affinity of the four pioneering families (Mendes, Brito/"Bito", Barbosa and Rodrigues), responsible for having territory of the area converted into the PARNA-GSV.2. These interlocutors were selected from the degree of interparental linking with descendants of the Patriarchal farm Trunk Family Rafael Mendes de Queiróz and Mrs Rita Rodrigues de Almeida, former owners of most of the PARNA-GSV.2 according to the 1907 documents, which attests they were the owners of Rodeio-Canabrava Farm. The research identified four categories of identity marking present in the Collective Memory between these Traditional Communities: Carinhanha-Gerais, Goiás-Januária, Geralista Subject and People/Staff of the Park. Through the memories and their representations, it was verified that there are still strong socio-cultural ties of these communities with the Sertão-Gerais; that its members conscientiously are still under the problems and the impacts arising from both the Conservative Modernization and the PARNA-GSV; and there is still among them an intense cultural resistance associated with Mimesis, which is the freshening force of sustenance that keeps alive its identity affiliated to the Geraizeira Identity Matrix. The analysis of the set of these narratives (Geolexicopédia) pointed out, among other alternatives, to make immediately the critical reformulation of the Environmental Management Program and with it to draw up a second management plan that includes the creation of Historical-Cultural Zones in places remembered by the Geralistas.

Keywords: Gerais, Carinhanha, Geralista, Three frontiers, PARNA-GSV, traditional communities, frontier, identity.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ADCT Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
CDG Comunidade de Destino Geralista;
COAPI Cooperativa Agropecuária Pioneira Ltda;
CTNC Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha;
DCG Discurso Cosmográfico (dos) Geralista/s;
EFA-1 Espaço-Fronteira Agrícola;
EFA-2 Espaço-Fronteira Ambiental;
EFC Espaço-Fronteira Cultural;
FETI Festas Evocatórias de Tradições Inventadas;
FIC Festas Invocatórias de Cultos aos Santos Padroeiros;
Fig. Figura; também pode aparecer apenas a letra F;
FHC Acrônimo para se referir aos governos de Fernando H. Cardoso;
GBL Cadeia intertextual Grupo Bela Lorena;
GCIT Microterritório “Gerais” (entre Carinhanha-Cobra-Itaguari-Taboca);
GCR Cadeia intertextual Grupo “Cânone Roseano”;
GSF Cadeia intertextual Grupo São Francisco;
GVP Cadeia intertextual Grupo Vão do Paranã;
IBDF Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;
IGC Identidade Geraizeira-*Carinhanhista*;
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
JK Governo do Presidente Juscelino Kubitschek;
M Mapa;
MATOPIBA Acrônimo que se refere à região de fronteira agrícola situada entre as mesorregiões Sul Maranhense, Oriental do Tocantins, Sudoeste Piauiense e Extremo Oeste Baiano;
MI-DCG Microcadeias Intertextuais do Discurso Cosmográfico (do/s) Geralista(s);
MTCG Mapa Transregional do Cerrado-Gerais;
NCV Núcleos Comunitários Veredeiros; expressão correspondente a território veredeiro;
NPC Nova Política Cultural (p.ex.: PNPI, PNPCT, PNRB);
NTFC Núcleo Terras de Fazendas Carinhanha-Itaguari;
P.A Projeto de Assentamento (nome técnico para assentamento de reforma agrária).
PCL Pannel de Cores Locais;
PDI Prática(s) Discursiva(s) Identitária(s);
PNPCT Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
PRODECER Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.
PTGH Pontos nas Trilhas de Georreferência Histórico-socioambiental;
ONU Organização das Nações Unidas;

PADSA – Programa de Assentamento Dirigido Serra das Araras;
PARNA-GSV – Parque Nacional Grande Sertão Veredas: refere-se tanto à área original quanto à área de ampliação;
PARNA-GSV.1 Corresponde à Área Original do PARNA-GSV criada em 1989;
PARNA-GSV.2 Corresponde à Área de Ampliação do PARNA-GSV criada em 2004, localizada quase que totalmente na margem esquerda do rio Carinhanha;
PCL Paineis de Cores Locais;
PGA Programa de Gestão Ambiental;
PNPI Programa Nacional de Patrimônio Imaterial;
Q Quadro;
RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
RESEX Reserva Extrativista;
RIDE-DF Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno;
RRF Retórica da Regionalidade Fraturada;
SASG Saberes Ambientais do Sertão-Gerais/*Geraisofia*;
SRP Microterritório Santa Rita-Rio Preto;
SVP Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu;
TVP-TC-TVU-TPP: Territórios Vão do Paranã, Carinhanha, Vão do Urucuia e Pardo-Pandeiros, respectivamente;
SNC Sistema Nacional de Cultura;
SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
SPANC Sítio Simbólico de Pertencimento Ancestral às Nascentes da Carinhanha;
TRB Território-Região BA.GO.Minas;
UC Unidade de Conservação (PARNA-GSV e outras);
UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura;

LISTA DE CONVENÇÕES

Aspas ou Itálico – visa (1) dar destaque às citações diretas no texto; (2) à termos ou expressões que tenham sentido específico atribuído nessa pesquisa; ou (3) dar ênfase à importância de palavras ou expressões em sentido figurativo ou nova acepção dada nessa pesquisa.

Carinhanhista/Carinhanhense – Dois adjetivos com sentidos distintos: o primeiro qualifica o “*Carinhanhismo*” (para diferenciá-lo do “*Urucuianismo*”); é a matriz cultural que dá origem à Identidade Geraizeira na Trijunção. O segundo tem natureza puramente gentílica e nomeia, genericamente, tanto a Bacia da Carinhanha (uso constante nessa pesquisa) quanto quem mora ou morava no Município de Carinhanha-BA.

Cfe. – Conforme...

Eixo SP/RJ/BH/Salvador: Referência às capitais ou aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e às capitais de Minas Gerais e Bahia.

Identidade Geraizeira: nessa expressão já está subsumido o conceito de *Carinhanhista* (neste caso, ele é omitido no texto alguns vezes, sem interferir no entendimento);

IE – *Ide Est* (expressão latina traduzida como: isto é);

Op. cit – Obra já citada em trechos imediatamente antes da referência atual.

“Gerais” – Referência também utilizada na redação como sinônimo de GCIT (ver essa sigla) ou de Gerais.

P.ex. – Por exemplo (é o mesmo que v.g).

S/d – Sem data.

SVP – Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, denominação do SNUC para o conjunto de unidades de conservação localizado entre as mesorregiões Norte de Minas e Noroeste de Minas no trecho entre os parques nacionais Grande Sertão Veredas e Cavernas do Peruaçu;

TVP-TC-TVU-TPP: Acrônimo sinonímico de Conexões Geraizeiras.

v. (minúsculo) – Ver ou veja.

V. (maiúsculo) – Veredas.

V.g – *Verbi Gratia* (expressão latina, traduzida como Por Exemplo); é o mesmo que p.ex.

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig-1: Flor de Esteva	6
Fig -2: Árvore Genealógica (imagem)	21
Fig -3: Dois interlocutores da Família de João Peba	35
Fig -4: Serra das Araras	36
Fig -4A: Iconologia sobre transmutações visuais	48
Fig -4B: Iconologia sobre transmutações visuais	49
Fig -5/6: Cenas da Trijunção Rústica	54
Fig -7 a 9: Marcos fundadores de arraiais	61
Fig -9A: Iconografia de Bela Lorena	66
Fig -10/11: Coronelismo e Ciclo da Mangaba	72
Fig -12/13: Iconografia do Sertão-Brasília	89
Fig -14/15: Iconografia da Modernização Conservadora	93
Fig -16: Iconografia do Cerrado-Gerais	93
Fig -17 a 19: CRF-TAC	107
Fig -20: Iconografia da Carinhanha	113
Fig -21/22: Dialética Intertextual entre Repres. Hegemônicas	142
Fig -23 a 25: Disputa de Repres. na Dialética sobre PARNA-GSV	146
Fig -26: Seu Pedro Boca	149
Fig -27: Seu Eloy	151
Fig -28: Casal do Porto Cajueiro	153
Fig -29: Início da gravação da primeira entrevista	165
Fig -30: Momento Mágico da Pesquisa de Campo (Dona Canuta)	166
Fig -31: Momento Mágico da Pesquisa de Campo	167
Fig -32: Parte da Família Peba	270
Fig -33: Membros Geralistas da Família Peba	321
Fig -34: O “Tatu Arqueólogo”	323
Fig -35, 36, 37: Material Pedagógico	336

ÍNDICE DE MAPAS

M-1: Localização da Trijunção no Brasil	38
M-2: Municipalização do Entre-fronteiras da Trijunção	39
M-3: Registro Fiscal de Santa Maria do Paranã	42
M-4: Origem dos Caminhos da Trijunção (estrada real)	56
M-5: Configuração Espacial do Brasil em 1709	58
M-6: Pedacos da Trijunção fragmentada pela cartografia mineira	59
M-7: Localização das comunidades tradicionais dentro do PARNA-GSV.2	84
M-8: Macroespço do SVP	101

ÍNDICE DE QUADROS

Q-: Lista de Fazenda Pioneiras, de origem colonial	65
Q-2: Cartografia Veredeira dentro do PARNA-GSV	82
Q-3: MTCG-1	95
Q-4: Presença do SNUC na Trijunção	101
Q-5: MTCG-2	106
Q-6: PDI	115
Q-7: Topogramática da Geolexicopédia	127
Q-8: Sinopse do Repertório de Representâncias	137
Q-9: Seleção de entrevistados	156
Q-10: Localização e perfil interparental dos 12 interlocutores rurais	157
Q-11: Localização e perfil interparental dos 6 interlocutores urbanos	157
Q-12: MMI	161
Q-13: Novo PGA para o PARNA-GSV	328
Q-14: Novo Plano de Manejo para o PARNA-GSV	331
Q-15: SASG	333

SUMÁRIO

COMUNIDADES TRADICIONAIS DAS NASCENTES DA CARINHANHA	21
Escolha do Tema de Estudo: CTNC no PARNA-GSV.2	22
Delimitação, Sujeitos e Objetivos da Pesquisa	28
Problematizando Pistas de Investigação no PARNA-GSV.2	29
Tessitura da Pesquisa: Urdindo os <i>Fios de Ariadne</i>	32

CAPÍTULO I

PRE/EXISTÊNCIAS NO “ENTRE FRONTEIRAS” BA/GO/MG **36**

1.1 – Uma Região-Fronteira dentro do Sertão-Gerais	37
1.2 – Encruzilhada de Múltiplas Fronteiras no Contorno do PARNA-GSV	53
1.2.1: Era dos Currais (1720-1907)	54
1.2.2: Era do <i>Carrancismo</i> (1907-1959)	72
1.2.3: Era do Sertão-Brasília (1959)	88
1.3 – <i>Comunidade de Destino Geralista</i> entre Nascentes da Carinhanha e SVP	110

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO-GERAIS: LINGUAGEM E IDENTIDADE NO “TERRITÓRIO CARINHANHA” **113**

2.1 – <i>Geolexicopédia</i> : A Linguagem na Formação da Identidade de Lugares e seus Moradores	114
2.1.1: Práticas Discursivas Interlocutoras de Identidade (PDI)	114
2.1.2: Binômio Cultura-Território: a Identidade entre <i>Lutas de Representações</i>	117
2.2 – Representação <i>Historiadora</i> X Representação <i>Mnemônica</i>	128
2.3 – <i>Geolexicopédia</i> do “Território Carinhanha”	135
2.3.1: Representação <i>Historiadora Grupo São Francisco</i>	139
2.3.2: Representação <i>Historiadora Grupo Vão do Paranã</i>	142
2.3.3: Representação <i>Historiadora Grupo Bela Lorena</i>	143
2.3.4: Representação <i>Historiadora Grupo Cãnone Roseano</i>	144
2.3.5: <i>Lutas de Representações: Habitus Urucuiano</i> X Outros Olhares	149

CAPÍTULO III

MEMÓRIAS DE GERALISTAS DO LADO DE CÁ DA CARINHANHA **153**

3.1 – Caminhos Trilhados na Construção das Narrativas	154
3.1.1: Percursos Metodológicos	154
3.1.2: Narradores e Narrativas em Textos e em Vídeo	162
3.1.3: Categorização das Narrativas	167
3.1.4: Municípios onde vivem os 18 Entrevistados	173
3.2 – Cadeia Intertextual Interlocutores Rurais do PARNA-GSV	

3.2.1: Geralistas residentes na Bacia do Rio Carinhanha	175
3.2.2: Geralistas residentes na Bacia do Rio Urucuia	197
3.2.3: Geralistas residentes na Bacia do Rio Paranã	233
3.3 – Cadeia Intertextual Interlocutores Urbanos do PARNA-GSV	
3.3.1: Geralistas residentes na RIDE-DF	241
3.3.2: Geralistas residentes na Região da Trijunção	254
CAPÍTULO IV	
DIALÉTICA INTERTEXTUAL: A GERAISIFICAÇÃO DO PARNA-GSV	270
4.1 – “Carinhanha-Gerais” entre “Goiás-Januária”	
4.1.1: Paisagens do Rio-fêmea	271
4.1.2: Espacialização Nativa do Rio-fêmea	274
4.1.3: “Gerais” em Movimento às Margens do Rio-fêmea	276
4.2 – “Sujeito Geralista” X “Povo/Pessoal do Parque”	
4.2.1: “Gerais” Épico: Origens da Territorialização Veredeira	281
4.2.2: Geolexicopédia Geraizeira: <i>Mimesis</i> como Ideia-Força da <i>Geraisificação</i>	287
4.2.3: Topofilia e <i>Geraisificação</i> no PARNA-GSV	293
4.3 – <i>Rastros</i> do Patrimônio Cultural	
4.3.1: “Gerais” Sa(n)grado: Imaginário Social e Saber Ambiental	300
4.3.2: “Gerais” Profano: <i>Substratos Vernaculares</i> do Espaço Mítico	309
4.3.3: <i>Geraisificação</i> entre Lutas de Representações: Tradição X Costume	313
GERALISTA: SUJEITO INTÉRPRETE DO PARNA-GSV	321
Epifanias do “ <i>Tatu Arqueólogo</i> ” da Carinhanha	322
Lembrete <i>Benjaminiano</i> à <i>Comunidade de Destino</i> Geralista	339
REFERÊNCIAS	342
APÊNDICES	
A: Codificação alfanumérica utilizada na edição e análise das 18 entrevistas	354
B: Percurso da Pesquisa de Campo	355
C: Cópia do Formulário do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	356
D: Roteiro de Gravação das 18 entrevistas	357
E: Território Carinhanha	361
E.1: Bacia da Carinhanha	361
E.2: RRF (Retórica da Regionalidade Fraturada)	362
E.3: Transrregionalização das Fronteiras da Trijunção	363
E.4: Conexões Geraizeiras na Margem Esquerda da Carinhanha	364
E.5: Conexões Geraizeiras na Margem Direita da Carinhanha	365
E.6: Fazendas Pioneiras (Marcos do Povoamento Colonial)	366
E.7: Fazendas Pioneiras (Marcos da Colonização/área do PARNA-GSV)	367
E.8: Dissolução do Território Carinhanha	368
E.9: Síntese da Extinção do Território Carinhanha	369
E.10: Extinção dos antigos <i>Caminhos da Trijunção</i> isola CTNC	370

ANEXOS

1: Territ. Comunitária na Margem Esq. das Nasc. da Carinhanha	371
1.1: Declaração de 1983, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Carinhanha-BA, atesta titularidade das terras do PARNA-GSV.2 com base em Inventário de 1907	371
1.2: Certidão atualizada pelo mesmo cartório de Carinhanha-BA, emitida em 2016, confirma Rafael Mendes de Queiróz como primitivo proprietário das terras do PARNA-GSV.2	375
1.3: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 (Davy Mendes)	377
1.4: Conexões de Parentesco ... (Seu Firmino da Muriçoca)	378
1.5: Conexões de Parentesco ... (Seu Francisco Mendes)	379
1.6: Conexões de Parentesco ... (D. Maria Antônia e Seu Julião)	380
1.7: Conexões de Parentesco ... (Seu Herculano Rodrigues)	381
1.8: Conexões de Parentesco ... (D. Santa de Seu Albertão do Rodeio)	382
1.9: Conexões de Parentesco ... (Seu Hermelino e D. Patu)	383
1.10: Conexões de Parentesco ... (Maristela Mendes)	384
1.11: Conexões de Parentesco ... (Outros Vínculos...)	385
1.12: Contatos Interparentais	386
1.13: Contatos Recentes entre Mendes e Carneiro	387
2: Legislação sobre PARNA-GSV	390
2.1: Decreto 97.658 de 1989 sobre PARNA-GSV.1	390
2.2.: Decreto S/N de 2004 sobre PARNA-GSV.2	391
3: Mosaico SVP	393
3.1: Regimento Interno do Conselho Consultivo do Mosaico SVP	393
3.2: Seminário sobre Mosaico SVP	398
4: Autorizações para entrada no PARNA-GSV	399
5: Fronteiras Movediças entre História e Memória	400

COMUNIDADES TRADICIONAIS DAS NASCENTES DA CARINHANHA (CTNC)⁴

Citações em meu trabalho são como salteadores no caminho que irrompem armados e roubam, ao Passante, a convicção.

(BENJAMIN: 1995, p. 61).

... é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis... [para que se busque] ‘a importância característica dos detalhes secundários, das particularidades insignificantes’, [pois essa é] a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os DADOS MARGINAIS, considerados REVELADORES [que] permitem captar uma REALIDADE mais PROFUNDA, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas [...], indícios...[que se tornam bússolas] a partir da experiência da decifração das pistas. ...pode-se falar de PARADIGMA INDICIÁRIO [porque] se a realidade é opaca, existem Zonas Privilegiadas – sinais, indícios – que permitem DECIFRÁ-LA.

(GINZBURG: 2007, p.144, 147, 149-150, 152, 177 – grifos nossos).

Fig.2 – Árvore da Vida: Raízes Baiangoneiras nos Subterrâneos do PARNA-GSV (Minha caminhada em busca da minha Árvore Geralista no “Território Carinhanha”)



Fonte: disponível em <http://io9.gizmodo.com/5858322/this-hillis-plot-will-humble-you-with-its-representation-of-humanitys-true-place-in-nature>, acesso em 13/7/17.

⁴ Nessa pesquisa, considera-se como Nascentes da Carinhanha todos os cursos d’água que dão origem a essa bacia hidrográfica desde seu primeiro nascedouro, há uns 12, 15 Km acima, à montante da Fazenda Bela Lorena, até o centenário Porto Cajueiro. De sua primeira nascente até próximo à jusante do Córrego Mato Grande, seus mananciais estão desprotegidos fora do PARNA-GSV.

ESCOLHA DO TEMA DE ESTUDO: CTNC NO PARNA-GSV.2

Relembrações d’*O Menino da Capuava*⁵ (hoje um bairro periférico à margem da simbólica Rua Januária, em Formoso-MG – *pacata cidade ainda segregacionista*, plantada no meio da *fronteira-ilha* BA.GO./e/MINAS⁶ – parte genuína de um Sertão-Gerais cuja elite polí

tica local assume o “lado mineiro”, mas discrimina o “*lado geralista*” baiano-goiano-*baiangoneiro* do seu povo). Desde criancinha na escola, início dos anos 1970, confrontei-me com as palavras duras que aqui uso como introito porque elas norteiam as Questões-Problema, chave dessa Pesquisa. É por meio delas que tento decifrar a discriminação contra minha identidade existencial e ancestral: *Sou GERALISTA, sim, Senhor!!! O Gerais é minha Ágora; é o meu Lugar de Fala.*

Na infância senti o peso dessa Identidade discriminada. No começo tive náusea/choro ao ouvir frases do tipo: “*Seu filhote de Geralista Pé Rachado!?*”; “*Você senta em catre de buriti e dorme em cama de vara com colchão de capim agreste, por isso..., não traz pra professora um pedaço de espuma pra servir de apagador do quadro negro*”; “*Filho de Geralista aposenta na escola porque nunca aprende nada, pois reprova todo ano*”; “*Gerais, terra de areia, terra de caçador de veado, plantador de mandioca, Terra de Mangabeiros...*”.

Como doía ouvir essas frases?! Senti dali para frente que a Educação, associada à Cultura das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhonha (hoje PARNA-GSV), era (é) o único caminho para me manter Geralista. O Pátio da escola virou meu Palco-slogan: *Resistir para Vencer!* Dona Aristina (família “*Bito*”), professora na Escola dentro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas⁷ (PARNA-GSV.2), também sofreu o mesmo preconceito:

Os alunos de Formoso se achavam mais importantes do que eu. Eles me chamavam de geralista. Era tipo o que hoje chamam de ‘bullying’ e ninguém gosta. Eu odiava isso! Eu sentia que eles estavam me discriminando. Só que na realidade eu gostava de ser do Gerais, sabe por quê? Meus pais eram muito trabalhadores (v. Entrevista 3.3.2-c – Capítulo III).

Bullying? “Geraisofobia”⁸ ? Só sei que essas frases me tra(du)ziam uma Crise de Identidade: quem sou? De onde venho? Por que me tratam assim? Essas marcas de

⁵ É o título de um dos meus livros (poemas), lançado em 2007. Neste e em outro livro (MENDES: 2012), trato da minha identidade.

⁶ Acrônimo usado nessa pesquisa como sinônimo de Fronteiras da Trijunção: BA-GO-MG.

⁷ Usamos os acrônimos PARNA-GSV.1 para nos referirmos à Área Original, e PARNA-GSV.2, quando mencionarmos a Área de Ampliação, que é nosso objeto de estudo.

⁸ A *Geraisofobia* é uma categoria antinômica de representação do Geralista. Tanto o é, que na maioria das dezoito narrativas, há falas que remetem, violentamente, contra esse preconceito. Prefiro não transformá-la em categoria central de análise para não

preconceito existem até hoje em Formoso. Por ser filho de pais analfabetos e Geralistas, há uma minoria elitista que até hoje insiste em não me reconhecer como Escritor, apesar de já ter editado quase vinte livros. Em 2012, fui candidato a vereador (e perdi!) lá nesse antológico “arraial-encruzilhada de fronteiras” fincado no meio do caminho da antiga *Estrada Real da Bahia* entre as Nascentes da Carinhanha e a Serra Geral de Goiás. De novo, essa minoria em Formoso trouxe à tona sua contundente *Reação Anti-geralista*. Relembrei meus primeiros anos de escola. E outra vez (!), o gosto amargo do Ostracismo.

Aí senti que meus dois neologismos dialéticos (usados nessa pesquisa) precisavam se contrapor um ao outro: “*Geraisificação*” e *Geraisofobia* passaram a significar para mim, respectivamente, de um lado o processo de construção do meu ser identitário (consciência de pertencimento aos lugares onde nasceram meus pais: a “Carinhanha-Gerais”); de outro, promover a *Negação do Esquecimento* (Alétheia⁹) sobre minha identidade (contraponto à *Geraisofobia*). E a partir daí criar a perspectiva de busca da ancestralidade entre as Nascentes da Carinhanha como “*Geraisofia*”: um campo de conhecimento que pudesse me explicar as dúvidas identitárias e genealógicas.

Minha primeira constatação: senti que as *Marcas* dessa *Identidade* eram maiores que as do preconceito. Essa Pesquisa, que é um apelo à *Geraisofia* e um recado à *Geraisofobia*, nasceu desses questionamentos sobre o AUTORRECONHECER: sempre quis me entender como Sujeito Geralista. Foi no ir atrás de *Minhas Raízes* (v. Fig.2) como Resposta ao *Anti-Geralismo*, que acordei desde cedo invocando/evocando *Alétheia*. Fui buscá-las nas “*ilhas do Passado conservadas*” pela memória coletiva:

Esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam [...]; não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo porque o acontecimento que elas reproduzem foi percebido por nós no momento em que estávamos sozinhos [...]. Às vezes é preciso ir muito longe para descobrir ilhas do passado conservadas como eram, e tão bem conservadas que de repente nos sentimos transportados a cinquenta ou sessenta anos atrás (HALBWACHS: 2003, p. 37, 42, 87).

Daí veio esse furor atávico de sempre dizer quem sou: um Descendente das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha. Elas hoje estão, infelizmente, tão encurraladas pela Modernização Conservadora do Bioma Cerrado quanto a força

umentar meu trauma nem problematizar algo que minha mãe (já falecida) preferia que eu não tocasse. Dona Esteva, minha mãe, adorava o “Gerais”, mas não gostava muito da palavra “Geralista” porque segundo ela remetia a esse preconceito.

⁹ Alétheia (Em Grego, significa: Verdade. A: *Negação*; Lethé: *Esquecimento*). Martin Heidegger retomou esse conceito grego para construir sua compreensão de verdade. Em sua análise etimológica desse termo, ele ressignificou-o como *Desvelamento da Realidade ou Sumo da Verdade em sua inteireza*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Al%C3%A9theia> – acesso: 15/8/17.

dos Geralistas cujas *Memórias-Resistências* não se desgarraram das areias do “Gerais” nem dos barrancos *carinhanhistas*, sacolejados à noite, nas antigas vazantes, pelo “Caboclo d’Água”, um monstrinho que mãe sempre citava nas conversas sobre a Carinhanha quando eu vivia na Capuava:

Dizem que durante toda a estação chuvosa quando o dito rio vaza, saindo do seu leito habitual, aí aparecem os Caboclos d’Água, que emitem sons horrorosos extrapolando os decibéis suportáveis; dá socos na água como se desferissem golpes de misericórdia contra seu algoz; ou se esbravejam junto aos barrancos do Rio, parecendo querer sair e ir ao encontro dos medrosos carinhanhenses (MENDES: 2002, p. 533).

Naquela saudosa Capuava *setentista*, um subúrbio que é muito mais baiano-baiangoneiro-*geralista* que formosense, (surgido na passagem dos anos 1940/50), aprendi que pobre e geralista tinham ali uma fronteira imaginária bem demarcada: “*Vila do Cipó – Lugar de Gente do Gerais*”. E do Cemitério pra cima: “*Terra de Ornelas – Lugar de ‘Mineiro’ que governava Formoso*” (MENDES: op.cit., p. 63-64). Na Capuava, Geralistas emigrados viviam comungando a identidade “Povo do Gerais”, em chácaras como a do meu pai, que ali fixou uma de suas residências¹⁰ em 1970. Lá é ainda hoje a Porta (para mim, a *Janela*) do Gerais, entrada da supracitada *Estrada Real* (desde 1736) rumo ao Marco da Trijunção, um pequeno monumento de concreto em cima de um morrote *demarcando fronteiras* entre Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Esse “marco” me inquietava toda vez que a gente passava perto dele, ao sair de carro-de-boi ou montado a cavalo, no itinerário entre a Capuava e as “fazendinhas-roças” dos meus pais e parentes na beira da Canabrava, Muriçoça, Vereda Cumprida..., hoje tudo dentro do PARNA-GSV.1.

Aquele “Marco” não é apenas mero Símbolo da Trijunção de estados (ou do Estado), mas ele para mim era (e é) mais que isso: uma parábula da minha própria Identidade discriminada. O tal “Marco da Trijunção” era também o marco segregador (demarcador de fronteiras sociais e culturais, emblema ideológico da dicotomia: Nordeste/e/“Baianos” X Centro-Sul do país) entre várias comunidades e municípios de mesma origem: *Baianos*, *Goianos* e *Mineiros* – *Baiangoneiros* ou *Geraizeiros*, todos com umbigos colados ao ventre norte-mineiro e à barriga *geraizeira* de Januária-MG, cidade-provedora das mercadorias industrializadas no “entre-fronteiras” BA.GO./e/MINAS: o sal, as ferramentas dos roceiros, a sela “curvelana” dos vaqueiros

¹⁰ Meu pai continuou sendo dono da “fazendinha” Canabrava dentro do PARNA-GSV até o início dos anos 1980 quando foi vendida para dois homens de Brasília, Seu *Nilo do Lago Sul* e Seu *Aristides de Sobradinho*, um pouco antes da chegada dessa unidade de conservação quando frequentávamos a área entre Carinhanha e Itaguari, regularmente. Como lembro-me desses tempos!?!?

e boiadeiros... A vida na Trijunção fluía em torno de Januária. Até Dona Ana, primeira professora em Formoso, veio de Januária. Era assim até os meus sete anos antes de Brasília tomar o lugar do porto januarense como eixo-georreferência do Sertão-Cerrado.

Essa minha Identidade (*Geralista? Geraizeira? Baiangoneira?* Amálgama-mosaico de tudo isso aí) fluía nas minhas veias na mesma proporção em que o Sertão-Gerais se manteve como minha georreferência histórico-cultural graças à minha mãe, Dona Esteva Rodrigues, que sempre nos relatavam (sou de uma prole de dez irmãos), a História Oral dos Troncos Ancestrais Geralistas/Geraizeiros (MENDES: 2003). Lembro-me de ela contar sobre *Seu Pedro Kayapó*, morador da beira da Carinhanha, meu trisavô indígena, “*pego à casco de cavalo*”. Ele é pai de D. Pia Fernandes de Jesus (ela morreu no ano que mãe nasceu: 1929). Mas que identidade é esta? A que ou a quem está vinculado o (meu) Ser Geralista?

Costa (2003, p. 63-64) afirma que no século XVIII, *Geralista* era adjetivo gentílico que identificava os habitantes de toda Minas Gerais enquanto Mineiro é etnônimo que foi incorporado posteriormente às representações cívico-políticas do estado. Arruda (1999), em sua obra “*Mitologia da Mineiridade*”, explica como esse Mito do Mineiro foi construído desde os Inconfidentes (1789). Ele é ritualizado cotidianamente nas práticas político-culturais desse estado como sendo um imaginário social forjado na mineração e a partir das suas primeiras vilas como Mariana e Ouro Preto.

Costa (op.cit.), na tese “*Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência*” contrapõe-se a esse mito de autoafirmação política da Mineiridade, afirmando que o “Espírito do Gerais”, representado pelo Norte de Minas, tem uma identidade própria ligada ao Mundo Rústico-Pastoril do São Francisco e Nordeste. Portanto, é diferente do “Espírito de Minas”, que é vinculado ao Centro-sul do país e à mitologia da conquista do sertão: o bandeirante minerador. Neste sentido, o Gerais é *locus* de resistência cultural porque ele e seus habitantes, os *Baianeiros* (mistura entre norte-mineiros e baianos), são excluídos da “*totalidade hierárquica*” de valores projetados por essa Mineiridade. O *Baiano* vive no entre-lugar Minas X Gerais; e sua subjetivação enquanto morador dessa fronteira elástica o torna “*sujeito que transcende a si mesmo e constrói novos signos de identidade*”.

De forma similar, assim também entendemos nessa pesquisa que os Geralistas das Nascentes da Carinhanha, por serem igualmente moradores de uma fronteira cultural e sendo a Trijunção um espaço cuja territorialização foi construída por meio de

vínculos permanentes com o Norte de Minas e a Bacia do São Francisco, é cientificamente um marco de diferenciação, qualificá-los como portadores da *Identidade Geraizeira* e como população tradicional:

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis... (LITTLE: 2002, p. 23).

Esse status cultural não só invoca a comprovada ancestralidade sanfranciscana desses Geralistas nas terras do PARNA-GSV como celebra a autoafirmação sócio-política deles enquanto porta-vozes também de uma identidade de resistência no contexto do “entre-fronteiras” da Trijunção BA/GO/MG. Nogueira (2009, p.43), ao frisar essa diferenciação, defende que “a afirmação da *Identidade Geraizeira* está fortemente referida ao Cerrado e situada num contexto de disputa [são as Lutas de Representações] de significados atribuídos a esse bioma”. O PARNA-GSV e seus Geralistas são partes dessa disputa de ressignificação no Imaginário Social do Brasil.

Na terminologia do vocabulário acadêmico, Geraizeiro é palavra que extrapola fronteiras político-geográficas (BA/GO/MG) e até mesmo seu sentido etnonímico como elemento referenciador de lugar (Norte de Minas) e de um grupo social importante criador de representações nativas sobre o Cerrado. Ela expressa uma riquíssima identidade coletiva norteadora de lutas e pertencimento a uma porção territorial significativa desse bioma: o Sertão-Gerais.

Silva (2006, p. 63) informa que em cada região há uma denominação gentílica. Já no Ciclo da Mangaba, Mello (1989, p. 49-51) esclarece que “*Geralista era como se denominavam [na margem esquerda do Alto Médio São Francisco] as pessoas que viviam do aluguel da sua força de trabalho, normalmente empregada na produção extrativista*” como o látex da mangabeira, entre outros produtos silvestres. Guimarães Rosa (in: COSTA e OLIVEIRA: 2012, p. 292), um arguto intérprete do Sertão-Gerais, também concordou com o uso do termo *Geralista* para nomear os moradores dessa porção do Cerrado. As Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhonha se automeiam como Geralistas. A variação etimológica no uso, como vimos, não muda seu conteúdo semântico-identitário nas lutas de representações das comunidades tradicionais que nele vivem.

Justifica-se, assim, o emprego do termo *Geralista* quando nos referirmos aos moradores/comunidades tradicionais aqui citados; e *Identidade Geraizeira, Cultura*

Geraizeira ou *Mundo Geraizeiro* quando referirmos-nos ao total de territórios, valores e populações que vivem no Sertão-Gerais. Geraizeiro, assim concebido, abarca no campo semântico um conjunto de representações que juntas nomeiam uma vasta unidade sociocultural brasileira visto que na linguagem acadêmica a pesquisa científica tem se utilizado desse termo para encaminhar projetos de reconhecimento, identificação e autoidentificação das comunidades tradicionais residentes no Bioma Cerrado.

Aos poucos fui então apre/endendo como Ser Geralista. Lembro-me de minha mãe com suas longas narrativas sobre o pai dela, *Seu Zé Cardoso*, natural de *Contendas*, hoje Brasília de Minas, Norte de Minas, berço dos *Geraizeiros*. Seu Zé meteu um varão de porteira na cabeça do cunhado (disputa de espólio), entrou no Bando de Antônio Dó entre 1915 e 1920, e veio parar no Gerais – Zona de Refúgio onde apátridas sociais, marginalizados pelo Estado, reencontravam a paz e nova família. Ali casou com Vovô Maria Rodrigues, (já viúva de Silvério Lopes de Barros – família do entre-Goiás-Minas), neta dos Kayapós e que descendia também dos donos daquelas terras de Canabrava, na Carinhanha, e do São Pedro, beira de Piratinga (terra de Silvério Mendes), nesse mosaico de fronteiras desenhado pela *geografia imaginada* dos Geralistas.

Nossa “*Griô*” Geralista, uma Mestra dos Saberes e Fazeres Tradicionais da beira da Carinhanha, prosseguia (comigo escutando). Além de *Vovô Zé* (também dito “*Monteiro*”, que morreu em 1934 numa onda de mistério e se “encantou” (na minha memória) entre as águas da vereda Água Clara, uma das nascentes do Corrente, Vão do Paranã, ela (minha mãe) também falava dos “troncos” do marido. Mendes e Almeida eram tão antigos na Carinhanha quanto os Barbosas (do Vovô Firmino) do Porto Cajueiro, e os Rodrigues.

Meu pai, Seu João de Dona Esteva, um dos entrevistados dessa pesquisa, (embora sempre mais caladão), intercalava a extensa, épica e sedutora narração no alpendre da cozinha ou no terreiro da *Chácara Barreiro* (ou na sala ou área da nossa casa paterna em Planaltina-DF). Do meu pai ouvi (e ouço) diversas vezes falar do avô paterno dele, *João Peba*, sangue de Rafael Mendes de Queiróz com os Almeidas. Rafael era o dono de metade do Parque do Ibama (PARNA-GSV.2). João Peba tinha sido “mestre-escola” e ensinou muita “leiturinha de pé de pau” no Gerais e no Traçadal, vereda perto de Bela Lorena, outro clã de Silvério (avô do *Peba*) – completa Seu Valdão da Capuava, outro entrevistado e meu irmão primogênito.

Nessas andanças onírico-pitorescas, o *Peba* “amigou-se” com a ex-escrava Damiana. Ela viera de Januária (terra *geraizeira*), trazida pelos irmãos “Carneiros de Bela Lorena” (Zé e Joaquim Borges, maridos de duas tias de João Peba). Negra corajosa, foi morar sozinha no lugar que se eternizou com o nome dela: *Ponte da Damiana*, Beira do Itaguari – *como nós, Geralistas, falamos*. João e Damiana são pais da minha tia-avó Dona Henriqueta, uma das marcas da minha Negritude (ela morreria “oitentona”, em 1959, sem deixar filhos).

Damiana, um *Tótem da (minha) Negritude* do Sertão-Gerais, ganhou fama regional porque hospedava tropeiros, carreiros e outros viandantes que lá pousavam ao transitarem pelos *Caminhos da Trijunção* que naquela época passavam no GCIT – *Gerais* entre Carinhanha, Cobra, Itaguari e Taboca – rumo à Januária. Separando-se de Damiana, *Peba* casou-se com minha bisavó paterna *Amância Bito* (Brito). Daí em diante, Mendes, Barbosa, Rodrigues, *Bito* e outras famílias, sejam cultivando suas roças, sejam cuidando dos seus animais ou praticando agroextrativismo, transformaram o “Gerais”, mais que uma terra comum apropriada culturalmente e materializada pelo trabalho: o “Gerais” virou espaço de uma fortíssima identidade de uma *Gente Geralista*, criadora e porta-voz de um riquíssimo Repertório Cultural que enfrenta e supera a discriminação (*como aquelas que eu sofri e superei*), e os deslocamentos decorrentes das sucessivas desterritorializações impostas pelo Estado, por grileiros e outros agentes econômicos.

É o conjunto dessas narrativas tão familiares a mim, que serve de pano de fundo a partir do qual *teço o meu desejo em (re)construir a Memória Coletiva* das CTNC’s. Nessa caminhada ancestral não só em busca das minhas raízes baiangoneiras-geralistas, mas, sobretudo, à procura de pistas objetivas que buscassem explicar, cientificamente, e contextualizar, historicamente, as diferentes representações sobre o Sertão-Gerais nesse meio-mundo entre o rio São Francisco e a Serra Geral, optamos então em trazer à lume um estudo ainda inédito sobre a ancestralidade genealógico-geográfica do espaço no qual se instalou o PARNA-GSV como novo eixo demarcador de Fronteiras na Trijunção. Depois da criação do PARNA-GSV, essa é a primeira pesquisa feita por alguém que descende diretamente dos Geralistas da Carinhanha e com enfoque contextualizante sobre o espaço preexistente à essa unidade de conservação.

DELIMITAÇÃO DO TEMA, SUJEITOS E OBJETIVOS DA PESQUISA

Essa pesquisa tem como área de estudo o espaço-lugares habitado pelas Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha, rio-fêmea que até a chegada do Sertão-Brasília nos anos 1950 era também um rio-fronteira no “Entre Fronteiras” BA.GO./e/Minas. Como objeto de estudo, trazemos a Memória Coletiva dessas Comunidades Tradicionais dentro do PARNA-GSV, especificamente na sua Área de Ampliação criada em 2004, e localizada na margem esquerda da Carinhanha, no perímetro referenciado como Região da Trijunção. Como objetivo geral, propomos compreender representações e memórias do Sertão-Gerais, e a contribuição de ambas para a valorização de identidades, cultural e territorial, dessas Comunidades Tradicionais nas Múltiplas Fronteiras da Trijunção¹¹.

São nossos objetivos específicos: abordar a Região da Trijunção como espaço de múltiplas fronteiras para entender o processo de formação desse território e dentro dele a historicidade das CTNC’s dentro do PARNA-GSV; reconstruir a Memória Coletiva dessas comunidades enquanto estratégia narrativa mediadora do entendimento da historicidade e ancestralidade delas na relação cultura-território; identificar e distinguir pontos comuns e ou diferenças em representações e em memórias dessas Comunidades no contexto das múltiplas fronteiras da Trijunção; e produzir e editar um vídeo-documentário com foco em pessoas e paisagens de lugares das múltiplas fronteiras da Trijunção, e com ênfase em falas e imagens evocatórias da Identidade *Geraizeira*.

PROBLEMATIZANDO PISTAS DE INVESTIGAÇÃO NO PARNA-GSV.2

O PARNA-GSV.1 foi criado em 1989 (cfe. Anexo 2.1) na margem direita do rio Carinhanha. Abrangia apenas o Estado de Minas Gerais e tinha 84 mil hectares. Entre 2002/2003 as Comunidades Tradicionais Geralistas, que aí viviam, foram removidas e reassentadas no P.A Gentio-São Francisco, na Zona de Amortecimento, em Formoso-MG. Em 2002 foram feitos os estudos técnicos que depois viabilizaram a Área de Ampliação (PARNA-GSV.2), majoritariamente situada na margem esquerda do dito rio. Esses estudos apontaram “a necessidade de proteção da área” tanto devido à “sua importância biológica extremamente alta [...] por englobar áreas de recargas de aquíferos e nascentes” da Bacia do São Francisco quanto porque nela haviam “fazendas

¹¹A Banca Examinadora do projeto de qualificação dessa pesquisa, em 23/8/ 2016, propôs que não tratássemos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) como eixo central nem problematizássemos nossa proposta conceitual sobre *Desenvolvimento Rural Integrado Sustentável* (DRIS) por reunir, assim, três elementos complexos na mesma abordagem. Aceitamos a sugestão de estudarmos apenas a memória coletiva dentro do PARNA-GSV.2. É o que fizemos.

improdutivas”, “*solos pobres praticamente sem a presença humana*” e “*ótimo grau de conservação*” (MMA-IBAMA: S/d, p. 9).

Entre maio e junho de 2003, no mesmo contexto de publicação do Plano de Manejo do PARNA-GSV.1 (MMA-IBAMA/FUNATURA: 2003) e da remoção dos Geralista para fora dele, foram realizadas duas audiências públicas, uma em Cocos-BA, outra em Formoso-MG, por exigência prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Esse debate amplificou-se em 11/9/03 – Dia Nacional do Cerrado – durante o *III Encontro dos Povos do Cerrado*, em Goiânia-GO. A proposta sugeria ampliar essa unidade de conservação em mais 120 mil hectares no território baiano e 30 mil em solo mineiro. O Governo da Bahia se opôs à ampliação, sem êxito (MMA-IBAMA: S/d, op. cit).

Em 29/10/2003, um ofício encabeçado pela Fundação Pro-natureza (FUNATURA), assinado por vinte e duas instituições da sociedade civil de todo o país, protocolou a dita proposta no Ministério da Casa Civil do Governo Lula. No mesmo ano, em 31/12, o Presidente Lula recebeu novo ofício e um abaixo-assinado (611 assinaturas) com a mesma reivindicação. Um terceiro documento, o “*Manifesto da Sociedade Civil em Favor da Ampliação do PARNA-GSV*” foi encaminhado, em 18 de maio de 2004, ao Governo Federal, que, por sua vez, criou o PARNA-GSV.2 (v. Anexo 2.2), na véspera do Dia Internacional da Biodiversidade (22/5).

Desse conjunto de documentação, a defesa da ampliação do PARNA-GSV, além dos argumentos acima transcritos, deu ênfase às suas representações desse espaço:

...existe uma grande extensão de vegetação de Cerrado ainda em excelente estado de conservação abrangendo as nascentes do rio Itaguari, o principal afluente do rio Carinhanha [...]. Na chapada dos rios Itaguari e Formoso, os solos são arenosos, profundos e de baixa fertilidade natural e com alta permeabilidade ... [...]. Já no declive das vertentes os solos são arenosos, extremamente duros e pobres [...]. Por apresentarem solo pouco consolidado, as chapadas apresentam uma vegetação de cerrado ralo, muito frágil e sensível ao fogo... No passado, os grandes projetos mal-sucedidos de reflorestamento de [árvores] Exóticas – pinho e principalmente eucalipto – com incentivo fiscal, quase devastaram a região [...]. A Região do Grande Sertão Veredas é uma área pobre e sofrida. [...]. A Região como um todo ainda tem ocupação humana muito incipiente, o que permitiu a delimitação de uma área de conservação muito extensa, possibilitando, assim, uma maior viabilidade da conservação a longo prazo das espécies que ocorrem na Região. [...]. O Histórico Fundiário da Região onde se situa o Parque Nacional Grande Sertão Veredas é confuso e está relacionado a conquistas pela força, a apossamentos sem documentação, e a títulos de qualidade e legalidade duvidosas... Situado numa região quase inóspita até recentemente, de acesso difícil e poucos recursos, o Parque está também na confluência de limites de diferentes municípios que estiveram sob a jurisdição de diferentes comarcas ao longo do tempo (MMA-IBAMA: S/d, p. 4, 6).

Essas representações expressam o forte e enfático *Discurso Ambientalista* que propugnou pela ampliação do PARNA-GSV sem, antes, considerar as Comunidades Tradicionais de Geralistas como habitantes históricos das Nascentes da Carinhanha. Elas, em nenhum momento, foram ouvidas nas audiências citadas quanto ao desejo de aderirem à tal proposta e quanto, sobretudo, à compreensão de sua identidade e historicidade bisseculares, elementos que não aparecem como fundamento antropológico de ocupação dos territórios anexadas à essa unidade de conservação.

A Comunidade Cajueiro, por exemplo, sem uma liderança comunitária instituída, foi incorporada ao PARNA-GSV.2. As Entrevistas 3.2.1-a, 3.2.1-b e 3.2.1-c (v. Capítulo III) confirmam que esse autoritarismo preservacionista ignorou a voz de seus moradores ao tratar a região como espaço inóspito, infértil e sem documentos que comprovassem a titularidade dessas terras. Os Anexos 1.1 e 1.2 dessa dissertação desmentem essa visão apressada sobre quem era dono da maioria do PARNA-GSV.2

Nesse discurso ambientalista, o Sertão-Gerais é apresentado como pobre, sofrido, permeável, sensível ao fogo, improdutivo...: um vazio de gente (e de história?) com um suposto “*Histórico*” de “*ocupação incipiente*” num espaço disputado por empresas reflorestadoras e grileiros. Nada é dito sobre a origem da Área de Ampliação quanto a quem promoveu essa ocupação (especialização dos lugares em territórios tradicionais), como se deu a expulsão dos Geralistas e qual foi a história construída por eles na territorialização daquele espaço. Entre a grilagem e a Eucaliptocultura, há um outro espaço de disputa epistemológica no entendimento do PARNA-GSV.2: o reconhecimento de seus moradores antigos e seus herdeiros, os Geralistas, hoje dispersos em diferentes lugares (Região da Trijunção e RIDE-DF, p.ex.), mas com suas raízes (laços ancestrais) e sua identidade dentro dessa unidade de conservação.

Foi diante desse contexto contraditório, com lacunas abissais de informação sobre o PARNA-GSV.2 (não há pesquisas sobre os habitantes da Área de Ampliação), que optamos em elegê-la como nosso objeto de estudo. Meus questionamentos nasceram contrapondo-se a essas contradições. E na busca incessante pela minha própria ancestralidade dentro do PARNA-GSV, tivemos que andar nas sendas e teias da História da Trijunção para daí identificarmos os rastros deixados pelos Geralistas, melhor dizendo, carregados por eles em sua memória coletiva ao longo de suas trajetórias de vida.

Dessas indagações construídas também a partir de estudos anteriores feitos por nós, nasceram as seguintes *Questões-Problemas*:

1^a): Diante das Múltiplas Fronteiras da Região da Trijunção, como suas Comunidades Tradicionais¹² ressignificam os vínculos socioculturais delas com o Sertão-Gerais?

2^a): Que tipo de impacto ou mudança ocorreu na Identidade (Cultural e Territorial) Geraizeira que seja decorrência direta ou indireta do conjunto de transformações histórico-espaciais e socioculturais que culminaram com a instalação do PARNA-GSV?

3^a): Como a força (resistência) dessa Identidade pode contribuir com a permanência da categoria identitária “Geralista” na Região da Trijunção?

4^a): Que tipo de alternativa(s) pode(m) ser construída(s) para reduzir os impactos da desterritorialização e evitar a destruição definitiva da Identidade Geraizeira?

TESSITURA DA PESQUISA: URDINDO OS *FIOS DE ARIADNE*

Essa pesquisa foi organizada em quatro capítulos. Começamos o primeiro deles abordando o conceito de fronteira e Sertão-Gerais e daí passamos a contextualizar historicamente nossa área de estudo (Região da Trijunção/PARNA-GSV) como elementos espaciais prenunciadores das nossas análises. No capítulo seguinte, trazemos o Referencial Teórico pontuando categorias conceituais que são relevantes nessa pesquisa e dando ênfase em bibliografias sobre nosso objeto de estudo. Trata-se de uma revisão crítica na qual destacamos os principais trabalhos historiográficos, (alguns literários) e acadêmicos que já abordaram o PARNA-GSV/Região da Trijunção.

O capítulo três se inicia com um resumo da metodologia com os percursos trilhados durante a pesquisa de campo e com informações sobre a análise dos dados. Trazemos, em versão editada, o conteúdo das entrevistas que realizamos. Como explica Saraiva (2006, p. 56), “... *aqui são apresentados os relatos*” de dezoito pessoas, “*num recorte interpretativo que salienta saberes, fazeres, conflitos, diálogos, alegrias, dificuldades, sonhos, esperanças e outros temas que marcam a experiência de vida daqueles homens*”

¹² Frisamos que a escolha de membros dessas comunidades foi condicionada ao critério de terem parentesco com o casal Rafael-Rita. Esse casal teve seis filhos: Tomásia, Celina, João (Peba), Benício, Aristides e Rafael Filho (Zezim Mendes). Consulte também: WOORTMANN (1995), AUGÉ (1975), LÉVI-STRAUSS (2009), RADCLIFFE-BROWN (1973), QUEIRÓZ (1973) e OLIVEIRA FILHO et. al. (2013).

e mulheres”, que residiam e parte deles ainda reside dentro do PARNA-GSV.2 ou em localidades do seu Entorno¹³.

O agrupamento dessas entrevistas constitui-se em um conjunto de visões de mundo compartilhadas por doze homens e seis mulheres Geralistas. Com as narrativas deles, buscamos identificar/rastrear traços identitários relevantes para compreender o processo de (re)construção de representações e memórias do Sertão-Gerais (objeto de abordagem do Capítulo IV). Esse painel de narrativas é composto por doze moradores rurais da Região da Trijunção e por mais seis que residem em áreas urbanas – quatro deles nessa região e dois na RIDE-DF. Juntos, eles constituem a nossa Comunidade de Destino Geralista – CDG, cujas trajetórias de vida e relatos traduzem parte significativa da história das CTNC’s dentro do PARNA-GSV e instiga/aprofunda o entendimento sobre a Identidade Geraizeira na fronteira entre Bahia, Goiás e Minas Gerais.

A opção em fazer a edição textual de todas as entrevistas e ao mesmo tempo transcrevê-las, justifica-se pela necessidade de preservar as narrativas dos Geralistas tanto na versão impressa quanto audiovisual (DVD¹⁴) por tratar-se de uma área do PARNA-GSV que tem poucas fontes primárias de pesquisa. Essa reprodução, em sua totalidade, facilitará o aprofundamento dessa temática por outros pesquisadores. Com essas narrativas à espera de outras releituras, mostramos o quão prioritário deve ser o enfoque sobre comunidades tradicionais remanescentes de unidades de conservação de proteção integral cujos relatos, por seu ineditismo na preservação de identidades culturais e dos seus Bens Patrimoniais, são, do ponto de vista histórico-antropológico, algo valioso que instiga novos estudos científicos.

Observamos nas viagens ao PARNA-GSV que dentro dele, nos antigos caminhos ou picadas recobertos por areia e vegetação do Sertão-Gerais, há sinais claros (vestígios, lápides...) de ruínas de cemitérios, casas, roças, grupos escolares... tudo ali “incorporado” como “paisagem natural-izada” pelo discurso ambientalista como se ali a Natureza não tivesse sido *moldada* pela Identidade dos Geralistas. Ledo engano logo desfeito por quem busca nos rastros da História o vigor da memória coletiva (v. Capítulo III).

No capítulo quatro, finalizamos nossa abordagem com a análise dos resultados dessa pesquisa de campo. Aqui apresentamos nossa Dialética Intertextual fundamentada na *Geolexicopédia Geraizeira* (v. Capítulo II): um quadro interpretativo dos principais

¹³ A maioria dos 18 entrevistados nasceu dentro do PARNA-GSV e seus antepassados vieram de Formoso-MG, ou da Comunidade Porto Cajueiro (divisa BA/MG) ou do Vão da Larga, Distrito de Vargem Bonita, município de Januária-MG, antes de 1930.

¹⁴ O DVD não é parte dessa pesquisa. Foi produzido e distribuído, gratuitamente, aos 18 entrevistados como contrapartida social.

marcadores da Identidade dos Geralistas conforme previsto em nossa metodologia. Neste quadro por nós chamado de PCL, é relevante destacar como os diferentes marcadores definem, delimitam, (re)constroem ou reconfiguram, no tempo e no espaço, os diversos elementos (sinais) que norteiam a identidade dos Geralistas e suas origens dentro do PARNA-GSV. O que não faltam nessa unidade de conservação são rastros há espera de novos decifradores.

Nos Anexos e Apêndices seguem informações complementares indispensáveis à compreensão e à tessitura dessa pesquisa. Entre elas, documentos de cartório (cfe. Anexos 1.1 a 1.10, p. ex.) que contribuem para qualificar/amplificar o debate acadêmico sobre as CTNC: as verdadeiras donas do PARNA-GSV.

Que essa pesquisa possa, modestamente, contribuir na montagem da bússola-quebra-cabeças, guiando descendentes de Geralistas na sua procura pela ancestralidade no “Entre Fronteiras” da Trijunção BA.GO./e/Minas. Assim, me redimo em parte o desejo atávico de mostrar ao Mundo um pouco das comunidades onde nasceram e viveram meus antepassados e os de outras famílias com origens no PARNA-GSV.

Eis aqui minha retribuição ao Legado (Ancestral) Histórico-cultural *oralmente transmitido a mim*, desde menino, por meus queridos pais. Meu paizão (v. Fig.3) foi(é) meu oráculo nonagenário, o tempo todo, na urdidura dos textos. Sempre que *pintava* uma dúvida sobre pessoas e cartografias dos lugares (que me ajudou a montar todas!) do PARNA-GSV, ele estava ali, pronto, para elucidar, mesmo quando impossibilitado de locomover-se (13/7/17). O desejo do meu pai – *Seu João de Dona Esteva* – em evocar suas memórias sobre Gerais e Geralistas era (é) tanto que sentia na sua retina, gasta pelo tempo, o compromisso com *Alétheia*: o insaciável Não-Esquecer as Origens da Carinhonha em sua marcha épico-alquebrada contra os *Iconoclastas de Heróstrato*¹⁵.

¹⁵ **Heróstrato**: um incendiário grego, responsável pela destruição do *Templo de Ártemis em Éfeso*, na atual Turquia, considerado uma das *Sete Maravilhas da Antiguidade*, na noite de 21/7 do ano 356 a. C., com o objetivo de ser lembrado pela Posteridade. Sua **Conduta Iconoclasta (destruidora de imagens)** simboliza quem quer obter **Fama** danificando patrimônios histórico-culturais. **Disponível em:** <https://pt.wikipedia.org/wiki/Her%C3%B3strato> – acesso: 15/8/17.

Fig.3 – Descendentes de João Peba¹⁶: Arcelino, Xiko Mendes, João de Dona Esteva e Valdão da Capuava



Fonte: Firmino F. Dias e Xiko Mendes. Data: Set. 2016.

Já sobre a nonagenária “*Martinho Antônio Ornelas*”... – escola indiretamente citada na abertura dessa Introdução (ela fora criada em 1882 e instalada em Formoso em 16/4/1925) – agradeço-a, *alegoricamente*, pelo que dela guardo em minhas *Relembrações*: sua fundadora, a minha querida professora-amiga (e de quem partilhei, como *guardião-ouvinte*, de suas confidências-memórias de mulher januarensense), Dona Ana Pereira de Sousa (1905-1998); e Dona Orozina de Sanu Cebo, a *professora que me alfabetizou*.

Por tudo o que apre/e/ndi no começo da minha vida, tomando-as como *Educadoras-exemplo* assim como os meus pais, eis aqui o produto da minha cons*Ciência*: o de que a Capuava ou Vila do Cipó era (é), sim, “Lugar de Gente do Gerais”. Parte desses “*capuavenses*”-*Geralistas* nos deu entrevistas antológicas mostrando a cons*Ciência* de pertencimento deles tanto ao Gerais da Carinhanha quanto a um bairro ainda hoje segregado na minha terra natal (Formoso-MG).

É para os *Geralistas* da *Capuava* de minha infância; é para todos os *Geralistas* das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha – CTNC; é para os alunos de escolas como aquela em que estudei e tantas outras nas *Múltiplas Fronteiras* da Trijunção, que escrevi essa Pesquisa. A rememoração, mais que senha evocatória do Passado dentro do PARNA-GSV, é a janela que nos abre os corredores misteriosos do Labirinto da Memória Coletiva para descortinar, na presentificação das lembranças, o Futuro que se nos apresenta, com os *Fios de Ariadne*, novas tessituras sobre essa unidade de conservação.

Salve *Ubuntu*! Viva a *Geraisofia*!

¹⁶ São descendentes diretos do Tronco Ancestral Mendes-Almeida/”Bito” (v. Apêndice B).

CAPÍTULO I

PRE/EXISTÊNCIAS NO “ENTRE FRONTEIRAS” BA/GO/MG (*Bagominas*)

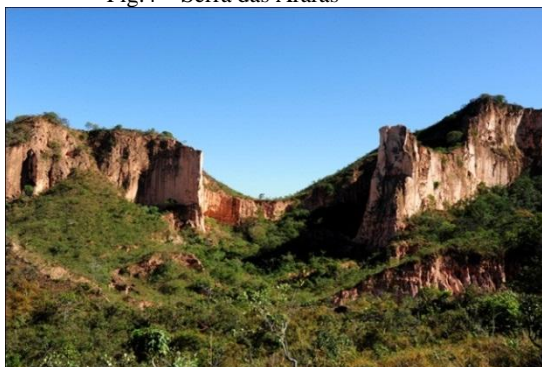
Naquele tempo o Sertão era mais sertão. Era calmo e era bravio. Era inculto, mas era mais belo. Sertão dos Gerais que se palmilhava no lombo do cavalo estradeiro; quem se atrevesse [teria que] enfrentar as 46 léguas [276 Km] bem medidas que separavam a Vila de Januária [MG], da FAZENDA SÃO PEDRO [do] Jovem Fazendeiro, Silvério MENDES Teixeira¹⁷, que no início do século XIX, florescia no Distrito de FORMOSO-MG.

(ROCHA: S/D, p. 44).

Vindos das bandas de Tremedal (hoje Monte Azul [MG]), onde enfrentaram lutas e foram vencidos, ali na Serra se fixaram, em tempos bastante recuados, os avaluados IRMÃOS BITO¹⁸. Aleixo, Joaquim, Firmino, João e Antônio Bito eram os componentes da irmandade. O último, Antônio Bito, ainda viria a escrever páginas de sangue, em nossa História [de São Francisco-MG], como partícipe do conflito de 1896. Foram esses os primitivos habitantes da hoje Vila de Serra das Araras. A lenda aqui se confunde com a história. Esta se funda no fato material do levantamento, por Aleixo Bito, da primeira e tosca igrejinha de palha onde nasceu o Culto à Imagem de Santo Antônio [...]. Aleixo de BRITO, seu construtor, foi o primeiro zelador da velha e extinta capelinha. Uma sobrinha de Aleixo – a Maria Bita¹⁹ – tornou-se muito conhecida nesta cidade [de São Francisco]. Era filha do Antônio Bito.

(BRAZ:1977, p. 339-340).

Fig.4 – Serra das Araras²⁰



Fonte: Disponível em <http://www.edhorizonte.com.br/parquesmg/parques/serra-das-araras/> - acesso: 28/1/18.

¹⁷Silvério Mendes Teixeira casou-se duas vezes. Do primeiro casamento, teve alguns filhos – parte da prole migrou e foi morar junto aos seus parentes Mendes Teixeira em Riachão, atual Mambaiá-GO, da qual descende Geraldo Mendes, poeta e primeiro prefeito mambaiense nos anos 1960 (VIEIRA: 2015, p. 41, 83, 85). O único dos seus filhos que, historicamente, comprova-se que sempre permaneceu transitando entre a Carinhonha e o Urucuia foi Rafael MENDES de QUEIRÓZ. Ele é o Patriarca-Fundador do clã Mendes de Queiróz que se enraizou dentro do PARNA-GSV.2 (CARNEIRO: 2003, p. 134-137). Do segundo casamento, Silvério teve cinco filhos: Antônia, Constantina, Ana, Maria e Thertuliano. Não se conhece a linhagem de Ana e Constantina – é o que afirma Rocha (S/d, p. 45), que descreveu a prole dos demais, que deram origem ao clã Carneiro e suas ramificações por MG/GO/DF.

¹⁸*Bito, Bita* ou *Bitu* são variações antroponímicas do sobrenome que nos anos 1970 passou a registrar-se como Brito. Do Seu João de Dona Esteva, anotamos entrevista na qual ele afirmou que *Bitu*, na linguagem dos Geralistas, era sinônimo de “embrulho rústico” que servia para cobrir pessoas carentes de recursos materiais em tempo de frio; e que a avó dele, *Dona Amância Bita* ou *Bitu*, tinha tal apelido porque três dos irmãos *Bitu*, antepassados dela, disputaram para ver quem deles, numa noite fria, se embrulharia com o *Bitu*. Fizeram um pacto: ambos dormiriam juntos e prometeram de partilharem entre si o “bitu”; mas, ao amanhecer, apenas o do meio estava embrulhado. A fama de espertalhão ou trapaceador ganhou as redondezas e, assim, toda a família recebeu tal apelido. Daí, segundo ele, surgiram os versinhos geralistas, jocosos: “*De Bitu nem o grito; de Costa nem a bosta; de Barbosa, nem a prosa*”.

¹⁹No Item 1.2.2 do Capítulo I, veremos que MARIA BITA – *Madame da Encruzilhada Baiangoneira* – contratara Antônio Dó e seu bando de jagunços para dar fim ao líder dos herdeiros de seu falecido marido, em Buritis, em 1913 (DURÃES: 1996, p. 116, 131, 128). Coincidência histórica: baiano de Pilão Arcado, nas barrancas do Médio São Francisco, Antônio Dó (1859-1929) também vivera em Tremedal-MG antes de se fixar, em definitivo, em São Francisco-MG, também em Serra das Araras onde ele revezava a sede do seu “Q.G” quando não estava em fuga da polícia pelo Vão dos Buracos e outras paragens da Trijunção (MARTINS: 1997).

²⁰Situada perto à vila homônima; atual distrito de Chapada Gaúcha-MG (TPP): Um dos Marcadores Vivos e Históricos da Identidade da Região da Trijunção. Nessa paragem surgiu um arraialzinho de mesmo nome no século XIX, na zona rural de São Francisco. Em 17 de setembro de 1917, o vilarejo virou sede do Distrito de Brejo da Passagem (antes sediado na atual cidade de Urucuia-MG).

1.1 – UMA REGIÃO-FRONTEIRA DENTRO DO SERTÃO-GERAIS

A Região da Trijunção localiza-se na fronteira entre os estados da Bahia (Nordeste), Goiás (Centro-oeste) e Minas Gerais (Sudeste), no centro do Brasil. Ela é composta por oito municípios (MENDES: 2013a)²¹: Cocos e Jaborandi (Mesorregião Extremo Oeste Baiano – Microrregião de Santa Maria da Vitória); Damianópolis, Mambá e Sítio da Abadia (Mesorregião Leste Goiano – Microrregião Vão do Paranã); Arinos e Formoso (Mesorregião Noroeste de Minas – Microrregião de Unaí); Chapada Gaúcha (Mesorregião Norte de Minas – Microrregião de Januária). É nesse espaço que deve ser (re)lida ou (re)interpretada toda linguagem mediadora (articuladora de signos) de compreensão sobre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas – PARNA-GSV.

Segundo Santos (2014, p. 63, 72-73, 332), Espaço é um agrupamento “*indissociável, solidário e contraditório*” que reúne sistemas de objetos e ações, humanas e naturais, constituindo um “*quadro único*” que serve de painel ou teatro para a construção da história. Dentro do espaço, ele explica o conceito Território Usado (que é adotado nessa pesquisa): “*o Território é o Chão mais a Identidade*”. A Identidade nos traz sentimento de pertencimento enquanto o chão é transformado pelo Trabalho, local de residência, das relações materiais e espirituais nas interações histórico-geográficas da existência humana (SANTOS e BECKER: 2007, p. 14).

A Trijunção é parte integrante do Planalto Central do Brasil. No seu relevo se destacam a Serra Geral de Goiás e a Carinhanha (Rio-Fêmea – v. Apêndices E.1 e E.2) como demarcadores de fronteiras políticas que fixaram limites artificiais instituídos pelo Estado. A dita Serra separa a microrregião Vão do Paranã (oeste) das microrregiões de Unaí (sul/leste) e Santa Maria da Vitória (norte). Já o Rio, para o Poder Público, serviu de parâmetro divisor de regionalização do espaço, mas, para as comunidades tradicionais Geralistas²² que construíram sua identidade cultural ao redor dele, era (é?) o canal agregador/unificador da comunicação e das relações de seus moradores ribeirinhos com seus territórios-veredeiros (MARTINS: 2011). Foi aí que elas cria/ra/m suas famílias, sepultaram seus ancestrais e teceram suas histórias/tramas da existência

²¹ Como se pode observar no Item 1.2 desse capítulo, o atual município de Flores de Goiás-GO foi o núcleo populacional que deu origem à Trijunção BA/GO/MG, mas optamos aqui por aceitar a divisão já proposta por Mendes (2013a).

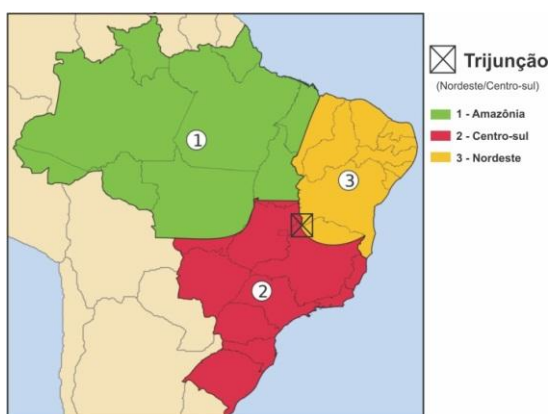
²² Utilizaremos o termo Geralista/s quando nos referirmos a pessoas, comunidades, população ou território porque essa é a denominação corrente na Região da Trijunção; e a expressão “Identidade Geraizeira” quando nos referirmos à cultura tradicional da qual são portadores.

coletiva vivenciada/mediada por interações com a sociobiodiversidade do bioma Cerrado no Sertão-Gerais²³.

Segundo dados do IBGE²⁴, a Trijunção tem uma extensão de 35.239,596 Km² sendo que desse total 2,8 mil ficam em Goiás; 12,2 mil em Minas Gerais e 20,1 mil na Bahia. Em 2016 tinha uma população estimada em 83,2 mil habitantes dos quais 40,1 mil em municípios mineiros; 28,5 mil em municípios baianos e 14,4 mil em municípios goianos. A densidade demográfica regional é de 2,3 habitantes por km².

A Região da Trijunção está posicionada na linha de fronteira entre dois polos geoeconômicos do Brasil: Nordeste e Centro-sul (v. M-1). Ela também está situada em outra linha de fronteira por meio do encontro de nascentes que se deslocam para as regiões hidrográficas do Tocantins-Araguaia do São Francisco por meio dos rios Paranã, Urucuia, Carinhanha, Pardo e Formoso/Corrente (cfe. Apêndice E-1). Suas águas superficiais estão em cima do Aquífero Urucuia (GASPAR: 2006). A Trijunção é zona de transição entre os biomas, Cerrado e Caatinga; está na zona de intersecção entre duas fronteiras agrícolas: o Centro-Oeste/RIDE-DF²⁵ na porção meridional-ocidental, e MATOPIBA²⁶ na porção setentrional. Complementando esse fluxo de fronteiras, parte da Trijunção está dentro do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – SVP na intersecção Norte-Noroeste de Minas (cfe. Item 1.2.3 desse Capítulo).

M – 1: Localização da Trijunção no Brasil



Fonte: Mendes (2013a).

²³ Nessa pesquisa o termo Gerais sempre será empregado no singular em expressões do tipo “O Gerais” ou “do Gerais” eliminando a pluralização por entender que assim estamos nos referindo a uma parte do bioma Cerrado enquanto totalidade geográfica e cultural, isto é, enquanto Mundo Geraizeiro conforme veremos mais adiante.

²⁴ As informações sobre extensão e demografia na Trijunção BA/GO/MG foram sistematizadas por nós a partir de dados do IBGE disponíveis em http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN, acesso dia 31/5/17.

²⁵ RIDE-DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Foi criada pela Lei Complementar federal nº: 94 em fevereiro de 1998 (cfe. Mapa 9; Quadro 2). Dela fazem parte, além de Brasília, 19 municípios goianos e 3 mineiros. De acordo com Monti (2007), a RIDE-DF, assim como a Região da Trijunção, integram o “Grande Sertão-Brasília”.

²⁶ MATOPIBA, acrônimo que une as siglas dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é usado no vocabulário toponímico do Governo e da Imprensa para nomear esse outro território do Agronegócio como a mais nova fronteira agrícola, que é na verdade prolongamento da Fronteira Agrícola Centro-Oeste. Cerca de metade dele fica no Sertão-Gerais da Serra Geral. A territorialização do MATOPIBA já foi objeto de regulamentação pelo Estado. O Decreto federal 8.447 de 6/5/15 criou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-MATOPIBA), inclusive instituindo comitê gestor. Disponível em <https://www.embrapa.br/gite/> ou http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm; acessos em 18/4/16.

MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA TRIJUNÇÃO



Arinos-MG: 17.674 habitantes; Território: 5.279,4 Km².
Chapada Gaúcha-MG: 10.805 habitantes; território: 3.255,1 Km².
Cocos-BA: 18.153 habitantes; Território: 10.227,3 Km².
Damianópolis-GO: 3.292 habitantes; Território: 415,3 Km².
Formoso-MG: 8.177 habitantes; Território: 3.685,7 Km².
Jaborandi-BA: 8.973 habitantes; Território: 9.541,1 Km².
Mambai-GO: 6.871 habitantes; Território: 880,6 Km².
Sítio d'Abadia-GO: 2.825 habitantes; Território: 1.598,3 Km².

População total dos
8 Municípios:
76.770 habitantes.

Extensão do Território
do Marco Trijunção:
34.882,8 Km².

Fonte: www.ibge.gov.br (Censo Demográfico de 2010).

Fonte: Mendes (2013a)

Chega-se a essa região-fronteira pelas rodovias federais BR-020, BR-030 ou BR-349. Elas se interconectam com as rodovias estaduais GO-108, GO-112, GO-346, MG-202, MG-400, MGC-479 e BA-594. Apesar da proximidade com Brasília (cerca de 400 Km em média), um dos problemas observados nesta pesquisa é a inacessibilidade vicinal entre cidades da Trijunção. Há alguns itinerários intermunicipais cuja malha

viária intransitável ou não apresenta condições seguras, o que obriga os transeuntes a deslocamentos extenuantes, cheios de imprevistos. Formoso e Cocos, por exemplo, distam uma da outra cerca de 280 Km, e não se relacionam desde a década de 1970 (cfe. Item 1.2.3 desse Capítulo – v. Apêndice E-10).

Observamos que bem diferente do período anterior a Brasília (1960), hoje a falta de estradas faz com que a população desses municípios praticamente não se comunique nem parece haver diálogo institucional entre seus representantes políticos conforme apontou Mendes (2013b, p. 27-39). Essa logística regional precária no Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas – PARNA-GSV é um dos problemas que intensificou e ainda intensifica o isolamento (geo)político da população rural desses municípios, inclusive as comunidades tradicionais Geralistas (CTNC).

A categoria “Região da Trijunção” ou “BA.GO.Minas” (v. M.2) não é um termo institucionalizado pelo poder público. Nunca foi incorporado à execução de políticas públicas ou à formulação de estratégias de desenvolvimento regional. Trata-se de um conceito em construção e vem sendo utilizado em pesquisas recentes de Mendes (2002; 2007; 2013a; 2013b), Carneiro (2007), Almeida (2009) e Vieira (2015), autores nos quais fundamentamos e delimitamos a configuração espacial da Trijunção neste estudo.

As abordagens sobre Região provêm dos estudos pioneiros feitos pelo geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918)²⁷, que ganharam repercussão póstuma a partir de 1922. Para ele, conforme destaca Lencioni (2014, p. 102-107), a regionalização do espaço deve ser pautada pela compreensão da história dos lugares e das suas formas de ocupação por diferentes grupos sociais como “*integração e síntese dos aspectos humanos e naturais, realizando a unidade homem-natureza*”. Lencioni (op. cit., p. 100, 111, 114) assim define o termo Região:

...um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraízam os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos [...]. A região se configura numa síntese de relações, sobretudo entre geomorfologia, clima e vegetação.

A existência de paisagens e a consciência coletiva de pertencimento telúrico que o homem constrói sobre as regiões, incorporando-as ao mundo da cultura e à sua

²⁷ La Blache é o formulador da teoria do Possibilismo Geográfico. Essa teoria baseia-se na possibilidade de haver influências recíprocas entre o homem e o meio natural. O termo possibilismo foi elaborado pelo historiador Lucien Febvre para diferenciar a geografia francesa dos trabalhos influenciados pelo determinismo ambiental, da escola alemã. Assim, o termo passou a designar uma escola de pensamento geográfico que encara o ambiente natural (muitas vezes referido como *Natureza*) como um mero fornecedor de possibilidades para a modificação humana, não determinando a evolução das sociedades, sendo o homem o principal agente geográfico. Como corolário, o gênero de vida não é uma consequência inevitável das condições ambientais, mas um acervo de técnicas, hábitos e instituições que permitem a um grupo social utilizar os recursos naturais disponíveis. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Possibilismo_\(geografia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Possibilismo_(geografia)), acesso em 29/4/17.

historicidade, é que as caracterizam e distingue cada identidade regional. Ao se justapor diferentes “*regiões elementares*” (como a Trijunção no Sertão-Gerais), as “*regiões geográficas complexas*” se constituem e se consolidam como “*regiões integrais*”. Neste sentido, Lencioni (op. cit. p. 108) reitera que não é importante estabelecer seus limites, mas entender cada região como uma “*auréola cujos limites não são determinados*”, pois suas fronteiras se alargam ou se encolhem ao longo do tempo transformando-se em decorrência do tipo ou modelo de desenvolvimento social e econômico que demarca temporalidades, interesses e itinerários no mapeamento e uso do espaço.

A Serra Geral de Goiás, localizada no sentido Brasília-Amazônia, mais do que um divisor “natural” na Geomorfologia pátria, é uma dessas “*regiões integrais*” dentro da qual e com a qual a Trijunção teceu relações de pertença na construção do seu espaço vinculando-o ao Nordeste do Brasil. Essa Serra, na parte ocidental, separa as Macrorregiões Sudeste/Nordeste, e na oriental, o Centro-oeste e Norte do país. Parte do itinerário da BR-020, criada em 1959, serpenteia seu relevo no trecho Formosa-GO/Luiz Eduardo Magalhães-BA.

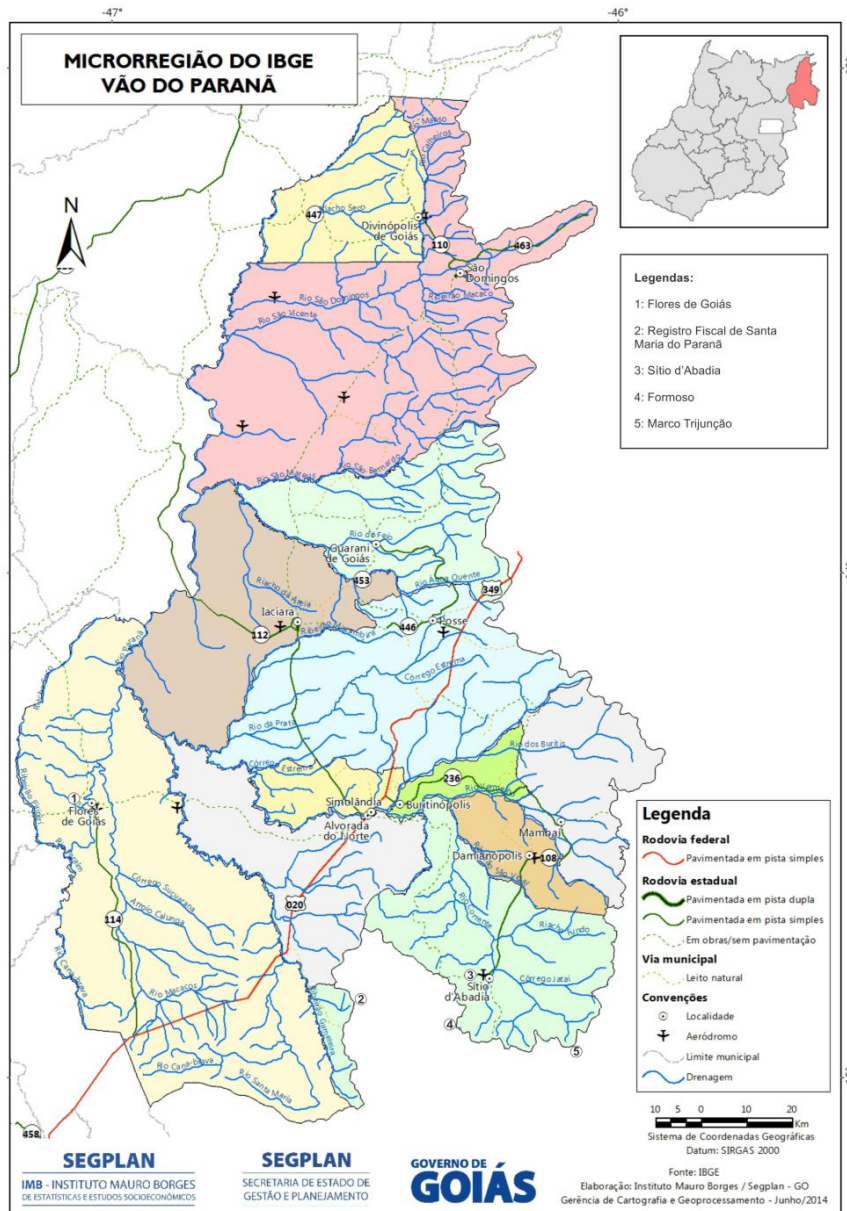
O Registro Fiscal de Santa Maria do Paranã (v. M.3), criado por D. João V em 1736 para tributar o intercâmbio comercial entre o Centro-oeste e o Nordeste – primeiro ponto de referência da ocupação colonial na Trijunção – situava-se em cima da Serra Geral no córrego Gameleira, atual divisa entre Formoso-MG, Alvorada do Norte e Flores, em Goiás (SPIX e MARTIUS: 1981, p. 105-107, 111-113). Considera-se (neste estudo) como Sertão-Gerais da Serra Geral o espaço circunscrito pela maioria dos municípios da bacia do médio Paranã (GO/TO), todos os municípios das bacias do Carinhanha (MG/BA) e Urucuia (GO/MG), além de parte dos municípios baianos situados no Alto Rio Corrente²⁸ e Alto Rio Grande, e municípios piauienses e maranhenses do Alto Parnaíba.

No Brasil-colônia a Serra Geral de Goiás era o centro de referência político-institucional e histórico-espacial das diferentes conexões entre a Zona Pastoril dos Currais do São Francisco (Sertão Baiano) e a Zona Mineradora do atual Centro-oeste (Goiás-Tocantins/Mato Grosso). A Trijunção é parte desse macroespaço porque sua formação nos séculos XVIII/XIX foi fortemente influenciada pelo processo de ocupação procedente da Bacia do São Francisco em constante interação com localidades que

²⁸ O topônimo Corrente é muito comum para nomear cursos d'água. Na Trijunção há dois rios assim nomeados. Para evitar confusão, quando usarmos as expressões “Formoso-Corrente” ou vice-versa ou ainda “Rio Corrente” – com R maiúsculo, referimo-nos à Bacia do Rio Corrente que deságua na margem esquerda do São Francisco. Quando citarmos apenas “rio Corrente” – com “r” minúsculo, tratar-se-á de um afluente da margem direita da Bacia do Paranã que assim como o rio Formoso (que é uma das nascentes da Bacia do Rio Corrente) também nasce dentro da Região da Trijunção.

surgiam margeando a dita Serra. Diversos autores relatam histórias entrelaçadas nesse espaço comprovando a integração entre Trijunção e Serra Geral desde esse período (CASTRO S/d; MACEDO: 1980; BOTELHO e ANASTASIA: 2012; MELLO: 1998 e 1999).

M – 3: Registro Fiscal de Santa Maria do Paranã (1º Demarcador de Fronteiras)



Fonte: http://www.imb.go.gov.br/down/mapas/microrregioes%20-%20ibge/microrregiao_do_vao_do_parana.jpg, acesso em 27/4/17.

A espacialização de modo geral deve ser sempre concebida como “*um produto da translação, da transformação e experiência sociais*” e é determinada, segundo Lefebvre, pelo contexto político e ideológico que dita as “*condições inerentes ao estar vivo*”. As relações sociais, produto das contradições capitalistas em nosso tempo, (re)organizam, historicamente, a configuração do espaço, mas também reagem contra ele. A problemática espacial contextualizada dentro de aspectos geopolíticos e sociopolíticos deve ser um dos elementos dialéticos para se entender “*o desenvolvimento geograficamente desigual na gênese e transformação do capitalismo*” (SOJA: 1993, p. 101).

As fronteiras que demarcam a regionalidade de cada território ou lugares são definidas pelas condições materiais que o homem/sociedade estabelece com a Natureza em cada região conforme relações de produção historicamente determinadas. Massey (2015, p. 29-37) explica que abordagens sobre espaço devem concebê-lo a partir de quatro eixos norteadores: 1) – ele é constituído de interações que conectam a esfera global às esferas locais; 2) – ele é múltiplo e aberto, e deve pluralizar, dialeticamente, diferentes trajetórias histórico-geográficas; 3) – ele está em permanente construção porque as práticas de espaço é um fazer-se constante como a “*simultaneidade de estórias-até-agora*”; 4) – ele não existe antes de estar conectado à relação política e cultural entidades/sociedades.

Toda espacialidade exprime a pertença a um nós que se constrói e se manifesta em recortes territoriais. O espaço de pertença resulta do conjunto dos recortes que ‘especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença num lugar’, o espaço de referências define o sistema de valores espaciais em que se inserem esses recortes e organiza a relação do aqui com o alhures (BOURDIN: 2001, p. 33).

Esses recortes são determinados por estratégias de dominação ou apropriação que provocam ações transformadoras no espaço. Haesbaert (HEIDRICH et. al.: 2008, p. 19-36) explica que a dominação é de natureza unifuncional ou arbitrária. Nela os territórios se tornam propriedades estatais ou privadas. Já a apropriação é de natureza multifuncional. Nela o espaço é recortado em territórios simbólicos ou de uso coletivo; é resultado da relação efetivo-vivencial dos seus ocupantes com a terra, as paisagens, os lugares...; e a territorialidade se define como o chão marcado pela identidade cultural de seus moradores.

Moreira, seguindo o mesmo raciocínio, afirma que a história do ordenamento territorial é sempre uma história construída/imposta pelo poder político. Ao impor

regras de domínio e coabitação, o Estado cria recortes espaciais unifuncionais que geram tensões ou conflitos de classe, reprimidos, amortecidos ou latentes no correr dos séculos (In: SANTOS, BECKER et. al.: 2007, p. 72-106).

No contexto dessas tensões entre sociedade política (governo) e sociedade civil (população e suas organizações sociais) – enfatiza Moreira – surgem contra-espços dentro dos espaços arbitrariamente ordenados pelo Estado. Como reação de grupos excluídos ou dominados, os contra-espços reestruturam os espaços institucionalizados politicamente e dentro deles criam suas próprias territorialidades locais ou regionais em fronteiras ou áreas periféricas.

A Trijunção do começo do século XXI é resultante de diversos recortes territoriais, determinados por interesses políticos ou econômicos que ignoraram (e excluíram da participação na divisão socioespacial) as comunidades Geralistas como protagonistas na ocupação e consolidação de territorialidades tradicionais aí constituídas. A área geográfica entre a Serra Geral de Goiás e as nascentes dos rios Carinhanha e Formoso-Corrente é o contra-espço de pertença dessas comunidades que ao longo do tempo se enraizaram nesse território fronteiriço independente das várias espacializações feitas pelo Estado que as dividiram (ou segregaram) entre unidades administrativas distintas. O senso de pertença dessas comunidades ao Sertão-Gerais na Trijunção manteve sua unidade cultural-identitária não obstante as territorializações subsequentes ou sobrepostas às quais foram submetidas.

Para compreender o viver dos Geralistas nas fronteiras da Trijunção BA/GO/MG é necessário, prioritariamente, fazer-se entender que o território deles – que foi fragmentado, mutilado, segregado e marginalizado por diferentes ordenamentos territoriais – é o ponto de inflexão político-cultural e institucional de onde devem iniciar as análises sobre sua historicidade, dinâmicas de ocupação e deslocamentos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Com esse foco, um dos objetos de abordagem é o enquadramento dessa região como espaço de múltiplas fronteiras geopolíticas.

De acordo com Silva (In: SANTOS; BECKER et. al. op. cit. p. 282-312), a fronteira começou a ser objeto de estudo em 1896 por Frederick Jackson Turner. Para esse autor norte-americano, a conquista da fronteira fortalecia a identidade nacional porque nela o pioneiro levava sua civilização e urbanização para torná-la zona produtiva. Contrapondo-se a essa tese, Silva define fronteira como uma *“faixa de contato cultural e social, uma linha móvel entre áreas já integradas ao sistema capitalista e outras com modos de vida ou de produção diferenciadas”*. Assim entendida, a fronteira é lugar de

(des)encontros onde sujeitos distintos precisam ser reconhecidos e respeitados em sua diversidade; fronteira é também lugar de disputa por recursos naturais onde o “*discurso do vazio tensiona as contradições no uso do espaço*”.

Silva (op. cit.) destaca ainda que a fronteira expressa a articulação das relações de produção impostas pela mobilidade do capital que criam “*formas diferenciadas*” no ordenamento territorial com sua integração à globalização. O capitalismo incorpora a fronteira convertendo-a em espaços de novas oportunidades e destrói ou desarticula territorialidades preexistentes como as dos Geralistas (CTNC).

Santos (2010, p. 382) aprofunda essa análise ao frisar as especificidades das fronteiras internas durante a territorialização colonial do Brasil. Para ele, o intercâmbio social e econômico entre as zonas de exploração pastoril do Sertão Baiano e suas regiões fronteiriças (a Trijunção, segundo este autor, é parte desse espaço analisado) criou “*fronteiras internas móveis, flutuantes e permeáveis*” que foram dilatadas ou comprimidas constantemente em decorrência de conflitos com indígenas ou quilombolas. Braz (1977) relata diversos desses conflitos na área que inclui a Trijunção, que resultaram na subjugação da etnia Kayapó pelos colonos portugueses durante o período de conquista entre 1690 e 1740.

A Trijunção – como veremos mais adiante neste capítulo – emerge na História Colonial como região-fronteira demarcadora de limites entre a zona pastoril e a zona mineradora exercendo tão somente a função de espaço de criação de gado e ponto de passagem de pessoas e mercadorias entre o Centro-oeste e o Nordeste brasileiro (v. Apêndices E-4 e E-5). O espaço que veio a ser habitado/apropriado pelos Geralistas no início do século XX sempre foi visto como “deserto”/sertão (SPIX e MARTIUS: op. cit.). Os Geralistas é que deram sentido de pertencimento regional à Trijunção ao tomarem posse dele.

As fronteiras da Trijunção localizam-se num espaço cuja particularidade geográfica leva-nos a qualificá-lo como transregionalizado, pois,

é a partir da consideração das Regiões como universos de prática, que se torna possível, pensar em transregionalização, que extrapola espaços físicos e fontes administrativas do problema. A transregionalização diz respeito aos inúmeros níveis definidores de fenômenos frequentemente associados às Regiões. [...]. [a transregionalização] convida o historiador a pensar sobre o Regional como face de identidades, que não se vincula apenas aos horizontes administrativos dominantes (pode até contestá-los) e participa do trabalho da memória social, possibilitando às pessoas organizarem dimensões de seu cotidiano e atuarem em múltiplas frentes de sua sobrevivência sem um destino político preestabelecido (SILVA: 1997, p. 214).

A transregionalidade da Trijunção²⁹ se expressa pelo conjunto de múltiplas fronteiras estatais justapostas, heterogêneas ou sobrepostas no mesmo espaço físico-ambiental, que consumou um confuso processo de territorialização institucional fraturada com “pedaços de fronteira” politicamente não articulados entre si pelo Estado. Mas também pelo conjunto de populações que, contrariamente a essa situação posta e não resolvida pelos Entes Federados, e não obstante estarem subdivididas (ou segregadas espacialmente) pelo poder político ou econômico em diferentes unidades administrativas, (nota-se que) essas comunidades mantiveram traços identitários comuns ao longo dos séculos, sobretudo o vínculo cultural e socioambiental com o Sertão-Gerais (bioma Cerrado) conforme já demonstraram estudos anteriores, entre os quais os de Jacintho (1998) e Correia (2002).

Essa fragmentação espacial (fraturas) que atualmente é representada pelo fatiamento da Trijunção entre três unidades federativas – como vimos – se por um lado contribuiu com os sucessivos processos de des(re)territorializações dos Geralistas, por outro, acentua a necessidade enfática de compreender a Trijunção como um espaço singular cuja realidade é refém de um contexto institucional multiterritorializado que a faz diferenciada de outros espaços do Brasil.

A formulação e execução de políticas públicas, sobretudo no âmbito regional e, especificamente, aquelas que focarem nas comunidades tradicionais Geralistas, precisa ter como ponto de inflexão estratégica a transregionalização. E como parte dela, inserir a localização dos Geralistas reterritorializados em municípios da Trijunção que, juridicamente, são entes federativos igualmente “separados” (ou também segregados?) pela lógica (e logística) geopolítica de planejamento do espaço brasileiro³⁰.

E a compreensão do sentido dessa Transregionalização passa, primeiramente, pelo apropriação coletiva e histórico-conceitual do termo Sertão-Gerais, inclusive pelos próprios Geralistas. Desde o século XIX tem se intensificado o volume de estudos sobre a formação e a construção semântica do que se convencionou nomear como Sertão. Souza (1996), ao analisar as representações binárias sertão-litoral no Pensamento Social brasileiro e a contribuição delas para a formulação dos projetos de nação, aponta enfoques divergentes ou contraditórios sobre a compreensão que tivemos ou temos ao tratar desse tema.

²⁹ Nesta pesquisa vamos considerar como Trijunção Oriental a parte banhada pelas bacias dos rios Urucuia, Carinhanha e Formoso-Corrente (*Região Hidrográfica do São Francisco*) e como Trijunção Ocidental, a parte banhada pela bacia do Paranã (*Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia*).

³⁰ Este é outro problema não resolvido nessa transregionalidade não oficializada/assumida pelo Estado, e que não é objeto específico de estudo dessa pesquisa.

Entre outros intelectuais, Souza destaca Capistrano de Abreu (1853-1927) com seus estudos pioneiros sobre a contribuição do Sertão no processo de ocupação colonial da Bacia do São Francisco rumo ao Nordeste-Norte e Centro-oeste; Euclides da Cunha (1866-1909) com sua narrativa áspera sobre o *Sertão de Canudos*, no centro da Bahia; e Cassiano Ricardo (1894-1974), principal ideólogo da *Marcha para Oeste*, que reposicionou o discurso pela interiorização do país³¹, celebrando os bandeirantes no imaginário político como mito-fundador inscrito no Panteão da Nacionalidade.

Tanto nas ciências sociais quanto na literatura, o Sertão tem sido objeto de reflexões, devaneios idílico-bucólicos ou questionamentos por meio de diferentes formas de representá-lo enquanto *locus* criador de identidades, cultural e territorial (SCHETTINO: 1995). Para Guillen, Sertão é um conceito que remete ao interior, lugar afastado, isolado, cheio de imprevistos e adversidades, distante de Portugal, espaço onde surgiu o brasileiro autêntico. É resultado de uma construção simbólica que representa o caráter formador de nossa brasilidade (BURITY: 2002, p. 105-122).

Assim como repousa divergências conceituais sobre a categoria Sertão, também não há consenso sobre a localização dele. Por isso optamos nessa dissertação por situá-lo a partir de estudos de Galvão (1972, p. 25) para quem o sertão inclui áreas que vão da Região Nordeste a partes consideráveis de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. De acordo com Rosa (1988, p. 432, 400), “o Sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a Caatinga (...). O Sertão é confusão em grande demasiado sossego”.

Dentro desse vasto e indefinido Sertão é que se localiza o que para Costa (2003) e Martins (2011) é nomeado como Gerais. Em seu extenso espaço geográfico, estão mesorregiões como Noroeste de Minas, Extremo Oeste Baiano, Norte de Minas, Sudoeste Piauiense, Leste Goiano (Vão do Paranã) e Sul Maranhense tendo como ponto comum entre esses territórios o fato de que ambos tiveram a Bacia do São Francisco como origem de sua formação histórica. Essas mesorregiões fizeram parte das Fronteiras Móveis ou Movediças incorporadas ao território pastoril que Dantas (2007), Santos (2010) e Henrique (2014) denominaram de “Sertão Baiano”.

Esse Sertão-Gerais, baiano na origem, é parte integrante do Cerrado (DAYRELL: 1998; COSTA e OLIVEIRA: 2012), também presente em zonas de transição, inclusive com o bioma Caatinga. Trata-se de um ecossistema caracterizado pela presença de

³¹Sobre Marcha para Oeste consulte: RICARDO (1959) e MENDES (1995). Sobre bacia do São Francisco: MACHADO: 2002.

chapadas, veredas, encostas e tabuleiros. Entre os marcadores identitários de suas populações (inclusive a *Geralista*) estão, em sua origem, a existência de terras de uso comum (territórios veredeiros ou NCV's), o trabalho como estratégia que materializa a posse da terra e uma relação com os recursos naturais cujas interações afetivas e simbólicas definem o que se qualifica como *Identidade Geraizeira* (NOGUEIRA: 2009).

O termo Sertão-Gerais é equivalente a Sertão dos Gerais ou Gerais, mas também tem sido empregado como expressão binária ou antítese. Andriolli (2011, p. 109-134) constatou que entre os moradores do PARNA-GSV.1, parte deles se refere ao *Gerais* (época antes da chegada do Parque) como “Tempo Bom”, i.e., sem pressão do Estado nem da sociedade. Já *Sertão* (do IBAMA) remete ao tempo posterior à chegada do PARNA-GSV (1989) quando passa a ocorrer coação, fiscalização, presença do Estado como instrumento de desterritorialização contra as comunidades tradicionais Geralistas.

Fig. 4A: 1ª Iconologia sobre *transmutações visuais* em Espaços Reinterpretados



Fonte: arquivo Francisco P.M. Souza, 2017

Fig. 4B: 2ª Iconologia sobre *transmutações visuais* em Espaços Reinterpretados

A POÉTICA DO ESPAÇO

... é graças à CASA que um grande número de nossas LEMBRANÇAS estão guardadas, e se a casa se complica um pouco, se tem porão e sótão, cantos e corredores, nossas LEMBRANÇAS têm REFUGIOS cada vez mais bem caracterizados. Voltamos a eles durante toda a vida em nossos DEVANEIOS. Cada pessoa então deveria falar de suas estradas, de seus ENTRONCAMENTOS... Cada pessoa deveria preparar o Cadastro de seus Campos Perdidos.

Há pessoas para as quais certas imagens conservam um privilégio indestrutível.

Nunca somos verdadeiros historiadores. Somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a POESIA PERDIDA.

Toda grande IMAGEM é reveladora de um estado de alma. A CASA MAIS QUE A PAISAGEM, é um 'estado de alma'.

*Sertão
é
Gerais?*



*Gerais
é
Sertão?*

A POÉTICA DO DEVANEIO

... é no REINO DAS IMAGENS que [...] que vamos buscar os benefícios da 'anima'.

... De fato quem escreve? O 'animus' ou a 'anima'? É possível a um escritor conduzir até o fim sua sinceridade de 'animus' e sua sinceridade de 'anima'?...

Assim, palavras cósmicas, imagens cósmicas, tecem VÍNCULOS DO HOMEM COMO MUNDO.

(Gaston Bachelard)

Fonte: Disponíveis em www.1000dias.com – acesso: 28/1/15; <https://www.estantevirtual.com.br/livros/gaston-bachelard/a-poetica-do-devaneio/2307066106> e https://www.estantevirtual.com.br/livros/gaston-bachelard/a-poetica-do-espaco/392483198?q=A%20Po%C3%A9tica%20do%20Espa%C3%A7o&livro_usado=1&gclid=EAlalQobChMIgrSkeiv2QIVUICRCh1bxwtKEAYYASABEgLOSfD_BwE – acessos: 18/2/18.

Sertão-Gerais e PARNA-GSV (também!) são, portanto, oximoros, antinomias e antonomásias de um espaço semanticamente tão disputado e reinterpretado nas lutas de representações. Sua problematização deve partir daí desse entrecruzamento de textos-imagens. Embora essa pesquisa não faça análise iconológica³² de material audiovisual,

³² Nesta pesquisa tratamos de analisar representações apenas em textos enquanto os recursos audiovisuais (o DVD e as imagens, p.ex.) são elementos exclusivamente ilustrativos nas análises. Erwin Panofsky (1892-1968) fazia distinção entre Iconografia e Iconologia. Em sua obra “*Estudos em Iconologia*” (1939), esse autor exemplificou a diferença: *Iconografia* é o **estudo do tema** (assunto); *Iconologia* é o estudo des-re-construtor do significado das imagens ou símbolos. Citamos dele o exemplo sobre a ação de um homem levantar seu chapéu: a *Iconografia* buscará tão somente compreender o ato de se retirar o chapéu da cabeça enquanto ritual cotidiano; já a *Iconologia* interpretará o levantar o chapéu, *educadamente*, como *representação de um gesto que remete ao cavalheirismo medieval*. Era com esse gesto que os homens armados costumavam retirar seus elmos para deixarem claras suas intenções pacíficas. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Erwin_Panofsky; acesso: 22/12/17. A iconografia aparece em nosso Capítulo IV.

apenas breve abordagem iconográfica, permitimo-nos aqui remeter essa problemática conceitual sobre Sertão-Gerais por meio de um simples exemplo-amostragem que ilustra como a manipulação de imagem influencia a espacialização de territórios. As Figs. 4A e 4B, resultantes de fotomontagem, são (com o perdão da redundância), ilustrativas dessa exemplificação de espaços retraduzidos em “*novas*” molduras.

Na Fig. 4A, a “imagem (*com pouco*) texto” está (con)fundida numa só moldura: aparece um grupo de visitantes (situação real defronte ao portal) do PARNA-GSV e abaixo uma “paisagem típica” de Gerais. Nessa moldura a categoria-síntese “Sertão”, “*envelhecido*”, (oposta à “Gerais” como *natureza antes apropriada pelos Geralistas*), foi sublimada numa foto recente, mas propositadamente desfocada (dando-lhe “sentido” de antiguidade) por nós: retrata, de forma grotesca, a ideia de suposta “precedência da obra de Guimarães Rosa como marco fundante em (re)leituras que tratem da relação Cultura-Território sobre essa unidade de conservação”. Os visitantes são convidados a percorrer trilhas ecológicas – todas associadas a personagens ou “Lugares Roseaos” (citados no discurso fictício desse autor) que servem como exemplos inspiradores para batizar (renomar) os antigos lugares das Nascentes da Carinhonha. A desconstrução monológica da Topogramática Geralista é um sintoma evidente nessas disputas plurissignificantes.

Na “imagem-texto” da Fig. 4B, há diversas frases de Bachelard³³ (1884-1962) igualmente pinçadas por nós. Antes de interpelá-las, é importante dizer que esse poeta e epistemólogo francês destacou-se, entre outros méritos, por seus relevantes estudos sobre poéticas do Espaço³⁴ e do Devaneio³⁵. Por meio de frases imagéticas como essas, ele mostrou quanto são sensitivamente pluridiscursivas ou sinestésicas (em linguagem não-verbal) a produção e circulação de lembranças na formação dos imaginários socioespaciais. O PARNA-GSV passa por esse processo de reinterpretação imagística.

Nessa segunda iconologia, o trocadilho-palindrômico de perguntas invertidas – *Sertão é Gerais ou Gerais é Sertão?* – remete-nos a questionamentos identitários sobre Geralistas confluindo “*casa*” e “*paisagem*” (humanizada) como elementos coexistentes sendo aquela determinante desta na configuração de significados atribuídos ao ambiente

³³ Sua biografia esta disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Gaston_Bachelard - acesso: 9/2/18.

³⁴ Disponível em <https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/bachelard-a-poc3a9tica-do-espaco.pdf>, acesso em 23/7/16.

³⁵ BACHERLARD, G. *A Poética do Devaneio*. Trad. Antônio de P. Danesi. Sp: Martins Fontes, 1996.

e suas representações. É a partir dessa coexistência dialética entre ambas que se deve fazer, também, a (re)leitura sobre o espaço incorporado ao PARNA-GSV.

Enquanto a *Mensagem Bachelardiana* nos invoca um conjunto de cenários que demarcam nossas casas como topogramas fixadores de lembranças na apreensão das paisagens – o Gerais entre as Nascentes da Carinhanha é assim ressignificado – o Sertão é a ausência do diálogo entre casa e paisagem: é o distanciamento entre Homem e Natureza. Nesse Sertão (leia-se: PARNA-GSV), ela se recompõe como objeto supostamente neutro no macroespaço difuso, sem identidade, enquanto os seres humanos (leia-se: Geralistas e Visitantes) postam-se, pasmados, como seus meros observadores; sobre ela têm êxtases cartesianos e contemplam-na à distância ou à sorrelfa, mas não demarcam sua espacialização como lugares criadores de lembranças: palavras e imagens-texto reconfiguram a topogramática do PARNA-GSV.

Nessa rápida análise iconológica, fica evidente tanto na primeira quanto na segunda molduras que a polissemia do termo Sertão-Gerais o faz sê-lo um espaço de disputas *bachelardianas*: ponto de partida e chegada das lutas de representações sobre as quais discorreremos mais adiante. Na década de 1990, as Nascentes da Carinhanha foram rebatizadas (“roseanizadas”) como “*Grande Sertão Veredas*” por causa da unidade de conservação. Mas esse é um exônimo: nome de um lugar usado por quem não mora nele, diferindo-se da linguagem toponímica dos nativos, que são desrespeitados em sua identidade territorial.

Historicamente, a população local sempre se referiu a esse território (atual PARNA-GSV) como *Gerais* (quando se quer mencionar lugares não escriturados onde vivem os não-fazendeiros: os Geralistas) demarcando-o nos seus limites com a *Carinhanha dos Carneiros* (imagem associada aos pecuaristas da Fazenda Bela Lorena); ou, simplesmente, nomeando-o como “*a Carinhanha*”. Sempre depende de onde esteja o observador, o lugar de fala, (sobre) e para quem fala e de quem se fala.

Essa é uma disputa de atribuição de sentidos ao Sertão-Gerais que, continuamente, se ressignifica com novas designações à toponímia regional ou com o anonimato dos lugares antes habitados pelos Geralistas. A não apropriação do arcabouço teórico-conceitual e da própria historicidade dessa espacialização só contribui para intensificar a desorganização dessas territorialidades e suas identidades locais no espaço que se tornou PARNA-GSV ou passou a girar em torno dele.

O conjunto de imagens-textos construído por Guimarães Rosa no romance que deu nome a essa unidade de conservação é de uma beleza estonteante. Mas apresenta o

PARNA-GSV apenas como cartão-postal e dele as políticas ambientais se servem para sobre ele *moldar* (de moldura mesmo!) “*Cenários Sertanejo-roseanos*”, ignorando a categoria identitária “Geralista”, que se submerge ao anonimato como se fosse desprovido de historicidade: uma velha *moldura desfocada* num canto de parede.

Confrontar essa omissão de identidade *historicizando-a* ante outras representações – (Bachelard nos instiga a fazer isso; e o fizemos com as narrativas geralistas na 2ª parte dessa pesquisa) – é o primeiro *obstáculo epistemológico* (um termo *bachelardiano*) na des-re-construção dessas representações ilustradoras (de molduras) e tradutoras (de discursos) nessa disputa de significados entre-fronteiras da Trijunção. Começemos com o mestre Guimarães Rosa (in: Mendes (2013a, p. 16):

Gerais³⁶

[...] *E vi meus Gerais!*
[...] *nos Gerais, a mesma raça de borboletas,*
que em outras partes é trivial regular
– cá cresce, vira muito maior,
e com mais brilho, sabe;
acho que é do seco do ar,
do limpo, desta luz enorme [...]
[...] *O ar dos Gerais, o senhor sabe [...]*
Mas, de parte do poente algum vento suspendia
e levava rabos-de-galo,
como que com eles fossem fazer um seu branco ninho,
muito longe, ermo dos Gerais,
nas beiras matas escuras e
águas todas do Urucuia, e
nesse céu sertanejo azul-verde [...].
O senhor estando lembrado:
aqueles cinco, soturnos homens,
catrumanos também dos Gerais,
cabras do Alto Urucuia [...].
[...] *peçoal dos Gerais*
– gente mais calada em si e sozinha,
moradores das grandes distâncias.
[...] *Diadorim – ele ia para uma banda,*
eu para outra, diferente;
que nem, dos brejos dos Gerais,
sai uma vereda para o nascente
e outra para o poente,
riachinhos que se apartam de vez,
claramente, na sombra de seus buritizais...
[...] *O senhor vê, nos Gerais longe:*
nuns lugares, encostando o ouvido no chão,
se escuta barulho de fortes águas,
que vão rolando debaixo da terra.
O senhor dorme em sobre um rio? [...].
‘Vou para os Gerais!
Vou pra os Gerais! (grifos nossos).

³⁶ Mendes informa-nos que coligiu os trechos aqui citados depois de tê-los adaptados, “*livremente, para a forma prosopoética, mas sem mexer na estrutura narrativa*” de Guimarães Rosa; esses trechos podem ser conferidos em Rosa (op. cit., p. 268, 428, 163, 168, 438, 45, 482, 255).

1.2 – ENCRUZILHADA DE MÚLTIPLAS FRONTEIRAS NO CONTORNO DO PARNA-GSV

Com base em estudos locais e regionais³⁷ que abordam a Trijunção BA/GO/MG, podemos dividir a formação de seu território em três longos períodos distintos: “Era dos Currais” (1720-1907), “Era do Carrancismo” (1907-1959) e “Era do ‘Sertão’-Brasília” (desde 1959). A busca por *historicidades subterrâneas* é a nossa bússola: essa é uma exumação diacrônica³⁸ em ruptura inicial com os *Silenciamentos Genealógicos* sobre Passado nas franjas transfronteiriças *baiangoneiras*.

A *Era dos Currais* marcou o surgimento das territorialidades locais (povoações oriundas de fazendas pioneiras, matrizes fundantes dos primeiros municípios), momento em que as fronteiras políticas móveis entre as unidades administrativas (capitanias/províncias/estados) do Brasil iam se fixando na Trijunção por meio da territorialização construída pelos pecuaristas do Sertão Baiano. Nessa mesma época, junto ao território dos Currais da Bahia e no mesmo espaço sobreposto dessa Região-Fronteira, se organizou o território da Diocese de Olinda que exerceu jurisdição eclesiástica em toda a margem esquerda do São Francisco (MENDES: 2002, p.557-562; MELLO: 2005, p. 59-91) no período 1676-1854 (v. Apêndice E-3).

Essa sobreposição de territórios no mesmo espaço criou a figura “*homens-fronteiros*” (SANTOS: 2010, p. 129, 141, 217; e 2009) habitando lugares institucionalmente multiterritorializados (HEIDRICH et. al: 2008) tendo como resultado a formação de um povo cuja identidade era ligada aos sertões do rio São Francisco, mas não ao território de uma capitania específica. Os Geralistas da Trijunção já nasceram portando uma identidade fronteiriça, diferenciada, que não era baiano-pernambucana, mineira nem goiana: é *Baiangoneira* (MENDES: 2013a), um dos substratos do *Ethos Baiano*³⁹ (COSTA: 2003). Nascia ali uma Identidade Geraizeira cuja origem, no

³⁷ Para resumirmos a história da Trijunção nos baseamos em diversos autores, entre os quais, SOUSA: 1993; DURÃES: 1996; MATA-MACHADO: 1998; MENDES, 2002; CARNEIRO: 2003; VIEIRA: 2005; BAIANO: 2006; FUNATURA-IPHAN: 2006; FERREIRA: 2006; CARNEIRO: 2007; SOUSA: 2008; PMCH: 2012; e VALADARES: 2013.

³⁸ Exumação é o ato de DESENTERRAR algo (um cadáver, p. ex.), literalmente, coberto pelo húmus; em sentido figurativo (aqui aplicado nessa pesquisa), é o ato de retirar a história da Trijunção das sucessivas Camadas de Esquecimento (essa é a Estratégia Narrativa do *PALIMPSESTO: apagar o passado de um lugar para em cima dele construir nova história*), produzido por narrativas recentes que desconsideram seu Passado como região-fronteira. Adotamos aqui a Estratégia Narrativa do INCUNÁBULO: *aquela que para nós busca a releitura dos primeiros textos ou de obras referenciais sobre nossa área de estudo*. Com esse foco, optamos aqui por uma *abordagem diacrônica*, isto é, fazemos um resumo da área de estudo destacando sua evolução ao longo da História e dando ênfase às mudanças que impactaram sua formação. As abordagens anteriores têm caráter *sincrônico* e dão ênfase à obra de Guimarães Rosa, ou seja, buscam compreender o PARNA-GSV a partir do contexto cronológico específico do surgimento da unidade de conservação, nos anos 1980/90, e da Literatura de Ficção do autor citado, sem buscar entender todo o processo histórico que contribuiu para a historicidade do território e dos seus moradores – os Geralistas. Veja mais detalhes no Capítulo II.

³⁹ Conceito criado para se referir ao tipo de cultura surgida no Médio São Francisco, resultado do contato entre o Norte de Minas e a Bahia quando os pecuaristas do Nordeste colonizaram aquela região. A Região da Trijunção tem sua formação identitária vinculada ao Norte de Minas, portanto, o termo *Baiangoneiro* é uma subunidade da Cultura Baiana. Nessa pesquisa *Cultura Baiana* é

Gerais do Norte de Minas (como veremos nos capítulos seguintes), forjou a formação da “*Comunidade Imaginada Baiangoneira*”⁴⁰ (ANDERSON: 2005, p. 31-46).

A *Era do Carrancismo* (MARTINS: 2011, p.71; CORREIA: 2002, p. 48-55; MENDES: 2012, p. 133-134), sobretudo nas três primeiras décadas do século XX, foi marcada tanto pela estruturação política do Coronelismo (LINS: 1983) quanto pela fixação das Comunidades Tradicionais Geralistas entre as Nascentes da Carinhanha onde hoje se situa o PARNA-GSV. Já a *Era do Sertão-Brasília* corresponde à época atual iniciada com a construção de Brasília (década de 1950) e a influência dela na Trijunção dentro do contexto de modernização advindo da Revolução de 1930, que provocou a configuração das múltiplas fronteiras atuais, no contorno do PARNA-GSV.

1.2.1 – Era dos Currais (1720/1907): a *Transregionalização da Trijunção*

Fig.5/6 – Cenas da Trijunção Rústica e Pastoril: Gado Curraleiro⁴¹ e tela “*A Derrubada*”, autoria de Antônio Parreiras
Cenas ilustrativas da vida rural tradicional típica da Era dos Currais



Fontes: Disponível em <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/historia-da-raca-curraleiro-pe-duro-61086>, acesso em 5/6/17 e <https://artesehumordemulher.wordpress.com/pinturas-de-antnio-diogo-da-silva-parreiras-2/> - acesso: 19/7/19

A formação histórica da Trijunção como região-fronteira iniciou-se no século XVIII e foi determinada a partir dos fluxos socioeconômicos que resultaram na substituição da Economia Canavieira pela Mineração após a reconfiguração geopolítica do domínio colonial português com o fim da União Ibérica (1640) e das Invasões Holandesas no Nordeste (1654). Neste sentido, subdividimos esse período da Trijunção em dois momentos: A Fase 1(um) é caracterizada pela demarcação das Fronteiras Internas do Brasil (1720-1827). De acordo com Santos (2010, p. 18-19, 23, 88-90, 404-406), a fixação de limites entre elas é fruto de sucessivos confrontos sangrentos de colonos entre si e deles contra indígenas e quilombolas. Essas fronteiras eram móveis,

atribuição de pertencimento a quem mora ou nasceu na Trijunção enquanto Cultura Sulista é atributo referente aos imigrantes ditos sulistas ou gaúchos, pessoas provenientes do Centro-sul do país.

⁴⁰O termo Baiangoneiro surgiu inicialmente em Cocos-BA para se referir aos habitantes da fronteira entre Bahia, Goiás e Minas Gerais enquanto o termo BA.GO.Minas (lugar onde vivem os *Baiangoneiros*) surgiu em Formoso-MG, ambos municípios da Trijunção. Desconhece-se quem foram seus autores. O uso deles em livros ou publicações acadêmicas é atribuído a Mendes (2007a; 2013a, p. 13-34). Veja Item 4.3.3 do último capítulo e a conclusão.

⁴¹ Também conhecido como Pé Duro, esse bovino têm origem europeia, mas se desenvolveu na Bacia do São Francisco no período colonial. Foi a raça predominante no Brasil até o final do século XIX quando raças indianas foram introduzidas no Triângulo Mineiro.

reversíveis e descontínuas. Mudavam ao longo do tempo em decorrência das reações de ambos os lados na disputa por territórios. A Fase 2(dois) tem como ponto de partida a demarcação de Territorialidades Municipais (1827-1907) quando a ocupação da Trijunção é consolidada em definitivo (v. Apêndice E.3).

A colonização portuguesa alargou suas fronteiras⁴² de dominação do Brasil desde o início do século XVI. E o rio São Francisco foi o primeiro vetor de conquista do território-interior povoado por centenas de etnias indígenas tapuias. Para Sampaio (2002, p. 52), “*no desenvolvimento histórico do país, o rio São Francisco representou sempre o papel de condensador e distribuidor das Correntes Povoadoras da nossa terra*”. Com o mesmo enfoque, Henrique (2014, p. 87) afirma que “... *o processo de territorialização colonial...*” na bacia desse rio se deu por meio da pecuária, que era “*considerada sempre como atividade subsidiária à mineração e à grande lavoura*”, mas que “*auxiliou a conversão do vasto território em área produtiva*” sedimentando o povoamento do interior da colônia ao consolidar a acumulação primitiva de capital e o sistema de sesmarias como instrumentos efetivos do domínio português.

Essa incorporação da Bacia do São Francisco ao capitalismo europeu por meio da pecuária (v. Figs. 5/6) foi estruturando-se (1650/1750), pioneiramente, com a expansão do morgado pastoril⁴³ sob comando da Casa da Torre de Tatuapara (família Garcia d'Ávila) e da Casa da Ponte (família Guedes de Brito). Ambas tinham sedes no litoral da Capitania da Bahia. Esses latifundiários criaram o que Santos (2010) nomeou como Sertão Baiano ou Currais da Bahia – um vasto território que incluía os atuais estados da Bahia e Sergipe, norte-nordeste-noroeste de Minas Gerais, sul-sudoeste do Maranhão e Piauí, e partes da interseção Nordeste Goiano/Sudeste do Tocantins.

A Trijunção surgiu dentro desse macroespaço nordestino a partir da conquista do Alto Médio São Francisco entre seus afluentes da margem esquerda: Carinhanha, Peruaçu, Urucuia e Paracatu. Embora colonizada por baianos, essa área primitivamente era da Capitania de Pernambuco (ABREU: 1960, p. 66) que sobre ela exercia jurisdição político-administrativa (pela margem esquerda da Carinhanha) e também eclesiástica

⁴² Quando da chegada dos portugueses no Brasil estava em vigor o Tratado de Tordesilhas desde 1494. Por meio dele, Portugal e Espanha combinaram de repartir entre si as terras descobertas ou ainda por descobrir. A linha imaginária “demarcada” nesse documento foi rompida entre os séculos XVII e XVIII por bandeirantes, fazendeiros, missões jesuíticas e mineradores, o que obrigou os dois reinos a assinarem diversos acordos diplomáticos, destacando-se o Tratado de Madri, em 1750, que provocou as Guerras Guaránicas – um dos mais sangrentos massacres contra populações tradicionais nas Américas – e deu ao Brasil a configuração espacial de hoje.

⁴³ Considerava-se Morgado toda propriedade de terras que era indivisível após a morte de seu dono e que era administrada pelo filho mais velho da família do “de cujus” para usufruto dos demais herdeiros. A Lei de Morgados vigorou em todo o Brasil-Colônia e só foi extinta em 6/10 de 1835. Ela era parte do sistema de sesmarias por meio do qual a Coroa concedia léguas de terras sertão adentro com o fito de serem exploradas por quem delas tivessem condições financeiras para fazê-lo (SILVA: 2008, p. 95). O morgado dos Garcia d'Ávila ocupou a margem esquerda do São Francisco (onde está a Trijunção) enquanto os Guedes de Brito colonizaram o outro lado do mesmo rio até as nascentes do seu afluente, o rio das Velhas, nas Minas do Sabarabuçu (Sabará-MG).

através da Diocese de Olinda até próximo às vertentes do Paranaíba (v. Apêndices E-4 e E-5).

Ao discorrer sobre esse período, Abreu (op. cit., p. 131) foi peremptório: “*O gado transporta o dono. E pululam fazendas, nascem estradas e o povoamento quase contínuo...*”. É nesse contexto que Portugal oficializa a Estrada Real ou Caminho da Bahia (v. M.4) ligando o Nordeste Pastoril ao Centro-oeste minerador. Essa estrada passava dentro do PARNA-GSV.2 margeando a Carinhanha e seu afluente, o Itaguari.

Nessa mesma época – intervalo entre a bandeira de Fernão Dias Paes Leme (1674-1681) que atravessou Minas Gerais e as de Bartolomeu Bueno da Silva (pai e filho, anos 1720) que devassou o Centro-oeste (GO/MT) – a disputa pelo controle da mineração nesses lugares e o “direito de precedência” na posse da bacia sanfranciscana pelos donos do gado baiano provocou a Guerra dos Emboabas (1709), com a derrota dos mineradores paulistas, expulsos de onde hoje é Minas Gerais. Também ocorre a Confederação dos Cariris⁴⁴ encerrada em 1713 com a derrota dos indígenas.

M – 4: Origem dos Caminhos da Trijunção (abril de 1736) e das Conexões Geraizeiras (Nordeste/Centro-oeste) no Sertão-Gerais – Alto/Médio São Francisco



Fonte: Roteiro de Nuno Marques Pereira, autor de “*O Peregrino da América*”, editado em 1728 com patrocínio de Manoel Nunes Viana. Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bb/Caminho_da_Bahia_GIF.gif, acesso em 28/4/17.

⁴⁴ Os indígenas da etnia Cariri viviam em vastas áreas dispersas entre os rios São Francisco (Bahia) e Paranaíba (Piauí). A partir de 1683 se confrontaram com os colonos portugueses e foram massacrados assim como, em 1695, com ajuda de Mathias Cardoso de Almeida, o bandeirante Domingos Jorge Velho fora contratado para massacrar os quilombolas de Palmares.

Neste início de século XVIII, os Kayapós ocupavam a Região da Trijunção e toda a área adjacente na interseção Serra Geral de Goiás/Bacia do rio Paranã e a margem esquerda do São Francisco no trecho aqui já descrito (RIBEIRO: 2005, p. 117-145). Trezentos anos antes de ser criado, o PARNA-GSV era, portanto, um território caiapó (v. Apêndices E.4; E.5). A partir de 1690, o bandeirante Mathias Cardoso de Almeida e sua numerosa parentela paulista assume a liderança da colonização pastoril no norte-noroeste de Minas (parte da Trijunção).

A Bacia do Urucuia vira território dos Almeida. A Bacia da Carinhanha é ocupada pelo pecuarista baiano Manuel Nunes Viana (procurador dos Guedes de Brito) que, depois de derrotar os paulistas no conflito emboaba, fixa residência na Fazenda São José do Escuro (hoje cidade de Carinhanha-BA) onde dali comandará a colonização desse território estendendo seus domínios por quase toda a Trijunção. Com a morte dele em 1735, a região passa para o controle de Atanásio Cerqueira Brandão (do clã Garcia d'Ávila) e seus descendentes, antigos donos da área desde 1659 (BANDEIRA: 2000, p. 158-159). Januário Cardoso de Almeida, filho único de Mathias, torna-se genro de Atanásio. Seus herdeiros prolongam o domínio da Trijunção até o alvorecer do século XIX (SANTOS: 2009, p. 90, 135).

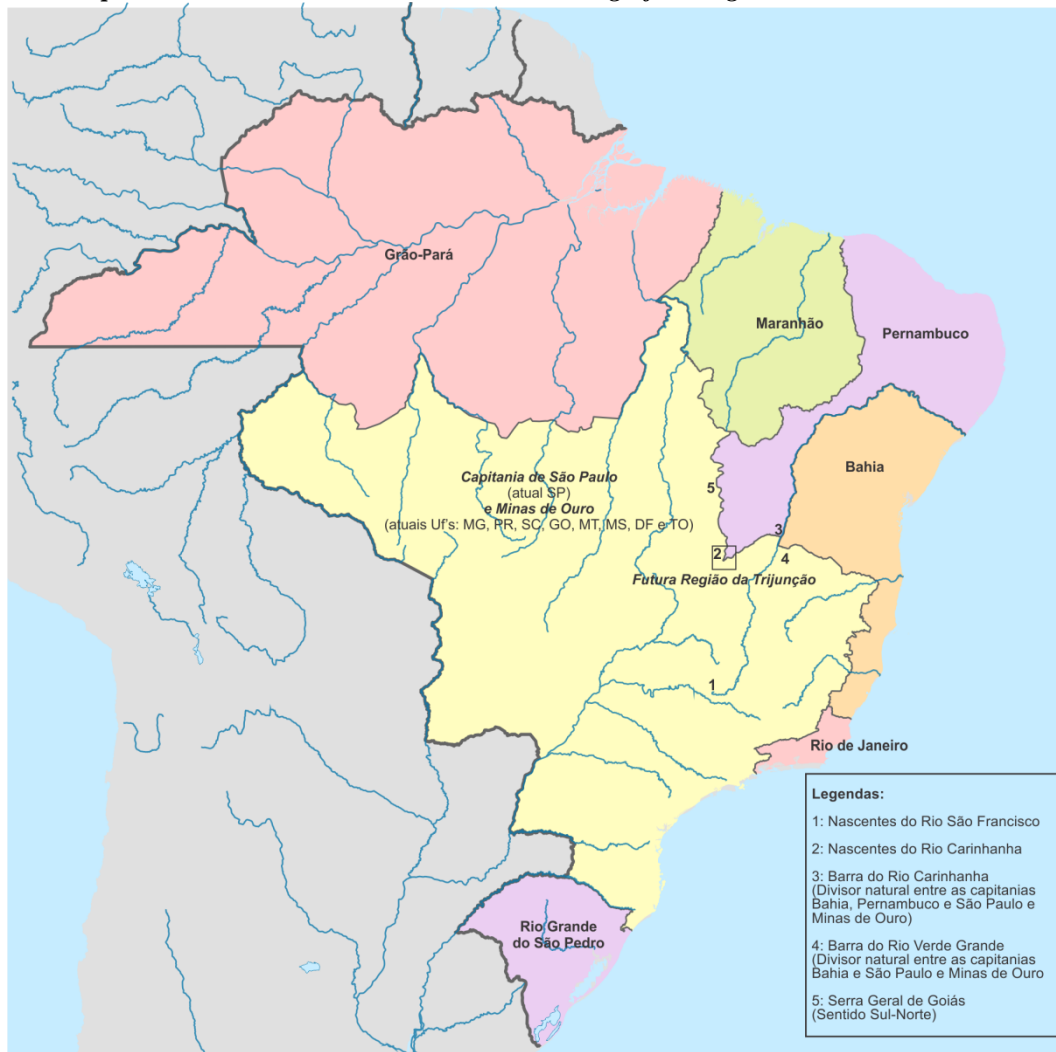
Essa aliança política entre Viana/Brito e Almeida comanda o massacre contra os indígenas que habitavam os rios Carinhanha, Urucuia e Paranã – parte dessa área hoje é o PARNA-GSV. Santos (2009, p. 80) destaca a dramática diáspora dos Kayapós ante a invasão dos portugueses aos seus territórios tribais: “*Dali seguiram os indígenas para o vale do Urucuia [...]*”, pois os colonos “*conseguiram repelir os índios para as margens do rio Carinhanha, de onde depois eles se retiram para os sertões de Goiás*”. Relato semelhante é descrito por Braz (1977, p. 44, 48,55) e Souza (1993, p. 65, 28-30, 74).

Pouco depois, em abril de 1736, novos conflitos reacendem o drama da colonização entre os rios Carinhanha e Urucuia. Maria da Cruz Porto Carreiro (do morgado Garcia d'Ávila) e o Padre Antônio Mendes Santiago são derrotados em São Romão-MG ao liderarem os Motins do Sertão do São Francisco contra a Coroa Portuguesa (BOTELHO e ANASTASIA: 2012).

Esse conjunto de conflitos muda a cartografia colonial. O Estado Português fez novo ordenamento territorial no que hoje é o Centro-sul do Brasil para facilitar o controle político e tributário dos territórios colonizados ou a conquistar. Cria-se a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro em 1709 (v. M.5). Os conflitos permanecem. Onze anos depois, ao impor derrota à Revolta de Filipe dos Santos, a Coroa institui a

Capitania de Minas Gerais que é desmembrada do território paulista. Esse é o marco legal que deu origem à Trijunção como espaço de múltiplas fronteiras ou espaço-enclave⁴⁵: zona de passagem entre a Pecuária e a Mineração, lugar-móvel, nômade, onde o desenvolvimento demorou quase três séculos e ainda não se fixou, efetivamente.

**M.5: Configuração Espacial do Brasil após a Guerra dos Emboabas – 1707/1709:
Capitania de São Paulo e Minas de Ouro na Geografia Imaginada dos Bandeirantes**



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b2/Brazil_%281709%29.svg, acesso em 28/4/17.

Como zona de passagem da Estrada Real da Bahia, a Trijunção se insere na cartografia do século XIX apenas com um núcleo populacional consolidado: o arraial que veio a se tornar o atual município de Flores de Goiás-GO (CASAL: 1945, p. 348). As décadas de 1730/1740 caracterizaram-se pela descoberta de ouro na Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã. O dito arraial surgiu nessa época junto com Cavalcanti e São Domingos, entre outros núcleos urbanos pioneiros como conectores de relações

⁴⁵ Enclave é um território com distinções políticas, sociais e/ou culturais cujas fronteiras geográficas ficam inteiramente dentro dos limites de um outro território. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Enclave>, acesso em 4/6/17.

entre Trijunção e rio São Francisco. Essa conexão passava pelo posto fiscal (que já citamos), situado nas Chapadas de Santa Maria do Paranã, região do arraial de Flores. Bertran (1999, p. 29) apoia-se em dados de Cunha Matos, de 1824, confirmados por Vieira (2005, p. 47), para atribuir a fundação de Flores (em 1740) a Domingos Pires Maciel, integrante do clã urucuiano liderado por Mathias C. de Almeida.

Casal (op. cit. p. 328, 356, 364, 391-392) e Mello (1999, p. 50) informam um novo tipo de ordenamento territorial que mais uma vez fragmentou a Trijunção como espaço fronteiriço: a espacialização determinada pela organização judiciária. Em 1809 é criada a Comarca de São João das Duas Barras (abrangendo só o norte de Goiás); em 1815, a Comarca de Paracatu-MG (v. M.6); e em 1820, a Comarca do Sertão Pernambucano (então sediada na atual Flores-PE) desmembra-se e dela surge a Comarca do Rio São Francisco⁴⁶ (sediada na atual Barra-Ba com jurisdição sobre as bacias dos rios Grande, Formoso-Corrente e Carinhanha). A Trijunção é assim fatiada pela cartografia da Justiça na véspera da Independência do Brasil (1822).

M.6: Pedacos da Trijunção fragmentados dentro da Cartografia Mineira



Fonte: https://paracatumemoria.files.wordpress.com/2015/10/comarcas_de_minas_gerais_1821.jpg, acesso em 25/3/16.

⁴⁶ A Comarca do Rio São Francisco é tomada de Pernambuco e anexada à Comarca de Paracatu-MG entre 7/7/1824 e 15/10/1827 como punição pelo fato de que os pernambucanos organizaram a Confederação do Equador (1824), revolta contra o Governo de D. Pedro I (ABREU: 1960, p. 66).

Em 1827 a Comarca do Rio São Francisco é anexada, em definitivo, à Província da Bahia que até então não possuía jurisdição territorial na margem esquerda desse rio. Nas décadas seguintes, a Trijunção teve seu território repetidamente mutilado com partes incorporadas aos municípios de Flores de Goiás/Sítio da Abadia, Carinhanha e Correntina (BA), Paracatu, Januária, São Romão e São Francisco (MG) – a maioria deles criada na Fase 2 (1827-1907). Nessa nova fase, a transregionalização da Trijunção pela cartografia nacional é concluída, definitivamente. As fronteiras internas do Brasil foram demarcadas tendo o rio Carinhanha e a Serra Geral como limites naturais entre baianos, goianos e mineiros (Baiangoneiros?). Com isso, Pernambuco perdeu o domínio que tinha na Trijunção (v. Apêndice E-3).

Na Era dos Currais, a Trijunção caracterizou-se como espaço subpovoado, destinado à criação de Gado Curraleiro (BRUNO: 1967, p. 147) por meio de rodízio (manejo de pastagem) entre os campos gerais dos rios Carinhanha/Formoso-Corrente (que lhes serviam de retiros nos períodos de seca) e as chapadas do Paranã/Urucuia. Esse gado abastecia mercados agropecuários de Capuame (BA) e São Paulo, além das zonas mineradoras goiano-matogrossense e mineira (HENRIQUE: 2014; GONZAGA: 1910). Na Fase 1, a Trijunção é identificada nos documentos oficiais como Chapadas de Santa Maria do Paranã, em referência ao registro fiscal, aqui reiteradas vezes citado (MENDES: 2002, p. 139-151). Na Fase 2, essa região-fronteira sofre os impactos, social e econômico, da Modernização Sanfranciscana, iniciada por D. Pedro II.

Mata-Machado (1991) e Machado (2002) definem essa modernização como um conjunto de ações do Estado brasileiro entre 1850 e 1930 que consistiu primeiro em estudos sobre navegabilidade do São Francisco e seus afluentes; depois partiu para o melhoramento do tráfego terrestre e fluvial. Sua finalidade era reativar a dinâmica capitalista nas relações entre a Bacia do São Francisco e o Litoral Atlântico. Como um dos resultados, destacamos a ligação ferroviária de Salvador a Juazeiro-BA, em 1896; e do Rio de Janeiro a Pirapora-MG, em 1911. Ferrovias e hidrovias se tornariam a simbiose-oximoro de um Projeto de Interiorização do Desenvolvimento que impactou os Geralistas e o Sertão-Gerais (e sobre a qual trataremos no Item 1.2.2).

No entre-séculos XVIII/XIX, a atual Flores de Goiás foi o polo-matriz da institucionalidade na Trijunção. Por ela transitou e convergiu as povoações embrionárias, dispersas e distantes entre si nas bordas da Estrada Real da Bahia⁴⁷. É

⁴⁷ Essa estrada real, oficialmente, deixou de existir após a Independência do Brasil. Mas foi usada até a década de 1950 quando surgiram as modernas rodovias federais como a BR-020. Flores era o ponto de referência de quem transitava por essa estrada.

desse período (1720-1907), a formação de lugarejos como Morrinhos⁴⁸ do Urucuia (núcleo ancestral de Arinos-MG) e Serra das Araras (núcleo ancestral de Chapada Gaúcha-MG) na Bacia do Urucuia; São João dos Gerais (hoje Coribe-BA) no meio entre as bacias Formoso-Corrente/Carinhanha; Sítio da Abadia-GO e Mambaí-GO, na Bacia do Paranã (v. Figs.7 a 9); e Formoso-MG, no meio entre as bacias mencionadas. Esses lugares, todos emancipados no século XX, são o que Santos (2010, p. 362, 364) define como “*últimas povoações*” (arraiais fixados como “*pontos extremos da zona de povoamento*” para garantirem a posse do território tomado de indígenas ou quilombolas, e, assim, consolidar as fronteiras internas da colonização).

Fig.7/8 – Marcos fundadores de arraiais e Lugares de Culto no Entre-fronteiras da Trijunção⁴⁹. À esquerda: Igreja Nossa Senhora do Rosário, Flores de Goiás-GO. À direita: Igreja Nossa Senhora d’Abadia, Sítio d’Abadia-GO.



Fonte: Disponíveis em <http://www.dinomarmiranda.com/2015/07/policia-da-paraiba-prende-em-flores-de.html>, acesso em 8/5/17; <http://www.panoramio.com/photo/84545674>, acesso em 8/5/17.

Fig.9 – Lugar de Culto em Arinos-MG: Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Morrinhos



Fonte: Mendes (2013a)

Tendo o povoamento descontínuo (v. M.6) em zona de fronteira interna como essência de sua estruturação espacial e política, a Trijunção que se configura na Fase 2 da Era dos Currais traz como marca dessa época, a consolidação do processo colonizatório das nascentes do rio Carinhanha, manancial-referência onde veio instalar-se o PARNA-GSV. Esse Processo de Espacialização Institucional Fraturada no Sertão-Gerais (v. Apêndice E-2) fez com que a Região da Trijunção se territorializasse,

⁴⁸ Não confundir esse Morrinhos com outro mais antigo, hoje dentro do município de Matias Cardoso-MG, na confluência do Verde Grande com o rio São Francisco, e que serviu de base colonizadora dos Cardoso de Almeida desde 1690. Na área à montante do rio Urucuia, rumo a Formosa-GO (antigo Arraial de Couros), surgiu Buritis-MG, importante ponto de parada e comércio entre o rio São Francisco e o Centro-oeste, e que se tornara sede da Paróquia Nossa Senhora da Penha a partir de 1805.

⁴⁹ Disponível em <http://www.dinomarmiranda.com/2015/07/policia-da-paraiba-prende-em-flores-de.html>, acesso em 8/5/17. <http://www.panoramio.com/photo/84545674>, acesso em 8/5/17.

definitivamente, em partes transregionalizadas numa simbiose entre três macroterritórios⁵⁰ coloniais contíguos:

- “Território Vão do Paranã – TVP”⁵⁰: composto pelos microterritórios Flores de Goiás, Formoso/Sítio da Abadia, além de outros que não interessam no contexto dessa pesquisa.
- “Território Vão do Urucuia – TVU”⁵⁰: composto pelos microterritórios Morrinhos do Urucuia, Buritis, etc (idem).
- “Território Carinhanha⁵¹ – TC”⁵¹: composto pelos microterritórios Porto Cajueiro, “*Gerais*” (entre Carinhanha-Cobra-Itaguari-Taboca – GCIT), Ribeirão dos Bois, Santa Rita-Rio Preto (SRP), Bela Lorena, *Gentio/São Joaquim* e outros mais distantes do PARNA-GSV.

Essas macroterritorialidades foram interconectando-se pelos colonos-fundadores à revelia da cartografia estatal. Os núcleos populacionais que aí se fixaram deram origem aos municípios que já citamos. E nas bordas da Trijunção atual, como intermediário das relações culturais/familiares dela com Januária-MG, também constituiu-se o “Território Pardo-Pandeiros (TPP)” à montante desses dois rios afluentes do São Francisco. Integra/ra/m-no os microterritórios Serra das Araras (distrito de São Francisco a partir de 1917 e de Chapada Gaúcha em 1997); e Vargem Bonita (que sempre fora distrito januarense).

O TPP se organizou, sucessivamente, a partir de 1850 tendo importância estratégica na formação, intercâmbio e consolidação das Comunidades Tradicionais Geralistas, e fortalecendo as Conexões Geraizeiras TC/TVU/TVP (v. Apêndices E.4 e E.5), durante a Era do Carrancismo (MENDES: 2013a). Por estarem no meio do caminho das estradas rumo ao rio São Francisco, as microterritorialidades do TPP converteram-se em zonas de contato intercomunitário com influência determinante na estruturação dessas comunidades dentro do PARNA-GSV.

No entrecruzamento dessas conexões é que surgiu um grupo significativo de treze latifúndios com impacto direto na fixação das Fronteiras da Trijunção. Ao coligirmos

⁵⁰(1) Usaremos o termo território como sinônimo de macroterritorialidade e de território político/institucional sob controle estatal ou privado (coronéis-fazendeiros); dentro deles ou à margem foram organizadas as comunidades tradicionais. E o termo-expressão “Núcleo Comunitário Veredeiro – NCV” será utilizado como sinônimo de território tradicional/veredeiro. (2) Formoso fica na Bacia do Urucuia, mas sempre teve contatos histórico-culturais diretos com Sítio da Abadia (este na Bacia do Paranã), daí incluí-lo no TVP. Já São Joaquim localiza-se na interseção de bacias Urucuia/Carinhanha, integrando o TC. (3) Microterritório pode remeter tanto a um conjunto de NCV’s agrupados (este é o uso preferencial do termo) quanto a partes de um território político-institucional.

⁵¹ Apesar de que toda a Bacia da Carinhanha localiza-se em área de Gerais, essa denominação “*Gerais*” (entre aspas) refere-se tão somente ao conjunto de Núcleos Comunitários que vivia na margem esquerda das nascentes da Carinhanha no trecho limitado pelo seu afluente, rio Itaguari, Taboca, córrego que conflui para a Bacia do Urucuia, hoje incorporado à Área de Ampliação do PARNA-GSV. Reitera-se: não confundir Porto Cajueiro, povoado na beira da Carinhanha, fronteira BA/MG, com Comunidade Cajueiro, hoje dentro do PARNA-GSV.2, e é parte do nosso objeto de estudo. Também não confundir este *São Joaquim*, na zona rural de Formoso-MG, com outro homônimo, um povoado antigo em Januária-MG, perto de Vargem Bonita.

dois estudos histórico-genealógicos de Carneiro (2003; 2007), ambos dando ênfase a essas fazendas pioneiras e às relações conjugais entre seus colonos-fundadores, e complementando-os com pesquisas de Rocha (S/d), Sousa (2008) e Mendes (2002), foi possível montar uma cadeia de domínio territorial na região onde hoje se situa o PARNA-GSV. Com essa cadeia dominial (v. Q.1), conseguimos contextualizar e entender melhor como se organizaram os Geralistas, grupo social corresponsável pela fixação dessas fronteiras, pioneiro do povoamento dessa UC (Unidade de Conservação).

Observa-se nessa cadeia de domínio que mais da metade dessas fazendas colonizou o “Território Carinhonha” no espaço conexo ao PARNA-GSV. A maioria não estava vinculada ao TVU ainda que, geomorfologicamente, algumas delas pertençam a essa bacia e com ela fizesse intercâmbios frequentes. Dito de outro modo, as famílias donas desses latifúndios tinham suas relações sociais (através de sucessivos casamentos, p. ex.) com outras que da mesma forma pertenciam, majoritariamente, ao eixo TC-TVP (a FP/2-D é exceção à essa regra).

O processo de colonização do TC no espaço conexo ao PARNA-GSV foi liderado, num primeiro momento, pelos fazendeiros Gualberto Pereira da Silva Rodrigues – este só é citado por Souza (1993, p. 200) e Firmiano José de Almeida (na fazenda Sumidouro), e Silvério Mendes Teixeira (na fazenda São Pedro). Há dúvidas sobre o respectivo parentesco de dois deles com o bandeirante Mathias Cardoso de Almeida e o Padre Antônio Mendes Santiago (antes por nós mencionados embora alguns autores insinuem tal hipótese). Seu Firmiano casou-se duas vezes. Deixou numerosa família na Trijunção. Mas Almeida é sobrenome quase extinto ao ter se misturado com outros nessa região. Entre os filhos dele, destacamos dois que são importantes nessa pesquisa: Rita Rodrigues de Almeida e Rafael José de Almeida. (Não tivemos tempo de buscar dados que identificassem o parentesco entre Dona Rita e Seu Gualberto P.S. Rodrigues do qual falaremos adiante – v. Apêndices E-6 e E-7).

Silvério também teve dois enlacs matrimoniais. Em primeiras núpcias convolou-se com a família Queiróz (que vivia no entremeio dos rios Piratinga-São Domingos – TVU) tendo dessa prole, entre outros, o Sr. Rafael Mendes de Queiróz, que se casou com Dona Rita (aqui citada). Em segundas núpcias, trouxe uma jovem de Januária, Bernardina Carneiro. Com ela gerou, entre outros, Antônia Maria e Maria da Encarnação, nascidas entre 1845 e 1855 (surgindo, assim, nova linhagem cujo sobrenome, *Carneiro-Mendes*, misteriosamente desapareceu antes de 1920 – v. Fig.4). Ambas estão sepultadas com seus maridos, respectivamente, José e Joaquim Borges

Carneiro (que eram primos delas), dentro da Igreja de São João Batista, em frente aos currais da Fazenda Bela Lorena. Com uma irmã de sua segunda esposa, Silvério também tornou-se pai de Manoel Carneiro Mendes, outro personagem de destaque para entender a história dos Geralistas.

Os Colonos-Fundadores da área anexa/da ao PARNA-GSV dividiram entre si, no século XIX, uma vastidão de terras em duas faixas de domínio lindeiro (cfe. Apêndice E.7): à esquerda das nascentes da Carinhanha ficava a Fazenda Sumidouro enquanto na margem direita, a Fazenda São Pedro. A primeira localizava-se próximo à vereda de mesmo nome onde hoje situa-se a Comunidade Tradicional Cajueiro dentro da U.C e estendia seu controle com criação de gado, da Taboca ao Itaguari. A segunda fazenda, na margem esquerda do rio Piratinga (afluente do Urucuia), numa grota homônima pouco abaixo da barra do córrego Taboca, também utilizou-se da pecuária para expandir seu domínio desde esse curso d'água às nascentes do Rio Preto⁵².

O domínio conjunto desse clã Mendes-Almeida⁵³ era circuncrito pelo relevo local: começava no atual marco geográfico da Trijunção (divisor interestadual), seguia pela cabeceira da Taboca até ela desaguar-se no Piratinga, por este à jusante até a atual divisa intermunicipal Formoso-Arinos (fazendas Taquaril e Riacho Fundo – que eram de Silvério), dali à montante do Rio Preto até sua foz na Carinhanha, por esta abaixo, margem esquerda, até a desembocadura da Vereda Cobra, por esta acima rumo ao tabuleiro até a margem direita do Rio Itaguari, e por este até suas nascentes em direção ao marco já citado.

Todo esse imenso latifúndio fatiou-se na virada do século XIX entre alguns descendentes de Silvério e Firmiano, em matrimônios que criaram novos clãs: Almeida-Ornelas, Borges-Carneiro, Rodrigues-Ornelas, Carneiro-Saraiva, Carneiro-Ornelas, etc. Esses domínios espacializados pela Pecuária Curraleira no entorno das Nascentes da Carinhanha (agora, em parte, dentro do futuro PARNA-GSV) estavam, estrategicamente, situados no meio das Conexões Geraizeiras (TVP-TC-TVU-TPP), que ligavam Goiás a Januária (v. Apêndices E.4 e E.5).

⁵² Não confundir esse Rio Preto, tributário da Carinhanha dentro do PARNA-GSV.1, com outros dois, um afluente da Bacia do Paracatu, e outro da Bacia do Rio Grande, ambos na margem esquerda do Alto-Médio São Francisco.

⁵³ Aqui seguimos as informações de Carneiro (2003) e o Inventário de Rafael Mendes de Queiróz, feito em 1907, em Carinhanha-BA, cuja comprovação documental é publicada no final dessa pesquisa.

**Q – 1: Lista de Latifúndios de Origem Colonial (FP) e seus Colonos Fundadores:
Núcleos de Fixação das Fronteiras da Trijunção, 1827/1907+- (Consolidação do Domínio Pastoril
do Espaço no “Contexto Pré-Roseano” do PARNA-GSV).**

Nomenclaturas	Nome das Fazendas e Famílias de Colonos-Fundadores, Séculos XIX/XX	Colonos-Fundadores ou Sucessores das Fazendas Pioneiras	Localização no “Entre Fronteiras”	Vinculos da Cadeia Dominial/Sucessão Familiar com o Domínio de Territórios
FP/1-A	Fornoso e Monte Alegre* ^{*/} (Tavares; Ornelas);	Felipe Tavares dos Santos, Martinho Antônio Ornelas Junior;	MG/GO	TVP
FP/1-B	Barreiro* ^{*/} (Teixeira Mariz);	João e Joaquim Teixeira Mariz (irmãos cearenses de Ico);	GO/BAMG	TVP
FP/1-C	Rasgado (Ornelas);	Martinho Antônio Ornelas;	MG/BA/GO	TVP
FP/1-D	São Pedro* (Mendes);	Silverio Mendes Teixeira (depois: Cirilo Thiago de Souza);	MG/BA	TC
FP/1-E	Sumidouro* (Almeida/Pereira Rodrigues);	Guilberto Pereira da Silva Rodrigues; Firmino José de Almeida (João e Feliciano – filhos dele; e Militão – neto de Firmino) ;	BAMG	TC
FP/1-F	Riachão* ^{*/} (Mendes e outros);	Francisco e Laudelino Mendes Teixeira (irmãos) e outros;	GO/BA	TVP
FP/2-A	Ponte Grande (Pires Martins; Magalhães/Ornelas);	Alexandre Francisco Magalhães/Balbina Pires Martins; Selvino Gomes de Ornelas;	MG/GO	TVP
FP/2-B	Campo Alegre (Pereira de Souza; Ornelas);	Félix Pereira de Souza;	MG/GO	TVP
FP/2-C	Gentio São Francisco** (Almeida);	Firmino José de Almeida e o filho Rafael J. Almeida (genro de Manoel Carneiro Mendes);	MG/BA	TC
FP/2-D	Bela Lorena** (Mendes; Carneiro);	José e Joaquim Borges Carneiro (irmãos jamaquenses/genros de Silverio Mendes);	MG/BA	TC/TVU
FP/2-E	Rodeio/Canabrava*** (Mendes);	Rafael Mendes de Queiroz (filho de Silverio Mendes e genro de Firmino Almeida);	BAMG	TC
FP/2-F	Cobra*** (Mendes; Brito);	Maria Pereira de Brito (Maria Bitá – parente de Amância Bitá, norra de Rafael Mendes);	BA	TC
FP/2-G	Mato Grande** ^{*/} (Soures);	João Antônio Soures;	MG	TC

Legendas:
FP1: Consolidadas antes de o Governo Mineiro criar o Distrito de Fornoso como importante demarcador oficial de fronteira (Cf. Lei Provincial n.º 1.713 de 5/10/1870; In: MENDES: 2002).
FP2: Consolidadas a partir do fim do século XIX (1870+-).
****:** Fazendas que no século XIX estendiam seus domínios primitivos sobre o rio Carinhambá (o PARNA-GSV localizava-se dentro delas).
***/**: Fazendas respectivamente desmembradas de FP/1-D e FP/1-E (hoje estão localizadas na Zona de Amorechimento do PARNA-GSV; FP/2-C transformou-se no Assentamento Gentio-São Francisco).
***/**: Fazendas que se tornaram sedes de municípios da Trijunção (FP/1-A; Fornoso-MG; FP/1-B; Sítio da Abacaila-GO; FP/1-F; Mambá-GO).
***/**: Fazendas quase toda incorporada a Acre Original do PARNA-GSV em 1989.
***/**: Fazendas Matrizes de consolidação das Comunidades Tradicionais Ceraístas, responsáveis pelo povoamento do PARNA-GSV 2.
TVP: Território Vão do Parana; **TVU:** Território Vão do Urucua; **TC:** Território Carinhambá.

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017

Fig.9A: Iconografia de *Bela Lorena* como Lugar de Fala sobre *Nascentes da Carinhanha*. (Moldura com duas Imagens que dialogam, mas constroem *Representações Diferentes* sobre o *Entre-Fronteiras da Trijunção*)



Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017

A fragmentação da fabulosa herança (v. Q.1) deixada pelos patriarcas Silvério e Firmiano, (cujo espólio foi dividido entre 1870 e 1910 privilegiando parte dos herdeiros e *deserdando* outros tantos por *motivos que seguramente nunca serão esclarecidos*), deu origem à novas propriedades que passaram a ser administradas por Rafael José de Almeida – genro de Manoel Carneiro Mendes (*Fazenda Gentio*); Rafael Mendes de Queiróz – genro de Firmiano (*Fazenda Rodeio-Canabrava*); e pelos dois irmãos Borges Carneiro – genros de Silvério (*Fazenda Bela Lorena*) – cuja hegemonia é simbolizada pela toponímia local: “*Carinhanha dos Carneiros*” (v. Fig. 9A).

A antiga Fazenda São Pedro fora transferida para Cirilo Thiago de Souza (que era sogro de Aristides Mendes de Queiróz – um dos filhos do casal Rafael Mendes/Rita; um

filho de Cirilo, Hostiano⁵⁴, era genro de Militão José de Almeida – neto de Firmiano; outro filho, Ranulfo, era genro de Rafael José de Almeida, tio de Militão cuja uma das filhas, Tercília, depois viria a tornar-se sogra de Francisco Mendes, sobrinho de Aristides; a esposa de Ranulfo era neta de Manoel Carneiro Mendes, portanto, bisneta de Silvério – primitivo dono da “São Pedro”).

Como se vê, a “São Pedro” deixou de pertencer aos Mendes para também incorporar-se aos Almeidas que, por sua vez, misturaram-se aos Carneiros, o novo clã recém-instalado em Bela Lorena. Perto desta fazenda, passou a existir (antes de 1890) a Fazenda Mato Grande tendo por proprietário, João Antônio Soares, assassinado em 1914 por Antônio Dó e seu bando. E numa gleba da Fazenda Rodeio-Canabrava, (desmembrada da antiga Sumidouro talvez como herança cedida a D. Rita, esposa de Rafael Mendes), surgiu a Fazenda Cobra, vendida para Maria Pereira de Brito (Dona *Maria Bitá* – que não se sabe se descendia dos Guedes de Brito, do riquíssimo Morgado Casa da Ponte, infinito latifúndio nos Currais do Velho Chico do qual já falamos linhas atrás). Os *Bitos* (Brito) são fundadores de Serra das Araras (BRAZ: 1977, p. 339-340).

Da década de 1870 em diante, a Bela Lorena, fundada e administrada pelos cunhados de Rafael Mendes de Queiróz, tornou-se a principal referência de colonização e desenvolvimento das nascentes da Carinhonha. O clã Carneiro converteu-se em um dos líderes do Senhoriato Rural, fixador das fronteiras da Trijunção na área que hoje abriga o PARNA-GSV.1. Parte dos descendentes de Silvério Mendes com a segunda esposa migrou para Januária, lá se tornando empresários influentes por meio de firmas como “*Claudionor Carneiro & Filhos*” (indústria de cachaça) e “*Landulfo Maciel & Filhos*” (lojas de tecidos e armarinhos), segundo registrou Rocha (S/d, p. 90, 161)⁵⁵.

Desbravadores visionários vocacionados ao trabalho na aspereza de um lugar tão distante do Litoral, muito instruídos e bem articulados, politicamente, com os centros civilizados sobre os quais gravitava a Trijunção (Januária-MG e Carinhonha-BA – portos fluviais do rio São Francisco), José e Joaquim estreitaram contatos familiares, comerciais e comunitários com a Elite Januareense e Urucuiana, o que fez de Bela

⁵⁴ Hostiano Thiago de Souza, um autêntico rábula (não diplomado), conhecia com profundidade a estrutura fundiária e as cadeias dominiais das nascentes do “Território Carinhonha”, o que fez dele um dos mais ardilosos corretores na “regularização” de propriedades rurais onde hoje se situa o PARNA-GSV, e tinha o apoio do seu cunhado Aristides Mendes. Sobre ele, descreve Carneiro (2003, p. 170): “*Hostiano vivia sempre de GAMBARRAS. Mesmo com o rebanho que sua mulher trouxe como herança dos pais, ele foi dissipando tudo sem que ninguém soubesse como, pois era conhecido como caloteiro, tendo eu próprio sido vítima de seus calotes*” (grifos nossos).

⁵⁵ Claudionor Carneiro – Nozinho (1896-1956), era neto do casal José Borges/Antônia Maria, portanto, bisneto de Silvério Mendes, e era genro de Dona Afonsina de Paula Pimenta – tradicional família de comerciantes januarenses da qual também era integrante João Gasparino Pimenta, negociante também em Januária, fundador de Bonito de Minas-MG e dono da Fazenda Santo Antônio do Catolé, vizinho ao Porto da Cobra. Já Landulfo Maciel era genro de Tertuliano Mendes Carneiro, outro filho de Silvério e Bernardina Carneiro; a esposa de Tertuliano era prima de Nozinho. Essas duas empresas tinham donos da mesma família.

Lorena um polo político de poder nos oitenta anos seguintes graças ao pacto partidário-matrimonial que firmaram com o Major Saint Clair Fernandes Valadares (até 1948), poderoso dirigente regional do TVU (MENDES: 2002, p. 82-84, 586-588). A maior parte das terras de Mendes e Almeida passou, nessa época (antes de 1920), para o controle (ou usufruto pastoril interfamiliar) direto ou indireto dos irmãos Borges⁵⁶ e/ou (na maioria das vezes) de sua numerosa parentela descendente (mistura entre Carneiro e Almeida, p. ex.), inclusive devido aos entrelaçamentos conjugais sob o comando deles.

É sobre esse complexo emaranhado da estrutura fundiária do PARNA-GSV (até hoje não resolvido – o que dificulta indenizações pelo ICMBio), que Silva (2008), em acurada pesquisa sobre a intrincada relação latifúndio/terra devoluta⁵⁷ no Brasil, traz-nos algumas pistas para novos estudos sobre essa U.C. A propriedade da terra no período colonial – diz a autora – iniciou-se com a concessão de sesmarias⁵⁸, procedimento que fora extinto em 1822, mas que, segundo ela, estimulou o latifúndio e o “Senhorato Rural” (v. Apêndice E.6) que deram origem ao Coronelismo na República Velha (1889-1930). No Período Regencial, em 1835, também fora revogada a Lei de Morgados. Por fim, em 1850 foram aprovadas a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queirós (essa proibiu o Tráfico Negro).

Para se contrapor à iminente abolição do trabalho escravo (ocorrida apenas em 1888), a Lei de Terras tinha dois objetivos: demarcar e vender terras, inclusive as devolutas; converter a terra em mercadoria nas operações de crédito e, assim, financiar a chegada de mão-de-obra assalariada dos imigrantes europeus. Para isso, foi proibida a aquisição de imóvel por outro meio que não fosse a compra. O título de propriedade comprovar-se-ia com a declaração de que a terra era cultivada (critério logo esquecido) e nela havia moradia habitual (roçados, ranchos de roça ou habitações muito rústicas

⁵⁶ Rocha (S/d) publicou, em 1995, um livro com o levantamento completo da árvore genealógica da família Carneiro e seus casamentos, inclusive com Mendes (Fazenda São Pedro), Magalhães (Fazenda Ponte Grande), Pereira de Sousa (Fazenda Campo Alegre), Valadares (TVU) e Almeida (Fazendas Sumidouro e Gentio). Essa árvore toma como referência de origem a linhagem dos irmãos Borges Carneiro. Carneiro (2003, p. 172-181) afirma que os Borges vieram pobres de Januária para a Fazenda São Pedro. Sobre Joaquim Borges afirma esse autor: “*No entanto, Silvério [Mendes] hesitou em aceitar esse casamento, alegando que Joaquim ainda não tinha se ‘acreditado’, o que significava que ainda não tinha Bens de Raiz nem outra coisa que lhe garantisse a independência, portanto, estava querendo era dar o Golpe do Baú*” – grifo nosso. Esse mesmo autor frisa por várias vezes em sua obra (op. cit., p. 134-135) que Silvério só aceitou esse matrimônio porque José (irmão de Joaquim), já estava dentro da família Mendes, como genro dele e D. Bernardina.

⁵⁷ Silva (2008, p. 42, 44) define **terra devoluta** como aquela que não tem dono legalmente comprovado. Sem título de propriedade nem por particulares nem pelo Poder Público, ela é então vista como vaga, terra de ausentes, e assim, é devolvida (reincorporada) ao Estado.

⁵⁸ Sesmaria era o direito que a Coroa Portuguesa concedia a particulares para explorarem suas colônias com a obrigação de cultivar o solo e expandir o povoamento no processo de conquista. O solo colonial continuava como propriedade estatal por meio do “domínio eminente” que, com o Império (1822) e a República (1889), passou a se chamar Domínio Público do Estado sobre terras devolutas (SILVA: 2008, p. 42, 38, 18, 35, 352-354). Junto com a Sesmaria havia o Morgado – sistema em que a propriedade da terra continuava como Patrimônio Indivisível para usufruto dos herdeiros, mas sem direito a parcelamentos entre eles.

não eram incluídos nessa comprovação – o que, em tese, deixava de fora, por exemplo, comunidades como as dos Geralistas).

O Decreto 1.318 de 1854, que regulamentou essa lei, elegeu essa como data-limite de regularização imobiliária (que nunca foi cumprida), e criou o “Registro Paroquial” dando aos padres e paróquias a prerrogativa de receberem/homologarem essas declarações, muitas delas como ato nuncupativo, o que, de acordo com Silva, aumentou a grilagem, sobretudo em áreas longínquas ou muito isoladas como a Trijunção. Silva reitera que o descontrole do governo sobre tal regularização, que – como se vê – não era por via judicial-cartorária, permitiu que os latifundiários e os mais instruídos abocanhassem um volume gigantesco de terras devolutas. (O direito de posse foi tolerado em todo esse tempo porque favorecia, via de regra, os grandes proprietários). A área do PARNA-GSV.2 antes de Brasília também foi alvo de grilagem (MENDES: 2003, p. 28-34).

Essa grilagem multiplicou-se com o fim da Monarquia (1889), pois os Republicanos logo de início criaram o “Registro Torrens”⁵⁹, transferindo para governos estaduais (assembleias legislativas) o processo de regularização e prorrogando esse prazo de 1854 para até os anos 1930. Em síntese, todo esse arcabouço jurídico, desde as Ordenações do Reino Português, vigentes antes de 1822, até o Decreto 22.785 de 1933, incentivou a apropriação (na maioria das vezes ilegal) e a concentração (por usucapião) de terras pelos mais ricos, escolarizados e socialmente inseridos na conjuntura política local e regional⁶⁰. Mas neste emaranhado, conclui Silva (op. cit., p. 66-67), a posse foi importante em áreas de pecuária porque ela “*representou também a forma de ocupação do pequeno lavrador sem condições de solicitar uma sesmaria*”. É o caso do PARNA-GSV – como veremos mais adiante.

Dentro dessa caótica estrutura agrária é que se consolidou o que (re)nomeamos como “Núcleo Terras de Fazendas”⁶¹ (v. Apêndice E.7) entre Carinhanha-Itaguari” (NTFC), que ficou gravitando-se em torno de dois polos difusores da colonização no

⁵⁹ O Registro Torrens, criado em 1891, exigia a transcrição pública dos títulos de propriedade (que era obrigatória para imóveis urbanos e facultativa para os rurais), mas manteve o Registro Paroquial, aumentando o descontrole que facilitava a grilagem.

⁶⁰ Essas condições foram vantajosas para a consolidação dos irmãos Borges Carneiro (Fazenda Bela Lorena) como fixadores de fronteiras na Trijunção e senhores do domínio quase sempre por usucapião sobre a maioria das terras que hoje pertence ao PARNA-GSV.1. Mendes (2002, p. 324-328) publicou várias atas de votações do Governo Mineiro, realizadas no Distrito de Formoso-MG, na década de 1890, nas quais eles e seu vizinho João Antônio Soares (Fazenda Mato Grande) aparecem como dirigentes do processo eleitoral ali realizado. Entre 1895 e 1948, Borges Carneiro assumiu o controle do Cartório de Paz e Registro Civil, único polo de poder em Formoso, usufruindo de privilégios legais como fazer REGULARIZAÇÃO DE TERRAS. Exemplos em tese: as do PARNA-GSV e sua Zona de Amortecimento como Bela Lorena. Com a morte do Coronel Valadares, em 1948, o controle do Poder Político em Formoso passou para o clã Ornelas, que a partir de 1949 passou a indicar escrivães (MENDES, op. cit., p. 305-306).

⁶¹ Meyer (2015) usa o termo “Terras de Fazendas” para definir o tipo de controle da terra na região do PARNA-GSV até a década de 1970 – chegada dos Gaúchos; opõe-se a outro, “Terras de Guimarães Rosa”, que requalifica o termo anterior e remete-o ao domínio da terra por fazendeiros-políticos que, além da terra, também passam a controlar o poder político dos novos municípios criados.

Alto Carinhanha: Fazenda Bela Lorena (localizada na cabeceira desse rio à margem direita – Lado de Minas – aqui já tratamos dela); e Porto Cajueiro, povoado antiquíssimo, devoto de São Raimundo (festa em agosto), e habitado majoritariamente pelo clã Barbosa no Entre Bahia-Minas, atualmente divisa de Cocos-BA com os municípios de Januária e Bonito de Minas. Esse porto carinhanhense foi, antes de Brasília, intensamente frequentado por quem transitava nas conexões que ligavam parte do Oeste da Bahia (região de Correntina e Santa Maria da Vitória) à Vargem Bonita e Serra das Araras (TPP), rumo ao porto januarense (v. Apêndice E-5).

O padre Souza (1993, p. 196-2002; 60-61), que nos anos 1980 (auge da grilagem no “Gerais”) foi paróquo na multissecular Paróquia de São José de Carinhanha-BA (criada em 29/4/1779 e subordinada à Diocese de Olinda-PE até 1854), fez ampla pesquisa documental no Arquivo do Registro Paroquial daquela freguesia. Confrontou-a com entrevistas gravadas, feitas em 1986, com herdeiros (usurpados) dessas terras. Desse estudo extraímos dados valiosos sobre os antigos donos delas, e igualmente ancestrais dos Geralistas. Logo após a Lei de Terras, o Fazendeiro Luís da Costa Barbosa requereu os Registros Paroquiais nº: 51 (Fls. 19v/20) e 40-41 (Fls.17v) nos quais constam, respectivamente, a regularização fundiária das fazendas Catolé e Cajueiro, oficializada nos dias 2 e 22 de julho de 1859.

Eram dois imensos latifúndios com domínio sobre o Porto Cajueiro e o atual limite oriental do PARNA-GSV.2 (até limitar-se com a já citada Fazenda Cobra). Em outro trecho da mesma obra, o autor destaca uma dessas entrevistas na qual foi dito: “*Maurício Gonçalves de Castro também contava que ouviu – no Cajueiro – dizer que [...] a Fazenda do Catolé era do finado Edwrigens [José Barbosa]. Este era casado com Edwrigens [Pereira dos Santos]. Ele era um homem, todo preto*” (op.cit., p. 29-30 – grifo nosso). Maurício atribui esse dado ao “*finado Julião*” [Gonçalves – genro desse casal com mesmo nome – v. Anexo 1.6).

Tais dados são corroborados por Mendes (2003, p. 13), que menciona esse casal-xará como pais de Firmino José Barbosa (v. Anexos 1.4 e 1.6), genro de João Peba (filho do casal Rafael-Rita). Souza (op.cit., p. 31, 34, 41) diz ainda que essa área foi primitivamente habitada por negros e pelos Kayapós. Mendes (op. cit., 18) também destaca que D. Pia Fernandes de Jesus – que faleceu em 1929, é mãe de Seu Herculano Rodrigues (v. Anexo 1.7) e é avó materna da esposa do Seu João de Dona Esteva (cfe. Item 3.3.1.a do Capítulo III) – era filha do indígena caiapó, Pedro Machado, morador da Carinhanha; e que “*ele foi pego à ‘casco de cavalo’ – como diziam os mais antigos, e*

aculturado entre os mestiços residentes no sudoeste baiano”. Esses são indícios seguros que indicam a possibilidade de os Barbosas⁶² ou parte deles terem “procedença” quilombola/indígena – um dos substratos da matriz étnica dos Geralistas.

A Fazenda Sumidouro foi regularizada, em 1859, como sendo propriedade de Gualberto Pereira da Silva Rodrigues (Souza: op. cit. p. 200) – o que por hipótese presumimos que Firmiano José de Almeida tornou-se dono dela por herança de sua segunda esposa Matilde Pereira Rodrigues. Além dessa família, também aparecem como proprietários lindeiros ao clã Barbosa, outros tantos de sobrenome Carneiro, o que também, em tese, é possível que fossem parentes do clã homônimo de Bela Lorena (genros de Silvério Mendes a partir dos anos 1860).

É nesse contexto de acentuada desorganização fundiária (nos meandros da grilagem) e de busca pela ancestralidade vinculada aos Colonos-Fundadores e ao destino tomado por parte dos seus “*Descendentes Deserdados*” (v. Apêndice B), que estão os fundamentos jurídico-históricos sobre as Origens (1870-1930) das Comunidades Tradicionais Geralistas e o direito constitucional delas sobre seus territórios veredeiros dentro do PARNA-GSV. É desse entendimento antropológico e do reconhecimento, pelo Estado e a Sociedade, sobre a ocupação efetiva das nascentes do “Território Carinhanha” por essas comunidades, que se deve buscar uma solução definitiva que ponha fim às emaranhadas pendências de regularização fundiária dessa extensa e importante unidade de conservação do Bioma Cerrado.

O ponto de partida está no aprofundamento de pesquisas etnológicas e agrário-genealógicas sobre a interface “Cadeias Dominiais-Linhagens de Parentesco” (iniciando-se pelos descendentes de Luís, Gualberto, Firmiano e Silvério). São Pistas Ancestrais indispensáveis para se reencontrar os verdadeiros donos das terras do PARNA-GSV (v. Anexos 1.3 até 1.10) desde que se faça uma revisão crítico-conceitual do modelo de usurpação legal de imóveis: o “*Uti Possidetis*”⁶³ (posse).

Assim terminou a longa *Era dos Currais* em 1907, em meio à territorialização veredeira na Carinhanha: na margem direita dela, os moradores do Microterritório Santa Rita-Rio Preto (SRP)⁶⁴, que aí se fixaram, antes de 1930, vindos, em sua maioria, da

⁶² Diversos de nossos entrevistados têm sobrenome Barbosa (confira Itens 3.2.1.a; 3.2.1.b; 3.2.2.a, c,f; 3.2.3.c; 3.3.2.c) – todos constantes do Capítulo III.

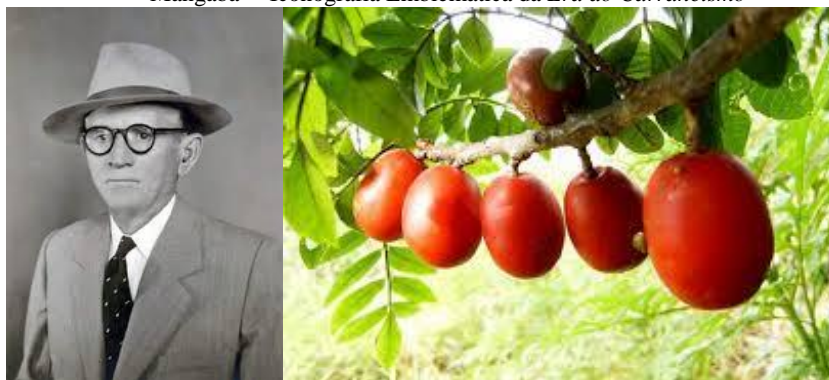
⁶³ No Direito Internacional, é o reconhecimento de que determinado território pertence ao país que de fato promoveu o controle político efetivo sobre ele. No Direito Civil brasileiro, é “o procedimento jurídico que dirime litígios envolvendo a posse de imóveis, o que resulta em ratificar o direito de permanência legal ao último proprietário” que comprove o uso continuado dele. Disponível em https://www.google.com.br/?gws_rd=cr&ei=fexwWdKxNMKhwgSvkauoCQ#q=o+que+%C3%A9+uti+possidetis – acesso: 20/7/17.

⁶⁴ Parte dessas famílias foi reassentada no P.A Gentio-São Francisco em 2003 (SOUZA: 2006); outra parte migrou para cidades da Trijunção e DF.

Comunidade Vão da Larga (no perímetro de Vargem Bonita – TPP), e já foram pesquisados por Jacinto (1998), Correia (2002), Souza (2006) e Andriolli (2011), entre outros; o SRP corresponde ao PARNA-GSV.2: aí foram identificadas noventa famílias que habitavam quinze comunidades tradicionais conhecidas pelas veredas/rios onde viviam: *Rio Preto, Santa Rita, Passagem do Mato, Pau Grande, Matinho, Mandú, Tomé Inácio, Três Irmãos, Vereda da Maria Antônia, Capim Puba, Barbatimão, Carinhanha, Mato Grande, Limoeiro e Chapadinha*. Na margem esquerda, o Microterritório “*Gerai*” (GCIT) – que ainda não têm estudos acadêmicos sobre ele – e era constituído, basicamente, por quatro Núcleos Comunitários Veredeiros (NCV): Rodeio-Canabrava, Porto da Cobra, Beira do Itaguari e Cabeceira da Taboca (cfe. Item 1.2.2.a).

1.2.2 – Era do *Carrancismo* (1907/1959)⁶⁵: NCV’s no “Território Carinhanha”

Fig.10/11 – *Coronelismo e Ciclo da Mangaba*: Diálogo entre *Tempos Ruim e Bom*. Major Leônidas (1882-1978) – Clã dos Castros da Chapada Diamantina de Horácio de Matos: Contrapeso para frear o *Coronelismo Despótico* de João Duque no “Território Carinhanha” (conflito de interesses) e Pé de Mangaba – Iconografia Emblemática da *Era do Carrancismo*



Fonte: Disponíveis em

https://www.google.com.br/search?q=coronel+jo%C3%A3o+duque+carinhanha+bahia&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiu647Gy-3TAhXFhJAKHTCsAVMQ_AUICCGD&biw=1067&bih=473#imgrc=uSSVWlQeWC2DM, acesso em 13/5/17;
<http://www.saudedica.com.br/os-10-beneficios-da-seriguela-para-saude/> - acesso: 26/7/17.

A Interiorização do Desenvolvimento Litorâneo na Bacia do São Francisco estava diretamente conectada (com resultados opostos na Trijunção) aos esforços do Estado brasileiro em também integrar o Centro-Oeste à Economia Capitalista do hoje Centro-Sul (MATA-MACHADO: 1991; BERTRAN: 1988 e MACHADO: 2002). Como já vimos, entre 1896 e 1911, as ferrovias chegaram nas barrancas sanfranciscanas. Com isso, profissionalizou-se o tráfego hidroviário em quase toda a bacia, criando linhas regulares cujo símbolo foi o *Vapor Benjamin Guimarães*⁶⁶.

⁶⁵ 1907 é referência nessa pesquisa tanto porque foi nesse ano que se fez o Inventário do casal Rafael Mendes de Queiróz/Rita Rodrigues de Almeida quanto porque no mesmo ano Sítio da Abadia-GO ganhou de Flores de Goiás o direito de ser sede municipal. Em 1957, Congresso Nacional aprova lei encaminhada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que autorizou a transferência do Distrito Federal, para parte de Goiás onde, em 1960, Brasília fora inaugurada. Em 1959, começa a abertura da BR-020, Marco Zero do início da Modernização Conservação do “Sertão”-Cerrado na Região da Trijunção.

⁶⁶Vapores: assim ficaram conhecidos os navios do rio São Francisco. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamim_Guimar%C3%A3es – acesso: 22/7/17.

Os portos fluviais de Pirapora-MG e Juazeiro-BA se tornaram entrepostos-epicentros de bens e serviços vindos do “Eixo SP/RJ/BH/Salvador”, e comercializados no interior (Sertão) a partir de tantos outros portos varejistas como Januária-MG e Carinhanha-BA, que foram corresponsáveis pelas Conexões Geraizeiras TVP-TC-TVU-TPP com o Litoral Atlântico (dito “civilizado” por estar em contato com a Europa industrializada). Centro-Oeste e Sudeste também foram integrados pela malha férrea cujas estações chegaram (entre 1909 e 1917) em Barretos-SP, Triângulo Mineiro e Mato Grosso, segundo Bertran (op. cit., p. 69-74), que acrescenta:

A Pecuária de Exportação existia em Goiás como uma extensão dos Currais do Vale do São Francisco, mobilizando as regiões da Serra Geral (Nordeste Goiano – de Arraias a Flores, sobretudo) com 230 fazendas consagradas à criação, [mas] o Mercado Brasileiro descobrira Goiás ou mais propriamente o Sudeste Brasileiro, substituindo as setecentistas e oitocentistas Rotas Comerciais Nordesteanas (p. 43, 81).

As lucrativas conexões macroeconômicas que ligavam o Nordeste ao Centro-Oeste (drenadas pelo Velho Chico) – o Registro Fiscal de Santa Maria do Paranã na divisa atual Formoso-Flores de Goiás exemplifica isso – se extinguíram, limitando-se o tráfego, daí em diante (1907), aos itinerários domésticos de moradores locais, sem impactos no desenvolvimento da Trijunção. As “Rotas Comerciais Nordesteanas” pela antiga Estrada Real da Bahia (releia Item 1.1) foram substituídas pelo Novo Eixo Nordeste-Sudeste-Centro-Oeste que deixou a Fronteira BA/GO/MG totalmente isolada, vegetando-se até meados dos anos 1970 (LINS: 1983; SOUZA: 2007).

É neste cenário-ilha (Gueto? Enclave?) que nasce o *Carrancismo* como excrescência política da logística capitalista com a cumplicidade do Estado que não direcionou essas políticas de interiorização para populações afastadas do Litoral como os Geralistas. Talvez como resposta a isso, nasceu também um Modo Típico de Vida Rústica adaptado a esse contexto de isolacionismo insular em pleno centro do Brasil, motivado pela ausência do Poder Público, que não priorizava a Região da Trijunção.

Para Mendes (2002, p. 161-164; 2012, p. 133-134), *Carrancismo* é um eufemismo com o qual, na Trijunção, se define Coronelismo⁶⁷: um tempo de violência, pactos ou disputas entre coronéis pelo controle político-econômico de territórios. Mas Correia (2002, p. 48-49, 51-52) constatou em sua pesquisa sobre o SRP que, além disso, os moradores do PARNA-GSV.1 se referiam ao Carrancismo também como Tempo

⁶⁷ Para Leal (1997, p. 275 – grifo nosso): “O Coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior [...], municípios rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas. [...] o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno. Significando o isolamento ausência ou rarefação do Poder Público, [essa é a condição que converte o Coronelismo em uma] incursão do poder privado sobre o domínio político”.

Bom, uma época melhor que hoje porque antes eles “*produziam para o autoconsumo e comercializavam um pequeno excedente...*”, situação que os fortaleciam enquanto grupo social, estreitando entre si “*os valores ligados à terra, à família e ao trabalho*”.

Palavra-oximoro (v. Fis.10/11), Carrancismo é aqui revestida dos dois sentidos: *Tempo Ruim* (violência política) e *Tempo Bom* (período de liberdade e con-vivência comunitária entre os Geralistas no GCIT). Rosa (1988, p. 478, 44, 5, 38, 94, 182 – grifos nossos) – cujo romance nomeia o PARNA-GSV – fala do “Tempo de Coronéis” com seus jagunços:

Conferi meu povo nas armas. Tudorazia. O barranco mineiro ou o barranco goiano [...]. Jagunço é isso [...]: comer, beber, apreciar mulher, brigar, e o fim final [...]. O senhor não duvide – tem gente, neste aborrecido mundo, que mata só para ver alguém fazer careta [...]. [...]... as ruindades de regra que executavam em tantos pobrezinhos arraiais: baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas, não economizando as crianças pequenas, atirando na inocência do gado, queimando pessoas ainda meio vivas...[...]. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! [...]. Dona Adelaide no Campo-Redondo, Simão Avelino na Barra-da-Vaca⁶⁸... [...] O senhor ali não tem mãe, não vê que a vida é só brabeza [...].

Embora essa seja uma ficção, diversos pesquisadores a corroboram:

Os verdadeiros focos eram [...] Carinhanha e as Lavras Diamantinas. Em Carinhanha [BA], o Coronel João Duque [...] fora a força dominante desde 1910. A Força Pública estadual da Bahia [...] escolheu Duque para alvo. Duque era um coronel interestadual, ligado a interesses pecuários em Minas, e conseqüentemente, aliado a alguns dos principais clãs políticos daquele estado. Em diversas ocasiões a Polícia Estadual de Minas atravessou a Fronteira para entrar nos combates. (PANG: 1979, p. 138).

Até a Revolução de 1930, o Triunvirato de Coronéis João Correia Duque (TC), Joaquim Gomes de Ornelas (TVP) e Major Saint-Clair Fernandes Valadares (TVU) – a esposa deste, Dona Emília, era prima de João e Joaquim, daí a aliança entre ambos (BRAZ: 1977, p. 400) – ou a dupla Antônio Dó/Ludgero (TPP)⁶⁹ – que eram aliados dos anteriores – exerceram forte influência no processo de territorialização institucional (no caso dos municípios da Trijunção) e social (no caso dos Geralistas). Cada território político-econômico era rigidamente controlado por eles graças a um bem-armado bando de jagunços e às alianças familiares estabelecidas por meio de casamentos que se tornavam pactos patrimoniais e militares (MELLO: 1989; SOUZA: 1993 e 2007;

⁶⁸ O arraial de Barra da Vaca foi renomeado como Arinos-MG pela Lei Estadual 843 de 1923, tornando-se município em 1963, e integra a Região da Trijunção. Capão Redondo hoje é Santa Fé de Minas-MG, antes distrito de São Romão-MG como Arinos o foi.

⁶⁹ Antônio Antunes de França, nascido em 1859, em Pilão Arcado-BA, perambulou-se pelas barrancas do Velho Chico até fixar-se na Boa Vista, zona rural de São Francisco-MG. Entre 1909 e 1929 aterrorizou o Sertão-Gerais como bandoleiro sertanejo. Enquanto ele controlava Serra das Araras, nas margens do rio Pardo, o Coronel Ludgero controlava outro povoado, Vargem Bonita, nas nascentes do rio Pandeiros. Os dois controlaram o Território Pardo-Pandeiros (TPP) antes de existir Brasília (1960). Dona Emília de Araújo Valadares, esposa de *Sanclé*, era filha de Francisco Pereira de Araújo, natural de Carinhanha-BA e residente em Arinos-MG.

SANTIAGO: 2013). O restante da população era obrigada a subordinar-se aos seus arbítrios. Quem se rebelava era sitiado e punido com tortura ou morte. Só havia duas opções: obedecer-lhes cegamente ou autocondenar-se ao Ostracismo, “esguritando-se” (Fuga ou Diáspora) para se fixar bem longe das Zonas de Conflito.

Em 1907 encerrou-se a disputa política pelo controle do município de Sítio da Abadia⁷⁰, o que contribuiu para consolidar as Fronteiras da Trijunção. Saiu vencedor o Coronel Joaquim Gomes (aliança Ornelas-Teixeira Mariz – FP/1-A e FP/1-B) que assumiu com plenos poderes sobre a Bacia do Médio Paranã, inclusive com aquiescência do clã Caiado, que mandava em Goiás, e lhe deu a prerrogativa de suspender (e suspendeu) a cobrança de impostos por mais de vinte anos.

Outra disputa influenciou toda a Bacia da Carinhanha no período 1910-1929. Pang (op.cit., p. 112-139) informa que na gestão de J.J.Seabra, o governo baiano retirou dos coronéis o poder de indicar governantes municipais. João Duque opôs-se ferozmente. Entre os vários episódios violentos, citamos: o “*Barulho de Carinhanha*”, (1919) contra a facção do prefeito Josefino Moreira de Castro e os “*Tiroteios dos Alegres*”⁷¹ contra a do Major Leônidas de Araújo Castro (v. Fig.10), que nos anos 1920 promoveu a emancipação de Coribe-BA, desvinculando-o de Carinhanha-BA para inseri-lo na zona de influência política do clã Castro, que mandava em Santa Maria da Vitória, controlando o estratégico porto⁷² da Bacia do rio Formoso-Corrente (v. Apêndices E-5 e E-7), polo de lucrativos negócios entre Goiás (TVP), o atual MATOPIBA e o Médio São Francisco (que convergiam para a cidade-portuária de Barra e para o Santuário de Bom Jesus da Lapa).

Nessa época o “Território Carinhanha” viveu o *Tempo Ruim* do *Carrancismo* com esses episódios que provocaram Diásporas por toda a Região da Trijunção. Diversas pessoas ou famílias aliadas de João Duque refugiaram-se em Sítio da Abadia protegidas pelo primo-coronel. Aliados do Major Leônidas dispersaram-se em outras Zonas de Refúgio (Santa Maria da Vitória, Correntina...), muitos deles vindo a fixar-se

⁷⁰ Vieira (2015, p. 96, 47-48) esclarece que o município de Sítio da Abadia fora criado em 1850, mas os arraiais de Forte (hoje em São João d’Aliança) e Flores de Goiás, disputaram entre si o status de sede municipal continuamente, um anulando com novas leis a emancipação conquistada pelo outro até 1907 quando o Coronel Joaquim Gomes de Ornelas pôs fim à pendenga no Paranã.

⁷¹ Souza (1993) confirma que os irmãos Araújo Castro (Leônidas e Clementino) receberam ordens do Governo J.J.Seabra para atacarem João Duque e enfraquecê-lo. O antigo Arraial de São João dos Gerais há tempos chamava-se “Alegres”; na década de 1920 desmembrou-se do município de Carinhanha-BA, com o nome de Coribe (que em língua indígena significa: Rio Alegre), e sofreu forte repressão de João Duque.

⁷² Parte dessa história está no clássico romance regionalista “*Porto Calendário*”, de Osório Alves de Castro, parente do Major Leônidas, cuja ascendência não sabemos se tinha parentesco com os Castros de Carinhanha-BA, pois ele veio da Chapada Diamantina (para Coribe em 1903) onde reinava o Coronel Horácio de Matos (1882-1931). Dados e fotos do Major Leônidas foram fornecidos pela Rosângela Ferreira das Neves (*Casa de Cultura de Coribe, Jamilton Souza Sabino*) a quem melhoramos gratidão.

dentro do PARNA-GSV.2, nas terras do Espólio de Mendes e Brito (*Bito ou Bita*), no que veio a ser o Microterritório “Gerais” (GCIT).

Mas o Carrancismo também é visto como *Tempo Bom* por quem viveu entre os Geralistas nessa época. Seu Antônio Inácio Correia – que era balconista da Venda de Seu Praso⁷³ na bicentenária Fazenda Sumidouro, conviveu várias décadas dentro da área que foi incorporada ao PARNA-GSV.2. É ele quem nos conta como essa época foi um tempo de fuga-cidade e liberdade (para uns) e impunidade (para outros):

Naquele tempo – antes de 1950, antes de 1960, antes de Brasília – aqui era o fundo dos Gerais de Minas. O fundo! Era um lugar muito desfalcado de recursos. Matar um e sumir era a coisa mais fácil. Atravessava para a Bahia: Bahia estava ali perto, mesmo. [...] ...a minha vontade era de voltar pra lá. Eu gostava de lá demais onde hoje é o Parque do Grande Sertão. Morei lá, abaixo um pouco de Bela Lorena, distante uns 10, 12 Km: Sumidouro, perto de Bela Lorena. Bela Lorena fica depois da cabeceira da Carinhanha [...]. Quando ia para o campo, campear, eu subia bastante essa cabeceira de Itaguari. Tem as vertentes da Carinhanha, e lá em cima está o poste da trijunção Minas, Bahia e Goiás. Um poste dessa grossura! Foi carregado de longe e colocado lá. Um poste de três estados, delimita os três estados. Eu achava muito interessante. Toda vida eu gostei: dá uma voltinha assim, está em três estados. Não tinha cidade, só tinha o Formoso (RIBEIRO: 2010, p. 45).

Com a morte de Antônio Dó (1929), Joaquim Gomes (1935), João Duque (1942) e “Sanclé” Valadares (1948), o *Carrancismo* (ou Coronelismo?) entrou num longo declínio gradual. Foi *anti-anthropofagicamente* engolido/regurgitado/sugado pela Modernização Conservadora que incorporou o Ser-tão-Cerrado à Região da Trijunção. Assim, esse *Tempo de Coronéis* feneceu com o Major Leônidas (1978), que atuara, corajosamente, para o fim do mandonismo do clã Correia Duque (TC) e influenciou, de forma indireta e coadjuvante, na consolidação definitiva do povoamento dos Núcleos Comunitários Veredeiros (NCV) sobre os quais trataremos agora.

1.2.2.a: Espólio/Espoliação⁷⁴entre filhos de Rafael (aliança Mendes-Brito)

Tempo de Coronéis X Tempo de Mangabar: ambos coexistiram na vida tradicional dos Geralistas que se obrigaram pelas circunstâncias do isolamento geográfico – imposto (como já vimos/veremos) por diferentes Políticas de Interiorização do Desenvolvimento Nacional e pela própria conjuntura política da Região da Trijunção – a organizar/internalizar um modo típico de vida rústica, demarcador da Identidade

⁷³ Plácido Silva Dias foi um imigrante piauiense que comprou a antiga fazenda de Firmiano José de Almeida, transformando-a num movimentado centro comercial promotor de intercâmbio entre os Geralistas e os negociantes de Januária (por onde ele chegou).

⁷⁴ **Espoliar** (vem de espólio): ato de **privar alguém de algo que lhe pertence** ou a que tem direito por meio de fraude ou violência.

Geraizeira na Era do Carrancismo: o Estado os isolaram. Mas eles reagiram intensificando suas interações nas Conexões Geraizeiras TVP-TC-TVU-TPP.

Naquele violento início de século XX, em 1907, era homologado o Inventário Patrimonial do latifundiário-viúvo Rafael Mendes de Queiróz. Foi feito por ele após o falecimento da esposa, Dona Rita Rodrigues de Almeida, uma das herdeiras de Firmiano José de Almeida (fazendas Sumidouro e Gentio já citadas). Os bens inventariados foram “*adquiridos por herança, compra e partilha*” – é o que se informa remetendo-se ao documento “R1-M-3.500 às folhas 280 do Livro N^o: 2”, arquivado no Cartório de Registro de Imóveis de Carinhanha-BA⁷⁵ (cfe. Anexos 1.1 e 1.2). O latifúndio incluía mais de cem mil hectares na vasta área circunscrita entre a margem esquerda da Carinhanha e a margem direita do rio Itaguari (seu afluente), e no sentido leste-oeste era limitada pelas veredas Cobra e Rodeio. Embora nomeada como Fazenda Canabrava (depois subdividida em outras unidades), ficou popularmente conhecida como Fazenda Rodeio (daí fundirmos os dois nomes para melhor defini-la).

Essa Fazenda Rodeio-Canabrava foi um dos grandes “impérios agrários” na fixação do domínio sobre as Fronteiras da Trijunção porque controlava pontos (vaus) estratégicos na travessia da Carinhanha intermediando as Conexões Geraizeiras TVP-TC-TVU-TPP nas relações familiares e comerciais com Januária (MG) e Carinhanha (BA). Cravada na margem esquerda do Rodeio, numa paisagem belíssima, ali o casal Rafael-Rita criou seus sete filhos. Essa prole é mencionada por Carneiro (2003, p. 136), que também destaca a Diáspora de um deles nessa confusa ou inexplicável relação entre os descendentes (“*deserdados*” na partilha da Fazenda São Pedro) de Silvério Mendes na qual há evidências (ainda não estudadas a fundo) de uma sobreposição (ou conflito?) de interesses entre seus filhos do primeiro e segundo casamentos (clãs **Queiróz** e **Carneiro**, respectivamente – prevalecendo a hegemonia dessa segunda família em prejuízo material da primeira). Confira o diz o autor ora citado:

Outro filho de Silvério Mendes, de nome Rafael [Mendes de Queiróz], cuja mãe ignoramos, mas tinha o sobrenome de Queiróz, completamente desconhecido da Família Carneiro. Os filhos de Rafael Mendes eram: Celina, Benício, Aristides, Rafael (Zezim Mendes), João – conhecido por João Peba, Tomásia e outro[a] cujo[a] nome nunca soubemos. Não temos o nome desse filho ou filha de Silvério porque foi para Goiás onde constituiu família da qual só tenho notícia do bisneto Geraldo Mendes, que chegou a ser Prefeito de Mambá [GO].

⁷⁵ A primeira notícia do Inventário de Rafael Mendes foi dada por Alberto Carneiro Saraiva, neto de Celina M. de Queiróz, uma das filhas do casal Rafael- Rita. Alberto e parte de seus familiares usaram essa certidão para vender terras em 1983 sem dividir o valor entre os descendentes do casal citado. Nos anos 1990, ele cedeu cópia dessa certidão para Valdivino Mendes de Queiróz, irmão do autor dessa pesquisa. Agradecemos aos dois o acesso a esse tesouro histórico. Sem ele não faríamos essa pesquisa.

Woortmann (1995, p. 16, 317), em pesquisa que buscou “*compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco*” para, a partir delas, entender que “*a dimensão temporal contempla tanto os casamentos em seu conjunto como cada casamento em particular visto que a história de cada família encadeia os casamentos que realiza, em séries, onde cada evento afeta os demais*”, mostrou-nos quão importantes são as linhagens camponesas para compreendermos sua ancestralidade e a própria existência do grupo social, além do direito coletivo delas, de pertencimento ao território que habitam e no qual partilham memórias, bens materiais e valores culturais.

A pesquisadora estudou a “*stammhaus*” (casa-tronco) entre colonos do Sul e sitiantes tradicionais do Nordeste. Em ambos, o casamento entre famílias das mesmas comunidades (ou entre parentes próximos entre si) era o elo predominante para fortalecer os laços comunitários-identitários no interior desses grupos. E isso fazia dos vínculos conjugais entre as famílias uma estratégia que também consolidava os vínculos orgânicos com a terra, materializando, desse modo, tanto a construção da identidade coletiva quanto a apropriação comunitária da própria terra.

Mendes e Brito (*Bito/Bita* – como lhe pregaram o vulgo) constituem-se, juntas, a Casa-Tronco (v. Apêndice B) – matriz fundadora do Microterritório “Gerais”, dando origem às Comunidades Tradicionais Geralistas na margem esquerda da Carinhanha dentro do PARNA-GSV.2. Antes que o espólio seguramente herdado por Dona Rita se dissolvesse por inúmeras razões (misteriosamente não explicadas), parte da Fazenda Rodeio-Canabrava fora vendida dando origem à Fazenda Cobra. A nova proprietária era Maria Pereira de Brito – a riquíssima *Maria Bita* – que na área desse mesmo rio, em sua confluência com o Ribeirão dos Bois, também era dona da vastíssima Fazenda Ilha – confira no Capítulo III.

Dona *Maria Bita* (Brito) era de São Francisco-MG. Seu pai, Antônio *Bito*, e tios, são os fundadores de Serra das Araras (BRAZ: 1977, p. 339-340). Seguindo a natureza itinerante de sua família, que migrou de Monte Azul-MG para dentro do que hoje é Chapada Gaúcha-MG, há registro da passagem dela também no vizinho Buritis-MG (TVU). Durães (1996, p. 116, 131, 128 – grifos nossos), documentou sua presença lá:

Depois de 1913, com o falecimento do Coronel Cândido José Lopes [nascido em 1849], fica viúva sua terceira esposa bem conhecida por MARIA BITA, natural do ermo da SERRA DAS ARARAS [no município de São Francisco-MG]. Na Partilha de Bens com os filhos do falecido, [ela] se viu lograda pela vasta inteligência de Antonino [Cândido Lopes – 1882/1970, filho do dito coronel com a esposa anterior, à época já falecida, D. Ana Josefina de

Queiróz, filha do temido fazendeiro Marcolino de QUEIRÓZ – parente dos Mendes de Queiróz]. *Furiosa*, [Maria] *contratou o famoso Antônio Dó, bem conhecido como ‘Lampião Mineiro’, que veio dos barrancos do [rio] São Francisco para matar Antonino. Sorte de Antonino que a notícia veio na frente do grande jagunço. Ciente do seu destino, [ele] fugiu para a Fazenda Mangues [lá no Vão do São Domingos perto do rio Piratinga – local da fazenda de Silvério – pai de Rafael Mendes] para obter ajuda e proteção do seu amigo e companheiro Felipe RODRIGUES da Costa.*

Derrotada, nessa disputa de herança, pelos filhos do seu marido-coronel, e sem deixar descendência (ela não teve filhos biológicos – os parentes tornaram-se seus herdeiros-usufrutuários ou legatários dos latifúndios que deixara), Maria Bita, depois desse episódio, morou muito tempo em sua Fazenda Cobra. Na década de 1920 ainda estava viva – é o que se depreende ao lermos relato sobre ela no Item **3.3.2-d**, do já citado Capítulo III (v. também Anexo 1.8). Mendes (2003) e Carneiro (2003) destacam⁷⁶ que o clã Almeida tentou firmar aliança com a família de Maria Bita no domínio do “Território Carinhanha”, talvez visando unificar interesses em um só latifúndio. Assim declara Carneiro (op. cit., p. 257), de forma meio confusa:

Thereza [Correia de Brito – membro do clã de Maria Bita] morava numa fazenda que pertencia a Firmiano José de Almeida num lugar chamado Jataí, no Estado da Bahia. ... Rafael [J. de Almeida – caçula de Firmiano e único filho varão do segundo matrimônio dele com D. Matilde Pereira Rodrigues] é quem ficou cuidando dessa fazenda juntamente com seu cunhado Dionísio [Francisco] Magalhães [esposo de D. Raimunda], que comprara uma légua de terra na vizinha Fazenda Ilha [que até então pertencera à D. Maria Bita – confira Item 3.2.2-e do Capítulo IV], no Estado de Minas Gerais, na margem direita do rio Carinhanha.

A vereda Jataí era parte da Fazenda Rodeio-Canabrava, mas gravitava em torno do movimentado Porto da (vereda) Cobra – controlado por Maria Bita. Com a morte de Firmiano – dono anterior do Jataí – Rafael, filho dele, açambarcou o controle do seu patrimônio como gestor absoluto. Daí se explica tal confusão (ou invasão de domínio?) sobre quem mandava nas terras do casal Rafael-Rita.

Rafael J. Almeida convolou-se com Dona Thereza Bita (acima citada) e com ela teve dois filhos: Eliseu José de Almeida⁷⁷ cuja paternidade ele assumiu desde logo; e Amância Francisca Correia de Brito, que permaneceu filha bastarda. Separando-se de Thereza (que criou a filha sozinha e certamente com dificuldades), Rafael casou-se com Joana Carneiro Saraiva, 1877/1959 (ROCHA: 1995, p. 228), sobrinha do seu xará,

⁷⁶ Esse conjunto de informações no restante desse tópico foi todo baseado nesses dois autores. Dionísio e Raimunda são avós maternos de Carneiro (2003), o que talvez explique a dificuldade desse tão renomado e conceituado autor em tratar desse assunto.

⁷⁷ Eliseu, ao tornar-se adulto, casou-se na família Marques (uma das fundadoras de Damianópolis-GO) e aí enfronhou-se nos clãs Carneiro e Rodrigues-Ornelas, atuando como vaqueiro. Mas seus filhos não se distanciaram dos netos de Amância Bita, irmã de Seu Eliseu. Augusto do Barreirinho, um dos filhos de Eliseu (também conhecido como Augusto “Carneiro – embora não o seja) sempre fora amigo de Seu João de Dona Esteva, meu pai e um dos entrevistados nessa pesquisa. Meu pai é sobrinho-neto de Seu Eliseu.

Rafael Mendes. (Dona Joaquina era filha de Manoel Carneiro Mendes, portanto, neta de Silvério). O matrimônio com Joaquina desfez a hipótese de uma aliança Almeida-Brito.

João Peba (que morreu em 1942 aos 80 e poucos anos), depois de convolar-se com a ex-escrava Damiana, que morava em terras do seu pai na Beira do Itaguari (local da famosa “Ponte da Damiana”) e com ela ter uma filha, Henriqueta (morta em 1959 sem deixar descendentes), decidiu-se por casar com sua prima “bastarda”, Amância Bito (ainda meninota; e “sem pai”). O enlace nupcial durou pouco. Ela morreria muito nova. Deixou ele com quatro crianças nas costas: Maria (esposa de Firmino José Barbosa – já falamos dele antes; esse casal são meus avós paternos), Thertulina, Ernestina e Nestor.

Viúvo precoce, João Peba passou a residir na Vereda Traçadal, colado aos seus primos Carneiro/Almeida, em Bela Lorena. Parte das crianças ele criou. Outra foi adotada pela família Monteiro (casal Aniceto/Aniceta), que morava como agregada do seu pai na beira da vereda Gameleira, que deságua na Canabrava. Mas esse enlace funesto converteu-se num pacto comunitário entre Mendes e *Bito/Bita* (Brito).

A aproximação entre herdeiros-usufrutuários das duas famílias latifundiárias, mantida após o óbito de Amância, garantiu aos descendentes de suas parentelas, e às gerações seguintes, tanto do Tronco-Ancestral “Rafael-Rita” quanto do clã de Maria Bita, o vínculo orgânico duradouro com a terra herdada, não-oficialmente, mas que por nela terem permanecido – como uma espécie de “*posse mansa, pacífica e continuada*” (cfe. Lei de Terras, de 1850) – cultivando-a ano-a-ano e nela criando seus animais, tornaram-se donos de fato. Donos não por imposição de domínio (como o fizeram as Fazendas Pioneiras), mas pela apropriação histórico-cultural-familiar e afetiva/efetiva das terras generalistas. Como explica Woortmann (op. cit., p. 311-312 – grifos nossos):

A terra é parte de uma ordem moral; mais que objeto de trabalho – o que ela certamente é – ela é condição de realização do sujeito trabalhador; mais do que propriedade mercantil – não obstante ter valor de mercado - , ela é o Patrimônio de um Tronco ou de um Sítio, isto é, de uma Linhagem. No Sítio a terra é domínio do parentesco num duplo sentido: é um território onde se reproduzem as relações de parentesco e é um território sobre o qual se exerce a dominância do parentesco. Em ambos os sentidos, é um espaço criado e recriado pela memória onde a Genealogia se funde com a História-Mito da Identidade. ...cada família possui sua parcela; não há o pagamento coletivo de impostos. O Sítio exerce o ‘jus in rem’ e o ‘jus in personam’ sobre suas pessoas, definindo um conjunto de direitos e deveres, não só relativos à terra, mas também ao grupo como um todo.

O espólio de Rafael Mendes de Queiróz – um dos filhos de Silvério, deserdado na Fazenda São Pedro – converteu-se em terras de uso comum entre 1910 e 1930. Mas nessa mesma época foi alvo de estratégias opostas, um contrapondo-se ao outro: de

um lado, houve espoliação (especulação?) por iniciativa de alguns dos herdeiros⁷⁸ dele. Mesmo não havendo registro documental da partilha da Fazenda Rodeio-Canabrava, parte dos seus descendentes se achava mais dona da área que outros, impondo aos moradores do “Gerais” a cobrança de “imposto pelo uso” do solo geralista. De tudo o que era produzido nas roças (em veredas), eles se apropriavam da metade. Anualmente, iam nas veredas buscarem o seu quinhão. Foi assim até meados dos anos 1930/40 quando as comunidades tradicionais aí instaladas, resistiram: negaram-se a pagar o famigerado tributo ilegal já que não houve partilha em cartório (v. Entrevista 3.3.1.a).

Por outro lado, os conflitos políticos entre os coronéis João Duque e Major Leônidas também contribuíram de forma determinante para a fixação desses moradores veredeiros na medida em que a dispersão (Diáspora) da população humilde que vivia em movimento, fugindo dos “barulhos e tiroteios” no município de Carinhanha-BA, estimulou e encorajou a chegada de novos habitantes no Microterritório Gerais (GCIT). Os chegantes logo se enturmavam nas comunidades (v. Q.2) entrelaçando-se com elas em sucessivos casamentos ou vínculos de camaradagem. Feito isso, cada chegante apossava-se de um naco de gerais e ali demarcava a parcela, que era vital à sobrevivência de sua família, e a fronteira com a gleba do vizinho que, via de regra, era um amigo ou parente (em laços de camaradagem: compadre/comadre).

A resistência coletiva dos Geralistas graças à sua forte relação com os brejos da Carinhanha (veredas para cultivo) e com os tabuleiros e topos de chapada (destinados para criação à solta, sem cercamentos) fez com que surgissem quatro núcleos comunitários veredeiros (NCV)⁷⁹ que partilharam entre si essa área do PARNA-GSV.2.

Os NCV's Rodeio-Canabrava e Porto da Cobra, por serem os mais antigos no povoamento do Microterritório “Gerais”, foram também os menos afetados pela transumância entre veredas no que se refere, especificamente, aos descendentes dos colonos-fundadores: troncos Mendes e Brito (v. Anexos 1.3 até 1.10). Essas duas proles e quem com elas formaram famílias dedicavam-se mais à pecuária e ao cultivo de roças. Já nos outros dois NCV's, constituídos durante a Decadência do Carrancismo (1929-1959), prevaleceu maior mobilidade espacial, pois eles eram mais vocacionados à

⁷⁸ O genro de Cirilo – o novo dono da Fazenda São Pedro, **Seu Aristides Mendes de Queiróz** (filho de Rafael e que morreu na passagem entre as décadas de 1930/40) e **Seu José Carneiro Saraiva – Seu Zezé Carneiro** (neto e sobrinho de Rafael Mendes de Queiróz, pois era filho de Celina – filha de Rafael, e de Seu Oto Carneiro Saraiva – filho de Manoel Carneiro Mendes; este sendo irmão de Rafael). Eles tentaram por muitos anos controlar o uso do Microterritório “Gerais”, instalando lá currais para retiro de gado na época da seca e ou cobrando meação dos produtos cultivados nas veredas pelos Geralistas, entre outras ações, que fracassaram.

⁷⁹ Essa **Cartografia Veredeira** e sua caracterização sócio-espacial foi construída por meio do cruzamento de informações que obtivemos nas pesquisas de campo quando também realizamos **Entrevistas Anotadas** feitas junto aos próprios entrevistados com os quais gravamos/filmamos as entrevistadas incluídas no DVD. Destacamos como valiosos os dados fornecidos por Seu João de Dona Esteva (meu pai) e Valdivino Mendes de Queiróz (meu irmão), entre outros.

práticas extrativistas (caça e pesca; extração vegetal). Na medida em que se escasseavam os meios materiais de sustento das famílias, sucediam-se novos deslocamentos dentro do “Gerais” em busca de “melhoras”.

Q.2: Cartografia Veredeira⁸⁰ sobre o PARNA-GSV.2

Topograma	Características e Localização
Rodeio-Canabrava NCV.1	Engloba/va as comunidades tradicionais residentes nas veredas Rodeio, Cajueiro/Sumidouro, Vereda Comprida, Canabrava, Muriçoca, etc. Famílias Sedentárias principais, entre outras: Mendes, Barbosa (a mais numerosa), Brito/Lisboa... e aquelas que se convolveram com estas. Área com cursos d'água de maior extensão e, por isso, com maior concentração populacional, e com práticas cultivares permanentes (predominando, pois, a Agricultura/Pecuária de Subsistência).
Porto da Cobra NCV.2	Incluía os moradores veredeiros de vários pequenos afluentes da Carinhanha como Cobra, Jataí, Landim, Pilão, Estiva/Porto da Onça/Passageiro... Nas duas primeiras décadas do século XX, a região ao lado do Porto da Cobra chegou a constituir-se num povoado com grande circulação de gente e viajantes, mas, no final dos anos 1920, perdera a condição de travessia preferencial no rio Carinhanha para o vizinho Porto da Onça (um pouco mais acima no rio Carinhanha), tornando-se, por essa razão, uma área de transumância, com habitações mais dispersas, oscilando entre nomadismo e sedentarismo. As várias famílias continuaram gravitando, na maior parte do tempo, em torno do clã principal: os <i>Bito</i> (Brito). Daí terem se alternado entre práticas agroextrativistas (sendo uns agropecuaristas, outros extrativistas).
Beira do Itaguari NCV.3	Populações igualmente dispersas, separadas por longas distâncias, elas viviam tanto margeando o rio Itaguari (maior afluente da Carinhanha, pelo lado da Bahia) quanto os córregos que deságuam nele como o Vieira e Itaguarizinho. Área de ocupação posterior ao Apogeu do Carrancismo, era mais heterogênea, composta por moradores que tinham mais vínculos de amizade que de parentesco, e mantinham relações com as comunidades da Bacia do rio Formoso-Corrente (hoje município de Jaborandi-BA) e com as atuais cidades goianas de Sítio da Abadia, Mambá e Damianópolis. Havia uma predominância do extrativismo, embora parte desses Geralistas fosse de pequenos agricultores.
Cabeceira da Taboca NCV.4	Aqui se congregaram as famílias que, em sua maioria, foram subindo a Carinhanha, migrando do NCV-Porto da Cobra e de outras localidades menores, e mais abaixo, como Santo Antônio, Catolé, São José...até o Porto Cajueiro. Menos heterogêneos que o NCV-Beira do Itaguari e devido à proximidade geográfica com pequenos núcleos urbanos, esses moradores tinham mais ligações afetivas com Formoso-MG e Sítio da Abadia. Nessa área predominava a relação extrativismo/nomadismo dentro do próprio “Gerais”.

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017

Nesse ir-e-vir pelo Sertão-Gerais em constante movimento em torno de si mesmo, os Geralistas e com eles as Conexões Geraizeiras (v. Apêndices E.4 e E.5) que articulavam a comunicação entre os quatro NCV's foram, lentamente, construindo aquilo que Queiróz (1973, p. 52-55, 65) assim definiu:

O bairro é um grupo de vizinhança aberto, acolhendo todas as famílias que ali venham a se estabelecer. [...]. O bairro é sempre uma reunião de famílias. [...]. Várias famílias conjugais provenientes do mesmo Tronco Comum formam um grupo que se estende verticalmente através de gerações sucessivas.. [...]. O intercassamento entre proprietários e não-proprietários é comum. Suas posições recíprocas se tornam mais próximas ainda por meio do compadrio. O bairro é, assim, um grupo social de tendência igualitária. [...]. O sitiante cultiva suas terras com a família. [...] se deixar seu bairro, o sitiante sabe que encontrará outro em que poderá se integrar. (Daí) o espaço tende a ser percebido como difuso e descentralizado.

O “Gerais” e sua microterritorialidade comunitária, difusa e descentralizada, como vimos, converteu-se (sobretudo a partir dos anos 1930/40) num bairro rural dentro do

⁸⁰ Martins (2011) se utilizou do termo Veredeiro para nomear os moradores do PARNA-GSV. Mas, nessa pesquisa, o referido termo é utilizado, não como denominação genérica visto que usamos o termo Geralista, mas para identificar cada conjunto de localidades onde vivem as Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha na margem esquerda do rio homônimo.

qual era livre tanto a entrada quanto a saída de moradores veredeiros variando-se ao longo do tempo o constante fluxo de deslocamentos internos que não afetava a dinâmica espacial daqueles com moradias permanentes. Cândido (2010, p. 247), em pesquisa realizada no interior paulista nesse mesmo contexto (anos 1940), explica que “...no universo da sua vida tradicional, o caipira oscilava entre a casa isolada e o grupo de vizinhança, entre a condição de agregado e a de sitiante, entre a sociabilidade familiar e a sociabilidade de bairro”. Tal situação ocorria porque “...o sistema de relações nos grupamentos vicinais funcionava [...] mantendo em equilíbrio uma população rala e fluida”.

A vida tradicional dos Geralistas do PARNA-GSV.2 condicionava-se tanto à presumível dicotomia “agregado/sitante” quanto ao binômio da população “rala/fluída”. Por não terem títulos de propriedade (reiteramos que após a morte de Rafael Mendes, não se fez inventário em cartório – e se fez, nunca fora conhecido ou apresentado publicamente a todos os herdeiros), os moradores do “Gerais” ora eram vistos como agregados (quando, p. ex., tinham que dar metade de sua produção para alguns descendentes do casal Rita-Rafael), ora eram vistos (por eles mesmos) como sítiantes por habitarem terras de uso comum, partilhadas por consenso consuetudinário.

A aparente dispersão deles caracterizavam-nos como sujeitos que, ao compartilharem os mesmos espaços, criaram uma cartografia sentimental (v. M.7) cujo desenho mostrava lugares com habitação rala (N.C.V-3, v.g) enquanto outros com grande fluidez de circulação constante em toda a Era do Carrancismo (N.C.V-1, v.g). Mas tanto um quanto outro traziam como marca uma espécie de territorialidade afetiva onde, mais que os laços familiares, mais que a amizade entre eles, algo maior os uniam: o amor ao “Gerais” como norteador/demarcador da sua identidade com as veredas da Carinhanha.

O Norte de Minas (no espaço de interseção Januária-MG/Carinhanha-BA) teve influência decisiva na formação social desses Geralistas, moldando ou ajustando essa identidade coletiva por meio das Conexões Geraizeiras entre o Sertão-Gerais da Trijunção e as barrancas do rio São Francisco. Por isso, a Identidade Geraizeira dos quais tornaram-se portadores, foi o elo mediador e tradutor das visões de mundo que se entrecruzaram na construção e (em nossa re/interpretação – como filho de Geralistas) do Imaginário Social dessas Comunidades Tradicionais do PARNA-GSV. Tais conexões foram consolidadas pelo Ciclo da Mangaba (coincidente com o período *carrancista*),

que é lembrado numa outra fala do ex-balconista (agora idoso, vivendo em Januária),
Seu Antônio Inácio Correia:

M.7: Localização das Comunidades Tradicionais dentro do PARNA-GSV.2
(NCV 1, 2, 3 e 4 – CTNC). Obs.: Na *Cartografia Oficial* dessa unidade de conservação, não há nenhuma referência a esses antigos núcleos populações.

Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Cartografia Microterritorial de NCV's/CTNC antes do PARNA-GSV



Fonte: Mendes (2013a)

... *tinha o Comércio e tinha a Fazenda lá [no Sumidouro, local da Venda de Seu Praso – perto do Cajueiro de Cima – confira no M-7]. Muita gente passava ali. O povo passava muito a cavalo, de muitas comunidades dali por perto. Viajava 30, 40 quilômetros, para ir comprar o café, o sal, a roupa, o calçado, o remédio, querosene, tecido. Vendia isso tudo. No [...]brejo, o pessoal plantava. Ia na venda comprar um cafezinho, comprava outras coisas que precisava, vendia couro de veado, pena de ema, borracha da mangaba. Barganhava, como se diz. E nessa troca, imagina a condição... Levava a mangaba e pegava o café! Era assim. Quando aparecia um dinheirinho era porque vendia um bezerro* (RIBEIRO: 2010, p. 45-46).

Esse armazém, situado no NCV Rodeio-Canabrava – ponto de intensa fluidez humana e econômica, é uma amostragem emblemática do que Mello (1989, p. 49-51) denominou de “*Economia do Catado*” ou, em Topogramática Geralista – como aprendi com meus pais desde criança – “*Tempo de Mangabar*”. Tratava-se de um sistema agrosilvoextrativista, de base comunitária, por meio do qual se fazia a coleta de produtos silvestres como mangaba (em destaque), penas (de ema e outras aves), couros e peles de animais (p.ex.: lagarto, jacaré, onça, gato do mato...) que – afirma essa autora – “*eram vendidos como especiarias no Mercado Europeu*”.

Minha mãe – Dona Esteva (1929/2010), parente de Seu Cirilo na Fazenda São Pedro, e que ficou sozinha, órfã muito cedo – fazia parte desses grupos de *Mangabeiros* que saíam juntos, Gerais adentro, à cata da adocicada polpa e do látex de mangaba. Além desse extrativismo, também se praticava, no Microterritório “Gerais” – Rodeio-Canabrava era o polo principal – uma rica e variada agricultura de subsistência (veja Capítulo III). Nos brejos esgotados da Carinhanha e de suas veredas ou na Beira do Itaguari (em menor escala), plantavam-se de tudo: arroz, feijão, milho, legumes, hortaliças... Cada família tinha suas criações pastando à solta no Gerais, sendo comum a presença quase que exclusiva do Gado Curraleiro.

O porto januarense era o receptor desses produtos *in natura*, vindos do Sertão-Gerais da Trijunção, em tropas ou carros-de-boi, e que muito ajudou a economia solidária das famílias geralistas (como a minha) e estreitou a ligação orgânica delas com o Norte de Minas. A Venda de Seu Praso na Sumidouro ou a Venda de Seu Firme na Estiva eram elos interconectores entre as comunidades tradicionais da Carinhanha e o rio São Francisco. Catar mangaba e outros frutos da Sociobiodiversidade do Gerais, exemplo da marca da Identidade Geraizeira na Trijunção, simboliza, nessa época, as relações dos Geralistas com o norte-mineiro (v. Apêndices E-4 e E-5).

Mata-Machado (1991, p. 121-122, 92, 118-119) explica que esse ciclo, que também incluía a maniçoba, foi rendoso num certo tempo. Mas logo entrara em

decadência junto com o *Carrancismo* e junto com Januária, que perdeu para Pirapora a condição de ponto de desembarque das mercadorias industrializadas que chegavam do Litoral. O *Tempo de Mangabar* – tempo de paz e união comunitária entre os Geralistas, que viviam em meio à violência política do *Tempo de Coroneis* – esvaneceu-se, lentamente, entre 1930 e 1950. Uma nova onda de interiorização do desenvolvimento, outra vez vinda do Litoral, penetrava o sertão profundo: a Marcha para Oeste. Mas a percepção dessa sutil onda desterritorializadora pelas comunidades tradicionais usufrutuárias dos Espólios de Rafael Mendes de Queiróz e Dona Maria Bita processou-se tão devagar quanto o vagaroso desaparecimento do influente Ciclo da Mangaba⁸¹ cujo fim, aliado à outros fatores intervenientes apontados por Baiano (2006, p. 144), provocou êxodo rural crescente a partir dos anos 1940, nas Fronteiras da Trijunção.

1.2.2.b: Geralistas Sitiados entre Curvas da *Marcha para Oeste*: 1930/1959

A Revolução de 1930 – que iniciou a Era Vargas até 1945, e os anos seguintes até o Governo JK (1956-1961) – não apenas é uma efeméride auspiciosa para a industrialização/urbanização do Brasil, impactando o Interior/Sertão (v.g: fim do *Carrancismo/Coronelismo*) ou desruralizando sua pirâmide demográfica e com ela, suas cadeias produtivas tradicionais (fim do ciclo geralista da mangaba, p.ex.). Ela também construiu todo um corolário ideológico de doutrinação: a *Marcha para Oeste*.

Tratava-se de amplo programa de ação do Estado Varguista, teorizado por Ricardo (1959) e implementado pela União. Com foco em um discurso justificador que concebia a interseção Centro-Oeste/Amazônia como “vazios demográficos” (MENDES: 1995), inspirava-se nos bandeirantes enquanto estratégia mistificadora da reocupação desse espaço-coração do país. São momentos ilustrativos dessa época: a construção de Goiânia e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que deu origem a Ceres-GO; a Fundação Brasil Central e sua Expedição Roncador-Xingu.

Nesse contexto histórico, prolongamento das ações anteriores de modernização/interiorização (antes marcado pelos binômios: “ferrovia/hidrovia”; “Expedição Visconde de Porto Seguro em 1877/Missão Cruls entre 1892-1894” – ambas tendo a mudança da Capital para o centro como objeto de estudo; ou “*Semana de Arte Moderna/Lançamento da Pedra Fundamental*” da Nova Sede Federal em Goiás,

⁸¹ Esse ciclo foi tão decisivo na formação social geralista, co-partícipe da fixação das Fronteiras da Trijunção, que Sousa (2008, p. 269) esclarece: o antigo Arraial de Riachão, que já existia desde 1840, mudou, nessa época, sua denominação, para **Mambai-GO** (fusão entre os adjetivos *MAN*gabeiros e *BAI*anos), tal era a relação afetiva e econômica entre Goianos do Vão do Paranã e Baianos das nascentes da Carinhonha, no intercâmbio da “Economia do Catado” com Januária, via Porto da Cobra ou Porto da Onça.

ambas em 1922), as Fronteiras da Trijunção e sua Gente *Baiangoneira* assistiram, perplexas, e ao largo, à passagem-relâmpago dessa Marcha para Oeste, que não lhes trouxeram nenhum benefício. Só estimulou o êxodo no fim do Ciclo da Mangaba.

A Marcha para Oeste aprofundou, assim, o isolamento geográfico da Trijunção BA/GO/MG, que já vinha se enclausurando em torno de si mesma desde 1911 quando Pirapora substituiu Januária como porto atacadista. Esse insulamento deu sobrevida ao *Carrancismo*. No lugar da violência política entre coronéis, agora era o banditismo de salteadores (jagunços desempregados e seus patrões) que se entreichavam em trechos de estradas ou passagens obrigatórias como a *Tocaia do Salobro* (no rio São Domingos, hoje no meio da Rodovia MG-400, sentido Formoso-Buritis) ou a *Tocaia de Zequinha do São João do Pinduca* (trajeto entre Formoso e Formosa-GO). Os saques e assassinatos aí praticados impunemente, bem simbolizam essa “Marcha” que encurvou (deslocou) seu “Progresso” para outros cantos do País, obrigando moradores da Trijunção a andarem atrás dele, aventurando-se (migrando-se), em decorrência da relação isolamento rural/exôdo, a fazer essas travessias (ou começo da nova Diáspora?).

Nesse cenário (“roseano”?), descrito por autores como Mendes (2002), Baiano (2006) e Sousa (2008), os Geralistas mantiveram-se em marcha lenta movimentando-se com suas roças e criações nas veredas em torno da Carinhanha. No ir-e-vir das travessias pelo Porto da Cobra (antes de 1930) e pelo Porto da Onça (a partir daí) atrás de produtos industrializados em Januária, circulavam Geralistas, tropeiros, carreiros, estafetas, viajantes, saqueadores..., todos cruzando a área do futuro PARNA-GSV, no tráfego doméstico que mantinha as Conexões Geraizeiras TVP-TC-TVU-TPP. Elas já não eram mais lucrativas desde o fim da Era dos Currais (v. Apêndice E-4 e E-6).

O *Carrancismo*, em estado terminal, transmutou-se/suicidou-se com a Marcha para Oeste. O Sertão-Gerais, que se fazia traduzível/compreensível para os Geralistas como “Ser-tão en/Cerrado”⁸² – um espaço enclausurado pela distância do Litoral (porém, livre, aberto e movimentado na ótica dos nativos – confira Capítulos III e IV); um território tradicional recolhido/guardado por seus habitantes que sobre ele construíram lugares-habitat (nas terras de uso comum do “Gerais”) com relações telúricas de afeto mediadas por sua Identidade Geraizeira; ou uma região-fronteira, fechada em si mesma pela ausência (de investimentos) do Estado, nesse momento passa

⁸² Criamos essa expressão a partir da palavra ENCERRAR, um verbo transitivo direto e pronominal, cujos verbetes significam: “recolher(-se) ou GUARDAR(-se) em CLAUSURA; fechar(-se)” ou “conter em si, INCLUIR, COMPREENDER”. Disponível em https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+encerrar&oq=o+que+%C3%A9+encerrar&gs_l=psy-ab.3..014.28776.31931.0.32678.17.17.0.0.0.130.2018.0j17.17.0....0...1.1.64.psy-ab..0.17.2010...0i67klj0i22i30k1.rGQPPWiKvfm – acesso: 26/7/17.

a ser traduzido como “Ser-tão-des/Cerrado”⁸³ – criador de novos deslocamentos pelo País. Projetos de intervenção no ordenamento territorial seriam criados para, de novo, (de)mover as velhas Fronteiras da Trijunção, com seus Geralistas que até então estavam sitiados pela “Marcha” sem serem incluídos nela. Tais projetos são tradutores desse novo contexto.

Em estudo sobre moradores do Vão dos Buracos, na Trijunção, Cerqueira (2010, p. 44 – grifo nosso), mostra quanto o apego à terra mantém esses habitantes do Sertão-Gerais unidos, mesmo diante de tantas marchas e fronteiras: “[...] o movimento surge como via narrativa de um povo integrado no próprio deslocar-se. [...] nos encontros que as distâncias percorridas, ao se fazerem, colocam [as Comunidades Tradicionais agora na Zona de Amortecimento do PARNA-GSV] em marcha”. E nesses deslocamentos, há “a ‘consistência’ de uma TERRA onde a mobilidade – no espaço ou no tempo, interna ou externa, física ou existencial – dá forma e sentido ao ‘povo’”.

Esse *Ser-tão-des/Cerrado* – que dos anos 1950/60 em diante se apresentaria “aberto” (a quê e a quem?), “re/descoberto” (para se fazer o quê?) e franqueado (*franquiado*) ao Agronegócio – é (re)inventado (encenado) pela linguagem política dessa marcha-oeste itinerante. O Drama-Progresso Nômade dela decorrente serpenteou a Trijunção, deixando-a à margem do des/envolvimento que se propunha construir. Mas as consequências advindas se fizeram sentir na vida dos Geralistas a partir da Inauguração de Brasília. O portal do êxodo das Comunidades Tradicionais aos poucos foi abrindo-se, desvelando-se. O “Gerais” (Lugar-Ancestral) foi des(re)territorializando-se, para ser incorporado ao mapa do *Sertão-Brasília*: um mapa-parábula na escala alegórica da Modernização Conservadora do bioma Cerrado.

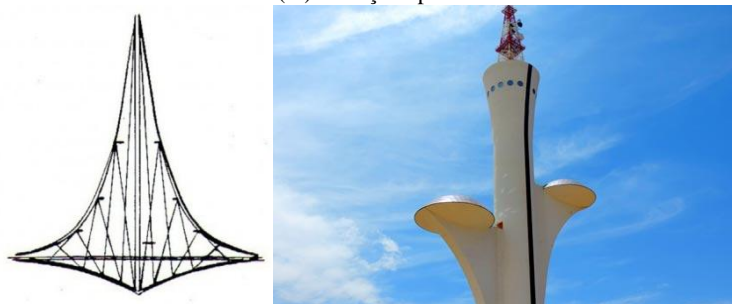
1.2.3: Era do Sertão-Brasília (1959): *Diáspora Baiangoneira* no “Território Carinhonha”

No período da construção de Brasília, o Estado, antes ausente, se fez presentificado no Sertão-Gerais com abertura de rodovias pelo Governo JK. O funcionamento delas é sintomático para o Ser-tão-des/Cerrado consolidar-se como Sertão-Cerrado (isso veremos adiante – v. Figs.12/13). Mendes (1995), Monardo (2009) e Oliveira (2013), ao tratarem desse período ou da Marcha para Oeste, avaliando seus

⁸³ Essa também é uma expressão construída com o uso de um verbo transitivo direto, pronominal e bitransitivo. DESCERRAR significa: “*abrir(-se) [o que está CERRADO, fechado]” ou DESCOBRIR(-se), REVELAR(-se), FRANQUEAR(-se)*”. Disponível em https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+descerrar&oq=o+que+%C3%A9+descerrar&gs_l=psy-ab.3..0j0i22i30k112j0i22i10i30k1.254809.256087.0.256236.9.9.0.0.0.148.913.0j7.7.0....0...1.1.64.psy-ab..2.7.910.yG380HN5KLY – acesso: 26/7/17.

impactos e deslocamentos no Brasil Central, afirmam que houve, nesse processo modernizante, a predominância de uma visão de modernidade binária que opunha o Sertão como lugar atrasado ao Litoral como lugar civilizado. Pelá (2014) mostrou que essa Modernização Conservadora⁸⁴ e maniqueísta desterritorializou centenas de pessoas e comunidades que hoje perambulam nas “*Novas Capitais do Cerrado mecanizado*” – Goiânia-GO, Brasília-DF, Palmas-TO... – como “*Sujeitos Não Desejados*” no espaço urbano dessas Metrôpoles demarcadoras de novas fronteiras dicotômicas entre Sertão-Gerais e (o agora – “novo”?) Ser-tão-Cerrado.

Fig.12/13 – Iconografia do Sertão-Brasília: Representações da *Modernização Conservadora do Bioma Cerrado*. Colunas do Palácio da Alvorada (1º prédio inaugurado na nova capital do país, em 30/6/1958 – Residência Oficial de quem governa o Estado brasileiro) e a “Flor do Cerrado”, monumento-parábola que se vê no sentido Brasília-Fortaleza pela BR-020 rumo à Região da Trijunção (Mosaico SVP/PARNA-GSV) e ao MATOPIBA (Polo-símbolo do Agronegócio): Cenas Antológicas que traduzem a Modernização Conservadora com sua Ritualização Polissêmica que atribuiu e atribui novos significados ao sertão brasileiro. Alvorada do Norte-GO, fronteira da Trijunção, é a (in)evocação eponímica desse Contexto Histórico



Fonte: Disponíveis em <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4913> - acesso: 28/1/17; e <https://www.essemundoenosso.com.br/torre-de-tv-digital-de-brasilia/> - acesso: 28/1/17.

Fronteira é um conceito do final do século XIX. Foi utilizado por Frederick Jackson Turner para salientar a importância da “Fronteira” na expansão econômica norte-americana da época e na “americanização” dos imigrantes e demais habitantes de áreas fronteiriças. A Fronteira era considerada, ideologicamente, um ponto de partida para a ocupação (Civilização X Barbárie) de territórios ainda não incorporados à Economia Capitalista. No final do século XX, difundiu-se o uso desse termo. Para Silva (In: SANTOS et al., 2007, p. 285, 291), o alargamento dessas fronteiras, que desterritorializam lugares e pessoas, em busca da mercantilização de novos espaços pelo Agronegócio:

[...] é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da Sociedade Capitalista. A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do País reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do Capital, inserção precária de grupos sociais, e difusão de valores culturais e ideológicos. [...]. A Fronteira em movimento implica o encontro de temporalidades distintas de cada grupo social com seus diferentes modos de participação na expansão territorial do Capitalismo sobre o Território Brasileiro. Observa-se que a Fronteira é uma acumulação desigual de

⁸⁴ Sobre Modernização Conservadora do Brasil veja também: SILVA (1981) e SAUER (In: SAUER e ALMEIDA; 2011).

tempos sociais. [...] a Fronteira Capitalista pode romper, provisória ou definitivamente, Processos Históricos preexistentes e impor a unificação ou a fragmentação no âmbito da Ordem Capitalista e de um tempo hegemônico.

As movediças Fronteiras da Trijunção, que se deslocam indefinidamente sem fixar o Progresso nessa região desde o século XVIII, agora são mais uma vez objetos de reconfiguração sócio-espacial em decorrência das diretrizes de des/envolvimento concebidas com foco, não na inclusão social e sustentabilidade de grupos sociais – como o dos Geralistas, mas no atendimento aos interesses do Capitalismo. A nova cartografia geopolítica desenhada a partir dessas diretrizes criou o que ora qualificamos como “*Mapa Transregional do Cerrado-Gerais (MTCG)*” – conceito res/significado a partir da elaboração de Oliveira⁸⁵ (2016, p. 12), que aqui é ampliado/entendido como um complexo sistema simbiótico-ontológico, catalisador de (des?)encontros entre o Ser.TAO.Geralista/Sertão-Gerais⁸⁶ (antes de Brasília), e o Ser-tão-Cerrado (depois dela).

A (con?) fusão (ou con-versão) antagônica entre dois sertões distintos criou um Mapa-Parábula⁸⁷, alegoria do nosso entendimento sobre a (re)ocupação da Trijunção como atribuidor de sentidos que se opõem entre si, mas possibilitam uma (re)leitura cartográfica que possa dar conta de (re)interpretar o processo de territorialização fraturada ora retomado. O Cerrado-Gerais é palavra-binômio e binária. Cerrado invoca/evoca, polissemicamente, tanto o Bioma visto como “*Espaço-Fronteira Agrícola*” (EFA-1) quanto a defesa dele como “*Espaço-Fronteira Ambiental*” (EFA-2). Gerais remete à ancestralidade e historicidade da apropriação cultural da terra pelas comunidades tradicionais em sua comunhão espiritual com a Sociobiodiversidade do Cerrado, sendo, por isso, o “*Espaço-Fronteira Cultural – EFC*”, um *locus* da resistência coletiva (ou desobediência civil?), frente ao (ou dentro do) Sertão-Brasília.

Portanto, essa polissemia do termo *Cerrado-Gerais* – soma e síntese antinômicas de EFA-1, EFA-2 e EFC – faz dele um vetor da metalinguagem-intérprete das diferentes visões pelas quais a Modernização Conservadora manifesta-se traduzível. No campo semântico, o contraponto à ela se dá ou se percebe na medida em que se confronta a

⁸⁵ Para essa pesquisadora que, assim como Cerqueira (2010), também estudou comunidades tradicionais nas nascentes do Rio Pardo (TPP) “*o termo Cerrado-Gerais foi concebido no intuito de [atribuir] enfática representação da Região Gerais do norte-mineiro como porção do Bioma, e, que diz respeito à História de Povos na sua relação com a Natureza e por ela moldados, trazendo o devido destaque, também, ao Cerrado enquanto denominação e representatividade de diversidade e concepções a ela designados*”.

⁸⁶ Ser.TAO.Geralista é uma forma ontológica para referirmos ao Sujeito Geralista ou às Comunidades Tradicionais do Sertão-Gerais, conceito, por sua vez, além de inclui-las nele como espaço-referência de sua identidade coletiva, também remete à relação Sociobiodiversidade/Biodiversidade como partes paritárias do Bioma Cerrado. “TAO”, conceito taoísta, significa “O Caminho”.

⁸⁷ **Parábula** tem aqui duplo sentido: (1) é a **narrativa alegórica** que transmite uma mensagem indireta por meio de comparação ou analogia; e (2) é um lugar geométrico dos pontos em um **PLANO** cujas distâncias a um **ponto fixo** e a uma **reta fixa** são IGUAIS.

relação dialética Sertão-Gerais/Ser.TAO-Geralista X Ser-tão-Cerrado. Daí emerge o dualismo conceitual subjacente ao termo (v. Apêndice E-9).

Para Monti (2007, p. 18, 26, 29-33), Sertão-Brasília enquanto espaço geográfico corresponde à interseção entre a Bacia do São Francisco (Norte-Noroeste de Minas/Oeste da Bahia) e a do Tocantins-Araguaia (Nordeste Goiano/Vão do Paranã), que, neste caso, coincide com o Sertão-Gerais (ver Item 2.2.1 do Capítulo II). Ambos se fundem no Cerrado-Gerais tendo o Distrito Federal como ponto fixo-centrípeto do Mapa-Parábula. Para o mesmo autor, o nascimento desse macroespaço polinucleado pela Nova Capital não só remete às mudanças trazidas ou ampliadas por Brasília. Como contraponto, também remete às narrativas ficcionais de Guimarães Rosa, sob a perspectiva de compreender esse Sertão-Brasília a partir da perspectiva da Cultura Sertaneja, substrato-matriz que o forjou e o sustenta, mesmo com (e após) a chegada da Modernização Conservadora.

O MTCG vem se desenhando nas Fronteiras da Trijunção desde os anos 1960. Silva (1982, p. 115-116, 118) assim descreve o abre-fecha (fluxo do migra x fixa) do EFA-1:

A Fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção. [...]. A Fronteira é simultaneamente condicionante e resultado da nossa 'modernização dolorosa' no campo [...]. A existência de 'terras sem dono' na Fronteira funciona como um regulador da intensificação da Agricultura, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo. [...]. No plano social, por assim dizer, a Fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios [...]. Ela é o locus da recriação camponesa expulsa das regiões de agricultura mais desenvolvida; é o destino dos pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais [...]. Quando a Fronteira se 'fecha', passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios [...] a perambular por todo o País.

Já o EFC é concebido por Sandra Pesavento (Apud: MENDES: 2013b, p. 32), como *locus* de resistência//interação mútuas (ou melhor a dizer, um fluxo de sístole//diástole), que limita/separa/mistura e induz o ir-e-vir no con//viver interfronteiriço:

Fronteiras Culturais remetem à vivência, às sociedades, às formas de pensar intercambiáveis, aos ethos, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias. [...]; a Fronteira Cultural aponta para a forma pela qual os homens investem no mundo, conferindo sentidos de reconhecimento... A Fronteira Cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa; ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica (...); há, sem dúvida, uma tendência para pensar as Fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. Nesse sentido, a Fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. Em suma, a Fronteira é um

marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento.

Numa outra perspectiva (para complementar a montagem do MTCG), o EFA-2 é apresentado pelo Governo Federal na forma de Mosaico. E assim o define:

[...] é um modelo de gestão que busca a participação, integração e envolvimento dos gestores de Unidade de Conservação e da população local na gestão das mesmas, de forma a compatibilizar a presença da Biodiversidade, a valorização da Sociodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável no Contexto Regional. O reconhecimento de um mosaico se dá quando existir um conjunto de UC's próximas, justapostas ou sobrepostas, pertencentes a diferentes esferas de governo ou não⁸⁸.

Ao se observar a cartografia atual (v. Apêndice E-9) do “Entre Fronteiras BA.GO./e/Minas”, e utilizarmos o tríduo conceitual ora exposto enquadrando-a num planisfério alegórico, notar-se-á que há na Trijunção a coexistência de três espaços distintos que também demarcam temporalidades e projetos de futuro igualmente inversos. Eles ora sobrepõem-se, ora justapõem-se ou um subordina-se a/o outro(s) no MTCG conforme a correlação de forças no campo semântico (político, científico...) ou fora dele. Como zona dominante, há o espaço do Agronegócio (EFA-1), que estabelece múltiplas conexões, sobretudo na relação Política-Sociedade-Economia locais, ditando a regra do jogo em cada município e no qual transitam os fazendeiros-prefeitos ou vereadores, e os canais ventríloquos de sua ideologia capitalista hegemônica sobre o Cerrado.

Há também microespaços heterogêneos (que juntos constituem o EFC), habitados/ressignificados por outros grupos sociais nas microzonas do Perímetro EFA-1/EFA-2, entre eles, as Comunidades Tradicionais dispersas nos interstícios (v.g: territórios tradicionais) cujo zoneamento é demarcado pelo Ser-tão-Cerrado. Elas também constroem multifacetadas conexões ou (des)encontros, inclusive com os Imigrantes Sulistas (EFA-1) genericamente nomeados como “Gaúchos”.

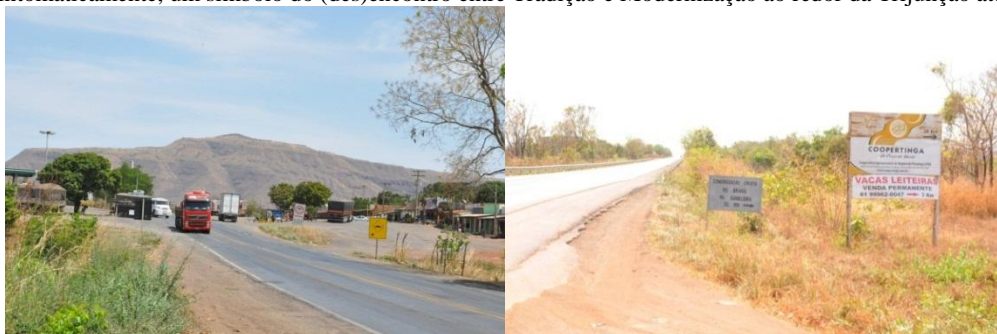
Por fim, o espaço-mosaico de Áreas Protegidas do Bioma Cerrado (EFA-2), sob controle do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Trata-se de uma instância (que se propõe à criação) de diálogos (pontes) institucionais entre os atores sociais citados (no EFA-1, EFA-2 e EFC; v. Apêndices E.8 e E.9), ambos (cada um a seu modo, propondo-se a serem) protagonistas de diferentes visões sobre essas tantas Fronteiras da Trijunção com as quais o PARNA-GSV e os Geralistas se interagem, se articulam ou subordinam-se mutuamente (FUNATURA: 2008) na *geografia imaginada*

⁸⁸ Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/mosaicos>, Acesso em 6/6/17.

a qual denominamos Mendes (2013a; 2013b) se refere como BA.GO.Minas: territórios dos *Baiangoneiros*.

1.2.3.a: Geralistas entre as Colunas da *Modernização Conservadora: 1959/1989*

Fig.14/15 – Iconografia da Modernização Conservadora no Sertão-Brasília. Povoado Santa Maria no sopé da Serra Geral de Goiás (*bem pertinho do antigo Registro Fiscal de Santa Maria do Paranã ali instalado em 1736 e por onde passava a Estrada Real da Bahia*), hoje na BR-020, divisa entre os municípios de Flores de Goiás-GO (cidade antiga da década de 1730) e Alvorada do Norte-GO (cidade que surgiu a partir de 1959 com a construção da BR-020). Esse povoado fronteiriço surgido também com a BR-020 é, sintomaticamente, um símbolo do (des)encontro entre Tradição e Modernização ao redor da Trijunção atual



Fonte: Firmino F. Dias e Xiko Mendes. Data: Set. 2016.

F.16 – Iconografia Dialética do Cerrado-Gerais: *Sertão-Cerrado X Nascentes da Carinhanha*. Vista aérea de Chapada Gaúcha-MG, cidade na fronteira-interseção Noroeste-Norte de Minas (interseção das Bacias do Urucuia, Carinhanha e parte do Pardo-Pandeiros). Fundada por Gaúchos a partir de 1976 com a instalação do PADS, foi emancipada em 1997. Assim como Alvorada do Norte, é fruto da Modernização Conservadora na região circunscrita à Trijunção. A Avenida Getúlio Vargas (gaúcho líder da Revolução de 1930) que corta o perímetro chapadense é por onde passa a nova ligação rodoviária entre o Centro-Sul do País (a partir de Brasília ou BH) e o Norte de Minas deixando isolado o centro da Trijunção (TC)



Fonte: Disponível em <https://olhandodajaneladotrem.blogspot.com.br/2017/02/chapada-gaucha-minas-gerais-no-grande.html> - acesso: 28/1/17.

Toda essa nova espacialização triangular – EFA-1, EFA-2 e EFC – foi determinada por um amplo conjunto de projetos concebidos a partir do contexto de vigência do *Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO*, e ou contrapondo-se à ideia de Cerrado-Mercadoria presente na concepção dele: um macroespaço contínuo que produz um conceito-ícone de territorialidade sublimada. Tal

sublimação ou seu conteúdo subliminar se manifesta sob formas imperceptíveis por meio do lento e progressivo desaparecimento de lugares – (sucedido por sutis deslocamentos de seus moradores antigos como as comunidades tradicionais Geralistas, p.ex.). Esses lugares (v. Figs.14 a 16) são convertidos em “*campo* (vazio de gente) *cheio*” de *Commodities* do Agronegócio.

Segundo Jesus (1988, p. 34 – grifos nossos), o POLOCENTRO...

... foi instituído pelo Decreto Federal nº 75.320, de 29/01/1975, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a Modernização das Atividades Agropecuárias da Região Centro-Oeste e do Oeste do Estado de Minas Gerais mediante a ocupação racional de áreas com características de Cerrado e seu aproveitamento em caráter empresarial, abrangendo a área de 785,4 mil Km² em 202 municípios. Com base na concepção de Polos de Desenvolvimento, foram selecionadas doze regiões com certa infraestrutura e razoável potencial agrícola. O Programa consistia na conjugação de Pesquisa, Assistência Técnica, Reflorestamento, Crédito Rural, Financiamento de Patrulhas Motomecanizadas bem como ampliação da Infraestrutura de Apoio (transportes, energia e armazenamento).

Em 1979 houve a substituição paulatina do POLOCENTRO pelo *Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados* – PRODECER. Este foi implantado mediante parceria público-privada entre Governo Federal, os japoneses (que deram suporte tecnológico) e as empresas JADECO/BRASAGRO (corresponsáveis pela interlocução de ambos). A execução de projetos ficou sob gestão da *Companhia de Promoção Agrícola* – CAMPO (MENDES: 2002, p. 359, 362-367).

Na transição (tradução) do entre-décadas 1970/1980 ocorreram mudanças estruturais no mundo rural brasileiro, subsequentes àquelas gestadas desde a Revolução de 1930. É a época em que se consolida a modernização da agricultura, que desenha, em escala ampliada, o Mapa do Agronegócio no País. O MTCG é apenas uma escala reduzida dessa mutação sócio-espacial sob a ótica dos monocultivos agroquímicos.

Paulo Alentejano (in: CALDART et.al.: 2012, p. 477-481) afirma que essa modernização foi uma estratégia política (aliança Estado-Capital) para “*desenvolver plenamente a capacidade produtiva [...] sem distribuição da terra*”, visando, assim, contrapor-se à reforma agrária e suas lutas nos anos 1950/60. Dessa forma, ela “*produziu a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda*”. E tudo isso junto, na visão do mesmo autor, veio “*dificultar a reprodução ampliada da família camponesa*”, o que “*contribuiu para acentuar o movimento migratório do Campesinato rumo à Fronteira*” (EFA-1). E a presença camponesa nos interstícios dessas fronteiras, reitera Alentejano, “*representa*

uma forma de expropriação do Saber, pois torna os camponeses dependentes uma vez que não mais dominam as técnicas e processos produtivos”.

Esse é o contexto de origem que caracteriza a Modernização Conservadora do Bioma Cerrado. Nele o Sertão-Gerais foi retraduzido como Sertão-Cerrado. O POLOCENTRO atuou como um primeiro canal tradutor dessa nova linguagem que daí em diante nortearia a disputa de representações/ressignificações sobre gente e espaço na Região da Trijunção (v. Cap. II). Destacamos nessa conjuntura modernizadora, seis projetos iniciais que contribuíram para a dissolução subliminar do “Território Carinhonha”. Metade deles é classificada como investimentos em Logística; a outra, como projetos de colonização propriamente ditos (v. Q. 3).

Q – 3: MTCG-1: Projetos Fixadores das atuais Fronteiras da Trijunção (Matriz Criadora de Novos Pontos de Georreferência no Vocabulário Cartográfico)

Projeto ou Agrupamento de Ações Similares	Período Histórico (Início ou fase de implantação/execução)	Parceiros Principais ou Agentes Executores	Área Prioritária de Abrangência	Síntese das Diretrizes de Desenvolvimento
*BR-020; BR-030; BR-349 (rodovias federais)	Entre Décadas 1960/1980	Governo Federal	Ligações: Brasília-Fortaleza; DF/GO/MG/BA; DF/GO/BA/SE	Criação de Logística visando a integração nacional da economia capitalista entre Brasília e partes das regiões Sudeste e Nordeste (Bacias São Francisco/Parnaíba e Tocantins-Araguaia);
*PLANOROESTE (Plano de Desenvolvimento Regional do Noroeste de Minas Gerais)	Década de 1970	Governo de MG; Ruralminas/Prefeituras	Municípios do Noroeste de Minas	Construção de Núcleos de Colonização e Infraestrutura Econômica, sobretudo viária, integrando municípios nas conexões entre as Bacias Hidrográficas dos rios Paracatu e Uruçuaia;
*PERGEB (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília)	1975 a 1985	Governo Federal/DF/BA/GO/MG	Interface Brasília e municípios de GO/MG/BA (incluindo Região da Trijunção)	Melhoramento de infraestrutura nas relações entre Distrito Federal e os municípios da Área de Influência de Brasília (foco no Nordeste Goiano, Oeste Baiano e Noroeste de Minas);
**PADSA (Programa de Assentamento Dirigido Serra das Araras)	1975/1976	Governo de MG/Ruralminas/Riotercos	Municípios de Januária, São Francisco, Formoso e Arinos	Assentamento de colonos sulistas mediante o repasse de imóveis rurais (terras devolutas, em sua maioria) apropriados e regularizados pela RURALMINAS – Fundação Rural Mineira. Sua gestão foi assumida, em 1982 pela Cooperativa Agropecuária Pioneira – COOAPI.
**CFR (Ciclo de Fazendas Recolonizadas – Pasturebas e Gaúchos)	1975 a 1988	Imigrantes vindos de Unai/Patos de Minas e do Rio Grande do Sul	Formoso-MG (rio Piratinga – Bacia do Uruçuaia) e Sítio da Abadia-GO (rio Corrente – Bacia do Paranã)	Estruturação de Frentes Pioneiras de Mecanização do Cerrado com início na Fazenda Caatingunha e expansão da fronteira agrícola ao longo do rio Piratinga (Bacia do Uruçuaia) e nascentes do rio Corrente (Bacia do Paranã)
**EUCALIPTOCULTURA (plantio de eucalipto e pinho)	1976 a 1986	IBDF/Empresas Reflorestadoras como Manasa, Agroflora, Planima, Rebrace, Vale do Rio Grande... (as duas últimas atuaram no “Gerais” entre Carinhonha-Itaguari)	Bacia da Carinhonha (Divisa MG/BA): Januária/Chapada Gaúcha e Cocos	Reflorestamento em terras de gerais com apoio material do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (que foi substituído em 1989 pelo IBAMA).
PIRATINGA/PRODECER-II (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Segunda Etapa)	1988/1990	Governo Federal/CAMPO/JADECO/BRASAGRO	Formoso-MG e entorno (Interface Bacia do Uruçuaia/parte da Bacia do Paranã – Serra Geral de Goiás)	Mesma finalidade do PADSA: expansão do assentamento de colonos sulistas também com foco na Modernização Conservadora do Bioma Cerrado. Sua gestão foi assumida pela Coopertinga – Cooperativa Agropecuária da Região do Piratinga Ltda., empresa criada em 1990. Esse projeto é uma amostragem do alargamento do EFA-I na Região da Trijunção.

Legendas:

*: São projetos que priorizaram investimentos em Logística;

**: São Projetos de Colonização do agora Sertão-CERRADO;

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017

Ainda durante a construção de Brasília, foi oficializada a abertura, em 1959, da BR-020, (re)ligando o Centro-Oeste ao Nordeste. O plano logístico contido nela fez dessa rodovia federal o primeiro grande desagregador das territorialidades locais (Geralistas, p.ex.) existentes na Trijunção. Seu itinerário ignorou todos os caminhos antigos ainda em uso como a Estrada Real da Bahia (transitada desde a década de 1730).

Ao traçar uma linha reta serpenteando a Serra Geral de Goiás, sentido sul-norte e encurvando-se para o Oeste da Bahia, a BR-020 acabou com o fluxo de tráfego que até

aquela década passava por Sítio da Abadia-GO, desviando-o para o médio rio Corrente (Bacia do Paranã), o que deu origem à criação de Alvorada do Norte-GO, logo emancipada, para impor o definitivo aniquilamento político da estrutura institucional sitiense. Comarca, cartórios, todos os serviços públicos...; tudo fora transferido de lá para essa nova cidade regurgitada pela Modernização Conservadora (SOUSA: 2005).

Cidade desde 1850, Sítio da Abadia era o polo comunicante entre a Trijunção e o Litoral antes da BR-020. Frota (2013, p. 30 – grifos nossos), intelectual januarense que lá viveu nos anos 1950, lá foi vereadora e agente postal, lembra esse tempo:

SÍTIO D'ABADIA é uma cidadezinha bucólica, GOIANA de território, mas com hábitos de BAIANIDADE. Suas manhãs são claras e radiosas. Durante o verão, o sol encandescer fortemente... No ar havia uma luminosidade surpreendente. O zumbido dos INSETOS e o canto dos PÁSSAROS encantavam os ouvidos. [...]. De fato, Sítio da Abadia pulsava ALEGRIA, VIDA E FELICIDADE.

Frota (op. cit., p. 33, 30, 32) também descreve seu dinamismo-estafeta engolido pela sanha modernizadora do Governo JK, que “semeou Progresso” com a Marcha do Regresso:

De Formosa (GO) a Sítio da Abadia, o Serviço de Correios era feito em carros ou paus-de-arara [que] partiam da Bahia, geralmente de Correntina [...] e Cocos. Era muito difícil; muitas vezes tínhamos que encarar os proprietários [de carros e caminhões] com força policial para obrigá-los a levar nossas correspondências transportadas em malotes de lona [...]. [Já] os Serviços de Correios de Januária [MG] a Sítio da Abadia eram feitos a cavalo. Gastavam-se oito dias de viagem. Eram mais de 360 Km para serem percorridos. Quem fazia esse trajeto era o Senhor Leão [que vivia no “Gerais” – dentro do PARNA-GSV.2], [...]; o nobre desbravador dos Correios viajava em lombo de burros com a mala (sacos) dos Correios, contendo as correspondências. Isso era feito uma vez por mês. A chegada das Malas dos Correios era ansiosamente aguardada...

Esse município se organizou como elo vital das Conexões TVP-TC-TVU-TPP, ligando grande parte do oeste baiano e o Nordeste Goiano com Januária (passando por dentro do PARNA-GSV) e com Anápolis-GO (centro atacadista conectado com Formosa). Essa nova logística estatal imposta com a BR-020, provocou segregação socioespacial. Isolou Sítio da Abadia e os Geralistas em definitivo. Consolidou a Trijunção como “Ilha (no *Entre-Fronteiras*) BA.GO./e/Minas”. Além dessa cidadezinha, há outras nessa mesma fronteira triangular que da mesma forma vivem ainda hoje em estado vegetativo. Enjauladas pelo Sertão-Brasília, elas (Formoso e Damianópolis, p. ex.) não conseguem se desenvolver. Mesmo tão próximas de Brasília.

Na mesma época, o traçado da BR-030 (até hoje inconcluso) ligou Brasília ao porto litorâneo de Maraú-BA, também isolando a Trijunção, pois seu itinerário interliga-se com Buritis-MG rumo ao Norte de Minas. Mais tarde, outra rodovia, a BR-

349, partindo-se da BR-020, interligou a Bacia do Paranã e o sudeste tocantinense no atual MATOPIBA, com a Microrregião de Barreiras-BA e o movimentado santuário de Bom Jesus da Lapa nas barrancas do São Francisco. Com essas três rodovias, não só estava em curso o marco zero da nova espacialização desterritorializante. Também, deu-se início ao lento deslocamento dos Geralistas (êxodo), agora mais isolados dos grandes centros urbanos do que antes, no “entre nascentes” da Carinhanha; antes de Brasília.

O fervilhar de gente antes vinda do Nordeste Goiano e Oeste da Bahia, (e transitando dentro do PARNA-GSV pelos portos ou vaus da Carinhanha), para vender ou comprar no porto januaense, foi diminuindo até ser extinto antes de 1975. Formou-se um contorno de rodovias e no meio dele, a Trijunção ficou dentro, ilhada pela Modernização Conservadora do Cerrado, que fez Brasília (v. Figs.17/18; v. Apêndices E.8 e E.9) tomar de Januária a condição de ponto de georeferência das relações dos Geralistas com o Brasil litorâneo/industrializado. Embora sendo municípios circunvizinhos, não há estradas transitáveis de Formoso para Cocos ou para Chapada Gaúcha assim como Sítio da Abadia tornou-se alvo de decadência permanente ao terem cortadas suas relações com o Extremo Oeste Baiano e o Norte de Minas. O SVP (veja mais adiante) pode agir como contraponto a esse contexto ora descrito.

Com a instalação do *Programa de Assentamento Dirigido Serra das Araras* – PADSA e do *Ciclo de Fazendas Recolonizadas* – CFR, todos em 1975/6, também chega à Trijunção, a *Eucaliptocultura*. Juntos, os três projetos armam a trama da des(re)territorialização responsável pela “Diáspora Baiangoneira”: fenômeno em que os Geralistas e outras comunidades tradicionais no entre-bacias Carinhanha-Urucuia-Pardo-Pandeiros foram obrigados a submeter-se aos longos deslocamentos que permanecem ainda hoje, levando-os ao reassentamento rural ou urbano em municípios da Trijunção BA/GO/MG. (Formoso, Chapada Gaúcha e Sítio da Abadia são quem mais abrigou populações desterritorializadas pela Modernização Agrícola Conservadora).

Oliveira (2016, p. 71-72) informa que o PADSA foi resultado de parceria entre os Setores Público (Governo Mineiro) e Privado (empresa RIOTERCO). Com o argumento de que as terras eram devolutas, o Estado apropriou-se delas e as repassou, em condições vantajosas, para imigrantes gaúchos reocupá-las com a Sojicultura. Essa intervenção estatal desterritorializou dezenas de comunidades tradicionais, que nelas moravam desde a Fase II da Era dos Currais. A criação da cidade de Chapada Gaúcha-MG (v. Fig.16) no centro do PADSA (surgida nos anos 1970; emancipada em 1997); e,

antes, nos anos 1960, a criação e emancipação de Alvorada do Norte-GO, são exemplos elegíacos desses impactos sócio-espaciais desagregadores que construíram o MTCG-1.

Mendes (2002, p. 355-362) descreve que o CFR consistiu na venda barata (com recolonização) de latifúndios decadentes ou improdutivos na área de influência polinucleada pelas fazendas pioneiras São Pedro e Ponte Grande: primeiro com imigrantes do Noroeste de Minas mediante a monocultura de feijão/milho; depois com a vinda de Rizicultores Gaúchos. O CFR, que se iniciou com 85 famílias assalariadas na fazenda Caatinginha (clã Carneiro), quando se encerrou, trouxe como consequência o inchamento urbano de Formoso. Essas famílias, cerca de 450 pessoas, foram desalojadas de lá, realocando-se em bairros periféricos dessa pacata cidade-fronteira.

Essa situação se agravou com a desterritorialização dos Geralistas vindos do PARNA-GSV entre 1989/2004, e do Porto Cajueiro entre 1997/2002, no contexto de chegada/saída das Empresas Reflorestadoras (com intensa participação de grileiros sulistas, mineiros e goianos), que avançaram seus domínios também sobre a margem esquerda da Carinhanha a partir do final dos anos 1970. A Eucaliptocultura, antes no Norte de Minas (DAYRELL: 1998, p. 76-80), incorporou boa parte desses chapadões e gerais do Alto Carinhanha (Cocos-BA, área posteriormente incorporada ao PARNA-GSV.2) e parte do que hoje fica na divisa Januária/Chapada Gaúcha. Formou, assim, uma imensa zona de monocultivos florestais, sempre marcados pela violenta expulsão de posseiros, antecidos de desmatamento e carvoarias, e sucedidos por graves impactos ambientais conforme já mencionados por Nogueira (2009).

Com o fim do CFR, foi implantado o Projeto PIRATINGA/PRODECER-II, dentro da mesma concepção do PADSA. Com ele, o Espaço-Fronteira Agrícola consolidou-se na Região da Trijunção. Abrangendo extensas áreas de nascentes do Piratinga e São Domingos (interface entre as bacias Urucua-Paraná), incorporou Formoso, Sítio da Abadia, Flores de Goiás e os demais municípios vizinhos, ao Eixo do Agronegócio que gravita em torno das cidades goianas de Posse, porta de entrada no MATOPIBA, e Formosa, portal de chegada na RIDE-DF (MENDES: op. cit., id.ibd.).

Dois outros projetos, PERGEB⁸⁹ e PLANOROESTE⁹⁰, ambos destinados a implementarem diretrizes de regionalização do desenvolvimento, deram suporte às

⁸⁹ Sobre o PERGEB, que fora criado para substituir o FUNDEFE – Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal, consulte FREITAG (2012, p. 112-142). Na pág. 136, a citada autora publica um mapa no qual mostra toda a Trijunção na área do PERGEB.

⁹⁰ Logo após a inauguração de Brasília, “em 1969, o governo [de Minas Gerais] elaborou o *Planoroeste I* com a preocupação de aumentar a exploração agropecuária da região Noroeste de Minas Gerais através da criação de Núcleos de Colonização e Infraestrutura Econômica. Esse plano foi implantado na década de 1970 visando incentivar o desenvolvimento agropecuário regional por meio da criação de infraestrutura nos municípios dessa Mesorregião; ele se somou ao PADSA implantado a partir de

prefeituras na instalação de infraestrutura básica intermunicipal. Contribuíram, na Trijunção, apenas com prestação de serviços públicos mínimos como manutenção de estradas de rodagem e pontes, instalação de postos de correios e de telecomunicação, e de armazéns-gerais que recebiam cereais cultivados com financiamentos públicos. Esses serviços, que visavam ao atendimento dos imigrantes-monocultores, também promoveram ações de urbanização precária de cidades criadas no contexto da construção de Brasília (cinco dos oito municípios da Trijunção foram emancipados entre 1958 e 1964). São projetos complementares à base de apoio para a expansão do Espaço-Fronteira Agrícola cujo alargamento continua crescendo até hoje.

Todos esses projetos, fixadores do EFA-1, convergiram para que a Modernização Conservadora do Cerrado chegasse aos anos 1990/2000 como fato consumado, tornando assim, a sua espacialização (fruto da aliança entre Estado e Agronegociantes), algo irreversível (?). Para Haesbaert (2007, p.138), “*a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos*”. E é neste constante *des(rea)locar-se* (dentro do qual se processou a dissolução subliminar ou sublimada do “Território Carinhonha”) – característica que marca a vida dos Geralistas desde o início do Carrancismo – que surgiram novos projetos, (alguns contra-hegemônicos), igualmente fixadores das atuais Fronteiras da Trijunção.

1.2.3.b: Políticas Públicas (Ambiental X Cultural): Convergências/Incongruências

A Lei 6.938 de 1981, que instituiu a *Política Nacional de Meio Ambiente* (PNMA), é o marco regulatório inicial das diretrizes estatais em vigor. Para Lustosa, Cánepa e Young (in: MAY et. al.: 2003, p. 135):

Política Ambiental é o conjunto de Metas e Instrumentos que visam reduzir os impactos negativos da ação antrópica, aquelas resultantes da ação humana, sobre o Meio Ambiente; [...] prevê penalidades para aqueles que não cumprem as normas estabelecidas [e, por isso mesmo], interfere nas atividades dos agentes econômicos e, portanto, a maneira pela qual é estabelecida, influencia as demais Políticas Públicas...

Essa PNMA é fruto de longo debate amplificado em 1972 quando foi realizada a 1ª Conferência Mundial de Meio Ambiente; no mesmo ano, era também aprovada a Convenção da Unesco sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Juntas, construíram nova discussão sobre Áreas Protegidas e Bens Culturais (BRASIL-MPF:

1976. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=72979&codUsuario=0>, Acesso em 15/4/16.

2014). À margem da conjuntura econômica que ora descrevemos, impulsionada pela Revolução Verde⁹¹, surgiu, como contraponto, a reação da Sociedade Civil por meio do Movimento Ambientalista, que reivindicava a criação ou expansão de áreas protegidas no Bioma Cerrado.

Diante da pressão de parte desse Movimento, a União e Minas Gerais criaram em 1989 (12/4) e 1998, respectivamente, as primeiras unidades de proteção integral dentro da Trijunção: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas⁹², com área total de 230.631 ha (cfe. Anexos 2.1 e 2.2), abrangendo os municípios de Cocos, Formoso, Arinos e Chapada Gaúcha; e o Parque Estadual Serra das Araras – PESA, situado em Chapada Gaúcha, com 11.136,85 ha.

Em 24/4 de 2009 foi instituído o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – **SVP**⁹³, pela Portaria MMA nº 128/09 (v. M.8; cfe. Anexo 3.1). Ele abrange onze municípios: Formoso e Arinos, no *Noroeste de Minas*; Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga, no *Norte de Minas*; e parte de Cocos-BA, no *Extremo Oeste Baiano* (FUNATURA: 2008). Fora da Trijunção e já no Norte de Minas, em área polarizada por Januária, foi criado, em 1999, o *Parque Nacional Cavernas do Peruaçu* – PNCP, que se agregou ao PARNA-GSV e ao PESA como a Tríade das Políticas Ambientais em torno da qual gravitam as ações do SVP.

Apenas metade dos municípios da fronteira BA/GO/MG foi incorporada ao SVP. Dentro da Região da Trijunção há oito unidades de conservação, totalizando cerca de 370,6 mil hectares distribuídos nos três estados-fronteiriços acima referidos (v. Q.4). Duas delas, a APA-Nascentes do Rio Vermelho, em Goiás, e o RVS-Veredas do Oeste Baiano, que juntas somam mais de 300 mil Ha, foram excluídas do SVP pelo critério de regionalização vinculada somente à Bacia do São Francisco, e não à caracterização fitofisionômica predominante – o Gerais – que distingue esse conjunto de UC's como sendo composto de ecossistemas comuns às bacias da Carinhanha, Formoso-Corrente e Paranã. Pelo mesmo critério, os Gerais também foram excluídos como grupo social que, historicamente, construiu seus núcleos comunitários veredeiros a partir das Conexões Geraizeiras já tantas vezes invocadas/evocadas nessa pesquisa.

⁹¹ Sobre *Revolução Verde*, consulte artigo de M.C.B. Pereira (in: CALDART et.al.: 2012, p. 685-689). E complemente-o com leituras dos artigos de N.G. Delgado, sobre *Commodities* (op.cit., p. 133-140), e de S.P. Leite e L.S. Medeiros, sobre *Agronegócio* (op. cit., p. 79-85).

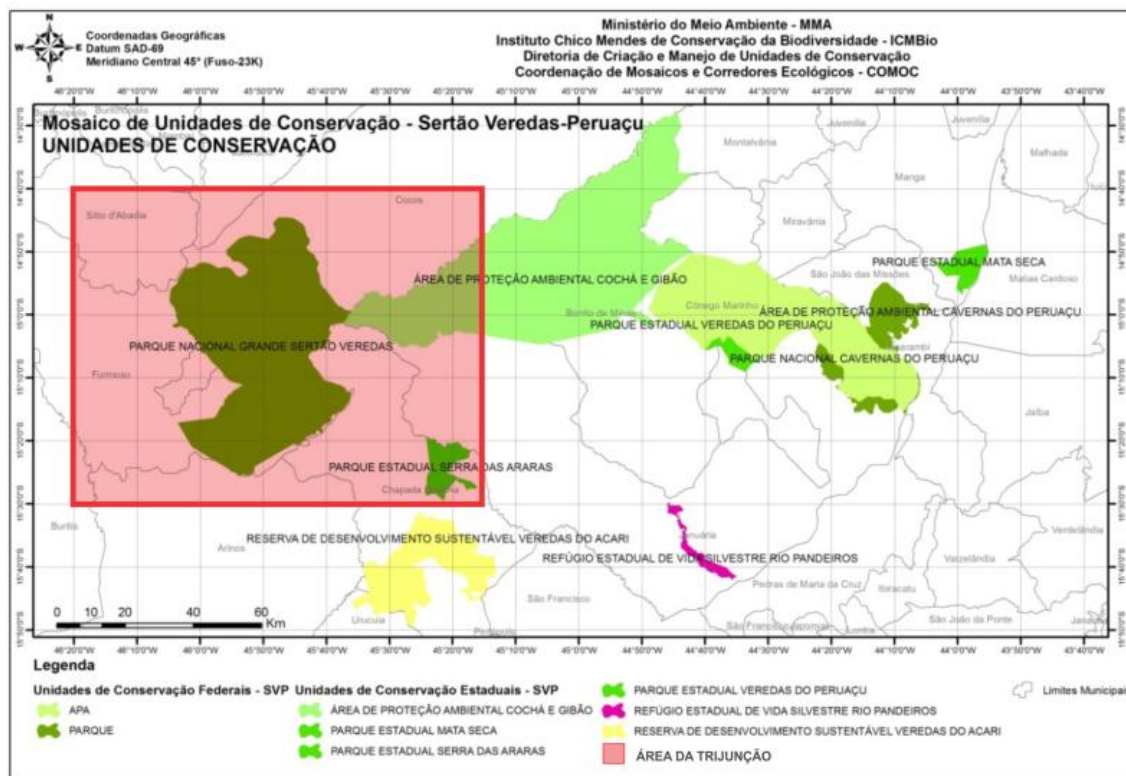
⁹² A **Área Original** do PARNA-GSV.1 totalizava 84 mil hectares e localiza-se na margem direita da Carinhanha dentro de Minas Gerais, no Microterritório Santa Rita-Rio Preto (SRP). Somente em 2004 foi ampliado para a margem esquerda do mesmo rio.

⁹³ Disponível em file:///C:/Users/Cliente/Downloads/portaria_mosaico_sertao_veredas%20(2).pdf, acesso em 18/6/16.

M – 8: Macroespço do SVP (EFA-2)

MOSAICO

SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU



Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/mapa-grande-sertao.jpg>, acesso em 5/7/15.

Q – 4: Presença do SNUC (EFA-2) na Trijunção

Marco Legal	Categoria de Unidade de Conservação/UC:	Denominação da U.C/Bacia e Região Hidrográficas	Municípios abrangidos:	Extensão da UC em hectares:
Decreto Fed. 97.658/89 e Decreto S/n de maio de 2004	Parque Nacional	Grande Sertão Veredas (Carinhanha/Uruçuia – São Francisco)	Arinos, Cocos, Chapada Gaúcha e Formoso	230.671 ha**
Decreto Est. 39.400/98	Parque Estadual	Serra das Araras (Pardo – São Francisco)	Chapada Gaúcha	11.147 ha**
Portaria Ibama 112/01	Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN	São Francisco da Trijunção (Formoso-Corrente/Carinhanha – São Francisco)	Cocos	160 ha**
Decreto Fed. S/n de 2001*	Área de Proteção Ambiental – APA*	Nascentes do Rio Vermelho*(1); (Paraná – Tocantins/Araguaia)	Mambai, Damianópolis, Buritinópolis* e Posse*	176.322,22 ha*
Decreto Fed. S/n de 2002	Refúgio de Vida Silvestre – RVS	Veredas do Oeste Baiano (Formoso-Corrente – São Francisco)	Cocos e Jaborandi	128.048,99 ha**
Decreto Est. S/n de 2003*	Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS*	Veredas do Acari* (Acari – São Francisco)	Chapada Gaúcha e Uruçuia*	60.975 ha*
Portaria Ibama 26/04	RPPN	Veredas do Pacari (Uruçuia – São Francisco)	Arinos	347 ha**
Portaria Ibama 31/05	RPPN	Arara Vermelha (Uruçuia – São Francisco)	Arinos	248 ha**

(1) Localizada fora do perímetro do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – SVP.

*TOTAL GERAL DE HECTARES: 607.919,21 Ha; OBS.: Inclui áreas fora da Trijunção BA/GO/MG.

**SUBTOTAL DE HECTARES com área integral dentro da Trijunção: 370.621,99 Ha (corresponde a cerca de 60% do Total).

Fontes: FUNATURA, 2008, p. 18-19; <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros> - acesso: 23/3/17.

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017

Essa espacialização monolítica desenhada pela cartografia estatal do SVP, ao ignorar as múltiplas fronteiras da Trijunção (EFA-1/EFA-2/EFC), mantém sua fragmentação territorial como a maior incongruência (entre outras) dificultadora do êxito das recentes políticas públicas regionais/intermunicipais de planejamento (v. Apêndice E.10) com foco num macroespaço tão diverso dentro do que, antes do Sertão-Brasília, compunha as Conexões Geraizeiras. Essas conexões articulavam comunidades, cidades e lugares, integrando a Bacia do São Francisco à do Tocantins-Araguaia, antes da Modernização Conservadora. Mesmo incongruente, o **SVP** é um projeto piloto que abre a perspectiva favorável à retomada do debate sobre o retorno dessas conexões.

O agrupamento de áreas protegidas, simbolizado pelo SVP, acelerou o Processo de Desterritorialização, que já vinha desde os anos 1970 e agora (2017) sucede-se com “*reterritorializações precárias*” e parciais (MARTINS: 2012, p. 247-269). Os Geralistas das Nascentes da Carinhanha, expulsos de seus territórios tradicionais (NCV) pelo EFA-1, defrontaram-se, estupefatos, com a súbita chegada do Ambientalismo. Se o Agronegócio tinha tomado conta das chapadas; nos anos 1980/90, a Política Ambiental foi incorporando as veredas às unidades de conservação. Parte dessa gente foi realocada no P.A Gentio-São Francisco, em Formoso-MG, em 2002/03. Outra parte fixou-se por iniciativa própria no P.A Capão do Mel ou migrou para periferias urbanas em Brasília-DF, Formosa-GO e na Região da Trijunção; outra parte ainda mantém-se (em resistência) dentro do PARNA-GSV.2 (é o caso da Comunidade Cajueiro⁹⁴).

A PNMA consolidou-se com a Lei 9.985 de 2000, que criou o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC*⁹⁵. O Direito Ambiental em vigor define unidade de conservação como um espaço com recursos naturais, dotado de relevância para o interesse público e administrado em regime especial que estabelece garantias adequadas de proteção. O SNUC é composto por doze categorias de áreas protegidas. O primeiro grupo é o das Unidades de Proteção Integral: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. O segundo é o das Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural. Também são

⁹⁴ Quando usarmos a expressão Comunidade Cajueiro, parte do nosso objeto de estudo, estaremos sempre nos referindo ao último território veredeiro contínuo ainda dentro do PARNA-GSV. O esclarecimento é importante para distinguir essa comunidade de outra, o Porto Cajueiro, bem mais antiga, localizada na beira do rio Carinhanha, nas duas margens, entre os municípios de Januária-MG e Cocos-BA. Da Comunidade Porto Cajueiro vieram muitas pessoas que passaram a habitar o PARNA-GSV.2 e até deu origem ao Bairro Cerrado Quente ou Santa Luzia em Formoso (MENDES: 2002, p.64-65).

⁹⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm - acesso: 28/1/18.

incluídos no SNUC a Reserva da Biosfera e o Mosaico (BRASIL-MPF: 2014). No primeiro grupo – o das categorias de uso indireto – não é permitida a presença de populações humanas. É o caso do PARNA-GSV.

Para Arruda e Diegues, todo esse complexo arcabouço jurídico-ambientalista segue o modelo norte-americano de parque nacional como paraíso selvagem (*wilderness*). E é uma forma equivocada de política ambiental, pois separa e exclui o Homem da Natureza. Isso significa deslocar populações tradicionais para fora dessas unidades de conservação, razão pela qual elas comprometem a preservação de sua Identidade, colocando em risco seus Saberes e Fazeres Tradicionais sobre a Sociobiodiversidade, por causa desse deslocamento para outro espaço de vivência (DIEGUES: 2000, 1-10, 279, 288).

Contrariando a concepção então vigente, uma *Nova Política Cultural (NPC)* com foco em Cultura Tradicional foi lentamente construída como resultado de lutas políticas das comunidades rurais na transição entre Ditadura Militar e Nova República. Mas o caminho trilhado foi longo porque o Estado, para acomodar os interesses da Burguesia e garantir a expansão de seus negócios no campo, se sucumbiu à subserviência do Capitalismo ajustando-se às demandas dessa classe e sendo instrumentalizado por ela (MONTAÑO e DURIGUETTO: 2010). Cada vez mais ávida por abocanhar terras e territórios das populações tradicionais, ela garante, com essa aliança, os vultosos lucros advindos da espoliação das classes subalternas e dos recursos naturais por meio do alargamento do EFA-1.

Os fundamentos dessa disputa contra-hegemônica frente ao Capitalismo no campo são os artigos 231 da Constituição Federal e 68 do ADCT (BRASIL-CD: 2013), que asseguram aos indígenas e quilombolas as “*terras tradicionalmente ocupadas*”. Junto com o SNUC, entrou em vigor o Decreto 3.551/2000 que criou o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI*⁹⁶. Na mesma época, fim do Governo FHC, a UNESCO publicou a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural⁹⁷. Com esse documento, passou a ser compromisso dos países-membros da ONU:

⁹⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm - acesso: 30/7/17.

⁹⁷ Além desse, que é de 2002, há diversos outros documentos internacionais editados com o mesmo teor. Exemplos: Convenção OIT 107 de 1957 (ratificada pelo Brasil em 1966); Convenção OIT 169 de 1989 (ratificação: 2004); Convenção sobre Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972 (ratificação: 1977); Convenção da Unesco sobre Diversidade das Expressões Culturais, de 2002 (ratificação: 2007); Convenção da Unesco sobre Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003 (ratificação: 2006); Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas, de 2007. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral> e <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>, acessos em 1/5/16.

Respeitar e proteger os sistemas de Conhecimento Tradicionais, especialmente os das populações autóctones, e reconhecer a contribuição dos Conhecimentos Tradicionais para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais e favorecer as sinergias entre a ciência moderna e os conhecimentos locais.

O PNPI é o marco zero dessa NPC com foco em culturas tradicionais. Entre seus instrumentos de execução destacam-se o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e com ele o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão e o Livro dos Lugares. Trata-se de avanço importante que garante às populações tradicionais o reconhecimento estatal de seus saberes e fazeres, e sua relação com a Sociobiodiversidade (MENDES: UnB/PPG-MADER, 2016). Com o PNPI e os artigos 5º, 18, 20, 23 e 42 do SNUC, veio a possibilidade de permanência dessas populações em seus territórios. Foi garantida ampla participação nos processos decisórios perante o Poder Público, inclusive com a permanência delas em unidades de conservação de uso direto como RESEX ou RDS.

Segundo Diegues (2001, p. 75-87), a Cultura Tradicional é uma subdivisão conceitual da cultura popular camponesa ou indígena, “*são padrões de comportamento transmitidos socialmente*” ou “*modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados compartilhados...*” dentro de um espaço historicamente dotado de significados para uma população tradicional. Ela associa essa simbologia à apropriação de um território, construindo nele seus saberes e fazeres, e produzindo nele suas representações como elemento formador de seu imaginário coletivo (CHARTIER: 2002, p. 17; ANDERSON: 2005, p. 25-26; FUNATURA: 2006).

O conceito sobre povos e comunidades tradicionais surgiu entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1980. Mas no Brasil começou a ser utilizado em meados dos anos 1990. Para Valter C. Cruz (CALDART et al., 2012, p. 595-598), ele serve...

... para nomear, identificar e classificar uma diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que, historicamente, têm ocupado áreas agora destinadas à preservação e à conservação ambiental. (...) ... o tradicional não significa o atraso, não se restringe à ideia de tradição e ao passado; tem um sentido político-administrativo e apresenta-se como alternativa ao Modo de Produção e ao Modo de Vida Capitalista.

Com a mudança de governo em 2003, Luís Inácio Lula da Silva toma posse como novo presidente da República. É operacionalizada uma nova estratégia na formulação e execução das políticas públicas com significativa participação dos movimentos sociais. Exemplo disso foi o *1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais*, realizada em 2004, em Luziânia-GO. Seu impacto implicou no

fortalecimento político da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) que, segundo Wagner (In: DELGADO: 2010, p. 137-210), fora instituída lá em 1992 como órgão do IBAMA apenas para mediar conflitos socioambientais. Além de qualificar a participação da Sociedade Civil nesse órgão, diversos documentos internacionais também foram ratificados com foco nessas questões.

Foi nessa conjuntura favorável que se aprovou o Decreto nº: 6.040 de 7/2 de 2007 instituindo a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT*⁹⁸ (MPMG: S/d). Ela é efetivamente a maior conquista resultante das lutas travadas por essas populações. O Estado passa a considerar como:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A PNPCT também define Territórios Tradicionais (aqui nomeados como **NCV**) como:

... os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

A PNPCT (confira a nota de rodapé citada anteriormente) criou pela primeira vez um conjunto de instrumentos de planejamento e execução de políticas públicas impondo ao Estado a obrigatoriedade de assegurar Direitos Culturais e Territoriais. Nesse contexto de construção de garantias também é importante destacar a Emenda Constitucional 71/2012, que incluiu o artigo 216-A na Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Cultura – SNC (BRASIL-CD: 2013, p. 356-358).

Também é digna de destaque a aprovação da Lei nº: 13.123 de 2015. Conforme se lê em seu artigo 33-XIV, ela vem complementar e fortalecer a aplicabilidade da PNPCT por meio da interface com o Programa Nacional de Repartição de Benefícios – **PNRB**. Essa nova lei dispõe sobre o acesso ao Patrimônio Genético, Proteção e Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado, Repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da Biodiversidade. Assim, a relação homem-natureza passa a ser

⁹⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm - acesso: 1/5/16.

prioridade do Estado contrapondo-se ao Discurso Preservacionista de excluir o homem da agenda ambiental.

A NPC é convergente com o que dispõe a Lei 9.985/00⁹⁹ – SNUC, já citada:

Art. 42. As Populações Tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das Populações Tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das Populações Tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos Modos de Vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

Observa-se que as políticas públicas (culturais e ambientais) aqui brevemente resumidas convergem para objetivos comuns. Esse marco legal poderia construir um fecundo projeto de desenvolvimento regional cujo planejamento tivesse como estratégia as múltiplas fronteiras da Trijunção com foco na articulação dialética entre o EFA-2 e o EFC. Na prática, porém, o que se constata é uma flagrante incongruência entre tais políticas por parte do Poder Público. São exemplos disso três projetos gestados no contexto de implantação do PARNA-GSV (v. Q.5).

Q – 5: MTCG-2. Projetos Fixadores das atuais Fronteiras da Trijunção (Matriz Criadora de Novos Pontos de Georreferência no Vocabulário Cartográfico)

Projeto ou Agrupamento de Ações Similares	Período Histórico (Início ou fase de implantação/execução)	Parceiros Principais ou Agentes Executores	Área Prioritária de Abrangência	Síntese das Diretrizes de Desenvolvimento
SVP-SNUC (Mosaico Sertão-Veredas Peruaçu – implantado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação)	1989 a 2009	IBAMA-ICMBio e Sociedade Civil (ONG's)	Noroeste-Norte de Minas – Corredores Ecológicos entre PARNA-GSV e PNCP	Integração de unidades de conservação com participação paritária (Poder Público e Sociedade Civil) no acompanhamento da gestão do SNUC e formulação de projetos de desenvolvimento regional de base comunitária. Está focalizado em articular/intermediar ações do EFA-2 com outras no EFC.
CRF/TAC (Circuito Regional de Festas do “Território Arinos-Chapada Gaúcha”)	Década 2001-2010	Poder Público/Sociedade Civil (ONG's)	Interface Bacia do Urucuia/Noroeste de Minas/Brasília-DF	Promoção de Eventos Culturais como o “Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas – EPGSV” e “Festival Sagarana Feito Rosa para o Sertão – FSFRS” ou atividades intermediárias, conectadas a esses eventos, como a caminhada “O Caminho do Sertão” (mais de 150 Km em itinerários entre Arinos e Chapada Gaúcha). Tem interface direta com o EFC e o EFA-2.
UGS-ADISVRU (Urucuia-Grande Sertão – implantado pela Agência de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Vale do Rio Urucuia)	Década 2001-2010	Sociedade Civil/Poder Público	Interface Bacia do Urucuia/PARNA-GSV (Noroeste de Minas)	Criação e Apoio às Iniciativas Comunitárias de Regionalização do Desenvolvimento Territorial com foco na sustentabilidade dos municípios e suas comunidades em geral. Tem interface com o EFC e o EFA-2, mas articula-se intensamente com representantes do EFA-1 por meio de parcerias institucionais com prefeituras dos municípios de sua área de abrangência.

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017

Durante as duas décadas de criação das UC's aqui citadas, período que desencadeou a organização do projeto de mosaico SVP, Estado e Sociedade Civil, ao estabelecerem sua correlação de forças, seja no campo semântico, seja na esfera estritamente política,

⁹⁹ Fonte: Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000, que criou o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm.

não conseguiram juntos ou separados produzir um plano de ação comum de efetiva intervenção socioambiental. Um plano que ao mesmo tempo priorizasse a defesa do Meio Ambiente e a revitalização contínua da Cultura Tradicional do Sertão-Gerais em um só macroprograma multiterritorializado. Há duas iniciativas interessantes que bem ilustram essa desarticulação estrutural do SVP: o CRF-TAC e o UGS-ADISVRU.

Silva (2014) e Meyer (2015) dão ênfase à territorialização da Política Cultural no contexto do SVP a partir da cartografia desenhada pelo PARNA-GSV. Tomam como referência de suas análises, respectivamente, tanto os eventos festivos ocorridos de forma regular há mais de quinze anos quanto a construção do “*Território Arinos-Chapada Gaúcha – TAC*” onde os mesmos são promovidos.

Demarcadores da criação do EFC, esses eventos conjugados (v. Figs.17 a 19) referenciam a territorialidade da Cultura no SVP partindo-se da (re)leitura (encenação?) ou representação (recepção?) da literatura de ficção de Guimarães Rosa (1908-1967) cujos enredos, em grande parte, remetem personagens e paisagens ao Sertão-Gerais, com foco narrativo parcialmente centrado na Bacia do Urucuia. Por submissão pasteurizante, o resto que se entenda como Trijunção ou derredores, subordina-se subliminarmente ao microcosmo urucuiano como se fosse um todo, unívoco e uníssono, sem se atentar para dissonâncias, particularidades ou incongruências desse recorte territorial arbitrário. As Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhonha nem sequer são coadjuvantes desses eventos. Quando aparecem, são meras expectadoras das apresentações culturais, todas centradas na interseção Urucuia-Norte de Minas.

Fig.17/18/19 – CRF-TAC (EFC): Circuito Regional de Festas do “*Território Arinos-Chapada Gaúcha*”



Fontes: Instituto Rosa e Sertão, 2015; ADISVRU, 2014.

Assim se caracteriza o projeto do *Circuito Regional de Festas – CRF-TAC* cuja visibilidade anual se manifesta por meio do “*Encontro dos Povos*”¹⁰⁰ do Grande Sertão

¹⁰⁰ Povos, segundo Carneiro (2010, p. 27), é um jeito local com o qual os moradores de comunidades tradicionais do SVP se referem aos lugares onde elas vivem.

Veredas”, realizado desde 2002, em Chapada Gaúcha; o “*Festival Sagarana Feito Rosa para o Sertão*”, no distrito de Sagarana, em Arinos (iniciado em 2008 e com algumas interrupções); e “*O Caminho do Sertão*”, que se realiza desde 2014 e consiste numa caminhada (“turístico-literária”) pela zona rural com pousos em comunidades tradicionais localizadas nos dois municípios ora citados. Embora todas essas ações tenham o mesmo foco – colar a imagem de Guimarães Rosa e seus livros ao dito (e impreciso) espaço do Urucuia, o CRF-TAC não conseguiu ainda ser o tradutor das diferentes linguagens – entre elas as dos Geralistas da margem esquerda da Carinhanha (remanescentes do PARNA-GSV.2) – que permeiam diferentes microcosmos do SVP, o que contribui para que não se materialize o Socioambientalismo enquanto mediador de intercâmbios entre o EFA-2 e o EFC. Limita-se apenas a propaga(nde)ar a linguagem *roseana* sobre o Urucuia, garantindo-se, com isso, significativa visibilidade midiática.

O projeto *Urucuia-Grande Sertão* (UGS-ADISVRU), de acordo com os mesmos autores aqui citados, foi concebido e é gerenciado pela ONG ADISVRU – *Agência de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Vale do Rio Urucuia*. Com resultados exitosos na primeira década do século XXI, ele tem como proposta a regionalização do desenvolvimento local em bases comunitárias sustentáveis. Para isso, define como esfera de atuação e espacialidade dentro do SVP, os municípios urucuianos, tomando suas adjacências (as nascentes da Carinhanha, por exemplo) como apêndices do Centro (Arinos-MG) “*urucuianizado*” pelas (ou a partir de “leituras” das) obras de Guimarães Rosa.

Embora nutrindo-se de boas intenções e resultados, da mesma forma que o CRF-TAC, o UGS não traz embutida uma concepção socioespacial que inclua as múltiplas Fronteiras da Trijunção (EFA-1, EFA-2, EFC) como unidade socioambiental singular e diversa em cuja relação dialética deve se buscar a construção de projetos que elejam a Sustentabilidade como meta transregionalizada. E que neles se considere as comunidades tradicionais do SVP (elas têm particularidades entre si) como prioridade zero em ações de desenvolvimento. É partir delas e tomando-as como referência identitária do SVP, que emergirá a convergência entre políticas culturais e ambientais.

Ademais, há também vários projetos de assentamento (P.A’s), criados e gerenciados pela 28ª Superintendência Regional do INCRA – SR-28. Sediada em Brasília, ela tem jurisdição sobre reforma agrária em partes da Trijunção. São ações unilaterais com as quais o Estado promove o reassentamento de trabalhadores rurais, a maioria vítima das desterritorializações sucessivas em decorrência do êxodo rural provocado pela

Modernização Conservadora e pela chegada do SNUC na passagem dos anos 1970/80. Tais ações se constroem entre as franjas intermediárias do EFA-1, EFA-2 e EFC, mas não se articulam com nenhum deles nem apresenta uma proposta de intervenção territorial que valorize as comunidades tradicionais egressas de unidades de conservação como o PARNA-GSV.

Esse bloco de quase quinze projetos fixadores das atuais Fronteiras da Trijunção aqui sintetizado – e ainda que uma minoria deles seja divergente entre si – se coaduna com a concepção territorial uniforme-englobante, homogeneizada pelo Estado ou pelo Agronegócio e em parte com apoio de organizações da sociedade civil. Forjada desde os anos 1950/60, ela trouxe, como resultado catastrófico, a dissolução do “Território Carinhonha”, concretizada nesse início de século XXI (v. Apêndices E-8 e E-9).

Com essa dissolução e a consequente Diáspora *Baiangoneira*, os Núcleos Comunitários Veredeiros – NCV’s fragmentaram-se. Seus lugares foram transformados em EFA-1 ou em EFA-2. Depois de tantas des(re)territorializações, os Geralistas do PARNA-GSV passaram a viver encurralados (enjaulados) em nichos do “Entre Fronteiras” da Trijunção (EFC). O SVP, que é uma bela proposta como possível fórum de debates dessas questões entre Poder Público e Sociedade Civil, ainda não problematizou respostas ou indagações para (ou sobre) esse quadro dantesco.

A conversão/tradução do Sertão-Gerais em Sertão-Cerrado e, por conseguinte, em Sertão-Brasília, assim como os projetos que se construíram a favor ou contrapondo-se à Modernização Conservadora, têm, em comum (e talvez até inconscientemente), a perspectiva de um modelo de desenvolvimento com estratégias similares: a de ignorar a transregionalização da Trijunção BA/GO/MG; e, como decorrência disso, a de excluir, dos processos decisórios, a proatividade social e cultural das Comunidades Tradicionais a paritr de seus territórios de origem (a maior parte deles incorporada ao EFA-1 e EFA-2).

O vocabulário cartográfico (MTCG, 1 e 2), que serve/iu de canal ventríloquo das diferentes linguagens ou discursos circulantes na Trijunção (*ambientalização* da Cultura ou *culturalização* do Ambientalismo?), é uma parábula rocambolesca dessa (con) fusão polissêmica talvez traduzível por meio dessa palavra-antítese: **Cerrado-(x)-Gerais**. Enquanto um prevalecer ou exercer protagonismo sobre o outro, nem o SVP nem as políticas públicas ambientais e culturais construídas em nome dele serão materializadas no dia-a-dia das comunidades tradicionais como as do PARNA-GSV.

1.3 – COMUNIDADE DE DESTINO GERALISTA: CTNC X SVP/PARNA-GSV

Nesse complexo contexto diacrônico dentro do qual se desenhou, desde o século XVIII, a cartografia político-ideológica das Múltiplas Fronteiras da Trijunção, os Geralistas, não obstante terem sido afetados como um dos alvos das sucessivas desagregações socioespaciais, conseguiram, como autênticos malabaristas, se manter unidos graças ao *atávico* sentimento de pertença ao Sertão-Gerais. Mesmo entre aqueles que, fisicamente, passaram a viver distantes entre si devido ao constante des(rea)locar-se dos últimos decênios – é o caso aqui dos residentes na RIDE-DF – percebe-se o entrelaçar de lembranças que os unem nesse abraço coletivo-simbólico à Carinhanha.

Os traços dessa união foram agregados em torno de uma identidade coletiva cuja força-resistência se expressa nos valores culturais e memórias com/partilhadas (v. Cap. III e IV). Suas lembranças, permeadas por fortes laços afetivos e familiares (a maioria resultante de parentesco com os antigos proprietários que tiveram domínio sobre as Nascentes da Carinhanha), tornaram-se mediadoras da tradução do Sertão-Gerais em Ser.TAO-Geralista diante da Modernização Conservadora do Bioma Cerrado.

O conceito que melhor traduz a resistência cultural dessa Identidade Geraizeira-Carinhanhista é o de Comunidade de Destino. Para Bosi (1998, p. 38), “... *significa sofrer, de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados*”. Toma-se aqui como Destino Histórico-Cultural – DHC (“*Fios de Moiras*”), um conjunto de diferentes temporalidades lineares: são as eras dos *Currais/Carrancismo/Sertão-Brasília*. Juntas, elas se fundem numa dimensão abstrata de historicidade (desde 1720!?!) quase sempre construída (imposta) pelo Estado em aliança com os interesses da classe dominante (fazendeiros, p.ex.) de cada época. À margem dessas “Éras”, há camadas seculares de esquecimento nunca dantes exumadas.

É uma linearidade positivista¹⁰¹ que pouco traduz a visão de mundo dos Geralistas porque ignora as descontinuidades (re)produzidas no DHC da Trijunção pelas tramas/teias desterritorializantes. Mas é nela (e consequência disso) ou a partir dela que o binômio tempo-espaco foi entrecortado/fragmentado e assimilado/retraduzido no *lôcus* comunitário geralista. É nos entremeios desses recortes temporais ou na *interfronteiridade* de limites tão movediços e subliminares, que eles, os Geralistas, construíram sua forte e orgânica unidade cultural-parental, que deu origem às

¹⁰¹O Positivismo, filosofia e ciência do século XIX, influenciou o Fazer Historiográfico que privilegiava as efemérides (datas oficiais importantes) e a importância subjetiva de personalidades políticas como elementos intervenientes na criação e evolução dos acontecimentos sem levar em consideração as descontinuidades das classes subalternas cuja história era esquecida, nem as interrupções (guerras, revoluções e outros eventos associados aos deslocamentos espaciais de minorias étnicas massacradas), no curso da história. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/anales.html> - acesso: 9/8/17.

Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha – CTNC; e os mantém vivos-unidos, mesmo depois de tantas especializações antes e depois do PARNA-GSV.

A ruptura epistemológica com essa linearidade vem à superfície do “solo heurístico” quando o fazer historiográfico se reencontra (e se funde) com a Memorialística dos grupos marginalizados pela “História Oficial”. Bosi (op. cit., p. 414, 420) sublinha que:

O grupo é suporte da Memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu Passado [...]. As Lembranças Grupais se apoiam umas nas outras, formando um Sistema, que subsiste enquanto puder sobreviver a Memória Grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência [...]. A Memória pode percorrer um longo caminho de volta, remando contra a corrente do tempo. Ela corre o perigo de se desviar quando encontra obstáculos, correntes que se cruzam no percurso. São as mudanças, os deslocamentos dos grupos...

Tais deslocamentos, indutores de diásporas – como vimos neste capítulo – e que, em tese, poderiam potencializar a desagregação dos Geralistas como grupo social, não teve força suficiente para neutralizar as interações constantes com influência cultural recíproca entre seus membros. A Memória Coletiva, *fio de Ariadne* que articula passado e presente como simultaneidade presentida/presentificada em silêncios, vozes ou sons, também é o elo que conecta/confronta a Carinhanha (oficial) – Rio-Fronteira antes do Sertão-Brasília – com uma outra Carinhanha: anônima, esquecida, periférica, deserdada, silenciada, subterrânea, criativa e criadora de um Imaginário Social diferenciador e demarcador de uma identidade forjada e revigorada no “entre fronteiras” de uma Trijunção distante do Litoral e abandonada pelo Poder Público até os anos 1970.

Essa outra, que se mantém viva e fecunda, é o “*Rio-Fêmea*”¹⁰² – a mãe biológica dos Geralistas e a mãe adotiva do PARNA-GSV – que se tornou duas mães coexistindo no mesmo espaço físico-ambiental e na memória deles. Essa Carinhanha, invisível para os olhares do EFA-1 e EFA-2, continua povoando as lembranças de seus antigos habitantes. E é a memória grupal construída em torno dela, que criou e mantém vivo, circulante, esse “Fio de Ariadne”: a *Comunidade de Destino Geralista* – CDG/CTNC.

A CDG/CTNC existe mesmo sem espaço físico contíguo, pois ela não precisa que seus membros morem dentro do PARNA-GSV para se sentirem pertencentes à Carinhanha. Basta que seus membros continuem coexistindo, irmanando-se, resistindo coletivamente e evocando suas origens, independente de onde estejam, e desde que (em

¹⁰²Não confundir com **Rio das Fêmeas**, uma das nascentes da Bacia do Rio Grande, em São Desidério-MG, Messorregião Extremo Oeste Baiano – Microrregião de Barreiras. A expressão “*Rio-Fêmea*” é aqui utilizada por nós para diferenciarmos a **Bacia da Carinhanha** das bacias do Paranã, Urucuaia e Formoso-Corrente – os “**Rios-Machos**” do EFA-1.

qualquer tempo e espaço) permaneçam compartilhando saudades invocadoras de lugares, fatos e pessoas que remetam à Identidade Geraizeira-*Carinhanhista* e aos cenários antes fisicamente apropriados por eles, e agora simbolicamente reapropriados pela memória coletiva deles e de seus parentes, afins ou consanguíneos, e amigos ou vizinhos.

Se assim concebido, o SVP aqui reiteradas vezes invocado, mais que um eixo definidor do EFA-2, meta-síntese-guia de outros projetos de desenvolvimento, pode constituir-se numa ferramenta estratégica dentro da qual as políticas culturais e ambientais se tornem agregadoras das Múltiplas Fronteiras da Trijunção. Para isso, suas ações precisam, previamente, estarem comprometidas com *o reconhecimento da CDG-CTNC* como um fenômeno histórico-sociológico tão real quanto as fronteiras invisíveis (por sublimação) que demarcam o EFA-1 e o EFA-2.

O elo dessa cadeia de vínculos identitários da CDG-CTNC é a conexão entre Território e Cultura. Ela é o eixo articulador-vivificante de pertencimento ao Sertão-Gerais. O reassentamento, (inclusive no Entorno do PARNA-GSV), das Comunidades Tradicionais Geralistas remanescentes das unidades de conservação do SVP-SNUC, é ponto de partida e chegada para se compreender/problematizar e materializar o sentido de transregionalidade da Trijunção BA/GO/MG cuja múltipla identidade territorial nunca foi reconhecida pelo Estado (como se observou neste capítulo).

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO-GERAIS: LINGUAGEM E IDENTIDADE NO “TERRITÓRIO CARINHANHA”

As Representações do Mundo Social [...], embora aspirem à universalidade de um Diagnóstico fundado na Razão, são sempre determinadas pelos interesses de Grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos Discursos proferidos com a Posição de quem os utiliza. As Percepções do Social não são de forma alguma Discursos Neutros: produzem Estratégias e Práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma Autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um Projeto Reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas. [...]. As Lutas de Representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os Mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua Concepção do Mundo Social, os Valores, que são os seus, e o seu Domínio.

(CHARTIER: 2002, p. 123, 17 – grifos nossos).

A história dos Homens tem o poder de quase sempre negar a Retórica dos seus Discursos Oficiais.

(BRANDÃO: 1986, p. 91)

Fig.20 – Iconografia sobre a Carinhanha, Rio-Fêmea dos Geralistas: Imersão (EFC: ARIADNE X CLIO) ou Emersão (OREÁDES: EFA-1 X EFA-2)? (Cena do Ponto de Passagem em canoa para a casa do Seu Claudão do Velho Firme): Travessia-exemplo de Caminho de Casa, que interliga moradores da Comunidade Tradicional Estiva, Fronteira Cocos/BA – Chapada Gaúcha/MG



Fonte: Firmino F. Dias e Xiko Mendes. Data: Set. 2016.

2.1 – GEOLEXICOPÉDIA: A LINGUAGEM NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE LUGARES E SEUS MORADORES

2.1.1: Práticas Discursivas Interlocutoras de Identidade (PDI)

Práticas Discursivas são estratégias coletivas (signos), resultantes de interações sociais, para construir representações do mundo. Elas promovem a interlocução entre a vida e as coisas em imagens, sons, palavras, cheiros, silêncios/silenciamentos... Essas Práticas atuam por meio da linguagem, ora (re)configurando-se, ora (re)traduzindo-se o entendimento do homem que, historicamente, é (re)posicionado conforme os tipos de discursos que sobre ele exercem diferentes formas de influência no tempo e espaço circundantes (FAIRCLOUGH: 2003; MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE: 2017). De acordo com esses autores¹⁰³, tanto as posições do sujeito social quanto a linguagem que ele usa durante o convívio em sociedade são construídas e projetadas, ideologicamente.

É por meio da linguagem que cada sujeito se insere nas esferas, material e simbólica, tendo nos discursos hegemônicos que circulam em sociedade, o principal instrumento mediador entre o cotidiano da sua existência e o mundo que o cerca, introjetando/externando valores e demarcando fronteiras de validação deles.

As Práticas são moldadas por sistemas de convenção social, e nelas estão envolvidos “*processos de produção, distribuição e consumo textuais*” que variam em decorrência de “*diferentes tipos de discursos*” e “*fatores sociais*”. O conteúdo ideológico embutido nelas naturaliza o que é estranho/exótico aos grupos sociais ou aos seus indivíduos convertendo em senso comum o que interessa à visão de mundo dominante (FAIRCLOUGH, op. cit., p. 106-107, 27, 117).

Práticas Discursivas são elementos modificadores do Conhecimento, transformando-o, (re)qualificando-o e rearticulando formas e lugares de enunciação dos discursos (e as estratégias de reprodução deles) bem como as posições-de-sujeito que a partir deles são construídas e reproduzidas, ideologicamente. Na medida em que essas Práticas estabelecem relações com o contexto social, elas também podem se constituir “*numa trincheira por mudança social*” desde que recontextualizadas em processos dialéticos de ressignificação histórica/linguística (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, op. cit, p. 141). Nessa Pesquisa cinco categorias acionam PDI’s em “*Lutas de Representações*” que articulam a relação Cultura-Território (v. Q.6).

¹⁰³ Todo o referencial teórico-linguístico dessa parte do capítulo foi extraído dos autores acima referenciados.

Q – 6: PDI na Dialética Intertextual Cultura-Território

Categoria Linguística	Conceituação
Discurso	É o “uso social da linguagem”; é a “forma de representação, de ação e de identificação” por meio da qual se busca “construir cenários e representações”. Diferente do texto, que expressa a subjetividade do emissor, o discurso se distingue deste porque sua existência e caracterização depende, (entre outros elementos), do uso recorrente de determinadas falas/documentos que traduzem um repertório de dados sobre a realidade, intervindo nela e sobre ela exercendo “uma dimensão fundamental na formação de crenças, valores e visões de mundo” (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, op. cit, p. 40, 18, 20, 16).
Cadeias Intertextuais	É a articulação linguística entre um conjunto de textos que dialoga entre si para fundir-se em um determinado discurso-tradutor e atribuidor de sentidos à realidade ou às coisas.
Intertextualidade*/ Interdiscursividade	É o processo de interação/fusão discursiva/textual por meio do qual as cadeias intertextuais, articuladoras de um determinado contexto linguístico/histórico-cultural, criam um repertório-padrão (um vocabulário cartográfico, por exemplo) para a interpretação das coisas. No (des)encontro entre intertextualidade e interdiscursividade, pode ocorrer tanto a <i>Entextualização</i> quanto a <i>Recontextualização</i> . A primeira consiste no desencaixe e reencaixe simultâneos de um texto num determinado contexto linguístico novo ou diferente do anterior. A segunda é um processo em que um texto é reinscrito numa outra prática discursiva, nova ou subsequente, à anterior da qual o mesmo era parte (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, op. cit, p. 112-113).
Formação Discursiva	É a estrutura linguística que articula uma ordem de discursos (agrupamento de narrativas), histórica ou ideologicamente, construída ao longo do tempo e dentro da qual são incluídos uma variedade de textos cuja afinidade temática trata do mesmo assunto ou de um conjunto de informações de mesma natureza.
Metadiscurso	Interconector metalinguístico que busca (re)interpretar/explicar/interpelar a discursividade circulante (conjunto de textos ou discursos diversos) num determinado contexto social historicamente determinado ou espacialmente delimitado, e com o qual se fazem releituras (críticas, p. ex.) da realidade posta em discussão.

*OBS.: De acordo com Fairclough (op.cit., p. 152), a intertextualidade se apresenta sob três formas: *Sequencial* (diferentes textos ou tipos de discurso se alternam em um mesmo texto), *Encaixada* (um texto ou tipo de discurso está incluído na matriz de outro) ou *Mista* (um conjunto de textos ou discursos se fundem de forma complexa tornando-os inseparáveis).

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

Essas categorias juntas se constituem na matriz conceitual da Sintaxe Identitária Geraizeira-Carinhanhista para colocar de pé o diálogo entre Cultura e Território nas Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha. Elas são a síntese aperfeiçoada daquilo que Mendes (2013b, p. 34-35) nomeou, aprioristicamente, como Lexicopédia (*Léxico*: dicionário ou conjunto de vocabulários ou glossários; *Pédia*: ato de ensinar): um agrupamento de “*estratégias de transmissão, realização e preservação do Ethos*” [que] “*se configura no modo de traduzir e expressar [...], usando diferentes meios, o Inconsciente Coletivo*”. É ainda por ele definida como “*a ressignificação comparativa e mediadora do mundo simbólico*”. Enfim, é o ato coletivo de ensinar-apre/ender a Realidade que nos cerca, “lendo”-a, criticamente, ressignificando-a.

Tomando esse conceito como referencial, utilizaremos *Geolexicopédia* (termo derivado daquele) para qualificar (e complementar) o uso dos Marcadores de Identidade. Esse termo define-se como conjunto de *práticas pedagógico-culturais sobre espaço*, articuladas com a (re)leitura do contexto histórico-geográfico, e que intervêm nele para entender as diferentes geolinguagens tradutoras das visões de mundo de determinados grupos e ou a ideologia de segmentos hegemônicos.

Essas geolinguagens moldam identidades culturais ou territoriais a partir da espacialização compartilhada entre seus membros (no primeiro caso) ou impõe seu

poder privativo (no segundo caso) sobre territórios¹⁰⁴. Atribui a eles “novos” conteúdos de pertencimento ou mudança de sentido (político, econômico, ambiental, entre outros) aos lugares antigos ou novos dentro de espaços apropriados ou dominados.

Simplificando... Geolexicopédia é também a ação dialético-didática de ensinar a geo-história das territorialidades locais ou regionais a partir de práticas discursivas de representações contra-hegemônicas, que utilizem as geolinguagens dos grupos marginalizados ou subalternos como *Pontos nas Trilhas de Georreferência Histórico-socioambiental* (PTGH) cujo foco é o reencontro deles com a própria identidade coletiva. Ao (re)assumir seu vocabulário linguístico, cada pessoa pode tornar-se leitora-intérprete de sua própria realidade, reapropriando-se dos laços de pertença a determinados lugares no espaço, mesmo não mais morando neles, mas transportando-os no trajeto da sua existência desde que não perca os vínculos identitários com o inconsciente coletivo (ou Imaginário Social¹⁰⁵) do seu grupo ou comunidade.

Deste modo, a Geolexicopédia converte-se em uma (re)leitura crítica dos Marcadores de Identidade na compreensão da realidade socioespacial e dos seus (des)enraizamentos ou segregações. Em torno dela repousa o processo de tradução diacrônica dos valores que norteiam uma determinada identidade cultural ou territorial. Para Chartier (2002, p. 123), “*a Leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis*, [pois, assim definida], “*a Leitura que capta o texto na sua totalidade*”, identifica a diversidade de vestígios, mostrando a “*ortodoxia do texto*” na Leitura do Mundo e na Leitura da Vida.

O Texto – aqui subjetivamente entendido, em sentido metafórico, como ato sinestésico de fala (ou seja, a fusão entre palavra-imagem-som-cheiros) do qual cada pessoa torna-se porta-voz de enunciados construídos em contextos socioculturais – é a matriz fundante dos discursos que (re)produzem visões de mundo demarcadoras de fronteiras, imaginários e ideologias sobre territórios e sobre quem vive neles.

Assim situada sociolinguisticamente, a Geolexicopédia é um procedimento *metadiscursivo* das marcações de identidade com o qual se busca des/re/construir representações criadas sobre espaço, gente e seus lugares no universo simbólico, reescrevendo, à moda dos *Palimpsestos*, o *Incunábulo* da História¹⁰⁶ (no caso aqui, a do

¹⁰⁴ As cidades, mesmo aquelas com alta densidade de segregação espacial, são exemplos do primeiro caso. Também se encaixam aí as comunidades tradicionais como essas de nossa pesquisa. Lavouras do agronegócio (EFA-1) e unidades de conservação (EFA-2) são típicos exemplos do segundo caso.

¹⁰⁵ Teves (in: FERREIRA e ORRICO: 2002, p. 64) afirma que “*enquanto sistema simbólico, o Imaginário Social reflete práticas sociais em que se dialetizam processos de entendimento e de fabulação de crenças e de ritualizações*”.

¹⁰⁶ Palimpsesto, (técnica medieval que raspava diversos textos para se escrever quantas vezes fosse necessário no mesmo pergaminho), é aqui tomado como o *procedimento de desconstrução de discursos-fundadores de representações e que na medida*

PARNA-GSV). Essa reescritura é o eixo articulador para daí compreender entendimentos sobre identidade por meio da interface Cultura-Território.

2.1.2: Binômio Cultura-Território: a Identidade entre *Lutas de Representações*

As identidades são produtos da linguagem (verbal ou não verbal) e das formações discursivas que ela cria. Elas se constroem nos atos de fala que materializam a relação dialética signo-significante-significado no momento de interação entre o sujeito e a(s) identidade(s) da(s) qual(is) é portador. Para compreender o termo Identidade, é importante destacar sobre ele que:

A descoberta e a preservação da Identidade do Grupo, embora tenham aspectos idiossincráticos, são essencialmente processos coletivos e dinâmicos. [...] As identidades são definidas em relação a algo exterior, pois as identidades são diferenças. [...]; precisamos especificar em que nos identificamos. [...] A relação entre Linguagem como discurso e Identidade justifica-se porque nos dois casos estamos falando de dimensões das práticas socioculturais [que, por sua vez,] são formadas de dimensões discursivas e não discursivas, que interagem umas com as outras. (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE: op. cit., p. 179,226-227 – grifos nossos).

... Identidade e Diferença estão em uma relação de estreita dependência. ... são, pois, inseparáveis. ...são vistas como mutuamente determinadas. Elas são o resultado de atos de criação linguística. ...têm que ser ativamente produzidas. Somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença. [...] A Identidade e a Diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. [...] ...são o resultado de um sistema de produção simbólica e discursiva. [...] Isso significa que sua definição está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000: 74-77, 78, 80-81).

Em sua obra “*A Identidade Cultural na Pós-modernidade*”, Hall (2006) dá ênfase aos diferentes processos de formação de identidades. Para ele são nas crises de identidade que ocorrem o descentramento. Cada sujeito (indivíduo ou grupo social) muda ou se adapta à novas identidades conforme é interpelado ou representado em contextos forjados por ações coletivas e dinâmicas mediadas pela linguagem que serve de vetor da alteridade na marcação das diferenças. Esse descentramento produziu três tipos distintos de sujeito: Iluminista ou Cartesiano, Sociológico e Pós-moderno.

O Sujeito Iluminista apareceu no contexto da Modernidade entre o fim do Renascimento e o século XVIII. Sua identidade é concebida como essencialista, ou seja, é fixa, estável e centrada no triunfo da individualidade unitária e racionalista sobre a

em que uma formação discursiva se sobreponha a outra(s), as narrativas anteriores ou a ausência delas devem ser retomadas ou questionadas para que se faça a exumação das camadas de esquecimento. Incunábulo (termo que define os primeiros textos impressos em tipos móveis), é aqui reinterpretado como retorno às primeiras representações construídas sobre determinado assunto para compará-las ou confrontá-las com as mais recentes. Disponíveis em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Palimpsesto>; <https://pt.wikipedia.org/wiki/Incun%C3%A1bulo> – acessos: 10/8/17.

coletividade. Também conhecido como “Sujeito da Razão” (inspirado no slogan cartesiano “*penso, logo existo*”), sua subjetividade é ressaltada como soberana ou absoluta sobre tudo que o cerca. Zizek (2016) diverge de Hall afirmando que essa subjetividade cartesiana é a base para novos projetos identitários contemporâneos.

O Sujeito Sociológico é portador de uma identidade não essencialista que resulta da interação dialética entre o indivíduo e a sociedade (contatos entre o “eu” e o outro). Hall cita diversas contribuições que ora destacamos: Marx frisou que a identidade desse sujeito foi construída a partir do século XIX no contexto dos conflitos de classe após o triunfo burguês com as revoluções Industrial e Francesa do período anterior. Foram as condições históricas desse contexto que determinaram sua consciência social.

Para Freud, a formação desse sujeito resultou da articulação imaterial entre o inconsciente e a teia de símbolos mediadores da relação entre indivíduo, sociedade e natureza. Para Saussure, o sujeito é formado a partir da linguagem (aqui entendida como uma ação coletiva). Para Foucault, o sujeito é moldado pelo poder disciplinar ditado pela visão de mundo dos grupos dominantes na sociedade. Para movimentos sociais como o Feminismo, é a partir das “Políticas de Identidade” com ênfase nas diferenças que se deve entender como os sujeitos são construídos.

Por fim, o Sujeito Pós-moderno surgiu a partir de 1950 no período da Modernidade Tardia, época marcada pelo antagonismo entre sociedades tradicional e moderna. Esse antagonismo aliado às constantes migrações humanas no mundo atual criou novos descentramentos que dão origem a identidades diversas, móveis ou deslocadas, fragmentadas e plurais. O caráter múltiplo e contraditório dessas identidades tem determinação histórica e não biológica.

É nesse contexto de interlocução entre práticas culturais e discursivas onde surgem os sujeitos deslocados ou traduzidos. Essa tradução é o processo pelo qual uma pessoa torna-se portadora de duas ou mais identidades conforme é interpelada ao conviver com diferentes culturas e territórios. Esses sujeitos podem até manter fortes vínculos com seus lugares de origem, mas o fato de estar conscientes da impossibilidade de retorno a eles ou ao seu passado (tradições locais), os fazem portadores de identidades adaptáveis às convenções sociais mediadas por Culturas Híbridas¹⁰⁷ onde uma não anula a presença da outra (HALL: op. cit. p. 88-89).

Definir identidade, segundo Woodward (SILVA: op.cit., p. 7-72), pressupõe o reconhecimento da diferença articulada pela linguagem como parâmetro demarcador de

¹⁰⁷ Ver Burke (2003) e Canclini (2008).

fronteira entre culturas distintas e dinâmicas. Essa definição é condicionada por sistemas de representação dos sujeitos e sua(s) identidade(s). Esses sistemas articulam discursos que demarcam lugares de fala e para quem se fala. E os processos de identificação forjados a partir deles criam a consciência da diferença na medida em que emergem as posições-de-sujeito que exprimem as visões de mundo em cada sistema de representação.

Para a mesma autora, uma concepção não essencialista de sujeito implica não só em ver a diferença como elemento autenticador da sua identidade coletiva, mas também em observar as características comuns historicamente partilhadas bem como seu caráter relacional com diferentes grupos sociais como outro elemento de marcação simbólica no estudo das representações. As Políticas de Identidade, definidas por ela como busca da autoafirmação e senso de pertencimento dos sujeitos a um determinado grupo, é o ponto de partida dessas marcações e das formas como são representadas.

Com esse sentido não essencialista – é a proposta de análise nessa pesquisa – o processo de formação e (des/re)construção de identidades coletivas implica sempre no entendimento dialético de que há uma interação material e simbólica nas marcações que conectam culturas e territórios. Daí ser necessário compreender como o espaço e o conjunto de significados historicamente atribuídos a ele por grupos sociais distintos interagem tanto na apropriação ou domínio da Sociobiodiversidade¹⁰⁸ (DIEGUES: 2005, p. 305-312; DIEGUES, ARRUDA, FIGOLS e ANDRADE: 2000) quanto no surgimento de marcadores identitários (Henrique, in: UNB: 2004, p. 9-40) que estabelecem limites, fronteiras e diferenças socioculturais no uso do território numa região geograficamente determinada pelo tipo de relações de produção e pela relação que o homem estabelece com a natureza (HAESBAERT: 2007, p. 215-234).

Para Haesbaert, o espaço se torna território unifuncional quando há controle privado ou estatal sobre ele, tornando-o propriedade de alguém com uso exclusivo e desigual que quantifica a terra e seus recursos em valores de troca. O espaço se converte em “*território simbólico*” quando nele se respeitam diferenças e peculiaridades locais (suas múltiplas identidades e territorialidades) transformando-o em território-abrigo interlocutor da Sociobiodiversidade (conexões entre os mundos, material e imaterial, da

¹⁰⁸ Sociobiodiversidade é o processo pelo qual se respeita a coexistência entre Diversidade Biológica (Meio Ambiente) e Diversidade Cultural (Saber Tradicional sobre cada bioma ou ecossistemas locais); a Etnociência é o instrumental teórico-conceitual que materializa essa coexistência por meio do registro do conhecimento inscrito como patrimônio da matriz identitária de povos tradicionais. In: DIEGUES (2000, p. 1-40).

coletividade) onde a relação homem-meio ambiente é articulada por valores de uso simbólico dos recursos naturais (HEIDRICH et. al.: 2008, p. 19-36).

Essa multifuncionalidade do espaço simbólico é homogeneizada pelos mecanismos de desencaixe da Globalização. Iniciada com as Grandes Navegações, ela intensificou-se com a Modernização Tardia ou Pós-Modernidade, diminuindo distâncias, comprimindo a relação espaço-tempo (GIDENS: 1991), e interferindo negativamente nos saberes e fazeres do mundo local. O Espaço de Lugares criava localidades contínuas/contíguas, pontos de encontros afetivos ou comunitários e com temporalidades cumulativas ou subseqüentes, que ocasionava o surgimento dos territórios-zona (Limonad, in: SANTOS e BECKER: 2007, p. 145-170; CASTELLS: 1999).

Hoje o espaço é gradualmente transformado e convertido em Espaços de Fluxos ou territórios-redes, que são descontínuos, fragmentados, e que na maioria das vezes estão sobrepostos (v. Apêndices E.8, E.9 e E.10), trazendo no bojo a ideia de territorialidade globalizada (os não-lugares ou espaços artificialmente interconectados, porém, vazios de afetos ou de gente) numa dimensão de tempo virtualizado com temporalidades históricas fragmentadas, descontínuas ou ignoradas (SANTOS: 2014; AUGÉ: 1994). Tanto a Agricultura Moderna quanto as unidades de conservação de proteção integral (ao retirarem as comunidades tradicionais dos seus espaços simbólicos) criam não-lugares privatizando-os ou estatizando-os (o PARNA-GSV inclui-se neste exemplo), o que torna as questões locais (BOURDIN: 2001) uma temática relevante para se entender o deslocamento dessas comunidades na Trijunção BA/GO/MG.

Nesse novo contexto espacial, as identidades coletivas ou individuais, ao serem fragmentadas, são também colocadas em confronto com outras identidades (o mundo, ao globalizar-se, aprofunda diferenças e cria focos de resistência). Castells (1999, p. 425-427) agrupa essa variedade de identidades em três categorias: a *Legitimadora* (é patrocinada por instituições estatais e privadas e exerce seu poder de dominação sobre pessoas e territórios); a de *Resistência* (criada por movimentos sociais ou comunidades, ela difunde posições contra-hegemônicas em resposta a essa dominação); e a *Identidade de Projeto* (instituída por atores sociais que criam novas identidades; o feminismo, p. ex.).

Tanto essas identidades quanto o sujeito portador delas, independente do grupo a qual pertençam, têm sido “descentrados” pela Globalização (HALL: 2006; HALL e

SOVIK: 2006). No mundo global cada pessoa ou grupo assume diferentes identidades adaptadas ao ambiente onde se vive. A identidade se (des/re)constrói por meio de linguagens e temporalidades que se entrecruzam em diferentes sistemas de representação (BRANDÃO: 1986; FERREIRA e ORRICO: 2002; BURITY: 2002; GAGNEBIN: 1993; 2005; 2007).

Dessa forma, segundo Saraiva (In: VILAS BOAS e PEREIRA: 2015, p. 61), é importante contextualizar a (re)elaboração da cultura nos lugares em que ela é produzida ou circulada de tal modo que se priorize nas abordagens sobre lugares ou saberes/fazerem locais (ou identidade local) a “*experiência-próxima*”, aquela em que o pesquisador busca o uso de conceitos ou o entendimento da realidade a partir da visão de mundo dos residentes (evocando o discurso dos Nativos) de uma ou mais localidades (GEERTZ: 2007, p. 85-90).

Estudo com esse enfoque *geertziano* foi feito no PARNA-GSV.1 por Andriolli (2011). Nele a autora identificou a figura do vaqueiro Samu e sua esposa Ló, ambos entrevistados nessa pesquisa (v. Capítulo III). Ao traçar um extenso painel etnográfico descrevendo-os como habitantes típicos do Sertão-Gerais e interpretando a rotina desse casal, ela observou inúmeras mutações identitárias. Constatou que o vaqueiro Samu passou por várias transformações ao longo de sua trajetória, sobretudo a partir da criação do Parque, revelando diferentes temporalidades que se entrecruzaram na vida dele, para desvelar um modo de vida fundado numa ética camponesa entre o vaqueiro e o gado, e que se alterou com a transformação daquele espaço em unidade de conservação.

A preservação cultural de identidades locais no Sertão-Gerais, como constatado por Andriolli, é fundamental para a visibilidade das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha diante dos impactos ocasionados pela desterritorialização delas (CORREIA, 2002; NOGUEIRA, 2009). Problematizar a relação dessa identidade quanto à interface Cultura-Território é uma discussão que converge para a valorização das Tradições mantidas pelos Geralistas (HOBSBAWN: 1997; MACHADO: 2004). Essa relação é questão-chave na compreensão de identidades locais e seus territórios comunitários no contexto da Globalização como ressalta Bourdin (2001, p. 199):

Os princípios de recortes dos territórios deixam neles um grande espaço ao aleatório, mas um Território Local deve corresponder ao espaço de vida de uma comunidade ou de um conjunto das comunidades que o partilham definindo-se aqui a comunidade por ao menos dois dos três fatores seguintes: fortes interações entre seus membros no cotidiano, proximidade dos modos ou estilos de vida, acentuadas referências comuns (identitárias,

religiosas, sociais), bem como pela capacidade de exprimir esta proximidade em Instituições Coletivas. O conteúdo do Território Local é sua expressão através do viver junto e dos interesses coletivos.

A construção ou manutenção dessas referências identitárias – como se vê nessa pesquisa – se dá na sua relação constante com o outro (o diferente). Isso implica em afirmar que a Cultura das Populações Tradicionais não é algo estanque ou isolado de contextos regionais ou globais. Assim entendido, para Silva (op. cit., p. 28, 46), “*aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade; eles seriam capazes de posicionar a si próprios, e de reconstruir e transformar as identidades históricas herdadas de um suposto Passado comum*” a partir de seus contatos com a Alteridade¹⁰⁹ (identidades forasteiras).

Segundo Hall (op. cit., p. 106-107), para que se consolide o processo de identificação é necessário que haja a marcação de fronteiras simbólicas porque essa identificação é ambivalente no contato entre sujeitos diferentes. É importante ressaltar que “*o diferente é o outro*”, e o ato de reconhecer essa diferença é o momento em que nos conscientizamos sobre essa alteridade em relação ao grupo que pertencemos (BRANDÃO: 1986, p. 7). Marcos Silva reitera que “*...entender o outro como portador de saberes é entender-se como outro do outro, também portador de saberes, e vislumbrar o diálogo entre diferenças*” (In: MAGALHÃES: 2013, p. 24).

Estudos feitos sobre Saber Tradicional em áreas protegidas do Cerrado em Goiás (SARAIVA: 2006), Cultura Caipira no interior de São Paulo (CÂNDIDO, 2010), e Cultura no Cerrado em Minas Gerais (RIBEIRO, 2006), revelaram a decisiva contribuição da memória material e imaterial na formação da consciência coletiva sobre o Sertão brasileiro e seus Territórios de Identidade (PERICO, 2009), mostrando a necessidade da preservação da Cultura Tradicional como estratégia de fortalecimento da Identidade entre populações tradicionais como os Geralistas.

A Região da Trijunção, ponto de (des)encontros de fronteiras (PESAVENTO: 2001; BURKE: 2006, p. 255, 257; e 2003), vive nesse começo de século XXI uma transição em que cada vez mais deixa de ser um espaço de lugares com seus territórios simbólicos para tornar-se espaço de fluxos do agronegócio e das intervenções estatais. Essa região tem sido alvo de diferentes reordenamentos territoriais, inclusive no Entorno do PARNA-GSV (v. Apêndice E-9).

¹⁰⁹Conceito que se refere à (1) natureza ou condição do que é outro, do que é distinto; (2) situação, estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença. Relegada ao plano de realidade não essencial pela metafísica antiga, a ALTERIDADE adquire centralidade e relevância ONTOLÓGICA na filosofia moderna hegeliana e pós-estruturalista. Segundo Brandão (1986, p. 7), essa alteridade atemoriza, mas também atrai o desejo por sua decifração.

Isso tem feito com que a desterritorialização (SILVA: 2006, p. 170-240) acelere o surgimento de novas territorializações com impactos alienantes nas identidades coletivas da Trijunção, muitas delas incompatíveis entre si, mas que se relacionam mutuamente quase sempre de forma conflitante. Tal processo é acentuado na correlação de forças regionais e locais (EFA-1, EFA-2 e EFC) provocando transformações no modelo de desenvolvimento rural que mudam a relação do homem com a terra e a sociobiodiversidade do bioma Cerrado. Tudo isso junto interfere na matriz identitária das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha.

Nesse cenário no qual é crescente a presença de identidades múltiplas, não só os sujeitos se transformam e se adaptam às convenções culturais e aos discursos que as evocam. Os territórios locais ou tradicionais também se modificam ajustando-se às transformações globais impostas pela Modernidade. É aí que surge o que nessa pesquisa ora nomeamos como *Território-Palimpsesto*¹¹⁰: é um espaço constituído pela sobreposição contínua de diferentes territorialidades excludentes entre si por distintos grupos sociais ou agentes estatais no mesmo espaço geográfico em diferentes e sucessivos tempos históricos empilhados, ignorando ou “esquecendo” intencionalmente sua historicidade precedente para impor novos domínios que legitimem o poder estatal ou privado de seus recursos naturais por meio da desconstrução de sua preexistência primordial ou temporalidades que antecedem o último projeto hegemônico implantado nos lugares de determinada região (neste caso, a Região da Trijunção).

As localidades desse território, ao serem transformadas pelas identidades legitimadoras da Modernização Conservadora do Cerrado, tornam-se um conjunto de *lugares-palimpsestos*, espaços vazios sem a alma-totem de seus primitivos moradores. Eles são assim definidos por Certeau (1994, p. 189-190):

Só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos em silêncio e que se pode evocar ou não. [...] os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro; tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. [...] O memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar. Nesse Lugar-Palimpsesto, a subjetividade se articula sobre a ausência que a estrutura como existência e a faz ser-aí (Dasein). Mas, como já se viu, este ser-aí só se

¹¹⁰ Palimpsesto é "aquilo que se raspa para escrever de novo". Era todo material usado para escrita diversas vezes. Devido à escassez de papiro ou pergaminho, apagava-se e se reescrevia diferentes textos no mesmo material. Há diversos manuscritos medievais sobre os quais, lançando-nos a mão de técnicas modernas, podemos identificar neles várias camadas de “escritos soterrados” pelo uso contínuo do material e que, ao serem redescobertos, traz informações diferentes ou contraditórias em relação aos que foram grafados por último. Metaforicamente, assim é o território-palimpsesto: um **espaço de memórias subterrâneas** sobre o qual acumularam-se camadas seculares de tempos e lugares sobrepostos na mesma localidade cuja historicidade é ignorada pelo último ocupante da territorialidade. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Palimpsesto>, acesso em 8/6/16.

exerce em Práticas do Espaço, em maneiras de passar ao outro (grifos nossos).

As “*Práticas do Espaço*” são exemplos de representações culturais construídas por meio de discursos que fixam identidades no território (PESAVENTO: 2005). No campo semântico são um dos elementos de enunciação das lutas de representação do espaço e dos sujeitos que o habitam. A Cultura é o elo indexador que vincula essas práticas do espaço às práticas discursivas que moldam o tipo de identidade que se quer para a territorialidade em questão.

Saraiva (in: VILAS BOAS e PEREIRA: 2015, p. 59-72), ao entender a Cultura “*como dimensão significativa e [...] expressão simbólica de diferentes experiências*” produzidas e contextualizadas, socialmente, em determinado território, explica que as identidades nele construídas com base na memória coletiva de grupos sociais é o “*elemento fundante e estruturante*” para a compreensão dessas práticas do espaço. As lembranças que fixam essas identidades a um território nos levam a “*considerar a Cultura como parte da teia de poder constituída nas comunidades*” porque elas são “*a figura-chave da desmistificação da Modernidade*”. Assim sendo, a mesma autora conclui que “*se no território são deixadas marcas*” dessas experiências, então “*a intenção é fazer os sujeitos [...] se perceberem como parte da história*”: ouvir suas vozes e registrar o que eles têm a dizer sobre os territórios que lhes servem ou serviram de habitat é condição necessária para a construção dessas percepções.

Reconstruir as “*histórias fragmentárias*” desses lugares-palimpsestos soterrados com a chegada da unidade de conservação, “*devolvendo-os*”, simbolicamente, aos Geralistas por meio das memórias subterrâneas neles contidas (v. Capítulos III e IV), é uma outra forma de representação identitária das territorialidades entre as Fronteiras da Trijunção na medida em que traz um olhar vigilante sobre a invisibilidade das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha. O Passado dessas comunidades “*roubado por outro*” (o Estado) e evocado na memória coletiva geralista torna-o *legível* para ser (re)lido por meio das narrativas de quem ali morou (ou mora) e guarda na sua geografia existencial ou imaginária parte significativa das suas histórias de vida naquele que agora tornou-se *território-palimpsesto*: o PARNA-GSV.

As Representações, de acordo com Pesavento (2005, p. 39-62), são uma categoria conceitual importante não apenas porque busca a valoração da verdade, mas porque ela em si tem a pretensão de substituir a própria realidade.

'Práticas' e 'Representações' são noções [...] elaboradas no campo da História Cultural. [...] elas têm possibilitado novas perspectivas para o estudo historiográfico da Cultura porque juntas permitem abarcar um conjunto maior de fenômenos culturais, além de chamarem atenção para o dinamismo desses fenômenos. [o] Campo de Representações pode abarcar tanto as Representações produzidas ao nível individual [...], como as Representações Coletivas, os modos de pensar e de sentir [...], os Símbolos que constituem um dos recursos mais importantes da comunicação humana (BARROS: 2003, p. 162-163).

Propomos que se tome o conceito de Representação num sentido mais particular e historicamente mais determinado. Por um lado, a Representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a Representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. [...]. A relação de Representação – entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme – modela toda a Teoria do Signo que comanda o Pensamento Clássico (CHARTIER: 2002, p. 20, 21 – grifos nossos).

Tanto as práticas discursivas quanto suas lutas de representações (disputas semânticas na atribuição de sentidos de pertencimento ou de domínio sobre territórios) fundem-se e agregam-se em estruturas linguístico-epistemológicas que propagam discursos enunciadores de novas identidades sobre lugares e pessoas. As representações construídas sobre o espaço antes habitado pelos Geralistas e hoje incluído como terras do PARNA-GSV é uma demonstração de que elas vão além da criação de práticas de espaço que geram novas imagens e textos: também subsumem¹¹¹ o Território Carinhanha e suas comunidades tradicionais como alteridade na Região da Trijunção. Em outras palavras, tanto a Carinhanha quanto seus habitantes ribeirinhos nativos dela ao invés de serem protagonistas nessas narrativas, aparecem de modo coadjuvante ou sucumbidos ao anonimato como elementos menores nesses sistemas de representações espaciais do PARNA-GSV.

Como contraponto a esses sistemas de representações da Carinhanha (rio-território) e de seus moradores, optou-se nessa pesquisa a observar e analisar na própria linguagem dos Geralistas como eles constroem suas próprias práticas do espaço agora transformado em unidade de conservação (v. Capítulo III). Suas narrativas (na medida em que são lidas como textos-intérpretes do Território Carinhanha) revelam e desvelam

¹¹¹ Subsumir ou Subsunção significa incluir, colocar (alguma coisa) em algo maior, mais amplo, do qual aquela coisa seria parte ou componente. Na doutrina kantiana, considerar (um indivíduo) como compreendido por (uma espécie); incluir (uma espécie) em (um gênero); inserir (um gênero) em (uma família); admitir (uma ideia) como dependente de (uma ideia geral); interpretar (um fato) como a aplicação de (uma lei), e assim por diante. Disponível em https://www.google.com.br/search?dcr=0&biw=970&bih=429&ei=37orWpC0PMmawASDpKr4Ag&q=o+que+%C3%A9+subsumir&gs_l=psy-ab.3..0j0i22i30k112.22888.24721.0.24882.7.7.0.0.0.199.514.0j3.3.0...0...1c.1.64.psy-ab..4.3.514...0i67k1.0.syredm6-RkQ, acesso: 9/12/17.

o PARNA-GSV, não como território-palimpsesto, mas como um espaço culturalmente apropriado pela coletividade, cheio de vida, e com um rico repositório de lembranças no qual encontramos uma identidade coletiva vivificante, ativa e interagindo com outros grupos sociais onde e por onde circulam os Geralistas.

Essas narrativas geralistas sinalizam que ainda há uma identidade de resistência muito forte presente nas comunidades tradicionais das nascentes da Carinhanha. Isso fica demonstrado quando utilizamos a Geolexicopédia como complemento explicativo do Método de Marcação dessa identidade. E para identificar claramente como as práticas de espaço aparecem nas práticas discursivas dos Geralistas, propomos e incorporamos o topograma à nossa terminologia de análise.

Topograma (Topos: *lugar*; Grama: *grafar/gravar*) é um canal geolinguístico que cria e(ou) reproduz um conjunto de representações socioespaciais em um contexto, cultural e historicamente determinado. Tem como fim transmitir/divulgar ou traduzir práticas discursivas identitárias georreferenciadoras da relação dialética Cultura-Território em um lugar ou espaço definidos por marcadores de identidade. Um agrupamento de topogramas (v. Q.7) cria uma *Topogramática* específica encarregada de estruturá-los e articulá-los, sintaticamente, de tal forma que propicie uma unidade intertextual que é materializada com o uso constante das diferentes geolinguagens enunciadoras de representações e das formações discursivas que elas criam e mantêm em circulação.

Essa Topogramática, ao atuar como articuladora sintática dos marcadores de identidade, coloca a relação dialética Cultura-Território diretamente no campo semântico das lutas de representações. Estas, por sua vez, criam, modificam ou marginalizam diferentes posições-de-sujeito no palco da história que de igual forma interfere no *status quo* das identidades projetadas nas práticas do espaço. Ricoeur (2007, p. 162) afirma que “*o espaço é o meio de inscrição das oscilações mais lentas que a história conhece*”.

É nesse processo dialógico inscritor de significados entre o lugar e quem vive ou viveu nele, que se busca o reencontro do Sujeito Geralista com sua Cultura e seus territórios tradicionais na Carinhanha. A memória coletiva dos (ou sobre os) Núcleos Comunitários Veredeiros aí localizados onde agora é o PARNA-GSV é o *fio de Ariadne* para se adentrar ao labirinto dessas lutas de representações no entre-fronteiras da Trijunção. Gagnebin (2007, p. 91-92), orienta-nos quanto à percepção que devemos ter desse processo:

Para [Walter] Benjamin, o Labirinto não é somente uma estrutura onírica: [é] o avesso escondido, mas significativo das obras culturais, das cidades e dos livros. [...] o Labirinto revela a estrutura misteriosa do desejo humano [...] que não se compraz em inventar e reinventar Desvios, Imagens, Gestos, Palavras. [...] o Fio de Ariadne que guia a criança no Labirinto é [também] o Fio da Linguagem, entrecortado, rompido; o Fio da História que nós narramos uns aos outros, a História que lembramos, também a que esquecemos e a que, tateantes, anunciamos hoje.

Q.7: Topogramática da Geolexicopédia Geraizeira – Critérios Geolinguísticos de Interpretação da MMI – Metodologia dos Marcadores de Identidade dos Geralistas
(Lista de Topogramas ou PTGH: Pontos – físicos ou simbólicos de “Leitura do Território” – nas Trilhas de Georreferência Histórico-socioambiental)

Topogramas/PTGH	Conceituação
Inscritor	<i>Canal de Criação de Marcadores de Identidade construídos coletivamente em um determinado período eco-geo-histórico de média ou longa duração para “gravarem”, no Repertório da Memória Social, as marcas materiais e imateriais de apropriação ou de domínio do espaço que por meio delas é, lentamente, incorporado ao imaginário de um povo, grupo ou país. Exemplo: o Gerais na prática discursiva dos Geralistas.</i>
Descritor	<i>Canal de Expressão, individual ou coletivo, institucionalizado ou informal, público ou particular, físico ou imaterial, que propaga na coletividade/sociedade os Marcadores de Identidade, (que são artificial ou ideologicamente posicionados), para projetarem determinadas representações (práticas) de espaço, reais ou fictícias, como difusoras de pontos específicos do georreferenciamento cultural, histórico, sócio/ambiental, político-institucional, entre outros. Exemplo: o rio Urucuia ou os livros de Guimarães Rosa na prática discursiva da literatura de ficção.</i>
Transcritor	<i>Canal de Tradução dos Marcadores de Identidade, que sobre eles articulam teias de transmissão predeterminadoras de visões de mundo particularizantes com foco em interesses específicos sobre o tipo de representação que convém à “leitura” da relação Cultura-Território num dado momento da história. Exemplo: o Plano de Manejo do PARNA-GSV.</i>
Proscritor	<i>Canal de Releitura da Memória Social Subterrânea que toma como ponto de partida a reinterpretação das antigas práticas discursivas identitárias (não mais utilizadas ou em fase de sutil desaparecimento), buscando compreender causas ou motivações do Processo de Soterramento dos Marcadores de Identidade, que precederam as representações socioespaciais que estão em uso num determinado momento ou contexto histórico, sempre com o fim de investigar, no tempo e no espaço, a genealogia diacrônica dos Lugares Proscritos na (e pela) Contemporaneidade, para daí se perceber neles, sua evolução e sua decadência como demarcadoras da identidade coletiva, cultural ou territorial. Exemplo: as 18 entrevistas que constituem a fonte primária dessa pesquisa remetem a antigos Marcadores Históricos e Fabricados do PARNA-GSV.</i>
Subscriber	<i>Canal de Circulação Viva/Ritualização do Patrimônio Cultural Imaterial típico de um lugar (ainda que seus porta-vozes não morem mais nele) e ou que é daí “transportado”, simbolicamente, pela Memória Coletiva para outros lugares ou região; bens culturais imateriais que se mantêm vivos como “assinatura” da identidade coletiva de um lugar enquanto legado sobrevivente de uma comunidade no seu contexto de interação com grupos hegemônicos. Exemplos: músicas, danças, festejos religiosos de comunidades tradicionais como as dos Geralistas...</i>

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

Quando nos adentramos nesse labirinto benjaminiano, precisaremos de cuidado para observar nele muitas lacunas de informação; nelas se “*esquecem*” a história vivida pelos Geralistas, transformando-os no “*Avesso Escondido [...] das Obras Culturais*”. Livros, estudos acadêmicos ou documentos institucionais são exemplos dessas obras. Nos corredores desse labirinto (simbolizado pela nossa *Imersão Mnemônica* dentro do rio Carinhonha), devemos nos guiar com o *Fio de Ariadne*¹¹² (v. Anexo 5) para com ele buscar a urdidura dos *fiões da linguagem* que tecem os discursos difusores de Geografias Imaginadas no entre-fronteiras da Trijunção. Para Said (2007, p. 91), “*basta que ‘nós’ – [nessa Geografia] – tracemos essas fronteiras em nossas mentes: ‘eles’ [os Geralistas – no caso dessa pesquisa] se tornam ‘eles’ de acordo com as [‘nossas’] demarcações, e*

¹¹² Procedimento utilizado que permite **seguir pelos vestígios das pistas** ou **assimilar**, gradativa e seguidamente, uma série de verdades encontradas em um evento inesperado, ordenando a pesquisa, até que se atinja um ponto de vista final desejado. **Fonte:** Disponível em <http://somostodosum.ig.com.br/artigos/astrologia/o-fio-de-ariadne-08762.html> - acesso: 16/7/17.

tanto o seu território quanto a sua mentalidade são designados como diferentes dos ‘nossos’”.

Essa busca pela Identidade (Origem: *saltos na história*) dos Geralistas (CTNC) deve ser orientada pela tradução das geolinguagens que a representação historiadora projeta com seus “*desvios, imagens, gestos e palavras*” sobre essa região-fronteira. Ademais, também é preciso que se acrescente a leitura atenta das representações mnemônicas introjetadas na tessitura das narrativas construídas a partir das falas e gestos de quem vive ou viveu dentro do PARNA-GSV. São essas geolinguagens o *Fio de Ariadne* (que tece a Rememoração) nos corredores desse labirinto para o re/encontro com a Matriz Identitária Geraizeira no Mosaico SVP/PARNA-GSV (v. Capítulo IV).

2.2 – REPRESENTAÇÃO HISTORIADORA X REPRESENTAÇÃO MNEMÔNICA

As Lutas de Representações se manifestam ou são materializadas por meio do contato ou confronto entre os diferentes discursos construídos para traduzirem a relação cultura-território nas práticas do espaço. O texto é a senha para se entender como as identidades são representadas. Para Ricoeur (2007, p. 238-239), as Representações têm caráter dialético porque devem garantir “*a plurivocidade*” dos atores do processo histórico, sua “*diferenciação e temporalização múltiplas*” no entendimento sobre a polissemia dos “*fenômenos sociais*”. O mesmo autor (op. cit., p. 247-288; 505) distingue dois tipos: Representação Historiadora e Representação Mnemônica.

Ricoeur (op. cit., p. 82-104; 502-504) também distingue quatro tipos de abuso dessas memórias conforme resumimos a seguir:

- *Memória Impedida*: aquela que é colocada à margem das celebrações públicas e deve ser exercitada por meio do trabalho de rememoração porque as “*feridas simbólicas pedem uma cura*”.
- *Memória Manipulada*: aquela que é cronologicamente memorizada como ato político instrumentalizado; tal manipulação corresponde, de um lado, à celebração de certos “*acontecimentos fundadores*” que são “*atos violentos legitimados pelo Estado*”, e de outro, à execração de grupos postos à margem da história.
- *Memória Obrigada*: é a *memória impedida* quando nos deparamos com ela e nos sentimos “*devedores de parte do que somos aos que nos precederam*”. É o sentimento de “*se fazer justiça*” com aqueles “*que não são mais, mas já foram*”.

É a memória que exige do presente “pagar a dívida” e “submeter a herança a inventário”.

- *Memória Feliz*: é aquela por meio da qual se valida o reconhecimento público das memórias subterrâneas (impedida/obrigada/marginalizada).

A diferença conceitual entre as duas principais formas de representação é assim definida por Nora (1993, p. 9):

Memória é a vida, sempre alcançada pelos Grupos Videntes [...]; ela está em evolução permanente [...], inconsciente das suas deformações sucessivas [enquanto] a História é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais [...]. A Memória é um absoluto e a História não conhece outra coisa que não o relativo.

A Representação Historiadora, que Halbwachs (2003, p. 72-109) denominou de Memória Histórica, “é um painel de mudanças” que traz uma bagagem de leituras, e se apoia na “*história aprendida*” (ensinada), tem enfoque universal e uno porque “é um oceano para onde afluem todas as histórias parciais”; é um “quadro esquemático ordenado por sucessão cronológica”. Ela não é a inteireza do passado nem tudo o que dele restou porque deixa lacunas entre as sequências de eventos hierarquizados. Em seus enfoques “a História só começa no ponto em que termina a Tradição”¹¹³ exatamente porque quando se perde a memória coletiva de uma sequência de acontecimentos como suporte cultural de um grupo, “então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa” visto que “palavras e pensamentos morrem”.

Já a Memória Coletiva, que Ricoeur nomeou como Representação Mnemônica, é uma corrente de pensamento contínuo que se apoia na “*história vivida*”, isto é, ela só retém do passado o que ainda está vivo entre seus narradores contemporâneos porque sua abordagem “não ultrapassa os limites [de existência] dos grupos” aos quais eles pertencem; narra apenas as experiências partilhadas onde “cada um dos grupos tem uma história” distinta de outros, pois “é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração da vida humana”. Na Memória Coletiva “não há vazios absolutos” porque podemos evocar partes do passado “em alguma galeria subterrânea” quando colocamos em presença dos acontecimentos aqueles que deles participaram; nela há vestígios à espera de decifração; o recuo em busca do passado mais remoto é limitado no tempo e no espaço (HALBWACHS: op. cit., id. Ib.).

¹¹³ Para Gagnebin (op. cit., p.70): “O desmoronamento da Tradição termina sendo, por fim, o único lugar de uma retomada inventiva da Origem ‘perdida’, uma invenção que nada na história pode garantir, mas que tudo chama a realizar-se”.

A tarefa do pesquisador é tirar Penélope¹¹⁴ dos subterrâneos dessa galeria como propõe Benjamin (1994, p. 37, 224, 111):

*... o importante para o autor que rememora não é o que viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da Reminiscência [...]. Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...]. É, portanto, a semelhança entra-sensível que estabelece a ligação não somente entre o **falado e o intencionado**, mas também entre o **escrito e o intencionado**, e entre o falado e o escrito. E o faz de modo sempre **novo, originário, irreduzível**.*

Pesavento (2005, p. 94-95), recorrendo a conceitos aristotélicos a partir de releituras de Ricoeur, explica que há dois tipos primários de Memória. A *Mneme* (Representação Historiadora?) é aquela de caráter involuntário por meio da qual o passado é evocado em imagens ou textos (atos) que aludem a experiências ou sensações para que daí afluam as lembranças. E a *Anamnese* (Representação Mnemônica?), que é “o trabalho de busca deliberada na recuperação das lembranças”, pois esta, como ato voluntário de rememoração, se empenha em fazer o reconhecimento do que de fato aconteceu.

A Rememoração é mais que particularizar a importância de determinados fatos: é fazer com que eles emergam à superfície como “*criação, promessa do inaudito e do novo*” (GAGNEBIN: 2007, p. 106-107). Esse é o começo do processo de Cesura: a interrupção da continuidade da história oficial. Ao dar ênfase ao passado na intensidade do presente, a Cesura promove rupturas (ou descontinuidades) com os discursos que enunciam narrativas hegemônicas para daí nascerem novas perspectivas sobre a compreensão que até então tínhamos do Passado e suas origens. A mesma autora (op. cit., p. 97) reitera que “*a história que se lembra do passado também é sempre escrita no presente e para o presente. A intensidade dessa volta/renovação quebra a continuidade da cronologia tranquila, imobiliza seu fluxo infinito, instaura o instante e a instância da salvação*”.

¹¹⁴ Na mitologia grega, Penélope, filha de Icário, é esposa de Ulisses. Por vinte anos, ela esperou o marido retornar da Guerra de Troia, tema da “*Odisseia*”, livro de Homero. Ulisses tinha conquistado o coração de sua amada depois de vencer uma corrida em que deixou para trás o pai dela, que era campeão de corrida. Contrariando o pai, que desejava que o novo casal ficasse junto dele, Penélope cobriu o rosto com um véu em sinal de resposta que seguiria com seu amado para Esparta. Por duas décadas aguardando a volta de Ulisses, ela cedeu ao pedido do pai em aceitar novos pretendentes; para isso, exigiu uma condição: o novo casamento só ocorreria depois que ela terminasse de tecer um sudário para Laerte, pai de Ulisses. Com esse estratagem, Penélope manteve sua fidelidade conjugal a Ulisses, não se casando com ninguém. Durante o dia, aos olhos de todos, Penélope tecia, e à noite, secretamente, ela desmanchava todo o trabalho. E foi assim até uma de suas servas descobrir o ardil e contar toda a verdade. Ela então propôs outra condição ao seu pai. Conhecendo a dureza do arco de Ulisses, ela afirmou que se casaria com o homem que o conseguisse encordoar. Dentre todos os pretendentes, apenas um camponês humilde conseguiu realizar a proeza. Imediatamente este camponês revelou quem era: Ulisses, disfarçado após seu retorno de Troia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pen%C3%A9lope> – acesso: 18/1/18.

Gagnebin (op. cit., p. 4, 6) é a principal intérprete da matriz conceitual de Walter Benjamin (1892-1940) e nos apresenta uma nova proposta de Escrita Histórica: a que salva do Esquecimento o Passado que se encontra nas franjas da versão contada pelos grupos dominantes em suas Cronologias (v. Capítulo I). Se ao redor do “*continente da memória*” há ilhas de esquecimento, urge, portanto, a necessidade de outra Escrita Histórica, aquela que é moldada pela experiência coletiva:

A Comunidade da Experiência funda a dimensão prática da narrativa tradicional. Aquele que conta transmite um saber, uma sapiência, que seus ouvintes podem receber com proveito [...]. O depauperamento da arte de contar parte, portanto, do declínio de uma tradição e de uma memória comuns, que garantiam uma experiência coletiva... [...]. A arte de contar torna-se cada vez mais rara porque ela parte, fundamentalmente, da transmissão de uma experiência no sentido pleno cujas condições de realização já não existem na sociedade capitalista moderna (Gagnebin, In: BENJAMIN: 1994, p. 11, 10).

Pensador alemão da Escola de Frankfurt (MATOS: 1989; 1993) e autor de fecunda produção teórica com a qual se busca a síntese epistemológica entre as representações historiadora e mnemônica (MACHADO: 2004; GAGNEBIN: 1993), Benjamin propõe uma escritura da história a contrapelo na qual “*a experiência se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações*”. Opondo-se ao “*continuum da história*”, que é niveladora do tempo e expressa a visão linear dos opressores, esse filósofo concebe a descontinuidade da História como um salto (“*Ursprung*”) que propicia narrativas pautadas no surgimento histórico dos oprimidos (GAGNEBIN: op.cit., p. 57, 99).

A Origem (“*Ursprung*”) é aqui reinterpretada passando a significar o apre/ender o tempo histórico como intensidade e não como cronologia. Essa Origem é um “*salto fora da sucessão cronológica niveladora*” porque ela quebra a linha do tempo de um “*passado congelado*”; é um recorte inovador que estilhaça a cronologia construída pela história oficial. Essa Origem remete-se ao passado evocando-o/invocando-o por meio da rememoração.

Rememorar, para Benjamin, é mais que re(ins)stauração do passado: é um processo que visa transformar o presente visando “*acolher o descontínuo da história, proceder à interrupção desse tempo cronológico sem asperezas; também é renunciar ao desenvolvimento feliz de uma sintaxe lisa e sem fraturas [porque] a história habitual é a ‘comemoração’ das façanhas dos vencedores*”. Origem, assim concebida, implica sempre em “*inacabamento e abertura à História*” porque na “*densidade do histórico surge o Originário*”, que destrói a continuidade da “*ordem pretensamente natural*”. Daí

é que se busca a verdade dessa Origem na medida em que nos afastemos dela e ela se transforma no momento em que ocorre a rememoração (GAGNEBIN: op.cit., p.7, 8, 10, 21, 99).

Gagnebin (op. cit. p. 100, 102, 104), a atenta comentadora de Benjamin, assim descreve a concepção desse autor sobre Cesura (ou interrupção do *Tempo dos Coroneis* da Trijunção, por nós mencionado no Capítulo I):

O que a história tradicional quer apagar são os buracos da narrativa que indicam tantas brechas possíveis no continuum da dominação [...]. O indício de verdade da narração não deve ser procurado no seu desenrolar, mas, pelo contrário, naquilo que ao mesmo tempo lhe escapa e a escande, nos seus tropeços e nos seus silêncios, ali onde a voz se cala e retoma fôlego [...]. O 'Sem-Expressão' é o indício da verdade porque rompe a falsa totalidade [para] emergir uma outra história, uma outra verdade da qual podem nascer outras histórias, outras verdades.

O conhecimento do passado não é um fim em si; porém, se a exatidão e a precisão históricas são imprescindíveis, é porque devem permitir ao historiador interromper, com conhecimento de causa, a história que hoje se conta, para inscrever nessa narrativa, que parece se desenvolver por si mesma, silêncios e fraturas eficazes.

A Identidade dos Geralistas – os ‘Sem-Expressão’ excluídos da Cronologia Oficial – está literalmente posta à margem da Carinhonha pela Memória Histórica (“*tempos empilhados*”) que omite a presença deles (“*buracos da narrativa*”) enquanto grupo social dentro do PARNA-GSV. Mas o Passado de suas Comunidades Tradicionais permanece interagindo com o Presente por meio das experiências partilhadas por eles e entre eles. Se o tempo histórico se torna cognoscível por meio da linguagem como mediadora das representações de identidade construídas por essas comunidades enquanto grupo social, a evocação dele é materializada através das lembranças articuladas em narrações que presentificam o Passado dentro do PARNA-GSV no contexto de existência e experiência dos Geralistas hoje.

Agostinho (1999, p. 322, 326), notável teólogo católico medieval, assim interpreta a relação dialética ou dialógica entre Tempo e História:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo, claro e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar eu sei. Se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. [...]. Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a MEMÓRIA RELATA, não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas, sim, as PALAVRAS CONCEBIDAS PELAS IMAGENS DAQUELES FATOS, os quais, AO PASSAREM PELOS SENTIDOS, GRAVARAM NO ESPÍRITO UMA ESPÉCIE DE VESTÍGIO (grifos nossos).

Assim como ocorre com a identidade, o tempo passado se faz presente quando a linguagem lhe atribui sentido através da experiência em grupo; é a partir dela e das lembranças (vestígios) decorrentes, que se criam representações (narrações) sobre a realidade social. De acordo com a concepção benjaminiana, após a primeira guerra mundial, aprofundou-se “*essa ruptura da Tradição e das narrações*” porque o “*lado épico da verdade, a Sabedoria, está agonizando*”. O homem trocou a experiência pela vivência (“*Erlebnis*”). Neste processo de perda da experiência, a Apocatástase¹¹⁵ surge como a “*tarefa de retomada salvadora do Passado, não como experiências compartilhadas*”, mas como “*realidade do sofrimento, de um sofrimento tal que não pode depositar-se em experiências comunicáveis...*” (GAGNEBIN: op. cit., p. 59-60, 62-64).

Para Benjamin, a comunicação desse sofrimento se torna traduzível por meio da Alegoria: esta reabilita a temporalidade e a historicidade porque ela é em si mesma a fragmentação do real ao contrário do Símbolo, que representa eternidade e unidade (id.ib., p. 31-53). O PARNA-GSV é um dos símbolos do Tempo de Modernidade que se contrapõe às políticas modernizadoras implantadas na Trijunção (v. Capítulo I) enquanto os Geralistas dispersos em diferentes comunidades no entorno dessa unidade de conservação são a alegoria-epicentro de onde se deve construir a *apocatástase* sobre a des(re)territorialização das comunidades tradicionais da Carinhonha.

Gagnebin (op. cit., p.86, 89 – grifos nossos), ao discorrer sobre a revelação ou “*Retorno do Esquecido*”, afirma que Proust¹¹⁶, em sua obra, não se propõe a...:

reencontrar o tempo perdido do Passado, mas, paradoxalmente, resgatá-lo da sua insuficiência, colocando-o fora do tempo, [pois], cada vez que o narrador tenta voltar a um lugar onde esteve outrora, feliz, experimenta uma decepção na medida de sua expectativa porque o Passado nunca pode voltar; ele é passado, opaco, aniquilado [e] resiste à vontade que quer revivê-lo e só se revelará, na sua essência atemporal, através do retorno do esquecido, involuntariamente. Proust tenta escapar ao tempo e à morte. Benjamin busca uma intensificação do tempo. O Passado é salvo no Presente...

Esse “*Retorno do Esquecido*” é o que Ricoeur (op. cit., p. 504-515; 172-192) qualifica como “*história infeliz*” ou “*sepultura escriturária*”: narrativa em que “*a palavra viva da testemunha, transmutada em escrita, se funde na massa dos*

¹¹⁵ A Apocatástase representa a redenção e salvação final de todos os seres, inclusive os que habitam o inferno. É, assim, um evento posterior ao próprio Apocalipse. Esse conceito sintetiza o poder do Logos ou Verbo encarnado, ou seja, o próprio Cristo como poder redentor e salvador que não conheceria limite algum. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Apocat%C3%A1stase>; Acesso: 14/12/17.

¹¹⁶ Marcel Proust (1871/ 1922) foi um escritor francês, muito conhecido pela sua obra “*Em Busca do Tempo Perdido*” publicada em sete partes, entre 1913 e 1927. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcel_Proust; Acesso: 13/12/17.

documentos de arquivos” convertendo-se em Representação Historiadora, isto é, em memória escrita ou arquivada. Isso ocorre quando ela subsume a Representação Mnemônica (em que esta é substituída ou incluída naquela, descaracterizando a densidade histórica do testemunho, dissociado da intensificação do tempo dentro do qual os acontecimentos foram rememorados ou vividos). Neste caso, ao tratarmos do Geralista Esquecido em um tempo histórico congelado e preso às cronologias fragmentárias da História Oficial que o excluem, “*cabe ao destinatário [o leitor, o entrevistado ou pesquisador] do texto histórico fazer, nele mesmo e no plano da discussão pública, o balanço entre a História e a Memória*”. Ricoeur propõe, à lá Benjamin, que “*é no caminho da Crítica Histórica que a Memória encontra o sentido de justiça*”, pois uma memória feliz pressupõe equidade.

Dito de outro modo, o esforço de busca da totalidade da História – isso inclui a redenção histórica dos grupos marginalizados como os Geralistas – é condição necessária para obter essa equidade. Fundamentada em estudos de Ricoeur, Pesavento (2005, p. 35-36) infere que “*toda configuração de uma narrativa implica a refiguração de uma experiência temporal. A narrativa representa um tempo que, no caso da história, pressupõe um pacto com o passado [...]. O texto do historiador tem, pois, uma pretensão à verdade*”. Portanto, a Representação Mnemônica não é subordinada à Representação Historiadora nem é complemento desta como já propunha Halbwachs (op. cit., p. 100). Ao contrário, é um procedimento metodológico indexador de busca, valorização e conservação dessa verdade na recuperação libertadora da memória histórica.

Demarcar a fronteira movediça entre História e Memória (v. Anexo 6) pressupõe, primariamente, discernir com clareza a diferença de suas práticas discursivas. Mas também em entender as conexões epistemológicas que elas estabelecem na reconstrução do passado e na preservação de identidades de grupos como o dos moradores nativos das terras incorporadas ao PARNA-GSV. Gagnebin (op. cit., p. 109-110) argumenta que, não obstante vivermos no contexto de desmoronamento da Tradição...

... renunciar a contar e a transmitir [essa Memória Coletiva como a dos Geralistas, por exemplo], mesmo por falta de palavras ou por excesso de dor, significaria [...] pactuar com a ignomínia. Há, portanto, que obrigar-se a falar e a escrever [...] como resposta ativa ao apelo do presente e à promessa do futuro. [...].

A transmissão ininterrupta dessa memória coletiva sobre o viver entre Nascentes da Carinhonha é, metaforicamente, o *fio de Ariadne* que manterá, na Posteridade, para

os descendentes dos Geralistas, o vínculo identitário deles com o Sertão-Gerais e seus antepassados nos jazigos anônimos do PARNA-GSV. Continuar a urdidura dos fios dessas narrativas fará com que “*cada história [se torne] o ensejo de uma nova história, que desencadeia uma outra..., etc; essa dinâmica ilimitada da memória é a da constituição do relato, com cada texto chamando e suscitando outros textos*” (Gagnebin, In: op. cit., p. 13).

Tanto os Geralistas quanto sua identidade forjada nas Fronteiras da Trijunção dependem desse elo dinâmico entre cadeias intertextuais para garantir a interação dialético-cultural Passado-Presente-Futuro. Para manter viva a historicidade deles entre diferentes gerações, conclui a mesma autora (op. cit., p. 11): “*Ora, diz Benjamin, o conselho em intervir do exterior na vida de outrem [consiste] em ‘fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história, que está sendo narrada’*”.

2.3 – GEOLEXICOPÉDIA DO “TERRITÓRIO CARINHANHA”

Com base na Revisão Bibliográfica que realizamos nesta e em pesquisas anteriores¹¹⁷ sobre essa mesma área de estudo, constatou-se que há uma “*história infeliz*” em boa parte dos textos que tratam da interface PARNA-GSV/Trijunção. Eles trazem a Bacia do rio Urucuia (e não a da Carinhanha – v. Apêndices E.1 e E.2) como ponto de enunciação de diversos discursos, construindo visões de mundo distintas nas quais quase sempre os Geralistas são genericamente apresentados apenas como sertanejos. Para melhor entender esse Repertório de *Representâncias*¹¹⁸ (revisado apenas como amostragem neste capítulo) e, dentro dele, a invisibilidade discursiva sobre a identidade que os particularizam como nativos do Sertão-Gerais, tivemos que sistematizá-lo em categorias de enunciação de acordo com o conteúdo apresentado nos cinco Canais Difusores de Geolinguagens presentes nas Cadeias Intertextuais identificadas.

O primeiro desses canais é a *Literatura de Viajantes*. Ao (re)ler seus textos, percebe-se que ela é caracterizada por ser enunciativa do *Discurso Naturalista* dentro do qual prevalece a produção de informações esparsas sobre fragmentos do espaço da Trijunção, dando ênfase muito mais às paisagens naturais dos caminhos percorridos do que às populações aí residentes. Alguns moradores aparecem como elemento figurante ou decorativo do ambiente encontrado no itinerário. O destaque que se é dado a partes

¹¹⁷ Nas Referências dessa pesquisa são listados diversos livros que já publicamos sobre essa área de estudo.

¹¹⁸ “*Representância é a capacidade do discurso histórico de representar o Passado*” (RICOEUR: 2007, p. 250). Ver também as páginas 288 a 294 do mesmo livro nas quais o autor detalha esse conceito.

do relevo, da fauna ou da flora depende de como esses elementos se inserem no contexto de prioridades subjetivas ou de caráter institucional do autor que quase sempre está ou estava a serviço de governantes ou de alguma causa ou missão oficial.

Já a *Literatura Histórica* é enunciativa de um *Discurso Localista* que pauta, como prioridade temática, a origem e evolução das pequenas localidades que se transformaram em municípios da Trijunção. Para isso, se utiliza tanto de fontes oficiais de informação quanto daquelas coligidas pelos próprios autores, em fontes orais nem sempre referenciadas com metologia adequada.

A *Literatura de Ficção* tem construído enredos cujos cenários retratam, predominantemente, a Bacia do Urucuia, como elemento-símbolo da Trijunção. Ela tem como fonte enunciativa o *Discurso Roseano*, cuja linguagem reproduz a idealização do Sujeito Sertanejo aos moldes dos personagens e lugares descritos pelo escritor mineiro Guimarães Rosa (1908-1967), que lhe serve como escritura-modelo.

A *Literatura Acadêmica*, que vem sendo produzida em diferentes núcleos de pesquisa universitária, propaga a “Visão da Ciência sobre a Trijunção”, sobretudo por meio do *Discurso Etnográfico*. Esse discurso tornou-se hegemônico na construção de textos científicos envolvendo, especialmente, a relação Homem-Meio Ambiente no contexto do PARNA-GSV ou as transformações sofridas pelas comunidades tradicionais que vivem no entorno ou ainda dentro dele.

Além dessas vertentes discursivas, há também uma significativa produção de *Documentos Institucionais* nos quais predomina o *Discurso Ambientalista*, que é difundido tendo como lugares de enunciação tanto o Poder Público (em diferentes esferas de governo) quanto a Sociedade Civil Organizada a partir de suas organizações com atuação direta ou indireta no Mosaico SVP. Juntas e às vezes por diferentes razões e motivações, essas entidades propagam a imagem de Guimarães Rosa e o impacto internacional de suas obras como “peças publicitárias” fazendo circular o conteúdo de sua ficção como “verdade histórica” – um documento sobre o território – em estudos que tratem da Bacia do Urucuia (e, por extensão, sobre parte da Carinhanha).

Esse conjunto de canais difusores de representações por subsunção ou disjunção sobre o “Território Carinhanha” se articula por meio das Cadeias Intertextuais aqui descritas (v. Q.8). Estas, por sua vez, se interagem (dialogam entre si), criando vetores (discursos) de produção/transmissão de conhecimento sobre saberes e fazeres na Região da Trijunção.

Q.8: Sinopse do Repertório de Representâncias: a Invisibilidade dos Geralistas em Práticas Discursivas (PDI's) sobre Fronteiras da Trijunção e PARNA-GSV

Cadeias Intertextuais (Agrupamento/Encadeamento de Textos)				
	GSF	GVP	GBL	CCR
Agentes Enunciadores de PDI entre Lutas de Representações (Produtores de Textos)	(AMADO: 1985); (BAIANO: 2006); (BERTRAN: 1994); (BERTRAN: 1997); (BRAZ: 1977); (BRAZ: 2006); (BOTELHO e ANASTASIA: 2012); (CASTRO: S/d); (DURÃES: 1996); (GARDNER: 1975); (GONÇALVES: 1990); (GONZAGA: 1910); (LINS: 1983); (MARTINS: 1997); (MELLO: 1988); (MELLO: 1999); (MENDES: 2002); (MENDES: 2003); (OLIVEIRA: 2015); (PANG: 1979); (ROCHA JR, VIEIRA JR. e CARDOSO: 2006); (SAMPAIO: 2002); (SANTOS: 1998); (SANTOS: 2009); (SOUZA: 2000); (SOUZA: 2007); (SOUZA: 1993); (SPIX e MARTIUS: 1981); (VALADARES: 2013).	(CARNEIRO: 2007); (FERREIRA: 2006); (FROTA: 2013); (GOMES: 2008); (MACEDO: 1980); (MELO: 2005); (SOUSA: 2005); (SOUSA: 2008); (VIEIRA: 2015).	(ALMEIDA: 2009); (CARNEIRO: 2011); (CARNEIRO: 2003); (ROCHA: S/d).	-S.1: (ANDRIOLLI: 2011); (CERQUEIRA: 2010); (CORREIA: 2002); (JACINTO: 1998); (MARTINS: 2011); (MEDEIROS: 2011); (MEYER*: 2015); (OLIVEIRA*: 2015); (OLIVEIRA*: 2015); (SILVA*: 2014); (SOUZA: 2006); -S.2: (BERTRAN: 1999); (FUNATURA/IPHAN: 2006); (FUNATURA: 2008); (FUNATURA: 2012); (FUNATURA: 2013); (MENDES: 2013a); (MMA-IBAMA/FUNATURA: 2003); (MONTI: 2007); (PMF: 2012); (ROSA: 1970); (SILVA: 2012); (SILVA: 2016); (SILVA: 1998); (VALADARES: 1982); (VALADARES: 1990); (VIGGIANO: 1974).
PDI na Bibliografia sobre Fronteiras da Trijunção (Características de Enunciação: Perfis e Tipos de Representação Historiadora)	Autores diversos, de perfis heterogêneos, com enfoques igualmente variados e fragmentários. Eles buscam compreender origens, situações específicas ou a evolução de partes da Região da Trijunção, sobretudo o <i>espaço mineiro</i> (eixo temático central) e <i>batano</i> , como tendo uma formação histórico-cultural vinculada ao desenvolvimento social e econômico de base pastoril procedente da <i>Bacia do rio São Francisco</i> , na interseção <i>Norte-Noroeste de Minas/Bahia</i> , durante o Período Colonial (séculos XVIII/XIX). Embora não tenha uma unidade metodológica nos textos (mas é nítida a intertextualidade sequencial das narrativas), a maioria deles destaca ações, fatos ou os fortes vínculos histórico-comerciais/familiares das populações de localidades entre as Fronteiras da Trijunção, estabelecidos por meio de relações entre as regiões Nordeste (Pecuária) e Centro-oeste (Mineração).	Autores cuja maioria é nativa da própria Região da Trijunção ou nela reside/residiu; buscam abordar, exclusivamente, a <i>História Local de municípios goianos da Bacia do rio Paranã próximos à fronteira com Bahia e Minas Gerais</i> . Dão ênfase à influência cultural e socioeconômica do Oeste da Bahia/Bacia do São Francisco e dessa <i>Interseção no entre Fronteiras da Trijunção</i> , na formação do povoamento e construção do espaço municipal dessas localidades constituídas, primitivamente, a partir de dois núcleos: Flores de Goiás/Sítio da Abadia.	Esses autores são todos <i>parentes entre si</i> (ambos descendem dos <i>Patriarcas Colonizadores da área incorporada ao PARNA-GSV</i> : Firmiano José de Almeida e Silvério Mendes Teixeira). Em suas obras, tratam de glorificar/celebrar o <i>pioneirismo épico da família tradicional Carneiro</i> (que se consolidou na Região em meados da década de 1860, proprietária da <i>Fazenda Bela Lorena</i> , fundada na margem direita das nascentes da Carinhanha, como ponto central da ocupação (com atividades pecuárias) e domínio consuetudinário desse território que, em grande parte, foi incorporado ao PARNA-GSV, em 1989. Com forte conteúdo memorialístico-panegírico e foco na autoafirmação genealógica, nelas se reiteram, insistentemente, as <i>Origens Norte-mineiras do clã Carneiro</i> como um <i>acontecimento-marca de dominação do "Território Carinhanha"</i> . Januária-MG, porto fluvial do rio São Francisco, é a referência histórico-espacial que centraliza todas as narrativas.	Grupo amplo, hoje hegemônico, se diferencia dos outros pela visível heterogeneidade de perfis e atuação/intervenção cultural ou socioambiental na Região da Trijunção, na área específica do Mosaico SVP. Predominantemente, a maioria dá ênfase à <i>"Releitura Roseano-Uruciana" do território incorporado ao PARNA-GSV e outros cenários épico-bucólicos dos municípios mineiros do seu Entorno</i> . Subdivide-se em duas vertentes narrativas: S.1: vincula-se à <i>Abordagem Científica</i> (segmento minoritário) como critério de explicação/validação de dados (quase sempre etnográficos) sobre comunidades e lugares da Trijunção; S.2: vertente majoritária, dá destaque às <i>Abordagens Cultural ou Ambiental</i> (esta apresenta forte conotação política/institucional).

OBS: São pontos comuns em S.1 e S.2: a) – a *Evocação Eponímica*, direta ou implícita, da Literatura de Ficção de Guimarães Rosa e do próprio autor como mediadores de (re)leituras sobre o "Território Carinhanha" ou como "peças publicitárias" para projetar ações em nome da Imagem-Binômio-Oximoro "*Sertão-Cerrado/Sujeito Sertanejo*" do PARNA-GSV; b) – O apelo cultural-midiático do Texto Roseano como fator determinante na reconfiguração identitária da linguagem sobre o Sertão-Gerais na Trijunção, "*ficcionalizando a historicidade local*", não a partir de fontes primárias como documentos do "Território Carinhanha" ou do próprio Urucua, pois é a própria narrativa fictícia de G. Rosa tomada/interpretada como "*Verdade Histórica*" num claro processo de subsunção identitária; c) – A centralidade temática em torno do "*Urucuanismo*", que consiste no uso abusivo de referências (textuais e paisagísticas) recorrentes ao rio Urucua como ícone-síntese formador e topograma tradutor de uma presumida "*Urucuanidade*" (que, por sua vez, é uma estratégia narrativa que provoca o *Deslocamento de Interpretação sobre o "Território Carinhanha"* requalificando-o na posição de mero apêndice espacial periférico da Bacia do Urucua sem considerar as particularidades dele e as descontinuidades que singularizam as múltiplas fronteiras da Trijunção). *Evocação Eponímica* é o processo de reelaboração identitária por meio da linguagem que cria novas atribuições de sentido ao território e às coisas situadas no entorno e no contexto espacial do PARNA-GSV. Essa estratégia narrativa consiste em substituir nomes de lugares e coisas por outros novos, associados ao Escritor Guimarães Rosa e suas obras. Há vários exemplos: projeto da Estrada-Parque Guimarães Rosa, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, Vila Sagarana, etc.

LEGENDAS:

PDI: Práticas Discursivas Interlocutoras de Identidade;

S.1: Subgrupo um (Literatura Acadêmica: Pesquisa Científica);

*: Pesquisa acadêmica que não trata diretamente do PARNA-GSV, mas de temas ou comunidades tradicionais do entorno dessa unidade de conservação.

S.2: Subgrupo dois (Demais publicações: Documentos Institucionais, Literatura de Ficção, etc);

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

A subsunção consiste em incluir a Bacia da Carinhanha como incorporada ao "Território Vão do Urucua" (MG), na maioria das vezes, ou à bacia do rio Corrente/Formoso (BA). A disjunção (fragmentação político-espacial) se revela por meio de narrativas nas quais municípios e populações por ela banhadas são vistas como

pertencentes a três unidades políticas divididas entre Centro-sul e Nordeste do Brasil: Bahia, Goiás e Minas Gerais. Tais práticas discursivas constroem representações que não desenvolvem consciência de pertencimento nem à Trijunção nem ao Sertão-Gerais como conteúdos georreferenciadores das territorialidades e comunidades (os Geralistas, p. ex.) aí residentes.

Essas práticas discursivas produziram uma bem elaborada metalinguagem sobre o Sertão-Gerais na Trijunção: a “*Retórica*¹¹⁹ *da Regionalidade Fraturada*” (RRF – v. Apêndice E.2). Trata-se de um Repertório¹²⁰ Linguístico de Representações no qual está contido um significativo agrupamento de textos/discursos que, em síntese, fragmenta as narrativas (e fatia seus lugares) sobre essa (e nessa) região-fronteira ao não enxergá-la/interpretá-la (interpelá-la, melhor dizendo) como um todo disperso na particularidade de seus complexos aspectos (socioambiental e histórico-cultural, entre outros) caracterizadores de sua(s) identidade(s) regional(is); também não dá ênfase à contextualização de um processo de regionalização fraturada pela cartografia estatal que nunca concebeu seu espaço como Região-Fronteira (v. Apêndice E-3).

A RRF é um metadiscorso que aciona suas cadeias intertextuais por meio de dois grandes interconectores geolinguísticos, que moldam a visão de mundo sobre as Fronteiras da Trijunção: a Formação Discursiva (com enfoque histórico-cultural) sobre Populações/Localidades da fronteira BA/GO/MG fora do contexto “Região da Trijunção”; e a Formação Discursiva (com enfoques diversos) sobre “Sertão-Cerrado/Sujeito Sertanejo” dentro do contexto Bacia do Urucuiá/SVP como parte do Cerrado-Gerais. Na primeira articulam-se os discursos Naturalista e Localista. Na segunda, confluem-se os discursos Roseano, Ambientalista e Etnográfico.

A Carinhanha (rio) tem cerca de 450 Km de extensão. Sua bacia, que abriga uma população de mais de 170 mil habitantes nesse início de século XXI, é composta por dez municípios: seis mineiros e quatro baianos (v. Apêndices E.1 e E.2). Para entender como essas representações vêem essa bacia (territórios e moradores), selecionamos, num conjunto de quatro cadeias intertextuais, uma pequena amostragem antológica dessas percepções.

¹¹⁹ É a arte de usar linguagens para comunicar de forma eficaz e persuasiva. A Retórica nasceu no século V a.C., na Sicília. Foi introduzida em Atenas pelo sofista Górgias, desenvolvendo-se nos círculos políticos e judiciais da Grécia antiga. No início visava convencer uma audiência sobre os mais diversos assuntos. Mas acabou por tornar-se sinônimo da arte de bem falar. Fonte: Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%B3rica>, acesso em 15/7/17.

¹²⁰ Na Teoria da Informação, é um conceito que se refere ao nível de conhecimento do receptor, o seu nível cultural, a sua instrução (1); é todo conhecimento armazenado, que modifica e confirma os ideais do ser. Assim, o ser pode ser definido por uma ideologia, pelas experiências, pelas ações, enfim, pelo repertório individual (2). Quando o Repertório utilizado pelo emissor em uma determinada mensagem está em um nível acima do repertório do receptor, existe incompatibilidade de níveis de repertório inviabilizando a apreensão da mensagem, em sua totalidade, pelo receptor. Nessa pesquisa, usamos o verbete 2 do conceito. Fonte: Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Repert%C3%B3rio>, acesso em 15/7/17.

2.3.1: Representação Historiadora “Grupo São Francisco”

Dois canais difusores de geolinguagem se destacam nessa cadeia intertextual. O primeiro deles é a Literatura de Viajantes. O texto seguinte é um dos mais antigos que remete o *Discurso Naturalista* à Área de Ampliação do PARNA-GSV:

... Do Toque-Lambô ao Sítio do Meio: onze léguas e meia. [...] Aqui se torna a avistar o rio Carinhanha, e se viaja margem acima à Boa Vista e ao Sítio do Meio onde se passa em canoa o rio Itaguari. Este rio corre de sul para o norte a meter-se na distância de meio 4º de légua no rio Carinhanha por cuja razão se chama o Sítio do Meio¹²¹. Nesta parte passa por uma grande e agradável planície de maneira que para se perceber é preciso ser em pequena distância, por serem as suas margens tão de nível, que parece um canal feito pela arte, não obstante ser bastantemente largo e fundo que não dá vau, mas tem uma água muito clara e boa (Apud: BERTRAN: 1997, p. 74)

Trata-se de um trecho do Diário de Viagem do Governador D. Luiz da Cunha Menezes, recém-nomeado para administrar a Capitania de Goiás. No fim de setembro, alvorecer da primavera de 1778, ele atravessou o PARNA-GSV.2. O “Território Carinhanha”, que antes estivera no início do século XVIII sob o domínio de Manuel Nunes Viana, em Carinhanha-BA, nessa época estava sob controle do clã Cerqueira Brandão e do Morgado de Grijó. A Estrada Real da Bahia, que ligava Cachoeira-BA à Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, num percurso de 1.630 Km, passava dentro do PARNA-GSV entre o rio Carinhanha e seu afluente, o Itaguari, nas futuras terras geralistas (BERTRAN: 1994, p. 99-100).

O geógrafo Manuel Aires de Casal, em livro editado em 1817, também tratou dessa área futuramente habitada pelos Geralistas:

... o rio Carinhanha, que é volumoso e navegável por grande espaço, tem princípio nas Chapadas de Santa Maria, perto de Goiás; sua corrente é rápida; suas águas cristalinas conservam-se por grande espaço sem se confundirem com as do São Francisco depois de ter entrada nele (CASAL: 1945, p. 385 – grifos nossos).

Em 1818, os naturalistas alemães, Spix e Martius (1981, p. 105-107, 111-113), passando pela mesma Estrada Real dentro do PARNA-GSV.2 (sentido GO/MG/BA), acrescentaram detalhes eloquentes ao falar de uma das características típicas do Sertão-Gerais na Bacia da Carinhanha:

A mangabeira [...] aparece daqui em diante, cada vez em maior número, nas regiões quentes e secas do sertão, e é cultivada, não raro, [...] junto com a goiabeira e o ananás. Contém suco leitoso, pegadiço, rico, de resina, que, endurecida, talvez pudesse ser utilizada como a goma elástica comum. Com os frutos, costuma a gente do lugar preparar um refresco agradável e

¹²¹ Sítio do Meio é na verdade o atual córrego Riacho do Meio, principal afluente do rio Itaguari; é assim denominado porque fica entre o Itaguari e a Carinhanha; sua cabeceira fica um pouco abaixo dos lugares habitados pelos Geralistas sujeitos dessa pesquisa.

nutritivo, que, entretanto, tomado, em demasia, daria colorido à pele e à esclerótica.

Mais tarde, em 1879, depois de se entrevistar com a população da cidade de Carinhanha-BA e detalhar a importância da lavoura de algodão e açúcar no vale do rio de mesmo nome, Sampaio (2002, p. 144-145, 142, 192), um dos engenheiros encarregados de estudar a navegabilidade do São Francisco, assim se pronunciou sobre o rio e seus moradores ribeirinhos:

O rio Carinhanha cujas águas escuras passavam junto de nós oprimidas contra a barranca pelas do São Francisco, vermelhas ou barrentas, que com elas se misturavam lentamente. O rio Carinhanha, que assinala o limite entre a Bahia e Minas, com 89 metros de largura na boca, [...] não é navegável senão em curta extensão, sendo o seu leito muito irregular e encachoeirado [...]. Do Sr. Antônio Alves como do reverendo vigário de quem recebi as maiores atenções, tinha colhido grande número de informações sobre a região ao poente da Carinhanha, em direção a Goiás, e fiquei assim habilitado a bem ajuizar do que ia trilhar como parte integrante que era do grande vale. [...]. Nestes sertões o homem pobre nunca é suficientemente pobre que precise viver do salário. O mundo aqui é largo demais para que se faça sentir a pressão das necessidades. A Natureza pródiga não deixa haver a verdadeira pobreza que force a trabalhar e que obrigue e mantenha a disciplina pela necessidade de viver. Não há aqui tampouco estímulo para capitalizar. Vive-se bem, vive-se ao natural, sem cuidados pelo futuro porque a pobreza aqui não aterra a ninguém (grifos nossos).

Entre agosto/setembro de 1925, a Coluna Prestes, após marchar de Anápolis-GO para o norte do mesmo estado, atravessou a Serra Geral rumo à Trijunção. Adentrou-a pelo distrito de Serra Bonita¹²², hoje município de Buritis-MG. Ao descrever os moradores daquela comunidade tradicional no divisor de águas Urucuia/Paraná, qualificou-os, pejorativamente, como pobres negros papudos, miseráveis e degenerados, “*segregados da Civilização*”, sem noção de sua personalidade e liberdade (LIMA: 1945, p. 180, 182).

O escrivão oficial da “Revolta” e dos “Revoltosos” – assim os Geralistas se referem à passagem da Coluna Prestes – foi enfático em corroborar a ideia de “espaço sem gente” durante sua travessia dentro do PARNA-GSV.2:

... galgamos a Serra do Paraná e entramos em Minas, percorrendo os belos chapadões entre os rios Preto¹²³, Urucuia, Claro, Pardo, Pandeiros, Peruaçu, Carinhanha e São Francisco [...]; esses chapadões têm ali a denominação de Gerais [...]. A Serra do Paraná mede cerca de mil metros de altura, seguindo-se-lhes os ‘Gerais’, que vão declinando até as margens do São Francisco [...]. Depois de atravessarmos o Carinhanha, percorremos um TRECHO DESERTO da Bahia e entramos novamente em Goiás ... [em

¹²² Sua denominação era São João do Pinduca nessa época (1925), depois Joanópolis, e por fim, Serra Bonita. Nesse trecho de marcha, os Revoltosos da Coluna Prestes tinham como destino ir à cidade de São Romão-MG, na barra do rio Urucuia, mas retornaram. No retorno, atravessaram o rio Carinhanha dentro do PARNA-GSV e, reentrando-se em Goiás, seguiram para o atual estado do Tocantins.

¹²³ Esse Rio Preto pode ser o que margeia a cidade de Unaf-MG e deságua na Bacia do rio Paracatu, o que é mais provável, ou o que fica dentro do PARNA-GSV.1, na margem direita da Carinhanha.

direção ao município de São Domingos-GO] (LIMA: op. cit., p. 158, 180 – grifos nossos).

Na Literatura Histórica, Braz (1977, p. 51) destaca que a partir de 1690 “*a poderosa família Cardoso [de Almeida que, segundo ele,] trouxe a ordem, a civilização, a riqueza e dias de esplendor para esta parte [margem esquerda] do Vale do São Francisco*”. Mello (1999, p. 50), ao reproduzir um termo de demarcação de limites entre Paracatu e Goiás/Trijunção feito em 1800, dá ênfase às “*Povações da Chapada de Santa Maria*” do rio Paranã – aí se localizava um Registro Fiscal do Erário Português (v. Capítulo I) – como pertencentes ao Norte de Minas (Januária e São Romão). Gonzaga (1910, p. 92-95), também ao tratar dessa mesma fronteira paracatuense no início da Era do Carrancismo, refere-se aos seus lugares como “*isolados, infestados de assassinatos e malfeitores*”. Botelho e Anastasia (2012, p. 30-34, 60, 105) dá destaque aos “*Motins do São Francisco*”, de 1736, com epicentro em São Romão (na barra do Urucuia) e desdobramentos no “Território Carinhanha”.

Junto a esse enfoque genérico, Braz (op. cit., p. 44, 48, 55) descreve a bravura dos Caiapós, primitivos habitantes da Bacia da Carinhanha no século XVIII, na resistência contra os colonos Cardoso, Cerqueira e outros. Na mesma linha, o padre Souza (1993, p. 31-41, 65, 74) especifica a presença de negros e indígenas caiapós na mesma bacia, em área hoje ocupada pelo PARNA-GSV.2. Duas lendas muito comuns ao Folclore dos Geralistas – a *Onça Borges* e o *Caboclo d’Água* – são narradas na década de 1930, por Oliveira (2015, p. 31-50, 63).

Mais especificamente, Martins (1997) e Braz¹²⁴ (2006) dão detalhes rocambolescos sobre o bandoleiro Antônio Dó e a perseguição policial contra ele, inclusive relatando suas fugas cinematográficas por dentro do PARNA-GSV (Fig. 26), além do cruel assassinato, em 1914, do latifundiário João Antônio Soares, motivada por disputas de terra entre seus herdeiros bastardos. Ele era dono de quase todo o PARNA-GSV.1, área entre os córregos Rio Preto e Mato Grande.

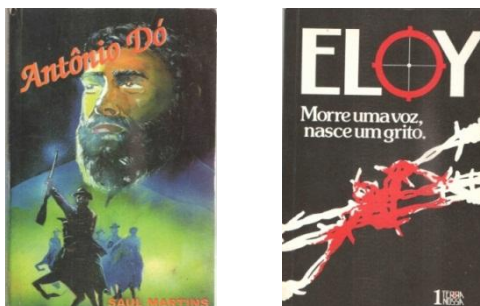
Esses autores também relatam o Massacre da Polícia Mineira contra a comunidade tradicional de Vargem Bonita e suas incursões contra Serra das Araras atrás de Antônio Dó. Amado (1985) retrata os conflitos fundiários entre posseiros e grileiros (dentre eles, as empresas eucaliptocultoras e Antônio Luciano Pereira Filho) na luta pela terra a partir da Fazenda Menino (Fig.27), com repercussões ampliadas para os atuais

¹²⁴ Esclarecemos que a obra desse autor é um romance histórico (Literatura de Ficção), mas redigido com base em ampla documentação de arquivo. Petrônio Braz é filho do historiador Brasileiro Braz.

municípios de Arinos, Chapada Gaúcha e Formoso, no entre-décadas 1970/1980, que culminaram com o brutal assassinato do sindicalista Eloy Ferreira da Silva.

Por fim, Durães (1996, p. 131 – grifo nosso) explica que “*em 1913, [Cândido José Lopes – 1849/1913, coronel-latifundiário do então distrito de Buritis-MG], ficou extremamente doente. Tentando livrar-se da enfermidade, viajou a cavalo para São Romão [MG]; de lá pegou um dos vapores com destino a Pirapora [porto fluvial, entreposto e ponto de partida da ferrovia que ligava o Sertão-Gerais, desde 1911, a Belo Horizonte/Litoral] a fim de se tratar de sua saúde precária. Castigado pela doença, ali faleceu. Seu corpo foi sepultado no pequeno Povoado de Lassance-MG [hoje município]. Encontrava-se com ele, na ocasião, a sua esposa, MARIA BITA...*”. Com a morte do marido-coronel, Dona Maria Bitá fixou, em definitivo, sua residência no Núcleo Comunitário Porto da Cobra (PARNA-GSV.2), onde há muitos anos já controlava esse lucrativo e movimentado porto do rio Carinhanha, intermediando as Conexões TVP-TC-TVU-TPP por onde transitavam tropas, boiadas e carros-de-boi no agitado ir-e-vir entre Januária e Região da Trijunção (MENDES: 2003, p. 30-33).

Fig.21/22 – Dialética Intertextual entre Representâncias Hegemônicas: EFA-1 e EFA-2 X EFC.
Antônio Dó, capa do livro lançado com 1ª edição em 1967 (E).
Capa do livro sobre *Eloy*, sindicalista assassinado na véspera do fim da Ditadura Militar (E)



Fonte: Martins (1997) e Amado (1985).

2.3.2: Representação Historiadora “Grupo Vão do Paranã”

Nesta cadeia intertextual se sobressai a Literatura Histórica. Melo (2005) fez acurado estudo de ecolinguística cigana na comunidade tradicional *Calon de Mambaí*. Carneiro (2007) realizou pesquisa pioneira na qual apresenta Sítio da Abadia-GO como polo cultural da Trijunção. Nesta obra – assim também o fez Vieira (2015) – ele trabalha o conceito de *entroncamento/entrosamento* como base formadora desse município que resultou da mistura entre baianos, goianos e mineiros (*Baiangoneiros?*). Sousa (2008) é outro autor que mostra o povoamento de Mambaí com argumentos similares.

A Fazenda Taboca, que na Era do Carrancismo pertenceu ao Seu José Bandeira, trineto de Firmiano J. de Almeida, está hoje parcialmente dentro do PARNA-GSV.2. Frota (2013, p. 28, 46, 44, 47), imigrante januarense que viveu em Sítio da Abadia no entre-décadas 1940/50, assim a descreve:

Na Fazenda Taboca [...] tinha inúmeros meiros... Na Fazenda, eu pescava no rio Taboca. À noite, esperava capivara e pacas [...]. Nas colheitas de feijão e arroz, acompanhava tudo de perto, como também, a Farinhada. Para o fabrico, eu descascava, ralava, prensava [...] e torrava. A Farinhada era de fato uma grande festa. Homens, mulheres e crianças se postavam em cantorias, trabalhando e tocando berimbau, animando toda aquela gente simples, cheia de vida, honesta e feliz. [...]. Ao voltar meus pensamentos para o rio Taboca, com água corrente e limpa, desaguando no rio Piratinga, e esse, por sua vez, no rio Urucuia [...], ainda vejo as pessoas da Região, na Época da Mangaba, do buriti (fruto), do pequi, da castanha, do araçá, do cajuzinho, do araticum, entre outros, e fazendo deliciosos doces, óleos e outras iguarias, me bate a saudade... E a saudade continua com o luar e o brilho das estrelas. [...]. Cavalgava todos os dias [...]; enfrentava o vento frio em meu rosto e o silêncio das estradas carreiras que recortavam o Cerrado. [...]. Nas viagens a cavalo, sempre passava na cidade de Formoso, divisa de Goiás, Minas e Bahia. [...]. Em Sítio da Abadia testemunhei silêncios, lágrimas, angústias e decepções. Ali eu vivi, sorri e sofri muito. [Nessa cidade] havia muitas festas, terra de grandes nomes como o Coronel Joaquim Gomes de Ornelas...

A dita fazenda estava localizada ao lado do Núcleo Comunitário Veredeiro Cabeceira da Taboca. Como se observa, era um importante polo empregador dos Geralistas aí residentes, pois nela atuavam como vaqueiros, agricultores ou agregados em geral. Esse é um dos raros relatos em que aparecem as conexões econômico-culturais dos Geralistas (embora sem mencioná-los nominalmente) dentro do PARNA-GSV.2 no “*Tempo de Mangabar*” (citado no Capítulo I).

2.3.3: Representação Historiadora “*Grupo Bela Lorena*”

Com enfoques sobre pesquisas histórico-genealógicas, as abordagens dessa microcadeia intertextual buscam reconstruir mitos de origem da Fazenda Bela Lorena situada entre as nascentes do rio Carinhonha¹²⁵ (veja Fig. 4 no Capítulo 1) no Entorno do PARNA-GSV.1. Seus autores celebram a autoafirmação política de uma ilustre e culta família tradicional urucuiana procedente do Norte de Minas. Confira no texto que segue:

Antônia Maria da Purificação CARNEIRO MENDES casou-se com José Borges Carneiro, um seu parente de Januária [MG], cuja ascendência não se tem registro. Algum tempo depois, Maria da Purificação Carneiro Mendes, casou-se com o irmão de José Borges – JOAQUIM. Silvério [MENDES TEIXEIRA – pai de Antônia e Maria], a princípio, relutou em conceder sua filha em casamento, alegando que [esse] rapaz ainda não tinha se ‘acreditado’, isto é, NÃO ERA RICO, coisa muito importante naquela época em que os casamentos eram vinculados a situação econômica. ZÉ

¹²⁵ Um desses mitos de origem é relatado no Item 4.3.1 do Capítulo IV.

BORGES interferiu, alegando que jamais se separaria de seu irmão. Se ele [Joaquim] não se casasse [com Maria], voltaria para Januária. E nesse caso José também voltaria. Para não se separar da filha, Silvério anuiu [concordou]. E logo que Joaquim se casou, os dois casais resolveram fundar um povoado exclusivo para a Família [BORGES CARNEIRO]. Escolheram um local próximo à cabeceira do rio CARINHANHA e ali fundaram um povoado a que deram o nome de BELA LORENA (CARNEIRO: 2003, p. 134-135).

Carneiro (op. cit., p. 136 – grifo nosso) também esclarece um detalhe importante sobre parte da Genealogia Geralista: “*João Mendes [de Queiróz], mais conhecido por JOÃO PEBA, morava em Bela Lorena [na beira da vizinha Vereda Traçadal], com uma de suas filhas apelidada por ‘Branca’ [Thertulina Mendes de Queiróz]. Uma outra filha [Maria Mendes de Queiróz] era casada com FIRMINO [José Barbosa] DA MURIÇOCA*”. O mesmo autor informa que João Peba também era neto de Silvério Mendes, portanto, primo dos filhos dos irmãos Borges Carneiro, que assumiram o controle de parte das terras nas Nascentes da Carinhanha.

2.3.4: Representação Historiadora “Grupo ‘Cânone Roseano’”

*Cânone Roseano*¹²⁶ se refere ao conjunto de ações e conexões metalinguísticas mediadas por práticas discursivas que têm em comum propagarem o *corpus* literário do escritor mineiro Guimarães Rosa (1908-1967) a partir da Bacia do Urucuia. Tal bacia é vista como espaço regional contínuo cuja geografia imaginada abrange (por subsunção) também o Alto Médio Carinhanha, parte da Trijunção e alhures. Ao posicionar a obra roseana como referência teórica ou fonte de inspiração/legitimação “científica”, histórico-literária ou político-institucional, o *Corpus* converte-a em paradigma hegemônico de explicação/interpretação da realidade local sem que o imaginário sertanejo-geralista esteja presente no contexto. Assim, estimula novas identidades legitimadoras que projetam visões de mundo homogêneas ou genéricas sem considerar as particularidades/descontinuidades da formação histórica e geográfica da Trijunção como espaço de fronteiras não reconhecidas como unidade sociocultural pelo Estado.

Esse Cânone se expressa tanto pela Literatura de Ficção do próprio Guimarães Rosa e autores locais como Valadares (1982; 1990 *pari passu*) quanto na maioria da Literatura Acadêmica e Documentos Institucionais. Não se questiona nesse *Corpus* a identidade do Geralista como Sujeito Sertanejo. Ele o é; mas a ausência, no *Discurso Roseano*, de abordagens sobre a condição idiossincrática de Ser Geralista. Nelas, ao

¹²⁶ Cânone: termo que normalmente se caracteriza como um conjunto de regras ou modelos sobre um determinado assunto. A *canonização* é a sistematização deste conjunto de modelos. Fonte: Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2none>, acesso em 15/7/17.

contrário de vê-lo como protagonista de uma identidade preexistente ao PARNA-GSV e à obra roseana, referenda-se, subliminarmente, sua anonimidade enquanto grupo social num ambiente de múltiplas fronteiras culturais e políticas. O pertencer ao Sertão-Gerais enquanto Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha não aparece nesse Cânone. Como veremos mais adiante (v. Capítulo III), os Geralistas não se assumem como urucuianos.

Em “*Grande Sertão: Veredas*” – romance editado em 1956 e cujo título passou a nomear, em 1989, não só a unidade de conservação situada no Alto Carinhanha, mas todo o seu Entorno (Trijunção) – o autor confirma seu status de principal agente enunciador desse discurso em que Carinhanha é o rio geralista/periférico e Urucuia é o rio chapadeiro e preferido:

Olhe: o rio Carinhanha é preto [...]. Passado o Porto da Onça¹²⁷, tem um fazendol. Ficamos lá umas semanas, se descansou. Carecia. Porque a gente vinha no caminhar a pé, para não acabar os cavalos, mazelados. [...]. Se caçava, cada um esquecia o que queria, de decomer não faltava, pescar peixe nas veredas... O senhor vá lá, verá [...]. No rio Carinhanha, rio quase preto, muito imponente, comprido e povooso [...]. Pra por lá do Suçuarão, já em tantos terrenos da Bahia, um dos dois judas possuía sua maior fazenda, com os muitos gados, lavouras, e lá morava sua família dele, legítima, de raça – mulher e filhos. [...]. ... seguimos. Dali, antes, a gente tinha passado o Alto Carinhanha – lá é que o Rei-Diabo pinta a cara de preto. Onde chegamos na aproximação do lugar que se cobiçava [...] A terra dele (de Hermógenes), não se tinha noção qual era; mas redito que possuía gados e fazendas, para lá do Alto Carinhanha, [...] nos Gerais da Bahia (ROSA: 1988, p. 19, 275, 26-27, 454).

O Urucuia vem dos montões oestes. [...]. O Gerais corre em volta. Esses Gerais são sem tamanho.[...]. Viemos pelo Urucuia. Meu rio de amor é o Urucuia. O chapadão – onde tanto boi berra. Daí, [seguem] os GERAIS... O meu Urucuia vem, claro, entre escuros. [...]. O Urucuia é um rio, o rio das montanhas [...]. O Urucuia não é o meio do Mundo? (id. Ib., p. 1, 59, 271, 383, 428).

Rosa (op. cit., p. 9, 11, 18, 70, 143-144, 282, 428, 439) também se refere a personagens e lugares reais entre os rios aqui mencionados. Destaca o já citado Antônio Dó enfaticamente, imortalizando sua bravura e seus vínculos com Serra das Araras e Vargem Bonita. Também cita Morrinhos e Barra da Vaca, ambos em Arinos-MG.

Na Literatura Acadêmica, Jacinto (1998, p. 113), em pesquisa clássica feita nos anos 1990 antes da remoção dos moradores do PARNA-GSV.1, transcreve a fala de um deles – Seu Ercílio, então residente na Santa Rita – sobre a fundação da cidade de Chapada Gáucha entre 1976/77: “*Na Vila [dos Gaúchos] só tinha Carrascos¹²⁸, não*

¹²⁷ Na grafia original estava Porto das Onças, mas aqui optamos pelo uso no singular porque essa é a forma corrente no vocabulário dos Geralistas. Da década de 1930 em diante, o Porto da Onça tomou o lugar do Porto da Cobra como principal ponto de passagem no rio Carinhanha nas Conexões TVP-TC-TVU-TPP: caminho entre Goiás e Januária que passava dentro do PARNA-GSV.2.

¹²⁸ Carrasco: denominação local para zona de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga.

tinha ninguém lá não...; era um carrascão, não tinha água; tinha ninguém...; só o carrascão lá, bruto”. Essa fala deve ser (re)lida junto com a da ecóloga Lourdes M. Ferreira, coordenadora do *Programa GSV*¹²⁹ na implantação da gestão ambiental do PARNA-GSV.1 entre 1990/1997. Sobre esses moradores, ela declarou:

[...] em relação aos posseiros que o Parque [Nacional Grande Sertão Veredas] ... é basicamente ocupado por posseiros... Eu consegui formar uma equipe de três pessoas para trabalhar com a comunidade. E foi aí que a gente fez nossa primeira grande adaptação na nossa estratégia... que tinha muita gente morando dentro do Parque [...]. Com a gente o entendimento era o seguinte: essas são as pessoas que vão ser mais diretamente atingidas – não atingidas no sentido de vítimas, eu não considero que há vítimas quando se cria um parque – mas no sentido em que elas seriam as primeiras pessoas que teriam que entender o processo de criação do Parque, de proteção da Natureza, que elas teriam que sair dali, e era melhor, seria melhor que elas sássem compreendendo o que era [...]. Por isso, então, focalizamos a conscientização nas pessoas de dentro do Parque e no Entorno muito próximo quando a proposta original era no Entorno [...] (id. Ib., p. 120).

Embora pareçam falas conflitantes, uma invocando um suposto “espaço sem gente” onde o Gaúcho fixou seu marco colonizador (EFA-1); e outra esvaziando um “espaço com gente” para convertê-lo em área protegida (EFA-2), ambas se fundem como oximoro para traduzir o Cerrado-Gerais enquanto espacialização binária: de um lado o Cerrado (Fig.28) ante o conflito Agricultura (PADSA) X Natureza (PARNA-GSV.1 – v. Fig-29); e de outro, os Geralistas (EFA-3 – v. Fig-30) deslocados com a desterritorialização provocada por EFA-1 e EFA-2. Jacinto (id. ib.) informa que sua pesquisa buscou “*aproximá-la dos mundos descritos por [Guimarães] Rosa [...]*”, isto é, “*gentes de veredas isoladas no meio do sertão*” para daí “*desconstruir o vazio social*” numa região de fronteira.

Fig.23/24/25 – Disputa de Representâncias na Dialética Intertextual sobre PARNA-GSV e SVP: EFA-1 X EFA-2 e EFC. Capas de livros que apresentam uma amostragem dos discursos sobre Trijunção e PARNA-GSV



Fontes: PMCG (2012), FUNATURA (2012), FUNATURA/IPHAN (2006).

¹²⁹ Programa GSV: sigla do programa de gestão ambiental executado pela FUNATURA com o fim de promover a implantação da unidade de conservação de mesmo nome (PARNA-GSV). Um dos resultados desse programa foi a remoção definitiva de cerca de 90 famílias, depois reassentadas no que hoje é o P.A Gentio-São Francisco, em Formoso-MG.

Correia (2002) buscou analisar organização fundiária e territorialidade sob a perspectiva de ver o PARNA-GSV.1 como território humano. Os moradores da U.C são percebidos como emigrados de Vargem Bonita (distrito de Januária), produzindo para o autoconsumo e vivendo isolados. Souza (2006) tratou de investigar “*o conhecimento que as populações tradicionais detêm a respeito dos recursos naturais, sua relação com eles e, especificamente, a relação dessas comunidades com o PARNA-GSV*”. Andriolli (2011) partiu da perspectiva de se entender a transformação no uso do território, acompanhando sua conversão de Gerais em “Sertão do Ibama” (EFA-2) e traçando a etnografia de um vaqueiro remanescente como morador do PARNA-GSV.1.

Em outra vertente, Medeiros (2011) tratou de compreender “*mudanças de tempo e espaço percebidas por pessoas*” que antes viviam no PARNA-GSV.1 para daí observar o que mudou na transição entre o “*Tempo do Parque*” (quando viviam dentro dele) e o “*Tempo Hoje*” (como residentes no P.A Gentio-São Francisco). Nessa mudança de tempo-espaço, o Gerais vira Sertão. Martins (2011) centrou sua pesquisa em compreender o encontro entre agricultura moderna (PADSA) e conservação ambiental (área original da U.C) tendo como objeto de estudo as “*tramas da desterritorialização no Complexo Veredeiro*” do PARNA-GSV.1.

Há um outro conjunto de pesquisas que não trata diretamente do PARNA-GSV, mas do seu Entorno: são os trabalhos de Cerqueira (2010), Silva (2014), Meyer (2015), Oliveira (2015) e Oliveira (2016), ambos já referenciados nessa dissertação. Nessas pesquisas, respectivamente, são abordados “*modos de comer e conversar*” na comunidade tradicional Vão dos Buracos; a recepção da leitura de textos roseanos na Bacia do Urucuia; o binômio “*culturalização X ambientalização*” no território cultural Arinos-Chapada; o Sistema Agroextrativista de comunidades tradicionais no Parque Estadual Serra das Araras sob a perspectiva do interstício SNUC X Agronegócio; e “*as mudanças no modo de vida tradicional na comunidade Buraquinhos*”.

Além dessa Literatura Acadêmica, destacamos entre os Documentos Institucionais, o Plano de Manejo do PARNA-GSV.1. Marco regulatório do entendimento do Estado sobre os territórios tradicionais (NCV's) dos Geralistas, dele extraímos o trecho seguinte, que menciona a criação do “*Espaço Cultural Pedro Boca*”:

*Porto da Muriçoca*¹³⁰: *único local do Parque definido como Zona Histórico-cultural; inicia-se na barra da Vereda Firmiano no rio Carinhanha, desce por este ao Porto [da antiga fazenda] Muriçoca [que era de Firmino José*

¹³⁰A Fazenda Muriçoca, propriedade do meu avô paterno – Vovô Firmino, que morreu em 1970 – nunca foi um porto regional/comercial (ao contrário da Cobra e da Onça). O dito “Porto Muriçoca” era na verdade apenas passagem intercomunitária para uso doméstico dos moradores das duas margens da Carinhanha.

Barbosa, genro de João Peba, filho de Rafael Mendes], *daí à direita pela vargem até o limite com o cerrado e trilha, daí à direita pelo limite da [dita] vereda e cerrado até a Vereda do Firmiano, segue vereda abaixo até sua barra no Carinhanha* (MMA-IBAMA/FUNATURA: 2003, p.182 – grifo nosso).

Esse texto é bastante emblemático para compreender o *Discurso Ambientalista* sobre as Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha. Publicado imediatamente após o reassentamento das famílias do PARNA-GSV.1 no P.A Gentio-São Francisco, o documento ignora toda a historicidade local, fazeres e saberes tradicionais, dessas comunidades tradicionais, para impor uma visão preservacionista de espacialidade a-histórica.

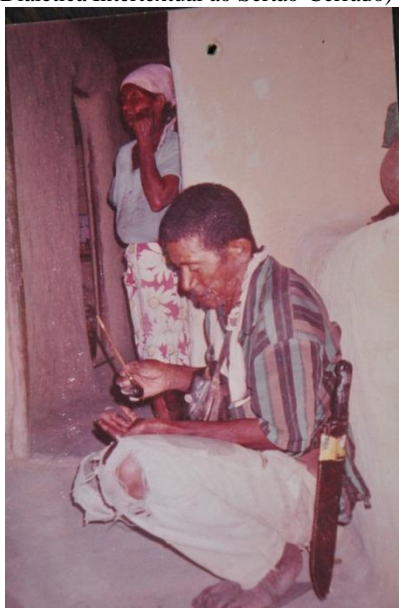
Ao invés de documentar a preexistência dos lugares (sedes de fazendas, cemitérios, grupos escolares, veredas principais que eram destinadas às roças...) e a contribuição deles e seus moradores para a conservação da sociobiodiversidade do Gerais, o Plano¹³¹ busca suprimi-la contruindo uma narrativa homogênea e atemporal como prolongamento da ocupação dos afluentes do São Francisco (BERTRAN: 1999) sem recontextualizá-la com a apropriação cultural da terra por meio da posse em organização social de base comunitária.

As taperas, agora subsumidas como parte da “paisagem natural” do PARNA-GSV, não são apenas ruínas do rico patrimônio cultural dos Geralistas. O silenciamento dessa memória num texto oficial é a metáfora cruel do descuido do Estado em não ter demarcado no Plano de Manejo outras tantas zonas histórico-culturais, além do *Porto Muriçoca*.

Seu Pedro Boca era marido de Dona Chica (cfe. Entrevista 3.2.3-c no Capítulo III e Fig.35) e é recorrentemente citado nesse Plano de Manejo quase que como epônimo do PARNA-GSV (op. cit., p. 57, 46, 182, 217, 219, 264-265). Foi “eleito” pelo *Cânone Roseano* como sujeito sertanejo típico (Fig.31), uma suposta amostragem viva (para não dizer estereotipada) daqueles “representados” em obras de Guimarães Rosa (MENDES: 2003, p. 535-536).

¹³¹Esse Plano não trata do PARNA-GSV.2 (área de ampliação criada em 2004); no documento aparece como zona de amortecimento; e os moradores do PARNA-GSV.1 foram removidos entre 2002/03 antes da publicação do Plano.

Fig.26 – Seu Pedro Boca vira metáfora do GCR na disputa de representações: EFA-2 e EFC X EFA-1 (contraponto da Dialética Intertextual ao Sertão-Cerrado)



Fonte: Dona Chica de Seu Pedro Boca (uma das entrevistadas). Data: S/d.

2.3.5: Lutas de Representações: *Habitus* Urucuiano X Outros Olhares

De acordo com Panofsky, o *Habitus* “*define o hábito mental [como] conjunto de esquemas inconscientes, de princípios interiorizados que dão a sua unidade às maneiras de pensar de uma época, qualquer que seja o objeto pensado*”. E esse “*conjunto de visão de mundo reúne simultaneamente as funções que são as da utensilagem mental*” (In: CHARTIER: 2002, p. 38-39, 47). A tessitura dessa utensilagem é ideologicamente urdida nas práticas discursivas que se tornam dominantes em determinado contexto histórico.

O *Habitus Urucuiano* sobre o PARNA-GSV e seu Entorno é resultado do diálogo interdiscursivo (com a obra de Guimarães Rosa) forjado nas lutas de representações desde a campanha¹³² por sua criação no entre-décadas 1970/1980, momento da chegada e consolidação da Modernização Conservadora do Cerrado na Trijunção. A construção de argumentos que estatuíram uma identidade legitimadora pela criação dessa unidade de conservação e pela remoção de quem morava dentro dela é o que caracteriza-o como modelo de interpretação predominante sobre Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha.

Seus enfoques não buscaram mencioná-las nominalmente (nomeia seus membros apenas como Sertanejos). Também não referencia o status identitário que é peculiar a elas: o Ser Geralista, que não é chapadeiro urucuiano. Esse *habitus* resulta da fusão de

¹³² Essa campanha procurou “colar” as Nascentes da Carinhanha à obra de Guimarães Rosa (MENDES: op. cit., p. 107-117).

duas macrocadeias intertextuais: GSF e GCR. Nele, a Bacia do São Francisco é o ponto de ebulição das visões de mundo daí projetadas e introjetadas sobre a Carinhanha/Trijunção a partir do Urucuia como seu epicentro.

Said (2007, p. 11-51), em estudo sobre como o discurso imperialista europeu forjou a invenção de um *Oriente ocidentalizado*, mostrou que a representação dele, o Orientalismo, é mais que um repertório linguístico que projeta visões de mundo: essas visões estereotipadas influenciam a criação de preconceitos e de geografias imaginadas que demarcam, artificialmente, lugares de fala (e quem fala) e pontos de enunciação que definem posições-de-sujeito (protagonista ou marginalizado – como o fazem com os Geralistas) no espaço e no tempo, moldando o tipo de identidade adaptada à ideologia dominante. Tal representação ignora/exclui, da prática discursiva, a relação dialética Cultura-Território locais como parâmetro na construção de topogramas (“imagens-textos do ou sobre lugares”).

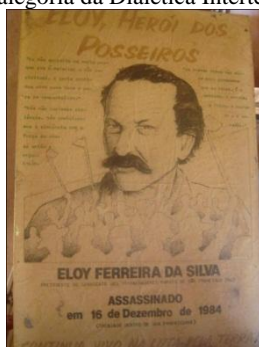
Da mesma forma, o “Território Carinhanha” – é aí que “*o Rei-Diabo pinta a cara de preto*” – foi *urucuianizado*, sobretudo a partir da criação do PARNA-GSV, perdendo, nas práticas discursivas recentes, a condição de espaço com vida própria cujas territorialidades têm fortes vínculos identitários com a Trijunção devido às antigas Conexões Geraizeiras TVP-TC-TVU-TPP no entre-caminhos de Goiás para Januária nas travessias dos portos da Cobra e da Onça (v. Apêndices E-4 e E-5).

Na topogramática presente nas quatro cadeias intertextuais apresentadas (GSF, GVP, GBL e GCR), a Carinhanha é um marcador vivo cujo “mundo largo”, água diferente e “natureza pródiga” com suas mangabeiras, não a qualifica como topograma inscritor de uma identidade local específica. Já o Urucuia, ao contrário, não só é um marcador histórico que identifica uma região, como é um topograma transcritor de representações por meio da obra de Guimarães Rosa. A própria obra desse autor, ao converter-se em título do PARNA-GSV, tornou-se, também, um topograma descritor da geografia imaginada no “entre Fronteiras” da Trijunção.

As fazendas Taboca e Bela Lorena são marcadores históricos a partir dos quais pode-se construir novas formas de representação da identidade dos Geralistas desde que elas sejam vistas como topogramas subscritores da relação entre essas comunidades tradicionais do PARNA-GSV e outros grupos sociais (fazendeiros) com os quais interagem. Tanto parte da sua origem quanto essas interações podem ser compreendidas no contexto das relações de trabalho.

Da mesma forma, os portos Onça e Muriçoca assim como as vilas Serra das Araras e Vargem Bonita são topogramas proscritores de um tempo que deixou de existir com o Sertão-Brasília, mas sobre o qual repousa lacunas de dados (se percebidos como marcadores fabricados) nas conexões dos Geralistas com Januária e Goiás. Vimos que Eloy (Fig.32), Maria Bita e Antônio Dó, embora sejam marcadores históricos importantes na formação da identidade da Trijunção, não estão vinculados, nos discursos do *Habitus* Urucuiano, ao “Território Carinhonha”.

Fig.27 – Seu Eloy, Metáfora da Luta pela Terra na Disputa de Representações (TPP/TVU): EFC X EFA-1 (símbolo ou alegoria da Dialética Intertextual sobre Sertão-Brasília?)



Fonte: Disponível em <http://www.cedefes.org.br/eloy-ferreira-da-silva-ha-33-anos-sao-francisco-perdia-um-grande-lider/> - acesso: 28/1/18.

A invisibilidade dos Geralistas do PARNA-GSV nas práticas discursivas que articulam representações sobre o “Território Carinhonha” enquanto espaço fronteiro, vivo e vivenciado por comunidades tradicionais, é uma evidência facilmente demonstrável em qualquer revisão bibliográfica que assuma como tarefa heurística a rigorosa crítica das fontes. Tanto nos textos que aqui nos servem como objeto de análise quanto em outros, observar-se-á a ausência de fontes cuja intertextualidade busque entender o Sertão-Gerais sob a perspectiva de um Discurso Geralista que ainda está vivo e se mantém subjacente à *Retórica da Regionalidade Fraturada*, com seus relatos fragmentários sobre a Trijunção.

Chartier (op. cit., p. 133) nos instiga ao esforço analítico de...

Comprender as Séries de Discursos na sua descontinuidade, desmontar os Princípios de sua Regularidade [e] identificar as suas racionalidades particulares; [isso] supõe [...] ter em conta os condicionamentos e exigências que advêm das próprias formas nas quais SÃO DADOS A LER [...]. O estudo crítico e genealógico dos discursos em série pode, pois, apoiar-se no projeto que visa cruzar para cada texto ou conjunto de textos considerado, a história das variações da sua letra e das transformações da sua passagem a objeto impresso.

Ricoeur (op. cit., p. 222) acrescenta que “o discurso” da Representação Historiadora “deve ser construído em forma de obra; cada obra se insere num ambiente já

edificado”. Essa edificação – o Passado – deve ser alvo de releituras críticas (Geolexicopédia/Topogramática) que instrumentalizem novos olhares (Dialética Intertextual – leitura hermenêutica) para que haja “*outras tantas reconstruções às vezes ao preço de custosas demolições: construir, desconstruir, reconstruir são gestos familiares para o historiador*”. As Representações Mnemônicas dos Geralistas são o contraponto dialético-genealógico à topogramática do “*Habitus Urucuiano*” no processo de (re)interpretação sobre os Geralistas e suas comunidades tradicionais deslocadas para fora do PARNA-GSV.

A Prática Discursiva Geralista expressa por meio da memória coletiva – assunto dos capítulos III e IV – é a nossa proposta de análise. Ela nos traz novos olhares (além do binômio “GSF/GCR”) para *se dar a ler* os marcadores de identidade do Sertão-Gerais no “Território Carinhonha”. Retirar os antigos NCV’s do PARNA-GSV, sobretudo aqueles da margem esquerda desse rio, da anonimidade imposta pelo *Habitus Urucuiano* no contexto do Sertão-Brasília, visa, entre outros propósitos: “desmarginalizar” as Fronteiras da Trijunção e ressignificar as práticas, cultural e de espaço, do Sertão-Gerais, na visão dos próprios Geralistas. Eles e suas comunidades tradicionais são, sem dúvida, o Sujeito Histórico que têm cara, rosto, História e Cultura dentro do PARNA-GSV. É o que veremos agora.

CAPÍTULO III

MEMÓRIAS DE GERALISTAS *DO LADO DE CÁ DA CARINHANHA*¹³³

... É preciso ter tempo de ler isso [a história contada por ela] para exportar, né? Meninos de hoje não estão mais aprendendo as coisas de outrora. Eles aprendem agora é olhando para as mãos aqui [dirige os olhos para as duas mãos dela, juntas]. Como tenho ódio daquilo! É aquela porqueira ali [dirige o olhar para um celular próximo]! Dizem que dali sai mais é porqueira – assim vejo dizer porque eu não enxergo. Esses meninos não gostam de escutar idoso. Não! De jeito nenhum! Você pode morrer de chamar e ninguém escuta; estão aí fora [faz o sinal para um jovem com celular nas mãos].

(Dona Santa de Seu Albertão do Rodeio – Bairro Capuava, Formoso-MG, uma de nossas entrevistadas).

O Imaginário Social não é, pois, reflexo da realidade: é seu FRAGMENTO. Como um AMÁLGAMA, ele institui, histórica e culturalmente, o conjunto das interpretações, das EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS, vividas e construídas, COLETIVAMENTE.

(TEVES, in: FERREIRA e ORRICO: 2002, p. 65 – grifos nossos).

Fig.28 – **Casal originário do Porto Cajueiro** que viveu em movimento entre esse lugar e o atual PARNA-GSV. No centro o casal *Maria Antônia José Barbosa e Julião Gonçalves de Castro*; à esquerda suas filhas *Helena e Viana*; à direita os filhos *Regino e Cândido*. Foto tirada em Goiânia-GO e cedida por sua filha Dona Duca, única ainda viva dessa prole e que reside em Formoso-MG. Dona Maria, natural do Porto Cajueiro, é tia paterna de vários de nossos entrevistados, inclusive de Seu Valdão da Capuava, que nos deu essa cópia



Fonte: Dona Duca. Acervo pessoal. Data: 1952.

¹³³ A frase “do lado de cá da Carinhanha” é uma expressão recorrente entre os Geralistas para se referirem à margem esquerda desse rio onde agora se situa a Área de Ampliação do PARNA-GSV, lugar de fala dos nossos entrevistados. Também é comum a expressão “da Carinhanha” (no sentido cultural de pertencimento à bacia) e não “do Carinhanha” como referência apenas ao rio.

3.1 – CAMINHOS TRILHADOS NA CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS

3.1.1: Percursos Metodológicos

Essa é uma pesquisa qualitativa por amostragem (CASTRO: 2006, p. 107-158).
Por meio dela...

...é possível examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como o tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE: 2017, p. 30).

Nosso método de abordagem é o Materialismo Histórico com ênfase na base teórico-conceitual de Walter Benjamin. Adotamos História Oral e História Cultural (BOSI: 2003; RÜDIGER: 1999, p. 61-77) como procedimentos na coleta e análise dos dados (fontes primárias) porque ambas se complementam como metodologias de estudo sobre representações e memória coletiva (PESAVENTO: 2005, p. 39-41; BARROS: 2003, p. 145-172; e 2013). Com isso, enquanto uma vem nos propiciar a compreensão sobre representâncias da área de estudo, a outra se insere como “*uma prática de apreensão de narrativas feita [...] para recolher testemunhos [...] e facilitar o conhecimento do meio imediato*” em abordagens com enfoques sobre grupos, pois “*é no olhar plural, nas vozes dissonantes, que se justifica a realização de projetos que incluam entrevistas*” (MEIHY e HOLANDA: 2013, p. 18, 119; BERGSON, 1999).

A história oral de vida “*não consiste necessariamente em uma reconstituição biográfica integral*”, daí propomos nessa dissertação “*temas, períodos, vivências*” que combinassem “*diferentes aspectos dentro de um quadrante temporal*” entrelaçando-os com partes da trajetória do(a) biografado(a) que tivessem relação direta com os temas dessas pesquisa. Assim, e cada uma com seu foco, usamos simultaneamente tanto a história de vida quanto a história temática, pois com esta “*o pesquisador visa explorar questões orientadas por um tema*”, buscando “*informações mais precisas, mais localizadas e mais pontuais*” (SANTHIAGO e MAGALHÃES: 2015, p. 48-49). E essa pesquisa está centrada em temas cujos enfoques implicaram em recortes textuais para confrontá-los (compará-los, melhor dizendo) com outras fontes ou suportes documentais (DELGADO: 2010, p. 25), tendo como auxílio metodológico a história cultural (HUNT: 2001; KOSELLECK et. al., p. 2013).

Os estudos de história oral devem incluir os conceitos de Comunidade de Destino¹³⁴, Colônia e Rede como suas principais categorias-base, sobretudo no momento que precede a definição de grupo(s) de entrevistados. De acordo com Meihy e Holanda (2013, p. 51 e 53), “a memória coletiva é marcada pela afinidade repetida de vivência comunitária de alguns dramas”, pois “é na incidência dos problemas e na busca de soluções que se evidencia o efeito da experiência comunitária”.

Benjamin (1994, p. 210-211, 214, 198, 204-205) afirma que:

A memória é a mais épica de todas as faculdades. [...]. Mnemosyne, a Deusa da Reminiscência, era para os gregos a musa da poesia épica. [...]. A epopeia propriamente dita contém em si [...] a narrativa e o romance [...]. A Reminiscência funda a cadeia da tradição. ... a Rememoração, Musa do Romance, surge ao lado da Memória, Musa da Narrativa, depois que a desagregação da poesia épica apagou a unidade de sua origem comum na Reminiscência. [...]. A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos narradores anônimos. [...] O grande narrador tem sempre suas raízes no povo [...]. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte [pois] contar história sempre foi a arte de contá-las de novo e elas se perdem quando as histórias não são mais conservadas.

Uma comunidade de destino deve ser dividida em colônia(s) e esta/s por sua vez em redes, sendo que esses subgrupos de narradores visam “possibilitar o entendimento do todo pretendido” no processo de rememoração. Nessa dissertação, nossa comunidade de destino é composta por Geralistas com origens familiares no PARNA-GSV.2 e que por motivos diversos vêm sendo deslocados para outros territórios fora dessa unidade de conservação desde antes da implantação dela em 1989.

Nossa colônia de entrevistados(as) é formada por dezoito interlocutores que moraram ou ainda moram dentro do PARNA-GSV.2, têm laços de parentesco consanguíneo e ou por afinidade com a prole descendente da família-tronco iniciada pelo casal Rafael Mendes de Queiróz/Rita Rodrigues de Almeida (v. Q-9; Anexos 1.1/1.2). Essas pessoas foram subdivididas em duas redes interconectadas por relações dialógicas, parentais e afetivas, e de acordo com os locais de residência.

O primeiro grupo (v.Q-10) é composto por quem reside em assentamentos de reforma agrária e outras comunidades rurais (tradicionalistas ou não), todas situadas no Entorno/zona de amortecimento do PARNA-GSV. O segundo por residentes em cidades da Região da Trijunção e da RIDE-DF (v. Q.11). Essa subdivisão foi adotada para

¹³⁴ Esse conceito é descrito no final do Capítulo I dessa pesquisa com base em formulação de Bosi (1998, p. 38).

verificar possíveis diferenças de posições-de-sujeito ao serem interpeladas nos entre-lugares¹³⁵ dialéticos cidade-campo ou interior-capital.

Foram realizadas dezoito entrevistas, sendo um terço em zona urbana, e o restante em meio rural. Seguindo aqui a orientação metodológica de Bosi (1998), a opção em fazer a edição textual de todas as entrevistas e ao mesmo tempo transcrevê-las, justifica-se pela necessidade de preservar as narrativas dos Geralistas tanto na versão impressa quanto audiovisual (DVD¹³⁶) por tratar-se de uma área do PARNA-GSV que tem poucas fontes primárias de pesquisa. Essa reprodução, em sua totalidade, facilitará o aprofundamento dessa temática por outros pesquisadores. Com essas narrativas à espera de outras releituras, mostramos o quão prioritário deve ser o enfoque sobre comunidades tradicionais remanescentes de unidades de conservação de proteção integral cujos relatos, por seu ineditismo na preservação de identidades culturais e dos seus Bens Patrimoniais, são, do ponto de vista histórico-antropológico, algo valioso que instiga novos estudos científicos.

Q – 9: Seleção dos Entrevistados

Critérios Gerais	Critérios Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade com descendentes da família-tronco (expropriada/ex-proprietária de parte do PARNA-GSV – Área de Ampliação), iniciada pelo casal Rafael-Rita; • Grau de ascendência (no caso dos parentes consanguíneos entre si) vinculado ao Sr. João Mendes de Queiróz (<i>João Peba</i>), um dos seis filhos do casal-tronco Rafael-Rita; • O grau de afinidade parental foi o de estar associado com quaisquer dos integrantes dos dois grupos. • No mínimo a metade do total de entrevistados tem grau de parentesco consanguíneo entre si; • No mínimo a metade dos entrevistados integra o Grupo 1(um). • Tem faixa etária entre 50(cinquenta) e 100(cem) anos; • A maioria dos entrevistados não é alfabetizada; • O local de nascimento e ou vínculo domiciliar, afetivo/efetivo foi comprovado, diretamente, com (ou entre) as comunidades que viviam ou vive dentro do PARNA-GSV (preferencialmente na Área de Ampliação); 	<ul style="list-style-type: none"> • Para os Entrevistados do Grupo 1(um), obrigatoriamente, foram exigidos os critérios: <ul style="list-style-type: none"> - Ter domicílio rural em Formoso-MG, em Sítio da Abadia-GO e na divisa Cocos-BA/Chapada Gaúcha-MG. - Residir uma parte dentro do PARNA-GSV e outra parte em comunidades próximas à unidade de conservação: composta por aqueles/as que se deslocaram de lá, <i>preferencialmente</i> a partir da década de 1980 quando a mesma fora criada; - Ser pessoas que residissem nos PA's Capão do Mel e Gentio-São Francisco, e nas comunidades tradicionais São Joaquim, Cajueiro, Estiva e França; - Ter, se possível, duas pessoas residentes em cada localidade rural selecionada; <p>Obs.: A Comunidade Cajueiro é a única que ainda não foi removida do PARNA-GSV.2, e na comunidade Estiva (lado esquerdo do Rio Carinhanha) há apenas um morador.</p> • Para os Entrevistados do Grupo 2(dois), foram exigidos: <ul style="list-style-type: none"> - Que as pessoas, mesmo morando na RIDE-DF, inclusive em Brasília, mantivessem relações afetivas e efetivas com a maioria de seus parentes tanto neste quanto no outro grupo, e que residissem preferencialmente em localidades que abrigassem imigrantes deslocados da Trijunção a partir da época de criação do PARNA-GSV (1989); - Que fossem pessoas des(re)territorializadas de localidades do PARNA-GSV.2 entre as décadas de 1940-1950 (contexto da Construção de Brasília) e 1990-2000 (contexto em que foi estruturada a referida unidade de conservação); - Que metade dessas pessoas residisse em Formoso-MG e/ou em Sítio da Abadia-GO, municípios vizinhos (18 Km de distância) e com estreitas ligações afetivas e socioculturais.

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

¹³⁵ Conceito lançado no Brasil através do ensaio “*O Entre-Lugar do Discurso Latino Americano*” (1978), de Silviano Santiago. Relaciona-se diretamente com os **deslocamentos culturais** estudados em termos mais correntes como “zona de contato”, “transculturização”, “hibridismo”, “mestizaje” e “tradução cultural”, entre outros de diversas áreas dos estudos pós-coloniais, tomados bem mais correntes, sintomaticamente, ao partirem dos centros anglo-europeus de produção intelectual. **Disponível em:** http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=175, acesso em 23/4/16. Sobre o uso desse conceito consulte: HALL: 2006; BHABHA: 2007.

¹³⁶ Este DVD não integra essa pesquisa conforme já esclarecemos em nota anterior.

Q – 10: Localização e Breve Perfil Interparental (12 Interlocutores Rurais)

Grupos	Localização	Localidades	Nome dos(as) Entrevistados(as)
GRUPO 01: Entrevistados(as) que integram a Rede de Interlocutores Rurais do PARNA-GSV	Bacia do Rio CARINHANHA (Região Hidrográfica do São Francisco):	Comunidade Tradicional Cajueiro (Fronteira Interestadual Cocos-BA/Formoso-MG; dentro do PARNA-GSV).	<ul style="list-style-type: none"> • Seu Patrício (esposo de Arcanta que é trineta do Casal Rafael-Rita, irmã de Zé Neves e Tavinho, sobrinha de Nizão, João de Firmino, Duvige e Lô; prima de Valdivino da Capuava); • Seu Zé Cajueiro (irmão de Patrício, cunhado de Arcanta; viúvo de Valdeci que era bisneta do casal Rafael-Rita);
		Comunidade Tradicional Estiva (Fronteira Interestadual Cocos-BA/Chapada Gaúcha, dentro do PARNA-GSV).	<ul style="list-style-type: none"> • Seu Claudão do Velho Frime (cunhado de Dona Gertrudes e esposo de Dona Marinha, esta cunhada de Firmino, pai de Gertrudes)
	Bacia do Rio URUCUIA (Região Hidrográfica do São Francisco):	Comunidade Tradicional São Joaquim (Formoso-MG; defronte ao PARNA-GSV).	<ul style="list-style-type: none"> • Nizão de Firmino da Muriçoca (irmão de Lô, Duvige, Gertrudes e João de Firmino); • Felinho do São Joaquim (trineto do casal Rafael-Rita, primo de Lô, Duvige, João de Firmino, Tavinho e Zé Neves);
		P.A Capão do Mel (Formoso-MG defronte a Serra Geral).	<ul style="list-style-type: none"> • Seu Gino de Valtina de Seu Albertão do Rodeio (genro de Dona Santa; irmão de Marciano, também genro dela; é primo de Esteva, esposa de João de Firmino); • Seu Zé Neves de Atanásio (trineto do casal Rafael-Rita; irmão de Tavinho);
		P.A Gentio-São Francisco (Formoso-MG de frente ao PARNA-GSV).	<ul style="list-style-type: none"> • Seu Tavinho de Atanásio da Vereda Comprida (trineto do casal Rafael-Rita); • Seu Pedrinho de Sebastião da Estiva (sogro de Tavinho e de Léo, filho de Seu Gino);
	Bacia do Rio PARANÁ (Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia):	Comunidade Tradicional França (Sítio da Abadia-GO defronte ao Marco Trijunção BA-GO-MG).	<ul style="list-style-type: none"> • Seu Samu (primo e esposo de Dona Lô); • Dona Lô de Seu Samu (bisneta do casal Rafael-Rita; tia de Tavinho e Zé Neves); • Dona Chica de seu Pedro Boca (prima de Lô, Gertrudes, Duvige e João de Firmino);

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

Q – 11: Localização e Breve Perfil Interparental (6 Interlocutores Urbanos)

Grupos	Localização	Localidades	Nome dos(as) Entrevistados(as)
GRUPO 2: Entrevistados(as) que integram a Rede de Interlocutores Urbanos do PARNA-GSV	Cidades da RIDE-DF (Fronteira Sul da Região da Trijunção):	Brasília/DF	<ul style="list-style-type: none"> • Seu João de Dona Esteva (bisneto de Rafael-Rita); • Dona Valdivina de Marciano (filha de Dona Santa e viúva de Marciano, irmão de Seu Gino);
	REGIÃO DA TRIJUNÇÃO (Formoso-MG, Entorno do PARNA-GSV):	Formoso/MG	<ul style="list-style-type: none"> • Dona Santa de Seu Albertão do Rodeio (sogra de Seu Gino; mãe de Dona Valdivina; parente de Amância Francisca Correa de Brito, esposa de João Peba, nora de Rafael-Rita); • Dona Gertrudes (bisneta de Rafael-Rita). • Dona Aristina de Seu Albertão do Rodeio (filha de Dona Santa e viúva de Seu Marciano, este primo da esposa de Seu João de Firmino, e primo de Seu Valdivino); • Seu Valdão da Capuava (trineto de Rafael-Rita; filho de João de Firmino; sobrinho de Lô, Duvige, Gertrudes e Nizão; primo de Zé Neves e Tavinho).

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

De acordo com Benjamim, a arte de contar é vinculada diretamente a uma Comunidade de Experiência, que é cada vez mais rara devido ao fato de que “*são cada vez mais raras as pessoas que sabem contar devidamente. [...] A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. [...] O senso prático é uma das características de muitos narradores natos*” (1994, p.197-221).

Dito de outro modo, a narração dos fatos por meio do ato de rememorar depende da interação entre quem conta (o narrador) e quem escuta (ouvinte), e ambos precisam compartilhar desse momento. Daí ser a Comunidade de Experiência um elo vital em estudos de história oral. Para o mesmo autor, o narrador é sábio porque não dá explicações nem veicula informação. Sua sabedoria está em dar conselhos (GAGNEBIN: 1993; 2005; 2007; MACHADO: 2004).

Essa Comunidade de Experiência é aqui constituída pela conexão inter-parental entre os grupos¹³⁷ um e dois, que formam uma só unidade na diversidade visto que as pessoas inclusas nessa pesquisa compartilham relações (com e) na mesma família-tronco, partilham valores culturais comuns na sua origem (Identidade Geraizeira), são procedentes do mesmo espaço geográfico (PARNA-GSV.2), são ou já foram membros de comunidades tradicionais generalistas, e foram ou são influenciadas, direta ou indiretamente, pelos sucessivos processos de des(re)reterritorializações ocorridos desde 1960 e acelerados nos anos 1980/90.

Suas lembranças remetem a lugares, pessoas e acontecimentos contextualizados em temporalidades não lineares (RICOEUR: 1994; 1997), o que deu ao nosso estudo a possibilidade de compreender de modo multidimensional diferentes interpretações sobre identidade(s) no Sertão-Gerais da Trijunção. Essa não linearidade nos relatos generalistas propicia uma *nova historicidade* sobre o PARNA-GSV na medida em que incorpora o conceito benjaminiano de Cesura, como nos explica Gagnebin (2007, p. 105-106 – grifos nossos):

A ideia de INTERRUPÇÃO e o conceito de CESURA preenchem na reflexão historiográfica de Benjamin uma função dupla: criticam [...] uma relação histórica de causalidade determinista [...] e em segundo lugar A CESURA OPERA UMA RUPTURA NO DESENVOLVIMENTO FALSAMENTE ÉPICO DA NARRATIVA. A CESURA impõe uma advertência a esta pretensão de ABSOLUTO E DE INFINITO DE UM DISCURSO que funda sua competência no seu próprio desenvolvimento. [...] a CESURA [...] destrói a continuidade que se erige em TOTALIDADE HISTÓRICA UNIVERSAL e salva o SURGIMENTO DO SENTIDO na intensidade do presente.

Segundo Benjamin “o cronista que narra os acontecimentos” não deve fazer distinção “entre os grandes e os pequenos” porque “a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz” e “só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente...”. Como decorrência disso, a história não deve considerar perdido nenhum fato do passado. Não podemos buscar o passado “como ele de fato foi” porque o tempo não é vazio nem homogêneo. Por isso, devemos, no Materialismo Histórico, “escovar a

¹³⁷ Para BOSI (1998, p. 414), “o grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado”.

história a contrapelo”, ou seja, é preciso “*apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo*” para daí compreendermos as temporalidades como espaços “*saturados de agora*” (1994, p. 223-232). Aí reside a interrupção do determinismo histórico com sua falsa totalidade reducionista em cujos enfoques genéricos os Geralistas aparecem apenas como “sertanejos” ignorando, assim, características idiossincráticas de sua identidade no entre-fronteiras da Trijunção.

Como todo projeto de história oral, este foi executado em três fases interligadas conforme destaca Meihy e Ribeiro (2011, p. 103-106). A Pré-entrevista correspondeu ao período que reservamos aos encontros preparatórios com os possíveis entrevistados visando, entre outras formalidades, apresentar-lhes o projeto da pesquisa, agendar datas e locais de gravação, e construir uma “narrativa armada”, momento em que concedemos ao entrevistado (interlocutor) “*tempo para se preparar e assim promover uma visão mais organizada da história*” (MEIHY e HOLANDA, 2013, p. 56).

Cumprimos essa etapa na primeira quinzena de junho de 2016 quando visitamos todos os nossos entrevistados pré-inscritos, explicando-lhes todos os passos da pesquisa de campo, e deixando com eles cópias do questionário (cfe. Apêndice D) que nos serviria de roteiro para posterior gravação das narrativas. O intervalo mínimo entre esses encontros e a gravação foi de três meses.

Nesse interlúdio nos deparamos com imprevistos em virtude de problemas de saúde de alguns dos nossos entrevistados. Dona Duvige (Claudelina Mendes – bisneta de Rafael-Rita) ficou internada (entre 8/8 e 11/12/16) quando veio a óbito; Dona Servina Barbosa (irmã de Seu Patrício e Zé Cajueiro) já estava muito debilitada e veio a falecer dia 1º/6/17; e desistimos de entrevistar Dona Nativa Mendes (trineta de Rafael-Rita) também por já estar debilitada. Fizemos as devidas substituições sem que elas alterassem a orientação metodológica ou o resultado da pesquisa, pois adotamos os mesmos critérios já previstos no projeto.

Durante a segunda fase gravamos e filmamos (Apêndice B) as entrevistas conforme os procedimentos metodológicos ora descritos. Começamos na primeira quinzena de setembro de 2016. Retomamos e concluímos entre fevereiro e abril de 2017. Além das entrevistas, também produzimos durante a pesquisa de campo um vasto acervo fotográfico que somou 1.500 imagens com ênfase visual tanto nos entrevistados e em seu cotidiano (modo de vida) quanto em cenas/cenários antológicas da área de estudo. Parte dessa riquíssima iconografia foi incorporada à nossa pesquisa, seja por

meio das fotos que aqui publicamos, seja por meio de outras que inserimos no “DVD-Versão A” (cfe. Apêndice A).

Por fim, realizamos a pós-entrevista entre maio e outubro de 2017. Nessa etapa cumprimos dentre outras exigências, as de fazer a transcrição e textualização das narrativas orais, sucedendo-se com a conferência e análise dos dados coletados tendo como suporte documental outras fontes primárias (cfe. Anexos 1.1 a 1.12; Apêndices E.1 até E.10, p. ex.) e secundárias (bibliografia). Um dos resultados da pesquisa de campo foi a produção/edição de um DVD. Como contrapartida dessa metodologia, reproduzimos uma tiragem de 45 (quarenta e cinco) cópias do vídeo-documentário. A maioria delas, nas duas versões, foi doada para todos os entrevistados.

Ao longo da gravação das entrevistas foram adotados estímulos exteriores porque eles “*são de real importância para o processo de reordenação e releitura de vestígios, trazendo para o presente motivações e sentimentos que outrora mobilizaram indivíduos, grupos e partidos*” (DELGADO: 2010, p. 69). Um desses estímulos foram as lembranças sobre a chegada do PARNA-GSV.1 como marco histórico divisor de temporalidades na (des/re)construção do imaginário coletivo das comunidades tradicionais deslocadas das áreas que foram incorporadas à unidade de conservação. Como afirma Agostinho (1999, p. 322, 326), o Passado é evocado e presentificado por meio da linguagem, pois...

... ainda que narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígios.

Nessa pesquisa utilizamos o Método de Marcação de Identidade – MMI (v. Q – 12) proposto por Henrique (UNB: 2004, p. 9-41; IICT/ICP: 1997). Com base nele, foi utilizado um pré-roteiro(s) de entrevista para gravação/filmagem no qual fizemos opção por Entrevistas Qualitativas¹³⁸ Semiestruturadas¹³⁹. Esse questionário-guia preliminar

¹³⁸ Segundo Goode e Hatt (1975, p. 239), “... há um movimento a favor das entrevistas qualitativas através do uso do roteiro de entrevistas, que exige certos itens de informação sobre cada informante, mas permite ao entrevistador reformular a questão para adequá-la à compreensão do momento. Isso permite ao entrevistador expressar a questão de tal maneira que o informante pode entendê-la mais facilmente. Quando a ocasião exigir, o entrevistador pode descer mais profundamente. Isso permite uma informação mais adequada para cada questão. Além disso, o desenvolvimento da análise de conteúdo e o código qualitativo permitem uma padronização das respostas não de tipo ‘sim-não’. Assim, uma das objeções básicas às entrevistas qualitativas foi parcialmente removidas. Por outro lado, este método exige um nível mais elevado de qualidade para entrevistar. Quanto maior quantidade de liberdade de ação permitida ao entrevistador, mais necessário é um alto nível de competência”. O uso desse modelo de entrevista nessa pesquisa justifica-se porque a maioria de nossos/as entrevistados/as é de idosos (com lapsos de verbalização) e de pessoas não alfabetizadas, motivo que nos levou a repetir as questões várias vezes e adaptá-las a cada entrevistado(a), entre outros imprevistos.

¹³⁹ Na primeira parte utilizamos o modelo de Entrevista Estruturada com questões iguais para todos os entrevistados, porém, adaptadas para cada um deles. Na segunda, usamos a Entrevista Focalizada que, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 180), é aquela onde “há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar, e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que

(cfe. Apêndice D) foi adaptado às particularidades de cada entrevistado/a e foi subdividido em duas partes: “*Trajetória de Vida*” onde constaram questões sobre perfil do(a) entrevistado(a), visando a busca de dados para construirmos minibiografias focadas em itens como ancestralidade, relações parentais com os outros entrevistados e com as antigas comunidades do PARNA-GSV.2; II – “*Marcadores Simbólicos da Identidade Geraizeira*” onde incluímos quesitos direcionados, especificamente, à temática dessa pesquisa, i.e, representações e memórias do Sertão-Gerais.

Q – 12: Metodologia de Marcadores de Identidade (MMI)

1-Indexadores de Marcas-Rastros/MR (uso em abreviaturas)	2-Descritores de M-R (definições de uso)
Marcadores Vivos (“MV”)	São aqueles encontrados na Natureza sobre os quais o homem não exerce controle, mas que se inscrevem no sistema de representação e classificação que historicizam a identidade ao construir os diferentes processos de socialização/apropriação do espaço (exemplos: cursos d’água, vegetação, acidentes do relevo, paisagens em geral).
Marcadores “Fabricados” (“MF”)	Correspondem ao conjunto de espaços constantemente habitados/frequentados (casas, igrejas, praça, cidade, fazendas, comunidades rurais...) ou percorridos/trilhados (estradas, entroncamento de caminhos que se entrecruzam e cruzam fronteiras entre pessoas e comunidades) que delimitam lugares e fixam limites imaginários, tudo com o fim de organizar coletivamente a cartografia existencial que define os pontos da rede de circulação interna e externa, sendo cada um desses pontos um “monumento” referencial de descanso ou de viagem.
Marcadores Históricos (“MH”)	São constituídos de “marcas” temporais que articulam os outros marcos identitários entre si, construindo a historicidade do grupo social; são “arquivos” não escritos que “monumentalizam” o grau de importância de lugares e pessoas na história da comunidade, e que permanecem circulando na memória coletiva (exemplos: lembranças sobre mitos fundadores do território, a família ou a pessoa que primeiro fixou-se em determinado lugar, a localidade que é marca da primeira ocupação, etc).
Marcadores Sagrados ou Religiosos (“MS”)	São caracterizados por intensa carga simbólica mi(s)tificadora e hierarquizante que ritualiza/atualiza o processo de identificação cosmológica homem/religiosidade, céu/terra, história/tradição (exemplos: festas religiosas, cemitérios/campo santo, lugares, plantas ou objetos sagrados/sacralizados, liturgias cerimoniais, complexos iniciáticos, etc).
Marcadores Musicais (“MM”)	Servem para internalizar, coletivamente, as diversas sonoridades produzidas e compartilhadas entre membros do grupo social (exemplos: som de carro de boi e de trotes de animais, sons da floresta, danças, músicas, poesia...) que juntas articulam linguagens mitopoéticas catalisadoras da espiritualidade e da estética que revivifica e coloca em movimento o mundo do simbólico.

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

As Pesquisas Bibliográfica e Documental buscaram aprofundar investigações em fontes secundárias, cartórios e arquivos particulares, especialmente o acervo que já tínhamos em decorrência de estudos anteriores sobre a Região da Trijunção. Utilizamos também *Caderno(s) da Pesquisa de Campo* para coleta de informações adicionais (**v.g:** Histórico das localidades onde residem os entrevistados/as; “*entrevista anotada*” ou informal com abordagem exploratória com parentes dos entrevistados para colher mais dados que esclarecessem o conteúdo das entrevistas gravadas, impressões sinestésicas variadas sobre o objeto de estudo...

quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal”. Mais informações sobre entrevista semiestruturada, **consulte:** <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>, acesso em 9/6/16.

Reproduzimos o conteúdo editado das dezoito entrevistas neste capítulo e parte dele no DVD¹⁴⁰, que totalizou cerca de quinze horas de gravação. Cada entrevistado assinou um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* permitindo a publicação de suas falas, imagens e documentos essenciais ao conteúdo de seus relatos. Como o formulário do termo (cfe. Apêndice C) previa o anonimato dos interlocutores, a banca examinadora e a orientadora, tacitamente, optaram por não identificá-los nessa dissertação, resguardando-os tanto na reprodução das narrativas editadas¹⁴¹ quanto na análise delas (v. Capítulo IV). A não identificação nominal é garantida por meio do uso de codificação alfanumérica (v. Apêndice A).

Ressaltamos que no caso daqueles entrevistados não alfabetizados, um parente próximo (filho, neto...) subscreveu o termo corresponsabilizando-se pela autorização de uso posterior dessas narrativas, em texto e imagem para fins de divulgação científica, e em respeito à legislação vigente no Brasil. A seguir, listamos os Narradores Geralistas (membro das CTNC)¹⁴², todos com laços de parentesco nas quatro Famílias Pioneiras do PARNA-GSV.2: Mendes, “Bito” (Brito), Barbosa e Rodrigues:

3.1.2: Narradores e Narrativas em Textos e em Vídeo

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.1.a – Nasceu em 1948 na zona rural de Carinhanha-BA, área que agora pertence a Cocos-BA. Ex-vaqueiro. É agricultor. É uma referência na comunidade Cajueiro como líder comunitário natural dos moradores junto ao ICMBio dentro do PARNA-GSV.2 onde ele e sua esposa vivem desde crianças.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.1.b – Nasceu em 1942 na zona rural de Cocos-BA, antes município de Carinhanha-BA. É agricultor e aposentado. Viúvo, sua esposa era trineta dos Mendes-Almeida. Os pais dele vieram da Comunidade Tradicional Porto Cajueiro¹⁴³, antiga passagem de tropeiros e cavaleiros do Oeste da Bahia para Januária-MG antes de Brasília. Também mora no PARNA-GSV.2 desde a infância.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.1.c – Nasceu em 1931, na zona rural de Januária-MG. Foi agricultor e mora na Comunidade da Estiva (que existe nos dois lados

¹⁴⁰ O DVD não foi entregue na versão final dessa dissertação por decisão da orientadora após aprovação da banca examinadora.

¹⁴¹ Tanto o perfil quanto o conteúdo das narrativas editadas foram submetidos a procedimento de reedição feito pela orientadora.

¹⁴² Em cada perfil biográfico optamos por sermos fiéis à municipalidade de origem do nascimento de cada entrevistado (dentro do PARNA-GSV) embora muitos deles pela proximidade com Formoso-MG (onde mantêm relações econômicas, familiares e afetivas), tenham sido registrados no cartório desse município; a maioria deles nunca teve essa mesma relação com as cidades baianas de Carinhanha e Cocos devido à longa distância. Optamos também por apresentá-los de acordo com a localização de suas moradias atuais (esse dado aparece junto com o conteúdo de cada entrevista) e conforme os apelidos pelos quais são comumente conhecidos onde vivem. As relações de parentesco entre eles foram coletadas em fichas de identificação preenchidas antes da gravação das entrevistas.

¹⁴³ Esclarecemos que Porto Cajueiro é uma comunidade localizada nas duas margens do rio Carinhanha, antiga divisa Cocos-Januária; de lá vieram dezenas de pessoas que fundaram, em Formoso-MG, o bairro Santa Luzia ou Cerrado Quente, na década de 1990; já a comunidade Cajueiro fica dentro do PARNA-GSV.2.

do rio Carinhanha; mas ele mora sozinho com a esposa na margem esquerda dentro da unidade de conservação). É aposentado e casado com uma famosa rezadeira do PARNA-GSV. O pai foi negociante no PARNA-GSV.2 antes de 1950; fazia intercâmbio comercial entre o extrativismo praticado pelas comunidades tradicionais dessa unidade de conservação e Januária. O avô era padrinho de diversas pessoas na comunidade, inclusive de entrevistados nesta pesquisa.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.2.a – Nasceu em 1962, zona rural de Cocos-BA. Já foi agricultor. Hoje é comerciante no entroncamento onde a estrada vicinal Formoso/MG – Chapada Gaúcha/MG bifurca-se e dela sai uma ramificação que dá acesso ao PARNA-GSV.2. É sobrinho e irmão dos entrevistados nesta pesquisa.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.2.b – Nasceu em 1960 na zona rural de São Romão-MG, área que hoje pertence a Formoso-MG. É agricultor e comerciante: possui um botequim na estrada que dá acesso à Área de Ampliação do PARNA-GSV. É trineto (por linha materna) do casal Rafael-Rita. O pai descende de famílias que antes viviam dentro do PARNA-GSV.2, mas que no começo do século XX se fixaram na Comunidade São Joaquim.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.2.c – Nasceu em 1951 na zona rural de Carinhanha-BA, área que passou a pertencer ao município de Cocos-BA. É agricultor em assentamento de reforma agrária e trineto do patriarca Rafael Mendes. Sua esposa é nativa da comunidade Porto Cajueiro. É líder comunitário e já presidiu a associação do assentamento onde mora. Tem terras no PARNA-GSV.1, mas nunca foi indenizado.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.2.d – Nasceu em 1932 na zona rural de Carinhanha-BA, hoje território de Cocos-BA. É aposentado e agricultor em assentamento de reforma agrária.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.2.e – Nasceu em 1944 na zona rural de Januária-MG. É aposentado. Também é assentado. É uma das referências históricas da comunidade Estiva. Foi um dos rezadores mais famosos do PARNA-GSV.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.2.f – Nasceu em 1960 na zona rural de Carinhanha-BA, hoje Cocos-BA. É agricultor assentado.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.3.a – Nasceu em 1938, zona rural de Januária-MG. Ex-vaqueiro. É aposentado e ainda tem terras dentro do Parque. Sua esposa é bisneta de Rita e Rafael Mendes. Ele é sobrinho de afamado curador (raizeiro) do PARNA-GSV cuja memória foi evocada na maioria das entrevistas.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.3.b – Nasceu em 1939, zona rural de Carinhanha-BA, hoje Cocos-BA. Foi trabalhadora rural. É aposentada e irmã de três de nossos entrevistados. Seu avô era um dos filhos da família Rafael Mendes e D. Rita. Ela e o marido têm terras no PARNA-GSV.1. Foi por longas décadas vaqueiro do clã Carneiro.

Interlocutor(a) Rural da Entrevista 3.2.3.c – Nasceu em 1930, zona rural de Januária-MG. Foi trabalhadora rural. É aposentada e viúva.

Interlocutor(a) Urbano da Entrevista 3.3.1.a – Nasceu em 1928, zona rural de Carinhanha-BA, hoje Cocos-BA. Ex-vaqueiro. É aposentado.

Interlocutor(a) Urbano da Entrevista 3.3.1.b – Nasceu em 1950, zona rural de Carinhanha-BA, hoje Cocos-BA. Foi trabalhadora rural. É aposentada e viúva; Filha da família Brito – também conhecida como “*Bito*” ou “*Bita*”).

Interlocutor(a) Urbano da Entrevista 3.3.2.a – Nasceu em 1951 na zona rural de Carinhanha-BA, hoje na área de Cocos-BA. É chacareiro.

Interlocutor(a) Urbano da Entrevista 3.3.2.b – Nasceu em 1942 na zona rural de Carinhanha-BA, hoje Cocos-BA. Foi trabalhadora rural. É aposentada e viúva.

Interlocutor(a) Urbano da Entrevista 3.3.2.c – Nasceu em 1952, zona rural de Carinhanha-BA, hoje Cocos-BA. Foi professora rural. Lecionou na escola da Vereda Rodeio dentro do PARNA-GSV.2 nos anos 1970. É aposentada.

Interlocutor(a) Urbano da Entrevista 3.3.2.d – Nasceu em 1921 na zona rural de Carinhanha-BA, hoje Cocos-BA. Foi trabalhadora rural e aposentada. Faleceu em 2016, cinco semanas depois de nos conceder entrevista. Era sobrinha-neta da família Brito, que no início do século XX comprou parte da Fazenda Cobra, do clã Rafael Mendes de Queiróz e Rita Rodrigues de Almeida.

Nessa pesquisa adotamos (com as devidas adaptações) os mesmos procedimentos técnicos para registro/edição/transcrição de dados audiovisuais, utilizados por Saraiva (2006, p. 56):

As entrevistas foram editadas obedecendo às normas gramaticais da Língua Portuguesa. Essa opção privilegia as diferenças entre elas apenas no conteúdo de cada relato, e não no português falado pelos entrevistados. Ainda que tenham sido feitas correções gramaticais, foram mantidos modos de falar próprios daqueles moradores e o sentido de cada relato.

O vídeo-documentário (Fig. 29) com as entrevistas gravadas/filmadas foi dividido e editado em duas versões. O DVD-Individual (ou *Versão A*) é composto

apenas pela entrevista de cada um dos nossos narradores, precedido de dados institucionais de apresentação da pesquisa. Nessa versão eliminamos somente ruídos ou intervalos sonoros. Foi mantida a íntegra das narrativas e na medida em que se desenvolve a narração inserimos uma média de cinco a dez fotos cujas imagens remetem ao cotidiano do modo de vida dos entrevistados. Essas imagens foram selecionadas a partir de um acervo iconográfico diversificado composto por cerca de 1.500 fotografias tiradas ao longo da pesquisa de campo. A *Versão A* é a fonte de onde transcrevemos o conteúdo oral reproduzido nesse capítulo.

Fig.29 – Início de gravação da primeira entrevista.
Foi com Seu João de Dona Esteva (na foto, o autor dessa pesquisa)



Fonte: Firmino F. Dias e Xiko Mendes. Data: Set. 2016.

Já o DVD-Compacto (ou *Versão B*) é constituído de trechos selecionados das dezoito entrevistas e também antecedido dos mesmos dados da pesquisa. Aqui optamos por editar partes antológicas das falas nas quais os narradores deram ênfase às temáticas problematizadas por meio do questionário (cfe. Apêndice D) que servira de base para as gravações. Nessa versão (como se fosse uma 19ª entrevista), incluímos no final do vídeo, como Homenagem Especial ao Sertão-Gerais da Trijunção, os melhores trechos da entrevista gravada com Vovó Canuta (v. Fig.30). Trata-se de uma geralista centenária, que não têm parentesco conhecido com o tronco Mendes-Almeida, mas sempre teve relações afetivas e de compadrio com os nossos entrevistados.

Fig.30 – Momento Mágico da Pesquisa de Campo:
Vovó Canuta (25/9/1908 – 23/9/2017) com o autor dessa pesquisa



Fonte: Firmino F. Dias e Xiko Mendes. Data: Set. 2016.

Marcelina Barbosa dos Santos – por alcunha Dona Canuta – nasceu em setembro de 1908, filha do casal Joaquim Barbosa e Leônida Josefa Barbosa. Ela nasceu e se criou entre as Comunidades Vão da Larga e Ribeirão dos Bois (este é afluente do rio Carinhanha, do “lado de Minas”, hoje zona rural-fronteira Januária/Chapada Gaúcha), mas passou a maior parte da vida morando “do lado da Bahia”, na Vereda Pilão dentro do PARNA-GSV.² Passava o resto dos seus fecundos e longevos dias no bairro Capuava, em Formoso-MG onde vivia na casa de sua neta, Rosa de Vitória. Vozinha Canuta faleceu em 2017 aos 109 anos.

Decidimos incluir Dona Canuta no DVD – Versão B em decorrência de que a maioria dos entrevistados citava-a como fonte privilegiada para se documentar a história das CTNC's dentro do PARNA-GSV. Sua emocionante narrativa sobre a passagem da Coluna Prestes ou *Recoluta*¹⁴⁴ no PARNA-GSV entre agosto e setembro de 1925 é, seguramente, um registro épico impactante e raro que evoca a rica historicidade dos territórios tradicionais nessa unidade de conservação. Essa memória coletiva (da qual ela é porta-voz) cuja oralidade demarca espaços e temporalidades à margem da história oficial dos municípios da Trijunção, é um dos mais fortes elementos de resistência cultural que se percebe na compreensão dessa identidade fronteiriça forjada entre as vazantes da Carinhanha (v. Fig.31).

¹⁴⁴ No PARNA-GSV, 1925 é um marco temporal da Memória Coletiva Geralista, pois a maioria, segundo Bertran (1999, p. 37), se refere a essa data como “o ano da Revolta ou *Recoluta*” e dos Revoltosos – como assim nomeiam a Coluna Prestes e quem dela participou no período 1924-1927.

Fig.31 – Momento Mágico da Pesquisa de Campo: o autor dessa pesquisa fazendo a travessia da Carinhanha na comunidade Estiva para dentro do PARNA-GSV.2



Fonte: Firmino F. Dias e Xiko Mendes. Data: Set. 2016.

Como contrapartida social, pré-requisito teórico-metodológico da História Oral, o DVD (nas duas versões) foi doado a cada um dos entrevistados, inclusive para a família de Vovó Canuta. Foi reproduzida uma tiragem de 45 (quarenta e cinco) cópias do vídeo-documentário (somadas as duas versões).

Também a Iconografia Geralista foi importante ferramenta metodológica na complementação de dados dessa pesquisa. Do acervo de fotos, tanto as cedidas pelos próprios entrevistados quanto aquelas que tiramos no percurso da pesquisa de campo ou já tínhamos em nosso arquivo, selecionamos breve amostragem desse rico repertório visual aqui utilizado. Essas imagens nos deram a real dimensão simbólica (e alegórica também) das representações por eles (re)construídas sobre a Unidade de Conservação na medida em que relacionamos as (re)lembanças deles aos lugares e às pessoas com os(as) quais partilha/ra/m a historicidade do Sertão-Gerais/Trijunção, materializando-a na interação entre paisagens e personagens da Carinhanha.

3.1.3: Categorização das Narrativas

De acordo com Trindade (2016, p. 8), remetendo-se a um conceito de Bardin, a categorização define-se como um conjunto de procedimentos classificatórios por meio do qual uma lista ou índice de elementos representativos se articula por diferenciação reagrupando-se, analogicamente, mediante uso de exigências antecipadamente determinadas na metodologia da pesquisa. Nesse conjunto, as categorias se apresentam como seus elementos que se organizam no grupo em função de sua caracterização taxonômica ou afinidade temática de tal forma que a categorização decorre do tipo de análise que se é adotada frente à coleta de dados.

Diante do vasto conjunto de textos, resultado da edição de dezoito entrevistas, é evidente que diferentes categorizações poderiam se desdobrar em diferentes categorias.

A memória coletiva se (re)constrói por meio da convergência interativa de memórias individuais. E na medida em que elas estabelecem *pontos de contatos* entre pessoas do mesmo grupo, cria-se uma *base comum* da rememoração conforme explica Halbwachs (2003, p. 30, 38-39, 41, 69, 95):

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Elas formam um sistema independente por serem lembranças de um mesmo grupo ligadas umas às outras, de alguma forma apoiadas umas sobre as outras, porque esse grupo se distingue claramente sobre os outros [...]. Os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstituir a lembrança que apagamos [...]. Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de CONTATOS entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma BASE COMUM [pois] só lembraremos se nos colocarmos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em uma ou muitas correntes do Pensamento Coletivo [...]. Contudo, se a Memória Coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo [...]. É preciso que minhas lembranças se renovem e se completem à medida que me sinto mais envolvido nesses grupos e participo mais estreitamente de sua memória.

A seleção das quatro *Categorias-Eixo* interpretadas nessa pesquisa tomou como ponto de partida essa *Base Comum*: em cada entrevista (narrativa) observou-se a identificação de elementos (*signos de marcação*) recorrentes na fala da maioria dos entrevistados e que aparecem como Eixos Representativos dos Marcadores de Identidade dos Geralistas (MMI). Os relatos são fecundos em trazer uma variedade de informações sobre o PARNA-GSV, daí ter sido necessário um rastreamento somente daquilo que melhor expressasse, nessa categorização, a amostragem das representações mnemônicas presentes no vocabulário da Topogramática Geralista.

Para Ricoeur (1997, p. 21, 58, 317), o afastamento do narrador em relação ao fato narrado provoca a intensificação da relembração tornando o seu relato fecundo na medida em que o ato de lembrar instaura uma “*unidade da corrente da vivência*”; e essa expectativa em reaproximar-se do passado, torna-o como parte viva do presente. Nesse sentido, “*a história [...] reinscreve o tempo da narrativa no tempo do universo*”. Essa reinscrição de temporalidade presentificada na fala de cada entrevistado foi percebida na categorização por meio do rastreamento dos pontos de contatos ou cruzamentos de pontos de vista sobre as questões que lhes apresentamos (cfe. Apêndice D).

Ao tratar desse rastreamento, o mesmo autor (op. cit., p. 201, 209, 320, 198 – grifos nossos), detalha-o:

...alguém passou por ali; o rastro convida a segui-lo, a voltar por meio dele, se possível, até o homem ou até o animal que passaram por ali. O rastro pode ser perdido; pode ele próprio perder-se; pode também apagar-se, pois o rastro é frágil e exige ser conservado intacto [...]. Ora, tudo isso é a história. Dizer que ela é um conhecimento por rastros é apelar, em último recurso, para a significância de um passado findo que, no entanto, permanece preservado em seus vestígios [...]. O rastro é, assim, um dos instrumentos mais enigmáticos pelos quais a narrativa histórica 'refigura' o tempo. [...] é no fenômeno do rastro que culmina o caráter imaginário dos CONECTORES que marcam a instauração do tempo histórico. [...]. Se o rastro é um fenômeno mais radical do que o do documento ou do arquivo, em compensação, é o processamento dos arquivos e dos documentos que faz do rastro um OPERADOR efetivo do tempo histórico [...]. É documento tudo o que pode informar um pesquisador cuja investigação é orientada por uma escolha razoável de questões.

Ricoeur (op. cit., p. 202) também esclarece que o rastro é a marcação no espaço e no tempo; ele “*combina, assim, uma relação de significância, melhor discernível na ideia de vestígio de uma passagem, e uma relação de causalidade incluída na coisidade da marca. O rastro é um efeito-signo. [...] o rastro marca no espaço a passagem do objeto da busca*”. O rastreamento das marcas histórico-culturais dos Geralistas e a categorização delas tornaram-se demonstráveis, objetivamente, ao constatarmos, na voz dos entrevistados, a repetição de dados evocatórios (“efeito-signo”) deles sobre pessoas, lugares, paisagens e outros elementos caracterizadores do seu Repertório de *Busca* pela Identidade do Sertão-Gerais entre as Nascentes da Carinhanha.

Os rastros (vestígios) deixados por moradores do PARNA-GSV se tornaram discerníveis na medida em que se materializaram (em textos e imagens) enquanto prática discursiva como conectores e operadores da historicidade das comunidades tradicionais residentes nos núcleos comunitários veredeiros aí localizados. Ricoeur (op. cit., p.325, 402, 424) ressalta – e isso vale no caso dos Geralistas – que o rastreamento da história das vítimas implica na busca pelas “Pegadas Esquecidas”, mas ainda não apagadas na memória coletiva de quem ali viveu e construiu sua identidade vinculada às territorialidades ali espacializadas. Essa vitimização dos Geralistas se traduz em trechos de entrevistas que tratam do impacto causado pela chegada do PARNA-GSV, des/re/territORIZANDO-os fora do contexto de vivências partilhadas por eles às margens da Carinhanha (v. Item 4.2.3 do Capítulo IV).

A Cosmografia (LITTLE: 2002, p. 1-32), nessa pesquisa, é o discurso da *Geolexicopédia do Saber Local*¹⁴⁵ sobre a identidade dos lugares e quem mora ou morou neles. Suas geolinguagens produzem representações locais que captam elementos diferenciadores sobre particularidades histórico-culturais de um povo ou comunidade tradicional nas suas conexões com o mundo social, natural e sobrenatural. Os traços singulares dessa identidade se tornam cada vez mais representativos tanto quando são confrontados com outros contextos identitários quanto diante da *espacialização líquida* (BAUMAN: 2014), globalizada, que comprime o espaço das localidades.

A Cosmografia busca a compreensão sobre regime de propriedade/direito consuetudinário¹⁴⁶, vínculo afetivo com a terra e o território, história de ocupação e uso social deles/as, e formas de defesa das territorialidades. A análise antropológica construída a partir dela deve ser feita tanto com abordagem histórica (é o caso dessa pesquisa) quanto pela abordagem etnográfica. Ela se contrapõe ao “*preservacionismo territorializante*” que dá ênfase à “*centralidade do controle total*” do Estado por meio da qual vastas extensões são convertidas em áreas protegidas sem, antes, considerar a população nativa desses lugares. Little (op. cit. , p. 18) ressalta ainda a necessidade de se priorizar a “*dimensão social dos territórios*” tradicionais na “*sustentabilidade ecológica*” tendo em vista que essas populações são “*pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas*”.

O Discurso Cosmográfico Geralista – DCG – um rico repertório de imagens em narrativas sobre as Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha, é uma forma de representação mnemônica (aqui entendida como o discurso de alguém sobre si mesmo em relação à suas alteridades), que se contrapõe às representações historiadoras (discurso de alguém sobre outro/alteridades) das quais tratamos no Capítulo II. Essa contraposição dialética é, assim, explicitada por Chartier (2002, p. 52):

A passagem de um Sistema de Representação a outro pode, desde logo, ser entendida simultaneamente como uma ruptura radical (nos Saberes, mas também nas próprias Estruturas do Pensamento), e como um processo feito de hesitações, de retrocessos, de bloqueios.

O contraponto interdiscursivo é uma *ruptura radical* em relação ao *Habitus* Urucuiano na medida em que os Geralistas deslocam seus olhares, silêncios e falas para o Sertão-Gerais da Carinhanha (e nem sequer mencionam a Bacia do Urucuia) no entre-

¹⁴⁵ Sobre Saber Local, consulte Geertz (2007).

¹⁴⁶ É o direito que surge dos costumes de uma certa sociedade, não passando por um processo formal de criação de leis, onde um poder legislativo cria leis. No Direito Consuetudinário, as leis não precisam necessariamente estar num papel ou serem sancionadas ou promulgadas. Os costumes transformam-se nas leis. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_consuetudin%C3%A1rio – acesso: 1/2/18.

fronteiras da Trijunção. Esse deslocamento operado na geolinguagem da topogramática nativa sobre o PARNA-GSV é aqui exposto através do *Painel*¹⁴⁷ de *Cores Locais* (PCL): uma visão panorâmica que corresponde, simultaneamente, ao conjunto de elementos ilustrativos (diálogo temático imagético-sinestésico) dos Marcadores de Identidade dos Geralistas. Agrupados, esses painéis servem para explicar as categorias de representação que interpretamos. Cardoso (2012), ao tratar do uso desse conceito, mostrou-o como indispensável no estudo da *Retórica Pictórica* analisada por ele como parâmetro interpretativo da *Poética da História* do Brasil no século XIX.

Cada PCL é uma microcadeia intertextual (MI) que inscreve um tipo de percepção (temática) das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha sobre os territórios tradicionais delas, que se tornaram espaço (sem lugares) do PARNA-GSV. Tais percepções criam categorias distintas sobre essa unidade de conservação, pois para cada matéria apresentada aos olhares dos Geralistas, eles projetam imagens (elementos) igualmente distintas na evocação de suas lembranças conforme já apontou Bergson (1999, p. 17, 30, 58, 80, 90 – grifos nossos):

Chamo de Matéria o conjunto das imagens, e de Percepção da Matéria, essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada... [...]. Não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. [...] estas lembranças deslocam nossas percepções reais [para] nos trazerem à memória antigas imagens. [...]. A Percepção [...] mede nossa ação possível sobre as coisas e, por isso, inversamente, a ação possível das coisas sobre nós. [...]. A lembrança pura [...] é a REPRESENTAÇÃO DE UM OBJETO AUSENTE. [...] Para evocar o Passado em forma de Imagem, é preciso abstrair-se da ação presente [...], é preciso QUERER SONHAR.

No processo de construção (edição) das narrativas e de busca de sua intertextualidade, foram identificadas quatro Categorias Estruturantes da Prática Discursiva dos Geralistas, e que revelam o grau de percepção deles sobre lugares, pessoas e outros objetos com os quais se relacionaram ou relacionam: Carinhanha-Gerais, Goiás-Januária, Sujeito Geralista e *Povo/Pessoal* do Parque. Juntas, essas categorias centralizam a articulação sintática agregadora de diferentes elementos para introjetar/projetar as representações mnemônicas sobre o PARNA-GSV. As duas primeiras dialogam entre si e remetem o discurso à identidade territorial. As últimas são

¹⁴⁷ Painel é palavra com três acepções: (1) trabalho artístico pintado sobre tela ou quadro; (2) uma ou mais de uma obra artística que recobre uma parede com fins decorativos ou estéticos; (3) tipo de apresentação de trabalho em pesquisa científica. Cor Local, em Literatura, é um conceito que se refere a obras cujos enfoques dão ênfase às características específicas de um lugar ou região, podendo ou não estar atrelado ao Regionalismo (época, tipos locais, dialetos, costumes, história, topografia...). Esse conceito foi enfaticamente defendido por Victor Hugo, escritor francês do século XIX. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cor_local - acesso: 23/1/18.

antagônicas e reinterpretam a identidade cultural tendo o Sertão-Gerais como lugar antropológico.

Chamamos de *Dialética da Geraisificação* do PARNA-GSV, o processo de (re)“*Leitura Hermenêutica*” que decifra/interpreta (compreende) a Sintaxe Identitária da *Geolixicopédia Geraizeira* presente nas falas aqui analisadas, mas também a sua alteridade: o discurso de outrem sobre o binômio dialético PARNA-GSV/Geralista. Conceito derivado da filosofia grega e bastante teorizado pelo Materialismo Histórico. Dialética é um procedimento dialógico que busca, na contraposição ou contradição de visões opostas, a construção de soluções lógicas para os questionamentos postos em debate. Nessa pesquisa, são contrapostas as Representações Historiadoras e Mnemônicas.

Entendemos, ainda, como *Dialética da Geraisificação* o conjunto dos seguintes procedimentos de interpretação das “Lutas de Representações” em circulação na esfera interdiscursiva/intertextual sobre a interseção PARNA-GSV/Fronteiras da Trijunção:

- Construção de uma Geolixicopédia escrita pelos Geralistas a partir das próprias narrativas deles obtidas com a rememoração tendo como lugar de fala as Nascentes da Carinhanha (Lugar Habitat de suas comunidades tradicionais).
- Sistematização de um Referencial Teórico-conceitual que faça a releitura crítica do *Habitus* Urucuiano e desloque, da Bacia do Urucuia (re)lida por meio da obra de Guimarães Rosa, para as Nascentes da Carinhanha e seu “Gerais” lidos pelos Geralistas, o lugar de enunciação das práticas discursivas sobre o PARNA-GSV no contexto identitário geraizeiro;
- Criação (e uso) de uma *Hermenêutica da Geraisificação* que consista na montagem de estratégias de argumentação dialético-mediadora da interdiscursividade/intertextualidade durante a etapa de interpretação das diferentes práticas discursivas sobre Sertão-Gerais no contexto das lutas de representações, inclusive a Geolixicopédia construída com a análise de narrativas dos próprios Geralistas. Nessa pesquisa isso ocorre, entre outras situações, por meio dos *painéis de cores locais* nos quais agrupamos trechos de falas que pertencem a interlocutores distintos para daí serem analisados dentro das quatro categorias mapeadas.

3.1.4: Municípios onde vivem os 18 Entrevistados

Sítio da Abadia-GO (v. Apêndice E.5): localizado na beira do rio Corrente goiano, Microrregião Vão do Paranã. Tem uma extensão de 1.598,3 Km² e uma população de 2,9 mil habitantes. Segundo Gomes (2008) e Vieira (2015), seu núcleo urbano originou-se dentro da Fazenda Barreiro, nos idos de 1820-1830. Em 1850 tornou-se município integrando a Comarca de São João das Duas Barras (Norte da Província de Goiás). Por meio século houve disputas políticas que resultaram na sua mudança de sede para vários povoados que ficavam dentro dele. Somente a partir de 1907, devido a intervenção do Coronel Joaquim Gomes de Ornelas (nascido em Formoso), que o município fixou-se no núcleo que lhe emprestou a denominação.

Sítio da Abadia e Formoso-MG são interligados por estrada de chão batido (apenas 18 Km de distância). A Comunidade do França fica no meio do itinerário às margens do córrego Itacarembó, tributário das nascentes do rio Corrente goiano. Essa comunidade originou-se da fazenda¹⁴⁸ que no século XX pertenceu ao Sr. Florípio Alves Santana, líder comunitário de Formoso-MG, mas também com vínculos familiares em Sítio da Abadia e Mambaí. Na década de 1980, a fazenda foi revendida e parcelada em inúmeros pequenos lotes, a maioria deles comprada por ex-moradores deslocados do PARNA-GSV. Um dos motivos que explica essa realocação é que nessa fazenda há uma planície arenosa com paisagens naturais de Gerais onde essas pessoas entenderam reproduzir seus modos de vida de forma similar ao que tinham dentro da unidade de conservação.

Formoso-MG (v. Apêndice E.6): localizado na beira do córrego de mesmo nome, em área entre os rios Carinhonha e Urucuia. Tem uma extensão de 3.685,7 Km² e uma população de 8,1 mil habitantes. Seu núcleo urbano originou-se dentro da Fazenda Formoso (MENDES: 2002), também nos idos de 1820-1830. Em 1870 tornou-se distrito, dentro do município e Comarca de Paracatu-MG (que na época abrangia o atual Noroeste de Minas e parte do Norte de Minas).

São Joaquim é uma das comunidades rurais mais antigas de Formoso e também fica na Zona de Amortecimento do PARNA-GSV. Surgiu em meados do século XIX (MENDES: 2002, p. 95). As famílias Chaves, Gonçalves e Pereira, que até hoje habitam seu perímetro, são famílias pioneiras do processo de ocupação. Seus moradores sempre

¹⁴⁸ A atual Comunidade do França se organizou majoritariamente na antiga fazenda de Florípio A. Santana (1904-1987), mas também abrange glebas que pertenceram aos Srs. Raimundo Canuto, Mário Magalhães de Moura – Nego de Doca (de Sítio da Abadia) e Joaquim Lopes Ornelas (Quinca de Jarbas, Formoso-MG) conforme entrevista informal (In: *Caderno da Pesquisa de Campo do Projeto Fronteiras da Trijunção: Representações e Memórias do Sertão-Gerais no PARNA-GSV*), anotada e concedida, em 1º/5/16, por Geraldo Messias Moreira de Sousa, 61 anos, filho adotivo de Florípio e sobrinho da esposa dele.

mantiveram e mantêm laços de parentesco, relações sociais, econômicas e culturais com as comunidades oriundas do PARNA-GSV. Parte dos moradores do Parque hoje vive no entorno do São Joaquim. Ela está localizada no caminho entre a cidade de Formoso e a Unidade de Conservação. Já a comunidade Cajueiro tem sua origem no início do século XX. Está situada dentro do PARNA-GSV.2 na vereda de mesmo nome, que é uma das nascentes do rio Carinhanha, no meio da fronteira BA-MG.

O P.A Capão do Mel foi criado em 1997 como o primeiro assentamento de Formoso. É habitado por mais de 70 famílias e fica perto da Comunidade França. É um Projeto de Assentamento criado para reterritorializar, indistintamente, parte das pessoas que nos anos 1970/1990 migrou para a zona urbana de municípios da Trijunção em decorrência do êxodo rural provocado pela implantação de diferentes políticas de modernização do Cerrado; e parte dessas pessoas é originária do PARNA-GSV (MENDES: 2002, p. 93-95).

O P.A Gentio-São Francisco fica ao lado da Comunidade Cajueiro. Foi instituído entre 1998 e 2002 (SOUZA: 2006, p. 64-69) e reúne cerca de 90 famílias majoritariamente deslocadas para fora da Área Original do PARNA-GSV (MARTINS: 2011, p. 213).

Brasília-DF (v. Apêndice E.9): capital do Brasil e polo metropolitano da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), localizada no Centro-oeste do país. Parte dos entrevistados reside em Planaltina (antigo município goiano com origens nos idos de 1780) e Itapuã, regiões administrativas do norte brasileiro. Desde antes da inauguração da nova capital, a Trijunção¹⁴⁹ já tinha fluxo de migrantes rumo ao atual DF.

Embora não pertencendo a Formoso, mas com vínculos familiares com este município, também entrevistamos um morador na vereda Estiva dentro do PARNA-GSV.2, margem esquerda da Carinhanha, zona rural de Cocos-BA¹⁵⁰ (v. Apêndice E.6). A Estiva era uma comunidade tradicional com moradores nas duas margens do rio. Hoje apenas Seu Claudão do Velho Firme mora *do lado de cá (Bahia)*; o restante reside na margem direita, em Chapada Gaúcha-MG.

¹⁴⁹As conexões comerciais, culturais e sociais do território que hoje constitui a RIDE-DF com a Região da Trijunção datam do século XVIII, pois a Estrada Real da Bahia, oficializada em 1736 por D. João V e que ligava Salvador-BA às minas de Goiás e Mato Grosso (BERTRAN: 1994; 1997; 1999), passava nos arraiais que deram origem a Planaltina-DF, Formoso-MG, Sítio da Abadia-GO, Flores de Goiás... O antigo caminho da Estrada Real foi substituído pela BR-020, em 1959, que cumpre o mesmo objetivo de interconectar essas cidades e seus habitantes. Consulte também: JACINTO (1979) ou ELEUTÉRIO e MENDES (2012).

¹⁵⁰Achamos desnecessário historiar, resumidamente, a história de Cocos e Chapada Gaúcha, mas é possível conhecê-los, consultando Souza: 1993 e PMCH: 2012. Há duas veredas Estiva, uma em cada margem da Carinhanha, um pouco abaixo do antigo Porto da Onça; as barras das duas estão próximas, o que deu origem a uma única comunidade.

3.2 – CADEIA INTERTEXTUAL *INTERLOCUTORES RURAIS DO PARNA-GSV*

3.2.1: Geralistas residentes na Bacia do rio Carinhanha

Entrevista 3.2.1.a

(Comunidade Cajueiro – Fronteira Cocos-BA/Formoso-MG, no PARNA-GSV.2 – TC).

Eu nasci em março de 1948. Nunca saí daqui do Gerais. Sou casado com Maria. Ela é de família antiga aqui da região. É filha dos Mendes dos Santos. Era tudo daqui mesmo da Carinhanha, Bahia. Ela morava na Vereda Comprida. É da família do Firmino, na Muriçoca.

Eu tenho nove filhos. Mas posso dizer que são dez porque tem um neto que nós criamos. Irmãos eu tenho oito. Nascemos todos aqui.

Meus pais vieram daqui mesmo da Carinhanha; daqui da Bahia; eram baianos. A [gente veio] para essa comunidade aqui [do Cajueiro], em 1956. Antes morávamos na Canabrava, outra comunidade aqui mesmo perto; lá onde morava Seu Herculano.

Eu e minha esposa somos parentes; mas assim longe, por causa dos Barbosas, [que são] da mesma família. Ser criança aqui [no Gerais] com idade acima de sete anos, o cara já estava trabalhando. Tinha de pegar no pesado. E os velhos eram fiscais. Naquele tempo plantávamos arroz; plantávamos de tudo e tinha que vigiar o passarinho para que eles não arrancassem [a plantação]. Estudo naquele tempo...?! Tinha escola só em Januária. [Era] muito longe. Meus pais não tinham condições de levar nós para lá; então [a gente] não estudou. Eu aprendi a fazer meu nome trabalhando em uma firma. Aí os caras [iam] me ensinando, até aprendi. [Depois] fui matriculado aqui em uma escola, lá na casa de Seu Albertão [do Rodeio]. Mas aí nem lá fui porque eu já estava de maior. E o negócio era trabalhar para sobreviver.

[Diversão] era aqui mesmo. Aqui tinha todo mês uma Reza. Lá na casa de fulano; no outro mês era na casa do outro. Cada um rezava para um santo porque naquele tempo todo mundo era católico. Tinha ladainha. Rezava. A gente ia, aí era uma festa! E aí as mulheres eram mais. Eram para dançar roda. Naquele tempo os velhos..., o que os velhos dançavam eram a Valsa. Não era baile. Uns cercavam as moças para dançar valsa; outros dançavam a Roda; segurava na mão, cantava, amanhecia o dia.

Tinha a Goiana; aí nós aprendemos; aí aprendemos a tocar viola e a cantar a Goiana. E amanhecíamos o dia, também, na festa, dançando essas coisas. Tinha também o Tatu Sobe Pau. [As pessoas] pegavam uns cacetes. Um vinha lá atrás e colocava

assim... [faz o gesto] e batia o pau; o de lá virava e batia também; e aí cantava. [Bate as mãos]: “*Ô tatu sobe pau, ecô, ecô!*”¹⁵¹. E aí dançava. Batia o pé no chão do mesmo jeito que era a música. Era desse jeito. Não [tinha outras]! [As diversões] eram essas mesmas.

Eu nasci aqui no Itaguari; lá onde é esse acampamento do Povo do Parque. Eu nasci lá. Ficamos lá dois anos. Depois nós mudamos para a Canabrava. Ficamos mais três anos. De lá nós mudamos para cá [o Cajueiro]. E daqui...; a mudança daqui que eu fiz com minha esposa, depois que nós casamos, foi para a fazenda [Pedras]. Lá ficamos cinco anos. Lá trabalhei dois anos na roça e dois anos de vaqueiro; desde esse tempo que voltamos para cá; criamos nossos filhos aqui. Moro aqui [nesse lugar há] trinta e nove anos.

Gosto daqui. Hoje o povo não está vindo aqui por causa do Povo do Parque. Em outros tempos tinha vez que por mês tinha vinte pessoas que chegavam aqui e falavam: “Vocês vão me vender isso aqui? Porque eu tenho documento disso aqui”. Eu falava: “Vocês podem ir lá à cidade de Carinhanha [BA] buscarem seus documentos porque nós temos o nosso [que é] de procedência aqui”. “Mas por que vocês têm?”. “Porque nós somos proprietários; nós nascemos e fomos criados nesse lugar”.

Tinha vezes que saía um carro hoje, amanhã chegava outro. Aí nós batemos o pé. Nesses lugares todos não têm mais ninguém que é proprietário. O Povo [do Parque] tirou. Agora nós, não. E até hoje esse Povo do Parque já fez uma reunião aí e chama nós para irmos para a Chapada [Gaúcha]. Eu falei: “Não, senhor, daqui nós não saímos”. Já vieram aqui fazer entrevista com todo mundo. Aí o último, veio um cara de Brasília, um chefe lá do Parque e falou: “*Olha, vocês não saiam daqui não. O lugar é seus, já que vocês criaram seus filhos, nasceram e criaram aqui e vocês gostam do lugar, vocês não saiam não porque eles não têm direito de tirar vocês daqui*”. Aí nós permanecemos.

Eu nem penso [em sair daqui]. É porque vocês vieram de noite, para vocês verem o que eu tenho plantado aí. E é com trabalho; nós daqui íamos para o Formoso, eu levava esses meninos com a mulher e ia daqui para lá de carro-de-boi, deixava ela lá com os meninos estudando e eu vinha para cá trabalhar sozinho. De vez em quando eu ia lá e arrumava as coisas; voltava de novo. Aí eles foram crescendo, aí foram para Brasília, foram estudando lá, mas não esquecem daqui também. Meus filhos gostam muito daqui.

¹⁵¹ Outro dançarino respondia: “*é mentira, moleque!*”.

Sou lavrador. Já fui vaqueiro. Sempre fui trabalhar mesmo na roça porque desde menino que eu já tinha essa inclinação. Gostei de trabalhar de vaqueiro, mas é cansa. Então, minha profissão mesmo é trabalhar na roça. Nós plantávamos milho, mandioca, feijão, arroz, batata, açafrão que aqui nesses brejos tudo dá. Quando nós mudamos para aqui eu era menino e já comecei a trabalhar nesse brejo aqui de frente de Ercílio para cá e até hoje. Casei em 1971, no mês de agosto, no dia 14. E desse tempo eu só saí cinco anos para essa fazenda [Pedras, em Sítio da Abadia-GO]; eu voltei de novo e ainda trabalho até hoje aí em um pedacinho pequeno; na hora que eu canso eu mudo para outro, mas estou aí até hoje.

As exigências [do Parque] são as seguintes: eles não aceitam o cara queimar. Só que isso aí eu até concordo com eles. E roça – toda a vida nós trabalhamos aqui – é em brejo; aí eles aceitam a gente trabalhar, mas que o cara só tem que queimar o que ele vai tratar e não pode o fogo sair fora porque se sair eles vêm; vem em cima. E se o cara queimar uma roça aí que eles dão fé, eles ainda multam o cara. Só que nós aqui eles nunca multaram porque já foi conversado. Mas eles dão no pé. Mas para as nossas criações não têm exigência.

A experiência de pai e mãe foi essa. Eles falavam assim: “Vocês podem trabalhar todo e qualquer serviço, só que eu não quero que vocês coloquem a mão em nada de ninguém, não”. Falavam assim, pai e mãe: “Quem rouba um botão, rouba um caminhão e se vocês apanharem alguma coisa na casa de um que ele falar para mim, vocês vão apanhar”. E desse jeito eu criei meus filhos, graças a Deus.

Tem um cemitério lá na Muriçoca; Firmino da Muriçoca foi enterrado lá. A mulher dele chamava Maria, foi sepultada lá; na Canabrava tem outro cemitério; na Canabrava foi enterrado Felipe Mata Onça; a mulher dele, que chamava Firma, acho que morreu quase com noventa anos, foi sepultada lá. Que eu lembre lá foram esses; aqui na Canabrabinha, que é uma vereda da Canabrava grande, tem outro cemitério, tem outro lá na beira da Canabrava lá mais embaixo, o lugar chama Tamanduá, lá tem outro. Aqui no Cajueiro tem um que é onde meus pais estão enterrados. Tem outro lugar na Vereda Comprida lá onde o pai dessa mulher [esposa] morava.

Aqui no Cajueiro foi enterrado meu pai e minha mãe que chamava Eusébia; e Valdecir, que era esposa do meu irmão; um menino de dois anos que era parente nosso, também foram sepultados lá.

O rio Carinhonha é importante por causa das veredas que tem e que não secam. É permanente; nenhuma seca. Primeiro, logo aqui perto, tem Canabrava, tem outro rio

que chama Boi Morto, tem Rodeio, Cajueiro... Esse galho de lá é o Cajueiro, esse aqui chama Sumidouro da Cobra, que é esse que nós moramos.

Meus avós vieram aqui de Carinhanha, Bahia, tudo baiano. Por parte de mãe, a mãe dela era daqui de Januária e o pai era daqui da Bahia. Os Barbosas eram primos uns dos outros. Meu pai e o velho Firmino eram primos. Isso aí era um bocado de Barbosa. Tinha um velho, o Jerônimo, que era o pai daquela Romana, você lembra quem era? Pois é, era tudo primo de pai.

Quando eu nasci já ouvia o povo falar: “Ah, ali é o Gerais”. Mas falavam Gerais, sabe por quê? Porque tinha pouco habitante. Tem gente que nos discriminam porque nós moramos aqui; é pouca gente e lá na cidade eles falam assim: “Lá é cidade”. E onde mora pouca gente é Gerais. A natureza aqui é fraca, é terra de areia. Eles chamam Gerais aqui por causa disso. Mas para nós, Gerais que é o bom. Até hoje é o bom, o melhor lugar para nós é esse Gerais. Acho que Gerais e Sertão são uma coisa só porque eles falam que sertão é onde mora uma pessoa sozinha; eles falam assim: “Ah, fulano mora em um sertão”. Mas é a mesma coisa do Gerais. Gente da cidade já falou para nós: “Por que vocês ficam morando naquele Gerais ali, em um deserto, em um sertãozinho daquele?”.

Aqui não tinha estrada, você mesmo sabe, só estrada de carro-de-boi. Agora não, hoje todo mundo vem aqui e diz: “Esse lugar de vocês é bom porque aqui a água é farta”. Mudou a visão sobre o Gerais. Os caras já dão o conselho: “Vocês não saem daquele lugar não porque no lugar nosso as águas já acabaram e o de vocês lá a água está ali na porta”. Essa vereda é baixinha, mas a água dela não abaixa. A água é uma marca do Gerais.

Eu sou geralista! Hoje eles mudaram o jeito de falar comigo, mas antes chamavam: “Ah, lá vem o geralista”. No Formoso falavam: “O geralista chegou”. Eles recebiam a gente bem, mas tinha esse nome: o geralista. Hoje é que eles mudaram porque as coisas mudaram tudo para eles também lá e hoje eles sabem que a família da gente é grande e aí parece que criou mais respeito por causa dos votos. Eu já notei isso, é desse jeito mesmo. Tenho orgulho de ser geralista, sim. Me sinto feliz de estar até hoje nesse Gerais e nem penso em sair daqui. Mas só que tem muita gente que se envergonha de ser do Gerais. Saiu daqui uns tempos, até que teve uns que estudaram um pouco e não gostam de serem chamadas de geralistas. Eu não me envergonho porque foi onde eu nasci e criei.

Tenho muita lembrança daqui [Cajueiro dentro do Parque]. Igual eu explico para os meninos como foi a vida minha para sobreviver e criar eles nesse Gerais. E para eu sobreviver naquele tempo, tinha que trabalhar para os fazendeiros; e os fazendeiros aqui não arrumavam serviço. Aí eu saía daqui para ir trabalhar nesse Goiás aí; colocava malinha na cacunda e vazava para lá. Trabalhava dois, três meses, aí na hora que comprava a “botinona” amarela para caçar, uma muda de roupa, voltava para a roça de novo. E desse jeito eu criei meus filhos. Direto meus filhos vêm para cá e eu explico isso para ele todos. E era aquele negócio que eu falava para eles; eu e meu pai também falava: “Eu não quero que vocês coloquem a mão em nada de ninguém; nós temos que viver do jeito que Deus marcou para nós vivermos, mas todo mundo tem que ter vergonha das coisas”. E desse jeito eu criei eles. Então, a vida nossa aqui era essa: colhia arroz, limpava arroz no pilão para ir vender; tudo na cacunda do animal.

Sempre morei em casa de palha. Eu fui criado em casa de palha; até as paredes. Era em cima e embaixo cercado tudo de palha, divididinha, tudo de palha. Palha de buriti. É importante para o geralista, o buriti. A fruta que apanha para comer, dar porco e vender também, raspa ela e põe para secar e vender; outrora fazia o bolo e vendia. Então, o buriti é importante. O Gerais aqui que eles falam, hoje todo mundo quer vir aqui no Gerais porque quando aqui acaba o buriti, vem o pequi. Todo tempo tem fruta aqui. A região é muito rica para o cara se alimentar, ter criação e tudo.

Eu fui batizado na Serra das Araras lá na igreja de Santo Antônio. O casamento foi aqui na Carinhanha, que eles chamam Bela Lorena, igreja de São João Batista. Eu frequentava a festa; era boa. Nós aqui também, desde meu bisavô, que festejamos São João. Quando eu me entendi por gente meu pai já rezava e eram duas noites. Tinha a noite dele, que era do imperador. A primeira era dos “noiteiros”, que eles chamavam. O seu pai mesmo vinha lá do Rasgado; ele foi “noiteiro” aqui umas duas vezes. E na Carinhanha, a festa, quando nós mudamos para esse lugar aqui, lá era no mês de agosto. Quando eu casei mesmo, a festa lá era no mês de agosto; aí depois eles foram vendo que não era certo naquela marcação; mudou para a mesma época que nós rezávamos aqui. Só que depois que meus pais morreram, nós rezamos uns três anos, aí paramos. Porque aí vem gente de muito lugar e aí dá muito problema; os caras bebem muito; dá briga e dá problema para nós; aí nós paramos.

Esse povo aqui de Anísio é que ainda vai todo ano na festa de Serra das Araras. Agora nós aqui mesmo tem um bocado de ano que não vamos lá. De primeiro ia a pé nessa festa, traçava aqui era dois dias e meio para chegar lá. Aquele lugar, que hoje é

Chapada Gaúcha, o cara passava bem ali dentro. Saía daqui, dormia lá na Santa Rita, saía daí e ia dormir em um lugar que chamava Sapé e no outro dia que chegava lá, mas aquilo ali eram cinquenta, sessenta pessoas a pé. Era aquele povão na romaria. Tinha cara que ainda levava até sanfona para colocar aquele povo para dançar, era viola, era tudo, era divertida a festa. Agora, de uns anos para cá aí parou. Os mais velhos não dão conta mais e os novos já mudaram, hoje é só de carro. Mas naquele tempo ia era a pé.

A passagem da Carinhanha aqui era lá aonde o Velho Firmino morava. Vinha gente até de Posse, desse mundo de Formoso, para ir de carro de boi em Januária, que foi a primeira cidade que existiu aqui e que tinha mercado. Aí o povo vinha – eu mesmo fui umas duas vezes com o Velho Prasdo, que tinha carro-de-boi, comigo na guia dos bois. Aí só que quando ia, era muita gente; tinha vezes que iam vinte carros de boi; esse povo, os fazendeiros daqui, iam falando para os outros: “Olha, pode esperar eu lá tal dia com seu carro que nós vamos”.

Daqui iam dois carros de boi do finado Prasdo e passava todo mundo naquele Vau do Velho Firmino. Chegava lá, desarreava, passava no “feixão” de buriti, depois que ele arrumou um cara do Goiás; arrumou uma canoa para ele. Aí atravessava as coisas na canoa e os carros todos carregados. Aí naquele tempo chovia muito, o rio ali era fundo, aí amarrava uma corda no carro, amarrava no eixo dele embaixo, ficavam uns do outro lado e aí puxava, passava no feixe e aí puxava o carro. Ele afundava lá na frente e ele saía vazio e os bois passavam de nado. E aí do outro lado aqueles que iam passando primeiro iam lá mais para frente e os outros passando. Era quase um dia para passar.

Seu Prasdo tinha comércio aqui. Ele morava aqui no Sumidouro; foi ele que trouxe nós para esse lugar. Ele vendia de tudo; até remédio. Ele era do Piauí. Ele começou aqui; ele veio de lá montado em um jegue com um cargueiro em outro. Aí ele chegou aqui; era muito difícil; ele foi comprando coisa. Aí comprava coisa, ia nessas festas vender cachaça, fumo e ele foi evoluindo. Depois ele comprou a terra aqui no Sumidouro. Foi no Piauí. Aí ele comprou os arreios, foi aqui no São Francisco [MG] e comprou trinta burros de carga. Aí de dois em dois meses ia trinta burros de carga e dois carros de boi daqui para lá. Esse povo do Boi, da Serra das Araras, esse mundo aí, tinha vezes aí, fim de semana, tinham sessenta cavaleiros aqui no Sumidouro.

Era movimentado o comércio de Seu Prasdo. Então, ele mesmo passou a produzir arroz, feijão...; o que aparecesse ele comprava tudo. Até corda desse buriti, eu mesmo vendi, eu mais esse Zé Cajueiro. Trançava uma corda chata assim de três peças,

e falava três braços e meio, para amarrar os cargueiros, fazia aqueles (*inaudível 26:20*) de coisa. Couro de tudo quanto é troço ele comprava. Aí iam os dois carros de boi e esses trinta burros carregados; e vinha tudo carregado porque lá, em Januária, tinham os mercados dos Caribé, que comprovam tudo. Ele ia na frente, chegava e levava as coisas todas anotadas que ele ia levando. Chegava lá, ele dava a nota e os caras pegavam; ele fazia a compra e vinha embora. Quando os outros carreiros chegavam lá já estavam as coisas separadas. Era desse jeito. Seu Praso foi enterrado lá no Rio Preto. Ele morreu lá na água, já velho; acho que tinha uns oitenta e oito anos.

Eu morei no Itaguari onde tinha a ponte da Damiana; eles chamam “de Damiana” porque lá morava uma mulher baiana com esse nome. E essa mulher veio parar aí; lá passava no vau, assim embaixo, até hoje tem lá o lugar. Essa mulher fez uma ponte lá primeiro de ripa de buriti; depois ela pôs madeira redonda nessa ponte e fazia era amarrar. Naquele tempo não tinha nem arame, amarrava de cipó aqueles (*inaudível 26:28*) para passar. Damiana começou essa ponte aí. Aí até hoje está lá, fala ponte Damiana, só que hoje eles fizeram a “pontona” lá. Vieram uns caras aí. Como é que chamavam os caras lá que fizeram aquela ponte lá? O japonês comprou a terra lá, desmanchou a ponte de madeira redonda que tinha lá e fez uma “pontona” de tábua, as vigotas lá são desse jeito, mas é ponte mesmo que não acaba nunca. Fez um aterro de um lado e de outro lá.

Eu conheci no Landim, morando lá, o pai de Cândido. E no Jataí, Antônio “Garruchão”. E era o Velho Firme, que morava lá mais embaixo; Claudão, que ainda mora até hoje, na Estiva. E o Velho Firme morava para lá dele, que era o pai de Claudão. Eu já me entendi por gente, o pai dele já morava lá. Lá na Canabrava era um velho que chamava Andalécio; era Custódio, João Grosso, pai de compadre Ercílio. Na Vereda Comprida, era Compadre Atanásio, meu sogro. E umas velhas: Valentina e Gertrudes. Depois que Compadre Atanásio mudou, elas mudaram mais para cima. No Rodeio morava o Velho Alberto.

O velho Alberto era um homem bom, cismado, direito. Nada errado com ele não dava certo. Criou essa filharada aí no Rodeio, trabalhando também e possuiu até recurso lá, trabalhando em roça. Os filhos deles eram quase uns quinze. Pois é. Criou esses filhos lá, todo mundo trabalhando e ainda colocou um bocado para estudar e eu sei que ele lutava, o velho era trabalhador. Já os moradores da Taboca eram o Velho Mateus, era Noliberto, Bernardo Roxo que era primo de pai, tinha um filho dele que chamava Roberto, Vicente Cego, morava todo mundo ali. No Vieira não morava ninguém.

Depois, uns vinte anos aqui atrás, aí tinham umas trinta famílias que mudaram para lá, no Vieira: era Alfredo, filho de Nedino, aquele um que morreu outro dia que era Benedito Aragão, aquele Alexandre Papo, era Aristides, tudo morava lá. Agora, os outros eu não lembro não. Eu sei que moravam lá trinta e duas famílias. E aí vieram uns caras de fora, uns grileiros de terra que chegaram lá e compraram as terras deles baratinhas a troco de carro velho e eles vazaram todo mundo de lá. Saiu todo mundo.

E hoje lá está desabitado porque o Parque entrou lá e aí acabou. Não teve reação com a chegada do Parque porque eles rodaram um ano de avião aí; quase todo dia passavam aí. O Teodoro [Machado Hungria] foi quem colocou esse povo aqui. Ele tem uma terra lá na Trijunção, uns cento e cinquenta hectares de terra lá. Aí ele foi à falência porque ele era sócio mais esses outros lá da firma que tem lá até hoje. E aí ele foi acabando o dinheiro e quando eles foram ver, eles investiram muito dinheiro lá em coisa velha, aqueles museus velhos e quando eles foram ver não teve retorno. Aí o Teodoro foi à falência. Foram dividir a terra, ele saiu com cento e cinquenta hectares.

Eu acho que ele achou ruim e doou ela para o Parque; aí o Parque só entrou aqui por isso. Aí eles ficaram rodando de avião para ver quantos habitantes que tinham aqui e eles entraram também com mentira porque veio um cara de Salvador [BA] aqui; aí disse que aqui não dava nada e disse que só tinha um fazendeiro dentro dessa área; não tinha posseiro. Aí um dia os caras de Salvador, o governador de lá, mandou os caras para verificarem essa área, aí vieram aqui. Aí eu tinha gradeado essa terra, estava com um milho aí que parecia milho de mata, que eu planto ele com adubo e é adubo de curral. Aí disse: “Uai, aqui não é como eles falaram não. Falaram que aqui não tinha morador e aqui não dava nada, não tinha habitantes”. Eu falei: “Pois eles estão mentindo”. “Olha seu Patrício, a primeira mentira deles lá foi isso e vocês não baixam para eles não, que o governador de lá não está querendo apoiar esse Parque aqui”.

E aí eles foram entrando, aí logo esses outros pularam para cá desse Parque de lá, já falando que fizeram uma reunião no colégio ali para ver se nós íamos para lá porque aqui tem um assentamento do Gentio e tinham dez caras aí que não eram de dentro do Parque e iam tirar nós para colocar lá. Eu falei: “Negativo! Eu posso sair daqui, só que só saio daqui se vocês me pagarem porque no Parque de lá vocês tiraram o povo foi com agressão”. Falou que ia pagar o povo e deu quatro mil, os que receberam mais foi sete mil no direito de posse. Teve cara lá que recebeu seiscentos reais, outros quatrocentos no direito de posse onde nasceu e criou dentro da área. E eu falei: “A terra do Incra vocês não pagaram, eles vão ter que pagar e eu não saio desse jeito”. “Mas nós

damos um lote para o senhor lá”. Eu falei: “Negativo! Se houver lei, para eu sair daqui eu quero o meu dinheiro para eu comprar a minha terra aonde tem água, aonde me agradar, mas igual vocês fizeram aí que tem gente até com sede, eu não saio não”. Aí aquietaram, aí não vieram mais.

Uma metade das terras desse Gerais eu sei de quem era, a outra eu não sei. Lá no Jataí era de Antônio Roxo; eu sei que ele tinha uma terra lá. Na Muriçoca era do Velho Firmino. Na Canabrava era de Herculano. Herculano Rodrigues. Eles é que mandavam lá. Ele mandava lá, ele tinha fazenda lá, ele criava lá quase duzentas rezes. Aí ele morreu, ficou para os filhos dele que eram Gino, João, esses outros; aí foram abandonando. E aqui no Rodeio era o Velho Alberto e aqui no Sumidouro era Plácido [Seu Prasdo]. Ele comprou dizendo que era terra dos Mendes, e quando ele morreu ficou para o genro dele. Aí ele vendeu para a firma de Antônio Luciano, lá de Belo Horizonte. Só que quando eles foram legalizar o documento, eles não conseguiram porque o cara que vendeu para Plácido era daquela família de Davi [filho de Aristides Mendes de Queiróz].

A terra que tinha aqui era dos Mendes. Aí a firma, se quisesse adquirir uma terra, eles tinham que caçar em Minas e o documento deles que passou para Plácido era de Minas e aqui é Bahia. Aí eles perderam a terra por causa disso. Só que naqueles tempos eles tinham dinheiro para comprar e cercar aonde queriam e falar: “Isso aqui é meu”. Mas só que quando veio o “Discriminatório”, ele perdeu; o finado Plácido perdeu; o Luciano perdeu.

Eu fui uma vez na Festa de Vargem Bonita, que era muito longe, mas aquele povo idoso, daquele tempo, ia daqui a pé e a cavalo, todo ano. Naquele tempo os padres andavam aqui de ano em ano e vinham de Januária com cargueiro e tinham as comunidades onde eles paravam. Aí os caras, quando não casavam aqui na Bela Lorena, ou iam para a Serra, tinham que ir para Vargem Bonita. E a maioria ia a pé.

Lembro de alguns curadores. Era o Velho Firmino Borges e depois foi Dão Ferreira. Tinha Manuel Passa-Perna, outros aí; mas faziam só um remédio ali de raizada de pau, eles não sabiam... Eram mais fraco. Agora, o Velho Firmino e Dão Ferreira eram famosos. Chegavam lá, eles já chegavam e falavam o problema. O Velho Firmino você chegava lá, antes de você falar para ele, ele falava o que você estava sentindo, o que que você foi fazer lá, só dele olhar. Esses curadores faziam trabalho nas fazendas. Faziam o que...; acontece que cobra pegava um gado, uma criação, aí ia lá nele, ele chegava e fazia um benzimento ali.

O Velho Dão Ferreira ainda fazia o cara encontrar com a cobra para matá-la. Só que ela não mordida mais nada; secava que arrepiava! Falava: “Tal dia você fica com cuidado aí, que ela fica enraivada, mas ela não morde mais não”. Fazia “trabalho” para a cobra cair os dentes e caía mesmo; e eu vi lá na casa de Compadre Atanásio. Lá tinha um pasto na barra para baixo da casa dele e lá era cheio desse bengo; o bengo crescia, as queixudas enrolavam lá em cima e pegava o gado. Aí ele foi lá, chegou lá; fez um benzimento; falou: “Olha, Atanásio, não é agorinha, mas não vai demorar você matar ela; ela não vai matar mais criação nenhuma. Aí nesse dia vocês matam ela”. Não demorou eu acho que uns dez dias, ela vinha saindo de lá magrinha que chega estava arrepiada, aí Compadre Atanásio matou ela e acabou. Fazia sucesso.

Derção era famoso no Itaguari, mas eu, até hoje, não creio nele. Derção arrancava dente. Derção veio dessa Bahia aí, você chegava lá, ele pegava a unhona dele; era desse tamanho! Nem lavava. Ele tocava assim: “Olha, você quer extrair dente?”. “Quero”. Por exemplo, tem um dente ali, ele enfiava a unhona assim e o dente caía. Desse Zé Cajueiro, meu irmão, ele arrancou uns três dentes. As pessoas não sentiam nada. Você podia trabalhar. Agora, eu não acreditava nele não. Eu brincava muito mais ele: “Você é macumbeiro, você não sabe de nada”. Mas ele fazia o “trabalho”; isso aí eu via ele fazer.

As parteiras naquele tempo eram boas. Minha mãe mesmo, eu acho que ela tinha uns sessenta meninos que eram filhos delas de pegação. Tem gente demais aqui que era filho dela de pegação. Tinha a velha que era a mãe do velho Alberto, Dona Herculina, também era parteira. Tinha uma Velha Antônia, que chamava Antônia Preta, era mãe de Zezão lá no Formoso, também era parteira.

No Gerais tem muita história de feitiço. Uma delas é sobre o tatu na barriga de Zé Rapadura; a mãe dele chamava Maria Rapadura. Tem uma história de um homem que adoeceu, entrevou de reumatismo. Nessa época Seu Carrinho¹⁵² morava lá no Cachimbo, do outro lado da Carinhonha, mas o filho dele morava aqui no [P.A] Gentio [São Francisco]. Aí ele veio de lá; passou lá em pai e pai falou: “Olha, senhor Carrinho, tem um rapaz aqui doente porque o senhor não passa lá para dar um remédio para ele? Que ele é filho de um compadre meu e ele é gente boa”. O Zé Rapadura já estava tratando dele, mas não dava conta. Aí o velho passou lá e fez um remédio para o rapaz. Aí o Zé Rapadura chegou lá; e perguntou se Carrinho tinha passado lá: “Passou, ele

¹⁵² *Seu Carrinho* (o nome civil não conseguimos em tempo) era da família Barbosa de Sena; era irmão de Seu *Bastião Suçuarana* (rezador muito citado nessa pesquisa) e de Dona *Do Carmo*.

passou aqui”. “Ah, mas ele não sabe de nada, não”. Falou desse jeito. Aí o Carrinho disse que estava lá na casa do filho dele, disse que deu aquele calorzão, assim, que nem uma febre. Ele saiu lá fora, disse que apanhou um ramo e ele mesmo benzeu ele, disse que já viu Zé Rapadura mais a velha benzendo ele. E desse calor, não demorou três meses, ele morreu.

E aí, Seu Carrinho, colocou um tatu peba na barriga de Zé Rapadura. A velha também morreu logo. Zé Rapadura aturou um ano e ele foi para o Formoso, ali no Barreiro; você sabe aonde tinha o barracão deles fazerem telha? Eu mesmo trabalhei lá para Franquinho e fui lá no velório dele. Aí ele morria hoje, amanhã ele retornava. Na hora que esse peba andava assim, você via as roscas do peba, do casco do peba; o peba virava as unhas para cá e aquelas “rosconas”; o couro da barriga dele parecia que ficou igual um papel, e você via aquele bichão subir assim na barriga do Zé Rapadura. Quando falava, ele caía e cagava só aquela água; o velho gritava de dor com esse peba. Daí uma hora tornava a melhorar. O que ele comia, botava em cima e saía embaixo. O feitiço de Carrinho foi mais forte que o de Zé Rapadura, que morreu disso.

Foi pai quem tratou esse homem que te falei. nio de Hermógenes; pai mais o velho Marco que ensinou para ele, para o pai dele, de Antônio, o remédio. E Antônio sabe dos remédios. Eu sei que um chama taiaia; o remédio dá uma “ervona” assim da folha parecendo esse tiú que tem no mato. Ele só dá debaixo desses pezões de árvore; ele tem uma “folhona” assim quadrada. A raiz dele é uma batata assim que tem um leite. Agora, os outros eu não sei, os outros três. Mas Antônio sabe, foi ele que tratou e os dois caras foram para debaixo do chão com esse feitiço.

Eu não tenho ideia de sair daqui, mas se o Povo do Parque chegar um dia aqui e falar: “Eu te dou tanto”, que dê para eu comprar uma terra igual a essa aqui porque ainda tem, eu conheço uns lugares que têm terra igual a essa aqui. E me derem um dinheiro que compensa, eu saio. Agora, do contrário, porque já teve proposta, ninguém aqui apoiou. Porque quando eles vêm fazer uma proposta, fazer uma reunião, aí eu aviso todo mundo e já explico como é que eles vão falar para eles. Tem uns que nem falam nada. Falam: “Não, o que ele falou aí nós apoiamos”. Já fala desse jeito, mas eu não penso de sair daqui. Nem eu, nem meus filhos; nenhum quer sair daqui. E eu já tenho os netos – dez netos – e já tenho uns sete que já sabem o que são as coisas, e falam: “Olha, vô, eu não quero que o senhor saia daqui, não”. Nas férias vem todo mundo para cá e gosta daqui. Eles amam esse lugar. E eu também.

Essas histórias têm uma utilidade, sabe por que que tem? Porque isso aí, eu tenho isso gravado vindo da cabeça dos meus pais; e se os filhos pegarem...; eles hoje são estudados; os netos, que estão estudando, eles pegam esses papéis, eles vão ficar sabendo da utilidade dessas histórias para eles. Vão ver o tanto que tem utilidade.

Entrevista 3.2.1.b

(Comunidade Cajueiro – Fronteira Cocos-BA/Formoso-MG, PARNA-GSV.2 – TC).

Eu nasci em 1942, em 16 de março. Sou viúvo. Lembro ainda de João Pé Duro. Conheci ele demais, moço! Ele morou mais eu dentro de casa foi muito tempo. Ele tinha esse apelido porque ele sempre caminhava assim duro. Ele era aqui mesmo do Gerais. Mas ele não gostava que os outros falassem o apelido dele. Já minha sogra, eu sei que ela era da família dos Mendes. Ela era dessa região de Muriçoca, desses Mendes aí. Nasceu aqui, viveu aqui. É povo antigo, muito antigo aqui.

Aqui tinha cemitério demais. Ali na Carinhonha; ali no lugar com o nome Vaca Morta. Eu tenho onze filhos. Dois já morreram. Irmão eu tenho nove. Lembro é de tudo. Eles todos moraram aqui. Fizeram casa por aqui, depois foram mudando aqui e acolá; hoje meu irmão mais velho mora no Formoso. Compadre Patrício ainda mora aqui. Minha irmã ainda frequenta aqui, mas ela fica mais ali no assentamento [P.A Gentio-São Francisco] com a filha. Aqui também mora Compadre Ercílio.

Aqui tem muita história. Esse pessoal nasceu todo aqui mesmo na comunidade. Na Canabrava; no Itaguari; lá no Cajueirão de São Raimundo, terra [que é patrimônio] do Santo. Naquela época o povo era que nem bicho, morava era no mato. Botava uma roça em um lugar, ali era uma morada. Sou, sim, parente dos Barbosa da Muriçoca. Firmino da Muriçoca era tio de pai, eles até pareciam. Era todo mundo negro; daquele jeito negão mesmo, “tituim”. Meus pais, Estevão José Barbosa e Eusébia Nogueira da Costa, foram enterrados bem ali onde tem aquela moita de bambu lá na frente, eles estão sepultados ali lá naquela frente. Tem um cemitério aqui no Cajueiro, lá na frente, de frente à casa de compadre Ercílio.

Brincadeira de menino aqui era vigiar arroz no toco para passarinho não bicar. Era trabalhar, isso que era nossa brincadeira. E apanhava muito se deixasse passarinho comer a roça. Cada um tinha um canto de cuidar ali. Essa que era a brincadeira. [...].

Aonde tem buriti, tem água, tem tudo. Tem muita coisa. Esse telhado aqui mesmo é de buriti. É fruta muito gostosa. Adoro ver buriti caindo. Nós fazíamos carro de buriti, pegava aqueles “calangão”, fazia canga, encangava eles e colocava para arrastar, era a brincadeira nossa.

Morei em três lugares desde quando nasci. Foi no Itaguari e no Itaguarizinho; vimos para a Canabrava e da Canabrava nós pegamos e viemos para cá e estamos aqui até hoje. Eu gosto muito desse Gerais porque aqui é sadio; aqui é rico d'água; a água está aí. E tem lugar aí que o cara está passando é sede, bebendo porqueira, bebendo a água velha, choca; e aqui a água nossa é mineral.

Minha profissão desde pequeno foi puxar enxada, meu filho. Era plantar um pouquinho ali, tratar para não deixar morrer no mato porque se deixasse morrer no mato, a gente era mandado embora. E na hora que acabava de limpar a roça, jogava a malinha – não era nem mala – era um saco, jogava um saco de estrume nas costas e trabalhava nesse Goiás aí para ganhar o pão para completar a renda.

Hoje eu não aguento fazer mais isso; mas eu ainda arranho. Ainda vou encher esse quintal de mandioca aí; eu vou tacar a mandioca nele aí; eu mexo com um brejinho ali. O menino roçou uma terra ali e eu falei: “Não, menino, eu não aguento! Vocês podem roçar a plantação?!”. Nessas rocinhas, a gente planta feijão, mandioca, milho... Outrora nós criamos animais, mas hoje ficou difícil para criar os bichos. É tanta doença que acompanha o bicho!?

O velho meu pai e mamãe me ensinaram em primeiro lugar foi andar direito; em riba da regulagem e respeitar, tratar todo mundo bem; e, graças a Deus, estou com esses anos todos, mas eu nunca levei uma suspensão porque eu ando em cima do direito; pai e mãe me ensinaram saber viver com todo mundo.

A juventude daqui gostava de dançar. Era uma tal de Tatu Sobe Pau, uma tal de Caninha Verde, um tal de Marujo, outro tal de Mulatão; dança de roda. Eu lembro disso tudo. Pegava um pau; um colocava de cá, um vinha, batia, virava, o outro batia, e até hoje eu sei dançar o Tatu. O ano passado mesmo dancei esse trem lá no Formoso. Na outra dança, nós falávamos: “É Mulatão!” e o outro respondia. E todo mundo caía na dança; e era bonito, rapaz, por dentro e por fora. Os namorados ficavam alegres; de vez em quando dava um cheiro.

Quem pergunta quem eu sou, digo logo: sou baiano. Fico emocionado de ser geralista. Demais mesmo! Aqui é Bahia. Mas Cocos é longe! Então a gente vai é no Formoso. O Gerais é o seguinte: o povo morou muito aqui; mas hoje tem poucas pessoas morando. Então, eles lá falam assim: “É do Gerais”. Um dia eu ia com Paula, minha irmã mais velha, e ela possuía uma mulinha desse tamaninho! E aí ia eu, ela e o cunhado meu, o finado Nego. Aí quando a gente ia passando, tinha uma turma lá, e eles disseram: “É, lá vão os bate-paus do Gerais! Aquela da mulinha preta é São Jorge”.

Paula brigou demais, moço! Depois ficou meio calada. Eu acho que esse preconceito contra geralista agora está acabando.

O que mais gosto nesse Gerais é ver o vento correndo aí, ver uma água dessa aí, purinha, purinha! Gostosa! A gente toma aí à vontade. Nós quando vamos lá no Formoso, levamos água é daqui. Água de lá é suja de cavalo velho morto na barragem. Eu levo é um camburão de cinquenta litros. Gerais e sertão, acho que é tudo uma coisa só. Se tudo é sertão, tudo é abençoado. Dizem que sertão é onde não mora ninguém, só mora bicho do mato. Já o Gerais é lugar onde tem gente. Eu sinto orgulho de ser do Gerais.

O negócio é o seguinte: a gente tem saudade de outrora. Mas eu sei que aquele tempo não volta mais, então... E o lugar do qual eu tenho mais saudade é donde nós morávamos na Canabrava, lá no finado Herculano. E também de quando a gente chegou aqui. Quem trouxe a gente foi Seu Plácido. Ele tinha uma “vendona” lá no Sumidouro. Era movimentado o comércio dele. Ele comprava pele de veado, pena de ema, mangaba, borracha; e eu sei mexer com ela até hoje! Se eu for fazer uma borracha eu faço porque eu via eles fazerem, então eu aprendi. A gente vendia; comprava rapadura; nessa época não tinha açúcar; comprava as outras coisas, o sal; não tinha esse sal fino; era aquele duro, aquelas pedronas e a gente comprava aí do Velho Prasdo; ele fazia era a vida dele. Era um “negoção” que ele tinha aí que você precisava de ver. Tudo ele trazia de Januária.

Eu fui muitas vezes com ele; ia com carro-de-boi; eu e finado Primo, finado Compadre Aleandro, torava esse geraizão aí até Januária. Ele comprava café, sal, rapadura, tecido, tudo ele comprava. Sempre ia com um ou dois carros de boi e uns quinze cargueiros. Eles vinham todos carregados. Seu Prasdo vendia tudo ali no Galho do Sumidouro. Fica pertinho daqui. Ele era piauiense. Ele era tio da finada (*inaudível 24:00*), que era mulher do Velho Raimundão. Eles moraram aí e ele mora debaixo do (*inaudível 24:06*); eles eram do Piauí. Seu Prasdo era um velho bom, rapaz! Nós brincávamos demais com ele; era igual menino para caçoar. Agora, a velha dele tinha a prosa ruim; o finado Raimundo era gente boa. Até hoje eu tenho saudade do velho Prasdo.

O material que a gente usa para construir nossas casas aqui no Gerais é esse: telhado de pau; pegava o xiriri, lascava ele, tirava os espinhos e lavava. Esse aqui mesmo tem um bocado de ano; tem um monte de ripa ali, que está ali amontoado. A gente tirava a pindaíba, o landim; fazia de vara redonda; tirava a pindaíba fina porque

tem ela grossa. Descascava ela e fazia o “envaramento”. Nessa época tirava palha era no varão. Amarrava uma cruzeta lá, enganchava na copa do buriti e palha caía. Fiz isso demais, moço!

Fui batizado na Igreja de São Raimundo lá no Cajueirão. Ainda morava lá. Eu era pequenininho. A festa lá é em agosto. São nove noites, mas o dia dele mesmo é 31 de agosto. Eu parei de ir porque é longe demais; mas todo ano vai gente do Formoso na festa de São Raimundo. Eu sei. Minha família mora metade no Formoso; outra na Chapada Gaúcha. Já meu casamento foi ali na Igreja de São João, aqui na Carinhanha dos Carneiros. Ali na Bela Lorena. Eu ia demais lá. Dançava era muito; as danças daqui eram só curradeira, um tal de Tatu Sobe Pau, Caninha Verde... Só que o velho meu pai não aceitava muito era valsa. Ele também não aceitava vender pinga na festa dele. Tinha pessoa que vendia escondido, mas o velho não gostava de jeito nenhum. Aí depois que os velhos faltaram, a gente reza aí, mas é ao meio-dia, só nós mesmos.

Pai mudou para cá em 1952. Foi um avô nosso que nos trouxe; ele era o marido de minha vó; ela era a mãe de mãe. O velho arranhou as camaradas dele por aí; chegou aí, amigou com uma delas, e trouxe nós. Chegou aí, ele largou nós. Minha vó Francisca soube que ele estava com outra mulher, veio, ele largou ela, já correu daí, foi para lá, chegou lá ele arranhou outra; lá morreu. E minha avó ainda aturou muitos anos; ela andou aqui pela Canabrava e por tudo quanto é banda. Era tudo gente do Cajueiro.

A Carinhanha é a mãe desses galhos aqui tudinho; tudo aqui derrama nela. As roças, os brejos.. tudo era na beira dela. Sem a Carinhanha... não sei! Um bocado de gente aqui comia nas costas dos outros que nem gafanhoto. Uns trabalhavam e outros falavam: “Ah, você me arranja aí isso hoje? Amanhã você me arranja outro?”. Tinha vezes que a gente falava: “Não, você tem que trabalhar também”. E assim se passava sem trabalhar. Tinha dias que trabalhava um pouco e outros não trabalhava nada. Só vivia de caçar nesse gerais.

Aqui primeiro quem morou nesse Cajueiro daqui foi Zé Rapadura. Depois o velho Plácido, Raimundo e nós. Depois Compadre Ercílio e Compadre Patrício; Sinhô para o lado de cá e Anísio pelo lado de lá mais Mauro. São três moradores que moram lá. Dá umas seis famílias as que ainda vivem no Cajueiro daqui.

Na Cabeceira da Taboca.... lá hoje não tem ninguém, mas os primeiros que moraram lá foram: Mateus, Bernardo Roxo, Arvelino Baiano, Noliberto, Venâncio que caminhava de quatro pés; Antônia Preta, mãe de Zé Bolinete, e o finado Compadre Landulfo. Esse povo morou tudo lá, mas hoje saiu todo mundo. No Rodeio era o finado

Albertão, Seu Pedro “Zoin”... Albertão era um velho alto, “arvo”, direito; nós trabalhávamos para ele.

Já na Muriçoca quem conheci morando lá foi o finado Firmino; ele era tio de pai. E depois tio Julião. Tio Julião chegou para aquele galho de cá para a Vereda Comprida porque lá são duas Veredas Compridas: tem aquela que Compadre Atanásio morou e a de lá. Aí tio Julião chegou, fez uma casa lá; ele era primo de mãe. Mãe xingava ele demais pois ele era de uma preguiça, moço! Ele só andava com o finado Firmino; andava com uma vara de ferrão nas costas. E aí mãe falou: “Mas Julião, toma vergonha! Bota uma roça para Antônia e aquelas meninas”; Tio Julião não gostava de enxada. Compadre Atanásio era cá na outra Vereda Comprida onde também morou uma Gertrudes, que era parente de pai; e uma Gregória. Morou lá na Canabrava, lá em cima, o finado Felipe Mata Onça e dona Firma, esposa dele. Lá tinha e tem banana, que é nativa da terra; e muita taioba também.

A Estiva era uma comunidade. Lá moraram o finado Firme, finado Marcílio, Pedrinho, Dão Ferreira, Sebastião Suçuarana... E eu lembro demais! Ele era um velhão moreno, “estopento”! Era um grande rezador; no Jataí morou Antônio “Garruchão”. Na Vereda do Pilão moravam o finado Manuel e o finado Vitorino. Hoje acabou. Virou tudo terra do Povo do Parque. Na Cobra morou... acho que Franquinho e João Bito, Zé Muniz...; no Landim morou Florenço e um Vitoriano, que era até gago. E nesse “Itaguarizão” também conheci gente morando. No Vieira morou primeiro Compadre Alfredo; morava o Aristidinho, Elias irmão de Norberto... Lá também agora é deserto. Seu Aderção morava ali no Itaguarizinho. Tem as taperas dele lá até hoje. Ele era inteligente; o homem era danado. Ele arrancava dente na “dura”, moço! Comigo mesmo ele arrancou dente duas vezes e não doía nada.

As estradas passavam por aqui; ia para Januária; saía por aí e para o Goiás. Passava na frente aqui da comunidade e pegava para lá. Todo mundo passava nessa ponte aí, lá na Carinhonha; foi o finado Plácido e velho Firmino quem fez; tinha um porto lá aonde Gregória morava. Lá tinha um porto lá, mas choveu, acabou.

Eu frequentava Serra das Araras. De vez em quando ainda frequento. Uma época, o ano retrasado mesmo eu fui lá, eu achei bom, fui mais eles aí. Mas achei bom; a festa de Santo Antônio lá é boa, rapaz! Vai gente demais lá na Serra todo ano. Em Vargem Bonita antigamente o povo daqui ia demais, moço! Muita gente saía daqui a pé para ir para a festa lá, de Nossa Senhora Santana. Aquele Zé “Bolinete”, o finado Joãozinho Gosminha, como eles tratam – que era o marido daquela tia Martinha; ele foi

casar ele com Romana lá nessa festa; a maioria foi tudo a pé, e alguns montados. Foram dali da Taboquinha até Vargem Bonita. Dessa vez a gente ainda morava na Canabrava.

Eu lembro de um bocado. O primeiro curador aqui foi...; depois Compadre Firmino Borges, que sempre vinha até aqui em casa. Ele era muito amigo de pai; eles eram até parentes; tinha tio Remoaldo; mas ele não sabia de nada; era só zoadá; tinha Zé Rapadura, que incutia a curar, mas também não sabia de nada. E aí depois veio um homem de cá, não sei de onde, acho que veio de Belo Horizonte, esse dava resultado.

Esses curadores arrancavam aquelas raizadas de pau e raspava, aí faziam aquelas garrafadas para vender para o povo, e dava certo. Eram poucos que não davam certo; outros aí era mentirada; não sabia era de nada. O povo chamava curador para benzer; benzer para espantar cobra de pasto, curral... Ali mesmo, até agora, poucos tempos, tinha um Zé Branco, que fazia trabalho, mas ele foi apelidado de “Junta Cobra” [...].

Minha mãe era parteira. Tinha outras aí: a Martinha que eu chamava de tia, era outra boa. A finada Gertrudes, que era irmã de Valentina; uma Chica, que o povo chamava Chica Doida; ela está sepultada acolá mais embaixo; era parteira também boa; essa vinha do Itaguari. Tinha uma Viginona, que era parteira também; o finado Bernardo e Vicentinho ainda brigaram por causa dela. [...].

Eles disseram: “Agora vai ser Parque!”; “Não. Não pode roçar mais brejo; não pode botar mais uma roça. E esgoto é o seguinte: se já estiver esgotado..., pode limpar; só não pode fazer de novo”. Nós mesmo aqui cuidamos de esgoto que já existia. Agora, eles não aceitam tirar madeira. [...]; a gente tem que respeitar as leis! Não pode tacar fogo mais. A gente cria umas “criaçõeszinhas”, mas é tomando prejuízo, é morrendo, é montado no barbatimão. [...].

Eu gosto daqui; eu quero ficar aqui. Daqui eu saio para o cemitério que tem ali. Mas não sei; Deus é quem sabe. Eu não gosto de rua. Não quero morar lá! Lá eu só vou para comprar as coisas que eu não tenho aqui.

Essas histórias aí vão ficar para meus netos, bisnetos... Tem neto meu aí escutando. No dia de amanhã os que tiverem ideia, contam para os outros: “Foi assim, assim, assim, tal época, tal era, teve essa comemoração lá na casa do meu avô”. Tem que fazer assim porque eu sei que na idade que eu estou... o que esperar?

Entrevista 3.2.1.c

*(Comunidade Estiva – Fronteira Cocos-BA/Chapada Gaúcha-MG,
PARNA-GSV.2 – TC).*

Meus pais eram da família Gonçalves de Barros e Neres dos Santos. Meu avô era de muito longe, dessa Bahia velha bem embaixo aí. Ele morou no Vão da Larga. Eu fui nascido lá...; lá é Minas. O povo me trata de baiano porque fui criado aqui, mas eu sou mineiro mesmo. Meus documentos são de Minas. Mas dizem que sou baiano porque acabei de me refazer aqui e estou morando aqui até hoje. Quando vim para cá ainda era molecote. Nós passamos para o lado de cá [da Carinhanha] na década de 1940. Minha mãe morreu em 47, no dia 7 de agosto, na Carinhanha.

Quando mãe morreu, pai casou com Joana e teve um bocado de filho. Mas só tenho três irmãos de pai e mãe. Você agora vai ver eu contar minha história. Eu sou o mais velho da turma. Agora, você vê, moço, esse bicho já está velho. O caçula morreu com quinze anos, novinho. Os outros foram morrendo e aí ficou eu e Periquito. Eu pensei que fosse morrer antes dele. Pois não é, que Periquito morreu primeiro [?!?] e eu estou aí batalhando – como dizia o finado Albertão [do Rodeio].

Minha mulher é igual advogada: fala muito. Ela veio do Vão da Larga. Veio de Minas. Mãe morreu. Pai arranhou outra mulher. Fiquei assim pensando: oh, moço! Sabe que... Aí casei com 21 anos. Talvez se eu tivesse mudado daqui, não estaria mais vivendo. Aí me conformo.

Eu sou de 1931, dia 6 de junho. Só tenho dois filhos: uma filha e um filho. A filha mora no... [Limoeiro, em Formoso]. E o filho – por causa dos meninos na escola – ele foi morar lá no [ribeirão do] Boi junto com o sogro.

Eu sou um cara sem estudo; de primeiro não tinha escola. A escola que conheci aqui eram os pais colocar a gente para trabalhar. Desde criança, pai já chamava para ser guia de boi, vigia de arroz...; era desse jeito. Eu fui criado na sujeição. A criação de primeiro era terrível. Hoje mudou; os pais eram quem mandava nos filhos; hoje os filhos é quem governam os pais. Antes o pai pegava a gente no coro; hoje se fizer isso vai prá delegacia, coloca o pai na cadeia; não está acontecendo desse jeito? Claro que eu fico assuntando; hoje filho não é criado como antigamente.

Mãe foi sepultada do outro lado da Carinhanha. Do lado de Minas. E pai é desse lado daqui. Ela foi sepultada na banda de lá porque no dia que ela morreu tinha um festejo lá no finado Antônio [Pau Terra], lá no Boi. Então, pai foi nesse dia; pai gostava de vender umas coisinhas, aí carregando no carro-de-boi; e Rafael¹⁵³, que até é casado com Maria, estava ajudando ele nesse dia; pai entregava a tralha para ele porque sabia labutar, era paciente, na estrada para Januária. O trem não era fácil; pai buscava o

¹⁵³ Rafael era primo de Firmino da Muriçoca, e este pai de João, Ló e Gertrudes, que são nossos entrevistados nessa pesquisa.

conforto era em Januária. Quarenta léguas para ir, quarenta para voltar. Aí pai entregava o carro para ele; arrumava tudo, despachava.

Rafael foi na frente. Pai e mãe ficaram mais para trás. Claro ainda ajudou mãe montar num cavalinho. Aí quando amanheceu, já no dia 7, que ele já vinha embora, mãe sentiu mal; pai voltou em casa, foi lá no tio Quidim buscar uns remédios e avisar todo mundo. Colocaram a gente em um carro-de-boi, colocaram mãe dentro, vieram rodando, rodando... Mãe faleceu de tardezinha em um lugar lá embaixo, na beira do Boi; ela está sepultada no Sucurizinho, perto da Carinhanha; lá tem esse cemitério. Não deu de enterrar do lado de cá; cuidaram do corpo lá mesmo na casa do finado Salvador e Dona Raimunda.

Pai tocava uma vendinha com a ajuda desse Rafael. Quando o carro-de-boi vinha de Januária carregado, ele passava na Carinhanha no feixe de buriti. Era sofrimento! Lá na Januária, pai comprava o sal, o café, o remédio, pano...; isso tudo aqui era difícil; o povo aqui era quase tudo fraquinho; só vivia tirando mangaba; era “mangabando”. Os coitados aqui não davam conta de ir em Januária. Compravam na mão de pai. Antes de eu casar, pai já tinha essa venda. Só não sei quando começou. Além de mangaba, pai comprava pena d’ema, farinha de mandioca, couro de veado, tudo! Pai ia juntando tudo dum canto a outro da casa. Eram aquelas fardas!!! Aí ele amarrava, colocava no carro-de-boi e ia vender tudo em Januária. Fui lá muitas vezes com ele. Depois eu casei. Era eu mesmo. Atravanequei aí essa estrada com um cargueirinho, socava no mundo. Eram oito dias de viagem para ir lá e voltar. Isso quando era tropa. Já carro-de-boi gastava dez, doze dias. Lembro muito do Velho Prasdo. A venda dele era no Sumidouro. [...]. Vendia de tudo lá. Ele não era mascate. A gente é quem ia na venda dele comprar.

A gente se divertia aqui com as festas de Reis, Nossa Senhora da Penha, Bom Jesus... O povo dançava muito, mas era um respeito danado; tinha aquela roda de terreiro: as mulheres cantavam as modas no terreiro; e era dançando, fazendo aquela “rodona”; era desse jeito: dançava, também cantava, sapateava, jogava verso... Periquito, meu irmão, tocava viola. Eu não, não aprendi a tocar. Tinham outras danças também: o Oh Riri-Oh Rirai, Cana Verde.... Eu gostava de dançar isso com as meninas.

Depois do Vão da Larga, pai mudou para o Ferreira, que deságua no Boi. Moramos lá uns tempos, depois viemos aqui pra Carinhanha, aí no Sumidouro, do lado de lá; como o gado estava morrendo, fizemos um retiro pro lado de cá. E assim mudamos aqui pro lado da Bahia. Isso foi na Era de 40. Fizemos casa, curral, casei... Fui morar aqui na Estiva. Minha casa era do lado de lá da vereda, depois, por causa das

formigas que comiam tudo que eu plantava, mudei para donde estou hoje. Tirei um rego, botei aqui na porta. Mas, com essa seca, moço, já tem uns três anos que secou foi tudo.

Tenho tanto gosto daqui que se não fosse essa tentação do Povo do Parque, eu nem falava de sair daqui. E acho que nem vou sair; comprar aqui, eles não compram. Falam de me pagar, mas não pagam. E dar de mão beijada, não vou dar. Ficam aí me enrolando, chegam aqui, dizem “bambambam”. Assim, entra ano e sai ano, esses safados não pagam não.

Esse Povo não aceita mais botar fogo, fazer um roçado, botar uma roça... Caçar eu não ligo; eu não sou caçador. Já me botaram uma multa aí. Como o peixe aqui rareou, então esse Povo de Fora chega aí para caçar com “cilibrin” de noite. Mas botaram a culpa em mim. Mas eu não botei esse fogo. Paguei advogado. Ele nem decorreu [recorreu]. Só comeu meu dinheiro. Esses caçadores matavam de tudo. Levavam era cargueiro de caça. Mas hoje é difícil ver uma caça na beira do rio. Se você disser que vê ao menos um rastro de paca, está mentindo. Acabaram com os peixes, os animais, as capivaras...; a água na Carinhanha baixou. O rio quase secou. A Carinhanha está virando um córrego, você está vendo lá. Olha o jeito que ela está lá agora?!? De agosto para setembro, fica só uma aguinha.

Ainda tenho umas criaçãozinhas aí; a maioria está largada aí, pois não aguentei mais campear. Eu sofro de hérnia. Não aguentei mais andar a cavalo. Moro aqui sozinho, eu e Marinha. Me largaram aí. O gadinho às vezes vem aqui no cocho comer um salzinho; ladrão já tem me roubado um bocado; eu tenho esse gadinho aí, mas estou sem remediar; é mesmo que não ter porque não aguento mais cuidar. Até queria vender tudinho, mas como é que faço? Não posso prender, e o gado está mais bravo que veado nesse Gerais.

Eu tenho aqui uma declaração. Eu fiz lá na Bahia. Fiz essa declaração de quinhentos hectares; está aí a prova que isso aqui é meu. Ela é tão velha que está estragada.

Lá na Cobra quem morava era o finado Teotônio “Bito”, Franquinho, o primo dele, o Compadre Zé “Bito”; tudo morava lá. Dizem que lá na Cobra tinha esse cemitério; esses Bito quase tudo foi enterrado lá. No Landim eu já não tinha comunicação, já não conhecia. Aqui no Pilão morava um tal de Zé e Delfina – essa está com muitos anos que morreu; era morador velho, muito antigo. E aí no lugar que chama Passageiro morava o finado Compadre Atanásio, o irmão dele, o Tiano, que acho que

ainda está vivo; mora em Alvorada [do Norte-GO]. Esse povo foi mudando tudo. Só ficou aqui, eu, pai, Alcino Velho... As taperas de Alcino Velho ficam ali mais embaixo. A velha dele morreu – Aristina; pai também. Ali é o cemitério deles.

Na Muriçoca, na Canabrava... Lá eu lembro de uns, outros não. Tinha o finado Firmino, finado Zé Baiano, marido de Rosa, um Julião; tudo morava lá. Finado Julião era marido da finada Antônia Velha. Ela era irmã do finado Firmino da Muriçoca; Julião morreu lá na Barra da Vereda Comprida; fui lá no enterro dele; fui ajudar abrir a sepultura, na Muriçoca. Essa foi uma história engraçada. A gente ficou muito tempo abrindo a cova; cavamos, cavamos e nada de dar sete palmos. Nós enfezamos. Tocamos a enxada bem forte e eu disse: agora se não der sete, vai passar de oito palmos. Parece que o morto ia devolvendo a terra para não dar sete palmos. Media, media... Quá, gente! Vamos enterrar assim mesmo. E assim fizemos.

Aonde eu fui batizado... eu não sei. Meu casamento foi aqui na cabeceira da Carinhanha, na igreja de São João Batista. Nós também frequentávamos Vargem Bonita e lá na Serra [das Araras]. Mas a gente ia mesmo pela Festa.

O Gerais é o “Geraizão” vazio aí; até tinha aquela conversa antigamente: “É o povo do Gerais”. Eu me considero um geralista. Gosto de ser geralista. Tanto que daqui só vou mudar quando Deus mandar São Pedro me buscar. Aí eu vou mudar. Tem gente que não gosta [de ser chamada de geralista]. É porque anda tirando onda de bom.

Antigamente, casa aqui era só de palha mesmo. Ninguém conhecia casa de telha. Era palha pura, que dura de oito a dez anos. As paredes...; a gente fazia com enchimento de xiriri, outrora de pau mesmo; “enchementeava” tudo em volta, envarava, carregava barro, tampava de barro... enchia as paredes. Com a palha do buriti, a gente cobria [a casa]. O buriti é muito importante; o buriti tem dois proveitos: O cara aproveita a palha para fazer a casa, e no tempo da fruta aproveita para comer; também a gente tirava o braço do buriti para fazer o feixe para atravessar rio; a canoa de primeiro, na Carinhanha, era feixe de buriti.

Com o buriti, passava tudo na vida. Só o carro-de-boi que era passado no rio. A gente emendava umas cordas e aí amarrava no cabeçalho, jogava dentro d’água; uns ficavam lá; empurravam dentro da água; outros ficavam na banda de cá do rio; agora corria também puxando... Eu não conheci o porto lá da Cobra; só tive contato pelo que os outros contam. Lá era um porto antigo. Era passagem para ir a Januária. Traçavam esse mundão aí até Goiás. O cargueiro vinha do Goiás [para Januária]. Cargueiro e

carro-de-boi; era uma “tropona”!!! Atravessava a Carinhanha, aí cortava prá Januária, tornava voltar, passava aí, tudinho aí.

Tinha morador lá na Cobra, morador velho, antigo, que eu só ouvi contar [sobre eles]; aí na Cobra teve um “movimentão”. Esse povo [Bito] acabou tudo aí; acabou a procedença. Aí esse Teotônio Velho foi morar lá [na Cobra], o pai de João “Bito”. Ele era um caçador velho, danado. Conheci ele, demais. Aí depois da Cobra, subindo aqui para cima, aí tinha um porto lá na Barra do Jataí. Lá era um “movimentão” também; [movimento] de tropa que passava lá; cá para baixo da Muriçoca, era esse porto. E quando nós chegamos nessa terra aqui já tinha esse porto lá na [vereda] Onça. Já tinha! Ele é antigo também.

Ninguém conhecia moto. Carro aqui ninguém não ouvia nem falar. Todo mundo andava a cavalo, a pé... acabou tudo! O povo agora só usa moto. Se você tem um arreo para vender não arranja quem compra. Ninguém usa mais um cavalo.

Lá [no Itaguari] morava essa Damiana; depois um Mateus Velho, um Mariano... Mas não conheci a Damiana, não. Só ouvi falar dela. Ela morreu, mas o lugar ficou chamado de Porto da Damiana. Não, não lembro quem morava na Taboca. Eu não andava por lá.

Lembro do finado Firmino [Borges], curador velho antigo; finado Dão Ferreira, que era mestre aí nesses assuntos [de cura]. Parteiras aqui tinha, também todas falecidas: era a finada Do Carmo, que é a mãe de Marinha [minha esposa]; era parteira velha. E a outra era Laura, a mulher de Antônio, “Antonão”. Eles estiveram morando lá no Passageiro também. Depois que Compadre “Antonão” saiu daí, estiveram morando lá... meu irmão Joaquim. De primeiro tinha essa mulher, a Preta Velha, que era mãe do finado Antônio; ela era rezadeira.

A finada Comadre Do Carmo, minha sogra, era rezadeira famosa aqui na Carinhanha. Minha esposa reza até hoje. Ela ficou no lugar da velha. As rezas que a velha rezava, ela reza todinha também. Sabe todinha. Ela sabe! Aprendeu tudo. Tanto que aqui nesse quarteirão aqui ela é chamada pra rezar. Ela, Hermínia Velha do finado Nego de Sebastião [Suçuarana]... todo ano elas rezam para São Sebastião. A festinha, em 20 de janeiro, ainda é feita.

Você vê mesmo: os outros todos mudaram daqui. Eu tenho tanto amor no meu lugar velho aqui!!! Só o desgosto que eu tenho é só esse: querem me tirar daqui; é isso que vem estragando a gente. Não deixa a gente fazer uma cerca nem nada. A gente não põe fogo, mas depois dizem que foi a gente. Foi agora: está com um ano e uns meses;

foi nesse outubro quando o fogo estourou aí. Chegou até aí, bem pertinho aqui de casa. Apagaram aqui na beira do mato aí. O fogo foi tanto que esse galinheiro aí queimou tudo. Aí os meninos ajudaram aqui; nós apagamos, jogando água aí; quando o fogo chegou, a gente estava aí embaixo daquele pé de manga lá, conversando lá, descansando lá. Veio uma faísca de lá, agarrou aí, tinham umas galinhas presas que já estavam correndo, se debatendo, tinha um balde de água, corremos, tacamos água, apagamos.

Essa passagem aí na Carinhanha já foi eu quem fez depois que eu já estava morando aqui. A canoa é minha. Agora resolvo tudo é na Chapada [Gaúcha]. Com Formoso eu cortei [minha relação]; não dei conta mais de ir porque naquele tempo Orlando [ex-prefeito até 2004] mandava o caminhão [para buscar o povo], depois cortou; começou a linha de Formoso pra Chapada. O ônibus cortou; acabou. Eu e Marinha transferimos a aposentadoria prá Chapada Gaúcha.

Essas histórias velhas estou contando para esses mais novos, que não conhecem, [possam] compreender; alguns até compreendem; tem outros que não compreendem porque não ouviram...; esse povo novo nessa era de hoje não conheceu nada dessas coisas; tem casos que você vai contar, eles acham até graça. A gente é besta, está contando bestagem. Eles não querem escutar. Eles dizem: “Não! É história de velho; velho não sabe de nada”.

E eu fiquei muito interessado, muito agradecido de vocês terem vindo aqui. Essa é uma boa intenção.

3.2.2: Geralistas residentes na Bacia do rio Urucuia

Entrevista 3.2.2.a

(Comunidade São Joaquim – Fronteira Formoso-MG/Cocos-BA, Zona de Amortecimento do PARNA-GSV – TC).

Eu sou solteiro. Nasci numa quarta-feira, três de fevereiro de 1963. Eu nasci na Fazenda Muriçoca, em Cocos, Bahia. A diversão de um menino naquela época era trabalhar. Era puxar guia de boi no carro. Era tocar boi no engenho moendo cana; os pais não deixavam a gente bestar para a casa dos outros. Ninguém embestava na casa dos outros. O velho dava uma enxada para a gente plantar um pé de milho, um pé de mantimento.... Foi isso que meus pais, Firmino José Barbosa e Dionísia Barbosa de Sena, me ensinaram; o brinquedo foi esse.

Não é que nem essa juventude nova de hoje que tem bola, carrinho, bicicleta... Naquele tempo nossa bicicleta era o cavalo. Montava aí no pelo puro, saía pro campo, corria atrás de vaca, tocava o gado até deixá-lo na manga. Apartar vaca, bezerro...; isso

era o brinquedo. Mas sou agradecido aos meus pais por terem me ensinado a trabalhar e a viver. Hoje, graças a Deus, vivo por conta própria; nunca dependi de ninguém. Com meus pais aprendi respeitar as pessoas velhas, as novas, até os bichos; um cachorro, por exemplo, a gente tem de tratar ele bem. Pai não tinha estudo, mas pedia que a gente respeitasse todo mundo de “mamando a caducando”; assim a gente seria respeitado. Tudo isso a gente aprendeu quando vivia dentro do Parque Grande Sertão Veredas.

Tudo lá a gente entregou pra o Grande Sertão Veredas; hoje a gente comprou esse pedaço de chão aqui, perto da cidade de Formoso no caminho da Chapada Gaúcha. Nós estamos aqui no meio dessa estrada servindo de ponto de visita dos viajantes do Parque Grande Sertão Veredas, Fazenda Bela Lorena... Esses aí são marcos desse nosso sertão. Certo?

A gente plantava roça, plantava arroz, cana...; e tinha de vigiar! Depois a gente limpava o arroz, o milho, a mandioca...; meu pai, o velho Firmino, ia abrindo as covas e a gente colocando as canas dentro. Esse é o estudo que recebi e agradeço. Assim, a gente vive feliz da vida. Eu vivo nesse sertão, e vivo muito contente. Gosto de tudo que meu pai ensinou. Meu pai criava gado, porco, carneiro, cabra...

A gente pegava aqueles cabritos que não mamavam; tinha que pegar, botar para mamar; os bezerros a gente tinha que colocar para mamar. Não tinha “manga” naquele tempo; tinha de pasturar a vaca até o dia que ela paria. Era deserto! Naquele tempo não existia “manga”. Hoje tem cerca, a terra está dividida; naquele tempo não existia isso não. Naquele tempo não existia esse negócio de mineral. Vacina de animal era o sal branco pisado, aquele sal grosso pisado no pilão para poder dar à criação; o mineral e a vacina de antigamente eram o fogo; a gente queimava e o gado comia aquela cinza. A cinza era a vacina que tinha naquele tempo. Vieram muitas coisas hoje!

Eu agradeço aquele tempo; queria que voltasse aquele tempo de novo para eu viver naquela bela fazenda da Muriçoca onde eu nasci e criei; lá é a minha raiz, é o meu sonho. Eu tenho esse ponto de venda aqui hoje com todo movimento, com tudo na mão. Mas se tivesse permissão, eu voltaria para a Muriçoca e seria o primeiro proprietário dela dentro do Grande Sertão Veredas. É isso o que eu queria.

A diversão do jovem na minha época era melhor que hoje. Tinha aquelas festinhas de roça; a gente ia falar verso, aí falava verso para aquelas meninas bonitas. Fazia brinquedo de roda de terreiro. Eu mesmo jogava verso: “Menina dos dentes claros/clareados de marfim;/os seus braços são uma gaiola/e eu sou seu canarinho”. E

elas jogavam verso pra gente: “Menino dos dentes claros/que na noite não reparei/por toda a vida não te deixo, menino/ mas por morte te deixarei”. Isso era bom demais.

Morei primeiro na Muriçoca; depois fui pro Boi Morto, Roncador, dentro do Parque. Aí larguei a barra da saia de mãe com onze anos e encontrei com o mundo. Fui trabalhar no Formoso, para a família Ornelas. Fui pro Passa Três; voltei para a Fazenda Canabrava, para Mambaí [GO] uns três anos; fui trabalhar de novo na fazenda Muriçoca; fiquei lá quase quinze anos. Ela foi vendida. Depois, voltei prá lá de novo. Aí chegou o Parque Grande Sertão Veredas.

Fazer o quê? A gente sabe que é uma área [do Parque] que nós não podemos ficar dentro; a gente tem que produzir, trabalhar para se alimentar. Eles não aceitam queimar. Antigamente a gente queimava e não tinha problema. O fogo era na época certa, na lua certa, no mês certo. Hoje dentro do Parque não pode fazer isso. Em 2006, entregamos a área para o Grande Sertão Veredas. Perambulei aí entre Formoso e Chapada [Gaúcha], Sítio da Abadia, nesse Goiás aí. Fui mexer com cadeira de pneu. Comércio de cadeira em Formoso é muito fraco. Aí comprei esse pedacinho de terra do Joaquim Carneiro. Aqui eu comprei um canto do céu para morar; é para a família e todos os amigos que chegarem. Isso é bom demais! Eu só saio daqui se for para a Muriçoca de novo, que é o meu sonho. Sempre sonhei mexer com bar, com o pessoal.

O meu pai veio do Cajueirão, município de Cocos, Bahia. São dois Cajueiros: Cajueirinho e Cajueirão. O Cajueirão é lá embaixo, uma parte em Minas e outra na Bahia. Meu pai veio do lado da Bahia. Minha mãe veio de Vargem Bonita, que é Minas Gerais, município de Januária, de onde vem a pinga mais famosa.

Nessa área do Gerais tem muito cemitério. Vamos começar descendo a Carinhanha. Tem cemitério no Cajueirinho, no Rodeio, no Galho da Palha, na Campeira, na Vaca Morta, na Muriçoca onde meu pai foi enterrado, no Jataí, na Lagoa do Rodeador, no Porto do Sumidouro, na Barra do Passageiro, na Cobra, na Canabrinha... Tudo aí tem cemitério. Muita gente enterrada dentro do Grande Sertão Veredas! Tem muita lembrança da gente aí.

Eu mesmo gostaria de ir, de vez em quando, lá na Muriçoca visitar a sepultura de meu pai; eu gosto de acender vela, rezar o Pai Nosso para o meu pai, minhas tias, meus tios, meus irmãos. Todos são enterrados na Muriçoca, que é minha raiz, meu sonho. O meu coração é para ser enterrado na Muriçoca. Eu queria ser enterrado na fazenda Muriçoca. Enterrar gente na cidade é uma bobeira porque sepultam uns, e no

mesmo dia vão arrancando outros. Cemitério é lugar abençoado. Quando a gente morre, o que deve ficar é a nossa história, o nome da gente, o que a gente foi ou não foi.

Lá onde nasci é Gerais, patrão! Um lugar para ser Gerais precisa ter terra de areia, buritizal, vereda...; no Gerais, a água é totalmente mineral. Não é que nem as águas de hoje, cheias de cloro; o que a gente bebe na cidade tem veneno. No Gerais a água sai diretamente filtrada debaixo do chão. A Muriçoca é todinha na Bahia; o Gerais é a divisa. Cocos fica há uns duzentos e poucos quilômetros. A Muriçoca é uma raiz e Formoso é outra. Eu sou da Bahia, nascido e criado lá.

O Gerais fica nesse sertão aqui dentro do Parque Grande Sertão Veredas. O Gerais é a melhor cultura que tem no Brasil. É assim o Gerais para nós. Se fosse hoje, o pessoal não sairia mais de dentro do Parque Grande Sertão Veredas; o povo saiu naquele tempo porque era besta, não conhecia nada. Se fosse hoje, numa seca brava dessa, o pessoal sofrendo, perdendo criação que trouxe de lá de dentro do Parque, da beira das veredas..., hoje não saía mais!

O Gerais é uma coisa. Sertão é outra. O Gerais é um Gerais. Sertão é sossegado. Você deita despreocupado, deixa sua fazenda de porta aberta, ninguém mexe com nada; é um sossego. Para nós, isso é um sertão. Já o Gerais são as coisas naturais, o coco tucum, o coco indaiá, o buriti, o xiriri, que dá um leite muito gostoso; não tem leite melhor que o xiriri, é tudo natural. O Gerais nos dá alimento. É isso que é gostoso no Sertão.

Eu me considero um Geralista. Não me troco pelo caboclo que mora em outro sertão. Quem mora em lugar mais ambientado não tem a inteligência que eu tenho; eu, que morei no Gerais, nasci e criei no Gerais. Vou falar a verdade: sou orgulhoso de me chamarem Geralista. E não tenho vergonha de falar nem de ter nascido na Bahia. É o seguinte: o pessoal que não gosta de ser chamado de geralista é porque não sabe o que que é um geralista. O Geralista é um povo que pensa grandes coisas. O Geralista é um cara inteligente; ele não tem estudo, mas tem inteligência na cabeça. Ele sabe fazer qualquer coisa. O Geralista não é bobo. Quem nasceu no Gerais sabe trabalhar, sabe lutar, sabe se sacrificar. E isso eu acho importante. Podem me chamar de Geralista, que eu fico satisfeito, contente.

Eu tenho muitas coisas das quais não esqueço. A gente mexia com carro-de-boi bem pesado, e boi bom. A gente saía com o facão amarrado na cintura, amarrava o ferrão nas costas, saía gritando, o carro cortando um palmo de chão. A gente também

pegava um anzol, ia para a beira da Carinhanha pegar um peixe quando estava de folga. Aquilo ali era um divertimento, um sonho que a gente não esquece.

As casas no Gerais eram feitas de buriti. O telhado era feito de palha de buriti. Era uma casinha fresca! Aquilo era um canto do céu. Era um tempo gostoso! Morar numa casa de palha é muito melhor que nessas casas de telha de hoje. As paredes eram feitas de palha, bem feitinhas. O buriti tem todo aproveitamento. Tudo na vida é o buriti. O buriti produz a casa para nós. Nós fazemos com o buriti a cama para dormir, uma cama macia, gostosa, igual como se tivesse colchão.

Naquele tempo não existia telefone. Um comunicava com o outro era no lombo do cavalo, no bico da botina, no carro-de-boi. A cidade mais próxima era Januária. Meu pai ia lá com carro-de-boi. Não existia ponte. Mas tinham muitas passagens: Porto da Muriçoca e Porto da Barra da Onça. Aí era por onde passavam os goianos que vinham de Mambai, antigamente Riachão, os de Damianópolis que antigamente era Catarina; tudo navegava daí para ir para Januária buscar as coisas de Minas para Goiás. Naquele tempo o que eles mais compravam em Januária era o sal, o pano e o café. Essas coisas nós não produzíamos aqui. O resto nós levávamos daqui para lá. De tudo se levava para Januária: rapadura, toucinho, farinha, mamona, resina de jatobá, corda, rede trançada da palha do buriti... O carro ia e voltava carregado.

Os moradores antigos da Carinhanha, aqui do lado da nossa Bahia, que a gente conhecia, foi Seu Firme, no porto do Sumidouro; tinha Seu Alcino, Manoel de Canuta, Seu Albertão, na fazenda do Rodeio, da família Lisboa; Seu Custódio, que morava na fazenda Sucurizinho; Seu João Preto e Gino, lá na Canabrabinha – eles eram filhos do Seu Herculano [Rodrigues], homem muito famoso; Seu Nego Onça também era na Canabrava. Seu Antônio Roxo, no Jataí. Seu Cláudio, que é casado com a minha tia Marinha. Ele ainda mora dentro do Parque Grande Sertão Veredas, na Estiva.

Lá na Cobra eu conheci também a família “Bito”; lá mais embaixo, Seu Cândido, no Landim. E não é do meu tempo, mas tinha também a Damiana, lá na Ponte da Damiana; mais embaixo, tem o Porto da Maria Baiana. Tinha Seu Antônio Garrucha Mole aqui em cima, no Itaguarizinho. O Seu Mateus morava lá na ponte da Damiana. Aqui no Cajueiro, em cima, conheci Seu Estevão, que fazia umas festonas de São João, dia 24 de junho.

Era uma boa festa onde dançava uma morenada bonita, umas negas assim da pele lisa. [...]. A gente ia para brincar, dançar roda de terreiro; fazíamos todos os pares e uns diziam para os outros: “Cidadãos de lei não se usa cinturão; cidadãos de lei não se

usa cinturão; só se usa carabina e camisa de azulão; para adiante eu atiro e para trás eu já atirei; roda lá com a sua morena, com a minha eu já rodei”. E a gente já saía trançado com uma morena.

Esse Geraizão de antigamente era uma cidade de Formoso hoje. O Gerais era cheio de gente. O pessoal de Formoso veio tudo desse Gerais. O Geralista foi dispersando porque uns compravam uma possinha deste tamanhinho (!) e cercava um monte de fazenda, e diziam: “Não! Isso aqui é meu; eu comprei isso aqui tudo”. Não tinha documento, não tinha nada. O Geralista não teve atitude, não sabia o valor que tinha, dava [a posse] por preço de banana. A grilagem pressionou o pessoal; o povo foi saindo; pegou o ouro e deu para os outros; fez os pratos de comida e deu para outros comerem. Hoje estão sofrendo. Eu fui vítima disso também.

Eu mesmo fui passado prá trás por essas [pessoas] também; gente de fora foi chegando e dizendo: “Eu que sou dono, eu sou dono”. E foi tomando conta de tudo; e a gente ia fazer o quê? Não sabia de nada; não conhecia nem tinha entendimento. Depois chegou o Parque Grande Sertão Veredas; quando chegou o Parque, em 2006, a gente não era mais tolo. Fui no chefe do Parque, Seu Kolbes, e ele me falou: “O que eu posso fazer para você é apanhar sua mudança e levar para onde você quer e fazer o levantamento da sua área; o IBAMA [vai] te dar prejuízo? Coisa do Estado você não perde”. Assim ele fez: levou minhas coisas lá para Chapada Gaúcha. Não perdi tudo não.

Eles disseram para o povo que não era para trabalhar, nem plantar, nem queimar. O povo ficou naquela: “Como é que a gente vai viver aqui? Nós vivemos da roça, do gado. Assim não vai dar certo, temos que sair”. Aí o Pessoal do Parque fez reunião e perguntou se a gente queria terra ou dinheiro. Eu quis foi dinheiro. Outros aí foram para o assentamento [Gentio-São Francisco]. Hoje estão aí sofrendo, sem água. O que trouxeram da beira da Carinhanha acabou. Todo mundo saiu rico da Carinhanha e hoje está pobre. Quem tinha trezentas ou duzentas rezes, hoje tem cinco ou nenhuma. Já eu... eles me deram dez mil e eu comprei isso aqui; montei meu ponto de comércio.

O Parque por um lado é muito importante: segura os bichos contra caçador de fora que matava, destruía. Hoje o trem é mais corrigido; o Parque Grande Sertão Veredas foi muito bom. Não tenho nada a reclamar sobre isso. Mas esse Pessoal do Parque tinha que ter pago todo mundo primeiro. Eles [os moradores] tinham direitos. Tinha que fazer isso: pagar os moradores.

Eu fui batizado na Serra das Araras. Lá [o padroeiro] é Santo Antônio, o santo casamenteiro. Lá tem uma festa famosa! Nesse Geraizão aqui todo mundo frequentava lá. A gente ia lá. Quando não era no lombo do cavalo, era no SP2, na precata. Vargem Bonita também tinha outra festa famosa: Nossa Senhora Santana, dia 25 de julho. Nossas comunidades frequentavam lá e também em Bela Lorena, que é de Seu Quincas Borges, na igreja de São João Batista. No Cajueiro de Estevão também tinha uma festa. E lá no [outro] Cajueiro, lá embaixo, era a festa de São Raimundo. Era nessas festas que a gente rodava com as morenas.

Os curadores mais famosos do Gerais iam lá no mato, arrancavam raiz de pau, fazia garrafada e a quantidade era nas doses certas, nos horários certos. Não é que nem esses de hoje, que vivem só no comprimido, acabando com o estômago. Estou nessa idade, mas não vivo atrás de médico. Arranco uma raiz de pau, uma folha e faço o meu remédio; eu passo um ano, dois anos sem gripar. Um curador famoso era até meu tio: [Se]Bastião Sussuarana; morava na Fazenda Estiva, e o Seu Dão Ferreira; eles eram pessoas importantes. Esse fez uma ponte manual, no braço, na Carinhanha. Dão Ferreira foi uma pessoa tão importante que podia ter sido um presidente, um deputado. A ponte está lá até hoje. Ela fica abaixo do porto do Sumidouro e acima da barra do Rio dos Bois, lá de Minas Gerais. Essa ponte ligava Minas e Bahia. Tinha Seu Firmino Borges, também [um] curador famoso. Remédio dele curava mesmo. Só morria quem já chegasse para morrer mesmo. Eles faziam trabalhos também nas fazendas contra cobra matando gado; eles vinham, faziam benzimento lá; faziam um defumador nos três cantos da fazenda; aí a cobra não matava mais, desaparecia.

As parteiras de antigamente eram como as enfermeiras de hoje. Tinha minha vó Leocádia Barbosa de Jesus, Dona Martinha, Dona Tertulina, tinha a esposa do Seu Paulo, que é a sogra do Seu Nego Onça. Tinha Dona Laura também. Eram pessoas importantes, pois onde elas colocassem a mão, a criança nascia bem. Era a mesma coisa de estar na mão de Deus. Era melhor do que estar na mão desses médicos de hoje que racham a pessoa. Elas faziam parto normal sem precisar de rachar a mulher; a criança vinha sadia.

Lembro, sim, das rezadeiras. Antigamente tinha muitas. Hoje tem Dona Duvirge, que agora mora em Formoso, mas ela é do Cajueiro lá embaixo, lá da terra do meu pai. Tem também tia Marinha [esposa do Seu Cláudio, um dos nossos entrevistados], hoje com mais de oitenta anos. Antigamente tinha minha avó Leocádia, muito famosa para rezar; tia Antônia, irmã do meu pai; tinha a Velha Leandra, minha tia também. Essas

rezadeiras não tinham esse negócio de ficar lendo no papel; a palavra delas era lida na mente; elas contavam a oração do Cristo, do princípio ao final, sem errar uma palavra.

Elas rezavam o Terço sem errar. Naquele tempo tinha gente católica. A gente ia aprendendo aquilo. Hoje o pessoal é só no livro de Catecismo, página de não sei o quê. Antigamente não; abre a página do Bendito aí, gente! Pegava e rezava. Por ali a gente ia aprendendo. Hoje é pouca gente aqui do Gerais que sabe rezar. A gente conta nos dedos quem é rezador. Essa cultura já desapareceu! Não tem mais como antigamente. Acabou.

Eu acho que é de grande importância [contar essa história] para quem pensa e dá valor. Tudo isso veio de meu pai. Eu tenho essa vontade de mostrar a fama do meu pai, como ele lutou com a vida. Meu pai tocava boi daqui de Formoso para o outro lado do Rio São Francisco no lombo do burro, debaixo da capa. Firmino da Muriçoca está na história do município de Formoso. Essa história é importante; pode vir um filho seu e dizer [...] que isso é importante para a pessoa ter uma recordação, saber como é que a gente foi criado, como a gente sobrevivia, como é que a gente se alimentava.

Entrevista 3.2.2.b

(Comunidade São Joaquim – Fronteira Formoso-MG/Cocos-BA, Zona de Amortecimento do PARNA-GSV – TC).

Eu sou casado. Somos de famílias antigas daqui dessa região. Os avós da minha esposa também são dessa região. Tenho quatro filhos: três de sangue e uma enteada. Tenho cinco irmãos. Vivos só dois. Sou da família dos Mendes de Queiróz. Meu pai também era daqui mesmo.

Nasci na Fazenda Extrema, município de Formoso, antiga moradia de Seu Rivalino, aí para dentro do Piratinga. Quando eu era menino, a gente brincava de várias coisas: fazia engenho, carrinho de boi, trelava jatobá e falava que era boi carreiro. Usava as árvores do cerrado para brincar. A gente imitava o que nossos pais faziam. Na minha época era muito bom. Não tinha violência. Você ia para a escola tranquilo; a única coisa que você levava era bronca dos pais para estudar.

E todo mundo andava era à cavalo; na minha época ninguém tinha carro [automóvel]. E festa era tocada de sanfona pelo Seu Elizeu e Seu Anísio. Essas festas aconteciam aqui no São Joaquim. Tinha festa também na Bela Lorena. Todo ano eu ia lá e também a escola onde eu estuda ficava era lá. Fui aluno da professora Lívia Carneiro; estudei antes na escola do São Francisco [fazenda], com a professora Berenice, esposa de Seu Tônico. Só [estudei] até a terceira. A [escola] pública sempre me educou para

ensinar a ler e escrever; e a [escola] do mundo ensinou eu viver com todo mundo em paz, sem problema.

Eu só morei em três lugares: Extrema, um lugarzinho ali perto do assentamento [Gentio-São Francisco] e aqui no São Joaquim. Gosto muito daqui. Aqui é muito bom, é sossegado; a gente cria nossos bichinhos; eu gosto de ficar aqui. Sou Agricultor. A gente já cultivou de tudo: arroz, feijão, milho, cana, já fizemos rapadura no engenho puxado por bois. Meu pai [Tidinho] era carpinteiro: fazia engenho, carro de boi...; nós fizemos isso tudo aqui na época. Pai sempre tinha uma pequena criação: um porquinho, uma vaca para tomar um leite.

Existe um cemitério aqui no São Joaquim. Minha família quase toda é enterrada ali. Não conheço nenhum lugar [do Gerais dentro do Parque]; não conheço. Mas eu sei [onde fica]. O Gerais está logo aqui, bem pertinho da gente. Aqui [no São Joaquim] quase que já é Gerais. É considerado Gerais, pois está no entorno. Gerais tem de ter veredas, região campestre grande, mato, brejo, areia, muita area...; onde tem essas coisas é Gerais. Logo aqui é a divisa entre Minas e Bahia, só rodar aí um quilômetro e meio. São Joaquim está na beira da Bahia. Para mim, Sertão e Gerais é Grande Sertão Veredas. Colocaram esse nome aí. Tudo é a mesma coisa. Eu sou Geralista porque o meu pessoal veio do Gerais e eu estou no entorno. Gerais também é um território brasileiro. Me sinto feliz [em descender de Geralista].

Eu tenho uma lembrança muito pequena [do Gerais]. Ainda quando era bem pequenininho, fui lá à cavalo na casa de Seu Atanásio [pai de Tavinho e Zé Neves, nossos entrevistados]. Acho que era Vereda Comprida, o lugar. Cheguei lá, estavam moendo com uma parelha de boi rodando o engenho. É a lembrança que tenho de lá. Nunca mais voltei lá.

Eu fui batizado na Carinhanha. O santo lá é São João. A gente frequentava a festa lá [em Bela Lorena]. Meu casamento no padre foi aqui mesmo em São Joaquim. Vinha padre aqui. Vinha de Buritis.

Na Carinhanha só tinha vau. Só teve ponte de uns anos para cá. Tinha [vau] que saía do Saquinho, fundo ali, e saía lá na Vargem Larga e tinha esse aqui de cima. As pessoas aqui se comunicavam era no cavalo, carta, carro de boi... Ia pra Januária buscar alimento: sal, café, açúcar. Tudo vinha de Januária. Daqui levava muita coisa: arroz pisado no pilão para vender lá. Meu pai ia a Januária. Eu nunca fui.

Quase não conheço os antigos que moravam no Gerais. Tinha Seu Estevão, tinha o pai do Zé Osmar; também o Patrício, o Zé Cajueiro... Eu tenho parente aí nesse Cajueiro. Pra essas bandas daí mais pra dentro não conheço.

Eu cheguei a frequentar [as festas de Serra das Araras e Vargem Bonita]. Ia com meus pais. Teve muito rezador por aqui. Minha vó mesmo por parte de pai era rezadeira; teve um João Padre. Parteiras... Tia Matilde era parteira. Ainda existe. Ela está ali viva. Outra é Rita; tinha Dona Leobina, que já é falecida. E curador tinha para todo lado; não lembro de todos; lembro do Manuel Passa-Perna. Era uma raizada danada! Quininha, jatobá, casco de arueira, pau-doce, pau-terrão... Tudo é remédio. Se tiver com queimação no estômago, casca de pau-terrão é o ideal. Tinha aquele outro [curador] lá do Gerais, que esqueci o nome. Eles faziam *trabalho*: benzia para tirar cobra e para acabar com sorte ruim. E dava certo; o pessoal acreditava.

Foi um abalo [a chegada do Parque]. O pessoal tinha seu lugarzinho para trabalhar, um pedaço de brejo para plantar. Depois o pessoal foi entendendo que tinha de haver preservação. Acho bom porque está preservando. Por outro lado prejudicou o pessoal; eles não pagaram ninguém. O povo saiu [do Parque] de graça. Levaram desvantagem. Acho que o Governo tinha que ter pago o pessoal primeiro para poder desapropriar. Não acho errada a preservação do meio ambiente. Mas não pagaram o pessoal! Aqui [com a chegada do Parque] você não pode derrubar um monte de pau. Se derrubar, eles falam que estamos destruindo a natureza. Não pode derrubar beira de rio, cabeceira e nem brejo. Nada! Eles falam que não chove mais por causa do desmate, mas é porque falta chuva mesmo. Antigamente tinha desmate de todo jeito e chovia bem; e agora, depois que está preservando aqui, não chove.

Entrevista 3.2.2.c

(Comunidade Capão do Mel – Fronteira Formoso-MG/Sítio da Abadia-GO – TVU).

Sou casado há mais de trinta anos. Sou da família Barbosa dos Santos, daquele povo de Firmino Borges. A mãe de pai, minha avó, é natural daí [do Gerais]. A mãe da minha vó era descendente de índio.

Minha mãe era dos Mendes [de] Queiróz daqui da cabeceira da Carinhanha; é descendência de Rafael Mendes [de] Queiróz; eu sei que é dessa família aí dos Mendes. Já meu vô nasceu lá na fazenda São José, ali na Barra do Catolé, numa fazenda do lado esquerdo da Carinhanha. A descendência dele é dali. Agora, minha bisavó é do Vão da Larga [nascente do rio Pandeiros, povoado de Vargem Bonita, em Januária].

Meus avós por parte de pai foram enterrados ali no Passageiro [vereda da Carinhanha, margem esquerda], ali perto do Pilão; e meus avós por parte de mãe, na Muriçoca. Eu lembro de muito cemitério naquele Gerais: cemitério da Gameleira; lá foi enterrado o pai de Gino, Seu Herculano [Rodrigues]; Lembro também do cemitério do Rodeio aonde o Velho Alberto morava; ele também veio lá do Catolé, Fazenda São José.

Conheci minha esposa na época que passava por lá [Cajueiro] e ouvia informação sobre as moças bonitas de lá. Aí eu falei: “Não, eu vou campear” na época da Festa de São Raimundo: é uma festinha dos Geralistas com luz daqueles lampiõezinhos de gás; o pessoal dormia naquelas barracas de palha. Era uma festinha muito boa, animada, ia muito mascate. Aí tinha a Missa de São Raimundo, batizados, casamentos...; vinha gente de Cocos participar da festa. Cajueiro é um povoadinho, umas cem pessoas e cem moradias. Depois diminuiu. E hoje acho que até aumentou, tem umas casinhas de telha.

Esse pessoal do bairro Cerrado Quente [em Formoso] veio todo de lá do Cajueiro; ali no assentamento [Três Capões] tem um bocado de família de lá; tudo veio naquela época [1997-2004] que Orlando [José da Silva] era o prefeito; ele trouxe esse pessoal e foi aglomerado ali para ser eleitor dele.

Eu nasci dia 5 de agosto de 1951. Nasci na Vereda Comprida lá da Muriçoca. Depois pai mudou para a outra Vereda Comprida, que fica logo ali perto do Rodeio. Ele arrumou uma fazenda lá de Zezé Carneiro; ele dizia que era dono de lá, mas na verdade aquelas eram terras...; tudo ali era dos herdeiros de Rafael Mendes; nessa fazenda nós vivemos...; eu mudei de lá em 1984; vivi lá uns trinta e tantos anos. Tenho quatro filhos: Giovane, Moisés, Lenilton e Eugênio. Eram cinco. Um faleceu com uns três meses. Nasceram na Carinhanha, Brasília, Vereda Comprida... Nós somos nove irmãos: Nativa, Joaquina, eu, Maria Arcanja, Zé dos Reis, Tavinho, Esmeralda, Marciana e Geraldo; vivo só tem sete. Eu não tive tempo para brincar [quando era criança]. Já comecei trabalhando; brincava de fazer carro-de-boi; e os bois eram frutas de jatobá; o carrinho era de buriti; passava um carvão para ele cantar e fazia uma “trelinha” de jatobá enfileirada; brincava com Maria Arcanja e Esmeralda. Mas a gente também usava esses brinquedos para aprender a contar. Eu ensinava minhas irmãs.

Eu fui batizado na Serra das Araras e meus padrinhos também são todos dali da beira da Carinhanha. E meu casamento foi realizado lá na Vargem Bonita, município de Januária. Nesses dois lugares, o geralista ia para casar, batizar, crismar. O povo fazia

romaria para ir nessas festas. Na festa da Vargem Bonita eu fui quando casei, mas eu já conhecia lá antes.

Eu lembro de algumas coisas dessa época. A juventude da gente no Gerais foi sem muita diversão; mas era divertido. A gente frequentava as festinhas com muita reza e ladainha; o povo rezava para São Bento, Nossa Senhora da Penha, Bom Jesus...; sempre tinha alguém com uma violinha, depois vinha um banquete com farofa de capivara, carne de veado...; isso não faltava. Tinha fartura. Muita! E o povo ia dançar Oh Riri – Oh Rirai, Mulatão, Caninha Verde... Eu lembro bem que a gente quando estava dançando Caninha Verde, ali fazia uma roda de homem; fazia por fora; as mulheres ficavam por dentro da roda dos homens; só os homens que rodavam, as mulheres ficavam no seu ponto certo. Eu já ficava ligado: ia rodando, rodando...; quando dançava com uma que a gente não interessava por ela, aí dançava mais de longe. Quando dançava com uma do nosso interesse, aí já era bem coladinho, torcendo, chegando. Era desse jeito.

A dança Oh Riri – Oh Rirai tinha um sistema parecido. Só que era trocado braço com braço: vai um, passa por dentro e outro por fora, igual à dança Curraleira, que é essa Catira que tem aí hoje. Eram danças tradicionais dos Geralistas e a gente sente falta delas; você chega em uma festa hoje não vê mais essas coisas. Eu participei disso; era muito divertido. Tudo era à luz de cera, candeia de cera. Você conheceu candeia de cera? Pois é, a gente fazia aquele pavilhão de candeia de cera e pregava nos mourões da cerca, nas forquilhas da casa. Assim, o terreiro da festa ficava iluminado. Era tudo feito com cera de abelha: mandaçaia e irapuá. Oropa naquela época ninguém falava; não existia essa abelha. Ela apareceu agora na década de 1960.

Lá na Vereda Comprida eu já tinha família e já pensava de por meus filhos na escola; vim para Formoso, comprei terra lá de novo e aí fiquei. Ficava lá [no Gerais] e cá [na cidade de Formoso]. Essa fazendinha ficava ali na Vereda da Barra no entroncamento da Carinhanha com o Mato Grande, bem ali aonde um desemboca no outro. Por isso que chamam Vereda da Barra. Eu adquiri uma gleba lá; naquela época chegou o Parque [Nacional Grande Sertão Veredas]. Eu já tinha uns três anos em Formoso; voltei para lá de novo; o Parque desapropriou o povo, começou aquela pressão... Nunca fui indenizado; eu cheguei até a discutir com eles; foi um caso sério. Eles falaram de me prender. “Vocês podem me prender, mas eu tenho documento; eu tenho escritura registrada” – eu falei [para eles].

Nessa época eu já estava mais civilizado. Corri atrás, arrumei o meu documento. Tinha uma série de burocracias. Cheguei a falar para eles: “Eu não vou abandonar minha área. Vou usá-la da forma que eu comprei; eu a comprei com todos os direitos de usufruto. Agora, do jeito que vocês querem, como é que vou sobreviver ali? Não tem condição de eu sobreviver ali”. Fui ver a indenização que eles queriam pagar para nós; prá receber era uma burocracia! Até hoje você está vendo lá (?): tanta gente aí que até hoje – já se passaram quase trinta anos! – está sem ser indenizado. A maioria abandonou suas terras: tio Samu e tia Ló, Ermínio [irmão dele], aquele povão todo ali, aquele grupo que veio para o [assentamento] Gentio...

Só fizeram uma aparência de indenização. Eles [do Parque] não me indenizaram; discuti isso em uma reunião [com eles] lá no INCRA. Um deles quis me impugnar, mandar eu calar minha boca; aí eu falei: “Prova! Eu estou com meu documento aqui! Eu faço parte [do Gerais]! Nasci e criei dentro da área; faço parte lá, conheço a fundo. Eu hoje moro dentro de um assentamento porque o governo tomou minha terra; nunca me indenizou; então aí eu fiquei sem terra”.

Na época eu era considerado pequeno produtor; criava lá sessenta cabeças de gado. Com isso [chegada do Parque], tudo desnorтеou. Fui obrigado a fazer empréstimo bancário, sem condições. Essas coisas derrubam a gente. Vivi uma época ruim para poder sobreviver. Mas Deus é bom demais. Deus me deu tudinho de novo! Graças a Deus, hoje eu moro aqui [no assentamento Capão do Mel]. Consegui estudar meus filhos.

Tenho saudade de minha terra lá [no Parque]; são boas lembranças que eu tenho de tudo lá. A coisa que eu não tenho saudade é disso: não fui desapropriado do que é meu; comprei, paguei, tenho documento na pasta. Chegaram as exigências do Governo [Federal]; e eles aproveitaram que o pessoal não era esclarecido. Não só eu como todo o grupo de moradores do Parque, pessoal que hoje está [no assentamento] Gentio, além de Dona Chiquinha [de Pedro Boca?], tia Ló... estão aí: não receberam nada!

Para o governo foi uma coisa boa. Para nós, na época foi a pior coisa. Demoramos para reorganizar nossa vida. Não foi fácil. Eu não sou de ficar lamentando leite derramado. Como eles [do Parque] não deram espaço para mim, e vi que não tinha como brigar com eles, abandonei a Vereda da Barra. Minha terra lá eram cento e vinte hectares. Tudo registrado! E mais um espaço, um acréscimo muito grande na minha gleba que dava mais de duzentos hectares; [essa área] eu aposseei, cerquei tudo, já tinha investido meu capital quase tudo. Esgotei brejo.

Fiz lá mil e duzentos metros de esgoto. Eles [do Parque] me impugnaram. Disseram que eu tinha de aceitar aquela burocracia. Nenhuma vara eu poderia cortar lá. Eu falei: “Moço, o que eu vou fazer?”. Aí eles ameaçaram de me prender. Aí eu falei: “Quem vai dar decomer à minha mulher e meus quatro filhos?”.

Eu vim de volta para Formoso justamente quando criou o Parque [anos 1980]. Quando eu comprei, lá não era Parque. Logo que surgiu, o Parque foi incomodando o pessoal. Eu vi gente saindo de lá algemada. O Pessoal do Parque fazia isso. E os fiscais do Parque até hoje são os mesmos [nativos] do lugar: autoritários! Queriam ser polícia lá dentro; era tudo amigo meu, criado com a gente, então eu falei para eles: “Olha! Eu vou abandonar [a terra] pelo seguinte: se um caboclo desses aí, conhecido meu, chegar lá na minha propriedade e me algemar, a hora que eu sair de lá, eu vou querer fazer qualquer coisa com ele”. E para evitar isso, eu me retirei da Vereda da Barra. Deixei tudo lá! E assim como eu, outros também abandonaram. Eles [do Parque] só indenizaram fazendas dos ricos, deputados, doutor...

Esse pessoal que agora vive no [assentamento] Gentio... eles pagaram só o direitinho deles: uma casinha, um curralzinho... Mas indenizar mesmo (?!), nada. E aquele fazendão, que era do Doutor [Antônio] Luciano, aquele maior grileiro aqui da região, uma fazenda de trinta e seis mil hectares? Dizem que ele deu essa fazenda [para o Parque] em troca de pagamento de imposto de renda de outras fazendas do Luciano. Mas os pobres (?!)...; eles não indenizaram ninguém.

Agora minha visão sobre o Parque modificou. Houve uma transformação. Com essa falta d'água, necessitamos de áreas verdes. O Parque é para isso. Na época [1989] fiquei contrariado, eu senti muito; hoje não. Agora já estou aqui no meu lugarzinho. Hoje sei que aquela área tinha mesmo que virar parque para preservar as águas: cabeceiras de Rio Preto e Santa Rita, aquele mundo afora ali tudo; e do lado de cá da Bahia também. Vejo o Parque agora numa situação diferente: vejo o lado bom da preservação.

Mas naquela época, para muita gente foi ruim. O povo ficou sem sua casinha de morar, o seu terreninho, o seu brejo esgotado e até hoje nunca conseguiu sobreviver. Um exemplo disso são meus primos, os filhos do Velho Firme [pai de Seu Claudão, um dos nossos entrevistados]. Eles tinham brejos, faziam rapadura, tinham engenho bom... essas coisas. Hoje moram no Formoso. Tem gente que sobrevivia bem lá [no Parque] e agora passa por muita dificuldade.

Eu vivo hoje aqui no Capão do Mel; mudei para cá em 1997; sou um dos fundadores [do assentamento]. Fui a primeira pessoa que entrou lá no INCRA para negociar a fazenda junto com Ozanam [Moreira de Sousa], Vaguinho Chave, Zé Careca... Eu, Ozanam e Zé dos Reis, meu irmão, chegamos, fizemos, em cima da perna, um cadastro pessoal de quem queria lote aqui; pegamos identidade, nome, CPF... Cada um em uma folha; cadastramos sessenta e sete pessoas. Ozanam é um caboclo inteligente; eu admiro ele. Apresentamos esse cadastro para o INCRA.

Antes, já tínhamos entrado em acordo com Homero [Paim, fazendeiro gaúcho que era dono da fazenda]. Ele apareceu lá no INCRA em nossa reunião e falou para nós: “Essa fazenda minha eu quero ceder para esse pessoal do Formoso; é tudo um pessoal humilde, conhecido... Não são invasores; eles querem negociar e estou com a minha fazenda à venda. Eu quero que o INCRA me compre e dê para eles”. E na hora eu ainda falei para todos lá: “Nós somos Geralistas, nós somos acostumados com buriti, com peixe, com todas as coisas do Cerrado. Então, para nós, lá não tem diferença”. Era uma fazenda com um capinzão danado, pois antes tinha sido terra [de lavoura] agrícola; eu falei: “Essa fazenda serve para nós e nossa atividade; nós queremos sobreviver, não é ter riqueza”.

Aqui [no assentamento] tem muita gente de lá do Gerais; vivia tudo dentro do Parque! Uns já saíram, mas tem outros tantos aí: Julinho com os filhos dele, Agnelo, Dilba, Dão [de Ornelina], Seu Martinho, Marciana, minha irmã, Durvo/Durvalino [sogro de Felinho do São Joaquim, um de nossos entrevistados], Dona Amélia [de Antônio Goiaba], Mário de João Preto... Tudo é do Gerais. Uns quinze por cento ou mais [dos moradores do Capão do Mel] é tudo da Carinhanha, e está aqui hoje.

Graças a Deus, eu sou feliz [no assentamento]. Como acabei de contar essa história, hoje minha convivência aqui é muito boa, mas quando criou o Parque foi um pânico para nós. Aqui nós temos luz para todos, bacia de leite...; eu vivo aqui satisfeito igual como foi na minha infância lá na Carinhanha. Lá eu tirava meu leite, tinha minhas criações...; mas estamos aqui em uma área mais desenvolvida...

Lá na Carinhanha a gente vivia das roças para ter alimentação própria; o que a gente vendia era muito pouco. Nosso gadinho era curraleiro. A gente tinha roça de arroz, milho, feijão...; tinha muitos brejos esgotados; a terra lá era melhor; nas terras da beira da Carinhanha você planta tudo sem adubo; você roçou a terra, queimou, pode plantar. Tudo dá bom: o feijão, o arroz, o milho... Na Carinhanha chovia bem, dava com muita abundância. O rio Carinhanha é um rio abençoado; era o celeiro dos Geralistas,

lugar de terras boas, produtivas... Quando as enchentes iam embora, ficavam aquele barro; ali era nosso adubo. Aonde a água da Carinhanha passava, a terra ficava adubada.

O açúcar, o café, um pedaço de pano, o querosene, a coberta, o remédio... isso tudo vinha de Januária. Eu levei tropa para Januária com meu pai. Depois botaram uns comercinhos aí pra Vargem Bonita, São Joaquim [de Januária], o Zé de Macedo nas Crioulas. Meu avô Firmino [da Muriçoca], tio João [um dos nossos entrevistados], tudo foi carreiro trazendo carga de sal, café..., lá de Januária para cá. Depois da chegada de Brasília, essas coisas melhoraram.

Formoso também trazia [mercadoria] de Januária. Eu lembro do finado Plácido [Seu Prasdo]; eu mesmo toquei tropa para ele, carro-de-boi para ele; saía daqui da Carinhanha até Januária. Ele foi um guerreiro na Carinhanha junto com o Velho Joaquim Martins. Seu Prasdo tinha tropa, uma burrada, uns sessenta burros, carro-de-boi; só não tinha caminhão. Dizem que no começo ele trazia carga no lombo do jumento; ele, Marcelino Pernambucano, Joaquim Martins... acampavam na Canabrava, no Pilão...; saíam comprando mangaba, pena d'ema, couro de veado, couro de boi, crina de cavalo, resina de jatobá, couro de raposa... tudo eles compravam. Vendia tudo em Januária e de lá ele trazia as coisas para revender em troca de mangaba, arroz, feijão, toucinho... o que aparecesse. Essa era a rotina dele [Seu Prasdo], um nordestino danado de trabalhador. Era ali aonde é o Sumidouro: ele comprou fazenda lá e montou comércio. Ele ajudou demais o pessoal do Gerais, trouxe muito progresso. Ensinou o pessoal a trabalhar. Seu Prasdo era muito desenvolvido.

Eu não frequentei escola nenhuma. Mas tinha muita vontade de aprender ler e escrever. Um dia pai veio fazer uma compra de roupa em Claudiomiro [Pereira Lins] aqui no Formoso. Dona Mariinha [esposa dele] estava anotando as coisas. Pai procurava o preço, eu gravava [o valor]; fui somando na cabeça. Quando terminou a compra, disse para meu pai quanto ia pagar. Ela conferiu. Estava certo. Então disse para meu pai: “Seu Atanásio: põe esse menino na escola?! Esse menino seu é inteligente! Você põe ele na escola?”.

Naquele tempo eram doze léguas entre Formoso e lá [Vereda Comprida] aonde eu morava. Tudo a cavalo ou a pé. Cadê a condição de pôr na escola? Ela me perguntou se eu queria estudar; eu disse que sim. Então, ela foi lá, pegou uma cartilha, um caderno, uma caneta, um lápis e já pôs na conta de pai. Eram aquelas cartilhas com folhas verdes, amarelas. Já saí entusiasmado. Fui para a Carinhanha, fui procurar uma pessoa para me ensinar. Compadre Primo trabalhava para Seu Prasdo. Ele tinha cortado

o pé. Pai levou pra perto de casa, assim uns três quilômetros, perto do Lodo, um lugar bom de plantar roça. Pai ajudou ele; e ele sabia ler; tinha aprendido com Gaudêncio [Pereira Lisboa]. Ele estudou em Januária com a avó dele, a Velha Herculina, mãe de [Seu] Albertão do Rodeio.

Eu fiquei na casa de Primo uma semana, na Semana Santa. Peguei meus papeizinhos, fiz um pacote, peguei feijão catador, embrulhei na sacola, mãe [Dona Cota] arrumou os temperos, pôs uma gordura de porco em uma garrafa e uma rapadura. Eu fui para a casa de Primo. Fiquei a semana todinha lá. Quando eu voltei já sabia ler e até escrevia o nome de algumas namoradas. Sim! Aprendi logo a escrever o nome das meninas. Foi a primeira coisa que eu aprendi. Quando eu terminei de ler essas cartilhas, Primo disse que eu tinha de caçar uma escola para estudar, pois o que ele sabia, já tinha ensinado. Mas como? Logo eu peguei dezoito, vinte anos, tive que arranjar emprego. Foi assim que de fato, na escola da vida, na escola do trecho, me tornei um viverdor. Sei ler, escrever! Se você me der um endereço em qualquer lugar eu vou. Eu não fico empacado.

Eu nasci e criei no Gerais. Gerais para mim é Cerrado, campina, lugar limpo, terra arenosa, águas cristalinas. Quem mora no Vão quando vê uma pessoa do Gerais, logo identifica: “É Geralista! É Geralista!”. Quando vim para Formoso, aqui e acolá, me tratavam de geralista. Um amigo sempre me chamava de geralista; e eu o chamava de “beiradeiro”. Eu me reconheço como geralista. Claro que sou feliz em ser geralista. É minha identidade. É o berço da gente; a gente não esquece. É a terra natal da gente. Mas tem gente que nasceu no Gerais e considera uma baixeza ser geralista, pois é uma pessoa discriminada na sociedade por quem mora em um lugar mais civilizado. Quando as pessoas me chamam de geralista eu sinto orgulho e falo: “Eu sou geralista, mas a mesma civilização que os outros têm, Deus me deu. Eu sei ler e escrever; e consegui meu espaço como geralista para sobreviver”.

Quando a gente vinha lá do Gerais aqui para o Formoso, esses “beiradeiros” aqui da rua falavam: “Olha o geralista! Vem lá um geralista!”. E eu respondia: “Olha! Esses geralistas aí têm muito mais valor que vocês; esses beiradeiros nasceram e criaram dentro dessa corrutela aqui, nunca desenvolveram nada. E esses que vocês chamam de Grupo Geralista, são pessoas trabalhadoras; na casa deles têm coisas de comer, têm vaca, carro-de-boi, cavalo. Geralista é caboclo destinado: tora aí dez, vinte, trinta léguas no lombo do burro”.

Por isso, sempre elogiei muito o geralista [e] com a consciência limpa. Eu conheço o geralista aí da Carinhonha. Nós não somos que nem esses beiradeiros de cidade que não se importam com a vida e são atrasados. Também tem geralista atrasado, mas há outros muito civilizados. O Geralista é caprichoso. Eu, por exemplo, sou geralista. Mas nunca cheguei em uma repartição para alguém dizer assim: “Neve é geralista, analfabeto e preto”. Não! Eu não sinto que sou discriminado.

Esse Gerais era movimentado. O meio de transporte era o carro-de-boi, cavalo, burro. Assim, a gente fazia o transporte para Januária. Tinha quem saía daqui de Posse, Goiás, e iam para Januária; de Damianópolis e Mambaí para Januária. Saía com trela aí de trinta, sessenta burros; gastava aí trinta dias de viagem; tinha fazendeiro aí que levava cinco carros-de-boi, outro bocado de boi solto pra trocar mais na frente.

Essas estradas de Goiás para Januária cortavam esse Gerais aí... Passavam primeiro no Porto da Cobra, depois no Porto do Passageiro, no Porto do Cajueiro lá embaixo, de São Raimundo. Fizeram até um barco de buriti no Cajueiro. Juntaram buriti em carro-de-boi. Fizeram uma balsa. Meu sogro foi um deles e o finado Rosenão, avô de minha mulher. Nela passava um carro-de-boi, quatro, cinco cavalos dentro; chegou a passar até carro de gasolina.

Tem uma história interessante sobre o Porto da Cobra. É uma lenda aí dos antigos, dos “carrancistas”, da Era do “Carrancismo”, povo “valentado”. Uma pessoa fez uma coisa errada com a outra. Ela não gostou. Combinaram de esperar lá dentro de uma moita de xiriri; essa moita tem lá; eu conheço lá o Porto da Cobra. O que chegou primeiro ficou ali, “ninhando” dentro da moita. Foi mordido por uma cobra e morreu. O mais esperto continuou a viver. E assim o lugar foi chamado Porto da Cobra. Meu pai me contava isso; o pai dele contava isso para ele porque meu avô é lá do Pilão, ali pertinho da Cobra. Os moradores mais velhos da Cobra eram Antônio¹⁵⁴, pai de João “Bito”, e Eusébio, irmão dele. Dos mais novos, conheci João “Bito”, Franquinho, Dona Santa, Zé “Bito”... A Família “Bito” era concentrada na Cobra.

No Landim, viviam os avós de Raimunda [José Barbosa, ex-vereadora de Formoso e de origem geralista]; eu conheci. Viviam em condições que eu nunca vi. Eles comiam sem sal, usavam até carocha enrolada na cintura igual índio. Eles são descendentes de índios mesmo! Eu falo porque eu conheci: eles faziam um dinheirinho [vendendo paina] para comprar café, sal, roupa; o açúcar eles não compravam: tiravam mel de abelha; às vezes plantavam uma caninha por ali. Lá tem uns morros, e tem uma

¹⁵⁴ Antônio ou Teotônio Bito – assim se referem os entrevistados nessa pesquisa. Mantivemos as duas referências.

árvore parecendo canela d'ema e dá paina. Eles raspavam aquele pau. A casca dele é uma paina; é igual pau santo para fazer cortiça. Aí eles faziam aquele sacão de paina! E saíam vendendo para o povo. O Velho Firme, meu pai, meu avô Firmino, tio João, o finado Plácido, todo mundo comprava paina deles. E era vendida em Januária também. Viviam disso. Saíam quatro, cinco da família; cada um com um “blusão de paina”. Essa Raimunda aí do Sindicato [dos Trabalhadores Rurais de Formoso] é uma pessoa que se destacou, se desenvolveu. Eu admiro muito ela.

Eu conheci um pessoal morando no Pilão: a Velha Canuta com os filhos dela, Manoel, Vitorino, Vitória, Bertola... No Jataí, [morava] Zé Cabelo/Zé Preto, Antônio Roxo... Tem a Estiva no lado de Minas e a do lado da Bahia. O Velho Claudão, marido da minha madrinha Marinha ainda mora lá. O Velho Bastião Sussuarana e Dona Nora, Nego da Estiva, Dona Hermínia, um pessoal de Joaquim Grande...moraram lá. Na Canabrava morava o finado Herculano [Rodrigues], pai de Gino e João Preto; Seu Nego Onça da Canabrava também. Na Muriçoca morava meu avô, Firmino, com a família. Morava muita gente na Muriçoca. Era uma região de vazantes, terras muito boas.

No Itaguarição, no Vieira... eu não conheci; só lembro do Porto de Maria Baiana, lá embaixo no Itaguari, era ponto de pouso de tropa para Januária. Conheci os filhos dela: Raimundo, João Nariz, Olímpio... moravam lá. Depois moraram no [córrego] Vieira: Benedito Aragão, Alexandre Papo, Alfredo... Foram eles que povoaram o Itaguari com peixe. Antes não tinha por causa da cachoeira. Eles pegaram peixe no [rio] “Formosão” e soltaram no Vieira. E aí o peixe se alastrou.

A Ponte da Damiana foi o primeiro vau no Itaguari bem antes de Maria Baiana. A Damiana já fica aqui perto do Formoso. É Ponte da Damiana porque lá morou uma velha escrava. Ela viveu ali e só teve uma filha: Henriqueta; e ela – descobri há pouco tempo – era minha parenta. Era filha de Damiana com meu bisavô João Peba quando ele ainda era solteiro. No Rodeio eu conheci Alberto Pereira Lisboa com a família dele. No Cajueiro eu conheci o Velho Estevão, que festejava São João: fazia umas festinhas boas, animadas. Hoje moram os filhos, netos...: Patrício, Zé Cajueiro, Ercílio...; morava também o Velho Raimundo, pernambucano – pessoal do finado Plácido.

Essas terras aí [da margem esquerda da Carinhonha, hoje dentro do Parque]... elas tinham dono. A gente sabe. Era de Rafael Mendes; ele era o dono dali; ele vendeu uma parte delas para Maria “Bita”. Naquele tempo ninguém se importava com documentação de terra. Se fizesse um documento ali no “pé do pau” já estava bom. Não registrava para documentar. Quando o dono morria, a descendência não tinha

criatividade de organizar [os documentos]. Aí virou terra devoluta. Ficaram aqueles posseiros velhos que moravam lá sem conflito de terra.

Cada um respeitava o domínio do outro. Entre Canabrava e Jataí [por exemplo] era o domínio do meu avô Firmino [da Muriçoca]. Ninguém colocava fogo ali; ninguém derrubava mato sem falar com ele. Ele era o proprietário mais antigo dali. Ele tinha um documento dali. Não era um documento registrado, mas ele tinha. Mas veio a grilagem de terra. Foi chegando o desenvolvimento. Essas grandes firmas de reflorestamento tomaram de conta. Elas criaram expectativa [de compra das posses]. Na beira da Carinhanha e no Vieira, foi quase tudo vendido para essas grandes empresas [de pinho e eucalipto]. Elas receberam incentivos com empréstimos do Banco do Nordeste. Isso incentivou a entrada dos grileiros. Compravam uma posse ali, outra acolá.

Assim, foram criando domínio ali. E o pessoal dali tinha que retirar ou viver no sistema deles. Quem não se adaptava, teve que ir se retirando dali. Hoje uma parte dessas terras é do Parque; a outra ainda é dessas empresas. Só que elas não produzem nada. O povo que morava lá foi saindo. Gerou muito conflito.

Eu lembro que quando os Caiados grilaram aquela área lá [na Canabrava], chegaram em nós lá – os grileiros deles, os corretores – e falaram: “Olha, se vocês não venderem para nós... os Caiados, vocês conhecem: eles são valentes; eles vão tomar conta daqui e vocês vão ficar aqui debaixo dos pés deles; eles matam, fazem e acontecem”. Mas eu falei para eles: “Não! Eu não tenho medo disso não; eles são um pessoal civilizado, a gente também. A gente conhece os nossos direitos”. Eu falei também para eles: “Eu sei aonde é o Ministério da Justiça: é em Brasília, é aqui perto”. Mesmo assim, eles ficaram dando pressão na gente. A gente não é acostumado a viver pressionado. A gente foi obrigado a vender os direitinhos de posse que tínhamos lá. E vimos caçar melhoras na cidade [Formoso].

Os Caiados dominavam da Canabrava para baixo e até o Rodeio; depois eles passaram [as terras] para outras firmas. Eles criavam boi; fizeram umas cocheirinhas, uns curraizinhos lá. Isso foi aí por volta de 1984 a 1988. Eles fizeram esses projetos, depois largaram a terra; terra é fraca; eles pegaram o investimento [empréstimos] e foram investir nas fazendas grandes que eles têm na Mata Serena ali perto de Posse [GO]. E o Gerais foi trocando de mão em mão até hoje. Ainda bem que hoje virou o Parque Sertão Veredas: uma área de preservação. Nós precisamos muito disso.

Eu lembro ainda das parteiras: Martinha ali mesmo tem mais de cinquenta afilhados; a Velha Leborá, que morava lá também na beira da Carinhanha. Essas são as

que eu mais me lembro. Curadores? Tinha demais: o Velho Firmino era muito bom; benzia o povo, dava remédio do mato, raizada. Tinha o Geminiano. Eles passavam vinho de sambaíba para as mulheres curarem hemorragia; vinho de jatobá, vinho de óleo da copaíba. Eu lembro muito deles. Eles passavam arnica, sena, papaconha para suar febre, *carro-santo*, semente de melancia... Mãe mesmo fazia uma “desjuntada” dessa. Era um suadouro! Daí a pouco o menino estava brincando, curado. É. Dava aguardente, jalapa,...; essas “coisera” tudo.

Eu lembro de umas rezadeiras que tinham por ali: a finada Antônia Preta, a Velha Eusébia e as filhas, Estácio... Tudo era rezador. O Velho Albertão do Rodeio também era rezador, católico, religioso; rezava para todos os santos; rezava o ofício de madrugada. Se você dormisse na casa dele final de semana, de madrugada ele levantava os filhos e pegava o catecismo; ia ler.

Aqui [no assentamento Capão do Mel] pra gente é importante. A gente vem continuando a mesma tradição que tínhamos lá no Gerais. O costume da gente era aquele. Não podemos fugir dessa tradição. É o que nós aprendemos a fazer. Aprendemos a viver tendo a vaca de leite, porco no chiqueiro igual eu tenho ali. Se a gente nasceu naquilo, mesmo que a gente queira sair, não dou conta. Dou continuidade à minha tradição. Graças a Deus, aqui tem a mesma natureza do Gerais.

A questão da água é a diferença que nós temos em relação ao Gerais. Lá nós tínhamos muita fartura de água, tinha muito peixe. E hoje temos escassez de água. Aqui é um lugar muito bom; tem o rio [Piratinga], água na porta, na torneira, no chuveiro, usamos cisterna. Então, o que a gente corre atrás, reivindica, luta, através do INCRA, é que precisamos de um posto artesiano para a comunidade. Com água você produz tudo, faz a horta, molha... A seca está atingindo nós aqui. Lá [na Carinhanha] a gente era acostumado com aquilo ali e hoje sente falta [d'água]. A diferença é essa; mas a vida aqui é semelhante a que tínhamos no Gerais. Só temos o problema da água.

É importante [essa história] porque muita gente não conhece as suas raízes. Com certeza, meus filhos, ao me verem contar tudo isso que eles não sabem..., eles vão ver. Para essa geração de jovens é muito importante. Eles vão ver que nem só a pessoa que estudou ou que mora na cidade grande é que é ativa, desenvolvida. A gente também tem criatividade para saber viver. Eles vão ver que o Geralista também foi importante, tinha criatividade: faziam rapadura, farinha...; a gente tinha o arroz, o feijão...; criava porco, vaca, ovelha, tudo! Os Geralistas tinham a mesma alimentação que temos hoje.

Eles não tinham o conhecimento, mas sabiam sobre criação, alimentação, essas coisas. Tudo isso nós tínhamos lá!!

Entrevista 3.2.2.d:

(Comunidade Capão do Mel – Fronteira Formoso-MG/Sítio da Abadia-GO – TVU).

Nasci no Canabrava. Sou casado. Meu primeiro casamento foi lá na fazenda dos Borges, na Bela Lorena. Minha esposa morava no Rodeio. Tive com ela dois filhos. Casei de novo. Todas duas eram de uma família só [eram primas]. Tudo da comunidade do Rodeio.

Nós éramos seis irmãos. Meu pai ficou viúvo e ajeitou uma companheira. Com ela pai teve mais quatro filhos. Nascemos todos lá na Canabrava.

Quando eu era criança brincava de carrinho de boi, de jatobá, cavalo de pau. Lembro da minha época de juventude. Na época das festas eu tinha um cavalo bom, arriava, chamava os companheiros, ia farrear. Eu ia na Festa de Santos Reis, feita pelo meu avô, lá no Saco Grande [margem direita da Carinhanha]; ia também lá na festa de Preta Velha, que rezava prá Bom Jesus; ia na Festa da Angelina; tinha a festa de Nossa Senhora da Penha também. Nós íamos nessas festas todas. Tinha o Bate-Pé [tipo de dança]. Deixa eu fazer aqui mais ou menos: [levanta e bate os pés no chão mostrando como era o ritmo]. Eu não sei fazer mais isso. Tinha uma roda. Tinha música, sanfoneiro. Meu avô mesmo tinha uma pé de bode [sanfona].

Mudei da Canabrava para o Rodeio assim que minha primeira esposa morreu e casei com a outra [Valtina]. Lá [no Rodeio] eu morei no Grotão; lá em cima no Rodeio! Depois de 1979, vim aqui para o Formoso. Daí eu vim aqui para o assentamento [Capão do Mel]. Gosto daqui. Graças a Deus! Sempre trabalhei na roça; nos brejos, nos matos secos. Tudo na beira da Canabrava e na beira da Carinhanha, [que] é um rio muito importante: água boa, terra boa, dava peixe; tudo que a gente plantava, dava bom.

Eu trabalhava sempre na beira da Canabrava. Lá [no Gerais] eu criava gado, porco, bode também. A gente roçava, derrubava e plantava arroz, feijão, milho, mandioca... A gente comia um pouco e vendia outra em troca das coisas: sal, café, roupa. Isso tudo vinha de Januária. A gente levava pra lá era no carro-de-boi.

Andei muito prá lá. Meu pai não ia. Não. Fui lá já depois de grande. A gente passava pelo Porto da Onça. Lá era movimentado. Dali [da Onça, a estrada...] saía na cabeceira da Estiva, de Bastião Suçuarana, passava na Cachoeira, no Cachimbo, no [ribeirão do] Boi, e saía lá na Vargem Bonita. Seguia para Januária. Na Carinhanha

tinha vaus. Ali na Muriçoca passava de vau. No Porto da Onça era de canoa. Tinha porto também na Cobra. Tinha muito movimento lá.

Eu aprendi ler com o tempo; aprendi pedindo lição um e outro. Nunca fui na escola. Foi sozinho que aprendi. Aquilo que pai me ensinou, eu passo para os meus filhos: saber respeitar o próximo, não matar, não roubar, respeitar todo mundo. Vamos tomar um vinho de buriti? [ele oferece um copo ao entrevistador]. Com o buriti se faz muita coisa. Até aqui [no assentamento] tenho buriti. A palha dele cobre nossa casa. A fruta dele a gente come de qualquer maneira, faz suco, come com rapadura.

Meu pai era daqui mesmo do Gerais, da Canabrava. Eu só estou lembrado de um avô dele, o Pedro Machado, que era pai da minha avó (que morreu em 1929). Disseram que ele era índio. Severiana era outra minha avó. Minha mãe era Benedita. Seus pais vieram da Bahia. Ele morou em dois lugares. Já veio de lá viúvo, daí ele casou com outra mulher, que morava em Itaipava. Eles vieram aqui para Goiás. Estiveram lá uns tempos. O gado morreu quase tudo.

Depois eles mudaram aqui prá Carinhanha, na Canabrava junto de meu pai. Foi quando meu pai casou com minha mãe [filha de Joaquim]. Depois meu avô mudou para o Saco Grande, na beira do Carinhanha; lá ele morreu; foi enterrado lá mesmo debaixo de um pequiheiro no fundo da casa dele. Já meu pai, a finada minha mãe, meu tio, minha tia Maria, minha mulher primeira, tudo sepultado cá na Canabrava. Tudo lá, tudo dentro do Parque.

Lá embaixo do Pilão tem um cemitério; na Cobra tem; na Estiva tem dois: um para o lado de baixo e um do lado de cima. Na Muriçoca tem um. Na Vereda Comprida, de Compadre Atanásio. Na Canabrava tem dois: um na Canabravinha e um na Canabrava grande onde o finado Felipe Mata Onça morava. E outro [cemitério] no Rodeio. Outro no Pau Grande. Para baixo do Pau Grande tem outro cemitério. E outro na Vereda da Barra, lá no finado Belmiro. Tudo enterrado na beira da Carinhanha!

Nossa casa era feita de palha, pau e barro. A madeira vinha do Cerrado e dos brejos. A palha vinha dos pés de buriti. Eu acho que Gerais é lugar que tem buriti. Lá aonde eu nasci o Gerais é da Bahia. Mas tirei meus documentos foi em Minas. Eu sou geralista. E gosto. Sou feliz. Eu acho o Gerais ainda muito discriminado. Tem essa discriminação com o Geralista. Mas isso já está quase acabado. Já mudou demais por causa da evolução; hoje ele já não é mais discriminado.

O transporte lá na Carinhanha era carro-de-boi, cavalo ou a pé. Eu lembro das estradas. Tinha uma que a gente saía nela com carro para a Serra [das Araras], passava

pelo Porto da Onça ou no Vau da Muriçoca do finado Firmino, saía no Rio Preto e subia a Santa Rita. A Festa da Serra era boa. Festa de Santo Antônio. Tem muitos anos que eu andei lá. Já nas festas em Vargem Bonita eu quase não fui. Mas meu sogro e um bando de gente de lá do Gerais ia lá nas festas em Vargem Bonita, de Nossa Senhora Santana.

Lembro de muitas coisas da Carinhonha. Lembro daquele “Geraizão” (!), dos galhos [veredas] aonde nós morávamos. Saudade demais. Mas chegou o Parque. Aí eles não queriam que [a gente] trabalhasse lá; não aceitou mais por roça.

Ainda tenho lembrança dos moradores mais velhos de lá. Eu lembro de Zé Rapadura e Maria, mãe dele; Nildo, meu compadre, sobrinho de Plácido; eles moravam aí no Cajueiro; hoje ainda tem Patrício, Zé Cajueiro, Ercílio, Zé de Dorcinha, acho que Raimundo, e o pessoal aí de Seu Estevão, que primeiro morou com meu pai na Canabrava, depois é que mudaram pro Cajueiro.

Seu Praso foi um grande comerciante lá [no Sumidouro]. Chegou por aí com umas “tropinhas” de jumento. Esse homem era nordestino, mas veio de Januária, foi para São Paulo, depois foi pro Bonito [de Minas] – o Borrachudo que a gente chamava antigamente. Foi no Borrachudo que ele começou a comercializar de lá para cá. Aí foi adquirindo recurso, comprou o Sumidouro [antiga fazenda citada no Capítulo I], que fica lá pertinho do Cajueiro. E em pouco tempo já estava com uma burrada. Ia a Januária com uma “tropona”! Dois carros-de-boi e uns vinte bois! Tinha mais de trezentas “reses”! Seu Praso comprava mangaba, pena d’ema, resina, gado. Tudo! Vendia tudo em Januária. E de lá ele trazia de tudo: sal, café, querosene, roupa...

O primeiro morador do Rodeio foi Rafael Mendes; é o mais antigo dos que eu lembro. Daí [vieram] os filhos dele: Aristides Mendes, Zezinho Mendes [Rafael Filho], Benício Mendes... Todos moraram lá. Quando eu era menino, ainda conheci eles morando lá. O Zezinho morou ali aonde Compadre Alberto morou; Zezinho morou ali quando era solteiro, depois mudou para o lado de cima, ali onde está hoje Anísio Cabeça.

Lembro que ali na Vereda Comprida, diziam que era de Zezé [Carneiro]. O vaqueiro dele, Compadre Francisco Mendes, morou lá. Ele ia pra nossa casa e ficava lá uma semana acampado. Nem botina nem precata ele tinha; era com pé no chão. Andava descalço. Depois de Francisco Mendes, teve outro vaqueiro... (?); não me lembro. Rafael, filho de Benício, morou por lá um bocado de tempo também. Aí foi quando Compadre Atanásio mudou pra Vereda Comprida.

Zezé deu para Compadre Atanásio trabalhar lá. Antes, ele morava na Muriçoca. O comrade era muito trabalhador, foi pondo uns brejinhos, colheu muito arroz. Tinha fartura; foi comprando gado. O Velho Atanásio pagava “meia” pra Zezé de tudo que plantava. Mas o comrade cismou que era dono também. A mulher do Comrade tinha direito naquela terra. Aí não pagou mais a “meia”.

Na Muriçoca quem morava era o finado Firmino, Antônia e Julião, Compadre João e comadre Esteva, amigos da gente, que eu considero como irmãos; morava Regino, Antônio Branco... Descendo a Muriçoca, lá no Jataí morava Zé Cabelo, Antônio Roxo... No Pilão morava a finada Delfina e José, e Geminiano, pai de compadre Atanásio, que morava no Passageiro. Claudão ainda mora na Estiva. No Jataí morava Anicetão; ele tinha fazenda pra o lado do Jataí acima. Ainda tem as taperas dele lá. Tinha também o Anicetinho, que era avô da minha primeira mulher. Bastião Suçuarana morava no porto da Onça; morou muitos anos lá; foi vaqueiro. Ali [entre a Estiva e a Onça) tinha muita gente. Além do velho Bastião, Compadre Nego. a afilhada... Muita gente morava ali. No Saco Grande morava meu avô, Dão Ferreira, Joaquinzinho...; Leão morava também, depois mudou para Januária.

Na Cobra moravam os “Bitos”: Eusébio e Júlia. Júlia morreu de repente. Com a morte dela, o marido também se matou¹⁵⁵. Lá na Cobra morava muita gente. Mas deu uma gripe braba lá; não estou bem lembrado se foi entre [19]16 e 18. O Porto da Cobra era um povoadozinho. Mas a gripe matou quase todo mundo. Morreu gente demais! Aí o povoado acabou. Depois voltaram de novo.

No Itaguari morava Mané Caçuada e Loura, a companheira dele. Lá embaixo (!), o Porto de Maria Baiana. Lá era porto desse povo de Goiás. Eles passavam lá e aqui no porto da Ponte Damiana. Essa mulher morou lá muitos anos. Aí deram o nome: ponte da Damiana. Ficou a história dela. Essa Damiana tinha uma filha: Henriqueta. Ela era tia de Compadre João; era filha do finado João Peba, como eles tratavam. Henriqueta mudou lá para o Itaguari; lá embaixo! Compadre João, em [19]59, e nós – eu, João Capivara, Santo Velho – pusemos um brejo lá na Santa Rita. Queimamos. Aí fui até a Muriçoca. Foi nessa época que o Compadre foi lá nessa tia dele: a Velha Henriqueta. Foi buscar ela. Mas ela morreu lá no Itaguari.

O povo falava que Rafael Mendes era dono daquelas terras. Meu avô comprou um direito ali, mas não tinha os documentos. Os Bitos também. Eram moradores velhos lá.

¹⁵⁵ Há duas versões sobre essa história no conjunto de 18 entrevistas dessa pesquisa. Ver Entrevista 3.3.1.a.

Lembro de alguns curadores: Manuel Passa-Perna, Dão Ferreira, Firmino Borges, Bastião Suçuarana... tudo gostava de dar garrafada e fazer benzimentos contra inhacas. Uns se davam bem, outros não. Remédio do mato só me lembro de papaconha. Tinha um bocado de parteiras também: Eusébia Velha, Antônia Preta, Gregória... Quase não morria gente de parto.

Sempre o povo foi contra [a chegada do Parque], pois eles vieram proibindo o povo de trabalhar! Eu não acho que [esse Parque] tem importância porque eles correram com o povo de lá. No meu modo de pensar, tem futuro não. Na minha opinião eu acho que não tem. Saiu todo mundo de lá. Então, para mim não foi importante.

Meu pai era um homem trabalhador e um homem querido do povo. Meu pai tinha um recursozinho, mexíamos com lavoura de cana, engenho, carro-de-boi... Trabalhávamos na beira da Canabrava e da Carinhanha. Era fartura!!! Tinha gado também. O que persistiu lá foi ele. Quando meu avô [Gregório Rodrigues de Souza] morreu, minha avó [Pia Fernandes de Jesus] saiu, mudou. Ela juntou mais outros e aí compraram uma terra aqui no Piratinga [hoje em Formoso]. Compraram essa terra; mudaram todo mundo!

Queriam que meu pai mudasse também. Mas ele só mandou o gado. Depois que acabou o recurso, o gado morreu quase tudo, eles voltaram de novo pra Canabrava, outros pra Catarina. Tia Martinha mesmo era casada com um homem, o Júlio, filho de Seu Cristino, lá de Damianópolis [ex-Catarina]. Quando voltaram, muitos foram morar lá perto de pai: minha madrinha foi morar assim uns cem metros de casa; tia Martinha também. Meu pai morava no meio: Martinha de um lado e Maria do outro.

Eu acho que sim, que [essa história] fica de lembrança. Daqui há quarenta, cinquenta anos, fica para os netos, bisnetos...

Entrevista 3.2.2.e

(Comunidade Gentio-São Francisco – Fronteira Formoso-MG/Cocos-BA, Zona de Amortecimento do PARNA-GSV – TC).

Sou viúvo. Minha esposa era dos Ribeiro Costa, de Bonito de Minas, perto de Januária. A gente pousava na casa deles quando íamos pra Januária; eu via as morenas lá e fui pesquisando. Deu certo. Tenho onze filhos. Nasci dia 29 de de junho, dia de São Pedro, em 1944, lá em Santa Catarina (atual Damianópolis), Goiás. Mas fui criado cá na Estiva.

Meu pai passava no Porto da Onça, indo e vindo de Januária; aí descobriu minha mãe lá junto do pessoal do Velho Bastião Suçuarana. Meu pai já era viúvo; mãe ainda

era solteira. Eles se casaram; mudaram para Santa Catarina. Com três dias de eu nascido, mãe morreu. Quem me criou foram o Velho Bastião e a Velha Nora, minha vó. Considero-os como meus pais. Foi na Estiva. Exato! Ainda tenho parente lá em Damianópolis: duas irmãs por parte de pai.

Meus avós me buscaram e vim para a Estiva. Me encontraram dentro de uma rede, só aquele “trisquinho”, miudinho, judiado demais. Minha avó foi chorar porque perdeu a filha e o neto está na “judiação”. Zeca, meu pai, aceitou minha vó me criar. Minha infância foi com aqueles carrinhos de cuia de cabaça de caco: colocava neles a mesinha de buriti; aí eu saía puxando. Arranjava frutas de jatobá, fingia que eram bois, fazia a “cangazinha” de buriti, amarrava neles, trelava quatro, amarrava uma corda, saía puxando-os. Esse era o entretenimento.

Com dez anos, fui olhar boi no pastoreio, ser guia de carro [de boi]. Carregava madeira, mantimento da roça, arroz, feijão, cana, mandioca... Nossas roças eram nos brejos. Brejo enxuto. Derrubava o mato, colocava fogo, queimava; o fogo era nosso calcário; aí você podia plantar tudo na vida, que vinha bem. Aí virou Parque. Isso aí não pode mais. Acabou com a nossa liberdade de mexer com as roças.

Lembro, sim, da minha juventude. A gente ia para as festas: festa de Nossa Senhora da Penha, Santa Cruz lá no Boi, Barra do Cachimbo, da Velha Pia. Eram festas muito boas. Muita comida, reza, brincadeira. Tinha a Curraleira com Viola [bate palmas, movimentava os pés no chão e bate os dedos na mesa para mostrar o ritmo]. Tinha também a Dança da Roda no Terreiro. Fazia a roda, pegava na mão da interessada. Aí ia rodando, jogando verso, cantando. Era aí onde a gente conseguia namorar. Lembro até de um versinho da época: “O sol vem saindo por cima da tampa do bule, não sei o que que tem lá mais, a menina dos olhos azuis, é linda demais”. Cada rapaz jogava verso para uma interessada. Se ela gostasse, devolvia o verso para ele. Assim, começava o namoro.

Naquele Gerais não vendia quase nada. O que vendia bastante era arroz, feijão, farinha, polvilho, mandioca, tapioca. Só em Januária que vendia. A gente levava carregado o carro-de-boi com aqueles mantimentos. De Januária comprávamos sal toro, café, querosene, sacos de café, pano: amescla, aquele paninho fino voal, chita, pano branco que as mulheres usavam como anágua. Os carros-de-boi voltavam cheios de mercadorias.

Aquele tempo era de liberdade. Todo mundo criava solto no Gerais. Então, tinha vez que a gente gastava duas, três semanas para achar os animais. Saíamos campeando

de cabeceira em cabeceira: Cachoeira, Porcos, Ferreira, Cachimbo; Saía até no tabuleiro onde hoje é Chapada Gaúcha. Livre! Tudo era livre aí. Hoje facilitou mais. Está mais reduzido porque é cercado. Naquele tempo se perdia muita criação.

Os Gaúchos fizeram lavoura. Nosso gado ia atentar eles nas lavouras. E eles falavam: “Olha! Você tira o seu gado senão nós matamos e comemos”. E não tinha choro. A lei era essa mesmo: tivemos que cercar a terra para criarmos o gado. Mas o povo não tinha condição. Hoje cada qual tem o seu lugar.

Aqui [no assentamento Gentio-São Francisco] estou achando melhor. Estou gostando. Aqui é meio parecido com o que eu estava vivendo lá na Estiva. O brejão verde! O bunital! É o mesmo que eu estava vivendo lá. Então, me consolo, me conformo. Morei a vida toda na Estiva. Fiquei víuvo, já em 2004/2005, arranjei uma viúva que me carregou, fiquei uns oito anos preso na cidade, abrindo portão e trancando. Mas Tavinho [genro] me disse que Raimundo estava vendendo essa terra aqui. Eu vim para cá em 2012, dia 21 de outubro.

Sobre o ler e escrever... Da Estiva na Larga [onde tinha escola] são quinze léguas. Aí pai me deixava lá na casa do meu tio. Lá eu estudei dois meses. Minha professora só tinha a quarta série. Minha escola mesmo é essa: respeitar uns aos outros. Não posso comparar aquele tempo com o de hoje. Naquele tempo os pais nos ensinavam a viver, respeitar. Aquilo era uma lei. Hoje são os filhos que mandam nos pais.

Lembro sim. Tem um cemitério lá na Estiva bem perto de onde eu morava. Minha parentada toda foi enterrada lá. A primeira pessoa que foi enterrada lá foi uma tia minha: Ambrosina. Depois, uns parentes do meu pai de criação, sobrinhas, Joana, Pedro Calado, Velho Nego [esposo de Dona Hermínia], meu tio Gustavo, minha esposa Lindaura... Esse cemitério fica ali descendo da cabeceira da Estiva pelo lado esquerdo, lado de Minas. Lá mesmo tem outros cemitérios: no Sumidouro; tinha o principal: na Ilha lá do Boi. A comunidade toda enterrava lá. Tem um cemitério lá no Muriçoca do Velho Firmino.

Para mim o Gerais é entre Goiás e Bahia. Ele está aí no meio. Como diziam o antigos, Gerais não é terra de mata. Gerais é terra de pequizeiro, madeira fraca, bunital, coquinho indaiá. A terra é fraca, tem canela d’ema, vassoura na vargem. Quando alguém fala “ali é Gerais”, só tem essas coisas mais fracas. Essa Carinhonha, daqui para baixo até o Landim, é Gerais. E é Bahia. Mas eu tirei meu certidão [de nascimento] em Januária, perto do Amparo.

Quando você está em um mundão aí fora, alguém fala: “Você está nesse sertão aí”. Sertão, então, é um nome, aliás, ele não é nada, só um nome. O aprovado mesmo é Goiás, Bahia, Minas Gerais... Gerais mesmo: esse que é aprovado! Eu acho que Sertão não é lugar, é um espaço. Eu sou mineiro do Gerais e sou também goiano porque meu pai era goiano e minha mãe, mineira do Gerais. A pessoa que quer se amostrar em outros lugares não gosta de ser chamada de geralista. Eu aprovo: eu sou geralista mesmo! Eu nasci em outra parte, mas fui criado lá. Gostei! Eu não escondo: sou geralista mesmo!

A Carinhanha tem muita importância para nós. Ela é o nosso rio maior; ela recebe os outros rios pequenos. Ela é muito confortável de peixe, criou muitas famílias. Ali produzia tudo para a gente se alimentar. Essa recordação não sai de mim, posso andar para onde for, mas eu lembro de tudo que eu fazia lá.

Eu fui batizado em Vargem Bonita, de Nossa Senhora Santana, a padroeira de lá. Casei lá também na mesma igreja. A comunidade lá era muito famosa. O pessoal vinha de longe. Sempre fui na festa lá. Lá na Serra das Araras também. Quase todo ano nós íamos a cavalo. Montava nos animais, tocava nesse travessão aí, dormia lá na Aldeia, no outro dia chegava lá meio-dia ou à tarde. Daí pousávamos debaixo dos paus; não tinha ponto de casa.

Eram difíceis as estradas. A comunicação era desse jeito: recado, carta. E tropa mesmo. No burro, no cavalo. Arreava cedo e viajava. Pai dizia que não precisava de relógio. A distância era medida no casco do cavalo, em léguas e não quilômetros. A gente atravessava a Carinhanha de canoa, no Porto da Onça. Lá era o ponto de navegação de Goiás para Minas até Januária. Antes, no Porto da Cobra. Lá também tinha canoa. Daí subia o [ribeirão do] Boi acima, ia até as cabeceiras dele, saía em Vargem Bonita e Bonito de Minas. Assim, se chegava em Januária. Era [esse caminho] cheio de gente!

Eu me lembro de Seu Estevão, pai de Patrício, morando no Cajueiro. Mais embaixo, o Zé Raimundo com a Velha Dulcinha. No Rodeio conheci o Velho Alberto e Dona Santa. Conheci a mãe dele: Dona Herculina. Na Vereda Comprida, conheci lá morando, o Velho Atanásio. Na Canabrava tinha muita gente naquele tempo: o Velho Felipe Mata Onça e Dona Firma, pais de Nego Mata Onça; tinha Antônio Branco. Na Muriçoca morava o Velho Firmino e um pessoal também perto dele. Descendo ali para baixo tinha Antônio Roxo, no Jataí, o Velho Firme, que veio da [Vargem] Larga também, Seu Alcino...

Lá na Cobra eu conheci Teotônio “Bito”, Zé “Bito”, Franco “Bito”... Esses “Bitos” moravam todos lá naquela região. No Landim eu conheci Florêncio, que é avô da Raimunda [José Barbosa Muniz] do Sindicato [dos Trabalhadores Rurais em Formoso]. Era um “bandinho” de pessoal. Tudo fraquinho: só vivia devagar; com dificuldade demais. Eles apanhavam aquela paina do morro. Tinha uma serra lá. Eles tiravam paina para fazer colchão. Eu mesmo comprei muita paina deles. Faziam aquele sacão! Eu comprava e revendia na Estiva para encher colchão. Essa era a vida deles. Eu lembro ali na Taboca, no lado de cá, no Cajueirinho, quem morava era Ciriaco Bajudo, os filhos dele, o Nego, e tinha outro pessoal. E no Jequiri eu lembro da família de Landulfo, Zé Bolinete. No Itaguarizinho conheci Alexandrinho.

Rapaz! Nessa região aqui quem tinha uma escriturazinha na Fazenda Ilha [área de confluência entre o Ribeirão do Boi e a Carinhonha] era Maria “Bita”. Só essa escritura e mais ninguém. O resto era tudo vago [terra devoluta]. Aonde o camarada quisesse morar, ele morava. Fazia um ranchinho de palha na beira do rio, uma rocinha, começava a plantar mandioca... Assim era o começo da vida; virava dono daquele lugar.

O material de cima era o mesmo de baixo. Assim eram nossas casas. Cobria-se o telhado com palha de buriti. Lascava ela miúda, “enchementeava” ao redor da casa, lascava a palha, fazia a parede com o mesmo material. Outros faziam [a casa] de barro: enchimento de vara; amarrava, envarava, amassava o barro e enchia. O buriti era muito importante!

Naquela época não tinha médico. De vez em quando aparecia um charlatão; vinha de muito longe, rumo de São Joaquim, aí de Januária. Passava remédio; se não morresse, ia “arriba”. Mas aqui mesmo a gente tinha era remédio de raizada, arrancava papaconha, poainha... A gente usava contra a Febre “Malenada”. Fazia o chá e dava a pessoa para beber. Aí cortava aquela febre por dentro. Já nessa região de Vargem Bonita, curador era Seu Geminiano. Abaixo de Deus, foi ele que salvou a Comadre Esteva, sua mãe [mãe do autor dessa pesquisa].

Eu posso contar? Ela abortou uma criança; ficou ruim ali na Muriçoca. Comadre Esteva foi arruinando. O velho Firmino, que era sogro, foi lá em Geminiano, que disse: “Olha, compadre! Eu vou preparar o remédio aqui de raizada. Vou colocar na garrafa e o senhor leva. O senhor pode montar no burro e dá no que dá. Se chegar lá e ainda encontrar ela viva...; e Deus querendo, ela ainda vai viver muitos anos. Mas estou achando que o senhor não alcança porque ela está mal”.

Você vê: de lá longe, Geminiano “viu” a situação da Comadre [Esteva]. A distância era assim de umas quinze, dezoito léguas. Quando chegou no Porto da Onça, ele desarreou o burro, jogou na água, colocou a sela na canoa, saiu do lado de cá. Tornou a montar e viajou. Quando ele chegou em umas alturas, a lua iluminando! Já era muito tarde da noite. Aí ele viu um carneiro andando na frente dele, um carneiro branquinho! Ele beirava na reta da estrada e na curva, desaparecia. Olha que experiência!

Viajou, viajou... Quando ele chegou na casa de Compadre João lá na baixada, lá já estava cheio de gente, tudo se preparando para a sentinela, já esperando a morte. Ele chegou, “dezapeou” do burro, já veio com a garrafa na mão, pegou aquela xicarazinha de esmalte fininha e a ordem da receita era para dar meia xicarazinha. Aí pôs na xicarazinha. Ela nem abria o olho. Abriram a boca dela, colocaram o remédio dentro. Foi logo Comadre Esteva foi se animando. Quando o dia foi clareando, tornou a dar mais outra meia-xícara. Aí já abriu os dois olhos, já começou a falar e disse que viu aquela multidão. Assim o povo conta. Eu mesmo não vi. O Velho Firmino mesmo contava. Todo mundo contava. Diziam que foi desse jeito. Por isso, Seu Geminiano, para mim, é o mais famoso [curador].

Parteiras... (!?!), tinham bastante. Tinha a finada Do Carmo, mãe de Marinha de Cláudio [um de nossos entrevistados]. A mais famosa era Terta, na Onça, lá em riba; era mulher do finado Paulo. Tinha também Ancelma, mulher do Velho Alcino; a Velha Hermínia, que era casada com o meu tio [Nego de Bastião Suçuarana]. Rezador tinha bastante! Essa mesma, Do Carmo, era rezadeira; essa Terta também era.

No começo (com a chegada do Parque) ninguém gostou. Ninguém conhecia, não sabia o que era, o que significava. Todo mundo dizia: “Eu vou mudar daqui. O Parque chegou empurrando nós com a barriga, tirando nós do nosso lugar; nós já [estávamos] ‘acostumadinhos’ aqui! Para onde é que nós vamos, meu Pai do céu? O que será de nós agora? Não! Esse Governo não está fazendo bom, não”. O povo vivia ali, todo “acumuladinho”, naquela vivência boa ou ruim, mas era deles. Ninguém queria mudar. Com o tempo, foi chegando [o Parque], o povo foi reconhecendo. Aí foi retirando o povo tudo. E fomos nos conformando. Mas até hoje tem gente aqui nessa região que não está conformado. Tem gente que ainda morre com saudade de lá porque lá era [um lugar] mais escondido.

Em todo começo, só é bom casamento. Assim também [com o Parque], no começo ninguém gostou. Mas com o Parque, segurou [protegeu] mais o bicho do mato,

diminuiu o fogo porque ele só destrói lugar de cultura, de brejo, cerrado... Mas todos têm de ser igual na lei. Então, por uma parte, [o Parque] foi muito bom porque naquele tempo a terra não tinha dono, como acabei de falar, então as firmas [empresas reflorestadoras] vinham comprar direito de posse e tomava [a terra] de todo mundo. Era tanta firma [empresa]! Tinha a “Globo”; essa foi a que me prejudicou. Lá para a beira do Boi tinha a “Reza”; tinha aquela lá do Angical lá embaixo; e lá mais para baixo, tinham outras firmas também.

Essas firmas foram comprando as posses do povo; entravam na terra com aquele direitinho de posse, e assim iam fazendo escritura. O direito de posse virou o verdadeiro, uma garantia, igual a uma escritura. Então, quem comprasse algum direito de posse, tinha direito na área. Eu fiz assim também. Tinha uma escritura, mas não era muito original. Não tinha origem [cadeia dominial]. Era uma escritura dentro da Fazenda Ilha onde estavam as terras do meu pai.

Quando a Globo chegou, me empurrou, eu e meu tio para um canto, e foi tomando conta. E eles nos disseram: “Cadê a escritura de vocês?”. E nós mostramos. Eles contestaram: “Não! Isso aqui não tem origem”. Aí nós fomos a Januária; mostramos [a escritura] a um advogado. Ele disse: “Olha! Essa escritura só tem valor se fizer usucapião”.

Aí fiz usucapião de trezentos hectares. Quando eu fiz, a firma [Globo] embargou. Aí morreu, acabou. Eu [estava] sem dinheiro, sem condição... E eles [continuaram] nos empurrando. Reclamavam de mim até se eu tirasse uma estaca para consertar uma cerca. Foram onze anos eu, com aquele tanto de filho, e com dor no coração, pedindo a Deus; eu, nascido e criado naquela região, agora era acusado de não ser dono? Sempre pedia: “Ôh!, meu Deus, me ajude?”.

O moço do escritório do Ibama me trouxe o [pedido de] usucapião, informando que o processo, lá no Fórum, não tinha ido pra frente, pois, para começar, precisava de dinheiro: oitocentos cruzeiros. Eu não tinha. Mas ajeitei um dinheirinho do trabalho e fui com meu menino. Chegamos lá. Aí eu já conhecia o Tinga, uma pessoa lá no Fórum. Ele foi lá na prateleira, apanhou um livrão, trouxe, abriu aqui. “É trezentos reais para reabrir o processo e mais cento e quatorze lá no juiz” – ele me disse. O Pessoal do Ibama me ajudou. Aí eu saí com o usucapião registrado. Legalizei. Hoje eu tenho a terra.

Com certeza é como dizem: quem nasceu, morreu! Então [com essa história aqui] fica aí uma presença. Com o tempo, meus netos, meus filhos, podem escutar essas palavras dadas pelo avô Pedro. Isso é uma recordação.

Entrevista 3.2.2.f

(Comunidade Gentio-São Francisco – Fronteira Formoso-MG/Cocos-BA, Zona de Amortecimento do PARNA-GSV – TC).

Eu nasci na Vereda Comprida. Sou casado e tenho quatro filhos. Minha mãe é da família é dos Mendes Queiróz. Eles moravam na Muriçoca dentro do Parque. Eu não sei de onde veio a família de pai. Sei que eles moraram ali no Pilão. Fui batizado em Formoso, na Igreja de Nossa Senhora d'Abadia. Sou casado no padre e no civil. Tudo em Formoso.

Era bom ser criança lá na Vereda Comprida. Mas a brincadeira era essa: apanhar a foice, [ir] para a roça, trabalhar, arriar um cavalo, campear. Na época da juventude a gente ia para festas de [Santos] Reis, Nossa Senhora Aparecida, um forrozinho em fim de semana, escutava ali uma radiolinha velha. As danças eram: Caninha Verde, Mergulhão e Oh Riri-Oh Rirai. Esse aí a gente dançava assim: a figura vinha de lá para cá, você ia rodando e passando o braço aqui um no outro.

No Mergulhão, um fica com uma toalha aqui e dois segura ali. Aí nós somos doze pessoas, por exemplo: uns vão daqui para lá e outros vêm de lá para cá. É jogando verso e rodando. Quem sempre tocava sanfona lá para nós era Claro Ceroula [conjunhado de Seu João, um de nossos entrevistados].

Minha profissão é trabalhar mesmo na roça com enxada, foice, machado...; mecho com gado, faço farinha direto. Roça lá [no Gerais] era no brejo; plantávamos feijão, arroz, milho, cana...; vivíamos moendo cana. Tínhamos um gadinho comum, Curraleiro. Tudo criado no aberto. A terra era de todos. Criava em comum, todo mundo criava lá.

Hoje aqui no assentamento [Gentio-São Francisco] é tudo cercado, cada um criando no que é seu, é todo mundo prendendo tudo; aqui tem que ter pasto, ter cana para plantar. A vantagem do Gerais é que lá a gente criava o gado solto; o gado rendia mais. Lá as novilhas com dois anos já pariam; aqui fica cinco anos sem parir. Aqui é no sal, no remédio! Outra diferença é que lá no Gerais tinha bastante água nas veredas; era uma beleza a fartura de água! Aqui a água vem da Taboca e passa até três dias com a torneira seca. Lá no Parque não precisávamos ficar sem água.

Eu tenho saudades lá do Gerais. Lá a vida era melhor. No Gerais a gente plantava sem precisar de adubo; tinha muita fartura de arroz, milho, feijão, muita galinha, o gado rendia o dobro. Hoje não tenho o gado que eu tinha lá no Parque. Hoje meu gadinho é pouco, vivo mais apertado. A terra do Gerais era melhor.

Eu aprendi só assinar o nome. Aristina foi minha professora. Estudei lá no Rodeio; andávamos doze quilômetros a pé. Quando a escola daí acabou, criaram uma lá no Samu, no Barbatimão, na tia Ló onde estudei de novo. Só que nessa aí não aprendi nada; era mais perto, mas a gente estudava de noite, tinha de atravessar o rio [Carinhanha]. Voltava dez, onze horas. Zé [dos Reis], meu irmão, aprendeu um pouquinho. Meus pais passaram uma lição para mim: com eles não aprendi a ler, mas aprendi a trabalhar. Eles me ensinaram a trabalhar na roça, fazer as coisas, lidar com gado, fazer um negócio. Tudo eles me ensinaram.

É isso que passo aos meus filhos: não roubar, não matar, cada um trabalhar no que é seu. Meus filhos estão seguindo. Como eles têm de trabalhar fora, sempre que tem uma folga ou nas férias, eles colocam a mota ou o carro na estrada, vem para cá, ficam aqui comigo trinta dias trabalhando.

Pai e mãe são enterrados no Formoso. Pai morou na Vereda Comprida. Lá na Gruta da Campeira tem um cemitério; tenho irmã minha enterrada lá, e Pio, meu cunhado, pai de João Batista e Revalino. Na Cobra tem cemitério; outro por baixo da Barra do Pilão, que é dos avós de João Bito. Na Canabrava tinha cemitério onde Nego Onça morava. Felipe Mata Onça, pai dele, e a velha Firma Velha, que é até parente nosso, também foram enterrados lá.

Gerais para mim é onde tem terra de areia. E lá é Bahia. Eu acho Gerais diferente de Sertão. Sertão pode ser o mundo inteiro. Gerais é uma área aberta. Eu me considero Geralista e sou feliz; eu nasci foi lá! E agradeço muito porque o que eu tenho, adquiri lá; não foi adquirido em terra de cultura. Tem gente que diz: “Eu não gosto de ser geralista porque quando chego no Formoso, eles falam: ‘Ah, você é geralista?’; e a pessoa responde: ‘Eu nunca morei no Gerais’”. Nunca neguei o meu passado. Criei meus filhos foi no Gerais. A gente olha, assim, as veredas [desloca o olhar pro chapadão]!

Eu sempre falo para os meus meninos: aquele alto lá [mostra com o dedo indicador] até parece com o lugar onde morei. Sempre que olho aqueles altos ali eu lembro do Gerais. Todo dia eu lembro do Gerais. Lá a gente pescava, tinha muito peixe, capivara, muita caça na beira da Carinhanha; a gente colhia muito feijão, muito arroz. E

hoje aqui você já não produz igual como era lá porque depende de adubo. A Carinhanha era importante para todos lá no Gerais; quando você não tinha carne de gado para comer, você ia no rio, amarrava um toco de rede lá, ia com o anzol, e voltava com a janta pronta. Aí hoje é Parque. Eles nos proibiram de pescar.

A casa que nós morávamos, a do nosso pai, era todinha [feita] de palha de buriti, as paredes também. Depois fizemos paredes de adobe de barro. O buriti tem uma importância grande para fazer nossa casa, para tudo!

Lembro que tinha a ponte da Canabrava. Foi meu avô [Firmino da Muriçoca] quem fez, depois tio João. Por ali se atravessava, por exemplo, para ir ao Pilão, Barbatimão, Cajueiro, qualquer canto. Tinha um vau na barra do Sucurizinho, que cai na Carinhanha; é uma vereda; a gente atravessava e saía para ir ao Rio Preto. A gente ia a cavalo, não tinha carro na época. Havia carro de boi também. Nosso transporte era para Januária ou para Formoso. Buscava o café, sal, óleo, quase de tudo.

No Cajueiro aqui de cima, os moradores mais velhos foram Estevão e Dona Eusébia, João Grosso; depois Patrício, Zé Cajueiro, compadre Ercílio, Regina Velha... No Rodeio morava compadre Alberto, comadre Santos... Na Vereda Comprida éramos nós. No Jataí eram Tony Roxo, comadre Romana. Lá na Estiva, lá embaixo, era o Velho Firme, meu padrinho Claudão... Zé Muniz morou na beira do Pilão, Manuel e Vitorino, filhos de Dona Canuta... Esse pessoal que saiu do Gerais está todo em Formoso.

Antes do Parque, foi chegando muita gente de fora, comprando posse, dizendo que era dono de tudo. Ficamos assustados, com medo. O povo foi mudando. Isso ajudou [influenciou] muito porque o pessoal chegava ali, comprava aquelas posses para fazer plantação de eucalipto e pinho; comprava tudo baratinho! Comprava de um e corria com os outros, que tinham de ir embora. Aí foi ficando todo mundo com medo e foi saindo fora. Aí o Parque chegou, começou a ficar apertado.

Nessa comunidade aí da Taboca e Itaguarizinho moravam Landulfo, Zé Bulinete, Antônia, Mateus e Daia, Derção... No Jequiri morava Epifânio e Maria...

A festa da Vargem Bonita é importante e a Festa da Serra [das Araras] também porque lá é onde o pessoal daqui compra as coisas mais baratas: roupa, botina, chapéu, relógio... Minha esposa é que vai todo ano na Serra. Fui com o nosso pai quando eu era menino e depois de casado fui uma vez. Já Vargem Bonita é mais longe.

Firmino Borges era um curador – lembro dele, sim. Ele fazia ali uma raspa de pau, fazia ali um benzimento, dava o remédio... É a fé que cura. A pessoa bebia e ficava boa. Tinha também Dão Ferreira lá no Saco Grande; ele fazia a mesma coisa. Todo

mundo tinha fé neles. As raizadas eram daqui mesmo [feitas] com as plantas do Gerais. O Gerais ajudava a curar o povo. O Velho Narciso e Puluquera eram raizeiros. Ela era chamada para rezar naquelas festas, rezava para Nossa Senhora Aparecida. Hoje as rezadeiras são comadre Rocha, Maria de Rosa... Das parteiras, eu lembro de Martinha Branca. Ela sabia fazer muito remédio. As mulheres que iam ganhar menino, todas iam atrás dela. Ela era a médica do povo.

Quando o Parque chegou eu morava lá dentro. Chegaram e foi mexendo, tirando folha de pau, enchendo as caminhonetes; diziam que era para fazer pesquisa fora. Aí a gente foi ficando assustado. Depois voltaram já pressionando o povo: “Olha, você não pode trabalhar nesse brejo! Você não pode roçar nem plantar em brejo; você tem de sair do Parque”. Aí já trouxeram a polícia para investigar as casas do povo todo. As armas do povo aqui eram espingardas velhas bucheira. Trouxeram aí a Polícia Federal, invadiram a casa do povo, foram apanhando armas do povo; deixou todos sem nada.

Aí já veio o aperto: “Nós vamos pagar para vocês saírem daqui”. E pagaram? Pagou não. Deram uma mixaria para uns. Os atravessadores comeram o dinheiro. Mentiram que essa terra desse assentamento [Gentio-São Francisco] ia ser em troca das terras lá do Parque. A maioria do pessoal nunca recebeu. Muitos correm atrás, tem escritura aí, coloca na Justiça para receber e nunca conseguiram. Eu mesmo sou um deles: até hoje nunca recebi. Está com doze anos que eu saí de lá. Eu tenho corrido atrás para receber. Se eu vou receber... eu não sei.

O Parque por um lado tem vantagem: preservou a natureza lá; mas para nós não foi bom porque a gente criava, plantava roça; a gente não recebeu; o governo tinha que pagar todo mundo; não pagou. Se tivéssemos recebido, estávamos todos alegres; a terra aqui também é boa, mas lá no Parque é melhor. Quando chegamos aqui [no assentamento] tínhamos juntos mais de mil cabeças de gado, tudo vindo do Parque. Hoje tem aqui umas quatrocentas cabeças de gado. Eu mesmo tinha lá umas vinte e poucas cabeças de gado; hoje tenho umas doze aí. Então, meu gadinho sempre é pouco, mas estou lutando.

Eu acho importante [estar aqui no Assentamento] porque aqui eu imito o Gerais. Por isso, eu não quis ir para a cidade. Muitos foram e eu fiquei aqui. Eu falo: “Eu vou criar meus filhos na roça; eu gosto é da roça”. Aqui eu crio meus cavalos; crio minhas vacas; tiro meu leite aqui no curral para eu beber, fazer um queijo, dou para um amigo que chega na minha casa. Fiz um curralzinho – que vocês estão vendo aí [entra no curral e mostra]: a madeira não é tão boa, mas está servindo; aqui não tem madeira boa. Isso

foi o que pai passou para nós. Foi de pai para filho. Hoje eu passo isso para os meus filhos também.

Muita gente vai morar na cidade. Mas lá não cabe todo mundo. Meus filhos trabalham fora, mas eles falam: “Pai, aqui o senhor nunca vende. Se vender, compre outro”. Então eu falo: “Não! Minha terra aqui eu não vou vender; essa terrinha é a mesminha que eu tinha lá no Gerais. Eu fui criado no Gerais. Se eu vendê-la, vamos fazer o quê na cidade?”. O dinheiro não dá para nada. Aqui a gente vai lutando devagar, plantando uma mandioca... Fiz essa chácara que vocês estão vendo aí. Foi tudo eu que fiz! Eu peguei esse cerradão aqui tudo sem desmatar. Fiz tudo isso aí na enxada, no machado; eu e meus meninos. Tudo no enxadão! Gradeemos, plantamos capim. Mais lá embaixo tenho uns pastinhos formados, tenho um hectare de cana lá e vou lutando com eles. É assim minha vida.

3.2.3: Geralistas residentes na Bacia do rio Paranã

Entrevista 3.2.3.a

(Comunidade França – Fronteira Sítio da Abadia-GO/Formoso-MG – TVP).

Eu nasci em [19]38, numa quarta-feira, 21 de maio, lá no brejo do Angical; fica abaixo da Barra do Landim e acima da Suçuarana, perto do Cajueiro lá debaixo. Eu sou casado. Tenho nove filhos, um deles já morreu, Manoel.

[Quando era menino, a gente] brincava com braço do buriti; montava, corria, dizendo que era cavalo; fazia carrinho de buriti; apanhava aquele tanto de fruta de jatobá, trelava, colocava no carro: “Ah, é meu carro; vou para Januária!”. Ajuntava aquele tanto de menino, mas era por poucas horas. Logo os pais colocavam a gente no cabo da enxada. Tinha que trabalhar.

Tinha muita festa na minha juventude: de [Santos] Reis, São João, São José... Lá na Festa da Serra [das Araras] a gente também ia. Quando eu morava no brejo do Angical, todo ano nós íamos lá a cavalo ou de carro-de-boi. Nas danças a gente fazia umas rodonas para pegar na mão uns dos outros, e saía cantando. Outros pegavam latas, batia umas nas outras. Era um batucão, cantando, dançando, sacolejando braços e ombros. Lembro que tinha essa dança de roda e tinha também Caninha Verde, Mulatão, Oh Riri-Oh Rirai... Esse aí a gente saía jogando verso: “Ele disse que vai, vai, Oh Riri-Oh Rirai! Me chama que eu também vou, Oh Riri-Oh Rirai! Ele disse que não vai mais, Oh Riri-Oh Rirai! Coração enganador, Oh Riri-Oh Rirai!”.

O Tatu sobe Pau era assim: você pegava um pau, colocava aqui [faz o sinal], vinham as cacetadas; e aí [o pau] girava de cá; eu virei e desceram o cacete [bate a mão

na cabeça]. Eu fui dançar uma vez e acertaram o pau na minha cabeça. Por causa disso, eu não gostava dele. Eu ficava de fora animando, mas não dançava. Essas danças de primeiro eram animadas. Baile e Valsa eram difíceis. Isso só era para os mais velhos; menino novo não entrava no meio da dança deles. A roda deles era separada.

Na festa de Vargem Bonita também a gente sempre ia; lá é a terra onde mãe e os pais dela nasceram e criaram. O Velho Duvirge [pai de Firmino da Muriçoca] também era de lá. Ele era irmão do meu avô, do Velho Félix, do Velho Salu... Tudo era parente. Depois do Angical, vim morar aí no Pau Grande lá dentro do Parque. Fui ser vaqueiro de Pedro Maciel [fazendeiro do clã Carneiro de Bela Lorena], na Fazenda Rio Preto, na beira da Carinhanha. De lá eu comprei uma terrinha no Barbatimão para cima até na Barroca. Eu tinha cansado de ser vaqueiro.

Eu e meu irmão compramos [o Barbatimão] do Seu Prasdo. Mas ainda fiquei vaqueiro uns tempos porque era tudo lá encostado. Com vinte anos eu saí. Fui para os Manassés: trabalhei cinco anos lá. Quando criou esse Parque... eu não queria sair, mas o povo, meus vizinhos, saíram todos; só ficou eu e minha esposa. Os filhos cresceram e saíram. Quando mudei de lá do Parque, vim direto para aqui [no França]. Já faz uns três anos. Aqui não é meu: é do meu filho Santos [Santiago].

[A chegada do Parque] foi mais ruim do que boa porque o povo saiu. Podia ter deixado o povo no lugar. Mas para mim, não falo deles. Eles pediam para eu não colocar fogo na roça. Então, nunca me incomodaram porque sempre fiz o que eles me pediram. Quando criaram esse assentamento [Gentio-São Francisco], eles foram lá em casa e me ofereceram lote. Eu fiquei pensando: “Não dispenso o lote, mas só saio daqui depois que me pagarem”. Outros afobaram e logo saíram.

Na roça é assim: a gente começa na foice, roça, derruba uns paus grossos aí no machado, queima, torna a serrar aqueles paus, encoivara, faz cerca; depois vai plantar. A gente plantava arroz, milho, feijão, mandioca, cana... A gente criava gado Curraleiro, carneiro, porco, égua...; tudo isso. Lá não tinha esse gado de raça, Nelore, Indubrasil, Guzerá; era Pé Duro mesmo, mas as curraleiras tinham peso. As criações eram soltas no campo. Não tinha cerca. Tudo criado aí em comum, misturava a todo tempo. Já hoje é tudo cercado. Antes a gente estava acostumado a criar aí tudo “soltão”. Agora é tudo no curral.

Lá no Gerais era muito melhor que aqui. Cada canto que você encostava tinha água; tinha a Carinhanha e os galhos [veredas] dela; tinha Barra Mansa, Barroca, Vereda da Barra, Terra Vermelha...; tudo era cheio d'água; agora secou tudo depois que

eu saí de lá. A água aqui é boa, mas não é igual à nossa lá. Lá era mais rico de água, aqui é fraco. Compramos um “carneiro” [espécie de bomba d’água], colocamos aí, mas logo o rego cortou. Fizemos várias tentativas no Itacarembó. É de lá que vem essa água para mim. Por isso, lá no Gerais era bem melhor. Lá tem Carinhanha, Rio Preto...

A escola da vida quem ensinou foram os pais da gente, que nos explicavam: “É melhor ter amigo na praça do que dinheiro na casa”. Eu não me esqueci disso nunca. Mamãe dizia isso. Eu não conheci meu pai. Minha mãe foi enterrada lá no Rio Preto e meu pai no Barreiro perto do brejo do Angical e do Catolé, mas do lado de Minas.

Gerais é lugar onde não mora muita gente, é onde não tem cultura de mata; tem brejo, vazante. Gosto de ser geralista. Lá era um lugar calmo, sossegado para a gente morar. Casei no Formoso, mas fui batizado na Vargem Bonita. Sou do Gerais, mudei para cá, mas tenho saudade de lá. Quando eu lembro daquelas veredas, daquele varjão! Lá é bonito demais. A gente arreava o cavalo, saía naquele Geraizão; até hoje eu tenho saudade. Se perguntam: “Você quer ir para o Gerais?”, eu digo: “Se pudesse, eu voltaria pro Gerais”.

O transporte era no carro-de-boi para fazer compra em Januária. A gente levava arroz pisado no pilão para vender lá; levava também couro de boi, couro de carneiro, de cabra, de veado, corda de buriti trançada. Eu fui demais lá. A gente sofria porque não tinha botina, eram com umas “precatinhas” de couro de boi. O Velho Prasdo era importante lá no Gerais. Ele mexia com a venda, e comprava tudo em Januária; ia de carro-de-boi e tropa. A venda era ali no Sumidouro e depois na Vereda da Barra. Seu Prasdo comprava de tudo no Gerais e vendia tudo em Januária. Mangaba era o principal.

A telha do Gerais era palha de buriti. Derrubava, descascava e lascava para poder tapar a casa. As paredes eram de barro, “enchementiada”. A mesma palha servia para fazer a parede. Eram assim as casas.

Eu acho que essas terras do Gerais até pertencem aos Mendes. Na Cobra morou muito aquele povo dos “Bitos”. Mas a regra era essa: uns chegavam, se interessavam, botavam ali uma roça e ficava morando. Aí virava o dono. Ninguém sabia quem tinha documento dessas terras.

Lembro de muitas parteiras. Tinha uma Camila Velha, tinha minha mãe também. Curador eu lembro: o Velho Felipe Mata Onça mesmo dava remédio. Mas o povo falava era em Firmino Borges. Ele era meu tio; era curador de primeira; famoso! Remédio dele curava!

Eu acho que [essa história] deve ter alguma vantagem. Ensino o que de primeiro os pais explicavam para nós: “É assim, assim e assim”. E a gente acabava aprendendo: sabia o nome dos avós, sabia tudo. Hoje muitos não gravam isso.

Entrevista 3.2.3.b

(Comunidade França – Fronteira Sítio da Abadia-GO/Formoso-MG – TVP).

Sou da Comunidade França. Sou casada. Meu marido é da família de Santos. Eu não sei de onde eram os pais do meu marido. Acho que eram da Bahia. Tenho nove filhos com ele. Um morreu. Tem oito vivos. Criei todos na roça, lá no Barbatimão, que fica do lado direito da Carinhanha dentro do Parque.

Quando era menina brincava com jatobá. Brincava de caminhar no Cerrado. Não, eu não gostava de dançar [quando era moça]. Mas eu lembro como era. Tinha aquelas danças do “Oh Riri, Oh Rirai”, aquelas danças de roda, de terreiro, cana verde... Tinha tudo isso. Na Muriçoca. Na Carinhanha. Sempre morei na Carinhanha. No Barbatimão. De lá mudei para cá.

A gente plantava arroz, feijão, milho, verduras, hortas... Tinha muita fartura. Nunca compramos um saquinho de feijão e hoje estamos comprando. A vida no Gerais era melhor. Eu achava melhor. Era sofrido, mas era melhor. Era um sofrer alegre. A gente criava porco, carneiro, cabra, o gado... Tudo solto. No Gerais não tinha cerca. Aqui é cercado, tudo preso. Hoje as criações estão sentindo muito. Tudo seco. Falta água, falta pasto, seca tudo. Lá no Gerais era largo. Eles comiam onde queriam. Lá era mais afastado. O animal ia onde quisesse.

Eu não sei ler nem escrever. Eu queria aprender. Não aprendi nada. Lá na Carinhanha não tinha escola. Mas a escola da vida ensinou a gente saber criar os filhos; saber educar os filhos, responder os mais velhos, tratar bem todo mundo. Hoje meus filhos estão melhores porque sabem coisas que eu não aprendi.

Meu pai era Firmino [Barbosa]. Meus avós... Não estou lembrando o nome deles. Parece que a mulher chamava Duvige e o homem Duvige também. Acho que era o mesmo nome. Não sei de onde eles vieram. Meu pai foi enterrado lá na Muriçoca. Pai e mãe, irmãs...; finada Quintina, finada Cesária, Isabel, finada Beatriz, que eu não conheci...

Minha mãe, eu acho que ela era da Carinhanha. A família dela é da Carinhanha. Ela era parenta do finado Zezé¹⁵⁶ [Carneiro]. Era uma família só. Parece que eles eram irmãos. Acho que a avó dele era irmã de mãe.

Tem muitos cemitérios na Carinhanha. Cemitério no Rio Preto, que eu sei; no Mato Grande tem outro cemitério; no Jataí tem. Do outro lado do Jataí tem cemitério, lá bem embaixo. Nasci no Gerais. Gerais é um lugar assim livre, tem muita coisa boa. Sou generalista; nós somos. Gosto muito do Gerais. Eu não me importo de me chamarem generalista, não. A gente nasceu foi lá. Eu não tenho vergonha.

Fui batizada na Serra das Araras. Minha família frequentava lá, ia direto lá, a cavalo. Já meu casamento foi em Formoso. Na Vargem Bonita, não. Nunca fui. Tenho muita saudade do Gerais. Muita mesmo. Eu lembro daquela fartura das coisas, buritizal, xiriri...!!! Aqui é diferente. É bom, mas é mais diferente. Lá na Carinhanha tinha muita passagem de gente. Passavam na Muriçoca, no Rio Preto...; tinham dois vaus no Rio Preto: um que é mais para baixo, outro que é mais em cima; tinha aquela ponte que ficava lá em “cimão”. Na Muriçoca passava muito viajante. Passava e pousava na casa dos meus pais. A Muriçoca era pouso de viajante. Lá tinha muito movimento de gente.

Lá no Rodeio moravam Compadre Alberto [marido de Dona Santa] e os filhos. No Rodeio tinha venda, tinha escola... Mas meus filhos não estudaram lá. Eles estudaram no Barbatimão com o Professor Pedro que agora mora no [Assentamento] Gentio [São Francisco]. Ele foi nosso primeiro professor. Depois meu filho, Santos. Acho que foi a Prefeitura [de Formoso-MG], eu acho, quem fez o grupo [escolar], ou foi a comunidade, foi [?!]. Primeiro a comunidade, depois a Prefeitura. Esse grupo velho está lá; depois nós vamos lá ainda. Ele não caiu. Não, ele está de pé. Acho que a gente não tem foto de lá. Não sei. Acho que não. [Lá nós temos] é uma casona grande de palha lá; nós nem entramos dentro dela. Logo nós mudamos para cá. Ficou só a saudade.

No Cajueiro o morador mais velho era o pai de Paula, Seu Estevão. Hoje lá moram os filhos. Eles são meus parentes. É tudo família. Na Muriçoca, primeiro quem morava era só meu pai. Depois que foi chegando mais gente. Januário [Cardoso] morou lá muitos anos, lá pertinho. Na Vereda Comprida morava Atanásio, meu cunhado. Na Estiva, Seu Sebastião [Suçarana]. Acho que ele era matador das onças. No Jataí morou uns parentes; eu me esqueço os nomes; já morreram. Tone Rocho é um deles, parente nosso. Na Cobra moravam os Bito [Brito]. Eram antigos lá. No Landim eu não conheci

¹⁵⁶ José Carneiro Saraiva era filho de Dona Celina Mendes de Queiróz, irmã de João Peba; este era avô de Dona Lô.

ninguém. E nesse Itaguari eu lembro, mas esqueço do nome. Moravam lá há muito tempo. Na Canabrava quem morava era compadre João, compadre Herculano, Finado Felipe Mata Onça, pai do Seu Nego Onça [Hermelino], não é? Tinha lá um olho d'água, tinha um vau e muita banana roxa. Dizem que esse bananal era nativo de lá. Eu nunca fui lá ver esse olho d'água não.

Nem me lembro de quem eram as terras do Gerais porque era tanta gente que se dizia dona que eu nem sei mais. O velho Firmino Borges, compadre Adão [Ferreira], Daniel... eram os curadores. Mas o melhor era o velho Firmino – o Velho Borges. Já as rezadeiras...: a mãe de Arnaldo Batu era rezadeira, Lara; e Róxa [esposa] de Ercílio. Finada Lara, a velha Terta, eu conheci; essas que eram parteiras.

[Quando o Parque chegou], falaram que não aceitava o povo lá dentro. Queriam que o povo saísse de lá. Todo mundo saiu. Só nós que ficamos. Ainda temos terra lá dentro. Eles [o Governo] falam que vão nos pagar e nunca pagou; não fazem pagamento nunca! Essa promessa já tem muitos anos. De vez em quando a gente vai lá porque temos lá as criações.

Eu estava lavando os pratos, depois lavei duas mudas de roupa; estava lavando. Aí fui estender no arame; fui estender dentro do mato. Quando olhei, vi [uma onça] que estava assim pertinho de mim; quase que ela pulava em mim lá no rio. Era a onça!¹⁵⁷ Eu peguei um pau, que estava junto de mim, e joguei nela. Aí eu joguei e ela correu. Era meio cedo ainda, meio dia, sol quente, acho que ela queria beber.

Essa terra onde moro hoje não é minha. É do Santos [um dos filhos]. A gente cria umas coisinhas com ele; cavalo só tem um; tenho criação pequena, galinha.

O Parque foi bom para uns; para outros não porque todo mundo saiu de lá. Saíram todos. Para mim foi bom; para os outros não... porque esse povo saiu tudo. Moram nos assentamentos. Tudo *espinicado* aí.

Aqui é mais diferente do que lá. Lá [na Carinhanha] tem muita água, tem tudo. Tem buritizal, xiriri, muita água, peixe... Aqui falta água. Não é como lá [na Carinhanha] que tem muita água. Ninguém não comprava. Tinha fartura de horta. Eu tinha era para vender, não era para estar comprando como estou hoje. Hoje é só “*do compra*”. Lá eu tinha era para dar aos meus vizinhos.

Uns vão dar valor [nessa minha história]. Outros já não dão valor.

¹⁵⁷ Esse episódio aqui relatado se refere ao período em que a entrevistada ainda morava dentro do PARNA-GSV.2.

Entrevista 3.2.3.c:

(Comunidade França – Fronteira Sítio da Abadia-GO/Formoso-MG – TVP).

Eu sou viúva. Nasci no dia 5 de janeiro de 1930, lá na Canabrava. Meu marido era da família dos Cardosos. Eles vieram do Cochá¹⁵⁸. Quando eu casei, ele era viúvo e já morava aqui no Gerais. Conheci o pai e a mãe dele, sim. Moravam na Carinhanha ali nos Porcos. Eu tive treze [filhos]; morreu uma e tem doze vivos.

A gente quando era menina brincava com terra e com bonequinhas de pano; brincávamos com essas bestagens. A juventude foi boa, sim. Tinha aquelas festinhas; mas eu toda a vida não fui “gostadeira” de festa nem de dançar também; só ia ver o movimento do povo. Lembro demais dessas festas. Tinha aquela tal de Valsa, o Mulatão e o [Tatu] Sobe Pau; o povo dançava batendo aqueles pauzinhos. Eram as danças do Gerais.

Morei na Canabrava, Jataí, “Cajueirão” lá embaixo. Voltei, morei na Carinhanha cá mais em cima; morei no Landim, voltei pra Canabrava, vim para os Porcos; meu marido morreu aí. De lá eu mudei para aqui [França), no dia 20 de agosto de 2000. Lá virou Parque, aí o povo não aceitava a gente trabalhar – isso eu achei ruim. Não deixava criar nada nem botar fogo – nesse ponto achei bom. O Povo do Parque falou que pagaria para o povo sair de lá. Arranjaram uns cantos ali para o Gentio [assentamento], mas eu não quis ir prá lá. Nós saímos e eles nos deram só um agradinho pouco; não pagou, recebemos aí um agrado pouco mesmo. Deixamos nossas coisas todas largadas lá. Aqui [onde moro] eu comprei de Valtinho [filho de Seu Gino, um de nossos entrevistados].

Aqui já morava muita gente do Gerais: Valtinho, Honório, o Velho Anísio [primo de Gino]... Eu gosto daqui demais; é meio parecido com o lugar onde eu morava. Só saio daqui por morte. Tem gente aqui que ainda tem vontade de voltar prá lá. Mas lá não tem mais conforto, tudo fica longe, acabou trânsito de carro. O Povo do Parque falou que não era para ninguém ficar lá e que nós tínhamos de sair.

Botávamos nossas roças na beira da Carinhanha; naquelas “vazantonas” plantávamos mandioca, milho, feijão, cana, banana... Criávamos porco, carneiro e gado também. Tudo [isso] tínhamos lá. E nos “esgotinhos” a gente plantava feijão de seca. O resto das coisas comprávamos no Formoso porque no princípio ainda não tinha Chapada [Gaúcha]. Depois nós mudamos nossas compras prá lá. Eu tenho saudade de onde eu morava lá no Parque porque o Gerais era vago, os bichos [criações domésticas] podiam

¹⁵⁸ O Cochá é afluente da margem direita da Carinhanha (lado de Minas).

andar para tudo quanto era canto; lá era aberto. Aqui é tudo cercado, terrinha pouca, tem de criar pouquinho mesmo.

Meus pais me ensinaram foi trabalhar, criar os filhos; assim ensino também para meus filhos e netos: para viver tem de respeitar os outros. Hoje tem muita gente que não respeita os mais velhos. Meu marido? Ele era todo cheio de “levada” [gracejo, bom humor]. Ele sabia tudo quanto era “lacuaca”. Ele não sabia escrever, mas falava coisas como quem sabia ler. Era difícil uma pessoa fazer uma pergunta para ele e ele não responder. Ele era sabido.

Meu pai era Jerônimo Barbosa, de família antiga aí desse Gerais. Ele era filho de Filipinho, que era tio do Velho Firmino da Muriçoca, pai de comadre Ló [uma de nossas entrevistadas]. Eu acho que eles eram do Cajueiro, não lembro direito. Minha mãe era Norata [Honorata] Barbosa da Costa, filha do Velho Martinho, que morava no Cajueiro também. Pedro [Boca, marido dela] foi enterrado aí no Barbatimão [dentro do Parque]. Dizem que até fizeram uma estátua para ele lá na porta de casa dentro do Parque. Lá na Formosa tem um homem que gravou isso tudo. Eu vi [o filme]. Aparece Pedro conversando, atravessando a Carinhanha, passando o Jataí, atravessando o Porto da Muriçoca, depois lá na Taboca.

O Gerais é um lugar de areia, mato, tem muito buriti. Buriti é bom demais, moço! Lá tem muito xiriri; a gente coloca ele na água morna para amolecer; ele se desmancha na água; aí é coado. A gente bebe aquele leite ou come com farinha. Quase que eu te digo que é melhor do que leite de vaca. Eu sou geralista e gosto porque fui nascida e criada lá. Eu sou feliz [sendo geralista]. Mas tem gente que não gosta de ser geralista. Mas geralista não faz mal a ninguém. Era bom demais viver lá na Carinhanha. É um riozão! Tem muita água boa. Tinha muito peixe, muita fartura. Plantávamos muita roça na beira dela.

Tinha muito vau na Carinhanha. Tinha um cá em cima, outro lá embaixo na Barra da Cachoeira [Porto da Onça?]. Nas estradas passava muita gente vinda do Formoso, passava na Muriçoca, no Jataí, ia pro Cajueiro. Por esse mundo todo, o povo andava aí, uns eram a cavalo, outros a pé. O carro-de-boi era importante também. Pra Januária ia muita gente de carro-de-boi. Eu não cheguei a ir, mas Pedro [Boca] ia. Comprava-se muita coisa lá. Vendia arroz, feijão, rapadura, farinha...

Nesse Cajueiro daqui de cima eu conheci morando foi o Velho Estevão. Ele e Dona Eusébia faziam a Festa de São João todo ano; eu ia lá quase todo ano. Era muita gente! Lá no Rodeio era o Velho Albertão [quem morava]. O Velho Atanásio na Vereda

Comprida. A mulher [Dona Cota] dele era irmã de Gertrudes e comadre Ló. No Jataí, quando morei, só era nós. Os outros já tinham saído. No Pilão tinha o pessoal de Canuta Velha. Na Cobra morava Eusébio [Bito] e os parentes dele, mas não sei nada da família dele. No Vieira morava esse povo de Alfredo. Na Taboca já não lembro.

Eu não lembro de quem eram as terras do Gerais. Quem chegava, ia morando, fazia ali um rancho de palha de buriti. Ninguém sabia quem eram os donos daquelas terras. E tudo lá era [feito] no buriti. Nossas casas eram cobertas com buriti. Fazíamos as paredes de barro: pegava o barro, amassava e enchia as paredes.

Eu conheci Nedino Curador no Itaguari. Receitava remédios do mato, ensinava fazer raizadas de pau. E funcionava! Tinha gente que dava era bem demais. Eu mesma usava; eu bebia casca de pau, barbatimão, manacá... E dava certo. Rezador também tinha muitos; tinha a Velha Eusébia do Velho Estevão. Na Estiva era Sebastião [Suçarana].

Eu lembro de tudo lá da Carinhanha. Eu lembro daquele buritizal, daquelas “varjonas”!!! A gente olhava, enxergava longe, longe... Lá era bom demais. Aqui ninguém não vê buriti; não tem nada, só um matinho. Xiriri tinha demais; já aqui não tem. Lá nós tínhamos muita água. Aqui está é secando tudo. É um sequidão danado! São Pedro esqueceu de abrir a chave do céu. Não mandou mais chuva. Até o [rio] Piratinga, que era aquele rião, agora tenho notícias que está secando.

Eu acho que isso [essa história] é importante porque as pessoas novas não conheceram esse tempo. E se vêem a gente contar, elas põem na cabeça esses assuntos. Então, logo acho que é importante contar esses casos.

3.3 – CADEIA INTERTEXTUAL INTERLOCUTORES URBANOS DO PARNA-GSV

3.3.1: Geralistas residentes na RIDE-DF

Entrevista 3.3.1.a

(Planaltina, Norte de Brasília-DF – Fronteira Sul da Região da Trijunção).

Sou viúvo. Tenho dez filhos. As famílias do meu pai e da minha esposa tinham muita amizade. Eram da região de Brasília de Minas, mas se mudaram para a Carinhanha.

Só por parte de pai e mãe, éramos uns doze irmãos. Com a segunda esposa, meu pai teve mais seis filhos, quase tudo lá na Fazenda Muriçoca. Os meus primeiros irmãos meus nasceram lá para o lado da Estiva, quando meu pai morou por lá.

A minha vida lá na Carinhanha era sofrida; diversão de menino era trabalhar, montar a cavalo, campear, trabalhar com carro-de-boi, tirar leite de vaca. Criança brincava muito pouco. Fazíamos uns carrinhos de buriti e as meninas faziam bonecas de pano. Lembro de muita coisa boa e ruim também. Quando eu era novo a gente ia naquelas festas, ficava farreando um dia, dois, e voltava. A vida de jovem naquela época não era boa como está hoje. De lá da Muriçoca vim morar na Fazenda do Rasgado. Fica distante do Formoso uns seis quilômetros. Depois voltei e fui morar na Canabrava. Vim embora de volta para o Formoso, e aí morei no Barreiro [setor de chácaras]. Depois que eu vim para a cidade [de Formoso].

O Barreiro é uma grotta com muito pouca água, nesse tempo acho até que já secou, mas todo mundo pegava água era lá para beber ou lavar roupa. Viver no Barreiro foi diferente de viver lá [na Carinhanha]. O Barreiro é lugar de pedra, terra de barro. E a Carinhanha, do lado de fora, é Gerais, e a parte de dentro, é vazante, tudo alagado, alagadiços com muito brejo.

Minha profissão era trabalhar com carro-de-boi, ser vaqueiro, tocar boiada para todo o lugar, montar em burro e cavalo bravos. Na [estação da] Seca, o gado ia tudo pro Gerais: Itaguari, cabeceira do “Formosão”, Veredinha...; ia para aqueles cantos todos de lá. Hoje eu estou aí: velho, não valho mais nada para essas coisas; então, isso acabou comigo. Mas eu gostei de fazer essas coisas: trabalhar de carro-de-boi, tocar boiada, andar em um burro bom com sela boa; eu até ainda tenho essa sela ali dentro [indica o local]; são essas coisas que me marcam. Hoje eu tenho saudade disso, mas não posso fazer.

A escola que aprendi foi só a de andar direito, não mentir, não roubar, não matar, não prostituir ninguém; essa foi a escola que eu tive. Eu guardo isso que aprendi até hoje e falo isso para todo mundo. Eu nunca perdi em andar direito. Quem anda torto nunca presta.

Sou filho da família Barbosa e Mendes de Queiróz. Meu avô era xará da esposa. Meus avós do lado de pai eram da Fazenda São José, lá da Carinhanha mesmo. Essa fazenda fica ali na Carinhanha prá cima um pouco do Cajueiro da Bahia. Já minha mãe era dos Mendes de Queiróz. Conheci o pai de mãe: era um velhinho branco, baixinho; morava no Traçadal [vereda], em Bela Lorena, ali em Quincas Borges, ali do lado direito da Carinhanha. Ele era daí dessas cabeceiras de Carinhanha; era aí de dentro dessas famílias de Bela Lorena.

Naquele Gerais tinha muito cemitério. Meus pais foram enterrados na Muriçoca. Lá na Cobra tinha um cemitério também; é aqui (indica no mapa do Parque que colocamos ao lado do entrevistado); era bem aqui, que tinha o Povoado do Porto da Cobra. Não conheci, mas os mais antigos contavam que houve uma febre brava lá e acabou com esse povo. Aí morreram todos; parte dos que ficaram, mudou. Lá só ficou o Seu Antônio (*Teotônio*) Bito e o finado Eusébio. Criaram as famílias na Cobra.

Foram enterrados todos juntos lá na Cobra.¹⁵⁹ Eusébio deixou os filhos; um deles é Santa de Compadre Alberto [do Rodeio]; deixou também Rosa, Zé Bito, Compadre Franquinho Bito... Já Otilio, esse saiu rapazinho novo, não voltou nunca mais; não se sabe para onde é que foi.

Eu nasci e fui criado lá na Muriçoca, ali onde nós botamos aquele cruzeiro [em janeiro de 2013]. Lá é Gerais; e as margens da Carinhanha são de vazantes, alagadiços, muita lagoa e muita mata, e tem muita água. Eu acho que Gerais é terra de areia, uma terra que o povo não dá valor. Hoje vale e está tudo na mão de fazendeiro, mas naquela época não valia nada. Dizem que o lado esquerdo da Carinhanha é Bahia. Eu acho que é Minas, não sei. Meu pai acompanhou um engenheiro que veio da Bahia, lá da [cidade de] Carinhanha. Ele veio pesquisar essa divisa da Bahia aí [com MG]. Pai foi com ele até a nascente dela, um olho d'água numa serrinha. Então, se falava que dali em diante já era Bahia. Outros falam que essa parte é Minas. Ninguém sabe explicar.

Sertão e Gerais é tudo um só. Eles dizem: “Fulano é um sertanejo lá daquela chapada, lá do Gerais”. Então, para mim, é uma coisa só. Tem diferença não; a terra é uma só, o lugar é um só. Naquele tempo lá era um “desertão”, lugar que não habitava quase ninguém; o Gerais era um lugar devoluto.

Eu sou Geralista e não tem esse negócio de geraizeiro, não. Como o lugar é Gerais, então chamam os proprietários de geralistas. Quem não gosta de ser chamado assim e nega onde nasceu, é bobo. Só por que vai para outro lugar, uma cidadezinha que nem Formoso? É gente orgulhosa que nega onde construiu sua família. Eu tenho orgulho de falar que sou geralista; e só não vou lá outras vezes porque já não aguento mais. Se não, iria lá visitar aquelas margens da Carinhanha e aqueles lugares todos. Lá é onde eu nasci e criei. Formoso é uma cidade que dizem ser Minas Gerais, mas o povo detesta Gerais. Mas Formoso é Minas e é Gerais.

¹⁵⁹ Há duas versões que se contradizem sobre a morte de Seu Eusébio e Dona Júlia. Na *Entrevista 3.2.2.d* há a versão com a qual a família concorda. Mas outro entrevistado contou-nos outra versão, que preferimos omitir a pedido dos familiares.

Fui batizado já grande, na Vargem Bonita, município de Januária; a padroeira lá é Nossa Senhora Santana; sempre tinham os festejos lá no dia seis de julho. O povo do Gerais ia para esse festejo todo ano. Meus padrinhos foram Dona Norberta e Seu Maninho. Moravam no Vão da Larga, cabeceira do Pandeiro, lá perto mesmo. Na festa sempre tinha muita gente. Depois, podia contar uma casinha aqui, outra acolá. Já o casamento meu foi na Festa de Santo Antônio, em Serra das Araras, lugar muito antigo. Muitas e muitas vezes fui lá porque eu gostava de ir nessa festa. Eu batizei meus filhos quase todos na Serra. Todos nós íamos: de tropa, de carro-de-boi, outros a pé.

Quando eu casei já tinha dois filhos; não esperei casar para ter filho. Aí eu casei e batizei os meninos ao mesmo tempo. Tudo que possuí foi junto com minha esposa. Não tenho uma agulha que ganhei de ninguém. Minha sogra já era viúva; não era rica, mas era direita, muito trabalhadora; ela criou duas famílias, no punho, no braço, trabalhando sozinha.

Tenho muita saudade da Carinhanha, não para morar por causa da dificuldade que é muita; falta de recurso, tudo lá é longe, difícil; tinha que ser a cavalo; fiz muito esse percurso para comprar remédio; às vezes, quando chegava, a pessoa doente já tinha morrido. Fora isso, eu tenho saudade, sim, de passear lá, olhar aqueles campos bonitos... Mas a maior saudade mesmo é de quando a Carinhanha estava cheia; dava muita enchente que extravasava de uma vargem na outra; era aquela “aguona” vermelha, aquele “toazão” bonito!!! Hoje eu tenho saudade disso porque não acontece mais; está chovendo pouco; não dá mais enchente; acabou isso. A saudade é porque o lugar era bom, a vida era boa; nem que não prestasse, mas a gente nasceu lá e criou, então para nós era bom.

Quando o viajante queria atravessar a Carinhanha de um lado para o outro fazia um feixe com braços de buriti e assim fazíamos as balsas. O povo andava a pé ou a cavalo. Hoje eu tenho saudade do carro-de-boi, daquela boiada boa; ainda aqui na parede o retrato [foto] desse tempo. Lembro, assim, de quatro, seis carros-de-boi, um atrás do outro cantando. Um cantava mais grosso e mais cheio, outro mais fino. Tinha muita diferença no som. Cada um cantava de um jeito diferente e aquilo gerava um som muito bonito.

Essas estradas vinham de Formoso, Sítio de Abadia, Damianópolis...; passavam lá no [rio] Itaguari, na Ponte da Damiana, seguia para Canabrava e Porto da Onça e daí para Januária; era lá que buscava o recurso. Não tinha outra cidade. Pegávamos o sal, o café, o tecido para vestir, querosene... Eram tropas de vinte, trinta burros; outrora era

carro-de-boi, dois, três, seguiam carregados de pele de tudo quanto é bicho: sucuri, onça, anta, porco selvagem...; tudo quanto é trem; faziam aqueles fardões! Vendia tudo em Januária, lá comprávamos as coisas e trazíamos. Andei nesses caminhos desde menino até ficar velho.

O porto mais movimentado que conheci foi esse aí da [vereda] Onça. Saía uma tropa ou um carro [de boi] e chegavam outros; nele passavam boiadeiros, carreiros, tropeiros... Mas também tinha passagens no Pilão e Jataí; e tenho uma pequena lembrança sobre o Porto da Cobra, que já não é do meu tempo. Eu ainda vi canoa lá, mas o povo já não [estava] passando mais por lá. Eu era criança quando [esse porto] foi desativado. E o Porto da Muriçoca só era usado mesmo pelos vizinhos para irem de um lado ao outro da Carinhanha. Lá não passavam boiada, nem carro-de-boi, nem tropa. Quem dizer o contrário estará mentindo demais.

A gente plantava milho, mandioca, arroz, feijão...; só não vingava mais por causa das enchentes e as capivaras. A Carinhanha ficava muito alagada quando chovia. A mandioca apodrecia tudo, feijão acabava, verdura acabava, não ficava nada. Quando perdia a roça toda, aí tinha de ser virar de outro jeito.

Na Canabrava tinha uma ponte lá em cima: a Ponte do Herculano [Rodrigues]. Depois pai, depois eu, fizemos aquela lá mais embaixo, na Canabrava, já perto da barra dela com a Carinhanha. Um tio de minha mãe, [*inaudível*]; aí ele foi lá, desmanchou metade da ponte e levou a madeira para ele. Meu pai veio no Formoso, conversou com o povo [autoridades] e mandaram uma carta para ele com esse aviso: “Agora você desmancha! Pode fazer uma todinha nova”. Assim, esse tio largou pra lá, mas ele queria mandar no Gerais todo.

Eu não conheci a Damiana, só a filha dela: a tia Henriqueta. Só ouvi a fama de Damiana. Tem duas pontes com o nome dela: tem essa aí no Itaguari cá em cima e outra lá embaixo, na linha de Mambá para Januária, que é também chamada de Ponte do Zé de Gustavo. Henriqueta era filha de Damiana com o meu avô. Essa Damiana foi escrava trazida lá de Januária por esse povo aí da Bela Lorena [Carneiro, também descendente de Silvério Mendes]. Deram ela de presente para eles. Ela ficou aí nesse Gerais e teve duas filhas com o meu avô: uma morreu pequena, e não conheci, e Henriqueta, que quando conheci já era velha. Era pretinha a tia Henriqueta!!! Preta! Preta! Preta! Os pés dela pareciam pé de louro [papagaio]. Como minha mãe era branca, poderiam até dizer que elas nem eram irmãs.

Quando eu era menino, na Taboca não tinha ponte; tinha de rodear a cabeceira dela. Quem morava alí era um senhor Venâncio. Ele era dessa grossurinha [faz o gesto]! Mas era trabalhador. Foi quando meu pai deu de fazer essa ponte, ligando de lá do Cajueiro de Ciriaco até o Jequiri. Lá onde fez essa ponte era um brejão maciço. Pai meteu a foice nesse brejo, roçou, derrubou os paus, carregou canela d'ema e fez a ponte no rio. Com o tempo, deu para atolar. Quando eu mudei para o Rasgado [fazenda em Formoso] eu e pai fizemos [a ponte] de novo. Mas tem uma prima minha que diz por aí que aquela ponte foi Pedro Boca quem fez. Nunca foi, pois nessa época nem carro nem boi ele tinha.

Quando pai chegou aí na Muriçoca, só tinha Herculano [Rodrigues] e Felipe Mata Onça, [ambos] na Canabrava. E o mesmo Aristides [Mendes], que morava lá no Rodeio já bem mais pra cima. Com ele moravam lá também os irmãos. Desde que me entendi por gente já conheci Aristides cobrando renda lá do povo. O povo botava uma roça, um brejo, e ele vinha receber a renda. Mas eles não tinham nada lá. Só falavam que eram donos porque as terras lá eram do meu bisavô cujo nome eu esqueço e meu avô falava que essas terras eram dele: aquelas terras todas desde o Porto da Cobra para cá até o Sumidouro [local da loja de Seu Prásdo]. Só que não tinha documento na mão.

Esse pessoal de Aristides mandava em tudo; aí eles venderam para o Compadre Albertão [do Rodeio], que também queria mandar em tudo. Quando voltei do Rasgado [fazenda em Formoso] e cerquei aquela larga entre Carinhanha e Canabrava, Albertão passou lá um dia indo para uma festa, viu que eu tinha cercado, pegou um facão, “pepinou” os mourões de folha larga e deixou abertos os varões da porteira. Coloquei tudo de novo, fechei. E ele parou de mexer. Respeitou.

No Gerais todo mundo queria ser dono. Aqueles Gaias [família] mandaram uma carta para mim desse tamanho! E nela falavam muita coisa de meu avô; colocavam defeito, diziam que essas terras não eram dele. Aí mandei outra carta para eles. Avisei que tinha cercado para ver quem era o dono e que eu compraria dele se aparecesse com o documento. Não apareceram, pois ninguém tinha. Com a morte desses Mendes de Aristides, as viúvas mudaram, e as terras ficaram devolutas; mas eles sempre dizendo que ainda eram donos. Quem botasse lá uma roça, eles cobravam [renda]. Lá na Vereda Comprida mesmo, Zezé [Carneiro] fez um curral para retiro de boiada porque tinha fartura de água. Aí compadre Atanásio foi morar lá. Um pouco prá cá, na Tiririca, o finado Quidim e a esposa. Todos pagavam essa renda. Zezé é quem cobrava.

Certa vez Zezé chegou pra cobrar a renda do arroz colhido. Chegou dizendo: “as terras aqui são minhas; cadê a renda do arroz?”. E a esposa do Seu Quidim, a Comadre Jacinta, respondeu: “esse arroz aí é para dar de comer meus filhos”. Enfrentou ele e não pagou nada. Com isso, nunca mais Zezé cobrou renda lá. Compadre Atanásio mexeu lá [nessa Vereda Comprida] muito tempo. Plantava milho, feijão, cana, tinha engenho, fazia rapadura. Era um movimento grande! Muito brejo. A terra lá era tão boa que plantavam o milho de fim d’água, jogavam o coentro aí na terra, ele viçava aí e eles colhiam eram muitas quartas. Já o Velho Herculano que era tio da minha esposa; ele plantava e morava na barra da Canabrabinha com a Canabrava. Tinha engenho e um regão d’água na porta. Depois que ele morreu, tudo acabou.

Bastião Suçuarana morava na Estiva. Ele veio para ali, no porto da Onça; veio para ser vaqueiro. Antes ele morava era no Vão da Larga. Tinha esse apelido porque morou lá na Suçuarana, um lugar no caminho pra Januária. Lá no Pilão eu lembro de Delfina e Josefa, morando lá. No Jataí eu conheci lá a fazendinha de Chiquinho Gaia; e o finado Jerônimo era vaqueiro lá, mas o gado foi pra cabeceira do Rio Preto, aí acabou; Antônio Roxo mudou para lá. Tinha mais gente era do Jataí para cima; para baixo morava quase ninguém. Morador ali aumentou depois que Compadre Dão Ferreira fez a ponte lá, aí Alcino mudou pra lá. E Firme passou pro lado de cá da Carinhanha.

Nesse Gerais o vizinho mais perto era de seis, oito quilômetros entre um e outro. Mas todo mundo era compadre, comadre; um casava com a filha ou o filho do outro. Muitos eram parentes, outros eram pessoas de fora. Chegava, criava amizade e casava ali com alguém que já morava no Gerais.

Entre a Cobra e o Cajueiro lá de baixo tinha só uns “moradorzinhos” aqui e acolá, bem pouquinho na beira do Landim. Na Taboca morava o Velho Venâncio, mas ele era lá do Landim, Calista, Noliberto e os filhos. Não conheço lá no Vieira. Sei que lá moraram Alexandre Papo, Benedito Aragão, Aristides, pai de Ana [ex-nora do entrevistado]. A relação deles era mais com Formoso e Goiás. Conheci Derção no Itaguari. Esse Derção arrancava dente assim: só fazia apertar a gengiva assim [faz o gesto], metia a unha e o dente caía pra lá. Podia ser dente quebrado, ele pegava a raiz e tirava. Esse aí mesmo [indica o filho Valdo, que estava próximo] arrancou dente com Derção desse jeito.

Sebastião Suçuarana era rezador. Rezava de sábado para domingo; rezava na boca da noite, à tarde, domingo de madrugada; rezava até o sol saindo. Era um homem muito devoto, mas não entendo ele. Uma vez ele estava lá na festa de Nossa Senhora da

Penha, lá na Angelina; bebeu, ficou bêbado, montou num cavalinho, meteu a espora, depois saltou no chão com o facão roçando; uma pessoa perguntou a ele o que era aquilo, e ele respondeu: “Estou roçando aqui para o capeta plantar uma roça”.

Moço! O velho Bastião tinha aqueles ofícios, aquelas rezas compridas!! A gente dava sono, cochilava, e ele ainda estava lá rezando. Tudo decorado! Eu não sei aonde é que guardava tanta coisa na cabeça! Não sabia ler nem escrever, mas tinha memória boa. Luciana velha do Jequiri também era boa pra rezar. Ela é mais velha do que eu.

Na Muriçoca, meu pai morou por lá muitos anos, criou duas famílias. Pai sempre contava que lugar bom era a Muriçoca. Quando ele estava perto de morrer, ele falou para mim: “É, meu filho, eu arranjei tanto lugar bom para morar, eu nunca quis. Hoje, eu tenho vontade de sair daqui, mas saí como? Como é que eu saio? Estou velho, doente, não tenho saúde, não tenho dinheiro, não tenho recurso. Como é que eu vou sair daqui? É morrer aqui. Meu dia vai acabar aqui”. E acabou mesmo.

Mas nem todo mundo achava bom morar no Gerais. Eu já ouvi gente dizer que não quer nem saber de Gerais. Aqui no Paranoá [região de Brasília] tem uma mulher que fala que não tem saudade de lá. Mas eu tenho. A gente tinha muitos vizinhos por perto, cada um criava sua vaca, criava seu cavalo, não pagava nada, fazia queimada, queimava aonde queria. Tudo era livre. Hoje não. Hoje todo mundo tem seu pedacinho de terra, mas é tudo cercado. E não dá para criar quase nada. Essa era a vantagem lá do Gerais que hoje está todo tomado, uns compraram, outros grilaram tudo.

Em 1952 fui pra Goiânia. Lá já morava um primo meu. Já era casado lá. O irmão dele, Compadre Regino, inventou de visitá-lo; eu também me entusiasmei. Fomos juntos e levei meu cunhado, Santo Velho. A gente veio a pé lá da Carinhonha até Sítio da Abadia [GO]. Ficamos nessa cidade oito dias esperando caminhão para seguir viagem. Uns quiseram volta, mas eu relutei. Prosseguimos a viagem a pé. Pousamos numa fazenda de um tal Chiquinho de Almeida. Regino pegou uma febre. Mas chegamos no São João do Pinduca [atual distrito de Serra Bonita, Buritis-MG].

O Zequinha [do Pinduca] estava doente, mas deram pouso pra nós e arrumemos serviço lá. Roçamos um plantio de mandioca. Lá era lugar perigoso. Fomos avisados de que até recentemente tinha caveira de gente que ali se matava para roubar; jogava aqui dentro [faz referência à Tocaia do Salobro no rio São Domingos]. Pegamos a estrada até ali perto do Mato Seco. Tudo a pé com as bolsas na cacunda. Topamos com um caminhão. Mas não nos deu carona. Eu disse: “mesmo a pé nós ainda vamos passar por vocês”. Não deu outra. Deus não perdoa: encontramos o caminhão quebrado.

Já chegando no Bezerra [hoje distrito de Formosa-GO], pegamos uma caminhonete que ia para Anápolis [GO] e chegamos lá bem tarde da noite. Éramos tudo besta num lugar desconhecido. O motorista nos levou para uma casa do governo: era um grupo que estavam construindo. Nesse tempo, Anápolis era pequenininha. Ficamos lá três meses e dez dias. E daí seguimos para Goiânia e chegamos na casa do meu primo. Depois voltamos para o Gerais.

É importante [essa história] porque lá no Gerais não mora mais ninguém, só as onças, sucuri... Poucos conheceram lá que nem eu. E esse povo está desaparecendo. Eu mesmo já estou perto de ir para São Pedro. Qualquer hora eu vou para o lado de lá. Por isso eu acho importante fazer essas pesquisas, contar essas coisas, dizer aonde é que moravam as pessoas lá no Gerais; mudaram tudo! Uns morreram, só ficou o nome.

Entrevista 3.3.1.b

(Itapuã, Norte de Brasília-DF – Fronteira Sul da Região da Trijunção).

Estou bem graças a Deus. Eu tenho muito orgulho de ser da família Bito. Só tenho tristeza porque naquela época não colocava sobrenome de mãe, só do pai. Então, eu não tenho o Brito [Bito] de Oliveira, só o [sobrenome] Lisboa. Mas Bito está no sangue. Era casada, mas há tempos sou viúva. Meu marido também era da Carinhanha, filho das famílias Rodrigues [de Souza] e Barbosa. Eu nasci foi lá na Fazenda Rodeio, no dia 15 de março de 1950 e hoje vim morar aqui em Brasília.

Meus pais são da família Pereira Lisboa e Santos Brito [Bito] de Oliveira. Minha avó Dona Herculina, mãe do meu pai, eu ainda conheci; eu tinha quatro aninhos; quando ela morreu já estávamos no Rodeio. Lembro que chorei muito, dei bênção para ela porque isso era tradição. Pai sempre nos cobrava. Eu não conheci meus avós maternos, mas eles moravam no Porto da Cobra.

Ser criança naquela época era melhor que hoje. Sabe como é que nós fazíamos? Nós juntávamos, as meninas e os meninos, lá na chácara, fazíamos casinhas, fogão, fazíamos comidinhas gostosas que até meu pai gostava. Muito depois é que umas colegas da gente nos levaram umas bonecas de pano. Eu sempre dizia que iria crescer e casar para honra e glória do meu Deus. Graças a Deus tenho seis filhos. Tenho muitos irmãos. Um deles se chama Vande¹⁶⁰. Meus três primeiros irmãos, os mais velhos, nasceram lá na Fazenda Pequizeiro; o restante aí no Rodeio. Por causa dessa fazenda, chamavam meu avô de Mané Pequi porque ele morava lá, aí brincavam com ele. Ficava ali perto da Carinhanha lá para baixo. Nunca andei lá.

Quando cheguei naquela idade de doze anos em diante chegavam rapazes lá em casa, muitos deles até trabalhavam para papai. Mas eu não era interessada neles embora tivessem grande interesse por mim. Mesmo criada lá no Gerais, mas desde pequena eu tinha assim aquele dom de querer ser alguém, de evoluir. Desde pequena sempre tive comigo essa rigidez que até meus irmãos me chamavam para corrigir o errado.

Na minha juventude, minha família ia muito nas Folias de [Santos] Reis que o povo fazia. Eu não; a gente tinha vontade, mas papai era muito rígido – e eu agradeço. Ele não deixava a gente andando nessas festas. As folias tinham pouso lá em casa; era muita alegria, muita harmonia. Papai e mamãe davam a maior atenção para aquele pessoal.

¹⁶⁰ Vande foi o nosso Guia dentro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas durante a realização da pesquisa.

Eu nasci e me criei na Fazenda Rodeio. Com meus dezenove, vinte anos, me casei. Mudei para minha casa lá mesmo. Trabalhávamos no brejo, arracando capim, aquela tiririca danada. Um dia vendo minhas mãos todas cortadas naquele arranca-toco, virei pro céu e prá meu marido: “Olha, nós não vamos criar os nossos filhos aqui! Nós vamos sair, sim”. Ele respondeu: “Mas para onde, mulher?”. Eu falei: “Deus vai preparar”. Disse também para minha irmã que a gente tinha de colocar nossos filhos para estudar e que eles não poderiam ser criados como nós. E assim foi que nós mudamos para o Formoso em 1980. Fomos morar naquela chácara ali, que fica na margem esquerda do Lago Formoso. Aí tudo foi melhorando para nós. Muito tempo depois, meu marido dizia para mim: “É, se eu ainda estivesse lá naquele Geraizão, acho que já tinha até morrido”.

A gente nunca satisfaz com o que tem e como Brasília foi evoluindo – parte de meus meus irmãos já moravam aqui, viviam prá lá e prá cá – então decidi mudar também para meus filhos terminarem os estudos. De novo meu marido: “Você está ficando doida, mulher?”. E assim eu fiz: compramos um lote ali no Paranoá [DF]; fiquei lá e cá. Aí foi o tempo que meu esposo faleceu; então nunca fiz aquela mudança de tudo; a gente tem a roça lá, no Capão do Mel [assentamento em Formoso, que pertencia ao marido Marciano]. Tenho casa lá na cidade. Não sinto aquela paixão de voltar prá lá porque não considero nunca que eu estou morando aqui [no DF]: estou aqui e lá.

O que eu mais gosto de fazer é estar cuidando das minhas coisas em casa. Nunca estou satisfeita: pego limpo tudo, daqui a pouco remodelo de novo. Esse jardim aqui [indica o espaço ao lado da garagem] me dá lembrança de lá das roças, dos brejos do Gerais. É aqui que eu fico muitas vezes sentada, olhando e alembando do Rodeio; o pensamento volta todinho para lá. É uma coisa incrível esse meu jardim.

A vida me ensinou muito: saber amar, respeitar, dar valor. Eu vejo que a pessoa que não teve, assim, aquela teoria de luta, não dá valor à vida; eu valorizo muito minha vida graças a Deus porque meu pai me criou ensinando a trabalhar, ser alguém. Pai e mãe nos ensinaram a seguir as regras direitinho; era um homem de moral para nos ensinar isso. Minha mãe também; só tenho a agradecer-los.

Eu estudei lá na Fazenda do Rodeio com o meu professor Etevaldo. Ele era rígido! Ele colocava caroços de milho em cima da mesa; e olha o tamanho da palmatória! E ali colocava a mão do aluno [faz o gesto com as mãos]. O mais inteligente acabava com a mão da gente. Era desse jeito. Mas antes dessa escola [ser criada], o meu irmão já nos ensinavam, tudo com aquelas lamparinas. Meu irmão aprendeu com um primo nosso. Quando minha família ainda morava lá no Pequizeiro, colocaram ele pra estudar para poder ensinar aos outros.

Não lembro quase de nada da Cobra nem da Muriçoca porque quase não andei por esses lugares. Agora sobre o Rodeio eu conheço, inclusive minha avó está enterrada lá no cemitério do Rodeio; muitos da minha família estão sepultados lá. Esse cemitério fica ali na direção da saída da casa, subindo... [faz o gesto]. Não! Eu não tenho mais vontade de visitar [esse cemitério]. Eu não quero lembrar assim esse passado porque ele me dói muito. É porque lá onde nasci e criei eu não vou mais encontrar essas pessoas. Hoje é tudo um vazio. Se eu for lá, vou me perguntar: “cadê aquelas pessoas?”.

Eu tenho saudade do Gerais e já houve várias oportunidades para eu ir lá. Mas não fui por isso: eu fico me lembrando da fonte onde pegávamos água, aquela água tão fria e branquinha!!! Lembro da cabeceira dos rios por onde andávamos; tenho até vontade de ir lá ver o Rodeio; era lá onde pescávamos muito peixe, mas aí me vem o pensamento: “cadê aquele povo?”. Aí me vem uma tristeza! Então prefiro não visitar lá porque eu não quero remoer o passado para sofrer mais.

Lá onde nasci e vivi é Gerais – eles dizem. Mas eu tenho orgulho do meu Gerais. Não me troco por quem nasceu em outros lugares. Nossa! Para mim é uma honra! Graças a Deus fui muito bem criada lá; não nos faltavam nada; meu pai era homem de nome, de honra; ele ajudava todo mundo ali ao redor. Então, não tenho que falar mal do Gerais de maneira alguma. A desvantagem é que a terra lá é fraca, é de areia; aquela areiona branca!

A grande vantagem são os rios. Eta lugar de água tão gostosa, tão fresquinha! Eu acho bonito demais. A Carinhanha é [simboliza] a grande importância do Gerais: é o rio superior; todos os rios pequenos caem dentro dela; a terra na beira dela é melhor: terra forte, de barro! Tudo que a gente plantava, dava. Às vezes vinham as enchentes, aí as vazantes comiam metade das lavouras. Mas o mantimento sempre vinha bom naquelas vazantonas. Então, me vêm essa imagem: fico assim lembrando daquelas “cheias”: inundava tudo! O rio saía lá forão! Lá virou parque, mas não tem as águas de outrora.

Lá [no Gerais] pertence à Bahia. Prova disso é que papai buscava assistência em Formoso [MG]. Quando souberam que lá não era Minas, aí cortaram os benefícios – combate à febre amarela, escola... – para nossa fazenda. Eu tenho orgulho de ser geralista graças a Deus. O importante de tudo lá era nossa saúde, o cuidar. E isso nós tínhamos lá porque papai cuidava muito de nós, tínhamos muita fartura. Nossa! Como tenho orgulho disso! Quantos saíam de outros lugares para se dar bem no Gerais?!?! Podia chegar lá com fome, que enchia a barriga. Muitos que nasceram lá e hoje têm vergonha de dizer, sem dúvida, é porque viviam sofrendo. Nós tínhamos vida com abundância, era assim de se admirar. Estou te falando a verdade, não é orgulho; não!

Lembro, sim, como contruíamos as casas. A nossa lá era muito grande, toda embarreada, toda arrumadinha e tinha uma calçada enorme. As telhas naquele tempo eram palhas de buriti; e tinha muito lá no Gerais. Hoje só se consome a fruta dele; outrora usávamos a palha, a fruta para fazer doce, comia ele puro mesmo...; o buriti era para tudo!

Eu fui batizada lá na cabeceira da Carinhanha, na Igreja São João Batista, em Bela Lorena. Também [casei] na mesma igreja. Como lembro de lá?!?! Todo ano a gente ia, o padre aparecia e fazia missa lá nessa comunidade. Meus padrinhos eram marido e mulher, e tinham muito carinho por minha família. Éramos muito amigos. Também íamos muito na festa da Serra das Araras. Agora na de Vargem Bonita eu não fui; mas papai e mãe sempre iam.

Naquela época as pessoas se comunicavam muito bem. Não é do meu tempo, mas lá no porto da Cobra – eu ouvi falar – que lá passava muita tropa, carro-de-boi, tudo dentro da Carinhanha. Lembro que o transporte nosso lá era a cavalo, carro-de-boi, tropa. Pai mesmo foi carreiro e tropeiro, ia e voltava direto de Januária. Trazia era de tudo; coisas de mercado, pois papai tinha um mercadinho no Rodeio e vendia ali para aqueles vizinhos, muitos sem condições de comprar longe. Lá na venda de papai, ele vendia de tudo. Com o tempo, compramos carro. Meus irmãos aprenderam a dirigir, pagamos gente para fazer estrada de enxidão. Era raro alguém ter trator. Meu pai foi o primeiro que adquiriu carro [automóvel] lá naquele Gerais. E logo comprou um trator.

Daqueles moradores mais antigos, o principal deles era meu sogro. Na Muriçoca era o velho Firmino, o pessoal de João Peba, como o povo tratava. Na Vereda Comprida, lembro de Seu Atanásio e Dona Cota.

Lembro também da Velha Luciana do Jequiri, era rezadeira e até ainda é viva. Ela é irmã de Dona Eusébia de Seu Estevão, que também era rezadeira. E curador famoso ali era Firmino Borges; ele era o doutor da região, meu Deus! Quando Seu Firmino chegava, aí já ficava todo mundo alegre. De parteiras...? Eu lembro da Velha Camila e de Martinha Velha. Essa até hoje eu tenho muita consideração por ela.

É muito importante, sim. Eu espero de quem ler [essa minha história], que leia com bastante atenção. É uma coisa do Passado que serve para reviver e para a gente sentir mesmo como era o passado, e como está sendo hoje. [É um relato] feito com muito carinho e que Deus te abençoe [ela se refere ao entrevistador, autor dessa pesquisa].

3.3.2: Geralistas residentes na Região da Trijunção

Entrevista 3.3.2.a

(Bairro Capuava, Formoso-MG)

Nasci no dia 23 de agosto de 1951. Eu nasci na fazenda Muriçoca. Minha esposa nasceu na Fazenda Lajes, aqui próximo da cidade [de Formoso]. De acordo com o que os parentes dela nos informaram, os Vilas Boas vieram da Bahia. A avó dela veio de Coribe; o avô, seu da família Vilas-Boas, de Correntina. Chegaram aqui em Formoso no começo do século XX. Tudo baiano. Tenho sete filhos e um enteado, que eu criei. E tenho nove irmãos.

Quando a gente era muito pequenino brincava com frutos do mato: pau santo, caraibeira, cavalo feito de braço de buriti, saía correndo; não tinha bola; não tinha televisão. Comecei a trabalhar em 1959, vigiando passarinho em brejo, nas lavouras do meu pai; fui crescendo...; o serviço e a responsabilidade foram pesando. Como não tinha agrotóxico, então a gente vigiava a roça ao plantar as sementes e na colheita. Eram vinte e cinco dias!

A comunidade da vizinhança fazia muitas festas: Santos Reis, São Sebastião, Santo Antônio lá na Serra Araras; e a festa de Santa Luzia. Lá na Serra mesmo ia muita gente a pé, outros a cavalo ou de carro de boi. Eu mesmo fui. Era uma diversão muito boa. Ia em grupo, uns tocavam viola, outros tocavam sanfona. Era muito bom porque todo mundo era conhecido, parentes, amigos; tinha aqueles violeiros que cantavam muito bem. Eu lembro do Seu Crispim Borges; era muito bom repentista para cantar versos de “Coco”; também Seu Pedro Boca [esposo de Dona Chica, uma de nossas entrevistadas].

Eu me lembro de uma festa feita pela minha tia-avó Antônia, esposa de Seu Julião. Nessa festa os dois fizeram um improviso, tocando viola e cantando, e os versos de Seu Pedro diziam assim: “Meu amigo, meu camarada, escutai minha narração: nunca vi preguiçoso plantar roça ou no prato do sabiá sobrar pirão”. E Seu Pedro respondeu: “São Romão vale um conto, São Francisco um conto e cem, Januária vale mais, pela sua cachaça boa e as morenas que tem”.

Lembro também da dança da Caninha Verde. Muitas moças e rapazes jogavam versos. O Gerais tinha uma Cultura Popular muito forte. Uma criatividade típica da região; e não era importada, pois lá não tinha rádio nem televisão. Eram eles mesmos que improvisavam.

Eu nasci na fazenda Muriçoca, propriedade de meu avô Firmino; a sede dela ficava a trezentos metros da Carinhanha, que serve de divisa entre Minas e Bahia. No final de agosto de 1960, mudei com meus pais para a Fazenda Rasgado aqui próximo de Formoso; lá era propriedade de dona Idalina José de Almeida [neta de Firmiano] e de seu Martinho Gomes de Ornelas. Meu pai veio para ser vaqueiro; lá moramos oito anos. Era lugar de muita fartura, de muito gado; era uma comunidade de gente boa, patrão bom.

Foi no Rasgado que Seu Amélio [filho de Dona Idalina] me alfabetizou. Aprendi a ler e escrever em novembro de 1967 sem nunca ter ido na escola. Em 68 voltamos para o Gerais, lá para a Canabrava terras de meus avós. Ficamos lá até 1970. Aí voltamos. Fomos morar aqui na margem do Barreiro [hoje bairro Capuava, em Formoso]. Pela minha ética e os bons costumes que aprendi com meus bons pais, fui ensinado a respeitar as pessoas – os mais velhos em primeiro lugar. E transmito esses ensinamentos para os meus descendentes: filhos, netos...

Desde 1983 estou aqui na Capuava. E acho bom aqui; me adaptei; muitos dos meus vizinhos mudaram, mas eu não troco esse lugar por nenhum outro. Aqui tenho sossego; a comunidade não tem atrito com ninguém.

Não tenho profissão definida. Posso até te dizer que nunca tive nenhuma. Quando solteiro, toquei atividade braçal de lavoura e mexida com gado junto com meu pai. Depois trabalhei de vigilante em Brasília e em Formoso onde fui funcionário da Central Elétrica de Minas Gerais, a CEMIG, durante cinco anos. Trabalhei também vinte e cinco anos no ramo de olaria, fazendo tijolinhos maciços. Sobre o que mais gosto? Posso te dizer que não alcancei, não tive a oportunidade. Não me realizei, mas se ainda cedo eu tivesse ido para uma cidade grande, lá eu gostaria de ter conquistado a

profissão de alfaiate ou sapateiro; queria trabalhar em casa e não ter patrão; sonhava ser empregado de mim mesmo; mas hoje são profissões que até saíram de moda.

Só conheci meu avô paterno que é da família Barbosa. A esposa dele, minha avó, é da família Mendes de Queiróz, mas eu não a conheci. O pai de minha avó era da família Mendes de Queiróz, natural da Fazenda São Pedro, margem esquerda do Rio Piratinga, dentro do município de Formoso. De acordo com o que meus antepassados me contaram e conforme o que dizem os historiadores aqui dessa região, os Mendes moram aqui há duzentos anos nessa área circunvizinha entre Formoso e Cocos. Já os Barbosas vieram do povoado de Cajueiro, margem esquerda da Carinhanha, em Cocos.

Minha mãe era da família Rodrigues de Souza. Esses Rodrigues também são antigos dentro de Formoso. Antiquíssimos! Mais de duzentos anos. Eles são aqui da Fazenda São Pedro também.

Meu avô e minha avó foram enterrados no cemitério da família na Fazenda Muriçoca embaixo de um arvoredo, uma sucupira preta. Diversos parentes e amigos da família estão sepultados lá. Além desse, tem outros cemitérios no Gerais. Tem o da Gameleira, afluenta da Canabrava – cemitério dos Rodrigues; o pessoal de mãe é enterrado lá, inclusive minha vó. Tem cemitério aonde morava Seu Felipe Mata Onça, pai de meu padrinho, conhecido por Nego Mata Onça. Todos no alto Canabrava, margem direita.

Essa é uma região de Gerais, sertões, terra arenosa, vastas paisagens de campos gerais, veredais, brejaria, buritizais. Não sei a definição do significado dessa palavra Gerais. Teria que me aprofundar; Gerais é coisa dos antepassados, muito antiga. O Gerais nasce aqui pertinho da cidade de Formoso há uns quinhentos metros daqui da Capuava; é uma vastidão imensa. E a Carinhanha é um divisor de dois estados: à direita dela fica Minas Gerais e à esquerda, a Bahia.

Para mim, Sertão e Gerais são uma coisa só porque tudo é muito vasto, uma imensidão, um espaço muito grande, mas com uma população reduzida de pessoas morando. O Gerais era de uma riqueza incalculável, muita fauna, muito cerrado; hoje o cenário primitivo já está descaracterizado. A fauna lá ainda é muito rica, o povo não depredava tanto como hoje. O povo caçava, mas só o necessário para sobreviver; aí veio a civilização e depredou quase tudo. Graças ao Parque hoje estamos conservando.

O Parque [Grande Sertão Veredas] foi importante para preservar o Gerais. O buriti é muito importante para nós, Geralistas. Dele extraímos a fruta, comemos, fazemos geleia, fazemos doce da polpa... Tudo é muito saboroso! Tem também o leite

do xiriri, que é muito saboroso e muito apreciado. Isso é da Cultura Indígena – eu acredito – foi ensinado por eles; não tem outra explicação.

Eu sou Geralista. Geraizeiro é denominação lá do Norte de Minas, região de Montes Claros, Porteirinha. Em nossa região é Geralista. E eu tenho orgulho de ter essa identidade Geralista porque sou tão brasileiro e humano quanto os demais que vivem em outras regiões. Por isso que eu me identifico como Geralista. Agora tem gente que tem vergonha. Isso é preconceito, orgulho: um vírus terrível da espécie humana, o orgulho.

Em primeiro lugar, minha melhor lembrança do Gerais é a união que havia entre as pessoas boas lá; eram pessoas que nunca frequentaram escola, mas muito disciplinadas, educadas, gente de boa convivência. Lá não tinha contenda com os vizinhos. Tinha uma religiosidade forte. A única religião era católica; o povo tinha uma crença enorme em Deus e nos santos católicos.

O que mais me impressionava na Carinhanha era a fertilidade da terra; são terras muito boas. Lá tem aquelas matas que a gente chama de vazante. Quando o rio enchia, aí vazava, e quando retornava ao leito, então aquela fertilidade ficava na terra. Era ali que o povo plantava arroz, milho, feijão... Se escapasse das vazantes, sempre tinha boas colheitas. Na Carinhanha, também, o peixe e a caça eram abundantes; eram a sobrevivência do sertanejo. E todo mundo lá possuía suas fazendinhas. Eram criadores de gado. Meu pai, meu avô, Seu Albertão, Seu Firmo, todos eram pequenos criadores.

Fui batizado na igreja de Santo Antônio, na Serra das Araras, hoje distrito da Chapada Gaúcha. Quando me entendi por gente já ouvi contando que a Serra era relíquia dos antepassados; aglomerava muita gente ali. Mas não sei bem a origem dali. Na festa de Vargem Bonita eu nunca fui; mas pais é que sempre íam. Agora, na Serra das Araras, eu fui diversas vezes desde criança com meus pais. Fui a cavalo, fui a pé. Fui em 69, 70, 71 e 72; aí não fui mais.

No Gerais as pessoas se locomoviam de carro-de-boi, a cavalo ou a pé. Os produtos de primeira necessidade como sal, querosene, ferramentas, café, cachaça de alambique, açúcar, tecido... tudo vinha de Januária. Meu pai mesmo ia muito lá com meu avô. E daqui para lá eram transportavam os produtos da região: arroz limpo socado no pilão, toucinho, pena d'ema, couro de animais silvestres como de onça, veado...; tudo isso era vendido em Januária.

No meu tempo isso foi se estacando. Esses comerciantes de Formoso, Sítio d'Abadia, Damianópolis... foram transferindo esse trânsito daqui para Formosa,

Anápolis...; aí veio Brasília; eu era criança quando começou a construção dela. Eu lembro de dois portos: o da Muriçoca, que ficava ao lado da sede de meu avô, mas lá só passava gente conhecida: nós mesmos e a vizinhança. Uns três quilômetros prá baixo da Muriçoca, ficava o Porto da Onça. Lá, sim, passavam muitos viajantes, boiadeiros, bandos de ciganos...

Logo próximo da gente tinha ponte na Canabrava; ela era feita, exclusivamente, pelo meu pai e meu avô. As comunidades é que faziam as pontes. Tinha ajuda dos vizinhos. E cá no Itaguari tinha a ponte da Damiana; a maioria das vezes também era meu pai e meu avô que faziam. Segundo os antepassados – as pessoas de idade é que diziam – essa ponte é associada a Damiana, uma ex-escrava que veio de Januária; veio trazida pela família Carneiro; ela teve uma filha, a Henriqueta; essa eu conheci; Damiana, não. Dizem que Damiana morreu com mais de cem anos. Ela [Henriqueta] era bem negra, baixinha, assim redonda; ela era filha de meu bisavô com a Damiana depois que ela foi alforriada e ficou aí perambulando.

Lembro dos moradores mais antigos do Gerais, sim. Meu avô, na Muriçoca. Mais para cima, Seu Albertão Lisboa. Tinha Seu Firmo na Estiva. No Jataí tinha o Seu Antônio Roxo, cunhado de meu pai. No Pilão tinha Dona Canuta e os filhos: Vitória, Bertolina, Seu Manoel, Vitorino... Na Cobra, a família Brito [Bito], que é muito antiga nessa região; pelo que sei, Bito é família mineira: veio do Norte de Minas. No Jataí morava essa família aí da Raimunda do Sindicato [dos Trabalhadores Rurais de Formoso]: Seu Vitoriano, Seu Florêncio...

No Itaguari tinha a Dona Antônia Preta, mãe de Seu Zé Bolinete, e tinha Seu Landulfo; ela era esposa de Seu Joaquim Bage Mole – como o povo dizia: era um caipira típico do sertão; hoje não tem mais caipira com aquela característica. Também morava lá Seu Derção. Esse era famoso: morava lá no Itaguarizinho, mas mudou prá lá na década de 70. Era baiano.

Seu Albertão [do Rodeio] e meu avô eram líderes dessa região [Gerais, margem esquerda da Carinhanha]. Eram homens muito respeitados. Não estou endeusando nem bajulando. As próprias comunidades de lá são prova disso, pois elas os consideravam como pessoas conceituadas naquela longínqua área tão longe da civilização.

Esse Gerais pelo que sei, foi colonizado há mais de cem anos; e foram [pelos] meus antepassados da família Mendes de Queiróz. Ele era um dos colonizadores dessa região aqui entre as fazendas Sumidouro e São Pedro; dominava daí da cabeceira da Carinhanha até a fazenda Catolé, na margem esquerda do rio. Os documentos antigos é

que comprovam isso: estão todos lá nos arquivos de Carinhanha [cidade baiana]. Mas quando eu nasci já tinha quase ninguém dos filhos dele morando lá. Ficaram lá meu pai e os parentes dele, que também descendem do Velho Rafael Mendes; os outros já tinham se retirado, migrado. Essas terras ficaram sem pagar imposto, aí virou posse. Não cadastraram aquelas terras no INCRA; aí o governo do estado apoderou de novo.

Eu me lembro bem de uma [parteira] bem famosa, a Dona Terta, esposa de Seu Paulo, o Gago, que morava do lado mineiro, margem direita da Carinhanha; ela atendia a comunidade inteira, era muito conceituada, respeitada, chamada por todas as famílias para fazer parto naquelas comunidades. Ela era baixinha, uma pessoa calma, muito educada e disciplinada; ela era sogra do Nego Mata Onça. Tinha também Dona Antônia Preta, mãe de Zé Bolinete.

Firmino Borges deixou marcas. Ele era [curador] muito famoso e não era charlatão. Eu sou testemunha ocular. Dou provas que ele era muito famoso: ele tratava as pessoas com sucesso. Tratava com remédio da Natureza do próprio Gerais. Ele sabia manipular a flora natural do Gerais; fazia garrafada; quem tomava era curado. Só não tratava males muito agudos. Aí não tinha jeito. Tinha de levar para Januária ou procurar Seu Abdias [Magalhães Ornelas] aqui em Formoso [MG]. Tinha também o Nedino Curandeiro. Ele andava montado em um burrinho aí fazendo essa trajetória no Sertão. O remédio às vezes dava certo, mas em outros não. Já as rezadeiras... tinha diversas. Conheci Dona Isabel e Dona Luciana, a irmã dela, Dona Eusébia, mãe de Zé Cajueiro, Dona Paula, Patrício.... E tinham outras que não lembro agora.

A chegada do Parque causou um impacto muito grande e negativo porque ele mudou a cultura em geral, sobretudo os costumes e hábitos locais do passado; obrigou nossas comunidades a irem para as cidades. Não sei bem dizer sobre como estão essas comunidades agora, mas eu acho que muitos ainda sentem o impacto do Parque; sentem saudades do seu sertão natural, da caça, da pesca, de suas lavouras tradicionais de subsistência, de seus brejos lotados, de suas plantações...

Para os mais velhos foi impactante [o Parque]; já para os filhos dele foi positivo, pois eles foram viver na cidade e passou a usufruir de benefícios sociais: aposentadoria, bolsa-escola; também colocaram os filhos na escola; evoluíram. Daqui de Formoso, muitos foram morar em Brasília, e hoje exercem profissão de valor.

Entrevista 3.3.2.b

(Bairro Capuava, Formoso-MG)

Sou viúva. Meu marido, chamavam ele de Periquito, um apelido carinhoso, bem bonitinho [ela ri]. Era filho de lá da Carinhanha, mas eu não sei te explicar a origem da família dele. Já pai morava primeiro lá na Carinhanha, perto do Passageiro [vereda]. Tenho oito filhos e nasceram todos lá na Carinhanha. Eu nasci foi lá também: na Muriçoca.

Tinha brincadeira, sim. Brincávamos com boneca de sabugo, fazíamos umas roupinhas, vestíamos nelas e aí elas ficavam engraçadas [ela sorri]. Fazíamos de pano também e aí a gente botava uns cabelinhos de linha. Era essa a diversão. Depois que fiquei maiorzinha não tive mais tempo. Fui trabalhar, campear animais com meu pai, ir prá roça...; eu não tinha mãe para ensinar a fazer outras coisas; nem lembro quando mãe morreu; só tive tinha o carinho de mãe quando era pequenininha; não lembro quando minha mãe morreu. Lembro só das minhas irmãs.

Tinha muita festa; a gente dançava aquela dança de Cana Verde, Oh! Riri – Oh! Rirai, o Tatu Sobe Pau... Na minha época não tinha essas danças escandalosas de hoje. Tínhamos era uma vida sofrida. Eu e minhas irmãs éramos vaqueiras e não tínhamos inveja de homem. Saía aí montado a cavalo, só de noite que chegava. Nós fazíamos isso tudo! Ralava a mandioca na roda e no ralo para fazer farinha; não tivemos escola para estudarmos; vivíamos era trabalhando na roça, moendo cana, fazendo rapadura...; tudo para dar sustento em casa. A gente plantava feijão, arroz, cana, mandioca...

Roça era no brejo, nas vazantes, mas tinha roça seca também. Não tinha esse negócio de IBAMA impor nada; era uma vida sofrida, mas a gente era livre e alegre. A gente colhia [roça] com prazer; o que colhia era da gente. Levava pra Januária para vender e comprar o café, o sal... Levávamos de tudo: arroz era pisado no pilão porque não tinha máquina; vendia lá no mercado dos Carimbé, em Januária. Era desse jeito.

O que a escola da vida me ensinou? Isso que estou te explicando. Na época não tinha oportunidade de estudar; era muito difícil para o povo todo do Gerais. A gente sempre andava muito com meu pai, então aprendi vendo os outros falarem, pois é o mundo quem nos ensina a viver. Gosto muito daqui [onde mora hoje]. Aqui é melhor porque coloquei meus filhos para estudar e aprenderam a conversar com as pessoas. Para mim foi muito bom.

Mas lá no Gerais também era muito bom; eu gostava de lá porque não tinha violência; era muito calmo, sossegado. Comecei a criar meus filhos foi lá; doença lá só mesmo a Maleita [malária]. Eu gostava muito do Gerais, sabe? Minha família morava tudo lá. Eu não tenho vergonha de ser Geralista. Sinto-me feliz. Se me chamarem assim,

aceito de coração. Quem não gosta de ser geralista é porque se sente orgulhoso. Mas eu não sinto isso. Tenho é alegria de ter morado no Gerais. Eu fico é satisfeita. Lá as coisas eram mais fáceis: tinha peixe para comer. Era lugar de fartura. Tenho tanta saudade de lá!!!

Meu marido era fraco, uma pessoa simples, mas foi muito bom pai de família; era bom para mim e para os filhos; Deus já levou ele e nós estamos aqui levando a vida devagar. Meus pais foram enterrados lá na Muriçoca. Muitas de minhas irmãs foram sepultadas lá. Além da Muriçoca, também tinha cemitérios na Canabrava e no Jataí.

A gente já conheceu os mais velhos chamando nossa região de Gerais. Foi onde a gente nasceu e criou, lugar simples e que tinha muito morador naquele tempo. Tinha muito vizinho, tudo aparentado. É tudo Gerais: Pilão, Landim, Estiva, Boi Morto, Canabrava, Muriçoca, Vereda Comprida, Passageiro onde era festejada Nossa Senhora da Pena... Hoje tudo acabou. Meu cunhado e a esposa dele, minha madrinha, ainda moram lá na Estiva. Vivem lá sozinhos, dois velhinhos.

Eu não fui batizada na igreja. Eu me batizei na Muriçoca e já estava grande; ia padre lá onde nós morávamos. Ele vinha de Cocos, Bahia. Já meu casamento foi na Igreja de São João na Carinhonha [Bela Lorena] de Seu Quinca Borges. Festa lá era muito bonita: tinha muitas danças, quadrilhas, brinquedo...

A gente andava a pé, a cavalo, de carro de boi. Eu lembro que todo mundo passava lá no Porto da Onça para ir a Januária. Passava de feixe e de canoa. Tinha também a Passagem da Muriçoca, lá no meu pai; as pessoas atravessavam lá e vinham para cá, para Minas. Tudo lá virou parque. Não tem mais ninguém, saiu tudo!

Eu morei na Vereda Comprida. Além de nós, também viviam lá compadre Custódio, Zidorão, compadre Neve, Atanásio, meu cunhado... Lá era cheio de gente. Na Canabrava era o finado Herculano [Rodrigues], Claro [Ceroula], Felipe Mata-Onça e Dona Firma, o filho Nego Onça... Era um bocado de gente! Na Estiva, lembro lembro de um morador antigo lá: o meu padrinho Bastião [Suçuarana]. No Jataí morava Antônio Roxo. No Pilão morava Alcino e o pessoal da Velha Canuta. No Landim morava muita gente; o compadre João de Alta mesmo era lá. Na Taboca eu lembro de alguns moradores: a Velha Luciana e o Velho Calisto com a esposa, a Velha Ambrosina. O tempo passa e a gente esquece do nome das pessoas. Mas lá morava muita gente.

Meus meninos foram todos batizados na Serra das Araras. Todo ano a gente ia prá lá. E eu conheço Vargem Bonita, Santo Antônio, São Joaquim, Bonito [de Minas]...; tudo eu já remexi.

As parteiras? Sim! Mas tinha muita parteira boa! Tinha a Velha Martinha, a Velha Pia e tinha Joana Cegueira...: eram parteiras de primeira! E os curadores eram Dão Ferreira e Seu Firmino Borges; esse aí era o mais famoso e o mais forte. Eles davam remédio, faziam benzimento nas pessoas... Se a pessoa tivesse fé, com o benzimento era curada com os milagres de Deus. Tinha também muita ladainha com biscoitinho e café. Rezadeiras... eu conheci a Velha Do Carmo, que era muito boa para rezar; Comadre Dionísia [segunda esposa de Firmino da Muriçoca], minha madrastra; a finada Eusébia do Seu Estevão...; ele era rezador de São João. E tinha meu padrinho Bastião [Suçuarana] e minha madrinha Nora cá na Estiva; ele era um bom rezador.

Esse Parque aí foi muito importante para o povo, mas o ruim é que obrigou todo mundo a sair e muitos não queriam. O Parque tomou de conta, aí teve de desocupar. Eles não aceitam colocar uma roça, não pode plantar nem derrubar mato; o ruim só foi só isso.

Para mim [essa história] não é importante porque já estou no fim da vida e não vou lucrar [usufruir] dela. Mas eu tenho meus filhos, netos e bisnetos que podem ler e dizer: “Aqui foi a minha mãe! Isso aqui foi a minha avó; foi minha bisavó que falou isso”. Então, essa é uma lembrança que fica de nós. É uma recordação para se conservar, você não acha? É desse jeito.

Entrevista 3.3.2.c

(Bairro Capuava, Formoso-MG)

Eu nasci no dia 10 de março de [19]52 e sou casada. Meu marido nasceu na na Fazenda [Vão da?] Larga, Município de Januária; é bem longe daqui; é do lado direito da Carinhonha. Tenho duas filhas. Irmãos? Olha! Ao todo, incluindo os que morreram, éramos dezoito. Família grande. Uns moram aqui em Formoso e a maioria foi para Brasília. Ainda nos anos sessenta/setenta [do século XX], meus irmãos começaram a mudar de lá do Rodeio. Eu já mudei em [19]80, 81, mais ou menos. Uma de minhas filhas já tinha sete anos.

Ser criança no meu tempo era ter muita responsabilidade, sabia? Começava a trabalhar cedo desde os sete anos quando passei a ajudar meus pais, vigiando roça de arroz nos brejos que plantávamos. Meu pai trabalhava com muita gente. Cultivávamos arroz, feijão, milho, mandioca... Esses brejos eram nas veredas. Depois pai comprou

trator e passamos a cultivar também no tabuleiro [chapada]. Nessa época eu já tinha saído do Rodeio.

Lembro que tinha a festa de São João na cabeceira da Carinhonha [Bela Lorena] de Quincas Borges, dos Carneiros. O Anísio [Cabeça] eram quem tocava sanfona, e a gente se divertia muito; eram nove noites de festa! Mas o meu pai era muito ciumento e nem sempre deixava nós todas irmos lá. Era meu irmão mais velho quem nos levavam umas duas, três noites. Como era bom! Nessas festas, tinham umas danças de Terreiro: batiam em caixas para a gente dançar, uns segurando nas mãos de outros, cantando, jogando verso. Meu pai mesmo tocava sanfona “pé de bode”; só para casa mesmo; em festas, não.

Minha profissão era [ser] professora lá mesmo na fazenda do meu pai, no Rodeio. Comecei em [19]71. Antes de mim, teve Lulu Ornelas que deu aulas uns dias no primeiro semestre, e no segundo ela já não voltou. Aí chegou o tempo em que eu me casei: [19] 77 ou 79. 77, sim! Quem construiu o prédio lá do Grupo Escolar foi meu irmão, João. Ele veio de Brasília, era pedreiro lá. Isso foi no mandato do Prefeito de Formoso, Seu Zé Botelho. Depois de mim, a escola do Rodeio fechou; não foi ninguém mais [dar aula].

Aí eu fui dar aula na fazenda lá vizinha, que era do Seu Zé Borges [irmão de Quinca Borges], perto do Galho da Palha. É distante assim uns dez quilômetros. As comunidades me elogiaram muito depois, dizendo que todo mundo que veio para cursar o terceiro ano aqui [na cidade de Formoso], estavam tão adiantados que foram direto para a quarta série primária. Eu acho que sim: minha experiência [como professora] foi boa. Eu até gosto de dizer para alguns em época de campanhas: “Ah, eles não me dão valor! Mas tem muito aluno meu que foi alfabetizado comigo lá no Gerais e hoje é eleitor em Formoso”.

Meus pais nos ensinaram muita coisa: ter princípios morais, ser sério com o casamento. Outra coisa importante: todo fim de semana tínhamos o costume de sentar uns perto dos outros [irmãos] com nosso pai junto para ele ler a Bíblia para todos nós. E num certo tempo chegaram umas Testemunhas de Jeová lá; levaram o livro “Histórias Bíblicas”. E isso contribuiu para hoje eu ser dessa igreja.

Meu pai era da família Pereira Lisboa. Esse meu avô era lá do [ribeirão] do Boi, em Januária. E minha avó era de Lençóis da Bahia [Chapada Diamantina]. Com a morte do vovô, ela veio morar no Rodeio com a gente. Minha mãe é era família Brito [Bito]. Eles eram desses lados de Januária; depois vieram pra Cobra. Moraram aí até quando

morreram e na Cobra foram sepultados. Conheço cemitérios no Rodeio e no Boi. Tem também lá na Muriçoca de Firminão. Ele era muito amigo da gente.

Gerais, para mim, é aquilo que gera ali naquela terra: buritizal, xiriri...; o xiriri tem um gosto diferente; é muito gostoso! A gente tira o leite para tomar. No Gerais também tem muitos pássaros: pássaro preto, jandaia, arara vermelha e amarela, papagaio verdadeiro e galego, joão-de-barro, canário amarelo... Lá no Rodeio tinha muitos deles.

Eu me reconheço como geralista porque foi ali que eu me gerei. Sim, é Gerais onde nasci. Lá tem dois Estados: um liga no outro, inclusive a fazenda do meu pai ficava nessa fronteira: Minas e Bahia. Eu tinha treze anos quando vim do Gerais estudar aqui [na cidade de Formoso]. E olha que eu já sabia ler e escrever! Os alunos de Formoso se achavam mais importantes do que eu. Eles me chamavam de geralista.

Era tipo o que hoje chamam de *bullying* e ninguém gosta. Eu odiava isso! Eu sentia que eles estavam me discriminando. Só que na realidade eu gostava de ser do Gerais, sabe por quê? Meus pais eram muito trabalhadores. Meu pai trazia era dois, três carros de mantimento para suprir eles aqui; trazíamos fruta, banana, abacate, café pilado... tudo para vender em Formoso. O Gerais era rico. Não é ser geralista apenas, mas gerar as coisas. E isso era o que nós fazíamos: gerar. Por isso eu tenho minha cabeça feita: se me chamarem de geralista, estão me dando um grande elogio. Percebo que aqueles que me chamavam de Geralista na escola, tinham era inveja porque no Gerais tínhamos do bom e do melhor. Estávamos sempre gerando muita coisa.

Tudo o que pai vendia era trazido [a Formoso] de carro-de-boi. Essa estrada passava perto do rio Itaguari, no Jequiri e na Lagoa do Lenço. Nós vínhamos para cá trazendo as coisas para gerar dinheiro. Lembro, sim, que tinha uma passagem lá na Carinhanha, no Alcino. E tinha também o Porto da Onça, que era uma passagem importante para quem vinha direto do Goiás. A gente passava em feixe de buriti. Meu pai mesmo tocava um comerciozinho lá na casa onde ele morava no Rodeio. Além de Formoso, ele também ia prá Januária passando nessas estradas que eu falei. A gente só não passava na [vereda] Onça porque íamos por dentro. A gente vendia em Januária o que plantávamos e o que meu pai comprava daquele povo que trabalhava com mangaba.

Tenho boas lembranças do Gerais. Eu gostava muito dos passeios quando montávamos nos cavalos. Eu saía em disparada; ninguém me alcançava; era caríssimo o meu cavalo! Nós reuníamos um bocado de moças, rapazes, a irmandade toda, e íamos para aquelas festinhas. Como tenho saudade daquele tempo!!

Morava muita gente no Gerais. Hoje não tem quase ninguém; muitos deles venderam. Virou tudo Parque do Sertão Veredas. Ainda lembro dos curadores: Firmino Borges, que era muito procurado, e seu Dão Ferreira, Juquinha, que gostava mais de adivinhar. Receitavam remédio do mato, raizada, e não é que curava todo mundo? No Gerais tinha o remédio certinho para cada doença. E dava certo. Também tinha rezadeira, sim; tinha Paula do Velho Estevão, Estácio irmão dela. E o meu pai tinha um festejo em honra De Todos os Santos. E eles iam lá rezar para nós. Tinha boas parteiras. Lembro da Velha Martinha, Barba prima minha; tinha Cota também.

Essas festas [de Serra das Araras e Vargem Bonita] eram importantes porque ia muita gente de fora para vender lá mais barato e então nossas comunidades iam lá todo ano. Para a Festa da Serra das Araras mesmo, todo ano estávamos preparados [para irmos]. Ele ia lá para vender e comprar. Tinha muita harmonia entre o povo na festa de Santo Antônio. Já na Vargem Bonita, pai ia de vez em quando. Mas também era uma festa importante porque lá ele encontrava muito da parentela dele.

Na minha opinião, o Parque [Grande Sertão Veredas] foi importante porque ele está preservando a Natureza contra o fogo e desmate das árvores; os animais agora ficam quietos e não se queimam os ninhos dos pássaros. Quando morávamos lá no Rodeio, lembro que havia muito daquele canário amarelo. Quanto belo é ele! Também a beleza do canto do sabiá. Então, o parque para mim é preservação. O Parque deu moradia para as pessoas no assentamento [Gentio-São Francisco]. Cada um tem lá seus cinquenta, sessenta, oitenta hectares de terra. Não é aquela vastidão de terra que tinham antes e que queimam tudo. Muitos que são contra o Parque é porque não podem mais praticar a caça fora do tempo, pesca fora do tempo, além das queimadas que atingiam diretamente a Natureza.

Então, meu marido [os dois se dirigem ao fundo do quintal do lote para terminar a entrevista], esses pés de buriti, essas plantações que a gente trouxe de lá do Gerais, são uma forma de nós trazermos [para a cidade] um pouco da vida que tínhamos lá. Tudo o que nós temos aqui [no quintal] me lembra o lugar onde eu fui criada. Lá no Gerais a gente tinha tudo isso: O buriti para fazer esteira e as nossas casas. Nossas primeiras casas foram tapadas com buriti. Por isso, gostamos tanto do buriti que a gente dá vontade até de ficar bem pertinho dele o tempo todo [ela e o marido se postam lado a lado debaixo do pé de buriti no fundo do quintal].

A gente trouxe do Gerais um pouco de nossa vida; olha essas plantações! (mostra o pomar do quintal). Por exemplo: coco, mangueira, laranjeira, café...; tudo que

tenho aqui, nós trouxemos do Gerais. Trouxemos de lá para a gente, aqui na cidade [de Formoso], não esquecer do nosso Gerais porque lá geramos muita coisa boa: gerou hoje o que nós dizemos, nossa própria vida. Hoje tenho filhas que trabalham na Justiça Federal e no Distrito Federal. Elas estão lá em Brasília. Mas vieram lá do Gerais. Então, eu amo o Gerais. Por isso, trouxe um pouco dele para nosso quintal. Aqui [mostra de novo o pé de buriti] é para lembrarmos do nosso Gerais e do tempo em que nós namorávamos e namoramos até hoje!

Eu acho que sim [que essa história é importante], sabe por quê? Se não tivéssemos uma pessoa inteligente igual a você [Xiko Mendes, autor da pesquisa], para estar aqui nos entrevistando, trazendo essa história para a frente, ela ficaria esquecida. Sem ela, os meus genros, netos, e outras pessoas, não conheceriam. Então, para mim, é uma coisa muito importante. Estamos trazendo nossa raiz para frente para que ela não acabe.

Entrevista 3.3.2.d:

(Bairro Capuava, Formoso-MG)

Sou filha de Eusébio da Carinhonha. Ele era dos “Bitos”. O pai dele morreu; ele ficou pequenininho! Quem criou ele foi o Velho Aleixo “Bito”. Foi lá na Cobra. Eu acho que [meu pai] nasceu e criou lá. Acho que foi. Quando eu me entendi por gente lá na Cobra já era tapera. Na ocasião da *Revolta* [passagem da Coluna Prestes no Gerais em agosto/setembro/1925], o pessoal todinho dali correu com medo deles. Meu pai e minha mãe já tinham rodeado [ido] para São Francisco [cidade do Norte de Minas]. Lá se casaram. Já levou eu pequena, na cacunda. Em São Francisco, eles ganharam mais dois ou foram três [filhos]. No *Ano da Revolta* mamãe estava de resguardo de um.

Nasci em [19]21. [Ficar idoso é bom], mas é com saúde, meu filho; sem saúde não presta. Minha mãe era Júlia. Ela era prima segunda de meu pai. Eu nasci na Cobra; meus pais me apanharam ainda pequena; me levaram para São Francisco. Foi para lá que Maria “Bita” levou nós todos. Ela era irmã do pai de meu pai. Dona Maria “Bita” tinha muita relação lá. Maria “Bita” era rica! Ela tinha prédio; ela era tudo lá na cidade de São Francisco. Ela tinha casa também e fazenda no Pernambuco. O marido dela era ricão, ricão, ricão!

Maria “Bita” morou na Cobra, sim. Ela foi prá lá quando o marido dela morreu. Ela então mandou tocar mil e tantas reses aí pra Cobra, para a Veredinha, Barra de Landim, isso tudo! Disse que encheu [esse Gerais] de gado, essa Maria “Bita”! A

Fazenda Jatobá também era de “Maria Bitá”. Lá também tinha muito gado. Essa [fazenda] Jatobá era cá perto de Buritis. Ela era muito rica. Vixe!!!

Em São Francisco só fiquei na época de eu menina mesmo. Eu fui pequenininha prá lá, tinha um ano e pouco. Quando voltei para a Cobra já estava com oito anos. Na Cobra meu pai me criou. Em [19]38 eu casei; meu marido morava no Catolé [fazenda abaixo da Cobra]. Ele era vaqueiro lá; o irmão também.

Nós casamos em 38 e viemos para o Catolé. O casamento foi na igreja [de Nossa Senhora] do Brejo do Amparo; aí viemos embora para essa fazenda nossa aí, no Rodeio. Foi nela que nós criamos a filharada toda; nasceram e criaram todos aí. Tive dezoito filhos graças a Deus. Era compromisso: nós vivíamos lá; tinha uma guerrinha, mas respeitávamos uns aos outros.

Eu não lembro [da data de mudança para o Rodeio]. Ficamos lá [no Catolé] ainda uns três ou quatro anos depois que casei. Quando chegamos no Rodeio já estava tudo velho: era tapera. Meu marido comprou terras da viúva de Aristides Mendes. Ele já tinha morrido, sem dúvida, mas até hoje tem tapera deles lá [dos filhos de Rafael Mendes de Queiróz, na Fazenda Rodeio]. Moraram muitos anos lá. Aí meu marido organizou tudo de novo. Ele chegou, trouxe gado, montou venda, vendeu uns boiões [bois grandes], comprou carro e trator; ficou movimentando naquele mundão.

O Velho Prasdo era um homão forte! Era freguês nosso. Nós comprávamos coisas da mão dele. Depois de algum tempo, Alberto também foi em Januária, trouxe a caminhonete cheia de mercadoria até em riba e disse: “Agora eu vou é vender também”. Meu marido negociava de tudo: de roupa e pano arriba, café, sal, tudo tinha lá no Rodeio. Ele tanto vendia quanto comprava: couro, mangaba, isso tudo. Ele enchia o carro dessa “tralheira” toda. Levava para Januária. Fui lá com muitas vezes. Tinha vezes que gastávamos doze dias de viagem em carro-de-boi. Ô menino! Tem gente vai dizer que é mentira, mas é tão certo como essa luz: nós casamos no dia 3 fevereiro.

Fui batizada na Serra das Araras. De ano em ano tinha que batizar os filhos lá. Na Vargem Bonita cheguei a ir muitas vezes também. Mas essa é lá longe; é bem perto de Januária. De vez em quando nós íamos nessas festas, assistia e vinha embora. No Cajueiro do Velho Estevão e Eusébia fazia a Festa de São João. Eu ia muito lá. Juntava era gente! Tinha as ladainhas. Nós todos queríamos ir sempre porque festa era muito difícil. Para ver gente tinha que ser na festa. Tinha [festa em Bela Lorena], na cabeceira da Carinhonha; vínhamos aí nessa festa também. Eles falavam isso [que eu era bonita].

Eu lembro que o curador que nós tínhamos era o Compadre Firmino Borges. Nós tínhamos uma fé no Compadre Firmino!!! Se você sentisse qualquer coisa, o povo dizia: “Vai falar com Firmino!”. Ele ia no mato com uma enxadinha nas costas e chegava com remédio. Uns [remédios] ele raspava, outros ele cozinhava, fazia aquele mexido e dava para o povo beber. E curava! Dizem que [também] fazia “trabalhos” em fazendas. Comadre Martinha era parteira; hoje já está velhinha. Ela é mais velha do que Alberto; e ele era mais velho do que eu seis anos.

A gente dançava valsa. Era assim: eram dois, um de lá e outro de cá, assim dançando. Dancei muito com meu marido. Tinha o Tatu Sobe Pau. Esse era assim: Dois paus [ela faz o gesto com as mãos: bate os dedos indicadores um contra o outro]. Cantava e dançava: “É mentira, moleque! Tatu sobe pau! É mentira, moleque! Tatu sobe pau! É mentira, moleque!...”. E é mentira mesmo: tatu não sobe no pau. Tinha isso tudo [danças no Gerais], mas a gente não grava tudo senão ainda é capaz que a gente dançava. Zabé [morreu em outubro de 2017] lá do Jequiri ainda dança esse Mulatão; ela é da minha idade. Dizem que ela também dança o Tatu Sobe Pau. Se você for vasculhar aqui atrás dessas coisas todas, Vilde, filho dela, tem um boteco ali; ele sabe.

Ponte, não. Era braço de buriti, canoa de buriti. Embolava aquele bandão! Amarrava, jogava na água e passava para o outro lado [do rio]. Lá em casa [Porto da Cobra] tinha era canoa. Meu pai mandou fazer. Lá passavam os tropeiros. O povo daqui do Sítio [d’Abadia] Damianópolis, desse outro mundo aí; tudo ia para Januária. Passava a mercadoria na canoa e os cavalos na água. A gente andava a pé, de carro [de boli], de cavalo...

Não! [Além da Cobra] tinha [porto] na Onça. Eu acho que meu povo foi enterrado tudo lá na Cobra. Lá tem cemitério. E é velho! Tudo acabado porque naquele tempo o povo não se importava de fazer. É. Mudaram tudo! Hoje minha cabeça não lembra mais. Lembro que plantávamos roça. Ô, “vidona”! Nós nem pensávamos em cidade. Pensar em cidade [para] o quê? Tínhamos era “Roçona” boa, “roçona” linda! Tanta coisa!

Olha! Eu tenho saudade do Gerais. Só depois de certos anos quando meus filhos ficaram grandes e saíram, aí é que [o Rodeio] ficou ruim. Naquele tempo não tinha bolsa-família, bolsa-escola... Tinha que trabalhar. Meus filhos já foram estudar grandes. Essa doutora aí [referindo-se à filha e uma de nossas entrevistadas] aprendeu a ler e voltou lá prá fazenda; aí levantamos o Grupo Escolar e foi ela quem ensinou aquele pessoal todo de lá. A escola era lá em casa. Os meninos de Compadre Atanásio, aquele

povo do Velho Raimundo no Cajueiro... Tudo foi estudar lá. Era uma casona! (referindo-se ao grupo escolar). Então aquela casa nunca caiu? E não tem ninguém morando não?

A gente fica lembrando de tanta coisa que passou lá. Era muita coisa. E você quer ver o retrato do meu aniversário? Aí ó [mostra o álbum de fotos antigas da família: ela, o marido, os filhos...]! Isso tudo ela lembra [referindo-se, de novo, à sua filha].

Eu não sei de nada. É preciso ter tempo de ler isso [a história contada por ela] para exportar, né? Meninos de hoje não estão mais aprendendo as coisas de outrora. Eles aprendem agora é olhando para as mãos aqui [dirige os olhos para as duas mãos dela, juntas]. Como tenho ódio daquilo! É aquela porqueira ali [dirige o olhar para um celular próximo]! Dizem que dali sai mais é porqueira – assim vejo dizer porque eu não enxergo. Esses meninos não gostam de escutar idoso. Não! De jeito nenhum! Você pode morrer de chamar e ninguém escuta; estão aí fora [faz o sinal para um jovem com celular nas mãos].

CAPÍTULO IV

DIALÉTICA INTERTEXTUAL: A GERAISIFICAÇÃO DO PARNA-GSV

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento... [...]. Mas a vida não é entendível [...]. Nem o senhor, nem eu, ninguém não sabe. [...]. De tudo não falo. Não tenciono relatar ao senhor minha vida em dobrados passos [...]. Quero é armar o ponto dum fato, para depois lhe pedir um conselho [...].

(ROSA: 1988, p. 82, 119, 187).

Quem está atento à escuta da voz e do 'pathos' do narrador oral, que revive os momentos cruciais de sua vida, consegue distinguir uma fala que, ao mesmo tempo, produz imagens e conota o sentimento do tempo enquanto 'duração'. Não é portanto uma linguagem de coisas (no sentido estreito de função referencial), pois o que se lembra são momentos vividos, respostas pessoais, em suma, a melodia do passado interpretada pelo presente. Não é uma 'linguagem de coisas' porque o autor da narração oral coincide existencialmente com o seu sujeito. A duração do Relato coincide com o tempo lembrado que, assim, é instituído por dentro.

(BOSI: 2003, p. 48).

Fig.31 – Parte da família de João Peba, um dos herdeiros das terras do PARNA-GSV.2. Todos são parentes do autor dessa pesquisa: Tereza (irmã só por parte do pai), Tunica (irmã por parte de pai e mãe), Antônia de Beneval (prima que fugiu do Gerais para Sítio d'Abadia e foi morar em Brasília nos anos 1950), Seu João de Dona Esteva (pai e um de nossos entrevistados), Beneval (marido da Antônia), Valtemy ou Valtim (criança – irmão caçula), Mário e Valdivino – Seu Valdão da Capuava, outro entrevistado (irmãos). Chácara Capuava, no atual Bairro Barreiro, Formoso-MG, 1976. Seu João mudou da Vereda Canabrava em 1970, mas desligou-se dela só nos anos 1980



Fonte: Francisco F. Dias e Xiko Mendes. Acervo pessoal. Data: 1976.

Neste capítulo selecionamos recortes textuais das dezoito entrevistas editadas e analisamos as representações da Memória Coletiva dos Geralistas sobre os Núcleos Comunitários Veredeiros (NCV) que se transformaram no Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PARNA-GSV.2). Tomamos como base dessas análises, o Método de Marcação de Identidade (MMI) proposto por Henrique (UNB: 2004, p. 9-41; IICT/ICP: 1997). Quatro categorias de representação são analisadas: Carinhanha-Gerais, Goiás-Januária, Sujeito Geralista e Povo/Pessoal do Parque.

Em cada uma delas, os marcadores de identidade – Vivos, Históricos, Fabricados, Sagrados/Religiosos e Musicais – são interpretados a partir da *Geolexicopédia*, conceito (já desenvolvido no Capítulo II e que foi) fundamentado em formulação teorizada por Mendes (2013b, p. 34-35). A *Geolexicopédia* é uma releitura do território, seus moradores e estratégias semânticas de representação. Por meio dela, os marcadores de identidade se materializam e se tornam inteligíveis na medida em que a Dialética Intertextual promove o diálogo sinestésico (textos que invocam a imagem dos lugares) entre as narrativas (com uso dos *painéis de cores locais* – PCL) na compreensão do Discurso Cosmográfico Geralista.

4.1 – “CARINHANHA-GERAIS” ENTRE “GOIÁS-JANUÁRIA”

4.1.1 – Paisagens do Rio-Fêmea

Não há paisagens naturais, inclusive dentro do PARNA-GSV. Todas elas em algum momento foram culturalmente apropriadas pelo imaginário social. Schama (1996, p. 17, 70) informa que “*a natureza selvagem não demarca a si mesma nem si nomeia*”. É o homem quem atribui sentido a elas uma vez que “*paisagem é Cultura antes de ser Natureza*”, o que implica “*reconhecer que quando uma determinada ideia de paisagem – um mito, uma visão – se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário*”. A Carinhanha e seu Gerais circundante enquanto paisagens incorporadas à historicidade das CTNC, é um *ateliê* sociocultural (fusão de mosaico e caleidoscópio) a céu aberto, dotado de riquíssimo e variado efeito cênico (e êmico).

A Carinhanha, nessa *Geografia Imaginada* (SAID: 2007) é percebida pelos Geralistas como Lugar Habitat. Antes de transmutá-la em lugar-natureza – espaço do PARNA-GSV, segundo a ótica do discurso ambientalista – é preciso: descrevê-la, senti-la, amá-la, contemplá-la, interpelá-la, extasiar-se por ela, ressignificá-la (crítica e apaixonadamente), deixar-se se seduzir pela história de seus lugares originalmente habitados pelos Geralistas..., e aqui por eles perpetuados em suas narrativas.

O Habitat tem sido considerado como um território que fixa uma comunidade de seres vivos... e [...] é transformado por suas práticas culturais e produtivas. [...] É o lugar em que se constrói e se define a territorialidade de uma cultura. [...] É o espaço em que se forja uma cultura, se simboliza a Natureza e se constroem os cenários do culto religioso; é o livro em que se escreve os sinais da história, onde se imprimem as marcas do poder das Civilizações [...]. Habitar o Habitat é localizar no território, um processo de reconstrução da Natureza a partir de identidades culturais diferenciadas. [...] O Habitat é suporte e condição [enquanto] o Ambiente é o conceito desta relação complexa entre o Habitat e o habitar, que integra as condições do meio às possibilidades de ocupação social do território. [...] A Política do Lugar e do Espaço está surgindo como uma reivindicação social mobilizada pelos novos direitos à identidade cultural dos povos. [...] O Lugar é o território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas e identidades culturais. [...] O lugar da Identidade não poderá ser um lugar do ser. Os Direitos Comuns se nutrem de sentido e de diversidade [...]. O Ser Cultural está adquirindo novas vozes... (Leff (2001, p. 282-286, 340, 343-344).

A relação telúrica dos Geralistas com a Carinhanha é urdida por meio das diferentes representações que eles construíram e constroem, sobretudo depois que seus territórios tradicionais se tornaram “paisagens naturais” do PARNA-GSV. Dispersas no contexto das múltiplas fronteiras da Região da Trijunção, suas Comunidades Tradicionais ressignificam seus vínculos socioculturais com o Sertão-Gerais reproduzindo seu modo de vida, mesmo em outras localidades ou carregando em suas memórias a imagem viva dos seus lugares habitat de origem.

No PCL-1, a Carinhanha é um marcador vivo que se transmuta em topograma inscritor da identidade dos Geralistas. Ao remeterem à água como elo inspirador de suas vivências dentro do PARNA-GSV, eles juntam palavras como “vazante”, “veredas”, “enchentes” e “peixes” como síntese definidora de fartura e propulsora do desenvolvimento local nos núcleos comunitários veredeiros ali criados. No PCL-2, o vocabulário geralista recorre ao buriti, também um marcador vivo de sua identidade, para convertê-lo em elemento indispensável na construção de suas casas rústicas, como alimento nutritivo ou como instrumento rudimentar usado em navegação na Carinhanha e seus afluentes.

No PCL-3, a Carinhanha aparece, literalmente, como rio-fêmea (“MF” pelo imaginário de seus moradores), ou seja, como a Grande Mãe Nutridora da vida no Sertão-Gerais. O húmus deixado nas suas margens pelas vazantes convertia-se em adubo para cultivo das roças. O rio se transforma no elemento criador de vínculos orgânicos entre a terra e o homem que nela vive/u, proliferando suas raízes no solo geralista e sacralizando suas águas abençoadas por fertilizantes naturais.

Assim, o processo de ressignificação identitária dos Geralistas com as paisagens da Carinhanha permanece perpetuando a vinculação afetiva deles com o PARNA-GSV, mesmo que impossibilitados de morar nele. Seus antepassados ali jazem, anonimamente, em cemitérios perdidos no meio da vegetação, e permanecem “vivificados” na memória coletiva porque dentro do PARNA-GSV cada “paisagem está pontilhada de recordações dos heróis míticos que morreram durante a caminhada” (TUAN: 1983, p. 147) no longo percurso que deu origem à territorialização de seus Núcleos Comunitários Veredeiros: Rodeio-Canabrava, Porto da Cobra, Beira do Itaguari e Cabeceira da Taboca.

PCL-1: Fatura de Água:

O rio Carinhanha é importante por causa das veredas que tem e que não secam. É permanente; nenhuma seca (Entrevista 3.2.1-a).

Gerais [...] tem brejo, vazante... (Entrevista 3.2.3-a).

Esta lugar de água tão gostosa, tão fresquinha! Eu acho bonito demais. A Carinhanha é [simboliza] a grande importância do Gerais: é o rio superior; todos os rios pequenos caem dentro dela; a terra na beira dela é melhor: terra forte, de barro! Tudo que a gente plantava, dava. Às vezes vinham as enchentes, aí as vazantes comiam metade das lavouras. Mas o mantimento sempre vinha bom naquelas vazantonas. Então, me vêm essa imagem: fico assim lembrando daquelas ‘cheias’: inundava tudo! O rio saía lá forão! (Entrevista 3.3.1-b).

A Carinhanha tem muita importância para nós. Ela é o nosso rio maior; ela recebe os outros rios pequenos. Ela é muito confortável de peixe, criou muitas famílias. Ali produzia tudo para a gente se alimentar. Essa recordação não sai de mim, posso andar para onde for, mas eu lembro de tudo que eu fazia lá (Entrevista 3.2.2-e).

... a maior saudade mesmo é de quando a Carinhanha estava cheia; dava muita enchente que extravasava de uma vargem na outra; era aquela ‘aguona’ vermelha, aquele ‘toazão’ bonito!!! Hoje eu tenho saudade disso porque não acontece mais; está chovendo pouco; não dá mais enchente; acabou isso. A saudade é porque o lugar era bom, a vida era boa; nem que não prestasse, mas a gente nasceu lá e criou, então para nós era bom (Entrevista 3.3.1-a).

PCL-2: Relação entre Geralistas e Vegetação:

Com o buriti, passava tudo na vida. Só o carro-de-boi que era passado no rio (Entrevista 3.2.1-c).

Buriti é bom demais, moço! Lá tem muito xiriri; a gente coloca ele na água morna para amolecer; ele se desmancha na água; aí é coado. A gente bebe aquele leite ou come com farinha. Quase que eu te digo que é melhor do que leite de vaca (Entrevista 3.2.3-c).

Gerais é aquilo que gera ali naquela terra: buritizal, xiriri...; o xiriri tem um gosto diferente; é muito gostoso! A gente tira o leite para tomar (Entrevista 3.3.2-c).

As casas no Gerais eram feitas de buriti. O telhado era feito de palha de buriti. Era uma casinha fresca! Aquilo era um canto do céu. Era um tempo gostoso! Morar numa casa de palha é muito melhor que nessas casas de telha de hoje. As paredes eram feitas de palha, bem feitinhas. O buriti tem todo aproveitamento. Tudo na vida é o buriti. O buriti produz a casa para nós (Entrevista 3.2.2-a).

PCL-3: Vínculos Terra – Trabalho (Carinhanha, Rio-Fêmea: Mãe Nutriz) :

A Carinhanha é a mãe desses galhos aqui tudinho; tudo aqui derrama nela: as roças, os brejos... tudo era na beira dela. Sem a Carinhanha... não sei! (Entrevista 3.2.1-b).

O que mais me impressionava na Carinhanha era a fertilidade da terra [...]. Lá tem aquelas matas que a gente chama de vazante. Quando o rio enchia, aí vazava, e quando retornava ao leito, então aquela fertilidade ficava na terra. Era ali que o povo plantava arroz, milho, feijão... Se escapasse das vazantes, sempre tinha boas colheitas (Entrevista 3.3.2-a).

... nas terras da beira da Carinhanha você planta tudo sem adubo; você roçou a terra, queimou, pode plantar. Tudo dá bom: o feijão, o arroz, o milho... Na Carinhanha chovia bem, dava com muita abundância. O rio Carinhanha é um rio abençoado; era o celeiro dos Geralistas... (Entrevista 3.2.2-c).

Botávamos nossas roças na beira da Carinhanha; naquelas “vazantonas” plantávamos mandioca, milho, feijão, cana, banana... Criávamos porco, carneiro e gado também. Tudo [isso] tínhamos lá (Entrevista 3.2.3-c).

Na roça é assim: a gente começa na foice, roça, derruba uns paus grossos aí no machado, queima, torna a serrar aqueles paus, encoivara, faz cerca; depois vai plantar. A gente plantava arroz, milho, feijão, mandioca, cana... A gente criava gado Curraleiro, carneiro, porco, égua...; tudo isso (Entrevista 3.2.3-a).

4.1.2 – Espacialização Nativa do Rio-Fêmea

Said (2007, p. 91-92) afirma que “as fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis” no que ele chama de “geografia imaginada”. A espacialização demarcada por essas fronteiras traduz o tipo de representação que se quer para determinados territórios ao longo da história. Nelas “o espaço adquire um sentido emocional ou mesmo racional por uma espécie de processo poético, o mesmo pelo qual as áreas distantes, vazias ou anônimas, são convertidas em significado para nós”. O Gerais da Carinhanha, também visto como distante, vazio e sucumbido ao anonimato político, portanto, uma “paisagem natural” na ótica das representações historiadoras, é percebido pelos Geralistas como Lugar Praticado, um agente multifuncional de fronteira e territorialização de suas comunidades tradicionais.

Um espaço se torna praticado na medida em que sua configuração ordena lugares e posições ocupadas por quem usa ou anda nele utilizando-se de mapas e percursos narrados, oralmente, em relatos descritores de seus itinerários (CERTEAU: 1994, p.

201-217). Esses relatos criam “*cadeias de operações espacializantes*” e estas, por sua vez, demarcam fronteiras, pontos fixos ou de passagem (travessia). E, assim, o espaço converte-se em lugar(es) na geografia imaginada de quem mora ou passa por ele.

No PCL-4 e no PCL-6, os Geralistas vêem o Gerais como um topograma descritor, respectivamente, tanto das “paisagens naturais” como prolongamento das “vargens” da Carinhanha (“MV”) quanto como fronteira política (“MH”) entre Bahia, Goiás e Minas Gerais. No primeiro, os duplos “areia/terra fraca”, “vereda/buriti” e “coisas naturais/comida” aparecem como elementos que territorializam o Gerais na medida em que os Geralistas se apropriam dele, tornando-o diferente de outros espaços. No segundo, a ideia de “divisa” entre os lugares deles, os Geralistas, e os dos outros, demarca limites interestaduais que, por não serem precisos na geografia imaginada introjetada por eles, se tornam confusos ou movediços.

Já no PCL-5, o Gerais (aqui visto como “MF”), é um topograma transcritor da visão geralista sobre liberdade num processo de espacialização com “*sentido emocional*”. Cada paisagem é um “*território de ocupação interacional*”, isto é, suas paragens (exemplos: lugares de retiro de gado, malhada, logradouros...; melhor lugar para pescar ou caçar), são espaços praticados, todos com simbologia própria na cartografia geralista. Esses Territórios Interativos surgem, não por laços parentais ou lindeiros, mas em decorrência do uso comunitário do Gerais. Eles...

... se caracterizam por serem locais fluídos, ou seja, que não possuem uma definição espacial precisa, podendo mudar e se transformar de acordo com a conjuntura na qual o grupo vive. [Eles] não se constroem com base nas relações de parentesco e vizinhança (MÜLLER: 2011, p. 92).

Observa-se no PCL-5 que a caça, a pesca e a criação de gado Curraleiro aqui simbolizado pela presença de currais, além do extravismo (e da roça nas vazantes), são elementos (teias de transmissão da identidade local) que territorializam o Gerais no imaginário social dos Geralistas. Eles interagem, afetivamente, com essas paisagens ao mesmo tempo em que também intensificam a ressignificação permanente de seus vínculos socioculturais com o Sertão-Gerais (visto como espaço-lugar comunitário: livre, aberto e que pertencia a todos que ali mora/va/m ou transita/va/m) nas múltiplas fronteiras da Trijunção.

PCL-4: Diferenciação do Gerais como Lugar Praticado:

Um lugar para ser Gerais precisa ter terra de areia, buritizal, vereda...; no Gerais, a água é totalmente mineral. Não é que nem as águas de hoje, cheias de cloro; o que a gente bebe na cidade tem veneno. No Gerais a água sai diretamente filtrada debaixo do chão. [...]. ... o Gerais são as coisas

naturais: o coco tucum, o coco indaiá, o buriti, o xiriri, que dá um leite muito gostoso; não tem leite melhor que o xiriri, é tudo natural. O Gerais nos dá alimento (Entrevista 3.2.2-a).

Como diziam os antigos, Gerais não é terra de mata. Gerais é terra de pequizeiro, madeira fraca, buritizal, coquinho indaiá. A terra é fraca, tem canela d'ema, vassoura na vargem... (Entrevista 3.2.2-e).

PCL-5: Territórios de Ocupação Interacional Livre:

Na Carinhanha o peixe e a caça eram abundantes: eram a sobrevivência do sertanejo. E todo mundo lá possuía suas fazendinhas. [...]. ...todos eram pequenos criadores (Entrevista 3.3.2-a).

Aquele tempo era de liberdade. Todo mundo criava solto no Gerais. Então, tinha vez que a gente gastava duas, três semanas para achar os animais. Saíamos campeando de cabeceira em cabeceira.. [...]. Livre! Tudo era livre aí (Entrevista 3.2.2-e).

Não tinha 'manga'¹⁶¹ naquele tempo; tinha de pasturar a vaca até o dia que ela paria. Era deserto! [...]. Hoje tem cerca, a terra está dividida... (Entrevista 3.2.2-a).

Tínhamos um gadinho comum, Curraleiro. Tudo criado no aberto. A terra era de todos. Criava em comum, todo mundo criava lá (Entrevista 3.2.2-f).

... era Pé Duro mesmo, mas as [vacas] curraleiras tinham peso. As criações eram soltas no campo. Não tinha cerca. Tudo criado aí em comum, misturava a todo tempo. Já hoje é tudo cercado. Antes a gente estava acostumado a criar aí tudo 'soltão'. Agora é tudo no curral (Entrevista 3.2.3-a).

Na Seca, o gado ia tudo pro Gerais: Itaguari, cabeceira do Formosão, Veredinha...; ia para aqueles cantos todos de lá [...]. ...o Gerais era um lugar devoluto (Entrevista 3.3.1-a).

PCL-6: “Gerais” como Fronteira da Trijunção:

... o Gerais é a divisa [...] (Entrevista 3.2.2-a).

Lá aonde eu nasci, o Gerais é da Bahia. Mas tirei meus documentos foi em Minas (Entrevista 3.2.2-d).

... o Gerais é entre Goiás e Bahia. Ele está aí no meio. [...]. O aprovado mesmo é Goiás, Bahia, Minas Gerais... (Entrevista 3.2.2-e).

É tudo Gerais: Pilão, Landim, Estiva, Boi Morto, Canabrava, Muriçoca, Vereda Comprida, Passageiro... Hoje tudo acabou (Entrevista 3.3.2-b).

4.1.3 – “Gerais” em Movimento às Margens do Rio-Fêmea

Diferente do que é propagado pelo Discurso Ambientalista (“*região quase inóspita até recentemente e de acesso difícil*” – releia o resto desse texto no Item “C” da nossa Introdução), o Sertão-Gerais entre as Nascentes da Carinhanha era um

¹⁶¹ *Manga* na geolinguagem geralista é um topograma descritor do local próximo à moradia no qual se prendem os animais.

caleidoscópio¹⁶² de lugares praticados, constantemente trilhados, proporcionando cenários e sensações distintas para quem aí morava ou atravessava-os no meio do Complexo Viário Goiás-Januária. Certeau (1994, op. cit., p. 176-188) define o “*ato de caminhar*” como “*espaço de enunciação no processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre*”. Os percursos produzem a “*Retórica da Caminhada*” e esta, por sua vez, cria a “*Gestão Ambulatória*”, um conjunto de “*relatos de práticas de espaço*” que reinterpreta, continuamente, o espaço como prática significativa sobre “*nomes, símbolos...*”, o que é “*crível, memorável e primitivo*” nas paisagens ao longo desses caminhos.

Antes da construção de Brasília (1960) e das rodovias federais que abriram a Carinhanha para a Modernização Conservadora do Bioma Cerrado, o espaço agora incorporado ao PARNA-GSV.2 era frequentemente habitado/percorrido por gente que transitava entre o Nordeste Goiano (Vão do Paranã), parte do Vão do Urucuia (Formoso-MG) e o Norte de Minas (rumo ao porto fluvial de Januária na margem esquerda do São Francisco). Seja a pé, a cavalo ou com carro-de-boi, o Gerais entre os rios Itaguari e Carinhanha era, antes da BR-020, um trevo estratégico para o intercâmbio comercial (escambo) entre os produtos industrializados que chegavam do Litoral do Brasil e os produtos silvestres vendidos pelos moradores da Região da Trijunção, inclusive os Geralistas.

Entre os vários *Caminhos da Trijunção* (v. Apêndices E.4 e E.5) – parte deles rumo ao rio São Francisco – e por serem marcadores “fabricados” no (e pelo) imaginário geralista, listamos aqueles que na *gesta ambulatória*¹⁶³ estão relacionados a agora PARNA-GSV.2:

- *Caminhos de Januária*: estradas carreiras e cavaleiras para comunicação externa regional mediante uso de tropas ou carros-de-boi; promoviam as *Conexões Geraizeiras* TVP-TC-TVU-TPP; eles saíam de Goiás (Posse, Mambaí, Sítio d’Abadia, etc) e ligavam o “Gerais” a Januária. Um passava dentro do PARNA-GSV.2 rumo aos portos da Cobra (primeiro em uso) e da Onça (segundo em uso); outro caminho à margem esquerda do rio Formoso/Corrente, margeava o

¹⁶²Caleidoscópio é um aparelho óptico formado por um pequeno tubo de cartão ou de metal, com pequenos fragmentos de vidro colorido, que, através do reflexo da luz exterior em pequenos espelhos inclinados, apresentam, a cada movimento, combinações variadas e agradáveis de efeito visual. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caleidosc%C3%B3pio> – acesso: 30/1/18.

¹⁶³Baseamos aqui no Relato de Prática de Espaço, resultante de entrevista anotada em Caderno de Pesquisa de Campo, feita com um de nossos entrevistados, Seu João de Dona Esteva (pai do autor dessa pesquisa), oportunidade em que ele montou para nós a cartografia dos caminhos da Trijunção dentro e no entorno do PARNA-GSV.2.

perímetro setentrional dessa unidade de conservação, e seguia rumo direto ao Porto Cajueiro.

- *Caminhos de Casa*: estradas vicinais de uso doméstico (comunicação interna feita por pedestres, carreiros e tropeiros); ligavam casas e ranchos entre territórios residenciais ou entre estes e as pequenas cidades ou povoados que depois se tornaram municípios após a construção de Brasília.
- *Caminhos da Roça*: pequenos itinerários percorridos a pé entre a residência e os brejos esgotados, cultivados pelos pais de família e sua parentela;
- *Caminhos da Fonte*: pequenos itinerários, de uso particular (por uma, duas famílias, p. ex.); eram percursos a pé entre a casa e as fontes de captação de água para a residência (rio, vereda, olho d'água...).

As ramificações dos *Caminhos de Januária* explicam-nos a importância que cada lugar tinha para os Geralistas na sua cartografia. Nota-se pela leitura das entrevistas como essa parte do “Território Carinhonha” dialogava com os outros territórios regionais circunvizinhos: o Território Vão do Paranã (TPP), nomeado pelos Geralistas como “Goiás”, era o ponto inicial dessas conexões sendo, portanto, símbolo criador dos contatos dessas comunidades tradicionais com o porto januaense.

O trânsito constante dos Goianos passando pelas CTNC's ocasionava a oportunidade de estreitar laços afetivos e de camaradagem, fazer compras de mercadorias industrializadas em Januária, vender para lá os produtos do extrativismo local e da agricultura de subsistência praticada nas veredas da Carinhonha... Também conectavam os Geralistas com seus espaços míticos externos: o Território Pardo-Pandeiros (TPP), importante por sediar os Lugares de Cultos aos Santos Padroeiros, que eram mais frequentados. Serra das Araras e Vargem Bonita ficam aí situadas.

Nessa cartografia estruturadora de relações inter-regionais, o Território Vão do Urucuia (TVU), segundo a leitura das narrativas dos Geralistas, não tinha muita importância para eles. Exemplo disso é que nenhum de nossos interlocutores citou romaria com destino à Festa de Nossa Senhora da Conceição no distrito de Morrinhos, em Arinos, como opção de espaço mítico. É mais uma amostragem que depõe contra o *Habitus* Urucuiano: a Bacia do Urucuia estava conectada, sim, com os Geralistas, mas de forma periférica através de contatos ocasionais dessas comunidades com Formoso e Arinos, e se limitavam a situações fortuitas sem impacto estrutural no cotidiano delas.

Cada um desses quatro tipos de caminhos aqui descritos, ao instrumentalizar práticas de espaço na apropriação cultural do Sertão-Gerais, produzia (e produziu nas

narrativas dessa pesquisa – confira Capítulo III) uma cartografia emotiva particular que demarca/va espacializações igualmente sensacionais e distintas. Um desses caminhantes, Seu Antônio Inácio Correia, ex-residente do PARNA-GSV.2 que depois migrou para Januária, descreveu um desses itinerários.

Na Fase de Decadência do Carrancismo, ele, que trabalhou na Venda de Seu Praso, situada na bicentenária Fazenda Sumidouro (espólio de Firmiano José de Almeida, sogro do Patriarca Rafael Mendes), assim nos apresenta seu Relato de Prática de Espaço entre as Nascentes da Carinhanha nos interstícios com o PARNA-GSV.1:

O abastecimento dessa venda era feito em Januária. O dono da venda trazia de Januária. De Januária para lá o caminho era: Bonito, Vargem Bonita, passava perto de onde hoje é Chapada Gaúcha. Naquele tempo não tinha nada, nem estrada tinha. Só estrada de carro de boi. Descia no Rio Preto, subia, saía lá na Carinhanha, e ia para o Sumidouro, já era Formoso. Descia aquele espigão na cabeceira do Rio Preto, ali passava na Santa Rita do Rio Preto. Já lá no Rio Preto tinha estrada com ponte de madeira, e para o Sumidouro seguia em frente, seguia em frente. Saindo de Januária até lá em Bela Lorena, Sumidouro: atravessava Macaúba, Borrachudo, Catolé; daí pra frente virava mais pra esquerda, para pegar o rumo do Rio dos Bois. [...]. Botava aquela carga de mangaba no lombo do burro, o burro bravo carregava. [...]. E isso vinha aqui pra Januária. [...]. Goiano saía de Sítio da Abadia para vir aqui... Saía de Posse. Vinha para aqui porque a alternativa era Januária ou Anápolis. Januária tinha o porto [...]; era um mercado melhor. O porto era lugar pra comprar de tudo, vender de tudo por causa do movimento com a Bahia. Comprava rapadura, mangaba, esteira, comprava tudo. Trazia o café, tecido, casaco... Tudo isso aí vinha no vapor (RIBEIRO: 2010, p. 45-47).

Como se vê, o complexo viário Goiás-Januária é uma categoria de representação mnemônica indispensável para compreender as relações familiares, comerciais, socioambientais, entre outras, estabelecidas pelos Geralistas com o dito “Mundo de Dentro”¹⁶⁴ (Brasil litorâneo/“civilizado”) e com as demais comunidades circunvizinhas (os ditos Baianos, Goianos e Mineiros ou *Baiangoneiros*). Na Topogramática Geralista (v. PCL-7), o Sistema Logístico das Nascentes da Carinhanha se estruturava com base no tripé: *caminhos*, meios de transporte e pontos de passagem (portos e vaus¹⁶⁵ – v. Apêndices E.4 e E.5). Nesse sistema, o Gerais, suas chapadas e tabuleiros, são o principal elo da identidade territorial veredeira. Sua geomorfologia atua como topograma descritor das travessias por rios ou veredas da Trijunção e alhures.

É importante ressaltar que nessa cartografia emotiva, os vínculos socioaculturais com o Sertão-Gerais são insistentemente ressignificados, por exemplo, nas evocações

¹⁶⁴ Quando eu era criança em Formoso e quando passava minhas férias escolares na Vereda Canabrava nos anos 1970, sempre escutava a expressão “*Fulano foi aí pra dentro*” que, na Topogramática Geralista, significava deixar o Gerais e a Trijunção e viajar para cidades grandes, “desenvolvidas”.

¹⁶⁵ Na Topogramática Geralista: Porto é uma passagem com infraestrutura e maior movimentação de pessoas em contatos regionais; Vau é uma pequena passagem em curso d’-água para contatos domésticos.

históricas dos Geralistas aos pontos de passagem da Carinhanha e seus afluentes. O mais antigo deles é o Porto Cajueiro, localizado bem abaixo do PARNA-GSV e que servia, desde meados do século XIX, como principal elemento de georreferenciação de tropeiros, cavaleiros, pedestres e outros caminhantes que atravessavam a Carinhanha rumo ao porto januareense. A quase centenária Dona Carlota¹⁶⁶, durante a pesquisa de campo, nos relatou parte da épica gesta ambulatória sobre esse porto e sobre os contatos interparentais entre as famílias “cajueirenses” e aquelas que viviam dentro do PARNA-GSV.2.

A frequência desses contatos se dava não só pelas necessidades materiais (comércio no porto do Cajueiro), mas também porque parte das famílias geralistas (Barbosa, p. ex.) migrou de lá para as nascentes da Carinhanha. Na mesma época, o Porto da Cobra, que hoje serve de divisa na poligonal leste do PARNA-GSV, floresceu, sobretudo até a Revolução de 1930, como principal entreposto à montante do rio aqui citado. Daí em diante, o Porto da Onça (usado nas travessias regionais) e o Vau da Muriçoca (usado apenas para contatos domésticos entre moradores das duas margens), ambos nesse mesmo rio, assim como a Ponte da Damiana e o Porto de Maria Baiana (no rio Itaguari), todos hoje dentro do PARNA-GSV, foram (e são!) marcadores identitários importantes na socialização do espaço do Gerais como lugar praticado.

No PCL-8 onde as falas são todas de entrevistados que ainda moram dentro do PARNA-GSV, percebe-se que as lembranças sobre os comerciantes locais dentro do agora PARNA-GSV.2, é uma característica recorrente que comprova quanto era dinâmico o intercâmbio regional dessas comunidades tradicionais, desmontando a ideia de que esse Gerais era isolado, inóspito e distante. Comerciantes como Seu Prasdo e Seu Firme da Estiva atuavam como intermediários dos Geralistas entre Goiás e Januária.

Aqui o Gerais aparece como topograma transcritor das teias de relações econômicas nas quais a mangaba e a pena d’ema aparecem como elementos demarcadores do espaço-paisagem que se converte em espaço-lugar (território interativo) de vivências partilhadas ainda que transitórias como os portos e vaus. Essas passagens e estradas foram desativadas ou transformadas entre as décadas de 1980/90 no contexto de chegada da unidade de conservação. Mas a saudade delas permanece como marca viva dessa identidade dos Geralistas sempre que redesenham seus caminhos na *geografia imaginada* do PARNA-GSV.

¹⁶⁶ Cirila Gomes de Oliveira (nome civil).

PCL-7: Sertão-Gerais como Espaço-Travessia:

No Gerais as pessoas se locomoviam de carro-de-boi, a cavalo ou a pé (Entrevista 3.3.1-b).

Esse Gerais era movimentado. O meio de transporte era o carro-de-boi, cavalo, burro. Assim, a gente fazia o transporte para Januária. Tinha quem saía daqui de Posse, Goiás, e ia para Januária; de Damianópolis e Mambai para Januária. Saía com trela aí de trinta, sessenta burros; gastava aí trinta dias de viagem; tinha fazendeiro aí que levava cinco carros-de-boi, outro bocado de boi solto pra trocar mais na frente [...].Essas estradas de Goiás para Januária cortavam esse Gerais aí... Passavam primeiro no Porto da Cobra [e] no Porto do Cajueiro lá embaixo... (Entrevista 3.2.2-c).

... o Porto da Onça era uma passagem importante para quem vinha direto do Goiás (Entrevista 3.3.2-c).

O porto mais movimentado que conheci foi esse aí da [vereda] Onça. Saía uma tropa ou um carro [de boi] e chegavam outros; nele passavam boiadeiros, carreiros, tropeiros... [...]; e tenho uma pequena lembrança sobre o Porto da Cobra, que já não é do meu tempo. Eu ainda vi canoa lá, mas o povo já não [estava] passando mais por lá. Eu era criança quando [esse porto] foi desativado. E o Porto da Muriçoca só era usado mesmo pelos vizinhos para irem de um lado ao outro da Carinhanha. Lá não passavam boiada, nem carro-de-boi, nem tropa (Entrevista 3.3.1-a).

A Ponte da Damiana foi o primeiro vau no Itaguari bem antes de Maria Baiana. A Damiana já fica aqui perto do Formoso. É Ponte da Damiana porque lá morou uma velha escrava. Ela viveu ali e só teve uma filha: Henriqueta; e ela – descobri há pouco tempo – era minha parenta. Era filha de Damiana com meu bisavô João Peba quando ele ainda era solteiro (Entrevista 3..2.2-c).

PCL-8: Ícones de Marcação das Travessias nos Caminhos da Trijunção:

Seu Praso tinha comércio aqui. Ele morava aqui no Sumidouro [...]. Ele vendia de tudo; até remédio. Ele era do Piauí. [...]; tinha vezes aí, fim de semana, tinham sessenta cavaleiros aqui no Sumidouro [...] (Entrevista 3.2.1-a).

Seu Praso vendia tudo ali [...]. Ele tinha uma 'vendona' [...]. Ele comprava pele de veado, pena d'ema, mangaba, borracha... (Entrevista 3.2.1.b).

Pai tocava uma vendinha... Quando o carro-de-boi vinha de Januária carregado, ele passava na Carinhanha no feixe de buriti. Era sofrimento! Lá na Januária, pai [Firme da Estiva] comprava o sal, o café, o remédio, pano...; isso tudo aqui era difícil; o povo aqui era quase tudo fraquinho; só vivia tirando mangaba; era 'mangabando'. Os coitados aqui não davam conta de ir em Januária. Compravam na mão de pai (Entrevista 3.2.1-c).

4.2 – “SUJEITO GERALISTA” X “POVO/PESSOAL DO PARQUE”

4.2.1 – “Gerais” Épico: Origens da Territorialização Veredeira

A historicidade que precede a criação dos núcleos comunitários veredeiros – NCV (descritos no Capítulo I) é reconstruída pelos Geralistas por meio da invocação mnemônica que remete à formação sociopolítica dos lugares do PARNA-GSV e aos pioneiros da ocupação social deles. Esse processo de espacialização patrilínea está

associado à colonização das Nascentes da Carinhanha (margem esquerda) consolidada na segunda metade do século XIX. Ele ocorre em duas etapas: na primeira (antes de 1930) aparecem o que nomeamos como *Pioneiros Fundadores* (v. PCL-9): o Patriarca Rafael Mendes de Queiróz, na *Fazenda Rodeio-Canabrava* que foi auxiliado por Dona Maria Pereira de Brito (vulgo *Maria Bita*).

Maria Bita comprou parte do latifúndio dos Mendes, fundou a *Fazenda Cobra* e passou a controlar a navegação no porto de mesmo nome aí situado. O Porto da Cobra floresceu devido ao intenso comércio entre Goiás e Januária e até se tornou um povoado importante. A Fazenda Rodeio-Canabrava (v. Apêndice E.7) consolidou-se como polo colonizador do agora PARNA-GSV.2, vizinho à fazenda Bela Lorena dos irmãos Borges Carneiro (José e Joaquim, cunhados de Rafael Mendes cujo um dos filhos, João *Peba*, entre suas *Flâneries*, ali morou, por muito tempo, com eles na Vereda Traçadal).

Na segunda etapa (1920 – 1940), temos a presença de *Pioneiros Sucessores*¹⁶⁷ (quatro patriarcas): grupo composto por Antônio Brito de Oliveira¹⁶⁸ – *Seu Teotônio Bito* (no antigo povoado de Porto da Cobra; ele é sobrinho de D. Maria *Bita*); Firmino José Barbosa, *Seu Firmino da Muriçoca* (Clã Mendes-Barbosa) e pela dupla *Seu Aristides Mendes de Queiróz/Alberto Pereira Lisboa* – *Seu Albertão do Rodeio* (Clãs Mendes e *Bito*); e *Pioneiros Parceiros* (dois patriarcas aliados): grupo formado por *Seu Herculano Rodrigues de Souza* e Felipe José Barbosa – *Seu Felipe Mata-Onça* (Clãs Rodrigues e *Barbosa-Bito*). Esses pioneiros são identificados pelos Geralistas como “*Posseiros Velhos*”. Parte de suas descendências (v. Anexo 1.2 até 1.11) ainda vive dentro da unidade de conservação ou em municípios da zona de amortecimento: Formoso, Chapada Gaúcha, Sítio d’Abadia...

O surgimento de cada NCV foi condicionado ao entrelaçamento dessas quatro *Famílias Desbravadoras* (Mendes, *Bito*, Barbosa e Rodrigues) por meio de alianças matrimoniais (v. PCL-10) que criaram “*Redes de Reciprocidades*” no uso de terras comuns nas veredas e chapadas. Essas redes, por sua vez, deram origem aos primeiros “*Territórios de Ocupação Residencial*” assim definidos por Müller (op. cit., p. 92 – grifos nossos) como:

... aqueles onde a permanência, com o intuito de morar e viver, foi possibilitada pelo implemento de *Redes de Reciprocidades*, entre aqueles que

¹⁶⁷ Seu Firmino da Muriçoca e Seu Herculano Rodrigues são, respectivamente, avô paterno e tio-avô materno do autor dessa pesquisa. Firmino e Felipe eram primos conforme nos afirmou Seu João de Dona Esteva, em *Entrevista Anotada*.

¹⁶⁸ Não conseguimos nos certificar, em tempo hábil, o nome civil do Seu Teotônio Bito, embora esse foi o registro oral que a maioria de nossos entrevistados nos disse em *entrevista anotada* em nosso Caderno de Pesquisa de Campo.

neles vivem, baseadas principalmente pelo Parentesco, e a População de Entorno, proporcionando ao grupo o compartilhar de sociabilidades, história comum e mecanismos de solidariedade.

A origem dessas famílias e a fixação delas na Carinhanha, na Era do Carrancismo, é a bússola para se entender o processo de ocupação dessa parte do Sertão-Gerais. Mas não se deve buscar tal origem em cronologias da representação historiadora que desqualifica a sequência genealógica na posse desses territórios quando não há documentos em papel suficientes para sacramentar o reconhecimento cartorário.

Ricoeur (1994, p. 35-40, 54, 127-128), ao inferir que o tempo narrado é medido depois do fato ocorrido, defende que essa narração, ao descronologizar a história, traz à rememoração os vestígios que são “*imagem-impressão*” do que se passou e ficou “registrado” na memória coletiva. É a partir desse registro oral, passado de geração em geração, que postulamos uma outra concepção de origem e, com ela, a comprovação de posse dessas terras hoje dentro do PARNA-GSV.2. É essa origem, fora do “*tempo homogêneo*”, a base da teoria *benjaminiana* da história para territorializar os NCV’s:

... O termo ORIGEM não designa o VIR-A-SER daquilo que se origina, e sim, ALGO QUE EMERGE DO VIR-A-SER e da extinção [...]. Ou seja, não se trata do COMEÇO CRONOLÓGICO de algo, mas da INTERRUPÇÃO MOMENTÂNEA do VIR-A-SER na qual uma ideia se constitui, se apresenta e entra em repouso.. [...]. ... a ORIGEM não só remete a UMA OUTRA ORDEM OU TOTALIDADE, mas também que a TOTALIZAÇÃO não está de antemão garantida, e TALVEZ NUNCA OCORRA (MACHADO: 2004, p. 89, 105 – grifos nossos).

A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo: ela utiliza a massa dos fatos para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio [...]. ... os adivinhos que interrogavam o Tempo para saber o que ele ocultava em seu seio, não o experimentavam nem como vazio nem como homogêneo. Quem tem em mente esse fato, poderá talvez ter uma ideia de como o tempo passado é vivido na Rememoração: nem como vazio, nem como homogêneo (BENJAMIN: 1994, p. 231-2322).

Assim entendido, o Tempo da Narrativa Geralista é “cheio de lembranças” guardadas sobre a História dessas terras e seus pioneiros à esquerda das Nascentes da Carinhanha. Ricoeur (op. cit., p. 106) prossegue e conclui que a história como totalidade não-linear é uma tarefa heurística a ser continuamente (des/re)construída, inclusive por pesquisas como esta. Desta forma, agora podemos agrupar diversos elementos de representação mnemônica (v. PCL-9 e 10) e com eles entender o processo de territorialização dos Geralistas. Com base em estudos de Braz (1977), Correia (2002) e Mendes (2003) confrontados com as dezoito narrativas orais aqui reproduzidas, constatamos que parte dessas Comunidades Tradicionais Geralistas tem origem mineira (no caso do PARNA-GSV.1) e a maioria veio do Vão da Larga (localidade do Distrito

de Vargem Bonita, Januária-MG); outra parte é baiana (maioria no PARNA-GSV.2) e veio do Porto Cajueiro (família Barbosa é uma delas). Já as famílias Mendes, Rodrigues e “Bito” (Brito), que são mineiras com ramificações goianas em Sítio da Abadia ou Mambaí, se fixaram na margem esquerda da Carinhonha migrando de Formoso (espaço à direita do rio ora citado: fazendas São Pedro e Bela Lorena – reveja Capítulo I).

Com a morte dos fazendeiros Rafael Mendes e Maria *Bita* (ela não deixou descendentes) no período provável entre 1910 e 1930, as terras deles (v. Anexos 1 e 2) permaneceram sob controle das mesmas famílias e daqueles que nelas ingressaram por meio de novos casamentos (v. Fig -84 a 90). Com base nos documentos de “*pé de pau*”¹⁶⁹ e no respeito às faixas de domínio definidas pelos “*posseiros velhos*”, cada família ali continuou usufrutuária das terras que se tornaram de uso comum (v. PCL-11). Convertida em área devoluta ao longo do tempo, o direito consuetudinário assegura aos descendentes dessas quatro famílias e de outras que com elas se irmanaram, o status de herdeiros legítimos dessas terras incorporadas ao PARNA-GSV.

Dois fatores contribuíram para que a decadência dessas duas fazendas pioneiras – Rodeio e Cobra – desse origem aos primeiros núcleos comunitários veredeiros: um provável conflito (disputa de herança? Confira Item 4.3.1 desse capítulo) entre os seis filhos de Rafael Mendes após o óbito dele e uma epidemia apontada pelos Geralistas, provavelmente a *Gripe Espanhola*¹⁷⁰, que dizimou o Povoado Porto da Cobra e provocou o êxodo de seus moradores. As entrevistas 3.2.2.d/3.3.1.a (v. Capítulo III), ao mencionarem situações conflitantes entre Aristides Mendes e outros descendentes do Patriarca Rafael quanto ao uso comum de seu espólio, sinalizam a hipótese de dispersão parcial deles (João Peba e Tomásia), o que justifica o abandono gradual da velha fazenda que se tornou quase uma tapera, depois reorganizada pela família *Bito* (Seu Albertão nos anos 1940).

Como lugares de memória do PARNA-GSV, destacam-se pelo seu indiscutível e relevante interesse histórico, as taperas de Seu Albertão do Rodeio (em cima do latifúndio de Rafael Mendes com parte dos filhos); de Seu Herculano Rodrigues e Seu Felipe Mata-Onça, na margem direita da vereda Canabrava; de Seu Firmino da

¹⁶⁹ Expressão muito comum na Topogramática Geralista para se referir à compra de imóveis apenas com base na palavra empenhada, mas sem registro em cartório.

¹⁷⁰ A Gripe de 1918, frequentemente citada como *Gripe Espanhola*, foi uma pandemia do vírus Influenza que se espalhou por quase toda parte do mundo. Foi causada por uma virulência incomum e frequentemente mortal de uma estirpe do vírus Influenza A do Subtipo H1NE. Vitimando entre 50 e 100 milhões de pessoas pelo mundo (ou até 5% da população mundial), foi a pandemia mais letal até hoje registrada pela humanidade. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Gripe_espanhola_de_1918 - acesso: 31/1/18.

Muriçoca, na Vereda Comprida de Baixo; e de Dona Maria *Bita* e sua parentela no Porto da Cobra. Também os portos da Cobra e da Onça, o Vau da Muriçoca, a Ponte da Damiana, e a antológica sede da Fazenda Sumidouro (sede do sogro de Seu Rafael).

A relevância desses lugares proscritos pelo arbítrio estatal é, assim, destacada por Nora (1993, p. 7-28 – grifos nossos):

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de AURA SIMBÓLICA. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um RITUAL. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um LEMBRETE concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da LEMBRANÇA e sua TRANSMISSÃO; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número em uma maioria que deles não participou.

O plano de manejo da unidade de conservação deve conceber essas localidades como pontos de georreferência da memória coletiva dentro do PARNA-GSV.2. Elas são marcadores históricos emblemáticos da identidade dos Geralistas. São topogramas inscritores e proscritores da historicidade dos antigos territórios residenciais aí localizados: o NCV-Rodeio Canabrava e o NCV-Porto da Cobra, epicentros de onde se expandiu o povoamento que, mais tarde, daria origem ao NCV-Beira do Itaguari e Cabeceira da Taboca.

O Estado deve reparação material e moral a essas famílias desbravadoras quanto à indenização de seus herdeiros e à conservação desses lugares como Zonas Histórico-culturais do PARNA-GSV. A ritualização da “*aura simbólica*” sobre esses lugares de memória deve ser atrelada a um “*lembrete*”: o Estado apossou-se das terras de Rafael Mendes e Maria *Bita*, usurpando-as de seus legítimos herdeiros. Mais que indenizá-los materialmente, urge redimi-los, culturalmente, reconhecendo o Geralista como Sujeito Histórico do PARNA-GSV.

PCL-9: Comprovação de Ancestralidade sobre a História das Terras:

... na verdade aquelas eram terras...; tudo ali era dos herdeiros de Rafael Mendes [...]. Essas terras aí [da margem esquerda da Carinhanha, hoje dentro do PARNA-GSV]... elas tinham dono. A gente sabe. Era de Rafael Mendes; ele era o dono dali; ele vendeu uma parte delas para Maria “Bita”. Naquele tempo ninguém se importava com documentação de terra. Se fizesse um documento ali no ‘pé do pau’ já estava bom. Não registrava para documentar. Quando o dono morria, a descendência não tinha criatividade de organizar [os documentos]. Aí virou terra devoluta. Ficaram aqueles

posseiros velhos que moravam lá sem conflito de terra. Cada um respeitava o domínio do outro. Entre Canabrava e Jataí [por exemplo] era o domínio do meu avô Firmino [da Muriçoca]. Ninguém colocava fogo ali; ninguém derrubava mato sem falar com ele. Ele era o proprietário mais antigo dali. Ele tinha um documento dali. Não era um documento registrado, mas ele tinha (Entrevista 3.2.2-c).

Quando pai chegou aí na Muriçoca, só tinha Herculano [Rodrigues] e Felipe Mata Onça, [ambos] na Canabrava. E o mesmo Aristides [Mendes], que morava lá no Rodeio já bem mais pra cima. Com ele moravam lá também os irmãos: Zezinho [Rafael Filho], Benício... Desde que me entendi por gente já conheci Aristides cobrando renda lá do povo. O povo botava uma roça, um brejo, e ele vinha receber a renda. Mas eles não tinham nada lá. Só falavam que eram donos porque as terras lá eram do meu bisavô...; [...]; e meu avô falava que essas terras eram dele: aquelas terras todas desde o Porto da Cobra para cá até o Sumidouro [local da Venda de Seu Prásdo]. Só que não tinha documento na mão (Entrevista 3.3.1-a).

O primeiro morador do Rodeio foi Rafael Mendes; é o mais antigo dos que eu lembro. Daí [vieram] os filhos dele: Aristides Mendes, Zezinho Mendes [Rafael Filho], Benício Mendes... Todos moraram lá. Quando eu era menino, ainda conheci eles morando lá. O Zezinho morou ali aonde Compadre Alberto morou; Zezinho morou ali quando era solteiro, depois mudou para o lado de cima, ali onde está hoje Anísio Cabeça [...]. O povo falava que Rafael Mendes era dono daquelas terras. Meu avô [Gregório Rodrigues] comprou um direito ali, mas não tinha os documentos. Os Bitos também. Eram moradores velhos lá (Entrevista 3.2.2-d).

PCL-10: Parentesco e *Direito Consuetudinário* sobre as Terras do PARNA-GSV.2:

Lá na Cobra morava muita gente. Mas deu uma gripe braba lá; não estou bem lembrado se foi entre [19]16 e 18. O Porto da Cobra era um povoadozinho. Mas a gripe matou quase todo mundo. Morreu gente demais! Aí o povoado acabou. Depois voltaram de novo (Entrevista 3.2.2-d).

... é aqui [o entrevistado indica no mapa do PARNA-GSV que colocamos ao lado dele]; era bem aqui, que tinha o Povoado do Porto da Cobra. Não conheci, mas os mais antigos contavam que houve uma febre brava lá e acabou com esse povo. Aí morreram todos; parte dos que ficaram, mudou. Lá só ficou o Seu Antônio Bito e o finado Eusébio. Criaram as famílias na Cobra (Entrevista 3.3.1-a).

Maria “Bita” levou nós todos [para a cidade de São Francisco-MG]. Ela era minha tia; era irmã do pai de meu pai. Dona Maria “Bita” tinha muita relação lá; era rica! Ela tinha prédio; ela era tudo lá... [...]. O marido dela era ricão, ricão, ricão! Maria “Bita” morou na Cobra, sim. Ela foi prá lá quando o marido dela morreu. Ela então mandou tocar mil e tantas reses aí pra Cobra, para a Veredinha, Barra de Landim, isso tudo! (Entrevista 3.3.2-d).

Quando chegamos no Rodeio já estava tudo velho: era tapera. Meu marido comprou da viúva de Aristides Mendes [...]. Ele eu não conheci. Já tinha morrido...; até hoje tem tapera deles lá [...]. Aí meu marido organizou tudo de novo. Ele chegou, trouxe gado, montou venda [...], comprou carro e trator; ficou movimentando naquele mundão (Entrevista 3.3.2-d).

Seu Albertão [do Rodeio] e meu avô Firmino [da Muriçoca] eram líderes dessa região. Eram homens muito respeitados. [...]. As próprias comunidades de lá são prova disso... (Entrevista 3.3.2-a).

Meu pai é Herculano Rodrigues de Souza. Ele era daqui mesmo do Gerais, da Canabrava. Eu só estou lembrado de um avô dele, o Pedro Machado, que era pai da minha avó [Pia Fernandes de Jesus, que morreu em 1929]. Disseram que ele era índio (Entrevista 3.2.2-d).

Já minha mãe era filha de João Peba [João Mendes de Queiróz – filho do Patriarca Rafael Mendes] e Amância [Francisca] Correia [de Brito – família ‘Bito’]. Conheci o pai de mãe: era um velhinho branco, baixinho; morava no Traçadal [vereda], em Bela Lorena, [...], ali do lado direito da Carinhanha. Ele era daí [...] de dentro dessas famílias de Bela Lorena... (Entrevista 3.3.1-a).

PCL-11: Marco de Territorialização Comunitária das Terras no PARNA-GSV.2:

Eu não lembro de quem eram as terras do Gerais. Quem chegava, ia morando, fazia ali um rancho de palha de buriti. Ninguém sabia quem eram os donos daquelas terras (Entrevista 3.2.3-c).

Eu acho que essas terras do Gerais até pertencem aos Mendes. Na Cobra morou muito aquele povo dos ‘Bitos’. Mas a regra era essa: uns chegavam, se interessavam, botavam ali uma roça e ficava morando. Aí virava o dono. Ninguém sabia quem tinha documento dessas terras (Entrevista 3.2.3-a).

Rapaz! Nessa região aqui quem tinha uma escriturazinha na Fazenda Ilha [área de confluência entre o Ribeirão do Boi e a Carinhanha] era Maria ‘Bita’. Só essa escritura e mais ninguém. O resto era tudo vago. Aonde o camarada quisesse morar, ele morava (Entrevista 3.2.2-e).

Vocês podem ir lá à cidade de Carinhanha [BA] buscarem seus documentos porque nós temos o nosso [que é] de procedência aqui [...] porque nós somos proprietários; nós nascemos e fomos criados nesse lugar (Entrevista 3.2.1-a).

4.2.2 – Geolexicopédia Geraizeira: *Mimesis* como Ideia-Força da *Geraisificação*

Conceber o Geralista como um ator social histórico, protagonista de uma rica historicidade na territorialização do atual PARNA-GSV e seu Entorno enquanto *Lugar Habitat Ancestral*, é um axioma que se impõe às *Lutas de Representações* sobre a identidade dele em seu status de Nativo das Nascentes da Carinhanha no entre-fronteiras da Trijunção (interstício entre Norte-Noroeste de Minas, Oeste da Bahia e Nordeste Goiano). Essa identidade se forjou na apropriação comunitária da terra, na relação com a Natureza e a Sociobiodiversidade do Gerais, mas também por causa dos intercâmbios econômicos e familiares com o Norte de Minas, referencial acadêmico da Matriz Identitária Geraizeira.

Como decorrência desse conjunto de fatores histórico-culturais, a formação socioantropológica desse Sujeito Geralista sempre esteve, umbilicalmente, vinculada à essa Matriz Identitária. O processo dialético de *geraisificação* do PARNA-GSV implica, necessariamente, na articulação interdiscursiva contra-hegemônica para o

reconhecimento político e científico imediato desse axioma. Nogueira (2009, p. 15) apresenta sua cartografia para o espaço territorializado da Identidade Geraizeira:

Geraizeiros são os camponeses da porção de Cerrado no Norte de Minas Gerais bem como noutras localidades sobre as quais se estendem os Gerais, destacadamente o Noroeste de Minas Gerais e o Oeste da Bahia aonde essa alcunha ainda é corriqueiramente utilizada. Gerais, a grosso modo, pode ser aqui entendido como sinônimo de Cerrado.

Vimos até agora que o complexo viário Goiás-Januária serviu de vetor do sistema de logística dos Geralistas e ele desfaz a visão equivocada de que seus territórios tradicionais fossem inóspitos e isolados. Os contatos frequentes entre territórios interativos e residenciais da Carinhanha por meio dos diferentes *Caminhos da Trijunção*, percorridos a pé, de tropa ou carro-de-boi, revelam o dinamismo dessas relações tanto com a vizinhança quanto com o Norte de Minas, polo abastecedor de produtos industrializados consumidos pelos Geralistas em troca do que eles cultivavam ou extraíam.

O porto fluvial de Januária, tantas vezes invocado nas dezoito narrativas geralistas, era o ponto de ebulição daquilo que Bourdieu (2007) denominou de “*Economia das Trocas Simbólicas*”: um campo semântico atribuidor de sentidos às relações sociais e (des)encontros entre pessoas ou grupos distintos. É nesse ponto aí que parte do processo de resignificação dos vínculos socioculturais dos Geralistas com o Sertão-Gerais norte-mineiro se construiu e se manteve vivo na memória coletiva deles sempre que se reportam, recorrentemente, à Januária.

Benjamin (1994, p. 108-113) em vários textos, inclusive em “*A Doutrina das Semelhanças*”, traz-nos a *Mímeses* como síntese-tradutora desses intercâmbios resignificantes na “*Retórica da Caminhada*” Geralista em busca de suas origens, necessidades, utopias e identidade dentro do PARNA-GSV. Gagnebin (2005, p. 84-85, 96-97, 99-100 – grifos nossos) detalha-nos o conceito benjaminiano:

...a Mímesis designa um processo de aprendizagem específico do homem [...]. Ele repousa sobre a faculdade de reconhecer semelhanças e de produzi-las na linguagem... [...]. O homem é capaz de produzir semelhanças porque reage, segundo Benjamin, às semelhanças já existentes no mundo... As semelhanças não existem em si, imutáveis e eternas, mas são descobertas e inventariadas pelo conhecimento humano de maneira diferente... [...]. ..dois objetos são semelhantes quando apresentam um certo número dos mesmos traços... A atividade mimética sempre é uma mediação simbólica; ela nunca se reduz a uma imitação. [A Mímesis] tem uma importância fundamental para a Teoria da História [de Benjamin]. Trata-se de pensar um tempo histórico pleno, tempo da salvação do passado e, inseparavelmente, da ação política no presente [...]. O ressurgimento do passado no presente, a sua reatualização salvadora, ocorre no momento favorável, no ‘kairos’ histórico em que semelhanças entre passado e presente afloram e possibilitam uma

nova configuração de ambos [...], abrindo um caminho inesperado nas camadas do esquecimento.

Longe de ser mera imitação, a Mímesis Benjaminiana consiste sempre numa (re)configuração de diversos elementos que, ao interagirem com o modo de vida e as representações que fazemos dele por meio da linguagem, transforma a atividade mimética em ato criador de novos significados ou na própria ressignificação dos elementos dessa interação. Uma leitura atenta das narrativas geralistas, por exemplo, nos levam às lembranças das crianças do Sertão-Gerais.

Os brinquedos rústicos (bonecas de pano, carros-de-boi feitos de braço de buriti, cavalinhos ou bois feitos com frutos de jatobá e outras árvores) assim como as lições de uma educação familiar rígida que sempre invoca os pais e os antepassados como padrão de moral, são muito ilustrativos desse ato (re)criador. Da mesma forma, as geolinguagens utilizadas na Topogramática Geralista para se referirem ao modo de vida tradicional na Carinhanha, mesmo depois que saíram de dentro do PARNA-GSV, nos remetem à práticas de espaço e práticas culturais que mantêm a reprodução social de tradições ou costumes da época em que viviam dentro da unidade de conservação.

Há uma Mímesis Geralista subterrânea, porém vivificante, que norteia as geolinguagens deles com os outros e deles próprios com seus territórios e os modos de vida do Tempo do Parque. Mas ela permanece latente ou subjacente às representações historiadoras (v. Capítulo II). A faculdade mimética dos Geralistas só emerge das “*camadas do esquecimento*” quando há uma “*mediação simbólica*” entre o que eles permanecem fazendo ou falando, e as circunstâncias que favoreçam o reencontro entre passado e presente mediatizado pelo ato de lembrar que, a um só tempo, também é um ato (re)criador das relações que tinham e ainda têm com o Sertão-Gerais. Halbwachs (2003, p. 53, 59 – grifos nossos) nos explica como isso ocorre:

Nem sempre encontramos as lembranças que procuramos porque temos de esperar que as circunstâncias sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós [...]. Quando dizemos que a recordação de certas lembranças não dependem de nossa vontade, é porque nossa vontade não é forte o suficiente. A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes. Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato.

O Despertar dessa Mímesis Geralista se manifestou na maioria das narrativas aqui transcritas. Nelas reaparecem os elementos representativos de sua identidade – o vínculo orgânico com a Carinhanha está vívido – e a força que ela exerce para a permanência da categoria “Geralista” na Região da Trijunção. No PCL-12 nota-se,

contraditoriamente, que criatividade e nostalgia – dor pelo não-retorno ao cotidiano de outrora? – são marcadores determinantes para o autorreconhecimento crítico-saudosista dos Geralistas, tanto em relação à capacidade criadora de enfrentar e superar as adversidades do meio ambiente hostil quanto à invocação do Passado partilhado dentro do atual PARNA-GSV e que se presentifica na vontade de *mimetizar condutas* nos mesmos lugares onde viviam.

A “*reatualização salvadora*” desse Passado, de que nos falou Benjamin, se materializa, mimeticamente, no processo de resistência identitária dentro e fora do PARNA-GSV. À semelhança do que faziam nas veredas da Carinhanha, os Geralistas permanecem reproduzindo comportamentos e práticas parecidas com aquelas que desde crianças fizeram mediante aprendizagem transmitida pelos seus ancestrais pioneiros. No PCL-13, as falas são de quem ainda vive dentro do PARNA-GSV. São todas voltadas para evocarem a permanência dos Geralistas nas comunidades tradicionais Cajueiro e Estiva como espaços de luta por terra e territórios. Se dependesse apenas da vontade deles, o Viver na Carinhanha, mais que um sonho, é um compromisso permanente das gerações que ali viveram e daquelas que ainda virão para rememorem e se reencontrar nessa vivência mediada por lembranças ancestrais.

No PCL-14, temos duas imagens distintas, ambas introjetadas/projetadas por quem agora vive fora do PARNA-GSV, mas carregou o “Gerais” dentro de si: a primeira é evocada por moradores rurícolas do P.A Gentio-São Francisco e P.A Capão do Mel; a segunda por moradores citadinos ou periurbanos. O que elas têm em comum é a voz da resistência identitária mesmo diante da impossibilidade de retorno ao antigo modo de vida lá na unidade de conservação. Em ambas as falas, a atividade mimética comprova a força dessa Identidade Geraizeira, quer quando invocam a “*tradição roceira de pai para filho*” que é mantida por eles hoje, quer quando invocam um buriti plantado num fundo de quintal em área urbana de Formoso-MG ou um simples jardim na garagem da casa em Brasília como (de)marcadores identitários que, à semelhança da Carinhanha, os mantêm vinculados aos valores culturais do Sertão-Gerais.

Tanto no PCL-12 quanto no PCL-13, a Carinhanha é um marcador histórico de identidade, sendo ela, portanto, um topograma inscridor da reprodução de condutas e práticas culturais geralistas que remetem a ela como lugar-habitat. Já no PCL-14, que sintetiza o viver urbano e rural num só quadro, a Carinhanha é um topograma transcritor da Visão de Mundo Geraizeiro, pois, antologicamente, é uma imagem emblemática de

tudo o que os Geralistas disseram. O buriti e o jardim são, metaforicamente, o “Gerais” na cidade. Mais que esplêndido, isso é uma emoção inefável, síntese do indizível.

O conjunto dessas imagens e narrativas constitui o fundamento sociológico e antropológico que deve, com base no Discurso Cosmográfico dos Geralistas, servir de argumento na teia de relações e ressignificação do PARNA-GSV, não mais como espaço a-histórico (suposto templo edênico de “paisagens naturais”), mas como território de disputa semântica nas lutas de representações. Arguir a necessidade de um processo de *Geraisificação* dos estudos tanto sobre esta unidade de conservação quanto sobre os próprios Geralistas como Sujeitos Históricos das Nascentes da Carinhanha, é tarefa epistemológica a ser continuamente construída nas práticas discursivas sobre a Região da Trijunção e as comunidades tradicionais que aí viveram (e uns ainda vivem).

É na Mímesis Geralista que reside o cerne do *Tronco Ancestral* das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha para empreender a luta por terra e territórios, e também pelo direito cultural à preservação de suas memórias dentro do PARNA-GSV.

O controle sobre a terra (seja através de que mecanismo for) é sempre um aspecto estratégico na luta camponesa por autonomia e progresso, e as mudanças nas proporções entre homem e terra revelam, direta e indiretamente, a natureza e o ritmo do desenvolvimento rural (DER PLOEG: 2008, p. 73).

A *Mímesis Benjaminiana* propicia esse reencontro dialético entre Passado e Presente na medida em que problematiza, na rememoração verbalizada, os conflitos às vezes latentes na disputa por novas territorialidades, memória e identidade. Ela é ao mesmo tempo alegoria¹⁷¹ e símbolo de força da Identidade dos Geralistas na luta pela permanência deles como categoria de representação dos Núcleos Comunitários Veredeiros do PARNA-GSV (NCV). Ouvir cada Geralista com a sua fecunda faculdade mimética é um passo indispensável para escrever (e inscrever) a Geolexicopédia da *Geraisificação*, pois, sem essas lembranças individuais, as lembranças coletivas resvalar-se-ão para o vazio (HALBWACHS: op. cit., p. 80). Como conclama Benjamin: “*O Sujeito do Conhecimento Histórico é a própria Classe Combatente e Oprimida*” (1994, p. 228).

PCL-12: Autorreconhecimento Crítico-Saudosista da Matriz Identitária:

¹⁷¹**Alegoria** (do Grego: *Allos*: outro; *Agoreuein*: falar em público): (1) figura de linguagem frequentemente utilizada em Retórica. Ela produz a virtualização do significado, isto é, sua expressão transmite um ou mais sentidos além do literal. Exemplos: diz-se uma coisa para significar outra. Uma alegoria não precisa ser expressa apenas em texto escrito; pode também aparecer em linguagens não-verbais (pintura, escultura, etc); (2) modo de expressão ou interpretação que consiste em representar pensamentos, ideias, qualidades sob forma figurada. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alegoria> – acesso: 17/01/18.

Claro que sou feliz em ser geralista. É minha identidade. É o berço da gente; a gente não esquece. É a terra natal da gente (Entrevista 3.2.2-c).

O Geralista é um povo que pensa grandes coisas. O Geralista é um cara inteligente; ele não tem estudo, mas tem inteligência na cabeça. Ele sabe fazer qualquer coisa. O Geralista não é bobo. Quem nasceu no Gerais sabe trabalhar, sabe lutar, sabe se sacrificar. E isso eu acho importante. Podem me chamar de Geralista, que eu fico satisfeito, contente (Entrevista 3.2.2-a).

Eu tenho saudades lá do Gerais. Lá a vida era melhor. No Gerais a gente plantava sem precisar de adubo; tinha muita fartura de arroz, milho, feijão, muita galinha, o gado rendia o dobro. Hoje não tenho o gado que eu tinha lá no Parque. Hoje meu gadinho é pouco, vivo mais apertado. A terra do Gerais era melhor (Entrevista 3.2.2-f).

... queria que voltasse aquele tempo de novo para eu viver naquela bela fazenda da Muriçoca onde eu nasci e criei; lá é a minha raiz, é o meu sonho (Entrevista 3.2.2-a).

Sou do Gerais, mudei para cá, mas tenho saudade de lá. Quando eu lembro daquelas veredas, daquele varjão! Lá é bonito demais. A gente arreava o cavalo, saía naquele Geraizão; até hoje eu tenho saudade. Se perguntam: 'Você quer ir para o Gerais?', eu digo: 'Se pudesse, eu voltaria pro Gerais' (Entrevista 3.2.3-a).

PCL-13: Resistência Identitária dentro do PARNA-GSV.2:

Eu não tenho ideia de sair daqui... (Entrevista 3.2.1-a).

Eu gosto daqui; eu quero ficar aqui. Daqui eu saio para o cemitério que tem ali. Mas não sei; Deus é quem sabe. Eu não gosto de rua. Não quero morar lá! Lá eu só vou para comprar as coisas que eu não tenho aqui (Entrevista 3.2.1-b).

Você vê mesmo: os outros todos mudaram daqui. Eu tenho tanto amor no meu lugar velho aqui!!! Só o desgosto que eu tenho é só esse: querem me tirar daqui; é isso que vem estragando a gente. Não deixa a gente fazer uma cerca nem nada [...]. Tenho tanto gosto daqui que se não fosse essa tentação do Povo do Parque, eu nem falava de sair daqui (Entrevista 3.2.1-c).

PCL-14: Resistência Identitária fora do PARNA-GSV:

Eu acho importante [estar aqui no Assentamento Gentio-São Francisco] porque aqui eu imito o Gerais. Por isso, eu não quis ir para a cidade. Muitos foram e eu fiquei aqui. Eu falo: 'Eu vou criar meus filhos na roça; eu gosto é da roça'. Aqui eu crio meus cavalos; crio minhas vacas; tiro meu leite aqui no curral para eu beber, fazer um queijo, dou para um amigo que chega na minha casa. [...]. Isso foi o que pai passou para nós. Foi de pai para filho. Hoje eu passo isso para os meus filhos também (Entrevista 3.2.2-f).

A gente vem continuando a mesma tradição que tínhamos lá no Gerais. O costume da gente era aquele. Não podemos fugir dessa tradição. É o que nós aprendemos a fazer. Aprendemos a viver tendo a vaca de leite, porco no chiqueiro igual eu tenho ali. Se a gente nasceu naquilo, mesmo que a gente queira sair, não dou conta. Dou continuidade à minha tradição (Entrevista 3.2.2-c).

Aqui [no assentamento Gentio-São Francisco] estou achando melhor. Estou gostando. Aqui é meio parecido com o que eu estava vivendo lá na Estiva. O

brejão verde! O buritizal! É o mesmo que eu estava vivendo lá. Então, me consolo, me conformo (Entrevista 3.2.2-e).

Esse jardim aqui [indica o espaço ao lado da garagem em Brasília] me dá lembrança de lá das roças, dos brejos do Gerais. É aqui que eu fico muitas vezes sentada, olhando e lembrando do Rodeio; o pensamento volta todinho para lá. É uma coisa incrível esse meu jardim (Entrevista 3.3.1-b).

Então, Tião... [marido dela; os dois se dirigem ao fundo do quintal do lote na cidade de Formoso-MG para terminar a entrevista]: esses pés de buriti, essas plantações que a gente trouxe de lá do Gerais, são uma forma de nós trazermos [para a cidade] um pouco da vida que tínhamos lá. Tudo o que nós temos aqui [no quintal] me lembra o lugar onde eu fui criada. Lá no Gerais a gente tinha tudo isso (Entrevista 3.3.2-c).

4.2.3 – Topofilia e Geraisificação no PARNA-GSV

A Topofilia – explica-nos Tuan (2012, p. 161, 28, 135-136) – “associa sentimento com lugar [...] como produtor de imagens” porque sem elas, isto é, “sem objetos e sem fronteiras, o espaço é vazio. É vazio porque não há nada para ver, embora possa estar cheio de vento”. A topofilia é a leitura sinestésica da relação bucólico-amorosa entre Cultura e Território quando o homem submerge ao telurismo e daí se irmana no espaço com os objetos e as pessoas que nele fixam morada. Ela inclui “*todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material*” e cada lugar é um “*veículo de acontecimentos emocionalmente fortes percebidos como um símbolo*”. Neste sentido, retomamos o “Paisagem e Memória” (SCHAMA: op. cit.) para, enfaticamente, estatuir que toda paisagem, dita “natural”, é, antes e sempre, uma paisagem incorporada ao imaginário social no inconsciente coletivo¹⁷² de quem ali viveu em algum período histórico e a transportou para a sua “*gesta ambulatória*”.

O Discurso Cosmográfico Geralista, em seu apelo desesperado à topofilia dentro do PARNA-GAV, problematiza, como veremos mais adiante, as transformações socioespaciais ocorridas em seus lugares habitats entre as Nascentes da Carinhanha no contexto da Modernização Conservadora do Cerrado. E de seus argumentos surgem reações surpreendentes. Tuan (op. cit., p. 144) destaca, ainda, que “*a consciência do Passado é um elemento importante no amor pelo lugar*”. A percepção que temos da espacialização de um lugar passa, obviamente, por sua historicidade. E daí, segundo o mesmo autor, nasce a distinção *topogramatical* entre quem nasce ou mora nele, e aqueles que apenas o contemplam:

¹⁷²Inconsciente Coletivo, conceito junguiano, é a camada mais profunda da psiquê. Ele é constituído pelos materiais que foram herdados, e é nele que residem os traços funcionais, tais como imagens virtuais, que seriam comuns a todos os seres humanos. O inconsciente coletivo também tem sido compreendido como um arcabouço de arquétipos cujas influências se expandem para além da psiquê humana. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Inconsciente_coletivo - acesso: 2//2/18.

O Visitante e o Nativo focalizam aspectos bem diferentes do Meio Ambiente. Em uma atividade tradicional estável, os visitantes e as pessoas de passagem constituem uma minoria da população total; suas visões do Meio Ambiente não têm, talvez, muita importância. [...]. Ao contrário, o Nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade do seu Meio Ambiente (TUAN: op. cit., p. 96).

A imersão sentimental dos Geralistas (por meio de suas narrativas) nas paisagens da Carinhanha, mais que o reencontro com o passado, busca presentificá-las, não como lugares de memória congelados em fotos de parede, e, sim, como possibilidade de retorno a elas. Um retorno simbólico que visa ressignificá-las, continuamente, reposicionando-as como marcadoras de sua identidade. A criação do PARNA-GSV, antecedida por um longo processo de desterritorialização, consolidou o que já estava em curso: a conversão desses Lugares Habitats em Lugares Antropológicos.

Segundo Augé (1994, p. 71-110), “*o lugar se completa pela fala*”, pois dela “*nasce a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores*”. O lugar, portanto, sendo um produto geolinguístico, é instrumentalizado nas práticas de espaço, convertendo-se em sucessivas mutações semânticas que renomeiam o vocabulário topográfico nativo conforme interesses de cada momento impostos por grupos que reinventam territorializações e reinterpretem sua *geolexicopédia*. É nesse contexto que nasce o lugar antropológico. Augé acrescenta: “*incluímos na noção de lugar antropológico a possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam, e da linguagem que o caracteriza*”. Daí resulta que todo lugar é identitário, relacional e histórico.

Em outras palavras, enquanto a identidade vincula lugares e pessoas num espaço, a relação, que é mediadora desses vínculos, cria, renomeia ou redefine percursos e discursos sobre essa identidade. E, assim, “*o lugar antropológico é histórico na exata proporção em que escapa à História como ciência*”, pois “*o seu habitante não faz história, vive na história*” (AUGÉ: op. cit., p. 52-53). Dito de outro modo, esse é o lugar onde se constrói ou modifica a vida presente e se faz novas leituras (quase sempre ideologizadas) da sua espacialização, não para tomá-la como referencial, mas para criar no mesmo lugar uma “nova história”: o Território *Palimpsesto* (releia Item 2.1.2 dessa Pesquisa), aquele no qual se sobrepõem sucessivas camadas de esquecimento sobre quem o habitou antes para nele evocar apenas quem agora é o agente transformador do mesmo espaço.

O conflito etimológico sobre se as Nascentes da Carinhanha são um lugar habitat ou um lugar antropológico, é problematizado pelos nossos Interlocutores Geralistas:

Gerais mesmo: esse que é aprovado! Eu acho que Sertão não é lugar, é um espaço (Entrevista 3.2.2-e).

Eu acho Gerais diferente de Sertão. Sertão pode ser o mundo inteiro. Gerais é uma área aberta (Entrevista 3.2.2-f).

A expressão eponímica “Parque Nacional Grande Sertão Veredas” é a síntese binária desse conflito. A disputa semântica nas *lutas de representações* sobre a identidade dos Geralistas passa pelo questionamento das leituras que se fazem sobre os lugares por eles antes habitados e sua toponímia vernacular. E essas leituras não podem ser dissociadas do binômio Cultura-Território como síntese demarcadora da espacialização dos Núcleos Comunitários Veredeiros tantas vezes evocados na Geolexicopédia dos nativos da área convertida em PARNA-GSV.

“Sertão” e “Veredas”, aparentemente, são sinônimos no Discurso Roseano, porém, vereda não substitui Carinhanha nem Gerais como categoria-una de representação identitária. Vereda é apenas um elemento subsumido na categoria Carinhanha-Gerais, como já vimos. Ao diferenciar Gerais de Sertão, redefinindo o primeiro como *lugar aberto* (portanto, livre, vago), e o segundo como *espaço* (“*mundo inteiro*”, sem dimensão identitária específica), os Geralistas concluem, pelos seus critérios topofílicos, que Carinhanha e PARNA-GSV são conceitos incompatíveis. Tal incompatibilidade se ressignifica por si mesma: Gerais é lugar habitat dos Geralistas, berço de sua Cultura Tradicional; PARNA-GSV (Sertão), é sinônimo de ausência de gente, êxodo, lugar antropológico, transumâncias.

O acrônimo PARNA-GSV é tão somente a senha de onde partimos para mostrar que o conjunto de transformações histórico-espaciais e socioculturais que culminaram com a instalação dele, em 1989, é revelador daquilo que antes qualificamos como *Cerrado-Gerais*: uma antinomia interdiscursiva que “funde” EFA-1, EFA-2 e EFC. Essas transformações trouxeram mudanças que impactaram a Identidade Geraizeira entre as Nascentes da Carinhanha; e elas são aqui questionadas pelos próprios Geralistas (cfe. Apêndice E-9).

No PCL-15, o binômio Eucaliptocultura/Sojicultura aparece como elemento marcador da grilagem das terras de uso comum no Sertão-Gerais no período 1975-1990, precedendo, portanto, a criação do PARNA-GSV. O Direito de Posse é reinterpretado pelos grileiros: ao comprarem uma, duas posses, em determinado lugar entre as

Nascentes da Carinhanha, os demais “posseiros” (Geralistas) são violentamente expulsos, provocando êxodos subsequentes. As expropriações determinaram o início da desterritorialização das comunidades tradicionais aí residentes. E o PARNA-GSV completou esse ciclo de deslocamentos dos Geralistas: a *Diáspora Baiangoneira*.

No PCL-16, a fala dos Geralistas serve-nos como argumento enunciador para problematizarmos a *Geraisificação*: tradicionalmente, o Fogo foi um dos quatro elementos da Natureza usado como prática cultural nas roças dos Geralistas sem causar grandes danos ao Meio Ambiente enquanto a Água, sinônimo de fartura como já vimos, é um marcador identitário que permeia toda a relação deles com a Carinhanha-Gerais. A chegada do PARNA-GSV provocou a dissociação desses marcadores da *Geraisificação* desse espaço: botar fogo virou sinônimo de repressão aos moradores nativos enquanto água virou parâmetro de defesa da Natureza.

Observa-se no binômio fogo-desmate que os Geralistas contestam esse discurso ao afirmarem que essa prática combinada, antes sempre feita em pequena escala, não provocava a falta de chuva como ocorre agora depois de criada a unidade de conservação. O Sertão-Gerais, com a chegada do PARNA-GSV, deixa de ser um marcador histórico e topograma inscriitor de identidades locais, para converter-se, na geolinguagem da Política Ambiental, em marcador vivo (o Gerais vira Sertão?) e um topograma descritor das representações do Cerrado (e não da historicidade de seus lugares na Carinhanha). É a visão do Poder Público e de boa parte dos ambientalistas.

No PCL-18, é possível constatar a presença do binômio Repressão-Injustiça quando os Geralistas criticam, veementemente, o confuso e inacabado processo de regularização fundiária do PARNA-GSV¹⁷³ cujas pendências nunca foram definitivamente resolvidas pelas políticas ambientais executadas dentro da unidade de conservação. Também no PCL-17, os Geralistas identificam os dois grandes problemas por eles enfrentados na atualidade, além da falta de indenização pelas terras tradicionais que ocupavam: o binômio Seca/Cerca aparece como marcador (“MF”) da problemática social e ambiental resultante dos sucessivos processos de desterritorialização sem políticas públicas que garantissem a eles a sustentabilidade cultural e socioeconômica do seu modo de vida tradicional.

Os cercamentos – isso inclui cercas e estradas como demarcadoras de espaços – das pequenas propriedades onde vivem atualmente fora do PARNA-GSV (v. Fig -

¹⁷³ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022009.pdf> - acesso: 28/1/18.

105/106) assim como a falta d'água são apontados como impactos decorrentes dessas reterritorializações em caráter precário como já constatou Martins (2011).

No PCL-19, que retrata a fala de Geralistas residentes em área urbana, a visão sobre a chegada do PARNA-GSV contrasta com estas até aqui comentadas e que expressam a visão dos nossos interlocutores rurais. Para os Geralistas reterritorializados em cidades vizinhas à unidade de conservação, constata-se o que nomeamos como *Recepção Dualística* ao PARNA-GSV.

De um lado há quem preconize que a unidade de conservação acentuou o êxodo rural e isso afetou a identidade cultural dos Geralistas. De outro, há quem conceba o PARNA-GSV, não em sua dimensão desterritorializante, mas na dimensão idílica, vendo-o como paraíso selvagem: os pássaros da Fazenda Rodeio-Canabrava (sede do Patriarca Rafael Mendes), representados tanto na beleza do canário amarelo quanto no canto mavioso do sabiá são a alegoria evocatória da liberdade que os Geralistas tinham (e agora não têm) quando viviam no Gerais. Alegoricamente, é o pássaro fora da gaiola e o Geralista enjaulado entre secas anuais e cercas no entorno do PARNA-GSV.

Metáfora antagônica da expressão *Cerrado-Gerais* (Desterritorialização X NCV), o PARNA-GSV, mais do que traduzir a vitimização dos Geralistas sensibilizados em decorrência dos impactos causados pelo conjunto de transformações histórico-espaciais e socioculturais nas Fronteiras da Trijunção, ele é o instrumento de releitura pedagógica da *Geolexocopédia Geraizeira* sobre a relação Homem-Natureza entre as Nascentes da Carinhanha. Parte desses impactos foi aqui problematizada pelos próprios Geralistas, o que mostra a necessidade de que esse confronto dialético entre as categorias “*Sujeito Geralista X Povo/Pessoal do Parque*” deva ser compreendido dentro da perspectiva histórica sugerida por Tuan (1983, p. 216-217 – grifos nossos):

Quando um povo deliberadamente muda seu ambiente e sente que controla seu destino, tem pouco motivo para sentir saudade. As sociedades históricas não precisam estar voltadas para o Passado, podem ser fundadas para preservar materiais que marcam as etapas de um crescimento tranquilo e que apontam para o futuro. Quando, por outro lado, um povo percebe que as mudanças estão ocorrendo muito rapidamente, rodando sem controle, a saudade de um Passado Idílico aumenta sensivelmente [...]. O entusiasmo pela preservação nasce da necessidade de ter objetos tangíveis nos quais se possa apoiar o Sentimento de IDENTIDADE.

Esse sentimento de identidade, que permanece tão vívido no Imaginário Social Geralista, graças à sua forte topofilia com o Sertão-Gerais, é a senha para o diálogo de saberes¹⁷⁴ (Ciência + Cultura Tradicional) no entendimento sobre o futuro do PARNA-

¹⁷⁴ Sobre Diálogo de Saberes, conceito de Enrique Leff, consulte: LEFF (In: PHILLIPI JR. et. al.: 2000, p. 44-48).

GSV e sobre a *Comunidade de Destino Geralista*, hoje dispersa fisicamente em diferentes lugares antropológicos. Apesar dessa diáspora, ela se mantém unida e irmanada pelos laços indissolúveis tecidos por sua rica memória coletiva. É essa consciência de pertencimento às Nascentes da Carinhanha, o argumento norteador de qualquer problematização sobre a *Geraisificação* do PARNA-GSV, pois, segundo Benjamin (1994, p. 225), “*nunca houve um monumento da Cultura que não fosse também um Monumento da Barbárie*”. O PARNA-GSV, por conseguinte, não pode, em nome da preservação da Natureza, *barbarizar* a Identidade Geraizeira de quem ali estabeleceu seu pacto simbólico com as paisagens daqueles lugares hoje engolidos pelo anonimato prescrito no plano de manejo vigente.

PCL-15: Expropriação das Terras Comuns dentro do PARNA-GSV:

No Gerais todo mundo queria ser dono (Entrevista 3.3.1-a).

Antes do Parque, foi chegando muita Gente de Fora, comprando posse, dizendo que era dono de tudo. Ficamos assustados, com medo. O povo foi mudando. Isso ajudou [influenciou] muito porque o pessoal chegava ali, comprava aquelas posses para fazer plantação de eucalipto e pinho; comprava tudo baratinho! Comprava de um e corria com os outros, que tinham de ir embora. Aí foi ficando todo mundo com medo e foi saindo fora. Aí o Parque chegou, começou a ficar apertado (Entrevista 3.2.2-f).

Essa firmas foram comprando as posses do povo; entravam na terra com aquele direitinho de posse, e assim iam fazendo escritura. O direito de posse virou o verdadeiro, uma garantia, igual a uma escritura. Então, quem comprasse algum direito de posse, tinha direito na área. Eu fiz assim também (Entrevista 3.2.2-e).

Na beira da Carinhanha e no Vieira, foi quase tudo vendido para essas grandes empresas [de pinho e eucalipto]. Elas receberam incentivos com empréstimos do Banco do Nordeste. Isso incentivou a entrada dos grileiros. Compravam uma posse ali, outra acolá. Assim, foram criando domínio ali [...]. Eu lembro que quando os Caiados grilaram aquela área lá [na Canabrava], chegaram em nós lá – os grileiros deles, os corretores – e falaram: ‘Olha, se vocês não venderem para nós... os Caiados, vocês conhecem: eles são valentes; eles vão tomar conta daqui e vocês vão ficar aqui debaixo dos pés deles; eles matam, fazem e acontecem’ (Entrevista 3.2.2-c).

A grilagem pressionou o pessoal; o povo foi saindo; pegou o ouro e deu para os outros; [...]. Hoje estão sofrendo. Eu fui vítima disso também (Entrevista 3.2.2-a).

Os Gaúchos fizeram lavoura. Nosso gado ia atentar eles nas lavouras. E eles falavam: ‘Olha! Você tira o seu gado senão nós matamos e comemos’. E não tinha choro. A lei era essa mesmo: tivemos que cercar a terra para criarmos o gado (Entrevista 3.2.2-e).

PCL-16: O PARNA-GSV como Lugar Antropológico:

Esse Povo [do Parque] não aceita mais botar fogo, fazer um roçado, botar uma roça... (Entrevista 3.2.1-c).

Se derrubar, eles [Pessoal do Parque] falam que estamos destruindo a Natureza. Não pode derrubar beira de rio, cabeceira e nem brejo. Nada! Eles falam que não chove mais por causa do desmate, mas é porque falta chuva mesmo. Antigamente tinha desmate de todo jeito e chovia bem; e agora, depois que está preservando aqui, não chove (Entrevista 3.2.2-b).

PCL-17: Limites entre Lugares Antropológicos:

A vida no Gerais era melhor. Eu achava melhor. Era sofrido, mas era melhor. Era um sofrer alegre. A gente criava porco, carneiro, cabra, o gado... Tudo solto. No Gerais não tinha cerca. Aqui [na Comunidade do França] é cercado, tudo preso [...] (Entrevista 3.2.3-b).

Hoje aqui no assentamento [Gentio-São Francisco] é tudo cercado, cada um criando no que é seu, é todo mundo prendendo tudo; aqui tem que ter pasto, ter cana para plantar. A vantagem do Gerais é que lá a gente criava o gado solto; o gado rendia mais (Entrevista 3.2.2-f).

Eu tenho saudade de onde eu morava lá no Parque porque o Gerais era vago, os bichos [criações domésticas] podiam andar para tudo quanto era canto; lá era aberto. Aqui [na Comunidade do França] é tudo cercado, terrinha pouca, tem de criar pouquinho mesmo (Entrevista 3.2.3-c).

A questão da água é a diferença que nós temos em relação ao Gerais. Lá nós tínhamos muita fartura de água, tinha muito peixe. E hoje temos escassez de água (Entrevista 3.2.2-c) ZÉ NEVES

... hoje é difícil ver uma caça na beira do rio. Se você disser que vê ao menos um rastro de paca, está mentindo. Acabaram com os peixes, os animais, as capivaras...; a água na Carinhanha baixou. O rio quase secou. A Carinhanha está virando um córrego, você está vendo lá. Olha o jeito que ela está lá agora?!? De agosto para setembro, fica só uma aguinha (Entrevista 3.2.1-c).

Eu gosto muito desse Gerais porque aqui é sadio; aqui é rico d'água; a água está aí. E tem lugar aí que o cara está passando é sede, bebendo porqueira, bebendo a água velha, choca; e aqui a água nossa é mineral (Entrevista 3.2.1-b).

Aqui [na Comunidade França] é mais diferente do que lá. Lá [na Carinhanha] tem muita água, tem tudo. Tem buritizal, xiriri, muita água, peixe... Aqui falta água. Não é como lá que tem muita água. Ninguém não comprava. Tinha fartura de horta. Eu tinha era para vender, não era para estar comprando como estou hoje. Hoje é só 'do compra'. Lá eu tinha era para dar aos meus vizinhos (Entrevista 3.2.3-b).

Eu lembro de tudo lá da Carinhanha. Eu lembro daquele buritizal, daquelas "varjonas"!!! A gente olhava, enxergava longe, longe... Lá era bom demais. Aqui ninguém não vê buriti; não tem nada, só um matinho. Xiriri tinha demais; já aqui não tem. Lá nós tínhamos muita água. Aqui está é secando tudo. É um sequidão danado! (Entrevista 3.2.3-c).

PCL-18: Pendências Fundiárias dentro do PARNA-GSV:

Nunca fui indenizado; eu cheguei até a discutir com eles; foi um caso sério. Eles falaram de me prender [...]. Logo que surgiu, o Parque foi incomodando o pessoal. Eu vi gente saindo de lá algemada. O Pessoal do

Parque fazia isso. E os fiscais do Parque até hoje são os mesmos [nativos] do lugar: autoritários! (Entrevista 3.2.2-c).

Ele [Seu Praso] comprou [a Fazenda Sumidouro] dizendo que era Terra dos Mendes, e quando ele morreu ficou para o genro dele. Aí ele vendeu para a firma de Antônio Luciano, lá de Belo Horizonte. Só que quando eles foram legalizar o documento, eles não conseguiram porque o cara que vendeu para Plácido era daquela família de Davi [filho de Aristides e neto de Rafael Mendes de Queiróz]. [...]. A terra que tinha aqui era dos Mendes [...]. Aí eles perderam a terra por causa disso (Entrevista 3.2.1-a).

Eu posso sair daqui, só que só saio daqui se vocês me pagarem porque no Parque de lá [PARNA-GSV.1] vocês tiraram o povo foi com agressão (Entrevista 3.2.1-a).

PCL-19: *Recepção Dualística sobre a Chegada do PARNA-GSV:*

A chegada do Parque causou um impacto muito grande e negativo porque ele mudou a Cultura em geral, sobretudo os costumes e hábitos locais do passado; obrigou nossas comunidades a irem para as cidades (Entrevista 3.3.2-a).

... o Parque foi importante porque ele está preservando a Natureza contra o fogo e desmate das árvores; os animais agora ficam quietos e não se queimam os ninhos dos pássaros. Quando morávamos lá no Rodeio, lembro que havia muito daquele canário amarelo. Quanto belo é ele! Também a beleza do canto do sabiá. Então, o Parque para mim é preservação. O Parque deu moradia para as pessoas no assentamento [Gentio-São Francisco]. Cada um tem lá seus cinquenta, sessenta, oitenta hectares de terra. Não é aquela vastidão de terra que tinham antes e que queimam tudo. Muitos que são contra o Parque é porque não podem mais praticar a caça fora do tempo, pesca fora do tempo, além das queimadas que atingiam diretamente a Natureza (Entrevista 3.3.2-c).

4.3 – RASTROS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

4.3.1 – “Gerais” Sa(n)grado: Imaginário Social e Saber Ambiental

O Espaço do Sagrado é, em essência, a dimensão imaterial onde reina o Símbolo cuja acepção o define como objeto dinâmico dotado de significado próprio dentro do contexto cultural no qual é interpelado e assimilado. Ele prevalece sobre a imagem e a ultrapassa como elemento referente porque pode “*conter uma pluralidade de interpretações [...], representa o Real ou tudo aquilo que é indispensável para os homens agirem ou pensarem*” (LAPLANTINE e TRINDADE: 1997, p. 13-14).

As representações mnemônicas presentes no Discurso Cosmográfico dos Geralistas estão repletas de *Símbolos Interlocutores* que sintetizam boa parte da relação deles com a Natureza da “Carinhonha-Gerais” e com o Sobrenatural. Mendes (2002, p. 533-534) já destacou quanto rico é esse imaginário geralista ao tratar das lendas “*Caboclo d’Água*”, “*Bode Preto*” e “*Onça Borgi*” como pertencentes ao inconsciente coletivo de quem vivia (ou ainda vive) dentro do PARNA-GSV.

Laplantine e Trindade (op. cit., p. 25, 27-28, 41, 77-78) explica que:

O Imaginário faz parte da Representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida... [Essa] representação imaginária está carregada de afetividade e de emoções criadoras e poéticas [...]. Como processo criador, o Imaginário reconstrói ou transforma o Real[...]. [Ele] rompe com as fronteiras do tempo e do espaço... [e] é construído e expresso através de símbolos... [...]. Em suma, o Imaginário não é a negação total do Real, mas apóia-se no Real para transfigurá-lo ou deslocá-lo criando novas relações, no aparente Real.

Esse processo de transfiguração não cronológica (essa é uma tese de Benjamin) da realidade social se manifesta ou se movimenta intensamente dentro do que Tuan (1983, op. cit., p. 96-112) denominou *Espaço Mítico*. Trata-se de um espaço de dimensão imprecisa onde “mora” o desconhecido que se ritualiza como cognoscível dando-nos “*sentido de orientação*” pragmática. Ele é “*o espaço mítico irredutível de cada homem*” e “*funciona como um elemento de uma visão de mundo ou cosmologia*”. Nele “*a terra é o corpo humano em grande escala*” e tem fisiognomia como os indivíduos. E por meio dessa fisiognomia, a Terra “fala”, isto é, “*organiza as forças da Natureza e da Sociedade, associando-as com lugares significantes dentro do sistema espacial*”. Esse Espaço Mítico, prossegue o autor, “*é um construto intelectual; é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas*”.

O Espaço Mítico Geralista é constituído de um imaginário social com raízes profundas fincadas nas barrancas e veredas da Carinhanha. Sua cosmologia povoa paisagens e mentes dos moradores do Sertão-Gerais, mesmo depois que saíram do PARNA-GSV. A mitificação geralista começa com a escrava Damiana, tótem eponímico que marca toda a historicidade entre as Nascentes da Carinhanha. Como ressalta Tuan (op. cit., p. 147), “*o Mito de Origem narra a maneira como os primeiros ancestrais através de suas ações prepararam a terra para o homem habitá-la, como eles providenciaram os recursos naturais e mudaram a paisagem*”.

Damiana, negra barranqueira e januarense, foi trazida por dois cunhados do Patriarca Rafael Mendes. Talvez um pouco antes ou após a Lei Áurea (1888), ela fixou-se no rio Itaguari. Ali ficou famosa e até virou nome de cidade goiana no decênio de 1960: *Damianópolis*. Esse *mito-verdade*, “*história-lenda*” ainda corrente no Imaginário social, é recontado pelos descendentes de João Peba, um dos filhos de Seu Rafael:

Eu não conheci a Damiana, só a filha dela: a tia Henriqueta. Só ou/vi a fama de Damiana. Tem duas pontes com o nome dela: tem essa aí no Itaguari cá em cima e outra lá embaixo [também no mesmo rio], na linha de Mambá para Januária, que é também chamada de Ponte do Zé de Gustavo. Henriqueta era filha de Damiana com o meu avô João Peba. Essa Damiana foi escrava trazida lá de Januária por esse povo aí da Bela Lorena [os irmãos Borges Carneiro, genros de Silvério Mendes, pai do Patriarca Rafael

Mendes]. *Deram ela de presente para eles. Ela ficou aí nesse Gerais e teve duas filhas com o meu avô: uma morreu pequena, e não conheci, e Henriqueta, que quando conheci já era velha. Era pretinha a tia Henriqueta!!! Preta! Preta! Preta! Os pés dela pareciam pé de louro [papagaio]. Como minha mãe era branca, poderiam até dizer que elas nem eram irmãs* (Entrevista 3.3.1-a).

... essa ponte é associada a Damiana, uma ex-escrava que veio de Januária; veio trazida pela família Carneiro; ela teve uma filha, a Henriqueta; essa eu conheci; Damiana, não. Dizem que Damiana morreu com mais de cem anos. Ela [Henriqueta] era bem negra, baixinha, assim redonda; ela era filha de meu bisavô João Peba com a Damiana depois que ela foi alforriada e ficou aí perambulando (Entrevista 3.3.2-a).

Embora sua existência histórica é inequívoca, o casal-andarilho Damiana-João Peba, metaforicamente, foi transformado no mais forte *mito de origem* para simbolizar a espacialização dos lugares da Carinhanha graças à fértil imaginação dos Geralistas. O conúbio entre eles é o marco de *Fundação Mítica dessa Territorialização Comunitária*. Situado nas deslumbrantes, porém, solitárias vargens do maior afluente da Carinhanha dentro do PARNA-GSV.2, o local, dito “*Ponte da Damiana*”, tornou-se um topograma descritor dos *Caminhos da Trijunção* e se immortalizou como georreferência-símbolo para moradores e viajantes que transitavam no complexo viário “Goiás-Januária”.

João Peba e Damiana são o que Benjamin (1989, p. 185-236) definiu como *Flâneur*¹⁷⁵: trata-se de uma pessoa que, sem nada pré-agendado, perambula pelos lugares e capta nos seus becos ou travessias, silêncios e movimentos imperceptíveis, e tudo aquilo que a maioria dos transeuntes, apressadamente, não observa. Seus percursos, a *Flânerie*, exigem arguta perspicácia sobre a realidade circundante, pois é a partir deles, que ele faz o registro surpreendente de tudo o que essa maioria não vê ou não sente. Comportando-se ao estilo de um arqueólogo, o *Flâneur*, capciosamente, traz à superfície da História as notícias subterrâneas que Benjamin chama, com sua sutileza habitual e poética, de “*Dados Mortos*”:

*Aquela Embriaguez Anamnética*¹⁷⁶ [...] se apossa do simples Saber, ou seja, de DADOS MORTOS, como de ALGO EXPERIMENTADO E VIVIDO. Esse Saber sentido se transmite sobretudo por notícias orais [...]. O Espaço pisca ao Flâneur: o que terá acontecido em mim? [...]. É sabido que na Flânerie, as distâncias dos países e dos tempos irrompem na paisagem e no momento...

¹⁷⁵ *Flâneur*, termo francês usado para designar um tipo literário do século 19, essencial para entender os transeuntes das ruas parisienses: *o homem do lazer, o malandro, explorador urbano, exímio conhecedor das ruas*. Foi Walter Benjamin, baseando-se na poesia de Charles Baudelaire, que fez do *Flâneur* um objeto de interesse acadêmico no século 20, como um emblemático arquétipo da experiência moderna. Já *Flânerie* é termo usado desde os séculos XVI/XVII e significa: *passar ou vagabundear em marcha lenta (gastar tempo sem compromisso definido)*. Como conceito, a partir do século XIX, passou-se a atribuir a ela *um rico conjunto de significados e definições* em decorrência das ações do *Flâneur*. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fl%C3%A2neur> – acesso: 30/1/18.

¹⁷⁶ Na Filosofia Platônica, Anamnese é a rememoração gradativa através da qual o filósofo redescobre dentro de si as verdades essenciais e latentes que remontam a um tempo anterior ao de sua existência empírica. Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=O+QUE+%C3%89+ANAMNESE&oq=O+QUE+%C3%89+ANAMNESE&aqs=chrome..69i57j0l5.3368j1j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8> – acesso: 3/2/18. Releia também o Item 2.2 do Capítulo II dessa pesquisa.

[...]. *Dialética da Flânerie: por um lado, o homem que se sente olhado por tudo e por todos, simplesmente o Suspeito; por outro, o totalmente Insondável, o Escondido [...]* (BENJAMIN: op. cit., p. 186, 188-190 – grifos nossos).

Saber orientar-se [...] não significa muito. No entanto, perder-se [...], como alguém se perde numa floresta, requer instrução (BENJAMIN: 1995, p. 73).

Conhecedor instruído da cartografia físico-afetiva do Sertão-Gerais, João Peba, ao fazer sua imersão sentimental entre as Nascentes da Carinhanha, “perdeu-se” nelas e na sua “*gesta ambulatória*”, deixou-se embriagar, *anamnesticamente*, por duas mulheres geralistas: a dupla Damiana e Amância *Bito*. Elas simbolizam, dentro do PARNA-GSV.2, o encontro entre brancos e negros, e entre as famílias de Rafael Mendes de Queiróz e Maria Pereira de Brito (Dona Maria *Bita*) no processo de territorialização comunitária tradicional dos lugares. Não obtivemos entre os “dados mortos” sobre esses encontros uma explicação histórica a respeito dos motivos que levaram João Peba a tornar-se um *flâneur*, vagando por longo tempo dentro do que agora é a unidade de conservação.

O Patriarca Rafael – é o que se sabe¹⁷⁷ – teve, além de *Seu João Peba*, mais cinco filhos, com a esposa D. Rita Rodrigues de Almeida (da Fazenda Sumidouro): *Dona Tomásia* (ela teve apenas um filho: Seu Antoninho); *Dona Celina*, que nunca saiu de Bela Lorena e lá se casou com o primo dela, Oto Carneiro Saraiva (filho de Manoel Carneiro Mendes, portanto, irmão de Seu Rafael); *Seu Aristides*, que se tornou genro de Cirilo Thiago de Souza (de quem já falamos no Capítulo I e para quem fora vendido o espólio do *Velho Silvério Mendes*, pai do Patriarca Rafael); *Seu Benício*, que se casou com Dona Gordolina Ferreira da Silva (Dona Gorda); e *Seu Zezinho Mendes* (Rafael Filho), que casou-se com Dona Jovelina Vieira dos Santos (de Sítio d’Abadia-GO).

Aristides, Benício e Zezinho, após a morte do Velho Rafael, se mantiveram como “*os Donos da Sede da Fazenda Rodeio*” (v. Apêndice E.7) e lá o trio residiu até meados dos anos 1930/40. Tomásia *esguaritou-se* do Rodeio: ficou *perambulando* entre a margem direita da Carinhanha e o arraialzinho de Formoso (hoje cidade e onde vive seus descendentes). Celina tornou-se matriarca ilustre da família Carneiro, na Fazenda Bela Lorena, e se desligou do Rodeio (mas não dos seus parentes do clã Mendes). Já Seu João Peba, nosso *flâneur*, foi o único dos filhos do Velho Rafael a *perambular-se* por décadas entre a fazenda Bela Lorena, e as margens do Itaguari e Carinhanha,

¹⁷⁷ Consulte e compare as leituras de ROCHA (S/d); MENDES (2003); CARNEIRO (2003); ALMEIDA (2009) e CARNEIRO (2011).

oportunidade em que, com sua *Flânerie*, foi desenhando a cartografia das terras para seus descendentes que, por causa desses vínculos com o Gerais, parte deles também se manteve por lá.

Nesse vai-e-volta constante entre as veredas Traçadal (ao lado dos seus parentes Carneiros), Ponte da Damiana e Porto da Cobra (perto dos parentes de sua segunda esposa – clã dos *Bitos*), o “Peba” tornou-se exímio “guia turístico” das paisagens que depois demarcariam lugares na memória coletiva dos Geralistas. Há um mistério no ar sobre por que Tomásia e João Peba se *esguaritam* da sede da Fazenda Rodeio: foi disputa de herança com Aristides, Benício e Zezinho? Como os parentes preferem não comentar os “*dados mortos*” dessa árvore genealógica, o assunto permanece vivo, circulando no Espaço Mítico dos descendentes com os quais nos entrevistamos.

Por essa razão, embora sejam personagens históricos do PARNA-GSV.2, *João Peba e Damiana* são também típicas *figuras legendárias* do Imaginário Geralista: síntese da historicidade sobre o nascimento dos Núcleos Comunitários Veredeiros da Carinhanha. Dona Henriqueta, primogênita de Damiana, não deixou filhos. Mas os descendentes de *Peba* com *Amância Bito* se casaram com os Barbosas e Rodrigues e, assim, Mendes e Brito (*Bito*) convolveram-se numa aliança duradoura na apropriação interparental e comunitária das terras de Rafael Mendes e Maria *Bita* (v. Anexos 1.3 até 1.11).

Essa aliança é que demarcou na *Geografia Imaginada* dessas famílias, os limites moveáveis da territorialização de seus lugares habitats, como os Geralistas dizem: das Nascentes da Carinhanha, em sua margem esquerda, passando perto da Cabeceira da Taboca, indo às nascentes do Itaguari e daí abaixo, por sua margem direita até muito embaixo e daí, subindo o tabuleiro, em linha reta, até o Porto da Cobra. Tanto esse porto quanto a Ponte da Damiana são exemplos de Patrimônio Cultural Material a serem definidos no futuro zoneamento histórico-cultural do PARNA-GSV. E foi João *Peba*, com suas andanças atrás de suas esposas no PARNA-GSV.2 ou contemplando suas paisagens, quem nos trouxe à superfície parte da dimensão “*insondável*” ou “*escondida*” desses “*dados mortos*” na cartografia geralista.

Nossa *Flânerie* pelo Espaço Mítico do PARNA-GSV (v. M-7) prossegue. No PCL-20, os cemitérios aparecem como o mais importante marcador sagrado, de natureza material, nas narrativas geralistas. Ao lembrarem de seus mortos dentro dessa unidade de conservação, há duas reações opostas coexistindo no Imaginário Social: Sofrimento e Saudade. Como já ressaltou Tuan (2012, op. cit., p. 205): “*Os locais*

sagrados são locais de hierofania. A moita, a fonte, a pedra e a montanha adquirem caráter sagrado onde quer que sejam identificados com alguma forma de manifestação divina ou com um acontecimento de significado extraordinário". Os cemitérios entram nessa lista.

Esse Sofrimento é a sublimação de uma crítica velada tanto ao esvaziamento demográfico dos lugares antes habitados quanto às dificuldades de acesso impostas pelas normas ambientais do SNUC¹⁷⁸; já a Saudade é um apelo à historicidade da Carinhonha como lugar-habitat ("MH"), pois o pedido de permissão para visita aos jazigos anônimos é, simbolicamente, um "retorno" a esses lugares, mitologicamente, ainda "povoados" de gente que "ali moram eternamente" em meio à vegetação que se recompôs e tirou dos descendentes de famílias geralistas a possibilidade de "ver" seus antepassados que ali jazem. Dezenas desses cemitérios jazem, literalmente, à espera de ser tombados como Patrimônio Material dentro do PARNA-GSV.

No PCL-21, PCL-22 e PCL-23 registram-se, enfaticamente, a importância do Conhecimento Tradicional dentro do PARNA-GSV.2 para o controle das Forças Sobrenaturais do Sertão-Gerais e na valorização da Sociobiodiversidade do Bioma Cerrado. Isso demonstra que para os Geralistas ainda *"existe um vínculo histórico entre diversidade sociocultural e biodiversidade [e mostra também que] os Saberes Ambientais desses grupos representam conhecimentos de alto valor para os pesquisadores..."* (LITTLE: 2002, p. 1-32).

O Saber Ambiental, de acordo com Leff (2001, p.94, 145-154) *"emerge do espaço de exclusão gerado no desenvolvimento das Ciências"*. Ele é um contraponto ao Logocentrismo aqui entendido como a *"racionalidade homogeneizante e unidimensional da Modernidade"* construída em *"círculos fechados"* do conhecimento científico que fragmenta a realidade. Problematizar essa fragmentação é seu axioma.

O Saber Ambiental pressupõe, entre outros objetivos: criar novos saberes por meio da integração interdisciplinar; contrapor-se ao conhecimento fragmentado ("especialização"); pensar a realidade de forma integrada e multidimensional ("Paradigma da Complexidade"); construir a ressignificação dos sentidos atribuídos às coisas; articular o binômio temporalidade-espacialidade dentro da perspectiva crítica de conscientização e reconhecimento da diversidade cultural como parâmetro norteador do respeito às identidades a partir do Diálogo de Saberes entre Ciência e Conhecimento Tradicional.

¹⁷⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm - acesso: 28/1/18.

O Saber Ambiental dos Geralistas permeia todo o Espaço Mítico das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha. No PCL-21, as “*Garrafadas*” simbolizam o elemento marcador (“MF”) que posiciona o Gerais como topograma inscritor de identidade. Os remédios caseiros feitos a partir das “*Raizadas*” são uma amostragem do talento e da habilidade dos Nativos na manipulação homeopática das plantas medicinais do Bioma Cerrado. No PCL-22, o trinômio “*Parto-Cura-Reza*” converge para o diálogo tridimensional entre o Nascer, o Viver e o Morrer. Parteiros, Curadores e Rezadeiras/Benedeiras – *Seu Firmino Borges* é a síntese disso tudo – aparecem aqui como símbolos desse rico saber ambiental.

A Mitologia Geralista é igualmente fértil na circularidade de conhecimento tradicional dentro do PARNA-GSV. No PCL-23, as lendas locais promovem o “contato” mítico-legendário entre homem e natureza. O *Tatu Peba* que caminha dentro da barriga de *Seu Zé Rapadura* e o leva à morte é uma resposta mágica na disputa entre curadores pelo controle das Forças Sobrenaturais no Espaço Mítico da Carinhanha. Há também a *Cobra*, que demarca sua territorialidade no confronto sobrenatural com os curadores; desses confrontos, por exemplo, “nasceu” o Porto da Cobra como um topograma transcritor dos *Caminhos da Trijunção*; e há a *Onça* cuja relação com o mundo humano demarca sua toponímia (*Porto da Onça* dentro do PARNA-GSV ou *Vereda Suçuarana* no caminho para Januária) e a antroponímia locais (ex.: *Bastião Suçuarana*, notável rezador que viveu dentro da unidade de conservação).

Embora não apareça (*amnésia?*) entre as narrativas geralistas aqui interpretadas, Mendes (2013a) menciona ainda como marcador sagrado dessas comunidades, a Gruta e Cachoeira da Roncadeira, que é constantemente ressignificada por elas em práticas lúdico-ritualizantes: o banho, por exemplo. Sua caverna é famosa na topogramática dos Ancestrais por “engolir” e fazer “desaparecer” aqueles que se atreveram (ou atrevam) em adentrá-la. Este marcador é, antologicamente, o recôndito-símbolo do Espaço Mítico do PARNA-GSV.2 no que se refere à impossibilidade do Homem controlar a Natureza do Sertão-Gerais.

Por fim, chegou o momento das duas margens da Carinhanha (PARNA-GSV.2 – nosso objeto de estudo, e PARNA-GSV.1) se re/encontrarem no espaço mítico do seu imaginário social. Há outro mito, também “*esquecido*” aqui pelos nossos interlocutores, mas que se mantém vivo até hoje na margem direita onde está a Fazenda Bela Lorena: a *Lenda do Nascimento do Rio Carinhanha*. Essa fazenda fica na zona de amortecimento da unidade de conservação; foi fundada pelos irmãos januarenses – José e Joaquim (os

Borges Carneiro – releia Capítulo I). Eles eram casados com duas irmãs de Seu Rafael Mendes.

Almeida (2009, p. 68-69), que é Carneiro-Mendes genuína, em tese de doutorado, fez meticulosa pesquisa sobre a memória oral entre as nascentes da Carinhanha (v. Apêndice E.1). Dela extraímos o relato contado pelos seus antepassados desde o século XIX quando ali se fixaram nas terras de Silvério Mendes (pai do Velho Rafael): Carinhanha é aportuguesamento de “*Acari-nhanha*” (*corredeira do peixe Acari ou Cascudo*). Esse nosso Rio-Fêmea “nasceu” de um casamento narrado pela mitologia dos Kayapós, que habitaram as terras do PARNA-GSV antes dos Geralistas (veja Capítulo I).

Acari era um indígena do Alto Tocantins, que se apaixonou por *Nhanha*, uma linda donzela do Sertão-Gerais, paragens da atual Januária, margem esquerda do Velho Chico no “*Mundus Geraizeiro*” ao qual se refere Nogueira (2009). Entre fugas, comidas e vindas, perseguições e disputas, o casal se fixou na beira de um rio que passou a chamar-se Carinhanha. Daí, outra vez, explicarmos o sentido de rio-fêmea em oposição aos dois rios-machos: Urucuia, à direita da Carinhanha, e Formoso-Corrente, à esquerda dela.

No Espaço Mítico da unidade de conservação, “Nhanha” e “Damiana” representam, respectivamente, a fusão étnica (Indígenas e Negros) na produção simbólica de territórios tradicionais – base primeva dos nossos NCV’s. E essa ressignificação dos vínculos socioculturais desses antigos moradores do PARNA-GSV com suas terras de origem é uma resposta ao que Ricoeur (2007, p. 423-462) chama de “*memória impedida*” (sobre a qual já tratamos no Capítulo II).

Para esse autor há três tipos de “*Esquecimento*” (amnésia?): o de *Apagamento de Rastros* (o “*esquecer definitivo*”); o de *Reserva* (que é *reversível* quando há circunstâncias que favoreçam sua evocação rememorativa) e o *Manifesto* (que é o “*esquecimento exercido*”, isto é, praticado com a intenção deliberada de ignorar a presentificação do Passado). O Esquecimento, ressalta Ricoeur (op. cit., p. 79, 424-425), nos convida a problematizar a releitura crítica sobre as *Estratégias do Esquecer* (que se traduzem na *amnésia estatuída*, intencionalmente). Contra isso, ele nos sugere correr atrás dos “*rastros escritos, psíquicos e cerebrais*”, pois é do entrecruzamento (diálogo) entre ambos, que nascerá a “*Roda da Memória*”. É o que fazemos com essa pesquisa.

É dentro dessa roda que a *Memória Impedida* resiste contra a *Memória Manipulada*. Esta se converte em *Memória Obrigada* e daí se transforma em *Memória*

Feliz: aquela por meio da qual se institucionaliza a autenticação social do Passado como marca identitária de reparação/valorização (e reencontro com) das *memórias subterrâneas*. Aqui, essa *memória feliz* é a resistência cultural dos Geralistas, enfaticamente, por eles evocada como Resposta ao Esquecimento enquanto grupo social majoritário, hoje condenado ao anonimato, mas que se apresenta – é o que lemos em suas narrativas – como autêntico intérprete do PARNA-GSV.

PCL-20: Georreferência Identitária dentro do PARNA-GSV:

Eu mesmo gostaria de ir, de vez em quando, lá na Muriçoca visitar a sepultura de meu pai; eu gosto de acender vela, rezar o Pai Nosso para o meu pai, minhas tias, meus tios, meus irmãos. Todos são enterrados na Muriçoca, que é minha raiz.... O meu coração é para ser enterrado na Muriçoca. Eu queria ser enterrado na fazenda Muriçoca. Enterrar gente na cidade é uma bobeira porque sepultam uns, e no mesmo dia vão arrancando outros. Cemitério é lugar abençoado. Quando a gente morre, o que deve ficar é a nossa história, o nome da gente, o que a gente foi ou não foi (Entrevista 3.2.2-a).

Eu não tenho mais vontade de visitar [esse cemitério no Rodeio]. Eu não quero lembrar assim esse passado porque ele me dói muito. É porque lá onde nasci e criei eu não vou mais encontrar essas pessoas. Hoje é tudo um vazio. Se eu for lá, vou me perguntar: ‘cadê aquelas pessoas?’ [...]... tenho até vontade de ir lá ver o Rodeio; era lá onde pescávamos muito peixe, mas aí me vem o pensamento: ‘cadê aquele povo?’. Aí me vem uma tristeza! Então prefiro não visitar lá porque eu não quero remoer o passado para sofrer mais (Entrevista 3.3.1-b).

PCL-21: Saberes Tradicionais dos Geralistas das Nascentes da Carinhonha:

No Gerais tinha o remédio certinho para cada doença. E dava certo (Entrevista 3.3.2-c).

Era uma raizada danada! Quininha, jatobá, casco de arueira, pau-doce, pau-terrão... Tudo é remédio. Se tiver com queimação no estômago, casca de pau-terrão é o ideal (Entrevista 3.2.2-b).

As raizadas eram daqui mesmo [feitas] com as plantas do Gerais. O Gerais ajudava a curar o povo (Entrevista 3.2.2-f).

Ele [Firmino Borges] sabia manipular a Flora Natural do Gerais; fazia garrafada; quem tomava era curado (Entrevista 3.3.2-a).

PCL-22: Mestres do Saber Tradicional no Espaço Mítico Geralista:

Firmino Borges deixou marcas. [...]. Eu sou testemunha ocular. Dou provas que ele era muito famoso: ele tratava as pessoas com sucesso. Tratava com remédio da Natureza do próprio Gerais (Entrevista 3.3.2-a).

O Velho Dão Ferreira ainda fazia o cara encontrar com a cobra para matá-la. Só que ela não mordida mais nada; secava que arrepiava! [...]. Derção era famoso no Itaguari... (Entrevista 3.2.1-a).

Mas o povo falava era em Firmino Borges. Ele era meu tio; era curador de primeira; famoso! Remédio dele curava! (Entrevista 3.2.3-a).

Conheci Derção no Itaguari. Esse Derção arrancava dente assim: só fazia apertar a gengiva assim [faz o gesto], metia a unha e o dente caía pra lá. Podia ser dente quebrado, ele pegava a raiz e tirava (Entrevista 3.3.1-a).

Todo mundo tinha fé neles (Entrevista 3.2.2-f).

Nós tínhamos uma fé no Compadre Firmino!!! Se você sentisse qualquer coisa, o povo dizia: 'Vai falar com Firmino!' (Entrevista 3.3.2-d).

As parteiras de antigamente eram como as enfermeiras de hoje. [...]. Eram pessoas importantes, pois onde elas colocassem a mão, a criança nascia bem. Era a mesma coisa de estar na mão de Deus. Era melhor do que estar na mão desses médicos de hoje que racham a pessoa. Elas faziam parto normal sem precisar de rachar a mulher; a criança vinha sadia (Entrevista 3.2.2-a).

Lembro, sim, das rezadeiras. Antigamente tinha muitas. [...]. Essas rezadeiras não tinham esse negócio de ficar lendo no papel; a palavra delas era lida na mente [...], sem errar uma palavra. [...]. Por ali a gente ia aprendendo (Entrevista 3.2.2-a).

Moço! O velho Bastião [Suçuarana] tinha aqueles ofícios, aquelas rezas compridas!! A gente dava sono, cochilava, e ele ainda estava lá rezando. Tudo decorado! Eu não sei aonde é que guardava tanta coisa na cabeça! Não sabia ler nem escrever, mas tinha memória boa. Luciana velha do Jequiri [tia de Patrício e Zé Cajueiro, dois de nossos entrevistados] também era boa pra rezar. Ela é mais velha do que eu (Entrevista 3.3.1-a).

PCL-23: Mitologia Geralista permeando o Espaço Mítico:

E aí, Seu Carrinho, colocou um tatu peba na barriga de Zé Rapadura. A velha também morreu logo. Zé Rapadura aturou um ano e ele foi para o Formoso, ali no Barreiro (Entrevista 3.2.1-a).

Tem uma história interessante sobre o Porto da Cobra. É uma lenda aí dos antigos [...] da Era do "Carrancismo", povo "valentado". Uma pessoa fez uma coisa errada com a outra. Ela não gostou. Combinaram de esperar lá dentro de uma moita de xiriri; essa moita tem lá; eu conheço lá o Porto da Cobra. O que chegou primeiro ficou ali, "ninhando" dentro da moita. Foi mordido por uma cobra e morreu. O mais esperto continuou a viver. E assim o lugar foi chamado Porto da Cobra (Entrevista 3.2.2-c).

Bastião Suçuarana morava na Estiva. Ele veio para ali, no Porto da Onça; veio para ser vaqueiro. Antes ele morava era no Vão da Larga. Tinha esse apelido porque morou lá na [vereda] Suçuarana, um lugar no caminho pra Januária (Entrevista 3.3.1-a).

4.3.2 – “Gerais” Profano: Substratos Vernaculares do Espaço Mítico

O Espaço Mítico Geralista é subdividido no Imaginário Social das Nascentes da Carinhonha, em dois Substratos Vernaculares: no espaço interno, eles são materializados por meio de apresentações/representações que os Geralistas fazem (para si mesmos e de si mesmos, respectivamente) dentro dos lugares onde vivem, circulam ou com os quais interagem na esfera cotidiana; e no espaço externo, os substratos são apresentados/representados fora de seus territórios domésticos (interativos e

residenciais), ou seja, em localidades que não estão (melhor dizendo, não estavam) dentro dos Núcleos Comunitários Veredeiros – NCV (agora dentro do PARNA-GSV.2).

Denominamos como *Substrato Vernacular* o conjunto de Manifestações Culturais Nativas, caracterizadoras da Matriz Identitária dos Geralistas. É aquilo que define, em essência, o conteúdo básico e ainda vivo do Patrimônio Imaterial, (mesmo que em estado latente circulando na Memória Coletiva), e que atua como interlocutor itinerante de suas representações mnemônicas quanto a determinado elemento marcador dessa identidade. “*O conceito de Representação* [aqui inserido no contexto de enquadramento dos Substratos] *engloba toda a tradução e interpretação mental de uma realidade percebida...*” (LAPLANTINE e TRINDADE: op. cit., p. 77) em sua dimensão puramente simbólica, isto é, como expressão materializada do Saber Tradicional que se mostra vivo ou ativo em celebrações, rituais, cerimônias, e outros canais difusores desses patrimônios.

O Espaço Mítico, desta forma, é, a um só tempo, o lugar simbólico para onde convergem tanto a dimensão profana quanto a dimensão sagrada do Imaginário Social Geralista. Diversão e Religiosidade, respectivamente, são dois elementos marcadores da identidade dos Geralistas nesses espaços. Mas cada dimensão pode ser apresentada/representada, separadamente.

Numa leitura atenta das narrativas aqui analisadas, observamos que no Espaço Mítico Profano, os Geralistas evocaram, nas suas falas, dois marcadores musicais: Coreografias e Sonoridades (v. PCL-24). As danças “Oh Riri-Oh Rirai”, “Tatu Sobe Pau”, “Caninha Verde”, “Dança de Roda”, “Mergulhão”, “Marujo” e “Mulatão” foram recorrentemente citadas como substratos vernaculares identificadores da Coreografia Geralista.

Parte desses ritmos e expressões corporais foi encenada durante as entrevistas, sejam em gestos ou palavras, para materializar, atestar e comprovar quanto vivas estão essas manifestações culturais no imaginário social deles, mesmo, na maioria das vezes, não tendo mais *espaços míticos* para apresentá-las/representá-las. Nota-se como característica básica das diversões em grupo, o aspecto lúdico-burlesco desses substratos, marca da cultura popular em sua dimensão contestatória como já mostrou Bakhtin (2013) e Burke (2013) ao tratarem da “cultura do riso” nas idades Média e Moderna. A originalidade é outra marca da criação artística dos Geralistas. Em menor escala, apareceram na mitopoética nativa, também o som do carro-de-boi, o canto do sabiá e do canário.

No Espaço Mítico estritamente Sagrado (v. PCL-25) há o registro feito nas narrativas de duas marcações importantes (“MS”): o Batizado e o Casamento, ambos, quase sempre, exigiam dos Geralistas, deslocamentos frequentes às igrejas de Santo Antônio, em Serra das Araras – distrito antigo, hoje em Chapada Gaúcha-MG; e de São João Batista, na Fazenda Bela Lorena, vizinha ao PARNA-GSV (em Formoso-MG) ou, um pouco mais distante, às igrejas de Nossa Senhora Santana, em Vargem Bonita (distrito antigo, em Januária-MG) e de São Raimundo, na comunidade Porto Cajueiro (divisa entre Cocos-BA e a fronteira com MG).

Nessas localidades eram periodicamente realizadas (e em algumas delas ainda são), as *Festas Invocatórias de Cultos aos Santos Padroeiros* – FIC, razão pela qual, todos os anos, a presença de padres assim como a de mascates, atraía os Geralistas que, para isso, se organizavam em grupos, a pé, de tropa ou carro-de-boi, para irem nesses eventos. Tais romarias eram ritualizadas no cumprimento de promessas, mas também como ritual de solidariedade, camaragem e compadrio uma vez que os pontos de pouso nesses deslocamentos eram, provisoriamente, convertidos em encontros de amigos e parentes. E “*nesses caminhos e veredas escondidas*” (Fig -125/126), conforme destaca Halbwichs (2003, p. 51, 67), é que surgia a oportunidade da interação social com os demais grupos de outros núcleos comunitários veredeiros dentro ou fora da geografia imaginada das Nascentes da Carinhonha:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele [...]. Há grupos que se associam ou se encontram com frequência, embora possamos passar de um a outro, estar ao mesmo tempo em um e outros. [...]. É nesses caminhos, nessas veredas escondidas que encontraríamos as lembranças que nos dizem respeito.

Os *Caminhos da Trijunção*, que – reiteramos – serviam de artérias das *Conexões Geraizeiras* (intercâmbios entre Goiás e Januária), além de ligarem os Geralistas com o Norte de Minas, eram ritualizados, nessas caminhadas, como parte do espaço mítico ao sacralizar o (re)encontro entre romeiros rumo à FIC. Essas conexões, que se estreitavam afetivamente por causa dessas festas tradicionais, também facilitavam, aos Geralistas, a compra de produtos industrializados vindos do porto januarense. Aqui, como em outras situações, o Sagrado e o Profano se fundiam, mas não se contrapunham.

Com as transformações socioespaciais ocorridas na cartografia viária do entre-fronteiras BA/GO/MG, mudaram-se os itinerários das estradas (v. Apêndice E.9 e

E.10). Os centenários *Caminhos da Trijunção* foram desativados. Foi no contexto da Modernização Conservadora do Cerrado (v. Capítulo I) que se iniciou, progressivamente, o desenraizamento físico do Patrimônio Cultural das Nascentes da Carinhonha.

Esse desenraizamento (v. PCL-26), condicionado por essa falta de espaços ritualizados para apresentações/representações, e não porque a Cultura Tradicional desaparecera do imaginário social, é percebido nas narrativas generalistas. O “*comprar mais barato*” durante essas Festas ou o *sentir falta das danças tradicionais* do Gerais são percepções subliminares com as quais eles manifestam sua reação sutil ao processo de dessacralização dessas espacialidades míticas, internas e externas. Ambas foram afetadas tanto pela desterritorialização dos Generalistas com a saída do PARNA-GSV quanto (sobretudo) com a própria modernização, que criou novas cartografias (Rural X Urbana) não assimiladas pelos Nativos do Sertão-Gerais da Trijunção. Elas não expressam a *geografia imaginada* com a qual se acostumaram desde os ancestrais.

PCL-24: Mitopoética Geralista (Coreografias e Sonoridades – Lúdico/Burlesco):

Eu mesmo jogava verso: ‘Menina dos dentes claros/clareados de marfim;/os seus braços são uma gaiola/e eu sou seu canarinho’. E elas jogavam verso pra gente: ‘Menino dos dentes claros/que na noite não reparei/por toda a vida não te deixo, menino/ mas por morte te deixarei’. Isso era bom demais (Entrevista 3.2.2-a).

Oh Riri-Oh Rirai... Esse aí a gente saía jogando verso: ‘Ele disse que vai, vai, Oh Riri-Oh Rirai! Me chama que eu também vou, Oh Riri-Oh Rirai! Ele disse que não vai mais, Oh Riri-Oh Rirai! Coração enganador, Oh Riri-Oh Rirai!’ (Entrevista 3.2.3-a).

Tinha o Tatu Sobe Pau. Esse era assim: Dois paus [ela faz o gesto com as mãos: bate os dedos indicadores um contra o outro]. Cantava e dançava: ‘É mentira, moleque! Tatu sobe pau! É mentira, moleque! Tatu sobe pau! É mentira, moleque!...’. E é mentira mesmo: tatu não sobe no pau (Entrevista 3.3.2-d).

Lembro, assim, de quatro, seis carros-de-boi, um atrás do outro cantando. Um cantava mais grosso e mais cheio, outro mais fino. Tinha muita diferença no som. Cada um cantava de um jeito diferente e aquilo gerava um som muito bonito (Entrevista 3.3.1-a).

PCL-25: Rituais Litúrgicos na Sacralização das *Festas Invocatórias de Culto aos Santos Padroeiros* (destaque para as mais frequentadas pelos Generalistas):

Fui batizado na Igreja de São Raimundo lá no Cajueirão (Entrevista 3.2.1-b).

Fui batizado já grande, na Vargem Bonita, município de Januária; a padroeira lá é Nossa Senhora Santana; sempre tinham os festejos lá no dia seis de julho. O povo do Gerais ia para esse festejo todo ano [...]. Já o casamento meu foi na Festa de Santo Antônio, em Serra das Araras, lugar

muito antigo. Muitas e muitas vezes fui lá porque eu gostava de ir nessa festa. Eu batizei meus filhos quase todos na Serra. Todos nós íamos: de tropa, de carro-de-boi, outros a pé (Entrevista 3.3.1-a).

PCL-26: Sinais de *Desenraizamento Físico* dos Espaços Míticos na Dessacralização do Imaginário Social Geralista:

Essas festas eram importantes porque ia muita gente de fora para vender lá mais barato e então nossas comunidades iam lá todo ano (Entrevista 3.3.2-c).

O Gerais tinha uma Cultura Popular muito forte. Uma criatividade típica da região; e não era importada... Eram eles mesmos que improvisavam (Entrevista 3.3.2-a).

Eram Danças Tradicionais dos Geralistas e a gente sente falta delas; você chega em uma festa hoje não vê mais essas coisas. Eu participei disso; era muito divertido. Tudo era à luz de cera, candeia de cera (Entrevista 3.2.2-c).

Bastião Suçuarana era rezador. Rezava de sábado para domingo; rezava na boca da noite, à tarde, domingo de madrugada; rezava até o sol saindo. Era um homem muito devoto, mas não entendo ele. Uma vez ele estava lá na festa de Nossa Senhora da Penha, lá na Angelina; bebeu, ficou bêbado, montou num cavaleiro, meteu a espora, depois saltou no chão com o facão roçando; uma pessoa perguntou a ele o que era aquilo, e ele respondeu: 'Estou roçando aqui para o capeta plantar uma roça' (Entrevista 3.3.1-a).

Hoje é pouca gente aqui do Gerais que sabe rezar. A gente conta nos dedos quem é rezador. Essa cultura já desapareceu! Não tem mais como antigamente. Acabou (Entrevista 3.2.2-a).

4.3.3 – *Geraisificação* entre *Lutas de Representações*: *Tradição X Costume*

Hobsbawm e Ranger (1997, p. 10-11) esclarecem que Tradição e Costume são práticas culturais distintas. A primeira é caracterizada por sua invariabilidade na qual o passado é mediado por práticas fixas ou formalizadas enquanto a segunda, “nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante”. Isto é, o costume “não impede as inovações e pode mudar até certo ponto”. Essa mudança, ressaltam os autores, precisa estar adaptada ao que precedeu (Legado Ancestral). O Costume é transmitido na rotina dos grupos sociais por meio do Hábito¹⁷⁹. Essa transmissão ocorre mediante uso de “Redes de Convenção” que “são criadas para facilitar operações práticas imediatamente definíveis e podem ser prontamente modificadas ou abandonadas de acordo com as transformações das necessidades práticas”.

Os Costumes Geralistas, como Legado Ancestral no PARNA-GSV, foram intensamente impactados pelo desenraizamento dos lugares nas Fronteiras da Trijunção. A desconstrução epistemológica de seus espaços míticos – seja pela maioria dos porta-vozes do Discurso Ambientalista (EFA-2) sobre o PARNA-GSV e SVP, seja,

¹⁷⁹ Hábito e *Habitus* são conceitos distintos. Nunca devemos confundir-los.

acentuadamente, pelo discurso ruralista (EFA-1) na Trijunção – é a face mais visível da *Retórica da Regionalidade Fraturada*, que se materializa, por exemplo, quando ela se torna o meio geolinguístico difusor de uma nova prática cultural – a Tradição Inventada:

... um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição [dando-se a entender que é] uma continuidade em relação ao passado. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo. [...] O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo [...]. A invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição... [...]. Inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. [...] práticas tradicionais existentes [são] modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir a novos propósitos... [...]. ... a preponderância das tradições inventadas 'comunitárias' [deve ser compreendida por meio das] diferenças que porventura existam entre as práticas inventadas e os velhos costumes tradicionais. ...apesar de todas as invenções, as novas tradições não preencheram mais do que uma pequena parte do espaço cedido pela decadência secular das velhas tradições e antigos costumes. ...pode-se dizer que [essas tradições] são sintomas importantes [...], indicadores de problemas. ...Elas são indícios [de estudos que esclareçam] as relações humanas com o Passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal (HOBSBAWM e RANGER: op. cit., p. 9-21).

A Tradição Inventada é um sintoma histórico-antropológico dos constantes deslocamentos das populações tradicionais nesse entre-fronteiras onde se conectam EFA-1 (agronegócio), EFA-2 (unidades de conservação do SVP) e EFC (*Território*¹⁸⁰ *Arinos-Chapada* [Gaúcha]). O entrecruzamento desses três macroespaços cuja característica é a sobreposição quase que na mesma superfície regional, desterritorializando comunidades tradicionais, forçou o desaparecimento de várias categorias de microterritorialidades e passagens: lugar habitat, lugares de culto aos santos padroeiros, portos (Cobra/Onça), vaus (Muriçoca), entre outros. Todos eram elementos marcadores da georreferência dos Geralistas nas Conexões Geraizeiras TVP-TC-TVU-TPP. Todos conectados pelas antigas estradas cavaleiras e carreiras.

Essas conexões, além de vetor para o fluxo de bens e serviços na rota Goiás-Januária, também serviam-se como interlocutoras do Imaginário Social (“*Rede de Convenção*”) entre os espaços míticos, interno e externo, dos Geralistas. Essa rede mantinha viva, nessa *geografia imaginada*, a circularidade das manifestações culturais

¹⁸⁰ Sobre este assunto, consulte Meyer (2015, p. 188-229). Já tratamos desse tema no Capítulo I como também de EFA-1 e EFA-2.

(que citamos no Item 4.3.2). A rede ligava as localidades e estreitava laços comunitários. Serra das Araras, Vargem Bonita, Bela Lorena e Porto Cajueiro (“MH”) aparecem, nas falas dos Geralistas, como *Lugares de Culto* do Espaço Mítico Externo. As igrejas aí situadas eram pontos de referência identitária deles. A desterritorialização dos NCV’s que existiam dentro do PARNA-GSV.2, cujos moradores fixaram-se em outros espaços, e a desativação dos antigos *Caminhos da Trijunção*, “desenraizaram” essas microterritorialidades essenciais nesse processo de interlocução geolingüística.

Esses lugares de culto, ainda que continuem existindo e fazendo as mesmas festas ditas “tradicionais”, perderam a “*aura*” de que nos falamos Benjamin (1994, p. 167-170): ela é “*a aparição única de uma coisa distante*” cuja “*autenticidade é a quintaessência de tudo o que foi transmitido pela Tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico*”. Ir ao encontro dos padres nesses lugares de culto, considerados distantes de suas casas, era o momento em que a aura se materializava.

Essa *Aura* tinha sua transcendência mediada pela Fé dos Geralistas por meio da recompensa ao Milagre que era retribuído com ex-votos¹⁸¹ nas romarias anuais (que hoje são irrelevantes como observamos em nossa pesquisa de campo). A dessacralização/desativação (na rede) desses espaços míticos, interno e externo, quebrou essa relação afetivo-espiritual. E desta forma, as Manifestações Culturais das Nascentes da Carinhonha, que se serviam desses *vínculos auráticos*, foram também desenraizadas, fisicamente, desses espaços míticos onde ocorriam sua ritualização.

A relação antagônica entre Território-Palimpsesto¹⁸² e Território-Região é parte da tradução topogramática desse processo dessacralizante. O primeiro criou os não-lugares, que assim são definidos por Augé (op. cit., p. 95, 102, 109):

O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas, sim, solidão e similitude. [...]. O Não-Lugar é o contrário da Utopia: ele existe e não abriga nenhuma sociedade orgânica [...]. A experiência do não-lugar – indissociável de uma percepção mais ou menos clara da aceleração da História e da aceleração do Planeta – é hoje um componente essencial de toda existência social.

Já território-região, na ótica socioambiental (inversa ao conceito acima), é:

... uma categoria administrativa de grupos étnicos que aponta para a construção de Modelos Alternativos de vida e sociedade; [...] é uma unidade conceitual e um PROJETO POLÍTICO. Carrega uma tentativa de explicar uma DIVERSIDADE BIOLÓGICA a partir de uma LÓGICA CULTURAL

¹⁸¹ Ex-voto é o presente dado pelo fiel ao seu santo de devoção em consagração, renovação ou agradecimento de uma promessa.

¹⁸² Esse conceito já foi explicado tanto neste quanto no Capítulo II.

[utilizada como parâmetro para fixar] a demarcação de TERRITÓRIOS COLETIVOS (ESCOBAR: 2005, p. 142 – grifos nossos).

O PARNA-GSV tornou-se um não-lugar quando, ao retirar-se dele, as comunidades tradicionais que lá viviam, seus lugares “desapareceram” no discurso ambientalista. A Carinhanha, nessa leitura, tornou-se um espaço sem lugar. O Bioma Cerrado substituiu a imagem “Gerais” e o Sujeito que o habitava – o Geralista – por uma nova imagem-síntese da desterritorialização/dessacralização de espaços míticos: *Grande Sertão Veredas*. Essa nova imagem-paisagem criou ressignificações opostas àquelas construídas pelos seus moradores nativos. O PARNA-GSV assim como as novas localidades onde passaram a viver os ex-moradores das Nascentes da Carinhanha são, ambos, parte desse território-palimpsesto, cheio de não-lugares e lugares antropológicos.

As lutas de representações sobre lugar e não-lugar na memória coletiva dos Geralistas é traduzida, nostalgicamente, em trechos de falas (v. PCL-26) como estes: “*Essas festas eram importantes...*”; “*o Gerais tinha uma Cultura Popular muito forte, uma criatividade típica da região; e não era importada: eram eles mesmos que improvisavam*” ou “*Eram danças tradicionais dos Geralistas e a gente sente falta delas*”. As Nascentes da Carinhanha, agora um espaço sem lugar na ótica da política ambiental, antes do PARNA-GSV, era, além de lugar habitat, um polo artístico, criador e difusor dessas manifestações culturais, parte importante dos costumes geralistas.

Esses trechos se contrapõem à ideia de *tradição inventada* que, desde 2002, é emblematicamente representada pelo evento “*Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas*” (v. Capítulo II), uma festa que se realiza, em julho, em Chapada Gaúcha, cidade-território criada pelo EFA-1 (v. Apêndice E.9). Os Geralistas, segundo nossa análise de suas narrativas, não se sentem nem protagonistas desse evento (porque nenhum deles o mencionaram) e nem tão pouco o vejam como um novo espaço mítico para ritualizarem suas apresentações/representações culturais típicas da Carinhanha.

Esse “*Encontro dos Povos*” – subentendendo aqui o termo “*povos*” como o conjunto das comunidades tradicionais dentro do Mosaico SVP – é uma tradição inventada que se ressignifica, dentro do “Cânone Roseano”, mais como esfera de celebração cultural do Sujeito Sertanejo, categoria genérica com viés urucuiano na ótica ficcional de Guimarães Rosa, do que um evento destinado a celebrar manifestações culturais de quem antes vivia no PARNA-GSV (apesar de usar o nome do Parque como título que a nomeia). Problematizar a Região da Trijunção e o espaço desse Mosaico

como *territórios-palimpsestos* é uma estratégia dialética indispensável que remete o debate sobre o PARNA-GSV à problemática epistemológica¹⁸³ dos lugares no mundo globalizado e, sobretudo, como isso é (des-re)construído nas políticas ambientais desterritorializantes do Brasil.

O “*Encontro dos Povos*” é uma das *Festas Evocatórias de Tradições Inventadas* – FETI¹⁸⁴, presentes no EFC, que entra na disputa de representações sobre o PARNA-GSV em contraponto às *Festas Invocatórias de Cultos aos Santos Padroeiros* – FIC. Estas se posicionavam como marcadores sagrados. Problematizar Serra das Araras, Vargem Bonita, Bela Lorena e Porto Cajueiro como topogramas subscritores da identidade dos Geralistas no aspecto religioso implica em reconhecê-las como lugares (de culto) proscritos pela Modernização Conservadora do Cerrado.

Sobre essa disputa no campo geolinguístico, observemos o que Pinto (1988, p. 36, 38) pontua:

... o Discurso só exerce poder pela identificação, pela adesão espontânea [...]. A capacidade de um discurso [...] exercer poder está [...] associada à sua capacidade de responder à demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos [...]. Um Novo Discurso sempre se instaura a partir dos significados criados na pluridiscursividade. Os novos sujeitos, os novos enunciados constroem-se a partir de velhos sujeitos, de velhos enunciados que criam as condições de emergência do novo.

O “*Encontro dos Povos*” enquanto tradição inventada subsume os Geralistas como representados nesse evento quando na verdade, os costumes deles, segundo suas próprias narrativas e a Estética da Recepção (RICOEUR: 1997, p. 286-296) , não têm mais espaço mítico para serem celebrados/apresentados. Uma revisão crítica da prática discursiva veiculada pelo *Habitus* Urucuiano se faz urgente uma vez que na perspectiva dos Geralistas, sua Cultura Tradicional, embora “*desauratizada*”, continua viva, mas não tem espaço físico como mediador da visibilidade de seus valores culturais.

A reconstrução semântico-discursiva da categoria Sujeito Geralista como criador e difusor dessas manifestações culturais típicas das Nascentes da Carinhonha passa por sua inserção física e mítica no debate sobre território-região enquanto perspectiva de criação de uma *Comunidade Imaginada Baiangoneira* (confira *conclusão* dessa pesquisa). Trata-se de um novo discurso-contraponto às representações historiadoras sobre o PARNA-GSV. Elas escamoteiam a Trijunção enquanto espaço de fronteira e a visibilidade dos Geralistas como um dos seus sujeitos históricos.

¹⁸³ Consulte Tuan (1983), Massey (2015) e Escobar (2005).

¹⁸⁴ Há outras como o *Festival Sagarana Feito Rosa para o Sertão*, realizada em Arinos-MG.

Esse novo discurso é construído a partir dos enunciados de Mendes (2013a; 2013b) no contexto da pluridiscursividade circulante sobre o PARNA-GSV. Ele cria a categoria *Geralista Baiangoneiro*: o habitante de *Bagominas* – metáfora-síntese das Múltiplas Fronteiras da Trijunção entre Bahia, Goiás e Minas Gerais. É neste contexto pluri(inter)discursivo que se deve travar o debate acadêmico e político sobre o Sujeito Geralista como categoria de representação identitária dos antigos moradores das Nascentes da Carinhanha, a maioria expulsa de seus territórios tradicionais pela correlação de forças hegemônicas: EFA-1 e EFA-2 X EFC (v. Apêndice E-9). A proposta de se criar um território-região se insere como um dos exemplos de *ruptura epistemológica* com o debate monotemático, que nos instiga respostas para essa questão: *as Nascentes da Carinhanha são o Sertão de Guimarães Rosa cujas paisagens estão “eternizadas” no PARNA-GSV, mas sem o Sertanejo por ele imortalizado?* Esse é o ponto de partida para se questionar o *Habitus* Urucuiano. É uma nova discussão que ora se propõe ante os resultados dessa pesquisa.

A Dialética Intertextual sobre *Geraisificação* do PARNA-GSV é a ferramenta teórico-argumentativa para que o Discurso Cosmográfico Geralista rearticule sua Sintaxe Identitária e coloque a Geolexicopédia e sua topogramática dentro dessas lutas de representações. Estes são os Quatro Princípios Hermenêuticos que apresentamos como orientadores dessa rearticulação geolingüística – síntese de tudo o que dissemos nessa pesquisa desde seu início:

- *Múltiplas Fronteiras da Trijunção/Baiangoneiro*: este é o binômio que sintetiza a categoria “Goiás-Januária”. Entender a *transfronteiridade geográfico-ambiental*, fusão sociocultural da trijunção BA/GO/MG e zona de transição Cerrado-Caatinga (Gerais), que cria na *geografia imaginada* o topograma transcritor “*BA.GO.Minas*” como uma das condições históricas de existência dos *Geralistas*, também *Baiangoneiros*, é retomar o debate sobre “Gerais” em movimento às margens do Rio-Fêmea (cfe. Item 4.1.3 desse capítulo). A desativação dos *Caminhos da Trijunção*, sobretudo os *Caminhos de Januária*, anulou os múltiplos intercâmbios entres as Nascentes da Carinhanha e o Norte de Minas – *locus* da Matriz Identitária Geraizeira. Estradas como BR-020 ou BR-349 (exemplos de presença materializada do EFA-1) são ilustrativas como demarcadoras de desterritorialização nas Fronteiras da Trijunção.

- Nascentes da Carinhanha/*Geralista*: a categoria “*Carinhanha-Gerais*” (cfe. Itens 4.1.1, 4.1.2, 4.2.1, 4.2.2) é a senha do *Big Data*¹⁸⁵ do PARNA-GSV. É a central de tradução das ressignificações de todos os vínculos socioculturais com o Sertão-Gerais. Por meio dessa categoria, Carinhanha e PARNA-GSV são elementos antagônicos e, por isso mesmo, esse aparente maniqueísmo os tornam objetos privilegiados de problematização epistemológica sobre toda informação ou conhecimento produzido/veiculado sobre a matriz identitária dos Geralistas como sujeitos históricos dessa unidade de conservação. Essa categoria também é o ponto de partida para o debate que coloca, equivocadamente, o *Território Carinhanha* (ou as cabeceiras desse rio-fêmea) como mero apêndice geográfico da Bacia do Urucuia.
- Topogramática Geralista/*Habitus Urucuiano*: aqui a categoria “*Povo/Pessoal do Parque*” deve ser problematizada pela geolinguagem da Topogramática Geralista como expressão genuína do *Cânone Roseano*, base inspiradora que elege o Urucuia como lugar de fala sobre questões envolvendo o PARNA-GSV e transforma os livros de ficção de Guimarães Rosa como porta-vozes da matriz identitária das Nascentes da Carinhanha (veja Item 4.2.3). Esse deslocamento de foco narrativo põe os Geralistas na invisibilidade. A Geolexicopédia Geraizeira é o contraponto-resposta a essa anonimidade marginalizante.
- Costume/*Tradição Inventada*: a categoria “*Sujeito Geralista*” (cfe. Item 4.2.1, 4.2.2 e todo o Item 4.3), além de ser ao mesmo tempo símbolo e alegoria das representações mnemônicas da Identidade Cultural e Territorial das Nascentes da Carinhanha, é também protagonista demarcadora dos questionamentos identitários sobre quem eram ou quem são os antigos moradores das áreas convertidas no PARNA-GSV. Como símbolo, essa categoria remete à necessária distinção conceitual entre costume e *tradição inventada*, sendo aquela expressão da visão de mundo geralista sobre as Nascentes da Carinhanha, e esta a imagem da Carinhanha projetada a partir da leitura das representações historiadoras que têm no *Habitus Urucuiano* sua base fundante. Como alegoria, o Sujeito Geralista é, metaforicamente, o “*Tatu-Arqueólogo*” que deve ser concebido como um

¹⁸⁵ Big Data é um termo amplamente utilizado na atualidade para nomear conjuntos de dados muito grandes ou complexos, que os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar. Os desafios desta área incluem: análise, captura, curadoria de dados, pesquisa, compartilhamento, armazenamento, transferência, visualização e informações sobre privacidade dos dados. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Big_data - acesso: 6/2/18.

“*Flâneur*” em permanente busca das raízes (o Legado Ancestral) de sua identidade dentro do PARNA-GSV, mesmo em contextos desterritorializantes.

Desta forma, a Dialética Intertextual sobre *Geraisificação* do PARNA-GSV põe na mesa de debates o Passado, o Presente e o Futuro dos antigos territórios tradicionais onde viviam os dezoito interlocutores das narrativas aqui interpretadas. Os NCV's Rodeio/Canabrava, Porto da Cobra, Beira do Itaguari e Cabeceira da Taboca foram convertidos em espaço sem lugar (unidade de conservação). Problematizá-los sob a perspectiva hermenêutica da Geolexicopédia Geraizeira é a essência literal da Dialética enquanto Tese (“*Carinhanha-Gerais: lugar habitat*”), Antítese (*chegada do PARNA-GSV: desterritorialização*) e Síntese (*Resistência Cultural em defesa do Sujeito Geralista na luta por terra/territórios e suas raízes: a Matriz Identitária Geraizeira*) em discussões sobre Sertão-Gerais.

Bourdieu (2004, p. 22-35), no estudo sobre “*campo científico*” como espaço que converte a “*luta científica*” (confronto entre resultados de pesquisas) em “*luta armada*” (lutas de representações” entre cientistas), afirma que essas disputas semânticas visam sempre conservar ou transformar práticas discursivas que sirvam a interesses de determinado grupo de pesquisadores ou instituições que os sustentam. A Pesquisa Científica sobre PARNA-GSV é um desses *campos científicos*. Os resultados dessa nossa pesquisa – que se contrapõe à *Retórica da Regionalidade Fraturada* e faz uma releitura crítica do *Habitus Urucuiano*, reconhecendo-o como importante canal de interlocução enquanto prática discursiva hegemônica – são parte dessa disputa de representações sobre os Geralistas (suas CTNC's) e essa unidade de conservação.

GERALISTA: SUJEITO INTÉRPRETE DO PARNA-GSV (Interlocutor de **Ariadne** entre as Fronteiras da Trijunção)

Suscita a invenção do Epos e a difusão do Ethos. Ideia trazer à Capital, numa demonstração ainda mais pan-brasileira e numerosa, vaqueiros de todas as nossas procedências, para imensa parada típica, [...], sugerindo delimitação de um PARQUE NACIONAL DOS VAQUEIROS, intenta se SALVEM, enquanto tempo, cor e teor de SUAS TRADIÇÕES, já degressivos [...] em sua TRANSCENDÊNCIA válida, e dar cursos e corações à sua Filosofia-de-Vida. [...]. Minas é Sertaneja, Jagunça, Rural, Bovina, Nativa, Sabida, URUCUIANA, Chapadeira, VEREDEIRA e GERALISTA

(ROSA: 1970, p.136, 250 – grifos nossos).

Método [do Desvio é], por certo perigoso, pois nunca se pode ter certeza de que ELE LEVA REALMENTE A ALGUM LUGAR, mas, pela mesma razão, extremamente precioso, pois SÓ A RENÚNCIA À SEGURANÇA DO PREVISÍVEL PERMITE AO PENSAMENTO ATINGIR A LIBERDADE.

(GAGNEBIN: 2007, p. 88 – grifos nossos).

Fig.33 – Membros Geralistas da família (de João) “Peba”: Maria Antônia (irmã do autor dessa pesquisa; é neta de João Peba), Dona Esteva (mãe; é sobrinha de Seu Herculano Rodrigues e esposa de neto de João Peba) e Antônia de Beneval (prima; é sobrinha de Seu Firmino da Muriçoca, genro de João Peba. Chácara Barreiro, Formoso-MG. Dona Antônia de Beneval fugiu do Gerais usando o Caminho Januária – Goiás (Sítio da Abadia) e veio parar em Brasília no período da construção. Quase vinte anos depois, ela veio matar a saudade revisitando a Carinhonha



Fonte: arquivo de Xiko Mendes. Acervo pessoal. Data: 1976.

EPIFANIAS DO “TATU ARQUEÓLOGO” DA CARINHANHA

A Epifania¹⁸⁶ é a “*manifestação do sagrado*” e é expressa por diferentes meios de interlocução do Espaço Mítico. Oração, reza, encantamentos, relíquias (reminiscências)... são canais com os quais ela vai se corporificando no cotidiano de um grupo social (LAPLANTINE e TRINDADE: 1997, p. 15). Já “... *a Alegoria*, [segundo a teoria benjaminiana da História], *despedaça todas as coisas em PARTES e atribui a cada parte um OUTRO SIGNIFICADO. É como se o OBJETO TIVESSE QUE MORRER e ser retirado de seu contexto original para que UMA NOVA SIGNIFICAÇÃO FOSSE POSSÍVEL*” (MACHADO: 2004, p. 39 – grifos nossos). A reconstrução da história dos Geralistas por meio de sua farta memória coletiva, nessa pesquisa, é uma alegoria benjaminiana que serve de contraponto ao *Habitus* Urucuiano. Essa memória ritualiza e atualiza o quadrinômio: “*Nascer, Viver, Morrer e Ressuscitar*” (este por meio da Rememoração: o ato de narrar) entre os Geralistas.

Vimos no Capítulo IV que o Tatu Peba, como símbolo, representa um dos momentos mágicos da epifania no Imaginário Social da Carinhanha. A tridimensionalidade dessa percepção se resume aos rituais de passagem do Tatu no ciclo existencial dessas comunidades: “*Nascer/Viver/Morrer*”. Quando do nascimento de *João Peba* e, recorrendo à Mímesis, apelidaram o nosso *flâneur* e ele “carregou” o tatu-peba no nome para sempre. Muitos descendentes dele ainda são tratados na Trijunção como da “*Família Peba*”, sobretudo quem é da prole do Seu Firmino da Muriçoça.

Há a *Dança do Tatu Sob Pau* que ritualiza o Viver no Gerais corporificando esse animalzinho no imaginário burlesco do Espaço Mítico. Na disputa entre Seu Carrinho e Seu Zé Rapadura para ver quem tinha o “feitiço mais forte”, aquele colocou na barriga deste, um tatu peba, matando-o numa crise diarreica fulminante. É como se a história aqui se entrecruzasse com a ficção (RICOEUR: 1997, p. 316, 329, 332, 362).

O Tatu Peba é, figurativamente, mais que símbolo, uma alegoria sobre Passado, Presente e Futuro das Comunidades Tradicionas da Carinhanha. Seu constante ato de cavucar demarca fronteiras no espaço e fixa os limites de seu território. E mais: suas

¹⁸⁶Epifania, nesta pesquisa, é termo usado em sentido metafórico, mas em geral significa “manifestação” ou “aparição”. É uma súbita *sensação de entendimento ou compreensão da ESSÊNCIA DE ALGO* ou realização de um sonho difícil. O termo indica que alguém “*encontrou finalmente a última peça do quebra-cabeças e agora consegue ver a imagem de algo*”. O termo é aplicado quando um pensamento inspirado e iluminante acontece e parece ser divino em natureza, um pensamento que naquele instante é considerado único e inspirador ou sobrenatural. Do ponto de vista filosófico, Epifania é a *sensação profunda de realização*, no sentido de *compreender a essência das coisas*; é sinônimo de *insight*. Do ponto de vista literário, é a forma de se mostrar um conceito é também entendida como a maneira de expor claramente ideias ao interlocutor, ou seja, torná-las legíveis. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Epifania> - acesso: 30/1/18.

escavações, metaforicamente, são uma estratégia de luta (resistência), pois em situação de perigo, sempre há um buraco disponível para garantir sua sobrevivência em ambiente hostil. Para cumprir essa tarefa diária na luta pela vida, sempre que emerge à superfície, fica à sorrelfa (Fig.34) e mapeia sua cartografia existencial com a precisão de um “*Flâneur*” (releia Item 4.3.1 dessa pesquisa), exímio conhecedor do Sertão-Gerais.

Fig.34 – “*Tatu Arqueólogo*”, o Peba, e Vovô João Peba: Sínteses Alegóricas dos Estudos de Arqueologia, Antropologia e História do PARNA-GSV – Patronos Eponímicos da Geolexicopédia da Carinhanha



Fonte: disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=soEKEas7pC8> – acesso: 28/1/18.

Essa metáfora explica, em parte, a sobrevivência da Identidade Cultural e Territorial dos Geralistas. E ela se converte em alegoria ou *nova epifania*: assim como o Tatu Peba, os Geralistas resistem, diariamente, contra a desterritorialização de seus núcleos comunitários veredeiros. A desconstrução dessas territorialidades tradicionais põe essa *Gente do Gerais* em luta constante, movendo-se, mudando-se, mas fixando sua identidade por onde anda ou viva.

E nessa caminhada transumante dos Geralistas pela Região da Trijunção (ou até na RIDE-DF), sua identidade é ressignificada (por Mímesis) nos seus novos territórios residenciais: *França* (Sítio d’Abadia-GO), P.A *Gentio-São Francisco* e *Capão do Mel*, e comunidade *São Joaquim* ou nos bairros *Santa Luzia/Cerrado Quente* e *Capuava* (Formoso-MG); P.A *Ribeirão do Boi* e comunidade *Santa Rita* (Chapada Gaúcha); ou ainda dentro do PARNA-GSV onde lá permanece a comunidade *Cajueiro* demarcando os limites de sua territorialidade na resistência para não ser removida dessa unidade de conservação. Nessa *conclusão*, recomendamos a criação de uma *comunidade imaginada baiangoneira* – TRB/SPANC – como agrupamento dessas comunidades aqui mencionadas. Propõem-se aqui o TRB como espaço-lugar de resistência cultural.

Para Benjamin, essa caminhada ao mesmo tempo que produz “*a fragmentação do REAL* [o morar em vários lugares dispersos, porém, unidos como uma só comunidade de destino] *manifestada pela ALEGORIA, também é a denúncia crítica da FALSA APARÊNCIA DE TOTALIDADE...*” (GAGNEBIN: 2007, p. 39, 43 – grifos nossos). Em outras palavras: com o PARNA-GSV, a maioria dos interlocutores do Discurso Ambientalista não enxerga nele os lugares preexistentes (os antigos N.C.V’s), mas apenas a (“*Falsa?*) *Totalidade*” do Meio Ambiente (paisagens sem lugares).

Os Geralistas se contrapõem a tudo isso promovendo a *reespacialização simbólica* das Nascentes da Carinhanha tanto por meio de suas lembranças nas quais esses lugares e sua historicidade são reconstruídos como “*espaço-território*” vivo quanto e sobretudo por meio da reprodução comunitária do seu modo tradicional de vida na maioria das moradias atuais. Assim se completa a alegoria benjaminiana: despedaça-se o Real como se ele tivesse que morrer para, em outro lugar, “*ressuscitar-se*” mantendo viva a matriz identitária dos Geralistas.

Sou bisneto de *Seu João Peba*, o “*Flâneur*” anônimo que é filho de Seu Rafael Mendes (dono primitivo da *Fazenda Rodeio*, que deu origem aos NCV’s e ao PARNA-GSV.2). Ele é neto de Silvério Mendes (proprietário da *Fazenda São Pedro*, pioneira do desenvolvimento de Formoso-MG no século XIX); Seu Rafael era cunhado dos cultos e poderosos Donos de *Bela Lorena*¹⁸⁷. Desde quando ainda era menino no *bairro geralista* da Capuava, em Formoso, que me apaixonei por *histórias* como essa *Breve Genealogia* aí da minha “*família Peba*”. E foi inspirado por elas que, sem perceber, me tornei um anônimo “*Colecionador de Lembranças*” na exumação do Sertão-Gerais da Carinhanha. Como defende Benjamin (1995, p. 228, 239-240 – grifos nossos):

... toda PAIXÃO confina com um caos, mas a de colecionar com o das Lembranças. [...] Tudo o que é lembrado, pensado, conscientizado, torna-se ALICERCE, MOLDURA, pedestal... [...]. Assim, as verdadeiras lembranças devem proceder informativamente muito menos do que indicar o local exato onde o investigador se apoderou delas. A rigor, épica e rapsodicamente, uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma IMAGEM daquele que se lembra assim como um bom RELATÓRIO ARQUEOLÓGICO deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus Achados, mas também, antes de tudo, AQUELAS OUTRAS que foram atravessadas anteriormente.

Para investigar essa “*Coleção de Lembranças*” que foi se acumulando no meu fantasioso imaginário infanto-juvenil, fui “*guardando*”-as por meio de fotos, relatos e

¹⁸⁷ José (Juca) e Joaquim Borges Carneiro casaram-se com duas filhas de Silvério Mendes Teixeira e fundaram a Fazenda Bela Lorena na década de 1860 (MENDES: 2002, p. 82-84).

viagens de revisitação às Nascentes da Carinhanha e seus lugares habitat. Assim como o *Peba* (tanto o tatu quanto meu “*biso*” João), logo me vi, também, como um “*Tatu Arqueólogo*” escavando o subsolo da Memória Coletiva Geralista para nele reencontrar as raízes do meu centenário *Tronco Ancestral* (Mendes, “*Bito*”, Barbosa e os *Rodrigues*, da minha querida mamãe Esteva) nas veredas e chapadas do “Gerais”.

Muitos foram os *Achados* – como os evocam Benjamin. Essa dissertação é o meu “*relatório arqueológico*” (como paráfrase benjaminiana). Ele “fornece” uma “imagem”, que é a nossa leitura da *Geolexicopédia Geraizeira*. Mas sei que mais imagens como “leituras” da relação Cultura-Território dentro do PARNA-GSV, precisarão ser construídas: elas serão “*AQUELAS OUTRAS [imagens] que foram atravessadas anteriormente*” e, em parte, são aqui lembradas e historicizadas, nessa rica oralidade, pelos nossos dezoito *Interlocutores* como “*alicerce e moldura*” sobre o PARNA-GSV.

Como *manifestação epifânica*, esse conjunto de narrativas gravadas, editadas (em texto e DVD) e interpretadas são, alegoricamente, a *Porta do Buraco do Tatu Peba*: se continuarmos escavando com a mesma paixão dos arqueólogos e com a mesma garra dos Geralistas em manterem viva sua identidade, e do tatu peba na sua luta diária pela vida no Sertão-Gerais, há de se encontrar muitos outros “*Achados*” que surpreenderão toda a Ciência (e seu “*Cânone Roseano*”) já escrita sobre o PARNA-GSV.

Entre os “*Achados*” Benjaminianos, essa pesquisa identificou quatro categorias de marcação identitária presentes na Memória Coletiva das Comunidades Tradicionais: *Carinhanha-Gerais*, *Goiás-Januária*, *Sujeito Geralista* e *Povo/Pessoal do Parque*. Por meio das memórias e de suas representações, constatou-se que ainda há fortes vínculos socioculturais dessas comunidades com o Sertão-Gerais; que seus membros problematizam, conscientemente, os impactos decorrentes tanto da Modernização Conservadora quanto por causa do PARNA-GSV; e ainda há entre eles uma intensa resistência cultural associada à Mímesis, que é a força revigorante de sustentação que mantém viva sua identidade filiada à Matriz Identitária Geraizeira. A análise do conjunto dessas narrativas (*Geolexicopédia*) apontou, entre outras alternativas, a de se fazer, imediatamente, a reformulação crítica do Programa de Gestão Ambiental e com ele redigir um segundo plano de manejo que inclua a criação de Zonas Histórico-culturais nos lugares lembrados pelos Geralistas (nas duas margens da Carinhanha).

De acordo com a nossa leitura e análise de conteúdo dessas narrativas, a principal contribuição delas é a de que, partindo-se do debate epistemológico sobre

representações (historiadoras e mnemônicas) com foco na Região da Trijunção e suas populações tradicionais, a Memória Coletiva dos Geralistas, a partir dessa pesquisa, será um dos *fiões de ariadne* para reinterpretação de qualquer entendimento sobre PARNA-GSV no contexto das Múltiplas Fronteiras entre Bahia, Goiás e Minas Gerais. Se a Carinhanha, entre os Geralistas, é um marcador histórico determinante para o reencontro com sua *Matriz Identitária Geraizeira*, e eles posicionam-se como o Sujeito Histórico de seus antigos Núcleos Comunitários Veredeiros, o PARNA-GSV, nesse contexto geolinguístico interdiscursivo, é o *Terceiro Excluído*¹⁸⁸.

Daí concluímos que, com base nessa leitura (poderá haver outras), essa unidade de conservação seja doravante problematizada no debate acadêmico com foco em superar a *Retórica da Regionalidade Fraturada* e, com ela, a perspectiva de abordagem monotemática do *Habitus* Urucuiano que “lê” o PARNA-GSV sob os *olhares* da Ficção de Guimarães Rosa como (se fossem) as “*lentes divinas*” de um monólogo “historicizante” sobre esse Sertão-Gerais da Trijunção, centralizando-o na Bacia do Urucuia. Mas, com esse estudo, infere-se que a Carinhanha é o “centro” desse debate sobre Geralistas e PARNA-GSV: essa é a visão de quem nasceu, morou e carrega nas suas memórias itinerantes, os lugares e as pessoas desse Rio-Fêmea cuja *geografia imaginada e movediça* situa-o entre Goiás-Januária e não entre as idílicas veredas urucuianas tão bem descritas e imortalizadas pelo *Cânone Roseano*.

Os resultados dessa pesquisa são um convite à reflexão dialética para que se fortaleça a articulação discursiva entre políticas ambientais e culturais na Região da Trijunção como programa unificado de ações permanentes que promova a cidadania sustentável, concebendo Homem – o Ser Geralista – e Natureza não mais como partes separadas segundo a lógica baconiano-cartesiana (BACON: 1999, p. 33, 43-44, 95, 97-98, 218; LACEY: 2008, p.153-172; Leff, in: PHILIPP JR. et. al: 2000, p. 19-51; ZIZEK: 2016). Essa é uma tarefa do Estado, das comunidades tradicionais e do conhecimento científico sobre o PARNA-GSV e o Mosaico SVP.

Outra é o fortalecimento institucional dessa unidade de conservação, mas que seja atrelado à políticas públicas de valorização da Identidade dos Geralistas. Isso é uma necessidade como projeto estratégico para a conservação da Sociobiodiversidade do Bioma Cerrado. O Geralista como um sujeito histórico cerratense e com sua fecunda

¹⁸⁸ Em Lógica, a Lei do Terceiro Excluído é a terceira de três clássicas Leis do Pensamento: ela afirma que para qualquer proposição, *ou esta proposição é verdadeira, ou sua negação é verdadeira*. A primeira formulação conhecida foi o Princípio da Não-contradição, de Aristóteles: de duas *proposições contraditórias* onde uma proposição é a negação de outra, uma é necessariamente verdade e a outra é falsa. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_terceiro_exclu%C3%ADdo – acesso: 2/2/18.

visão de mundo tradicional sobre seu habitat são um contraponto à Modernização Conservadora. Assim, poderemos materializar a ideia de um Desenvolvimento Autêntico – não excludente (LACEY: 2008, p. 189-215) nas Fronteiras da Trijunção, que seja capaz de assegurar a sustentabilidade tanto dele quanto do seu Meio Ambiente (o PARNA-GSV, inclusive).

Como resultado da análise da coleta de dados, esse estudo traz três recomendações importantes que são frutos das demandas discursivas que permeiam a fala da maioria de nossos Interlocutores do PARNA-GSV: a reformulação do modelo gestor dessa unidade de conservação, sobretudo com foco em encerrar o inconcluso processo de regularização das terras assim como a necessidade de que as memórias dos Geralistas sejam objetos de ressignificação/problematização pedagógica (e dentro do PARNA-GSV também!) para além dessa pesquisa. Essa reflexão nos conduziu ao intento de que isso é apenas parte das alternativas a serem buscadas visando reduzir os impactos da des/re/territorialização e, assim, evitar o desenraizamento da Matriz Identitária dos Geralistas. Agregamos a essas propostas, também a de se transformar cada comunidade remanescente do PARNA-GSV ou que ainda resida dentro dele em um *Sítio Simbólico de Pertencimento Ancestral às Nascentes da Carinhanha*.

Reformulação Crítica do Programa de Gestão Ambiental (PGA)

Como vimos nesse estudo, o Plano de Manejo do PARNA-GSV é de 2003 e tratou, basicamente, do PARNA-GSV.1, pois a área de ampliação foi criada logo depois. Nesse documento, o Discurso Ambientalista não priorizou as representações socioculturais dos antigos Núcleos Comunitários Veredeiros. O Vau da Muriçoca aparece como único referencial do Zoneamento Histórico-Cultural e ainda cometendo o equívoco de não citar Firmino da Muriçoca e sua fazendinha homônima como pontos de georreferência desse lugar nos contatos entre os atuais PARNA-GSV.1 e PARNA-GSV.2.

Na maior parte do tempo, o Programa de Gestão Ambiental do PARNA-GSV ficou sob responsabilidade técnica da FUNATURA que, por sinal, além de ter realizado ações administrativas interessantes como a própria ampliação da unidade de conservação, em 2004, extrapolou essa dimensão puramente gerencial. A FUNATURA, que esteve coordenando essas atividades desde os estudos preparatórios em 1988, se notabilizou, sobremaneira, por construir projetos comunitários de relevante interesse socioambiental e com impactos positivos na vida das comunidades tradicionais remanescentes e removidas, inclusive coordenando o reassentamento de parte delas no P.A Gentio-São Francisco (2003/03), além de sistematizar o primeiro plano de manejo ainda vigente.

Como dificuldade de sua gestão, aqui apontada nas narrativas dos Geralistas, registra-se os conflitos entre as categorias “*Sujeito Geralista*” X “*Povo/Pessoal do Parque*” (leia-se FUNATURA). A relação antagônica entre elas ficou aqui demonstrada por meio de falas cortantes que trazem como foco de enunciação discursiva as pendências indenizatórias, além da própria desterritorialização veredeira. Regularizar a estrutura fundiária é uma necessidade urgentíssima, pois tem sido um dilema que se arrasta há décadas nos entraves burocráticos do Estado¹⁸⁹.

Essa problemática revela-se incisiva como recomendação nesse estudo. Com o fim da vigência do Acordo de Cooperação e Parceria Compartilhada, a retirada da FUNATURA (período 2013/15) como gestora ambiental do PARNA-GSV implicou na devolução dele ao IBAMA/ICMBio. Não obstante a boa vontade da reduzida equipe governamental de atuação, as demandas aqui evocadas permanecem, aumentando a tensão discursiva entre essas duas categorias de representação na Prática Discursiva Geralista.

Diante dessa conjuntura desfavorável na qual a Gestão Ambiental do PARNA-GSV mostra-se deficitária, recomendamos a construção democrática, junto à sociedade civil, de um novo PGA (v. Q.13) assim como a elaboração, também participativa, do segundo plano de manejo que, além de incluir o PARNA-GSV.2 (nosso objeto de estudo), também priorize os aspectos socioculturais e históricos de toda a unidade de conservação.

Q – 13: Novo PGA no PARNA-GSV

Ações Administrativas Recomendadas	Ações Pedagógicas Recomendadas
<p>Reorganização do Corpo Técnico na Gestão do PARNA-GSV, com ampliação e qualificação de uma equipe permanente.</p> <p>Elaboração participativa de um novo plano de manejo, que inclua o PARNA-GSV.2 e crie novos zoneamentos para marcadores identitários.</p> <p>Criação do NUREF – <i>Núcleo de Regularização Fundiária</i>. Objetivo: cuidar das pendências relativas às indenizações dando uma solução definitiva ao problema que se arrasta há décadas.</p>	<p>Criação do NAPSNUC – <i>Núcleo de Apoio à Pesquisas sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação</i> (SNUC). Objetivo: sistematizar a pesquisa científica (dissertações, teses...) e publicações não acadêmicas que sejam de interesse relevante para a compreensão do PARNA-GSV e de suas comunidades tradicionais, além de colaborar com a elaboração dos planos de manejo e outras informações sobre esta unidade de conservação e outras do Mosaico SVP.</p> <p>Criação do NEPA – <i>Núcleo de Educação Patrimonial e de Educação Ambiental</i>. Objetivo: promover ações educativas com foco na valorização da identidade cultural e territorial dos Geralistas dentro do PARNA-GSV e em sua zona de amortecimento, e também a construção de consciência ambiental voltada para a conservação do Bioma Cerrado e do Homem Cerradense.</p>

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

¹⁸⁹ Consulte Instrução Normativa 02 de 3/9/2009, do ICMBIO. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022009.pdf> - acesso: 5/2/18.

Como recomendação para este segundo plano de manejo (v. Q.14), apresentamos uma *Lista de Sugestões* para criação de *Espaços Culturais* que remetam à historicidade dos antigos NCV's dentro do PARNA-GSV. Que esses espaços, alegoricamente, ao serem instituídos pelo Poder Público, se incorporem à *geografia imaginada* do TRB/SPANC (confira nessa *conclusão*) como se também fossem (e são!) *Sítios Simbólicos de Pertencimento Ancestral às Nascentes da Carinhanha* (ZAOUAL: 2003, p. 101-105). Sugerimos, então, a implantação, no ZHC do PARNA-GSV.2, de sete Microzonas Destinadas à Educação Patrimonial – MDEP:

- ESPAÇO CULTURAL *Firmiano de Almeida e Seu Praso*, na antiga Fazenda Sumidouro: homenagem aos antigos proprietários desse latifúndio, respectivamente, nos séculos XIX e XX, Marca Primordial da colonização pioneira da Carinhanha.
- ESPAÇO CULTURAL *Rafael Mendes e Albertão do Rodeio*, na antiga Fazenda Rodeio: homenagem ao Patriarca Fundador da localidade que deu origem a um dos dois primeiros núcleos comunitários veredeiros (NCV) e também em memória de um dos Pioneiros Sucessores de Clãs na aliança *Mendes-Bito*. É homenagem evocatória, também ao *Seu Aristides Mendes*, um dos seis filhos do Patriarca Rafael e que após a morte do pai, lá permaneceu cuidando do Rodeio, com os irmãos Benício e Zezim Mendes (Rafael Filho). João *Peba* e Tomásia mudaram-se de lá.
- ESPAÇO CULTURAL *Dona Maria Bita e Dona Canuta*, no antigo Porto da Cobra: homenagem às Mulheres Geralistas e à sua bravura emancipadora, e também uma evocação às Conexões Geraizeiras Goiás-Januária. Os “*Bitos*”, Fundadores de Serra das Araras, têm sua ancestralidade fincada também nas barrancas da Carinhanha. É também homenagem ao *Seu Teotônio Bito*, que sucedeu *Maria Bita* como liderança comunitária nesse *lugar-movimento* entre “Goiás-Januária”.
- ESPAÇO CULTURAL *Herculano Rodrigues e Felipe Mata-Onça*, na margem direita da vereda Canabrava: homenagem a dois Pioneiros Parceiros na territorialização veredeira. Suas famílias irmaram-se (por meio de matrimônios) com as de *Maria Bita* e *Rafael Mendes* na territorialização veredeira entre as Nascentes da Carinhanha.

- ESPAÇO CULTURAL *Firmino da Muriçoca e Pedro Boca*, entre o Vau da Muriçoca e a sede da antiga fazenda de mesmo nome (neste caso, o *Espaço Cultural Pedro Boca*, já existente, será renomeado): homenagem à celebração da Negritude (pois ambos eram negros) e aos *Caminhos de Casa* que ligavam as comunidades tradicionais entre as duas margens da Carinhanha.
- ESPAÇO CULTURAL *Ponte da Damiana*, à montante do rio Itaguari: homenagem aos negros e viajantes como evocação das antigas rotas Goiás-Januária nas Conexões Geraizeiras, e a essa ex-escrava, primeira esposa de João Peba (Mendes).
- ESPAÇO CULTURAL *Bastião Suçuarana e Firmino Borges*, no antigo Porto da Onça: também uma homenagem às Conexões Geraizeiras TVP-TC-TVU-TPP e aos mestres do Saber Tradicional do Sertão-Gerais (pois Seu Bastião era o maior rezador como Seu Firmino foi o maior curador, segundo atestam as Narrativas dos Geralistas).

Faz-necessário um mapeamento circunstanciado sobre o PARNA-GSV.1 para daí ser construída, também, uma proposta de criação de outras MDEP', além dessas que recomendamos. A pesquisa de Jacinto (1998) é o ponto de partida. Mas, antes, há indagações heurísticas ainda sem respostas que requerem estudos detalhados, por exemplo, sobre *Seu João Paçoca* (João Teixeira Marinho), ilustre pioneiro na Territorialização Veredeira do Microterritório Santa Rita-Rio Preto (SRP) e sobre o hoje anônimo, mas famoso latifundiário João Antônio Soares, dono da Fazenda Mato Grande.

“*João Soares*” – sua alcunha – foi assassinado em 1914, segundo Mendes (2002) e Martins (1997), pelo bando de Antônio Dó. Causa: *disputa de herança* entre filhos bastardos e com pendências fundiárias dentro da unidade de conservação até hoje. O *Legado Ancestral* dos antigos moradores do PARNA-GSV – assim como as contraditórias e reticentes representações historiadoras sobre ele – é uma esfinge cujo *Báu de Enigmas* está à espera de novos “*tatus-arqueólogos*” para decifrá-lo.

Q – 14: Novo Plano de Manejo para o PARNA-GSV

Eixos Estruturantes Propostos	Opções de Especialização da Unidade de Conservação com base na Geolexicopédia dessa pesquisa
Zoneamento Ambiental (Z.A)	MPA – <i>Microzonas de Proteção Ambiental</i> . Objetivo: definir espaços ambientais de acordo com os critérios biológicos (tipo de flora, fauna, relevo, etc presentes nos ecossistemas locais). MDEA – <i>Microzonas Destinadas à Educação Ambiental</i> . Objetivo: definir áreas para <i>Práticas Pedagógicas e de Estudo</i> junto às Instituições de Ensino da Região da Trijunção, instituições universitárias, entidades de pesquisa científica etc, com trilhas eco-culturais, mapeamento e sinalização do Patrimônio Natural que possa ser contemplado, problematizado (debatido) e assimilado, como tema de aula, quanto aos seus aspectos cênicos (paisagem), fitofisionômicos e histórico-culturais para as antigas Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha que aí residiram antes da unidade de conservação.
Zoneamento Histórico-Cultural (ZHC)	MDEP – <i>Microzonas Destinadas à Educação Patrimonial</i> . Objetivo: definir os <i>Espaços Culturais do PARNA-GSV</i> (observe nossa <i>Lista de Sugestões</i>) com trilhas eco-culturais, mapeamento e sinalização do Patrimônio Histórico-Cultural ainda existente como legados ancestrais das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha, e que possa ser conservado, contemplado, problematizado (debatido) e assimilado, como tema de aula, quanto aos seus aspectos de historicidade dos territórios tradicionais convertidos em lugares de memória da identidade cultural e territorial dos Geralistas. MIEM – <i>Microzonas Invocatórias de Espaços Míticos</i> . Objetivo: definir, mapear e sinalizar cemitérios e outros (se houver) lugares de culto dos Geralistas, e destiná-los às visitas monitoradas periodicamente (exemplo: <i>Dia de Finados</i>), visando o reencontro dos antigos moradores das Nascentes da Carinhanha e seus descendentes, com seus entes queridos lá sepultados ou para outras formas de hierofanias ou epifanias (celebrações), ou, ainda, para fazer pequenas obras de identificação de jazigos (exemplo: colocação de lápides e outras inscrições tumulares), tudo sob controle e em obediência às normas do SNUC.
Zoneamento Socioambiental (Z.S)	MCT* – <i>Microzonas Comunitárias Tradicionais</i> . Objetivos: identificar, dentro da espacialização da Zona de Amortecimento (Entorno do PARNA-GSV), localidades onde, comprovadamente, residam populações remanescentes da unidade de conservação, em quantidade relevante, e que possa apresentar-se como amostragem significativa tanto da presença de Geralistas quanto da conservação de traços identitários das Comunidades Tradicionais oriundas das Nascentes da Carinhanha; Propor estratégias de desenvolvimento local, integrado, sustentável, direcionadas à conservação do seu Patrimônio Histórico-cultural e Socioambiental, suas práticas de espaço, seus saberes e fazeres tradicionais (reprodução social do seu Modo de Vida típico), sugerindo-se-lhes as condições de como obterem essa sustentabilidade. MNC** – <i>Microzonas Não Comunitárias</i> . Objetivo: identificar, dentro da espacialização da Zona de Amortecimento, localidades que despertem relevante interesse histórico por sua importância na História do PARNA-GSV.

OBS.:

***Sugestões de MCT:** P.A Ribeirão dos Bois na divisa Chapada Gaúcha/Jamúria; Comunidade Santa Rita, em Chapada Gaúcha; P.A Gentio-São Francisco e P.A Capão do Mel, e também Comunidade São Joaquim, Bairros Capuava e Santa Luzia (Cerrado Quente), todos em Formoso; Comunidade do França, em Sítio d'Abadia; Comunidade Cajueiro, dentro do PARNA-GSV, divisa Formoso/Cocos, e que deve ser desmembrada e recategorizada como unidade de conservação de uso sustentável. (Exemplo sugerido: RDS-Cajueiro).

****Sugestões de MNC:** Fazenda Bela Lorena – ponto de georreferência vital para entender a História nas Fronteiras da Trijunção; foi fundado pelos irmãos Borges Carneiro, cunhados do Patriarca Rafael Mendes; e o Marco da Trijunção, símbolo da fronteira BA/GO/MG) ou localidades com alta vulnerabilidade ambiental que coloquem em risco as condições de permanência e resiliência do Bioma Cerrado. No primeiro caso, propor estratégias de preservação dos seus bens patrimoniais; no segundo, propor medidas mitigadoras dos impactos ambientais sobre o entorno da unidade de conservação.

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

Revisão Epistemológica do Currículo na Educação Básica da Trijunção

Tanto a Educação Patrimonial quanto a Educação Ambiental são eixos estruturantes que garantem não só a relação das pessoas e municípios vizinhos com a unidade de conservação, fortalecendo sensibilizações e consciência de pertencimento, mas criando instrumentos mediadores para se manter viva a Matriz Identitária das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha e a relação delas com seus antigos territórios veredeiros. Porém, assim como a Memória Coletiva Geralista e seu discurso cosmográfico (Geolexicopédia) são partes da disputa semântica nas lutas de

representações do PARNA-GSV, o Currículo aqui entendido por Arroyo (2013, p. 12-18, 259-374) como elemento essencial do “*Território Escola*”, também é parte dessa trama epistemológica nas múltiplas geolinguagens sobre Sertão-Gerais.

Nesse debate é importante acentuar que tipo de escola está preparada para vencer o preconceito contra os Geralistas (releia *Introdução*) e inseri-los na sua matriz curricular. Recomendamos que essa escola vincule seus fundamentos pedagógicos à uma nova epistemologia sobre o ato de ensinar – a Educação que se baseia na *concepção gramsciana* – conforme explica Mochcovitch (op. cit., p. 7-8, 18):

O grande pensador marxista italiano Antônio Gramsci, porém, nos diz algo diferente sobre a Escola e a sua função: ela pode ser, em certa medida, transformadora sempre que possa proporcionar às Classes Subalternas os meios iniciais para que, após uma longa trajetória de conscientização e luta, se organizem e se tornem capazes de ‘governar’ aqueles que as governam. [...]. Gramsci não nega a função reprodutora da Escola. Mas seu pensamento tem um compromisso com a transformação da Sociedade, e ele procura encarar a Escola como uma Instituição que, é certo, produz o conformismo e a adesão, mas, dentro de certas condições, pode trazer um esclarecimento que contribui para a elevação cultural das Massas. [...]. Os Intelectuais Orgânicos [...] são aqueles que difundem a concepção de mundo revolucionária entre as Classes Subalternas. São aqueles que se imiscuem na vida prática das Massas e trabalham sobre o Bom Senso procurando elevar a consciência dispersa e fragmentária das Massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea [por que] os Intelectuais Orgânicos são dirigentes e organizadores, ‘autoconsciência crítica [que] significa, histórica e politicamente, criação de uma Elite de Intelectuais [por que] não existe organização sem intelectuais...

A problematização da prática discursiva do livro didático e do fazer pedagógico dos professores passa pela base curricular adotada na escola. E como afirma Arroyo (op. cit., p. 17), “*todo território cercado [é o caso do currículo, diz o autor] está exposto a ocupações, a disputas, assim como todo território sacralizado está exposto a profanações*”. De igual forma, a permanência da categoria identitária geralista passa (também!) pelo tipo de formação do cidadão Geralista. E a escola é um dos espaços mediadores da construção do Geralista como *intelectual orgânico* capaz de preparar a base teórico-conceitual sobre sua identidade. A inclusão de conteúdos pedagógicos sobre as Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha é tão essencial à essa permanência quanto as próprias narrativas aqui analisadas (releia Capítulos III e IV).

Sobre isso, Gramsci é categórico (In: MOCHCOVITCH (op. cit., 55):

...a tendência democrática [da escola], intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada ‘cidadão’ possa se tornar governante e que a sociedade o coloque, ainda que abstratamente, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados, assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar...

É nesses termos que se coloca aqui, como recomendação, a sugestão, às Redes de Educação Básica dos municípios da Região da Trijunção, da abordagem interdisciplinar envolvendo o tema “*Saberes Ambientais do Sertão-Gerais: GERAISOFIA – SASG*”. Essa inclusão dar-se-á em uma de duas opções: ou como tema transversal permeando os conteúdos de todas as disciplinas (é o ideal) ou como disciplina integrada à Parte Diversificada da Matriz Curricular.

Como projeto pedagógico ora batizado por nós com a abreviatura “*Projeto SASG*” (v. Q.15), ele tem como objetivo geral a conservação do Bioma Cerrado no Sertão-Gerais tendo por referencial teórico-conceitual dessa valorização, a História Ambiental da Matriz Identitária Geraizeira e suas geolexicopédias em cada localidade, sobretudo em territórios tradicionais como os dos Geralistas.

Q – 15: Projeto SASG

Cronograma do Ano Letivo	Sugestão de Temáticas da História Ambiental do Cerrado, entre outras
1º Bimestre	Marco Legal das Políticas Públicas Culturais e Ambientais com Ênfase sobre o Bioma Cerrado e sua interseção (zona de ecótono) com o Bioma Caatinga (Gerais da Trijunção).
2º Bimestre	Sociobiodiversidade do Cerrado: Diálogos de Saberes entre Natureza e Cultura na Percepção das Comunidades Tradicionais ou membros delas.
3º Bimestre	Matriz Identitária Geraizeira: (Re)Leituras da Geoxicopédia do PARNA-GSV e do SVP.
4º Bimestre	Oficinas Cerratenses de Saberes e Fazeres Tradicionais Locais com Ênfase nas Comunidades Tradicionais do PARNA-GSV e do SVP/Trijunção.

Fonte: Francisco P.M. Souza, 2017.

Entre outros objetivos específicos, propõem-se, para esse projeto pedagógico:

- Valorizar a Identidade Cultural e Territorial das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha, remanescentes do PARNA-GSV, e de outras unidades de conservação (Mosaico SVP, p. ex.);

- Criar consciência socioambiental e de pertencimento identitário ao Cerrado-Gerais visto como espaço dialético de disputa de representações histórico-culturais e econômicas;
- Reconstruir memórias coletivas e historicidades dos núcleos comunitários veredeiros (NCV) do PARNA-GSV;
- Valorizar e dar visibilidade histórica e social ao Sujeito Geralista como ator social protagonista da territorialização veredeira do PARNA-GSV;
- Adotar a Práxis Pedagógica (problematizando teoria e prática ao mesmo tempo sob a ótica gramsciana: o “*colocar a mão na massa*”) como referência na construção das oficinas de saberes e fazeres tradicionais locais que propiciem momentos de sensibilização cultural compartilhados e vivenciados, coletivamente, de preferência com visitas monitoradas às comunidades tradicionais.
- Problematizar, no contexto da Modernidade¹⁹⁰ e da Modernização Conservadora do Cerrado, a *Geraisofobia*, tendo como perspectiva crítica sobre (mas não, necessariamente, contra) ela, a criação de diferentes processos dialéticos de *Geraisificação*. Exemplo: construção da *Geraisofia* enquanto *Resposta-Sublimação* pacífico-pedagógica às segregações ainda vigentes contra o Sujeito Geralista. A Geolexicopédia é parte desse instrumental de análise.

Desta forma, abre-se a possibilidade de as escolas e toda a sociedade moradora no Entorno do PARNA-GSV debaterem essa segregação, tanto espacial quanto cultural, relativa à identidade dos Geralistas, pois “*aprender a perceber outro ser humano, não como objeto, mas como uma pessoa completa, não é um acontecimento automático...*” (NUSSBAUM: 2015, p. 95-96). Esse aprendizado, mais que pedagógico, tem conteúdo ideologizante; mas também é “*uma conquista – diz a autora – que exige a superação de muitos obstáculos: o primeiro deles é a total incapacidade de distinguir entre o Eu e o Outro*”.

Para superar esse obstáculo epistemológico no ato de ensinar, será preciso utilizar-se da “*Imaginação Narrativa*” – frisa Nussbaum. É ela que nos dará “*a capacidade de pensar como deve ser se encontrar no lugar de uma pessoa diferente de nós, de ser um intérprete inteligente da história dessa pessoa...*”. A compreensão de “*anseios*”, “*emoções*” e “*desejos*” são listados pela autora como parte da materialização

¹⁹⁰ Consulte ANDERSON (1999), BAUMAN (2014), HARVEY (2017), HARARI (2016) e LATOUR (2013).

sentimental dessa *imaginação narrativa* na prática pedagógica das escolas. O conjunto de memórias e representações construídas pelos próprios Geralistas nessa pesquisa – espera-se – é um ponto de partida para iniciar o *Projeto SASG* na Trijunção.

Que essas narrativas geralistas se tornem parte de um novo currículo e essa *imaginação narrativa* seja incorporada ao fazer pedagógico dos nossos professores. Concluimos com Gramsci: mais que governados, os Geralistas poderão sonhar com a perspectiva crítica de se tornarem governantes. E daí contribuir, como tarefa contínua deles e de todos nós, com a permanência da categoria identitária “Geralista”: marca da historicidade dos Nativos entre as Nascentes da Carinhanha.

Assim, será fortalecido o Discurso Cosmográfico Geralista como prática epistemológica contra-hegemônica à Modernização Conservadora do Cerrado, que hoje impõe sua hegemonia no controle desse importante bioma da América do Sul.

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação [...] de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais [...]. Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. [...] (MOCHCOVITCH, op. cit., p. 122, 20).

Nas lutas contra-hegemônicas (PORTELLI: 2002, p. 17-50) assim como na rotina do tatu-peba, essa (*Projeto SASG*), se implementada, será uma contribuição teórica e política que qualificará a utilidade do currículo também como marcador identitário da sociedade sobre as Nascentes da Carinhanha. *Ser Geralista* – eu sou um deles – além de um projeto de vida e uma visão de mundo diferenciadora num planeta globalizado – é o que vimos em 18 entrevistas – requer a problematização epistemológica, tanto dos Saberes Ambientais sobre o Sertão-Gerais, quanto da hegemonia de quem, sobre eles, postula exercer controle para tirar proveito mercenário do seu rico conhecimento tradicional relacionado à Sociobiodiversidade do Cerrado.

Dentro do projeto pedagógico acima proposto, recomendamos que sejam produzidos materiais didáticos e paradidáticos com foco específico na Matriz Identitária do Sertão-Gerais e sobre Região da Trijunção. Durante nossa pesquisa de campo, realizamos levantamento preliminar que constatou duas informações opostas, porém, relevantes:

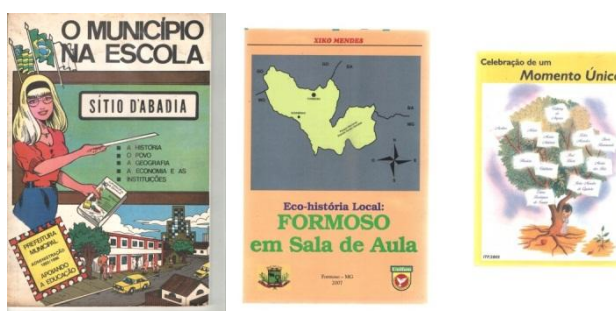
Já há iniciativas pedagógicas com esse objetivo. Na década de 1990, a prefeitura de Sítio d’Abadia, município mais antigo da Trijunção, chegou a colocar em sala de aula um projeto pedagógico focado nas questões de historicidade e identidade locais; e na década seguinte, outra prefeitura imitou a proposta; também foi editado um livro com

resumos históricos sobre a ancestralidade dos Mendes, Barbosa e Rodrigues dentro do PARNA-GSV (Fig.35 a 37).

Entramos em contato com as secretarias municipais de Educação dos oito municípios situados nas Fronteiras da Trijunção sobre a adequação curricular ao Novo Plano Nacional de Educação¹⁹¹, aprovado pela Lei Federal 13.005, em 2014, com vigência decenal até 2024; procuramos também saber se havia projeto pedagógico em execução nas redes municipais de ensino sobre temáticas histórico-culturais e socioambientais envolvendo o trinômio Trijunção/PARNA-GSV/Sertão-Gerais. Não havia até meados do ano letivo de 2017.

No caso dos planos municipais de Educação – PME, Sítio d’Abadia-GO e Formoso-MG (onde as experiências com livro didático em sala de aula foram implantadas e em seguida suspensas por prefeitos adversários dos anteriores) assim como Cocos-BA – cópias deles chegaram até nós. Infelizmente, embora sejam uma amostragem da tríplice fronteira (cada um numa unidade federativa), esses PME’s não trazem diretrizes sobre obrigatoriedade com revisão da matriz curricular visando a abordagem das questões socioambientais e histórico-culturais locais ou regionais. A leitura que se faz sobre a censura partidária aos livros didáticos ou a omissão política sobre os Geralistas como comunidades tradicionais no texto dos PME’s citados, remete o debate sobre *Geraisificação* do PARNA-GSV ao campo epistemológico e hermenêutico das disputas de representações tantas vezes analisadas nesta pesquisa.

Fig.35, 36 e 37: Material Pedagógico. Livros didáticos; um sobre Sítio d’Abadia-GO com textos de Saramar Mendes de Souza, Anadir C. Galvão e Adolfo B. de Almeida, editado entre 1993/1996; outro sobre Formoso-MG, autoria de Xiko Mendes, editado em 2007; e o 3º livro (não didático), também desse autor, edição de 2007, trata da genealogia dos Mendes na Trijunção.



Fontes: Mendes et al. (1993), Mendes (2007, 2003).

Propondo a “Comunidade Imaginada Baiangoneira”

¹⁹¹ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> - acesso: 9/2/18.

Comunidade Imaginada, segundo Anderson (2005, p. 21-27), é o referencial criador do modelo de nação que surgiu no século XVIII como produto da interação entre “*artefatos culturais*”. As nações são comunidades¹⁹² que criam uma “*Imagem de Comunhão*” como elemento que demarca a identidade coletiva de seus membros, mesmo uns morando distantes de outros ou nunca se encontrando ao longo da vida. Elas devem ser compreendidas pelo “*modo como imaginam a si mesmas*”, pois, ainda que vivam num ambiente de desigualdade, o que une seus membros são seus “*artefatos culturais*” que, conjugados e articulados, criam “*uma agremiação horizontal e profunda*”, o que contribui para todos irmanarem-se em fraternidade.

Adaptando esse conceito para o contexto do PARNA-GSV, recomendamos a criação de um território-região¹⁹³ que sirva de georreferência da integração regional das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha. Elas, mesmo estando dispersas em diferentes municípios da Região da Trijunção e até na RIDE-DF, não deixaram de se constituir como *Comunidade de Destino*. Esse destino se traduziu – é o que demonstra a leitura das narrativas que analisamos – no compartilhamento da memória coletiva sobre o espaço-lugar que se tornou PARNA-GSV.2: a *Carinhanha-Gerais*.

As representações mnemônicas dos Geralistas são o elo (fio de Ariadne) que criam a “*Imagem de Comunhão*” histórico-toponímica entre seus membros, mesmo alguns deles (os que moram em Brasília) estando distantes entre si. Sua historicidade, seus costumes e outros aspectos ressaltados nessas narrativas foram os “*artefatos culturais*” de que os Geralistas se serviram para que, ao final dessa pesquisa, possamos inclui-los também como *comunidade imaginada* no entre-fronteiras BA/GO/MG (BA.GO.Minas): marco de resistência cultural no Sertão-Gerais.

Nessa comunidade imaginada, o *Geralista Baiangoneiro* – morador de *fronteiras movediças*, transitando entre EFA-1, EFA-2 e EFC – promove a ressignificação sociocultural de seus vínculos identitários com o Sertão-Gerais renomeando-o como seu “*Território-Região BA.GO.Minas*” – TRB (fronteira física entre Bahia, Goiás e Minas Gerais). Para fortalecer ainda mais esses vínculos, sugerimos, como parâmetro de autorreferenciamento toponímico, que cada lugar onde

¹⁹² Na página 25 (op. cit), o autor informa: “*é imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a Imagem da sua Comunhão*”. Comunidade Religiosa e Reino Dinástico são categorias apresentadas pelo autor como exemplos de comunidade imaginada na criação de nações.

¹⁹³ Esse conceito foi explicitado no Capítulo IV, Item 4.3.3.

haja um grupo integrante das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha, seja identificado como um sítio simbólico de pertencimento dentro do TRB:

O conceito de Sítio Simbólico de Pertencimento interpreta mecanismos de adaptação e evolução. É um espaço de crenças práticas ajustado às circunstâncias locais. Sua transversalidade articula a Cultura dos atores da situação, com a Sociedade e o Meio Ambiente. [...]. Os sítios têm uma alma que a economia racional ignora. [...]. A Cultura do Sítio está no horizonte dos Paradigmas do Futuro. É ela que constitui o cadinho dos modos de organização e de estímulo dos atores locais em torno das mudanças necessárias. O sítio funciona, assim, como um perito cognitivo e coletivo. Ele desencadeia mecanismos de cooperação que estabilizam a desordem inerente aos organismos sociais (ZAOUAL: 2003, p. 95, 102-103).

Nesses sítios demarcadores da Matriz Identitária Geraizeira, cada lugar habitado por *Geralistas Baiangoneiros* constituir-se-á em canal de sua “nova” topogramática sobre as representações que eles fazem de si mesmos: será o *Fio de Ariadne* tecendo a CDG-CTNC. Isso contribuirá para que essas lutas de representações sobre o PARNA-GSV e quem morava nele sejam disputadas, semanticamente, em condições de igualdade na esfera das geolinguagens sobre Fronteiras da Trijunção.

Thompson (1998, p. 13-24), ao tratar dos costumes ingleses no século XVIII, destacou que, além de haver um profundo distanciamento alienante entre a cultura da elite e a do povo, a dissociação entre ambas propiciou “*um ambiente de resistência em nome do costume*”. E isso transformou a cultura popular num demarcador de rebeldia identitária, o que contribuiu para o nascimento de uma “*Consciência Costumeira*”. E essa (proposta de) *Comunidade Imaginada Baiangoneira*, também tem em sua consciência identitária, não a *Tradição Inventada*, mas o Costume como um dos referenciais de sua existência histórica dentro e fora do PARNA-GSV: a CDG-CTNC.

As narrativas sobre espaço mítico demonstraram quanto a *consciência costumeira* dos *Geralistas* contribuiu não só para a manutenção de suas manifestações culturais, mesmo diante da inexistência de espaço físico para apresentá-las/representá-las. Contribuiu também – e isso é o mais importante – para a circularidade, em diferentes lugares, de uma memória coletiva fecunda em relatos sobre o *Legado Ancestral* deles no atual PARNA-GSV. E é essa resistência identitária que sustentará os fundamentos histórico-antropológicos para se criar, na nova *geografia imaginada* deles, o *Território-Região BA.GO.Minas* – TRB como “*agremiação horizontal*” de Sítios *Simbólicos de Pertencimento Ancestral às Nascentes da Carinhanha* (SPANC). TRB/SPANC: uma *comunidade de destino* convertida em *comunidade imaginada*.

LEMBRETE *BENJAMINIANO* À *COMUNIDADE DE DESTINO GERALISTA*

Ricoeur (2007, p. 508) argumenta que “o *Esquecimento não é uma acontecimento, algo que ocorre ou que se faz ocorrer. Obviamente pode-se perceber que se esqueceu, e nota-se isso num dado momento. Mas o que se reconhece é o Estado de Esquecimento no qual se estava*”. A Resposta a esse Esquecimento nunca pode ser o ódio ou a vingança nem a reação embrutecida contra (e pelas) as injustiças praticadas no Passado como ofensas aos nossos Ancestrais – no caso desse trabalho.

Essa pesquisa não foi feita para que eu reivindicasse indenização material pelas terras do meu trisavô Rafael Mendes. Parte delas foi usurpada; e a maioria convertida em posse após a morte dele. O resultado desse estudo é um ato epistêmico de anistia moral e também uma *Reparação Simbólica à Memória dos Pioneiros da Territorialização Comunitária da Carinhanha*. Eles agora ganham *rosto histórico* e visibilidade porque...

Fazer-se lembrar, ter sua imagem preservada para a eternidade, é uma dimensão da experiência humana em diferentes historicidades. ...o que se silencia, o que se relega ao Esquecimento, o que se escolhe para guardar ou registrar [...] é um processo mediatizado por Relações de Poder... (MAGALHÃES: 2013, p. 25).

A possibilidade de utilizar a História para finalidades sociais e pessoais construtivas vem da natureza intrínseca da Abordagem Oral. Ela trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na Fala, e não na habilidade da Escrita, muito mais exigente e restritiva [porque] a História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a Vida para dentro da própria História e isso alarga seu campo de ação. [...]. Traz a História para dentro da Comunidade e extrai a história de dentro da Comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os Idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações (THOMPSON: 1992, p. 41).

Encerrar essa dissertação me traz muita alegria, apesar dos contratemplos que tive ao longo de sua redação. No redigir seus textos senti dentro de mim pulsar o sangue de Damiana, a *Ninfa-Negra* que seduziu João *Peba* e que se *encantou* na Ponte da Damiana, no entre-*Caminhos e Fronteiras da Trijunção BA/GO/MG*; o sangue de João *Peba*, com o seu “*zoinho*” de tatu-peba entreolhando, desconfiado, tantas belezas naturais agora preservadas (para sempre?!) dentro do *PARNA-GSV*; e o sangue latejante, inquieto-rebelde, de Pedro Machado, meu tataravô *Kayapó*, de quem puxei, pelo lado de minha mãe, essa vontade insaciável pela busca das minhas origens nessa *Encruzilhada Baiangoneira* de Resistência Cultural em prol dos *Geralistas* e sua identidade, opondo-me ao preconceito. *CTNC/PARNA-GSV: são minha Roda-Viva*.

Já dos Vovôs *Zé Cardoso-Monteiro*, Geraizeiro que veio junto com os jagunços de Antônio Dó para o Gerais de Carinhanha-Itaguari, e *Firmino Barbosa*, que largou o Porto Cajueiro para morar nas terras caiapós, conquistadas por Barbosa, Rodrigues, Mendes e Almeida... Herdei deles o compromisso de nunca esquecer que sou fruto dessa identidade geralista-geraizeira-carinhanhista-baiangoneira. Fui parido no (des-)encontro entre Indígenas, (primitivos donos do PARNA-GSV), Negros e Brancos aculturados (ou *transculturados?*) nas areias quentes do Sertão-Gerais, suavizadas nas veredas-refúgios que serviam de retiros/logradouros dos pecuaristas da Trijunção nos meses de seca, e de abrigo-residência/abrigo-memória perpetuado no Imaginário Social das Comunidades Tradicionais das Nascentes da Carinhanha. Que meus filhos e todos os descendentes de Geralistas sintam-se compromissados a continuarem essa missão-tarefa tão venerável, mas tão difícil neste início de século XXI.

Com três anos de pesquisa diária, a missão agora está cumprida. Confesso-lhes uma coisa: a convicção de que embora não saiba se carrego dentro de mim um “Sertão-Geralista” quanto o daqueles meus parentes que aqui entrevistei, fiz todo o esforço intelectual, mesmo ante minhas limitações, para que minha Identidade (junto com as deles) se irmanasse e se fundisse como prova do amor que tenho pelo Sertão-Gerais e por tudo o que esse território representa para mim. É lá, dentro do PARNA-GSV.2, que estão enterrados para sempre meus avós, bisavós, tios, primos... E foi deles e dos meus pais e parentes que entrevistei, o motivo e a força que tive para superar obstáculos e dar cabo, felizmente, à conclusão desse trabalho como contribuição – modesta, eu sei, mas valiosa – à conservação da memória coletiva do “*lado de cá da Carinhanha*”.

Essas foram as últimas palavras do meu pai, neto de João Peba, na entrevista:

É importante [essa história] porque lá no Gerais não mora mais ninguém, só as onças, sucuri... Poucos conheceram lá que nem eu. E esse povo está desaparecendo. Eu mesmo já estou perto de ir para São Pedro. Qualquer hora eu vou para o lado de lá. Por isso eu acho importante fazer essas pesquisas, contar essas coisas, dizer aonde é que moravam as pessoas lá no Gerais; mudaram tudo! Uns morreram, só ficou o nome (Entrevista 3.3.1-a).

Esse aí é o *Lembrete* que me leva à constatação de que a pesquisa científica quando ousa trilhar caminhos tortuosos e de difícil investigação – essa aqui se enquadra nessa sentença – *escavará* tesouros há décadas escondidos e, assim, como disse Benjamin (1994, p. 225), *escovará a História à contrapelo* como contraponto à Barbárie e às suas versões oficiais excludentes. E se tiver paciência de arqueólogo, dos céus subterrâneos pode emergir preciosidades como as dezoito narrativas de nossos

Interlocutores do PARNA-GSV: essa pesquisa era minha utopia. Morreria infeliz caso não pudesse concluí-la. Finalizo-a em memória de minha mãe: D. Esteva Rodrigues.

Plantar utopias é sempre um ato de semeadura com longa dormência. Quando uma semente germina e começa a dar frutos, na maioria das vezes o plantador de sonhos já até morreu (desmaterializou-se). Mas aí ele acorda do seu sono celestial como um sonâmbulo, um notívago trôpego (nosso Tatu-Peba?). E em pleno transe onírico, reincorpora por mais uma vez, em sua catarse heurístico-quixotesca, o personagem que imagina sair de novo, entre as nuvens, replantando a Esperança para fecundar na penumbra do Infinito, o que a maioria dos humanos, em vida, considera impossível. Mas nada, no Uni-Verso, é plenamente impossível na Incompletude da Existência e na Infinitude anti-teleológica de quem vive, não para esperar o Amanhã florescer, mas para colher na Fluorescência (flor-essência) da Vida, a Plenitude do Agora transmutada de Passados. A *Epopéia Geralista* é a minha plenitude. Sinto-me pleno como pesquisador.

Fecho, portanto, este árduo trabalho sobre o qual chorei tantas vezes sozinho na frente do computador e de uma pilha de bibliografias (prejulgando-o como impossível terminá-lo), com três frases mágicas: *Gratidão à “nossa” Gente do Gerais!!!*, “*Deus nunca desampara ninguém*” – sempre dizia minha *mãe-geralista* quando angústia e ansiedade me enjaulavam nas curvas da Existência, e os caminhos pareciam estreitos entre os *Sonhos* e a certeza de realizá-los. E...? *Ufa: eu, Bisneto de João Peba, realizei!!*

Inscrevo, aqui, o *Cenotáfio-resistência* à minha *roda-viva* CDG-CTNC/PARNA-GSV: “*Deus quer, o Homem sonha, a Obra nasce*” (Fernando Pessoa)¹⁹⁴!!

¹⁹⁴ É o primeiro verso da Parte II do poema *Mar Português* – I: *O Infante*. Disponível em <http://www.jornaldepoesia.jor.br/fpesso03.html> - acesso: 14/2/18 (fim!!!).

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

- ABREU, C. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio: Sociedade Capistrano de Abreu/Briguiet, 1960.
- AGOSTINHO, S. *Confissões*, Trad. J.A. Santos e A.A. Pina, São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Pensadores, 1999, p.322, 326).
- ALMEIDA, M. Z. C. M. de. *Educação e memória: velhos mestres de Minas Gerais – 1924/1944*. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2009.
- AMADO, J. *Eloy: morre uma voz, nasce um grito*. Belo Horizonte: Segrac, 1985.
- ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo*, Lisboa-Portugal: Edições 70, 2005.
- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio: Zahar, 1999.
- ANDRIOLLI, C. S. *Sob as Vestes de Sertão Veredas, o Gerais: ‘Mexer com criação’ no Sertão do IBAMA*. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp, 2011.
- ARROYO, M. G. *Currículo: Território em Disputa*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- ARRUDA, M.A.N. *Mitologia da Mineiridade: o Imaginário Mineira na Vida Política e Cultural do Brasil*. Sp: Brasiliense, 1999.
- AUGÉ, M. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da Supermodernidade*, 6ª Ed., São Paulo: Papyrus, 1994.
- _____. *Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial e residência*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- BACON, F. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BAIANO, H. *História de Correntina*. Goiânia-GO: Ed. do autor, 2006.
- BANDEIRA, L.A.M. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio: Civilização Brasileira, 2000.
- BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. 8ª ed., SP: Hucitec, 2013.
- BARROS, J. A. *História Cultural: Um Panorama Teórico e Historiográfico*, **In**: Textos de História – revista do PPGHIS, Vol. 11, n°s: 1/2, Brasília: Unb, 2003.
- _____. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio: Vozes, 2013.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*, Trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política II: Rua de mão única*, Trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política III: Charles Baudelaire: Um lírico n auge do Capitalismo*, Trad. S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Sp: Martins Fontes, 1999.
- BERTRAN, P. (Org.). *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, Tomo II. Goiânia/Brasília: UCG, UFG, Solo, 1997.

- _____. *História da Terra e do Homem no Planalto Central*. Bsb: Verano, 1994.
- _____. *Breve Histórico do Noroeste Mineiro e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas*, Bsb: Funatura/Ibama, 1999 (inédito).
- _____. *Uma introdução à História Econômica do Centro-oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, 1988.
- BHABHA, H. *O Local da Cultura*, Trad. M. Ávila, E.L.M. Reis e G.R. Gonçalves, BH: UFMG, 2007.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, 5ª Ed., Sp: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *O Tempo Vivo da Memória*, São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOTELHO, Â.V; e ANASTASIA, C. *D. Maria da Cruz e a Sedição de 1736*. BH: Autêntica, 2012.
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Sp: Perspectiva, 2007.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Sp: UNESP, 2004.
- BOURDIN, A. *A questão local*. Rio: DP & A, 2001.
- BRANDÃO, C.R. *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*, Sp: Brasiliense, 1986.
- _____. *Memória-Sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*. Uberaba-MG: UNIUBE, 1998.
- BRASIL-CD. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Bsb: Câmara dos Deputados, 2013.
- BRASIL-MPF. *Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais – Manual de Atuação*. Bsb: MPF, 2014.
- BRAZ: B. *São Francisco nos Caminhos da História*. Bh: Leme, 1977.
- BRAZ, P. *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. Sp: Mundo Jurídico, 2006.
- BRUNO, E.S. *História do Brasil: Geral e Regional – 3: Bahia*. Vol. Sp: Cultrix, 1967.
- BURITY, J.A. (Org.). *Cultura e Identidade: Perspectivas Interdisciplinares*, Rio: DP&A, 2002.
- BURKE, P. *Variedades de História Cultural*, 2ª Ed., Trad. Alda Porto, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Hibridismo Cultural*, São Leopoldo-RS: Unisinos, 2003.
- _____. *Cultura Popular na Idade Moderna*. Sp: Companhia das Letras, 2013.
- CALDART, R. S. et al. *Dicionário de Educação do Campo*. Rio/Sp: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.
- CANCLINI, N.G. *Culturas Híbridas*. Sp: EdUSP, 2008.
- CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*, 11ª ed., Rio: Ouro sobre Azul, 2010.
- CARDOSO, E.W. *A Cor Local e a Escrita da História no Século XIX: o Uso da Retórica Pictórica na Historiografia Nacional*. Dissertação de Mestrado, Mariana-MG: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, 2012.
- CARDOSO, R.F. *Território da Cidadania Sertão de Minas: uma interpretação da política pública*. Dissertação de mestrado. Lavras-MG: UFLA, 2013.

- CARNEIRO, J. B. *Meu mundo: pessoas, caminhos, lembranças, saudades...* Formoso-MG: Edição do autor, 2011.
- CARNEIRO, M. *Formoso: Dois Séculos de História*, Goiânia-GO: Ed. do autor, 2003.
- _____. *Entroncamento e Entrosamento: memórias de Sítio da Abadia*. Goiânia-GO: Edição do autor, 2007.
- CARVALHO, J.M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CASAL, M.A. *Corografia Brasileira*. Tomo I. Rio: Imprensa Nacional, 1945.
- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*, 6ª Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, C.de M. *A prática da pesquisa*. Sp: Pearson Prentice Hall, 2006.
- CASTRO, O.A de. *Porto Calendário*. Marília-SP: Edições Símbolo, S/d.
- CERQUEIRA, A.C. *O “povo” parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no Cerrado Mineiro*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- CERTEAU, M. de; *A invenção do Cotidiano – I: artes de fazer*. Rio: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: Entre práticas e representações*, Lisboa: Difel, 2002.
- CORREIA, C. de S. *Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades*, Dissertação de Mestrado, PPGAS, Brasília: Unb, 2002.
- COSTA, J.B. de A. *Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência*, Tese de Doutorado, PPGAS, Brasília: Unb, 2003.
- COSTA, J. B. de A. OLIVEIRA, C. L. de (Orgs). *Cerrados, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo/Montes Claros: Intermeios/Unimontes, 2012.
- DANTAS, M. *Fronteiras Movediças: A Comarca de Itapicuru e a Formação de Canudos*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2007.
- DAYRELL, C. A. *Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. Dissertação de Mestrado, Andalucia-Espanha: Universidade Internacional de Andalucia, 1998.
- DELGADO, L.A.N. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2010.
- DER PLOEG, J.D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da Globalização*. Porto Alegre:UFRSG, 2008.
- DIEGUES, A.C.S; ARRUDA, R.S.V; FIGOLS, F.A.B; ANDRADE, D. (Orgs.). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. Sp: USP/NUPAUB, PROBIO/MMA/CNPQ, 2000.
- DIEGUES, A.C.S. *Sociobiodiversidade*. In: FERRARO JÚNIOR, L.A (Org.). *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Bsb: MMA, 2005.
- DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*, 2ª ed., Sp: Anablume/USP/Hucitec, 2000.
- _____. *O Mito da Natureza Intocada*, 3ª Ed., São Paulo: Hucitec, 2001.

- DURÃES, O. R. *Raízes e Culturas de Buritis no Sertão Urucuiano*, Buritis-MG: Prefeitura Municipal de Buritis, 1996.
- DUARTE, L.M.G; THEODORO, S.H (Orgs.). *Dilemas do Cerrado*, Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- ELEUTÉRIO, R. MENDES, X. (Orgs.). *Pedra Fundamental: o marco zero da Capital*. Brasília: Instituto Cerratense/Academia Planaltinense de Letras, 2012.
- ESCOBAR, A. *O lugar da Natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pós-desenvolvimento?* In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (Org.), Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*, Bsb, UnB: 2001.
- FERREIRA, A. J. de A.; *Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2008.
- FERREIRA, D.S. *Flores avante: história de Flores de Goiás, 1963-2004*. Formosa-GO: Edição da autora, 2006.
- FERREIRA, L. M.A; ORRICO, E.G.D (Orgs.). *Linguagem, Identidade e Memória Social*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FREITAG, P.A.B. *A Institucionalização do planejamento regional de Brasília: O FUNDEFE e o PERGEB sob a lógica da metropolização*. Dissertação de Mestrado, Bsb: UnB, 2012.
- FROTA, U. *Minha vida e experiências com a ECT*. Goiânia-GO: Kelps, 2013.
- FUNATURA/IPHAN. *Inventário dos Bens Culturais da Comunidade Assentamento São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*, Bsb: 2006.
- FUNATURA. *Estrada-parque Guimarães Rosa: Proposta de reconhecimento oficial*, Bsb: Fundação Pró-natureza, 2012.
- _____. *Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu: Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista*, Bsb: Fundação Pró-natureza, 2008.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacós da história*. Sp: Brasiliense, 1993.
- _____. *7 aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio: Imago, 2005.
- _____. *História e narração em Walter Benjamin*. Sp: Perspectiva, 2007.
- GALVÃO, W.N. *As formas do falso*. Sp: Perspectiva, 1972.
- GARDNER, G. *Viagem ao Interior do Brasil*. BH/SP: Itatiaia/USP, 1975.
- GASPAR, M.T.P. *Sistema Aquífero Urucuia: caracterização regional e propostas de gestão*. 2006. Tese de Doutorado em Geologia, Bsb: Unb, 2006.
- GEERTZ, C. *O Saber Local*, 9ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*, Trad. R. Fiker, São Paulo: Unesp, 1991.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*. Sp: Cia das Letras, 2007.
- GOMES, J.C.M. *Sítio da Abadia: sua história e sua gente*. Goiânia-GO: Kelps, 2008.
- GONÇALVES, Maria Torres. *Hunay de ontem e Unai de hoje*. BH: Arte Quintal, 1990.
- GONZAGA, O. *Memória Histórica de Paracatu*. Uberaba-MG: Tip. Jardim, 1910.

- GOODE, W.J. HATT, P.K. *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- HAESBAERT, R.. *O Mito da Desterritorialização*, 3ª Ed., São Paulo: Bertrand, 2007.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Sp: Centauro, 2003.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Trad. T.T. Silva e G.L. Louro, 9ª Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S.. SOVIK, L. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. BH: UFMG, 2006.
- HARARI, Y.N. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2017.
- HEIDRICH, Á. L. et. al. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- HENRIQUE, I.C. *Percursos da Modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XX*. Lisboa: IICT/ICP, 1997. Versão portuguesa de *Commerce et changement em Angola au XIXe siècle . Imbangala et Tsbokwe face à lá modernité*. Paris, L'Harmattan, 1995, 2 Vols.; “L’urbanisation commerciale em Angola au XIXe siècle”, In: *Universo urbanístico português, 1415-1822*, Lisboa: CNCDP, 1998, p. 313-330; “Comércio e Organização do Espaço (c. 1870-1950)”, In: *Actas da III Reunião Internacional de História de África - A África e a instalação do Sistema Colonial, 1885-1930*, Lisboa: IICT, 2000, p. 71-90.
- _____. HENRIQUE, I.C. *A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários (1880-1950)*. Dossiê História Atlântica. Textos de História – Revista do PPG-HIS, UnB: 2004, Vol. 12, n.1/2, p. 9-41.
- HENRIQUE, J.S. *A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Econômica, São Paulo: USP, 2014.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A Invenção das Tradições*, Trad. C.C. Cavalcanti, São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOGAN, D.J. et. al. (Org.). *Migração e ambiente no Centro-oeste*. Campinas-SP: Unicamp, 2002.
- HUNT, L. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JACINTO¹⁹⁵, A.B. *Afluentes de Memória: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.
- JACINTHO, O. *Esboço Histórico de Formosa*. Luziânia-GO: Academia de Letras e Artes do Planalto, 1979.
- JESUS, L.C.F. *A ocupação dos Cerrados: o Polocentro e seus impactos em Minas Gerais*. Campinas-SP: Unicamp, 1988.
- KOSELLECK, R. et. al. *O conceito de História*. BH: Autêntica, 2013.
- LACEY, H. *Valores e atividade científica I*. Sp: Editora 34, 2008.

¹⁹⁵ Caso em alguma citação porventura grafamos JACINTHO (1998), retificamos para JACINTO (1998).

- LAPLANTINE, F. e TRINDADE, L. *O que é Imaginário*. Coleção Primeiros Passos, Sp: Brasiliense, 1997.
- LATOURE, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Trad. Carlos I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3ª Ed., Rio: Nova Fronteira, 1997.
- LEFF, E. *Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental*. In: PHILLIPI JR. et al., A. *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. Sp: Signus, 2000.
- _____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio: Vozes, 2001.
- LENCIONI, S. *Região e Geografia*. Sp: Edusp, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Rio: Vozes, 2009.
- LIMA, L.M. *A Coluna Prestes: Marchas e Combates*. 2ª Ed., Sp: Brasiliense, 1945.
- LIMONAD, E. *Urbanização e organização do espaço na era de fluxos*. In:
- LINS, W. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros*. Sp: INL/Editora Nacional, 1983.
- LITTLE, P.E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. In: *Série Antropológica 322*. Brasília: UnB, 2002.
- MACEDO, N. *Abílio Wolney: um coronel da Serra Geral*. Bsb: MEC/INL, 1980.
- MACHADO, F.A. *Navegação do rio São Francisco*. Rio: Topbooks, 2002.
- MACHADO, F. de A. P. *Imanência e História: a crítica do conhecimento em Walter Benjamin*. BH: UFMG, 2004.
- MACHADO, L. C.P. e MACHADO FILHO, L.C.P. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. Sp: Expressão Popular, 2014.
- MAGALHÃES, I; MARTINS, A.R.; RESENDE, V.M. *Análise de Discursos Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: UnB, 2017.
- MAGALHÃES, N.A. *Marcas da terra, marcas na terra: um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico, Guarantã do Norte-MT (1984-1990)*. Bsb: UnB, 2013.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.; *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, G.I. *As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Norte de Minas Gerais*. Dissertação de mestrado. Uberlândia-MG: UFU, 2011.
- MARTINS, G.I.; JÚNIOR, J.C. *As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Norte de Minas Gerais*. Campo-território: Revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, p. 134-168, fev., 2012.
- MARTINS, S. *Antônio Dó*. BH: SESC, 1997.
- MASSEY, D. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- MAY, P.H., LUSTOSA, M.C e VINHA, V. (Orgs.). *Economia do Meio Ambiente – teoria e prática*. Rio: Elsevier, 2003.
- MATA-MACHADO, B. *História do sertão Noroeste de Minas Gerais – 1690/1930*. BH: Imprensa Oficial, 1991.

- MATOS, O.C.F. *Os Arcanos do Inteiramente Outro: A Escola de Frankfurt – A Melancolia e a Revolução*, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *A Escola de Frankfurt: Luzes e Sombras do Iluminismo*, São Paulo: Moderna, 1993.
- MDA. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do rio Corrente*. Bahia: MDA/SDT-CET-CODETER, 2010.
- MMA-IBAMA. *Parque Nacional Grande Sertão Veredas: Área de Ampliação* (encadernação/brochura). Brasília-DF: Governo Federal, S/d.
- MEDEIROS, C.P. *No rastro de quem anda: comparações entre o Tempo do Parque e o Hoje em um assentamento no Noroeste Mineiro*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro-RJ: UFRJ, 2011.
- MEIHY, J.C.S.B.; HOLANDA, F. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2013.
- MEIHY, J.C.S.B.; RIBEIRO, S.L.S. *Guia Prático de História Oral para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MELO, F.J.D. *Os Ciganos de Mambai: A sobrevivência de sua língua*. Brasília: Thesarus, 2005.
- MELLO, M.A.G.M. *História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de Coronelismo*. Salvador-BA: UFBA, 1989.
- MELLO, O. *A Igreja Paracatu nos caminhos da história*. Paracatu: Mitra Diocesana, 2005.
- _____. *Unaí rumo às veredas urucuianas*. Unaí-MG: Prefeitura Municipal de Unaí, 1998.
- _____. *Câmara de Paracatu, 200 anos de história*. Paracatu: Câmara Municipal de Paracatu, 1999.
- MENDES, X. *O Mito da Interiorização através de Brasília*. Bsb: ASEFE, 1995.
- _____. *Formoso de Minas no final do século XX: 130 anos*. Formoso-MG: Prefeitura Municipal de Formoso, 2002.
- _____. *Celebração de um momento único*. Formoso-MG: ITF, 2003.
- _____. *Eco-história Local: Formoso de Minas em Sala de Aula*. Formoso-MG: Prefeitura Municipal de Formoso, 2007a.
- _____. *Ideias para um novo projeto de cidade em Formoso de Minas*. Bsb: Unifam 2007b.
- _____. *Sonhos, Silêncio e Saudade em minha viagem ao fundo do Lago Formoso*. Bsb: Unifam, 2012.
- _____. *BAGOMINAS – Guia Cultural e Eco-turístico do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Bsb: Funarte, 2013a.
- _____. *Sorrisos de Medusa transformam sonhos em pedras*. Bsb: Academia Planaltinense de Letras, 2013b.
- _____. *Releitura de Francis Bacon como proposta inicial para uma Teoria Crítica da Sociobiodiversidade a partir da historicidade do conceito*. Trabalho de avaliação final na disciplina “Sociobiodiversidade, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural”, Bsb: UnB/ PPG-MADER, maio, 2016 (não disponível para consulta).

- MEYER, G. *O campo artístico-popular em terras de Guimarães: uma entrada para o desenvolvimento*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- MMA-IBAMA/FUNATURA. *Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Brasília-DF: 2003.
- MOLINA, M.C. et. al. (Orgs.). *Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera*. Brasília-DF: NEAD/MDA, 2014.
- MONARDO, M.L. *Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR*. Dissertação de Mestrado, Dourados-MS: UFGD, 2009.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. *Estado, classe e movimento social*. Sp: Cortez, 2010.
- MONTI, E.R. *As Veredas do Grande Sertão-Brasília: Ocupação, Urbanização e Resistência Cultural*. Tese de Doutorado, Bsb: CDS/UnB, 2007.
- MOCHCOVITCH, L.G. *Gramsci e a Escola*. Sp: Ática, 1992.
- MPMG. *Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Bh, S/d.
- MÜLLER, C.B. *Direitos Étnicos e Territorialização: dimensões da territorialidade em uma comunidade negra gaúcha*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- NOGUEIRA, M.C.R. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Bsb: Departamento de Antropologia/Unb, 2009.
- NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: PUC-SP: *Projeto História*. São Paulo, 10 dez. 1993.
- NUNES, José Paulo. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. Sp: Anna Blume, 2005.
- NUSSBAUM, M. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- OLIVEIRA, M.A.A. *Brasil Interior: palestras populares, folk-lore das margens do São Francisco*. Montes Claros-MG: Unimontes, 2015.
- OLIVEIRA, R.M. de; *Vivendo nos interstícios do Cerrado: encurralados entre o Agronegócio e Unidades de Conservação*. Tese de doutorado, Presidente Prudente-SP: UNESP, 2015.
- OLIVEIRA, R.R.R. *A Marcha para Oeste no Brasil: entre a Civilização e o Sertão*. Tese de Doutorado, Campinas-SP: Unicamp, 2013.
- OLIVEIRA, T.H. *Modernização conservadora no Cerrado Gerais da Chapada Gaúcha – MG: um estudo de caso em Buraquinhos*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 2016.
- OLIVEN, R.G. *A Parte e o Todo: A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*, 2ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2006.
- PANG, E.S. *Coronelismo e Oligarquias: 1889-1943 – A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio: Civilização Brasileira, 1979.
- PELÁ, M.C.H. *Uma nova (des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das Capitais do Cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas*. Tese de Doutorado, Goiânia-GO: UFG, 2014.
- PEREIRA, W.C. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. BH: Vozes, 2001.

- PERICO, R.E. *Identidade e Território no Brasil*. Bsb: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.
- PESAVENTO, S.J. (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- _____. *História e História Cultural*, BH: Autêntica, 2005.
- PESAVENTO, S.J. *Além das Fronteiras*. In: MARTINS, Maria Helena (Org.) *Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina*. SP: Ateliê Editorial, 2002.
- PINTO, C.R.J. *Com a Palavra o Senhor Presidente da República José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*, Sp: Hucitec, 1988.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio: Paz e Terra, 2002.
- PMCG (Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha). *A Saga dos Gaúchos no Sertão Norte Mineiro*. Chapada Gaúcha-MG: 2012.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Sp: Brasiliense, 1994.
- QUEIRÓZ, M.I.P. *O campesinato brasileiro*. Rio: Vozes, 1973.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Rio: Vozes, 1973.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Sp: Cia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, E.M.(Org.). *Histórias dos Gerais*. BH: ufmg, 2010.
- RIBEIRO, R.F.; *Sertão: Lugar Desertado – O Cerrado na Cultura de Minas Gerais*, Vol. II, Bh/Sp: Autêntica/MMA, 2006.
- _____. *Florestas anãs do Sertão: o Cerrado na história de Minas Gerais*. Bh: Autêntica, 2005.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Campinas-SP: Papirus, 1994.
- _____. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas-SP: Papirus, 1997.
- _____. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Sp: Unicamp, 2007.
- RICARDO, C. *Marca para Oeste*, Vol. II, Rio: José Olímpio, 1959.
- ROCHA JR, D., VIEIRA JR., W. e CARDOSO, R.C.C. *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- ROCHA¹⁹⁶, J. *Um ensaio genealógico: os Carneiros de Januária*. Cuiabá: Signos, S/d.
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- _____. *Ave, Palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- RÜDIGER, F. *Comunicação e teoria crítica da sociedade*. Porto Alegre: EdPUCRS, 1999.
- SAID, E. W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Sp: Cia das Letras, 2007.
- SAMPAIO, T. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Sp: Companhia das Letras, 2002.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. BH/SP: Itatiaia/USP, 1975.
- SANTIAGO, L.C. M. *O Mandonismo Mágico do Sertão: corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais – 1853/1931*. Montes Claros-MG: Unimontes, 2013.

¹⁹⁶ Livro editado em 1995, mas não consta do expediente a data de publicação.

- SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V.B. *História Oral na sala de aula*. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2015.
- SANTOS, H.R. *Carinhonha e sua História*. Montes Claros-MG: Giordani, 1998.
- SANTOS, M. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: Povoamento e expansão pecuária de 1680 a 1734*. Sp: Edusp, 2009.
- _____. *Fronteiras do Sertão Baiano: 1604-1750*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, São Paulo: USP, 2010.
- SANTOS, M.; BECKER, B. (Orgs.). *Território, Territórios*, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SANTOS, M. *O Espaço Dividido*. Sp: Edusp, 2008.
- _____. *Pensando o Espaço do Homem*. Sp: Edusp, 2012.
- _____. *A natureza do espaço*. Sp: Edusp, 2014.
- SARAIVA, R.C.F. *A cultura não é a cereja do bolo*. **In:** VILAS-SARAIVA, R. C. F. *Sertão, Cerrado e Identidades*, *In: Oralidade e Outras Linguagens*, Ano IV, Nº: 15, Brasília: CEAM/UnB, dezembro de 2004.
- _____. *Tradição e Sustentabilidade: Um estudo dos saberes tradicionais do Cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge-GO*, Tese de Doutorado, Brasília: CDS/UnB, 2006.
- SAUER, S. *Considerações finais*. **In:** SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Orgs.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Bsb: UnB, 2011.
- SAUER, S.; BALESTRO, M.(Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. Sp: Expressão Popular, 2013.
- SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SCHETTINO, M.P.F. *Espaços do Sertão*. Brasília: ICS/UnB, 1995.
- SILVA, C.A.F da. *Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial*. **In:** SILVA, C.E.M. *Os Cerrados e a Sustentabilidade: territorialidades em tensão*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: UFF, 2006.
- SILVA, I.S. da; et. al. (Orgs.). *Práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo do sul e sudoeste do Pará*. Brasília-DF: NEAD/MDA, 2014.
- SILVA, J.G. da. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SILVA, L.O. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas-SP: Unicamp, 2008.
- SILVA, M.A da. *A história e seus limites: notas sobre região e interdisciplinaridade*. Revista USP, São Paulo (33): Março/Maio, 1997.
- SILVA, R.A.P. *Ser tão de Rosa: releituras em perspectivas pedagógica, estética e política*. Arinos-MG: ALMG, 2012.
- _____. *Nesta água que não para: leitura de João Guimarães Rosa no Vale do Urucuia*. Tese de Doutorado, Bsb: Unb, 2014.
- _____. *Travessias Literárias em Perspectiva Interacionista – teoria e prática*. Bsb: Edição da Autora, 2016.
- SILVA, S.R. *Plantas do Cerrado utilizadas pelas comunidades da Região do Grande Sertão Veredas*, Brasília: Funatura, 1998.
- SILVA, T.T.(Org). *Identidade e Diferença*, 5ª ed., Petrópolis-RJ, Vozes, 2000.

- SOJA, E.W. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUSA, A.J. de. *Memória Histórica de Alvorada do Norte*. Goiânia-GO: Kelps, 2005.
- _____. *Riachão/Mambaí*. Goiânia-GO: Kelps, 2008.
- SOUZA, C.V.e. *A pátria geográfica: as representações de sertão e litoral e a construção da nação no Pensamento Social Brasileiro*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 1996.
- SOUZA, F.A.A. *A Cultura Tradicional do Sertanejo e o seu Deslocamento para a Implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Dissertação de Mestrado, Viçosa-MG: UFV, 2006.
- SOUZA, J.E.de. *O Sertão de Cocos na Bahia*, Bsb: Arte e Movimento, 1993.
- _____. *Coronéis no Médio São Francisco*. Santana-BA: AJASS, 2007.
- SOUZA, M.S. *Vidas vividas em Arinos*. Arinos-MG: CEF, 2000.
- TALPO, E. *Chapadas dos Gerais: Veredas da Modernização*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2014.
- TANURE, T.M.P. *Desenvolvimento territorial rural: políticas públicas no Território da Cidadania Noroeste de Minas*. Dissertação de Mestrado, Uberlândia-MG: UFU, 2012.
- SPIX, J.B. e MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil*. Vol. 1. Belo Horizonte-MG: Itatiaia, 1981.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*, Trad. Rosaura Eicheberg, São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOMPSON, P. *A Voz do Passado: História Oral*, Rio: Paz e Terra, 1992.
- TRINDADE, H. G. *Populações tradicionais e conflitos socioambientais no Cerrado: o caso do Complexo de Unidades de Conservação de Terra Ronca-GO*. Dissertação (Mestrado), PPG-MADER, Bsb: Unb, 2016.
- TUAN, Y.F. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.
- _____. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina-PR: EDUEL, 2012.
- VALADARES, N. *Os Personagens de Grande Sertão: Veredas*. Brasília: André-Quicé, 1982.
- _____. *Urucuia*. Brasília: Thesaurus, 1990.
- _____. *História de Arinos*. Brasília: André-Quicé, 2013.
- VASCONCELOS, V.V. *Frentes agrícolas de irrigação e zoneamento ecológico-econômico: estudo de caso da Bacia de Entre-ribeiros – Noroeste de MG*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: PUC, 2010.
- VELHO, O.G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Sp/Rio: Difel, 1976.
- VIEIRA, E. *A saga da Posse e álbum das famílias*. Goiânia-GO: Edição do autor, 2005.
- _____. *Intersecção Goiás-Bahia: cultura popular no vale do Paranã*. Goiânia-GO: Kelps, 2015.
- VIGGIANO, A. *Itinerário de Riobaldo Tatarana*. BH/Brasília: Comunicação/INL, 1974.

VILAS BOAS, R.L. PEREIRA, P.M. *Cultura, Arte e Comunicação*, Caderno 2. Sp: Outras Expressões, 2015.

WAGNER, A. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum*. In: DELGADO, Nelson G. (coord.). *Brasil rural em debate*. Bsb: CONDRAF/MDA, 2010.

WOORTMANN, E.F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Sp/Bsb: HUCITEC/EdUnB, 1995.

ZAOUAL, H. *Globalização e Diversidade Cultural*, São Paulo: Cortez, 2003.

ZIZEK, S. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. Sp: Boitempo, 2016.

INTERNET¹⁹⁷:

http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022009.pdf>

<http://www.jornaldepoesia.jor.br/fpesso03.html>

<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/mosaicos>

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral> e

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm

¹⁹⁷ Nessa pesquisa, a maior parte dos acessos digitais está relacionada com resumos de informações em *Notas Explicativas*. Inserimos nos rodapés todos os endereços eletrônicos. Priorizamos, portanto, em listar em nossas REFERÊNCIAS, apenas aqueles de cujas fontes extraímos citações diretas no corpo dos textos dessa dissertação.

APÊNDICE A:

CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA UTILIZADA NA EDIÇÃO E ANÁLISE DAS 18 ENTREVISTAS (NARRATIVAS DOS GERALISTAS)

3.2.1: *Geralistas residentes na Bacia do Rio Carinhanha*

Entrevista 3.2.1.a

Entrevista 3.2.1.b

Entrevista 3.2.1.c

3.2.2: *Geralistas residentes na Bacia do Rio Urucuia*

Entrevista 3.2.2.a

Entrevista 3.2.2.b

Entrevista 3.2.2.c

Entrevista 3.2.2.d

Entrevista 3.2.2.e

Entrevista 3.2.2.f

3.2.3: *Geralistas residentes na Bacia do Rio Paranã*

Entrevista 3.2.3.a

Entrevista 3.2.3.b

Entrevista 3.2.3.c

3.3.1: *Geralistas residentes na RIDE-DF*

Entrevista 3.3.1.a

Entrevista 3.3.1.b

3.3.2: *Geralistas residentes na Região da Trijunção*

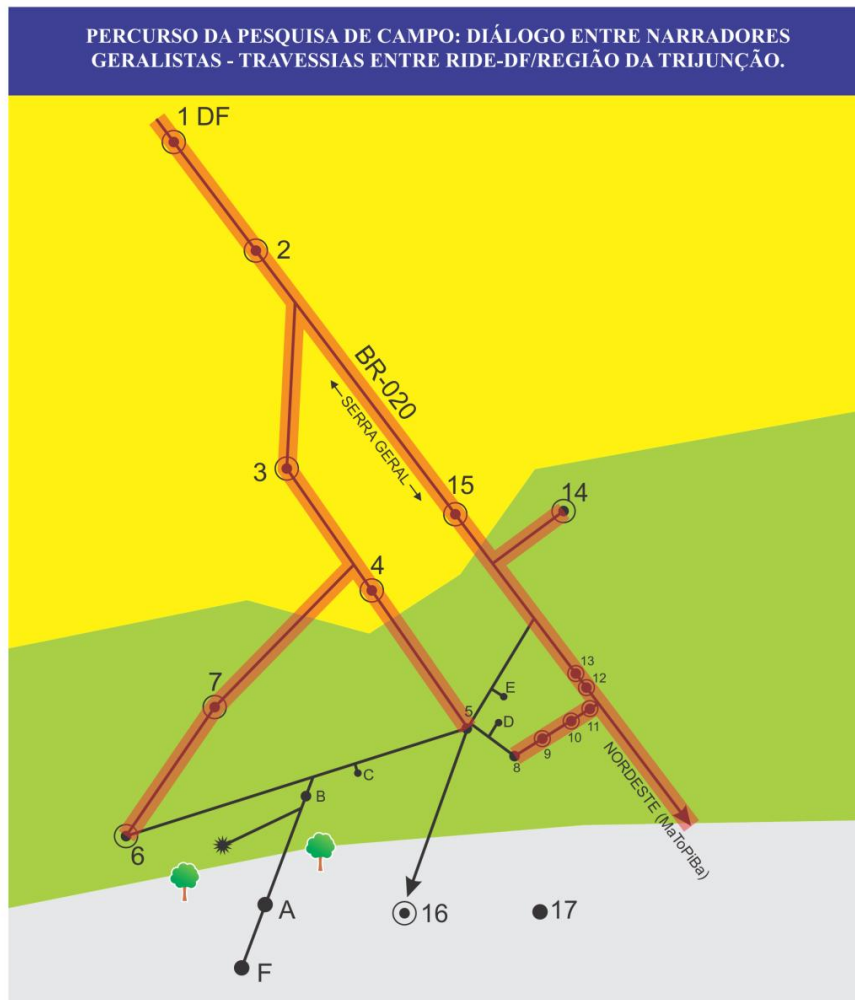
Entrevista 3.3.2.a

Entrevista 3.3.2.b

Entrevista 3.3.2.c

Entrevista 3.3.2.d

APÊNDICE B: PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO



Cidades:

- 1 - Brasília
- 2 - Formosa/GO
- 3 - Cabeceiras de Goiás/GO
- 4 - Buritis/MG
- 5 - Formoso/MG
- 6 - Chapada Gaúcha/MG
- 7 - Arinos/MG
- 8 - Sítio da Abadia/GO
- 9 - Damianópolis/GO
- 10 - Mambai/GO
- 11 - Buritinópolis/GO
- 12 - Simolândia/GO
- 13 - Alvorada do Norte/GO
- 14 - Flores de Goiás/GO
- 15 - Vila Boa/GO
- 16 - Cocos/BA
- 17 - Jaborandi/BA

Comunidades:

- A - Cajueiro
- B - São Joaquim
- C - Gentio-São Francisco
- D - França
- E - Capão do Mel
- F - Estiva

Territórios:

- Área de Estudo
- MaToPiBa
- RIDE-DF
- PARNA-GSV
- Bela Lorena

Itinerários:

- Vias Pavimentadas
- Vias Não Pavimentadas

APÊNDICE C:
CÓPIA DO FORMULÁRIO DO TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO
PELOS ENTREVISTADOS



Universidade de Brasília

Faculdade UnB Planaltina – FUP
Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO n°: _____/2016.

Nome do(a) entrevistado(a): _____

Município onde reside: () Formoso-MG; () Sítio da Abadia-GO; () outro.
Naturalidade: _____ Estado de: _____

Data de Nascimento: ____/____/19____. Profissão: _____

Estado civil: () Solteiro/a; () Casado/a; () Separado/a; () Viúvo/a; () Outro.

CPF n°: _____ RG n°: _____ SSP/ _____

DECLARO QUE ACEITEI PARTICIPAR de pesquisa da Universidade de Brasília- UnB, intitulada “**Fronteiras da Trijunção: Representações e Memórias do Sertão-Gerais, PARNA-GSV – PNPCT**”, desenvolvida pelo pesquisador FRANCISCO DA PAZ MENDES DE SOUZA – XIKO MENDES, aluno da Universidade de Brasília-UnB; e **permito que se obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica**. Declaro que tive conhecimento prévio sobre essa pesquisa, seus objetivos e procedimentos metodológicos.

AUTORIZO que o material e informações obtidas comigo possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, **não devo ser identificado(a) por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso ora citadas**. As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade do pesquisador Francisco da Paz Mendes de Souza e sob a guarda do mesmo. Declaro que o presente Termo será assinado em duas vias iguais como garantia tanto minha quanto do pesquisador.

_____, _____ Estado de _____, ____/____/2016.

Assinatura do(a) Entrevistado(a)*

Eu também me declaro ciente e de acordo com as condições estabelecidas pelo(a) entrevistado(a):

FRANCISCO DA PAZ MENDES DE SOUZA (XIKO MENDES).

*Observação: se não for alfabetizado(a), permite-se *Assinatura a Rogo* com impressão digital do(a) entrevistado(a) cfe. Art. 536 do Decreto-lei Nº: 44.129 de 28/12/1961 c/c **Art. 595 da Lei 10.406/2002.**

APÊNDICE D

ROTEIRO DE GRAVAÇÃO DAS 18 ENTREVISTAS

I – TRAJETÓRIA DE VIDA

1.1 – Perfil Biográfico (Breve história da pessoa entrevistada):

- a) Como é o seu nome completo? É casado? Solteiro? Viúvo? Com quem mora?
- b) Em que dia, mês e ano você nasceu?
- c) Como é (era) o nome completo de sua esposa (ou seu esposo)? Ele ou ela nasceu na Carinhanha? Como se chama o lugar onde ela ou ele nasceu? Os pais, os avós ou bisavós de sua esposa ou esposo nasceram na Carinhanha? Existe algum grau de parentesco entre você e sua esposa ou esposo? Ou entre os antepassados de vocês?
- d) Quantos filhos você tem? Como é o nome deles?
- e) Quantos irmãos você tem? Seus irmãos nasceram na Carinhanha? Onde estão morando seus irmãos hoje? Lembra onde seus irmãos moraram na Carinhanha ou perto dela?
- f) (*Vamos começar lembrando do tempo em que você era criança*). Quando você era menino(a), você brincava de quê? Como eram os brinquedos das crianças que moravam na Carinhanha?
- g) Lembra assim de uma coisa marcante que aconteceu em sua vida quando você era criança ou adolescente na Carinhanha? Qual foi? Por que isso marcou tanto sua vida de criança ou de adolescente?
- h) Como foi sua juventude? Quais as lembranças que você guarda do seu tempo quando era jovem? Como era ou como os jovens se divertiam no seu tempo de juventude?
- i) Depois de seu nascimento, você foi morar aonde? Por quê?
- j) Em quais lugares você já morou?
- k) Onde você mora hoje? Você gosta do lugar onde você mora hoje? Por quê? No lugar que você mora hoje as coisas são iguais ou diferentes do lugar onde você nasceu?
- l) Você tem ou já teve quais profissões, ou seja, o que já fez ou faz na sua vida? Que tipo de trabalho você fazia ou ainda faz?
- m) O que você mais gostou ou ainda mais gosta de fazer? Por quê?
- n) Você estudou em alguma escola? Fez até que série? Qual foi sua melhor escola? O que a Escola da Vida te ensinou?
- o) O que sua família (seus pais, seus avós, bisavós...) te ensinou e você guarda como filosofia de vida e transmite para seus filhos?

1.1 – Ancestralidades (Breve história dos antepassados em áreas do PARNA-GSV):

- a) Como eram ou como são chamados seus pais? Sabe o nome completo de seus PAIS? Onde seus pais nasceram? Eles moraram na CARINHANHA? Quando eles saíram da CARINHANHA? Se seus pais faleceram na CARINHANHA, em que lugar da CARINHANHA eles foram sepultados?
- b) Como é o nome dos seus avós por parte de pai e de mãe? Eles nasceram na CARINHANHA? Em que lugar? Se nasceram fora da CARINHANHA, de onde eles vieram? Lembra quando foi? Se seus AVÓS faleceram na CARINHANHA, em que lugar eles foram sepultados?
- c) Como eram chamados seus bisavós por parte de pai e de mãe? Consegue lembrar de onde eles vieram? Lembra onde eles nasceram? Consegue lembrar de algum parente próximo de seus bisavós? Cite para nós um parente dos seus bisavós. Se seus BISAVÓS faleceram na CARINHANHA, em que lugar de lá eles estão sepultados?
- d) (*Lá na Carinhanha, hoje tem muito cemitério velho, tudo abandonado, cheio de capim, cheio de mato. Ninguém nem localiza mais onde eles estão; só mesmo quem conheceu esses cemitérios acha algumas sepulturas*). Você se lembra de alguns desses cemitérios? Pode nos dizer onde ficavam esses cemitérios na Carinhanha, principalmente na margem esquerda desse rio?

II – MARCADORES SIMBÓLICOS DA IDENTIDADE GERAIZEIRA¹⁹⁸ ENTRE COMUNIDADES TRADICIONAIS DA TRIJUNÇÃO¹⁹⁹

¹⁹⁸ Por se tratar de entrevistados(as) cuja maioria é composta por pessoas idosas e não alfabetizadas, optamos por não criar um bloco em separado para cada um dos cinco marcadores identitários, mas pode-se observar que no agrupamento das questões todos eles foram incluídos ao longo da formulação constante desse roteiro.

- a) O lugar onde você nasceu é região de Gerais?
 - b) A região da Carinhanha é Gerais? A Carinhanha faz parte de qual estado?
 - c) Em qual município você tirou sua certidão de nascimento?
 - d) O que é preciso ter num lugar para ele ser chamado de Gerais?
 - e) Onde fica o Gerais?
 - f) Gerais e Sertão, é tudo a mesma coisa? Por quê?
 - g) Onde fica o Sertão?
 - h) *(Quem nasce ou mora em Minas é mineiro; quem nasce na Bahia é baiano; quem nasce em Goiás é goiano...; uns dizem que quem nasce ou vive no Gerais é Geraizeiro; já outros dizem que gente do Gerais é Geralista)*. Você é Geraizeiro ou é Geralista? Por quê?
 - i) Por que muitas pessoas não gostam de ser chamadas de Geralistas (ou Geraizeiras)?
 - j) Em qual lugar da CARINHANHA você nasceu? Era perto de qual vereda? Seu local de nascimento hoje fica dentro do Parque do IBAMA? Que lembranças você tem do lugar onde nasceu? Lembra assim de alguma coisa, alguma lembrança boa ou ruim, que marcou sua vida lá no lugar onde você nasceu? Por quê? Descreva para nós como era a localidade onde você nasceu, ou passou sua infância e adolescência.
 - k) Como era a casa onde você nasceu ou a primeira casa onde você morou na CARINHANHA?
 - l) Essa casa era feita de que materiais (barro, palha de buriti...)? De onde vinha a madeira, a palha, o barro... para fazer as casas?
 - m) Onde você foi batizado? Você se lembra quem são ou quem foram seus padrinhos? Eles eram ou são amigos de seus pais? Eles moravam também na Carinhanha?
 - n) Em qual igreja você foi batizado? Em qual igreja foi seu casamento?
 - o) *(Êta, meu Deus!!!! Mas o rio Carinhanha tinha peixe, tinha fartura, muita plantação nas roças... era aquele tanto de brejo esgotado!!!)*. Você tem saudade da Carinhanha? Tem saudade do rio Carinhanha? Por quê? O que mais te encantava (encanta) ao ver e frequentar a Carinhanha?
 - p) Por que o rio Carinhanha foi (ou é) tão importante na sua vida e na vida das comunidades que viviam na beira dela antes de virar Parque do IBAMA?
 - q) Além do rio Carinhanha, que é muito bonito mesmo, você se lembra de outros lugares da Carinhanha que você tem saudade, lugares que nunca saíram de suas lembranças? E se pudesse, ainda voltaria na Carinhanha para visitar de novo esses lugares? Por quê? Quais são os lugares da Carinhanha que mais te dá saudade?
 - r) Como as pessoas se comunicavam na Carinhanha? Elas andavam a cavalo, de carro de boi...? Era bom andar de cavalo, de carro de boi, andar a pé? Nessas andanças tem assim um lugar, um acontecimento que você nunca esquece?
 - s) Como eram as estradas da Carinhanha? Por onde passava a estrada que saía da Carinhanha e chegava em Formoso e na Carinhanha dos Carneiros?
 - t) *(Lá na CARINHANHA passava muita gente a pé, de tropa, de carro de boi... Era gente da Bahia indo pra Goiás, pra Minas, São Paulo... Era gente saindo de Goiás e da Bahia, passando e atravessando o rio Carinhanha, para fazer compras ou vender coisas em Januária)*. Fale como era o Porto da Muriçoca, o Porto da Onça, o Porto da Cobra...; aonde essas pessoas pousavam durante a viagem pra Januária, pra Serra das Araras...?
 - u) Como eram as pontes, os vaus...? *(A Ponte da Damiana era famosa lá na beira do Itaguari. Outra velha, a Vêia Henriqueta, filha da Damiana com João Peba, também morou lá. A Ponte da Damiana ficava no meio da estrada da Bahia pro Goiás e Minas)*. Você pode falar pra gente um pouco da PONTE DA DAMIANA, que hoje está dentro do Parque do IBAMA?
- (Lá na Carinhanha morava muita gente. Tinha muitas comunidades que hoje não existem mais. Tinha o RODEIO, a CANABRAVA, a MURIÇOCA, a VEREDA COMPRIDA, o PILÃO, o JATAÍ, o LANDIM, COBRA, VIEIRA, ESTIVA.... Hoje tudo virou parque do IBAMA não é mesmo? Êta mundão de Gerais, que agora só tem onça, veado, sucuri, porco do mato... O povo de lá sumiu tudo, oh meu Deus!!!!).*

¹⁹⁹ O conjunto de entrevistados dessa pesquisa constitui uma comunidade tanto no sentido de terem a mesma origem (parentesco e locais de nascimento comuns) quanto porque ambas as pessoas partilham os mesmo valores culturais do Sertão-Gerais, pois “Comunidade é um agrupamento de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica ou território, rural ou urbano, cujos membros têm alguma atividade, interesse, objetivo ou função em comum, com ou sem consciência de pertencimento, e de forma plural, com múltiplas concepções ideológicas, culturais, religiosas, étnicas e econômicas [...]. ... a comunidade se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos. [é um] um subgrupo dentro da sociedade, percebido ou se percebendo como diferente, em alguns aspectos, da sociedade mais ampla” (PEREIRA: 2001, p. 145, 149).

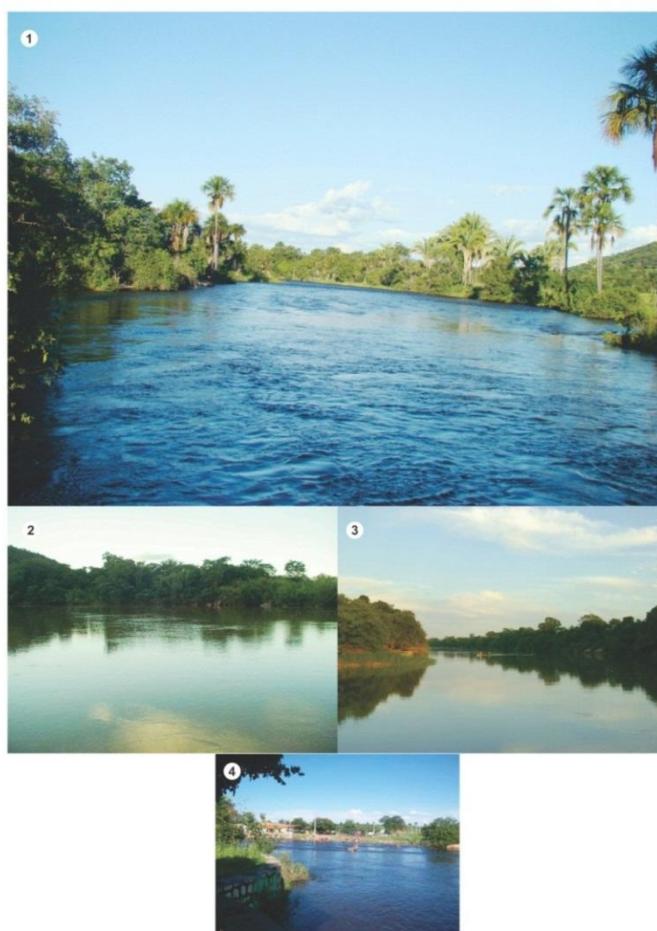
- v) Você se lembra de quais eram os moradores mais antigos da Carinhanha, aqueles “troncos velhos”, aquelas “raízes velhas do tempo do onça” que primeiro chegaram lá? Como era o nome deles? Onde eles moravam?
- w) Essas pessoas que moravam na Carinhanha viviam de quê? É verdade que lá tinha gente que vivia de caçar, de pescar..., outros viviam de pequenas roças em brejo esgotado, outros viviam de criar um gadinho, alguns animais, outros eram vaqueiros? Como era viver na Carinhanha?
- x) De quem eram as terras do RODEIO, CANABRAVA, MURIÇOCA, VEREDA COMPRIDA, PILÃO, JATAÍ, LANDIM, COBRA, VIEIRA, ESTIVA...?
- y) Você se lembra quais eram as famílias que moravam no CAJUEIRO antigamente? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles? Quais são as famílias que hoje ainda estão morando no CAJUEIRO dentro do Parque do IBAMA?
- z) Quem eram as famílias que moravam lá na MURIÇOCA? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- aa) Quem eram as famílias que moravam lá no RODEIO? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- bb) Quem eram as famílias que moravam lá na VEREDA COMPRIDA? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- cc) Quem eram as famílias que moravam lá na CANABRAVA? Lembra o nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- dd) Quem eram as famílias que moravam lá na ESTIVA? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- ee) Quem eram as famílias que moravam lá no JATAÍ? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- ff) Quem eram as famílias que moravam lá no PILÃO? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- gg) Quem eram as famílias que moravam lá na COBRA? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- hh) Quem eram as famílias que moravam lá no LANDIM? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- ii) Quem eram as famílias que moravam lá na beira do rio ITAGUARI e do ITAGUARIZINHO? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- jj) Quem eram as famílias que moravam lá no VIEIRA? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles?
- kk) Quem eram as famílias que moravam na região perto da cabeceira da TABOCA? Você se lembra do nome de alguns dos moradores de lá? Como era o nome deles? Ainda tem gente que mora na cabeceira da Taboca, hoje dentro do Parque do Ibama? Quem é?
- ll) *Naqueles tempos velhos no Gerais da Carinhanha o povo caminhava longe atrás de festa, casamento, batizado.... Eles iam pra Serra das Araras, iam para Vargem Bonita...*
- mm) Você já frequentou ou ainda frequenta a Festa de Santo Antônio em Serra das Araras? Você já frequentou ou ainda frequenta a Festa de Nossa Senhora Santa em Vargem Bonita? Tem outras festas perto da Carinhanha, que você frequenta ou já frequentou? Por que essas festas eram importantes para você?
- Nas comunidades da CARINHANHA tinha ladainha pra tudo quanto é banda. Ladainha pra tudo quanto é santo. No CAJUEIRO tinha e ainda tem a FESTA DE SÃO JOÃO, festa que é do tempo de Dona Eusébia e Seu Estevão. Tudo era motivo pro povo se ajuntar.*
- nn) Você se lembra de algumas dessas ladainhas, dessas festas... feitas pelas comunidades da Carinhanha?
- oo) Como eram as danças no Gerais? Como eram as músicas dos Geralistas (ou Geraizeiros)? Você participava ou ainda participa dos Giros de Folia? Por que sua participação é importante?
- pp) *Naquele tempo tinha muito curador e feiticeiro na Carinhanha. Os CURADORES FIRMINO BORGES, MANÉ PASSA-PERNA, ADÃO FERREIRA... Fale pra nós um pouco sobre eles. O que eles faziam? Por que eram tão procurados pelo povo.*
- qq) *Naquele tempo não tinha médico. Esses curadores eram os médicos do Sertão-Gerais. Quais as plantas medicinais que as pessoas mais usavam? Você lembra de algumas dessas plantas?*
- rr) *Lá na Carinhanha também tinha muita rezadeira, muito rezador: Sebastião Suçuarana, e muitos, muitos outros. Você consegue lembrar de alguns deles e falar um pouco para nós?*
- ss) Você se lembra quais eram as parteiras lá na Carinhanha?
- NOSSA ENTREVISTA JÁ ESTÁ QUASE ACABANDO. Mas eu queria ainda que você nos contasse mais coisas do Gerais da Carinhanha. Tudo aqui que você nos disse é uma longa história muito interessante e sei que tem ainda muito para nos contar.*

- tt) Você tem mais coisas para nos dizer? Então pode nos contar. Sinta-se à vontade.
Vamos imaginar que essa história toda do Gerais da Carinhonha, que você está me contando agora, vai ser lida daqui a uns 50 anos pelos seus descendentes (netos, bisnetos, tataranetos...) ou por seus amigos.
- uu) Que Mensagem você quer deixar no final de nossa entrevista para as pessoas que vão ler essa história que você nos contou sobre os Geralistas e Gerais?

APÊNDICE E
GEOLEXICOPÉDIA VISUAL DO “TERRITÓRIO CARINHANHA” ENTRE
GEOGRAFIAS IMAGINADAS: Sinopse do Conjunto de Transformações Histórico-
Espaciais que gerou Impactos Socioculturais no “Contexto de Múltiplas Fronteiras da
Trijunção”.

APÊNDICE E.1:
BACIA DA CARINHANHA – O RIO-FÊMEA
NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL

BACIAS HIDROGRÁFICAS DENTRO DA REGIÃO DA TRIJUNÇÃO



- 1- BACIA DO RIO CARINHANHA – Bahia/Minas Gerais
As nascentes desse rio estão dentro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas – Municípios de Cocos-BA e Formoso-MG
- 2 - BACIA DO RIO PARANÃ – Goiás/Tocantins
- 3 - BACIA DO RIO URUCUIA – Minas Gerais/Goiás
- 4 - Rio Formoso – BACIA DO RIO CORRENTE (Jaborandi - Estado da Bahia)

Obs.: A Carinhanha é um rico “*Coração/Cordão Hídrico*” da Trijunção Bahia-Goiás-Minas Gerais. As principais nascentes da Carinhanha estão dentro do PARNA-GSV, mas sua cabeceira, que fica há uns 15 Km à montante da Fazenda Bela Lorena, está fora da Área Ambiental Protegida – o que torna preocupante e prioritária a necessidade de cuidados com seu manancial.

APÊNDICE E.2:
RETÓRICA DA REGIONALIDADE FRATURADA – RRF
(FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL DA BACIA DA CARINHANHA (*) NO
CONTEXTO CARTOGRÁFICO DO SERTÃO-BRASÍLIA (1959)
(Territorialização político-institucional dos Estados da Bahia e Minas Gerais exclui
sua Hidrografia das *Políticas de Planejamento do Desenvolvimento Mesorregional*)

Municípios drenados pela Bacia da Carinhanha	Extensão Territ. Km ² (2016), (1)	População (2010), (2)	Vínculos com Microrregiões da Bahia e Minas Gerais	Vínculos com Polos Geoeconômicos Regionais do EFA-1
Bonito de Minas-MG	3.904,932	9.673	Januária	Montes Claros-MG
Carinhanha-BA(**)	2.529,442	28.380	Bom Jesus da Lapa	Barreiras-BA/Bom Jesus da Lapa-BA/Brasília-DF
Chapada Gaúcha-MG	3.255,189	10.805	Januária	Brasília/Unai/Montes Claros
Cocos-BA	10.140,569	18.153	Santa Maria da Vitória	Santa Maria da Vitória/Barreiras/Brasília
Cônego Marinho-MG	1.641,993	7.101	Januária	Montes Claros
Feira da Mata-BA	1.176,111	6.184	Bom Jesus da Lapa	Santa Maria da Vitória/Barreiras/Brasília
Formoso-MG	3.686,591	8.177	Unai	Formosa-GO/Unai/Brasília
Januária-MG(**)	6.661,591	65.463	Januária	Montes Claros
Juvenília-MG	1.064,692	5.708	Januária	Montes Claros
Montalvânia-MG	1.503,755	15.862	Januária	Montes Claros

LEGENDAS:

(*): Comprimento do rio Carinhanha, da cabeceira entre os municípios de Formoso e Cocos, até sua foz no rio São Francisco, entre os municípios de Juvenília e Carinhanha: **cerca de 450 Km de extensão.**

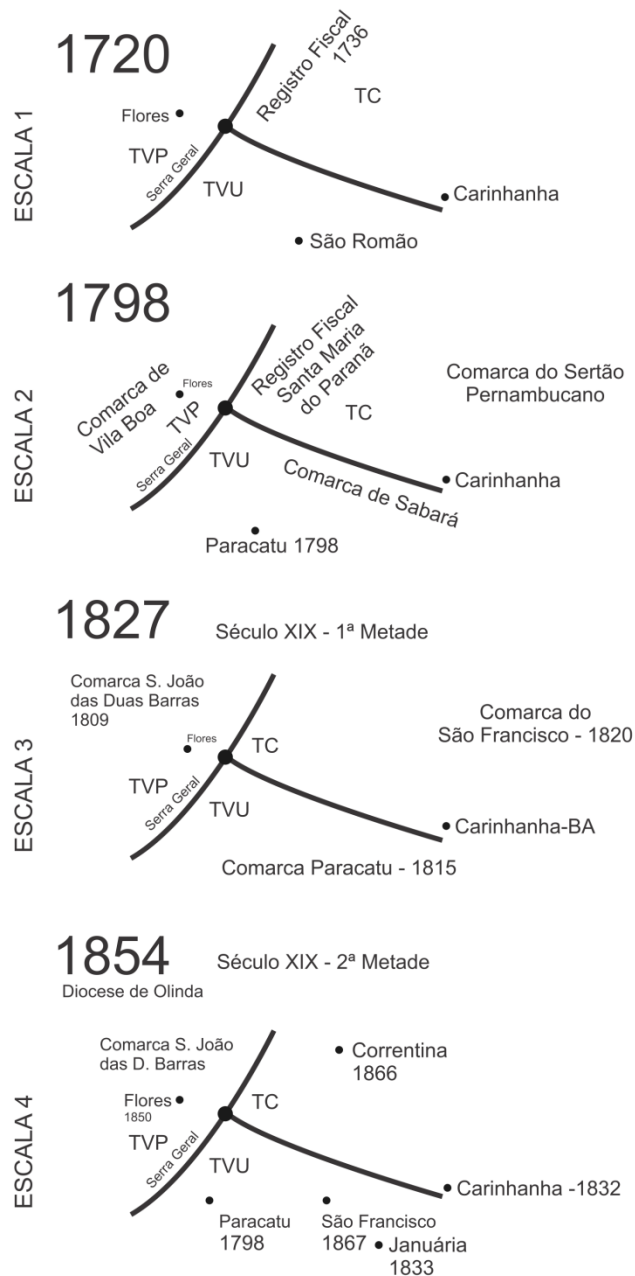
(**): Únicos Municípios que já existiam antes do contexto da construção de Brasília (década de 1950).

(1): Total da Extensão Territorial dos dez Municípios drenados pela Bacia Hidrográfica: **35.564,278 Km².**

(2): Total da População que residia, em 2010, na Bacia Hidrográfica: **175.506 Hab.** Densidade Demográfica: **4,93 Hab./Km².**

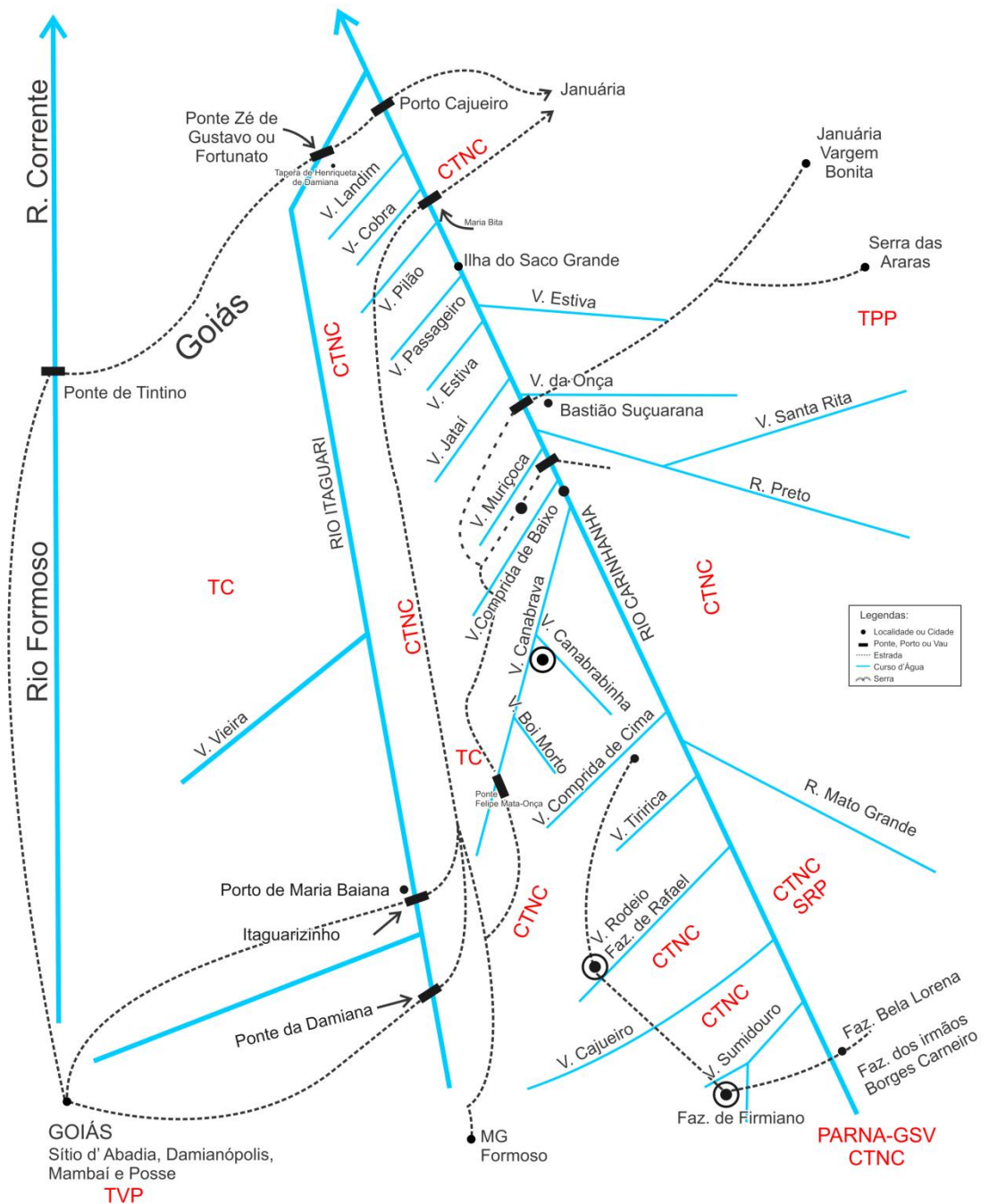
Fonte: <http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php> – acesso: 16/8/17.

APÊNDICE E.3
TRANSREGIONALIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA TRIJUNÇÃO
(1720 – 1907): O TERRITÓRIO CARINHANHA NA ERA DOS CURRAIS

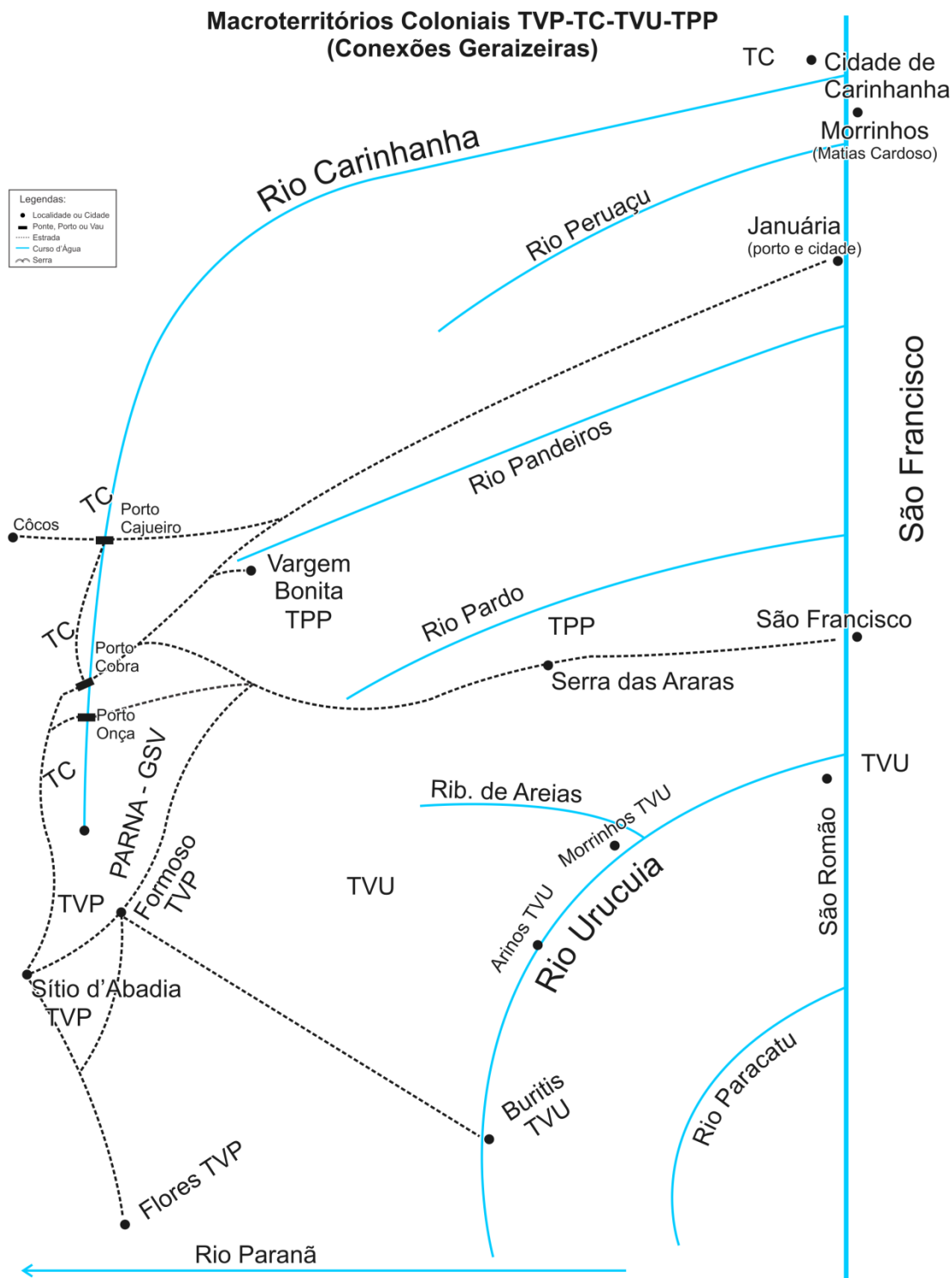


APÊNDICE E.4
CONEXÕES GERAIZEIRAS TVP-TC-TVU-TPP:
CAMINHOS DA TRIJUNÇÃO NA MARGEM ESQUERDA DO
TERRITÓRIO CARINHANHA. ROTA GOIÁS – JANUÁRIA ANTES DA
CONSTRUÇÃO DE BRÁSÍLIA (década de 1950)

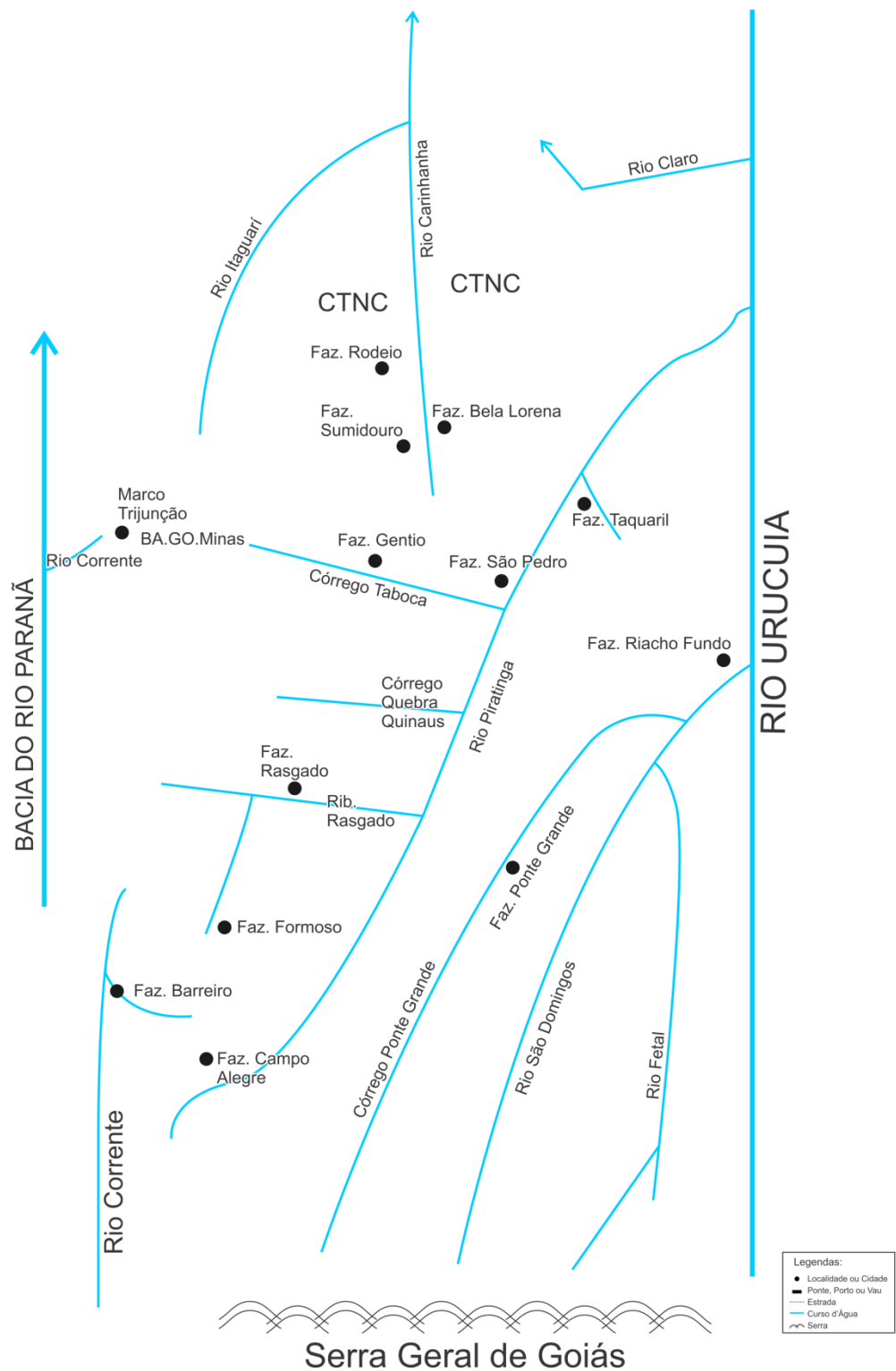
CONEXÕES GERAIZEIRAS TVP-TC-TVU-TPP
CAMINHOS DA TRIJUNÇÃO



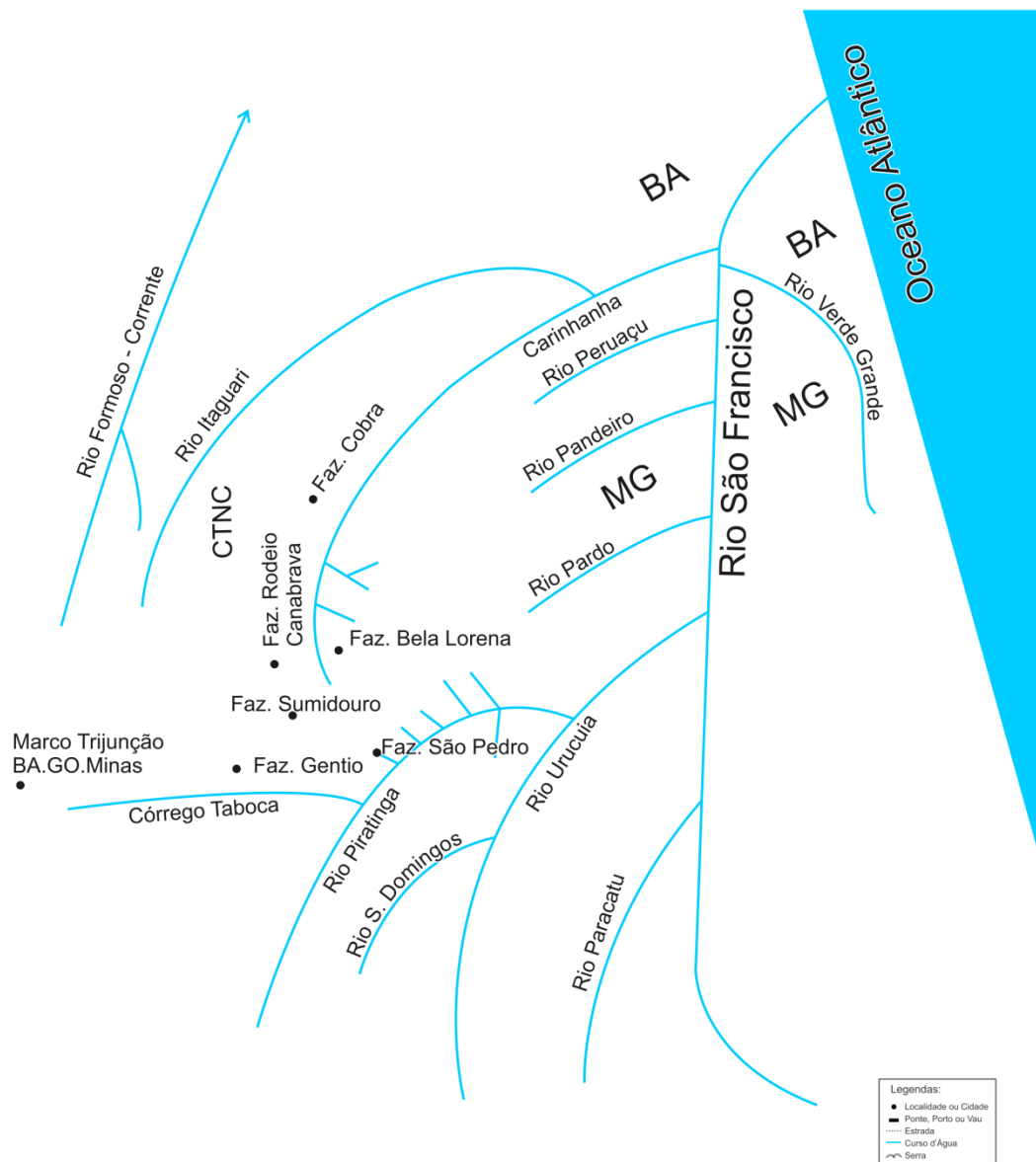
APÊNDICE E.5
CONEXÕES GERAIZEIRAS TVP-TC-TVU-TPP:
CAMINHOS DA TRIJUNÇÃO NA MARGEM DIREITA DO
TERRITÓRIO CARINHANHA. ROTA GOIÁS – JANUÁRIA ANTES DO
SERTÃO-BRASÍLIA (1959)



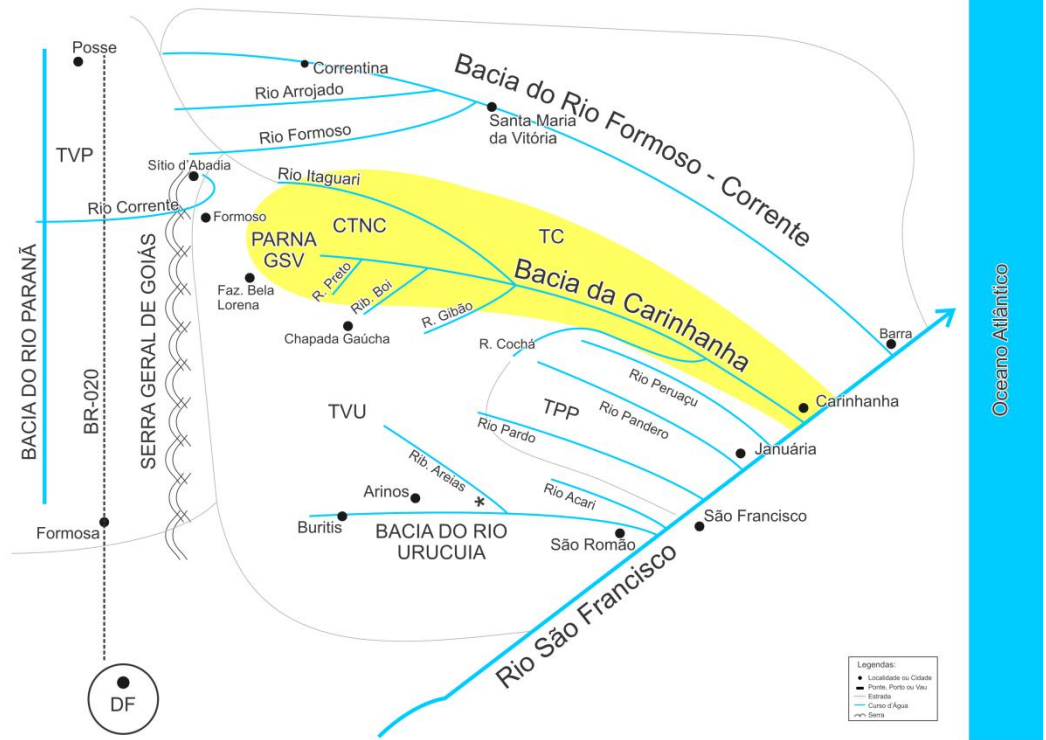
APÊNDICE E.6
FAZENDAS PIONEIRAS NO ENTRE-FRONTEIRAS DA TRIJUNÇÃO:
Barreiro (Sítio d'Abadia/GO), Formoso, Rasgado, São Pedro e Sumidouro
(Formoso-MG/Cocos/BA) – Marcos do Povoamento Colonial no espaço entre as
bacias Paranã/Urucuia/Carinhanha, margeando a Serra Geral de Goiás.



APÊNDICE E.7
FAZENDAS PIONEIRAS NO ENTRE-NASCENTES DA CARINHANHA:
Sumidouro, São Pedro, Bela Lorena, Rodeio-Canabrava e Cobra – **MARCOS DA COLONIZAÇÃO PASTORIL NA ÁREA CIRCUNSCRITA AO PARNA-GSV**

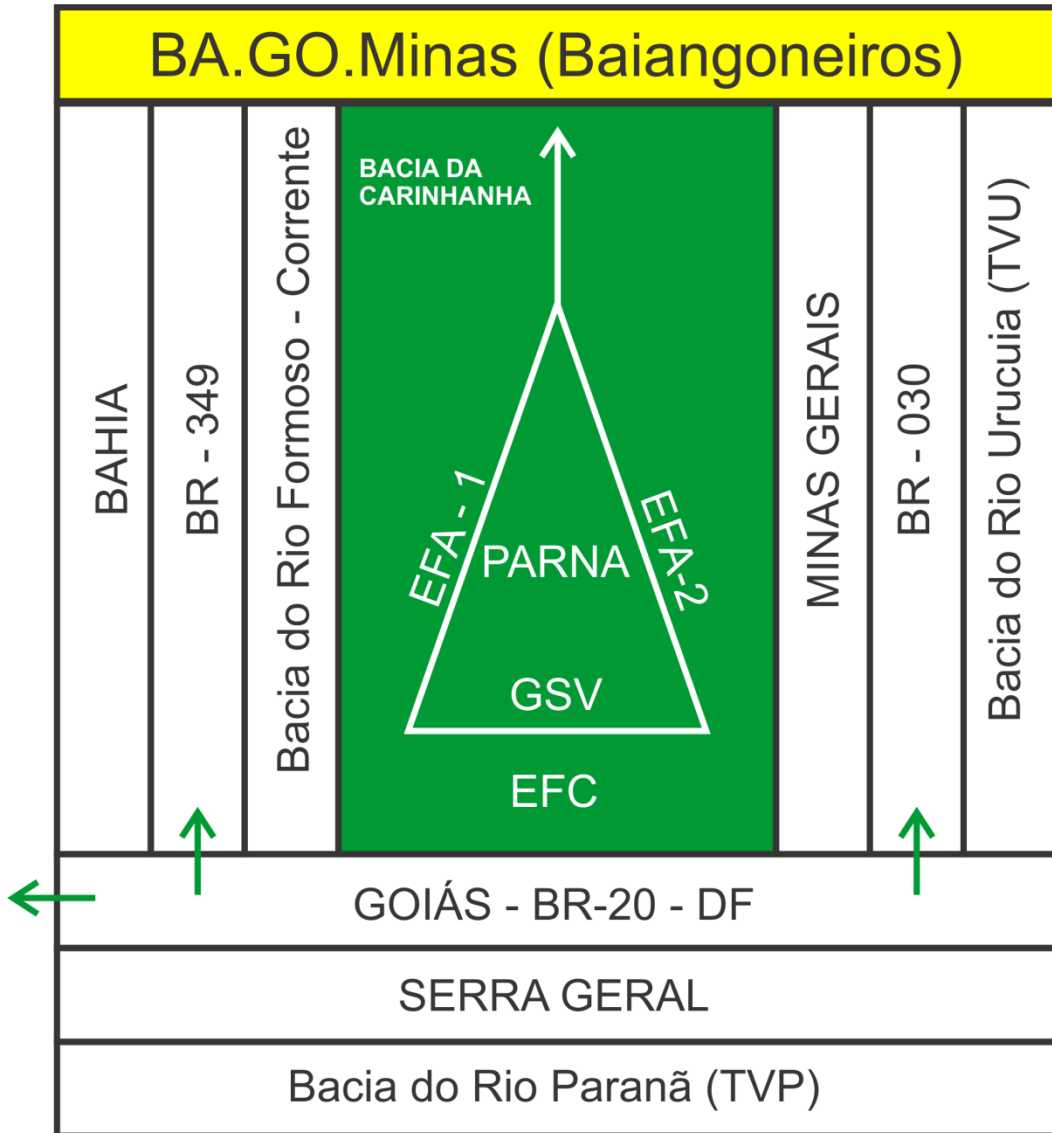


APÊNDICE E.8
DISSOLUÇÃO DO “TERRITÓRIO CARINHANHA” PELA
MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DO BIOMA CERRADO: EXTINÇÃO
DO MACROESPAÇO DAS ANTIGAS “CONEXÕES GERAIZEIRAS
TVP/TC/TVU/TPP”, QUE SÃO DESATIVADAS NA ERA DO SERTÃO-
BRASÍLIA (1959 em diante), COM ABERTURA DAS BR-020, 030, 349...



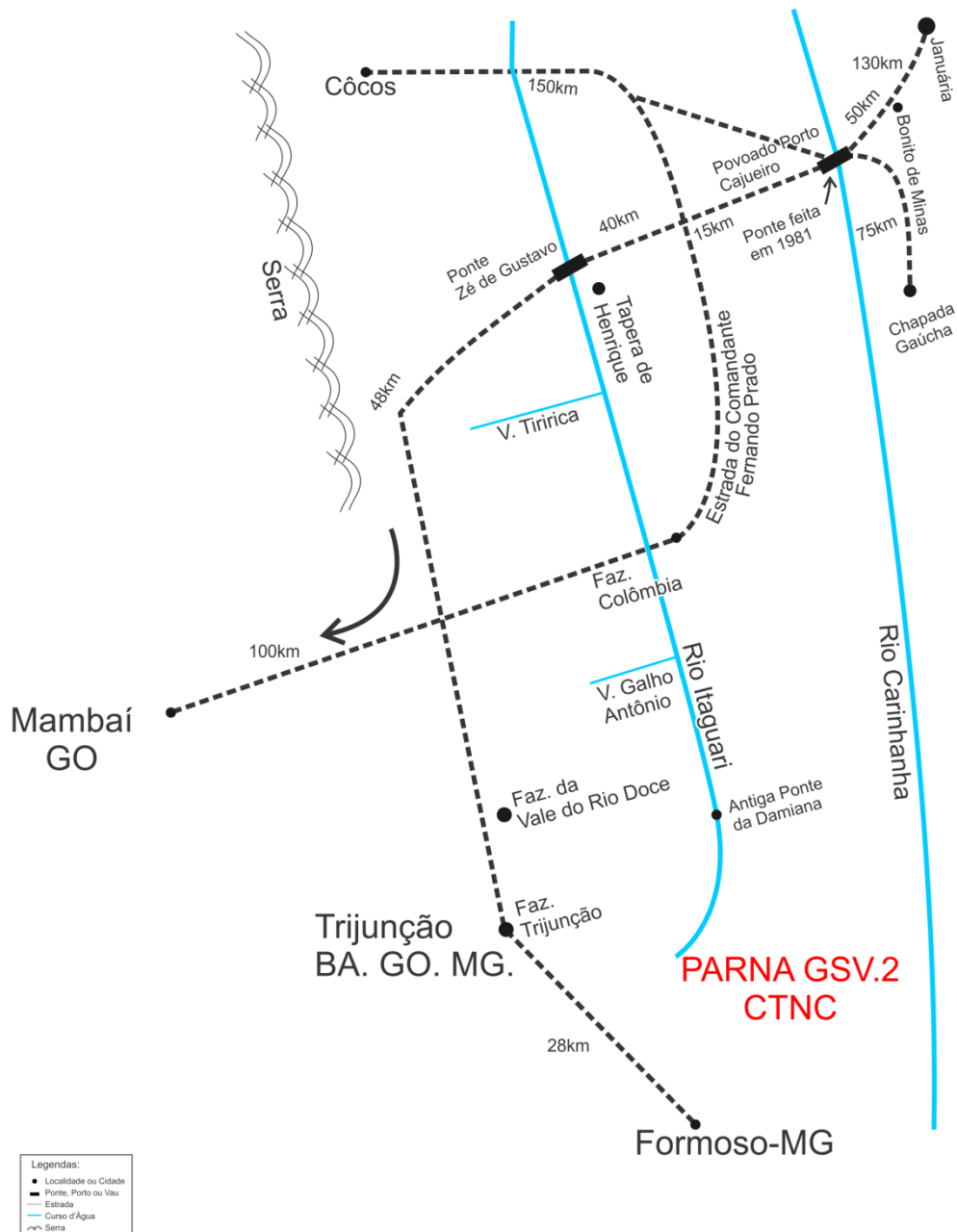
APÊNDICE E.9

SÍNTESE DA EXTINÇÃO DO “TERRITÓRIO CARINHANHA”: O CERRADO-GERAIS. SUA COMUNICAÇÃO É DESCONECTADA DA “ROTA GOIÁS-JANUÁRIA”. É ANEXADO AO SERTÃO-BRASÍLIA: MARCO DA COEXISTÊNCIA DIALÉTICA ENTRE EFA-1(Agronegócio) X EFA-2(unidades de conservação/SNUC) e EFC (Território Cultural Arinos-Chapada Gaúcha)



APÊNDICE E.10
EXTINÇÃO DOS ANTIGOS CAMINHOS DA TRIJUNÇÃO (“Conexões Geraizeiras”) ISOLA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DAS NASCENTES DA CARINHANHA, NO MAPA RODOVIÁRIO DO BRASIL; (junto com elas, também isola municípios como Sítio d’Abadia, Damianópolis, Formoso...)

NOVO CAMINHO DA TRIJUNÇÃO: ÉPOCA DO SERTÃO-BRASÍLIA



OBS.: Essa nova estrada, que liga Mambaí-GO e Formoso-MG ao antigo porto fluvial de Januária é, na maior parte do ano, intransitável, pois, sem manutenção, os bancos de areia e os atoleiros dificultam o trânsito, e bloqueiam novas conexões entre Oeste Baiano (MATOPIBA), Norte de Minas e Centro-Oeste (Formosa-GO, Brasília-DF...). Dificulta também o acesso ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas pelo lado norte da unidade de conservação. Todas as distâncias mencionadas tomam o antigo *Porto Cajueiro* como referencial.

**ANEXO 1: TERRITORIALIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA MARGEM
ESQUERDA DAS NASCENTES DA CARINHANHA ANTES DO PARNA-GSV.2**

**1.1: DECLARAÇÃO, datada de 12/12/1983, cujo teor versa sobre AUTOS DO
ARROLAMENTO DO ESPÓLIO DE RAFAEL MENDES DE QUEIROZ,**

processado em Sete de Agosto de 1907, registrados sob o N° RI-M:3.590, Fls. 288, do Livro N°: 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Município de Carinhanha – BA

Exma. Srs. Dra. Juíza de Direito da Comarca de Carinhanha-BA

Como Inventariante do Espólio de Rafael Mendes de Queiroz e outros, diz Lourival Drumont, por seu procurador abaixo assinado, nos autos do respectivo inventário, processo nº. 2.440, em curso pelo Cartório do Judicial desta Comarca, que deseja assinar os termos de primeira e de últimas declarações, a fim de se prosseguir em todos os atos, até final partilha. Para tanto, informa que os bens do Espólio são os já descritos, adquiridos por herança e compra e partilha nos autos do Arrolamento de sua mulher, D. RITA RODRIGUES DE ALMEIDA, processado no dia sete de agosto de mil novecentos e sete (07-08-1907) e que se encontram registrados sob nº. RI-M-3.590, às fls. 288, do Livro nº. 2, do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca de Carinhanha, conforme documento anexo e que assim são descritos, em seus limites e confrontações:

1 - FAZENDA CANABRAVA--havida nos atos do arrolamento dos bens deixados pela esposa pré-morta do de cujus, com avaliação em primitivos, de 154\$392 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reis), feita à data do arrolamento, ou seja, em 7-08-1907 e abrangendo toda a fazenda, cujos limites e confrontações assim se descrevem: " Começa na barra do Riacho Rodeio com o Rio Carinhanha, na divisa dos estados de Minas e Bahia, desce dividindo com o Rio Carinhanha, do lado da Bahia, até a barra do córrego Canabrava; segue Canabrava acima, na distância de mais ou menos sete mil metros, em divisa com a Fazerda Jataí; daí, segue em direção à cabeceira do riacho do Jataí, numa distância de mais ou menos oito

metros, até encontrar o riacho Jataí; desce Jataí abaixo, em di-
visa com a Fazenda Jataí e riacho Jataí abaixo até a sua barra,
no Rio Carinhanha; daí, segue Rio Carinhanha abaixo, até encon-
trar a barra do riacho dos Piloões, no Rio Carinhanha; segue ria-
cho dos Piloões acima, rumo à sua cabeceira e em divisa com a
fazenda dos Piloões, até o alto do tabuleiro; das nascentes do Pi-
loões em linha reta, passando pelo Tabuleiro, até a cabeceira de
um riacho, que, nascendo no Tabuleiro, desagua no Rio Itaguari;
da barra do Riacho no Taguari, sobe Taguari acima, numa distância
de aproximadamente 17.000 metros, passando pela barra do Itaguari
pequeno e continua pelo mesmo Rio Itaguari até sua cabeceira; daí,
onde está cravado o marco da Fazenda Rodeio, segue em linha reta
dividindo com a Fazenda Rodeio, até encontrar a cabeceira do rio
Rodeio, sempre dividindo com a fazenda Rodeio e o referido córre-
go, até a sua barra, no rio Carinhanha, onde teve começo estádi-
visa, que encerra o primitivo de CRs. 154\$392. x-x-x-x-x-x-x-x-

→ 2 - FAZENDA COBRA:- Havida pelo de cujus nos autos do
arrolamento de sua esposa pré-morta, Rita Rodrigues de Almeida, -
processado no dia sete de agosto de 1907, cuja avaliação total foi
de Cento e dez mil reis (CRs. 110\$000, somente a metade, no valor
de CRs. 55\$000 (cinquenta e cinco mil reis de primitivos), registra-
da sob nº. RI-M-3.590, às fls. 288, do Livro nº. 2, do Cartório do
Registro de Imóveis da Comarca de Carinhanha, conforme documento
anexo, estando compreendida dentro dos seguintes limites e confron-
tações:- "Começa na Vereda da Cobra, em sua barra no Rio Carinhanha;
desce Carinhanha abaixo, dividindo com o rio e com o Estado de Minas
Gerais, passa pela Veredinha da Cobra, ainda pelo Rio Carinhanha
abaixo, até a barra do Córrego Landim com o Rio Carinhanha; sobe
o córrego Landim, dividindo com a Fazenda Santo Antonio do Catulé,
até a sua cabeceira no alto do Espigão ou Tabuleiro; desce em linha
reta pelo Tabuleiro, na direção do Rio Itaguari, até a cabeceira
de um Riacho, seguindo este em direção ao Itaguari, até a sua barra
sobre o Rio Itaguari, até a divisa da Fazenda Canabrava; daí, desce
limitando com a fazenda Canabrava, até a divisa da Fazenda dos Pi-

Piloões, na cabeceira do Riacho dos Piloões; daí, em linha reta à cabeceira da Vereda da Cobra e desta abaixo, dividindo com a Fazenda Piloões, sempre margeando a vereda da Cobra, até a sua barra, no Rio Carinhanha, onde teve início esta descrição, que encerra o primitivo de CRs. 110\$000, de cuja fazenda o Espólio é proprietário somente da metade, ou seja, CRs. 55\$000 (cinquenta e cinco mil reis de primitivos). A outra metade foi vendida pelo de cujus, a Maria Pereira Bita.

3/ FAZENDA COBRA :- na mesma fazenda acima descrita, adquirida separadamente e após a venda da metade, porém já arrolada com o falecimento de sua mulher Rita Rodrigues de Almeida, uma parte, no valor de CRs. 20\$000 (vinte mil reis de primitivos), adquirida de João Correia de Almeida, já compreendida na descrição acima;

4 - FAZENDA COBRA: - na mesma fazenda acima descrita, adquirida separadamente e após a venda da metade para Maria P. Bita, por compra a Paula Mendes de Queiroz, também descrita no arrolamento da esposa pré-morta do de cujus, parte esta no valor de vinte e dois mil reis (CRs. 22\$000) de primitivos, já compreendida na descrição acima.

5 - Como provam os comprovantes ora anexados, a parte total da Fazenda Cobra, no município de Carinhanha, soma o total de NOVENTA E SETE MIL REIS DE PRIMITIVOS ()CRs. 97\$000), para avaliação total de Crs. 110\$000.

5 - FAZENDA CARINHANHA:- Havida pelo de cujus nos autos do Arrolamento de sua esposa pré-morta D. Rita Rodrigues de Almeida, processado no dia 07-08-1907, com a avaliação primitiva de Crs. 25\$000 e como parte destacada da Fazenda Sumidouro, compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações:- Começa na cabeceira do Galho do rio Carinhanha, junto da divisa da Bahia com Minas Gerais, pela linha divisória que desce pelo marco da Trijunção; da Cabeceira do Galho do Carinhanha abaixo, até a sua barra no Rio Carinhanha; desce Carinhanha abaixo, na divisa com Minas Gerais, até a barra do Riacho Sumidouro; daí, sobe Sumidouro em direção à

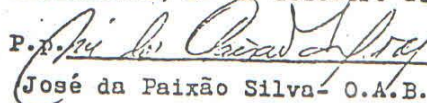
um pequeno córrego, afluente do Córrego Catulé e de sua cabeceira, segue em linha reta, numa distância de mais ou menos cinco mil e quinhentos metros, em linha reta, até a cabeceira de outro riacho afluente do Catulé, sempre em divisa com a Fazenda Santo Antonio do Catulé; da cabeceira do pequeno córrego, em linha reta à cabeceira do Córrego do Landim, numa distância de mais ou menos, sete mil metros, onde encontra a divisa da Fazenda Cobra; desce da cabeceira do rio Landim, em direção ao Rio Carinhanha, até a sua barra no mesmo, sempre em divisa com a Fazenda Cobra, onde teve início esta descrição. A área descrita encerra o primitivo de avaliação naquele espólio de Rita Rodrigues de Almeida, correspondente ao valor de Crs. 78\$000 (setenta e oito mil reais) e se encontra registrado sob nº. RL-M-3.590, às fls. 288, do Livro nº. 2, do Cartório do Registro de Imóveis da comarca de Carinhanha.

Ficam, assim, descritos todos os bens do referido Espólio de Rafael Mendes de Queiroz e outros, compreendendo, nas descrições acima, as cessoões de direitos hereditários efetuadas por sucessores do de cujus, que geraram os demais inventários ora processados.

Requer, pois, sejam tomadas por termo as primeiras declarações, prosseguindo-se nos ulteriores termos, até final partilha.

P. j. e deferimento.

Carinhanha, 12 de dezembro de 1983


José da Paixão Silva - O.A.B. 5.406-MG

Rua Coitacazes, 71 sala 1.310-Belo Horizonte

Fone 222.62.52.

1.2: CERTIDÃO, datada de 17/3/2016, cujo teor também declara RAFAEL MENDES DE QUEIRÓZ, como proprietário de fazendas na Área de Ampliação do PARNA-GSV

Comarca de Carinhanha - Bahia
Registro de Imóveis, Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas

João Carlos Alkmim Santos
Oficial

COMARCA DE CARINHANHA – BAHIA

EU, JOÃO CARLOS ALKMIM SANTOS –
Oficial designado do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, desta Cidade e
Comarca de Carinhanha, Estado da Bahia, na forma da Lei, etc.


CERTIFICO, que a pedido verbal de parte interessada e para os devidos fins, me foi requerido que lhe desse Certidão de INTEIRO TEOR da Matrícula sob o n.º 3.590, feita às fls. 293 do livro n.º 2-L de REGISTRO GERAL, em 24 de outubro de 1983, cujo teor é o seguinte: Imóvel- De uma parte de terras na Fazenda Cobra no Município de Carinhanha-BA., havido por compra feita a Mariana Pereira Lisboa, como consta o título na importância de cinqüenta e cinco mil reais. A margem consta a seguinte observação: esta parte era de 110\$000 reais. Comprou e vendeu logo a metade e dá a descrever somente a metade que lhe pertence. Haverá outra parte de terras na mesma Fazenda, por compra feita a Sérgio Gomes de Almeida, na importância de vinte mil reais(20\$000), como consta os títulos. Haverá outra parte na mesma Fazenda, por compra feita a João Correia de Almeida, na importância de vinte e dois mil reais 22\$000 como consta os títulos. Haverá outra parte na mesma Fazenda por compra feita a Paula Mendes de Queiros, na importância de setenta e oito mil reais 78\$000, como consta os títulos. Haverá outra parte na mesma Fazenda no lugar denominado Landim, por compra feita a Jacintho Ferreira da Silva, na importância de cinco mil reais 5\$000 como consta os títulos. Haverá diversas partes de terras na Fazenda Canabrava havida por herança e compra na importância de cento e cinqüenta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais 154\$392. Haverá uma parte de terras na Fazenda do Sumidor; havida por herança, na importância de quarenta e dois mil e seiscentos (42\$600). Haverá no chapadão da Fazenda Sumidor, cinqüenta pés de café, avaliados a quinhentos reais o pé, e vinte e cinco mil reais (25\$000). Haverá nas terras do São Domingos; havida por herança a quantia de doze mil e quinhentos reais(12\$500). Haverá a propriedade da Fazenda Rodeio, com suas benfeitorias que avaliarão por cem mil reais(100\$000). Cadastrada no INCRA, sob n.º 404.047.001.732-1, exercício de 1983, área total 726,0; área utilizada 356, área aproveitável 484,0; mód. fiscal 65,0; n.º de mód. fiscais 7,44. fração mínima



de parcelamento 3,0; apresentou declaração de isenção com a Previdência Social Rural por não comercializar, a qual ficará arquivada neste Cartório. Como transmitente arrolamento do espólio de D. Rita Rodrigues de Almeida; combinados pai e filhos arbitrarão para Juiz o cidadão Manoel Carneiro da Rocha e Silva e a mim Juscelino Borges Carneiro para Escrivão, e para avaliadores os cidadãos Benedito Nery Santiago e João Antonio Carneiro do que para constar lavrei o presente termo em que vai assinado pelo viúvo cabeça do casal o Juiz arbitrou comigo escrivão arbitro e os avaliadores. Eu, Juscelino Borges Carneiro escrivão arbitro o escrevi.(aa) Manoel Carneiro da Rocha e Silva, Benedito Nery Santiago, João Antonio Carneiro, Raphael Mendes de Queiros, Geraldo Mendes de Queiros, Alto Carneiro Saraiva, Aristides Mendes de Queiroz, Raphael Mendes de Queiros Filho, Benício Mendes de Queiros e José Mendes de Queiros; matriculado hoje em nome do Sr. *RAPHAEL MENDES DE QUEIROS*, viúvo e cabeça do casal. Dou fé. Carinhanha, 24 de outubro de 1983, digo *GERALDO MENDES DE QUEIROS, SELMA MENDES DE QUEIROS*, representa por seu marido *ALTO CARNEIRO SARAIVA, ARISTIDES MENDES DE QUEIROZ, RAPHAEL MENDES DE QUEIROZ FILHO, BENÍCIO MENDES DE QUEIROZ, JOSÉ MENDES DE QUEIROZ, ELIZA MENDES DE QUEIROS, EUJÁCIO MENDES DE QUEIROZ*, estes três(03) últimos José Mendes de Queiroz, Eliza Mendes de Queiros e Eujácio Mendes de Queiros, por serem menores de idade representa por eles o cidadão Leny Carneiro, em data de 07/08/1978 presentes os herdeiros e viúvo na Fazenda denominada Rodeio. Dou fé. Carinhanha, 24 de outubro de 1983. (a) José Sales Pereira. Era tudo o que continha na presente matrícula. O referido é verdade e dou fé. Carinhanha, 17 de março de 2016. *Am*, Oficial designado.

1.3: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria Bita: Davy Mendes de Souza, filho de Seu Aristides Mendes

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE _____ MUNICÍPIO DE _____
Minas Gerais _____
COMARCA DE _____
Unai _____


Formoso _____
DISTRITO DE _____
Sede _____

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Joaquim Guedes de Ornelas _____
Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais

CARTÓRIO DE PAZ-REGISTRO CIVIL
FORMOSO - ESTADO DE MINAS GERAIS
OFICIAL INTERINO
JOAQUIM GUEDES DE ORNELAS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico que sob o n.º 117 fls. 144e verso do livro n.º 03 - B de registros de casamento, verifiquei constar que no dia 24 de Março de 19 82 foi feito o casamento de Davy Mendes de Souza com Maria Ferreira da Silva

contraído perante o M.M. Juiz Benedito da Silva Ornelas e as testemunhas Jourival Andrade Ornelas e Geraldo Edson Teixeira de Ornelas

Ele, nascido em município de Formoso - MG aos 15 domiciliado e residente nesta cidade, filho de Aristides Mendes Queiroz e de D. Etelvina Tiago de Souza

Ela, nascida em distrito, hoje município de Luritis - MG aos 12 dias de Revereiro de 1987, profissão do lar domiciliada e residente nesta cidade filha de Nero Ferreira da Silva e de D. Elvira Caitano Nascimento a qual passou assinar-se Maria Ferreira Mendes

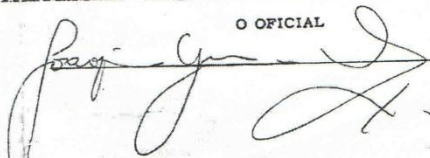
Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 180 Ns. 1, 2 e 3 do Código Civil Brasileiro.

Observações: Para qualquer efeito

CARTÓRIO DE PAZ-REGISTRO CIVIL
FORMOSO - ESTADO DE MINAS GERAIS
OFICIAL INTERINO
JOAQUIM GUEDES DE ORNELAS
CPF 188.030.738-59

O referido é verdade e dou fé.

Formoso - MG _____ 30 de Agosto de 19 82

O OFICIAL


TIP. UNAI(MG)

1.4: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria Bitá: Seu Firmino da Muriçoca, genro de Seu João Peba



CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico, que às fls. 52vº do Livro nº B-01 sob o número de Ordem 65 Verifiquei constar que no dia 19 de fevereiro (02) de 1.934, foi feito o casamento de:

FIRMINO JOSÉ BARBOSA & MARIA MENDES DE QUEIROZ

Contraído perante o M. Juiz de Casamentos, Benevides Borges Carneiro. //
E as testemunhas – as constantes do Termo.

Ele na ocasião do casamento com 41 anos de idade, nascido no distrito de Formoso MG, profissão – lavrador. //
Residente e domiciliado – neste distrito de Formoso-MG. //
Filho de – **EDEVIRGES JOSÉ BARBOSA //**
E dona **EDUVIGIS PEREIRA DOS SANTOS //**

Ela na ocasião do casamento com 34 anos de idade, nascida no distrito de Formoso-MG, profissão – doméstica. //
Residente e domiciliada – neste município de Formoso-MG. //
Filha de – **JOÃO MENDES DE QUEIROZ //**
E dona **AMANCIA FRANCISCA CORREA (já falecida) //**

A qual passou a assinar – **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DE NOME.**

Obs – //

O referido é verdade e dou fé.
Formoso-MG, 15 de setembro (09) de 2.003.



MARCOS DIVINO RIBEIRO DE ARAÚJO
OFICIAL

RUA TEODOMIRO CARNEIRO, 164 - TEL. (38) 3647-1404 - CEP 38.690-000 - FORMOSO - MG

1.5: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria *Bita*: Seu Francisco Mendes Vieira, filho de Zezinho Mendes (Rafael Filho), e neto do Patriarca, o Velho Rafael.



1.6: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria Bita: Dona Maria Antônia, irmã de Seu Firmino da Muriçoca, genro de Seu João Peba; e Seu Julião, marido dela, ambos migraram do Porto Cajueiro para a Carinhanha (NCV.1)

Voltar em JULHO/76.

Trabalhar até 1970.

Geraldo Nelson de Magalhães Jacques
 Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil
 das Pessoas Naturais e Nôtas do Distrito de
 Brejo do Amparo, Comarca de
 JANUÁRIA - MINAS GERAIS

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE Minas Gerais

ESCRIVÃO DO JUÍZO DE PAZ E OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Distrito de Brejo do Amparo
 Município de Januária
 Comarca de Januária

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, sob o N.º 95, a fls. 110 do livro N.º 32 - B.
 de registro de nascimento, encontra-se assento de Antônia Josefa Barbosa,
 nascido aos 13 de junho de 1906,
 às _____ horas e _____ minutos, neste Município, em "Carinhanha"
 do sexo feminino, de cor _____, filha de
 Edeuwigius José Barbosa
 e de Dona Edeuwigius Josefa Barbosa, (já falecidos) —
 sendo avós paternos Corquato José Barbosa
 e Dona Cipriana Josefa Barbosa
 sendo avós maternos Eloberto José Barbosa
 e Dona Guilhermina Josefa Barbosa
 tendo sido declarante a registrada
 e testemunhas Gairio Galvão dos Passos e Wilson Alfredo Rome-
 禄 Raphaelães

Observações: Estado civil dos pais da registrada e idade
 da mãe genitora na ocasião do parto (ignorados). Reculta
 paga pelo talão n.º 63, em data de 06-04-1976.


O referido é verdade e dou fé.

Fls. de Brejo do Amparo, 06 de abril de 1976.

D. B. e S. Registro feito
 por ordem do Sr. M.
 Juiz de Direito em
 data de 06-04-1976.

O OFICIAL
 Geraldo N. Jacques

MODELO 43
 OLIVEIRA COSTA S/A - Comércio e Indústria
 ELO HORIZONTE



1.7: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria Bitá: Seu Herculano Rodrigues, tio da esposa do Seu João de Dona Esteva (um de nossos entrevistados)



OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
DISTRITO E MUNICÍPIO DE FORMOSO - MG
COMARCA DE BURITIS - MG
OFICIAL - *Marcos Divino Ribeiro de Araújo*

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico, que às fls. 44vº do Livro nº 01 B sob o número de Ordem 55 Verifiquei constar que no dia 01 de agosto de 1931, foi feito o casamento de:

HERCULANO RODRIGUES SOUZA & BENEDICTA MARIA DE SOUZA

Contraido perante o Juiz de Casamentos, Benevides Borges Carneiro//
E as testemunhas – as constantes do Termo.

Ele nascido no Distrito de Formoso, Estado de Minas Gerais, hoje município de Formoso-MG, com 37 anos de idade, profissão – lavrador //
Residente e domiciliado – Distrito de Formoso, Estado de Minas Gerais //
Filho de – **GREGORIO RODRIGUES DE SOUZA //**
E dona **PIA FERNANDES DE JESUS //**

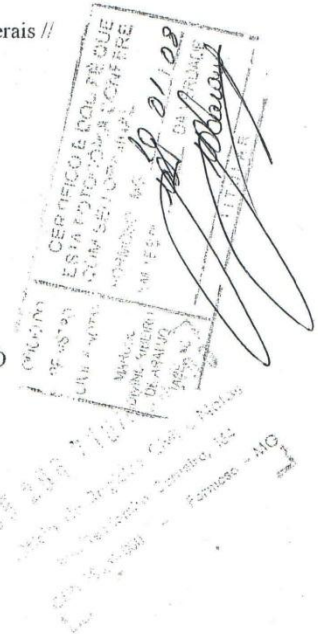
Ela nascida no município de Carinhanha, Estado da Bahia, com 22 anos de idade, profissão – domestica //
Residente e domiciliada – Distrito de Formoso, Estado de Minas Gerais //
Filha de – **JOAQUIM MANOEL DE SOUZA //**
E dona **SEVERIANA MARIA DE JESUS //**
A qual passou a assinar – //

Obs – //

O referido é verdade e dou fé.

Formoso-MG, 10 de janeiro de 2008

Marcos Divino Ribeiro de Araújo
MARCOS DIVINO RIBEIRO DE ARAÚJO
OFICIAL



1.8: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria *Bita*: Dona Santa de Seu Albertão do Rodeio (uma de nossas entrevistas) – ela é sobrinha-neta de Dona Maria *Bita*.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
MARIA DOS SANTOS BRITO DE OLIVEIRA LISBOA

MATRÍCULA:
021089 01 55 2016 4 00105 043 0036225 58

SEXO feminino	COR branca	ESTADO CIVIL E IDADE viúva, 95 anos
NATURALIDADE Formoso - MG	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO 725285 - SSP/DF	ELEITOR SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
EUZEBIO SARAIVA DE BRITO e JULIA BRITO DE OLIVEIRA, residente e domiciliada Rua Januária nº 521, Formoso - MG

DATA E HORA DE FALECIMENTO
VINTE E TRÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, às 10:00 h

	DIA 23	MÊS 10	ANO 2016
--	------------------	------------------	--------------------

LOCAL DE FALECIMENTO
Hospital Regional de Santa Maria (RA XIII), Brasília-DF

CAUSA DA MORTE
Choque Cardiológico, Insuficiência Cardíaca Congestiva, Hipertensão Arterial Sistêmica

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO) Cemitério de Formoso-MG	DECLARANTE ETEVALDO PEREIRA LISBOA
---	--

NOME E NUMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO
Janaina Cristina dos Reis Machado - CRM 19989/DF

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES
Data do registro do óbito: 23/10/2016. Data de Nascimento da falecida : 07/07/1921, Profissão da falecida: aposentada. Foi Apresentado e arquivada a declaração de óbito nº 24525188-0. A falecida era eleitora em Formoso-MG mas não foi apresentado o título eleitoral. Não deixou bens a inventariar. Não deixou testamento conhecido. O declarante não possui dados relativos ao registro de nascimento da falecida. Era viúva do Sr. Alberto Pereira Lisboa mas não foi apresentada a certidão de casamento. Deixou filhos a saber: Etevaldo (75 anos), Juvenal (71 anos), Marcelino (63 anos), Getúlio, Ildebrando, Ildo, Maria Valdivina, Valtina, Aristina e Erondina. O declarante era filho da falecida.

Nome do Ofício:
4º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF
Oficial Registrador: Paulo Henrique de Araújo
Município: Brasília - DF
End.: Quadra 02, Lote 08 Loja A, Setor Central, Gama-DF
Cep: 72.405-020- Fone: (61) 3385-8995
email: contato@cartoriologama.com.br
Para consultar o selo, acesse: www.tjdft.jus.br
Selo digital: **TJDFT20160240029817GZHE**

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fe.
Brasília-DF, 23 de outubro de 2016

Georgeth Carvalho de Oliveira Lunes
Escritora 4º Ofício do Gama-DF
Georgeth Carvalho de Oliveira Lunes
Escritora

ARPENBRAS

1.9: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria Bita: Casal Hermelino Barbosa Brito (Bito), filho de Seu Felipe Mata-Onça; e a esposa, Dona Patu, também da família Bito.


OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
 DISTRITO E MUNICÍPIO DE FORMOSO - MG
 COMARCA DE BURITIS - MG
 OFICIAL - *Marcos Divino Ribeiro de Araújo*

05 286 713/0001-00
 Ofício do Registro Civil e Notas
 Rua Tereza Maria Coelho, 164
 CEP: 38.690-000 - Formoso - MG

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico, que às fls. 075 do Livro nº B-04 sob o número de Ordem 219
 Verifiquei constar que no dia 27 de abril de 1983, foi feito o casamento de:

HERMELINO BARBOSA BRITO & PETRONILIA BRITO DA SILVA

Contraído perante o Juiz de Casamentos, Benedito da Silva Ornelas//
 E as testemunhas – as constantes do Termo.

Ele nascido neste município de Formoso, Estado de Minas Gerais, no dia 10 de julho de
 1929, profissão – agricultor //
 Residente e domiciliado – neste município de Formoso, Estado de Minas Gerais//
 Filho de – **FELIPE JOSÉ BARBOSA //**
 E dona – **FIRMINIA BRITO DE OLIVEIRA //**

Ela nascida neste município de Formoso, Estado de Minas Gerais no dia 06 de maio de
 1930, profissão – do lar //
 Residente e domiciliada – neste município de Formoso, Estado de Minas Gerais//
 Filha de – **PAULO JOSÉ DA SILVA //**
 E dona – **TERTULIANA BRITO DE ALMEIDA //**
 A qual passou a assinar – **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DE NOME //**
 Foram apresentados os documentos a que se refere o Art.180 do Código Civil Brasileiro .
 Foi adotado o Regime de Comunhão Universal de Bens //
 Obs – //

O referido é verdade e dou fé.
 Formoso-MG, 19 de janeiro de 2009


MARCOS DIVINO RIBEIRO DE ARAÚJO
 OFICIAL





Emolumentos	RS 18,66
TTJ	RS 3,77
V. Final	RS 22,43

RUA SAINT-CLAIR VALADARES, 294 - TEL. (38) 3647-1404 - CEP 38.690-000 - FORMOSO - MG
 e-mail: cartorio@marcos@hotmail.com

1.10: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria *Bita*: Maristela, neta de Seu Benício, filho do dono do PARNA-GSV.2 (Obs.: o pai dela, também chamado Rafael, é o 3º homônimo com o mesmo nome nesse tronco ancestral).

OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
DISTRITO E MUNICÍPIO DE FORMOSO - MG
COMARCA DE BURITIS - MG
OFICIAL - Marcos Divino Ribeiro de Araújo

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico, que às Fls. 195Vº - Livro nº 08 A, sob o número de ordem 357, foi encontrado o assento de:

MARISTELA MENDES DE SOUZA

Sexo - Feminino //
Nascido (a) neste Município de Formoso, Estado de Minas Gerais //
No dia - oito (08) de janeiro (01) de mil novecentos e sessenta e cinco (1965) às 22:00 hs//

Filho (a) de **RAFAEL MENDES DA SILVA//
FRANCISCA DE SOUZA BARROS//**

Avós Paternos **BENICIO MENDES DE QUEIROZ//
GORDOLINA FERREIRA DA SILVA//**

Avós Maternos **ANTENOR BISPO DE BARROS//
ROSA DE LIMA SOUZA//**

Assento foi lavrado em - 20/01/1972//
Tendo sido declarante - O Pai//
E as testemunhas as constantes do termo.
OBS: .

O Referido é verdade e dou fé.

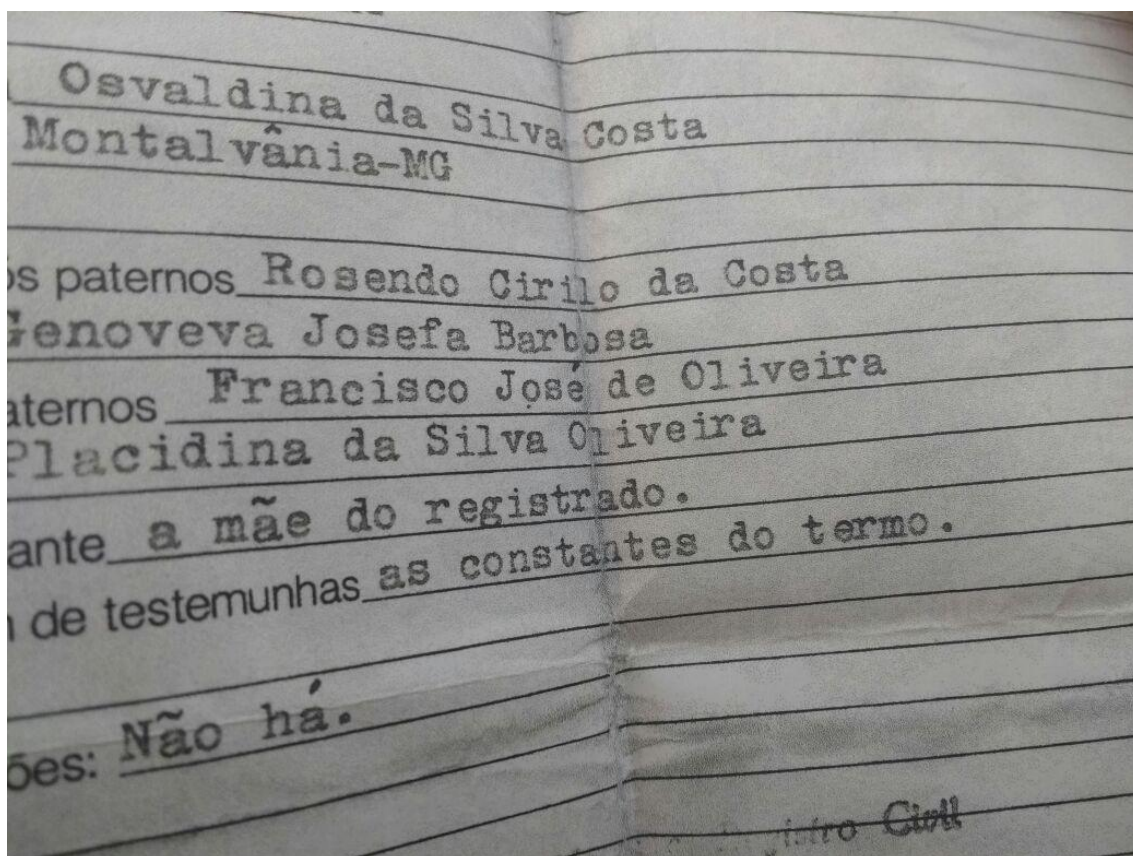
Formoso-MG., 13/02/2008

MARCOS DIVINO RIBEIRO DE ARAÚJO
OFICIAL

Emolumentos R\$ 16,62
TFJ R\$ 3,36
V.Final R\$ 19,98

RUA SAINT-CLAIR VALADARES, 294 - TEL. (38) 3647-1404 - CEP 38.690-000 - FORMOSO - MG
e-mail: cartoriomarcos@hotmail.com

1.11: Conexões de Parentesco dentro do PARNA-GSV.2 vinculadas à História das Terras de Seu Rafael Mendes e Maria *Bita*: Outros vínculos articulados na mesma linhagem genealógica (*Rafael/Rita e Maria Bita*), mas que não tivemos tempo de investigar (ligar) os laços interparentais



Seu Rosendo é avô de Dona Lenita, esposa de Seu Zé Neves, um de nossos entrevistados: todos da família Barbosa do Porto Cajueiro que migraram e se territorializaram no PARNA-GSV.2



Dona Canuta (25/9/1908 – 23/9/2017). Nome civil: Marcelina Barbosa dos Santos, também moradora do NCV-Porto da Cobra (vereda Pilão). Outra ramificação do Clã Barbosa dentro do PARNA-GSV.2

1.12: CONTATOS INTERPARENTAIS
(Estreitando Vínculos; guardando Relíquias, Lembranças...)



Brasão que o Seu Valdão da Capuava, um de nossos entrevistados, publicou no livreto “*Contribuição ao Centenário de Seu Abdias*” (edição Unifam, 2007). Seu Valdão é trineto do casal RAFAEL MENDES DE QUEIRÓZ E RITA RODRIGUES DE ALMEIDA, donos de metade do PARNA-GSV, na margem esquerda da Carinhanha

1.13: CONTATOS RECENTES ENTRE MENDES E CARNEIRO – DIÁLOGO INTERPARENTAL ENTRE AS DUAS MARGENS DA CARINHANHA.

Essas duas famílias simbolizam as ligações entre PARNA-GSV.1 (Carneiro) e PARNA-GSV.2 (Mendes). Ambas descendem do mesmo TRONCO ANCESTRAL: *Patriarca Silvério Mendes Teixeira*. Dona Vilma é filha de Seu Prisco, neta de Seu Juventino e bisneta do casal *Oto Carneiro Saraiva* (este filho de *Manoel Carneiro Mendes*) e *Celina Mendes de Queiróz* (esta, um dos seis filhos de Seu *Rafael Mendes de Queiróz*, que era irmão de Seu Manoel). Este cartão foi enviado direto da Europa por Vilma, em 1985 (mesma época de criação da unidade de conservação), para seus parentes da família de *João Peba* (ele era irmão de Dona Celina, e sobrinho de Seu Manoel): confirmação afetiva dos laços de parentesco que se mantêm até hoje entre os Geralistas das Nascentes da Carinhanha.



Atenas - dezembro - 85
 GREECE - GRIECHENLAND - GRÈCE

Estava, embora você tenha me esquecido, eu não esqueci da Sra. e quero com muitas saudades, desejar a Sra. e toda família muitas alegrias, saúde e paz neste Natal que se aproxima, e que o Ano Novo que se aproxima traga muitas alegrias e muitas esperanças para a Sra. e toda família.

Boas Festas e Feliz 1986

Seu sincero voto de
 amizade muito saudosa.

Da Vilma Carneiro Saraiva

ABHNAL - H' Ουβούλα Φοιτητικής
 Αθήνας - Le siège de la Conférence Hellénique
 Αθήνας - Central Square Illustration
 Αθήνας - Εστιαστής-Πύλη Ιεραρχίας
 Αθήνας - Πύλη της Κοινωνίας Ηρώνας

Historiador MIGUEL CARNEIRO (1916-2010), então residente em Goiânia-GO, manteve atualizadas suas relações de parentesco com os herdeiros das terras do PARNA-GSV.2: correspondência entre Carneiro e Mendes, ambos parentes, confirmam esses laços

Goiania, 11 de maio de 2.000

Prezado Colega Xiko Mendes

Foi um grande prazer receber seus trabalhos literários, que muito apreciei pelo que já li. Comungo com você o pensamento de que o povo brasileiro, inclusive nossos conterrâneos, ao invés de conservar as tradições e a História, primam por tentar apagá-las, como se não lhes importassem as origens e os costumes herdados dos pais. É incrível como podem se esquecer de fatos e até das pessoas que lhes legaram a educação (e porque não dizer os meios de subsistência), levando tudo no "vai da valsa" como se nada mais importasse a não ser os modismos vazios e insípidos da vida moderna.

Um fato me chocou quando, após mais de vinte anos sem visitar nossa terra, encontro, na fazenda Logradouro uma escola municipal cujo nome homenageia a memória de um tio avô de minha esposa com o nome de Vanderlino Carneiro de Almeida(!) Esse rapaz, que morreu tão jovem, pois era mais novo do que minha esposa, era filho do bisavô de minha esposa - Agostinho Francisco com a sra. Maria Peixoto, goiana de Corumbá-Go e era alfateizado e se assinava Francisco Peixoto. Outra surpresa: na fazenda Boa Vista, do atual vice-prefeito, a escola tem o nome de Genésio Mendes Teixeira. Mais surpreso ficou o seu neto de mesmo nome, em cuja certidão de nascimento consta como seu avô paterno Genésio Teixeira Ribas!

Tamãha ignorância fez-me meditar sobre o fato e foi então que resolvi escrever "FORMOSO - DOIS SÉCULOS DE HISTÓRIA" que pretendo publicar nesse ano 2000, para não deixar que se apague uma história das mais belas da terra mineira.

Formoso merece um destaque na história de Minas Gerais, berço de cultura desde os idos de Vila Rica com seus heróis e seus poetas. Em Formoso não existe arquivos de crimes, como também em Arinos; seus habitantes sempre ordeiros e unidos, ao contrário de seus vizinhos - Sítio de Abadia e Buritis - valhacoutos de criminosos e assassinos emigrados de todos os cantos do Brasil.

Meu modesto trabalho eu pretendo oferecer ao Governo Municipal antes que termine o mandato ^{de} meu primo Edgar, que é Vice-Prefeito. É apenas um livro didático para as escolas, para que os adolescentes encontrem nele o nome de seus avós e a base de suas raízes.

É um trabalho na linguagem mais simples que pude alinhar, porque esse pessoal jovem de hoje não lê livros de literatura e desconhecem totalmente as riquezas de nossa língua e só se interessa por história, se for em quadrinhos.

Por isso, resumi o que pude para despertar o interesse dos leitores, pois do contrário ninguém se importaria de ler. Genealogia é uma coisa fastidiosa, por isso apresentei-a de uma forma mais digerível.

Pretendo iniciar agora a elaboração de um trabalho mais detalhado sobre o caráter e a personalidade das várias pessoas que aparecem na história, mas este é para as pessoas que gostam de saber como era o comportamento de seus antepassados, suas manias, seus atributos e defeitos. Esse vou deixar para os filhos ou netos publicarem ou aproveitarem para suas teses.

Assim que conseguir escanear o que já tenho do livro que ainda estou retocando, lhe enviarei logo uma cópia, pois eu perdi o telefone e o endereço do Jurandir, que acaba de se desquitara e está sem endereço certo.

Vale dizer-lhe que também sou um Mendes, pois sou trineto do patriarca Silvério Mendes, enquanto você deve ser tetraneto.

Abraço do Amigo e conterrâneo


Ismael Carneiro Magalhães (Miguelão)

ANEXO 2:
LEGISLAÇÃO SOBRE O PARNA-GSV

2.1: Decreto Federal Nº 97.658, de 12 de abril de 1989

Cria nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com limites que especifica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na alínea *a* do art. 5º, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com área estimada em 84.000ha (oitenta e quatro mil hectares), subordinado e integrante da estrutura básica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, autarquia federal vinculada ao Ministério do Interior.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo, possui as seguintes características e confrontações: Norte - partindo do ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 15°17'06,1"S e 46°03'33,8"WGr, localizados em um cruzamento de estradas próximo à cabeceira do Ribeirão Mato Grosso, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 81°29'03" e 9.454.23 metros, até o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 15°16'22,0"S e 45°58'20,2"WGr, localizado na cabeceira de um ribeirão sem denominação; daí, segue por este a jusante, até a confluência com o Ribeirão Mato Grande; daí, segue por este a jusante, até o ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 15°09'28,6"S e 45°52'16,4"WGr, localizado na confluência com Rio Carinhonha: daí, segue por este a jusante, até o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 15°06'54,1"S e 45°43'49,9"WGr, localizado na confluência do Córrego do Boi. Leste — do ponto antes descrito, segue pelo Córrego do Boi a montante, até a confluência com um córrego sem denominação, no ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 15°10'31,1"S e 45°41'09,8"WGr, localizado na confluência de córregos sem denominação, daí, segue por uma linha reta, até o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 15°14'32,5"S e 45°37'37,7"WGr, localizado na cabeceira de um riacho sem denominação, afluente da margem esquerda do Riacho Santa Rita. Sul — do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, até o ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 15°18'08,3"S e 45°41'06,03"WGr, localizado na cabeceira de uma vereda sem denominação, afluente da margem direita da Vereda Três Irmãos; daí segue por uma linha reta, até o ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 15°25'25,0"S e 45°53'49,2"WGr, localizado na cabeceira do Rio Preto. Oeste - do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, até o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 15°20'56,2"S e 46°01'20,8"WGr, localizado na cabeceira de um ribeirão sem denominação, afluente da margem direita do Ribeirão Mato Grande; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro.

Art. 2º As terras e benfeitorias, localizadas dentro dos limites descritos no artigo 1º deste Decreto, ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação.

1º Fica o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis autorizado a promover a desapropriação das referidas áreas de terras e das benfeitorias nelas existentes, na forma da legislação em vigor.

2º Nos termos do artigo 15, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação.

Art 3º Objetivando a finalidade técnica e científica do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis poderá firmar acordos com entidades públicas e privadas para a sua perfeita implantação.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de abril de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ

João Alves Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 13.4.1989

SARNEY

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D97658.htm, acesso em 9/4/16.

2.2: Decreto Federal de 21 de maio de 2004.

Amplia os limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, criado pelo Decreto nº 97.658, de 12 de abril de 1989, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 6º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incorporadas aos limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, criado pelo Decreto nº 97.658, de 12 de abril de 1989, as áreas a seguir delimitadas, descritas a partir das cartas topográficas na escala 1:100.000 nos MI 2129, 2130, 2174, 2175, editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército:

Área I - começa no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a) E = 404506 e N = 8321054 (ponto 1), localizado na margem esquerda do Rio Carinhanha; daí, segue em linhas retas, passando pelos pontos de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.): E = 402358 e N = 8321729 (ponto 2); E = 400971 e N = 8322029 (ponto 3); E = 400417 e N = 8322584 (ponto 4) e E = 399428 e N = 8323534 (ponto 5), localizado na cabeceira de um córrego sem nome; daí, segue a jusante pela margem esquerda deste córrego, até o ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E = 398315 e N = 8325286 (ponto 6), localizado na confluência com um pequeno afluente pela margem esquerda; daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.): E = 397537 e N = 8326021 (ponto 7); E = 397358 e N = 8326260 (ponto 8); E = 395971 e N = 8327621 (ponto 9); E = 394130 e N = 8330050 (ponto 10); E = 392761 e N = 8330400 (ponto 11); E = 392016 e N = 8333173 (ponto 12); E = 391550 e N = 8333686 (ponto 13); E = 390931 e N = 8334275 (ponto 14); E = 390636 e N = 8334964 (ponto 15); E = 390029 e N = 8335617 (ponto 16); E = 389318 e N = 8335956 (ponto 17); E = 389166 e N = 8336611 (ponto 18); E = 389029 e N = 8337042 (ponto 19); E = 388421 e N = 8337336 (ponto 20); E = 387579 e N = 8337688 (ponto 21); E = 387129 e N = 8338062 (ponto 22); E = 386187 e N = 8337845 (ponto 23); E = 385815 e N = 8337590 (ponto 24); E = 384717 e N = 8337904 (ponto 25); E = 384757 e N = 8338511 (ponto 26); E = 386070 e N = 8339119 (ponto 27); E = 386246 e N = 8339609 (ponto 28); E = 385678 e N = 8340667 (ponto 29); E = 385599 e N = 8341921 (ponto 30); E = 385266 e N = 8343332 (ponto 31); E = 383796 e N = 8345194 (ponto 32); E = 383871 e N = 8346844 (ponto 33); E = 384023 e N = 8348447 (ponto 34); E = 384258 e N = 8349096 (ponto 35); E = 385888 e N = 8350519 (ponto 36); E = 386317 e N = 8352094 (ponto 37); E = 386731 e N = 8352536 (ponto 38); E = 387076 e N = 8353586 (ponto 39); E = 387773 e N = 8354112 (ponto 40); E = 387699 e N = 8354556 (ponto 41); E = 387815 e N = 8354746 (ponto 42); E = 390988 e N = 8355434 (ponto 43); E = 391465 e N = 8356224 (ponto 44); E = 392962 e N = 8356685 (ponto 45); E = 393962 e N = 8356669 (ponto 46); E = 395120 e N = 8356399 (ponto 47); E = 396470 e N = 8355647 (ponto 48); E = 397358 e N = 8355107 (ponto 49); E = 398554 e N = 8355300 (ponto 50); E = 399440 e N = 8355540 (ponto 51); E = 400565 e N = 8355218 (ponto 52); E = 401530 e N = 8354546 (ponto 53); E = 402144 e N = 8353771 (ponto 54); E = 402802 e N = 8352879 (ponto 55); E = 403749 e N = 8352467 (ponto 56); E = 405531 e N = 8353346 (ponto 57); E = 406042 e N = 8354831 (ponto 58); E = 405214 e N = 8355558 (ponto 59); E = 404301 e N = 8356334 (ponto 60); E = 403281 e N = 8357075 (ponto 61); E = 402708 e N = 8356965 (ponto 62); E = 402323 e N = 8357101 (ponto 63); E = 401871 e N = 8356976 (ponto 64); E = 400816 e N = 8358483 (ponto 65); E = 400225 e N = 8358696 (ponto 66); E = 399740 e N = 8360032 (ponto 67); E = 400147 e N = 8360660 (ponto 68); E = 403310 e N = 8363677 (ponto 69); E = 404690 e N = 8364282 (ponto 70); E = 406018 e N = 8364588 (ponto 71); E = 406635 e N = 8364650 (ponto 72); E = 408415 e N = 8364301 (ponto 73); E = 411799 e N = 8363606 (ponto 74); E = 413825 e N = 8365991 (ponto 75); E = 413165 e N = 8368377 (ponto 76); E = 414778 e N = 8370027 (ponto 77); E = 417225 e N = 8369938 (ponto 78); E = 418813 e N = 8369737 (ponto 79); E = 420150 e N = 8368980 (ponto 80); E = 421525 e N = 8368009 (ponto 81); E = 422092 e N = 8367265 (ponto 82); E = 422672 e N = 8364806 (ponto 83); E = 423088 e N = 8364075 (ponto 84); E = 423580 e N = 8363477 (ponto 85); E = 423233 e N = 8362048 (ponto 86); E = 422496 e N = 8361200 (ponto 87); E = 423451 e N = 8359989 (ponto 88); E = 424931 e N = 8358994 (ponto 89); E = 425213 e N = 8357877 (ponto 90); E = 426087 e N = 8356909 (ponto 91); E = 425555 e N = 8354960 (ponto 92); E = 426343 e N = 8353155 (ponto 93); E = 426619 e N = 8350797 (ponto 94), localizado na nascente do Córrego Vereda da Cobra; daí, segue a jusante pela margem esquerda deste córrego até atingir o ponto de coordenada plana aproximada (c.p.a.) E = 435151 e N = 8342725 (ponto 95), localizado na confluência do Córrego Vereda da Cobra com o Rio Carinhanha; daí, segue a montante pelo talvegue do Rio Carinhanha, até atingir o ponto de c.p.a. E = 428992 e N = 8334776 (ponto 96), localizado na foz de um córrego afluente sem nome; daí, segue a montante pela margem direita deste afluente até atingir o ponto de c.p.a. E = 429535 e N = 8333948 (ponto 97); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a.: E = 428279 e N = 8333048 (ponto

98); E = 427380 e N = 8332354 (ponto 99); E = 426596 e N = 8331826 (ponto 100); E = 425276 e N = 8330980 (ponto 101); E = 424407 e N = 8330848 (ponto 102); E = 423825 e N = 8330375 (ponto 103); E = 423211 e N = 8329303 (ponto 104); E = 423258 e N = 8329070 (ponto 105); E = 424258 e N = 8327673 (ponto 106); E = 424775 e N = 8326356 (ponto 107); E = 425732 e N = 8325541 (ponto 108); E = 426860 e N = 8323848 (ponto 109); E = 427785 e N = 8322500 (ponto 110); E = 429086 e N = 8322029 (ponto 111); E = 429714 e N = 8321920 (ponto 112); E = 430419 e N = 8321684 (ponto 113); E = 430796 e N = 8321383 (ponto 114); E = 432591 e N = 8320990 (ponto 115); E = 432767 e N = 8320663 (ponto 116); E = 433341 e N = 8320439 (ponto 117); E = 433900 e N = 8320082 (ponto 118); E = 433989 e N = 8319827 (ponto 119); E = 433869 e N = 8319515 (ponto 120); E = 433986 e N = 8319228 (ponto 121); E = 434281 e N = 8319142 (ponto 122); E = 434692 e N = 8319235 (ponto 123); E = 435018 e N = 8319173 (ponto 124); E = 435251 e N = 8319057 (ponto 125); E = 435321 e N = 8318808 (ponto 126); E = 435375 e N = 8318560 (ponto 127); E = 435305 e N = 8318242 (ponto 128); E = 435336 e N = 8318001 (ponto 129); E = 435166 e N = 8317675 (ponto 130); E = 434956 e N = 8317582 (ponto 131); E = 435010 e N = 8316907 (ponto 132); E = 434770 e N = 8316286 (ponto 133); E = 434374 e N = 8315657 (ponto 134); E = 433667 e N = 8314819 (ponto 135); E = 433722 e N = 8314648 (ponto 136); E = 433512 e N = 8314399 (ponto 137); E = 433132 e N = 8314058 (ponto 138); E = 433031 e N = 8313662 (ponto 139); E = 432573 e N = 8313421 (ponto 140); E = 431859 e N = 8313289 (ponto 141); E = 431605 e N = 8312961 (ponto 142); E = 431246 e N = 8312536 (ponto 143); E = 430881 e N = 8312358 (ponto 144) e E = 430450 e N = 8312381 (ponto 145), localizado no limite original do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; daí, segue no sentido anti-horário pelo limite original do Parque até o ponto de c.p.a. E = 432671 e N = 8314766 (ponto 146), que corresponde ao ponto 6 do Decreto nº 97.658, de 1989; daí, acompanha em sentido anti-horário os limites originais do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, apresentados no Decreto nº 97.658, de 1989, passando pelo ponto 5 e atingindo o ponto de c.p.a. E = 421565 e N = 8328561 (ponto 147), que corresponde ao ponto 4 do Decreto nº 97.658, de 1989, situado na foz do Córrego do Boi no Rio Carinhanha; daí, segue a montante pela margem direita do Rio Carinhanha, até atingir o ponto 1, ponto inicial desta descrição, fechando o polígono e perfazendo uma área total aproximada de 146.200 hectares;

Área II - inicia no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E = 429648 e N = 8311522 (ponto 1), localizado no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, conforme definido no Decreto nº 97.658, de 1989; daí, segue por linhas retas, no sentido horário, passando pelos pontos de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.): E = 429783 e N = 8311273 (ponto 2); E = 429957 e N = 8311075 (ponto 3); E = 429855 e N = 8310842 (ponto 4); E = 429831 e N = 8310712 (ponto 5); E = 429707 e N = 8310445 (ponto 6); E = 429211 e N = 8310130 (ponto 7); E = 428927 e N = 8309952 (ponto 8); E = 428841 e N = 8309678 (ponto 9); E = 428571 e N = 8309634 (ponto 10); E = 428239 e N = 8309685 (ponto 11); e E = 427963 e N = 8309716 (ponto 12), localizado novamente no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; daí, segue por este limite, em sentido horário, até o ponto inicial desta descrição, fechando o polígono e perfazendo uma área de 140 hectares;

Área III - inicia no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E = 426982 e N = 8308665 (ponto 1), localizado no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, conforme definido no Decreto nº 97.658, de 1989; daí, segue por linhas retas, no sentido horário, passando pelos pontos de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.): E = 427170 e N = 8308555 (ponto 2); E = 427312 e N = 8308317 (ponto 3); E = 427274 e N = 8308167 (ponto 4); E = 427201 e N = 8308109 (ponto 5); E = 427216 e N = 8307801 (ponto 6); E = 427312 e N = 8307575 (ponto 7); E = 427335 e N = 8307363 (ponto 8); E = 427254 e N = 8307148 (ponto 9); E = 427089 e N = 8307044 (ponto 10); E = 426862 e N = 8307025 (ponto 11); E = 426674 e N = 8307082 (ponto 12); E = 426570 e N = 8307213 (ponto 13); E = 426543 e N = 8307332 (ponto 14); E = 426328 e N = 8307425 (ponto 15); E = 426170 e N = 8307644 (ponto 16); E = 426116 e N = 8307794 (ponto 17) e E = 426015 e N = 8307839 (ponto 18), localizado novamente no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; daí, segue por este limite, no sentido horário, até o ponto inicial desta descrição, fechando o polígono e perfazendo uma área de 126 hectares.

Área IV - inicia no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E = 425605 e N = 8307595 (ponto 1), localizado no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, conforme definido no Decreto nº 97.658, de 1989; daí, segue por linhas retas no sentido horário, passando pelos pontos de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.): E = 425601 e N = 8307478 (ponto 2); E = 425478 e N = 8307286 (ponto 3); E = 425547 e N = 8307105 (ponto 4); E = 425505 e N = 8306832 (ponto 5); E = 425466 e N = 8306644 (ponto 6); E = 425209 e N = 8306529 (ponto 7); E = 425012 e N = 8306467 (ponto 8); E = 424782 e N = 8306521 (ponto 9); E = 424618 e N = 8306721 (ponto 10); E = 424514 e N = 8306625 (ponto 11); E = 424422 e N = 8306586 (ponto 12); E = 424280 e N = 8306463 (ponto 13); E = 424137 e N = 8306390 (ponto 14); E = 424011 e N = 8306363 (ponto 15); E = 423864 e N = 8306363 (ponto 16); E = 423784 e N = 8306325 (ponto 17); E = 423780 e N = 8306202 (ponto 18); E = 423714 e N = 8306136 (ponto 19); E = 423614 e N = 8306098 (ponto 20); E = 423557 e N = 8305967 (ponto 21); E = 423499 e N =

8305909 (ponto 22); E = 423376 e N = 8305840 (ponto 23); E = 423291 e N = 8305844 (ponto 24); E = 423218 e N = 8305902 (ponto 25); E = 423161 e N = 8305959 (ponto 26); E = 423049 e N = 8305959 (ponto 27); e E = 422883 e N = 8305976 (ponto 28), localizado novamente sobre o limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; daí, segue por este limite em sentido horário até o ponto inicial desta descrição, fechando o polígono e perfazendo uma área de 115 hectares;

Área V - inicia no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E = 422512 e N = 8305755 (ponto 1), localizado no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, conforme definido no Decreto nº 97.658, de 1989; daí, segue por linhas retas no sentido horário, passando pelos pontos de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.): E = 422561 e N = 8305521 (ponto 2); E = 422445 e N = 8305379 (ponto 3); E = 422561 e N = 8305271 (ponto 4); E = 422580 e N = 8305179 (ponto 5); E = 422472 e N = 8304971 (ponto 6); E = 422288 e N = 8304875 (ponto 7); E = 422207 e N = 8304706 (ponto 8); E = 422015 e N = 8304560 (ponto 9); E = 421880 e N = 8304456 (ponto 10); E = 421857 e N = 8304283 (ponto 11); E = 421688 e N = 8304187 (ponto 12); E = 421392 e N = 8304179 (ponto 13); E = 421361 e N = 8304060 (ponto 14); E = 421038 e N = 8303798 (ponto 15); E = 420873 e N = 8303660 (ponto 16); E = 420776 e N = 8303529 (ponto 17); E = 420507 e N = 8303610 (ponto 18); E = 420219 e N = 8303583 (ponto 19); E = 419723 e N = 8303575 (ponto 20); E = 419261 e N = 8303664 (ponto 21); e E = 419161 e N = 8303763 (ponto 22), localizado novamente no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; daí, segue em sentido horário por este limite até o ponto inicial desta descrição, fechando o polígono e perfazendo uma área de 274 hectares;

Área VI - inicia no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E = 408144 e N = 8297212 (ponto 1), localizado no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, conforme definido no Decreto nº 97.658, de 1989; daí, segue por linhas retas no sentido horário, passando pelos pontos de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.): E = 408124 e N = 8296731 (ponto 2); E = 408129 e N = 8296115 (ponto 3); E = 408076 e N = 8295798 (ponto 4); E = 407865 e N = 8295476 (ponto 5); E = 406480 e N = 8294683 (ponto 6); E = 406225 e N = 8294702 (ponto 7); E = 405947 e N = 8294616 (ponto 8); E = 405778 e N = 8294625 (ponto 9); E = 405620 e N = 8294664 (ponto 10); 405259 e N = 8294678 (ponto 11); E = 405072 e N = 8294808 (ponto 12); E = 404716 e N = 8294928 (ponto 13); E = 404370 e N = 8294606 (ponto 14); E = 404110 e N = 8294495 (ponto 15); e E = 403751 e N = 8294599 (ponto 16), localizado novamente no limite do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; daí, segue em sentido horário por este limite, até o ponto inicial desta descrição, fechando o polígono e perfazendo uma área de 452 hectares.

Art. 2º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras e as benfeitorias incidentes nos limites descritos no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 97.658, de 1989, e no art. 1º deste Decreto, destinadas à preservação ambiental.

Art. 3º O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA fica autorizado a promover a desapropriação por utilidade pública das referidas terras e benfeitorias incidentes nos limites previstos no art. 2º, sem prejuízo de outra forma de aquisição, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A entidade autárquica expropriante de que trata este artigo fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória na posse do bem, na forma do art. 15 do Decreto nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Marina Silva.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.5.2004.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10184.htm, acesso em 9/4/16.

ANEXO 3: MOSAICO SVP **(Mosaico Sertão Veredas Peruaçu)**

3.1 – REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU – MOSAICO SVP*. CAPÍTULO I - DA NATUREZA. Art. 1º - O Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, doravante denominado CONSELHO, é órgão colegiado que atuará como instância de gestão integrada das unidades de conservação, conforme estabelecido pela **Portaria MMA nº 128, de 24 de abril de 2009**, sendo regido pela Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e regulamentado pelo Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. **CAPÍTULO II - DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA** Art. 2º - O Conselho tem por finalidade contribuir para a efetiva implantação e gestão integrada do mosaico de unidades de conservação Sertão Veredas - Peruaçu localizado no noroeste de Minas Gerais e Sudoeste da Bahia, e para o cumprimento dos objetivos das unidades de conservação por

ele abrangidas. Parágrafo único - o objetivo básico do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu é a atuação como instância de gestão integrada das Unidades de Conservação que o compõem, conforme o artigo 1º da Portaria MMA nº 128, de 24 de abril de 2009, contribuindo para a preservação e conservação dos recursos naturais, bem como para o desenvolvimento sustentável deste território. Art. 3 - É competência do CONSELHO: I. “Elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição; II. propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar: a. as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente: 1) os usos na fronteira entre unidades; 2) o acesso às unidades; 3) a fiscalização; 4) o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo; 5) a pesquisa científica; 6) a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental; b. a relação com a população residente na área do mosaico. III. Manifestar-se sobre propostas de solução para sobreposição de unidades; IV. manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico.” V. Compatibilizar planos, programas, projetos e ações de órgãos públicos, entidades não governamentais e empresas privadas, com o objetivo de garantir a preservação dos atributos ambientais, culturais e paisagísticos e a proteção 2 dos recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável da região, conforme dispõe os Planos de Manejo das Unidades abrangidas; VI. Acompanhar a elaboração, implementação e revisão dos Planos de Manejo das unidades de conservação; VII. Aprovar e acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de atividades anual, projetos e ações nele propostos, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo órgão gestor; VIII. Promover a integração das Unidades de Conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno, harmonizando e mediando a solução de conflitos, estabelecendo formas de cooperação entre órgãos públicos e sociedade civil para a realização dos objetivos da gestão do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu; IX. Manifestar-se sobre questões ambientais e culturais que envolvam a proteção e a conservação do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, ressalvadas as competências institucionais fixadas em lei; X. Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto no mosaico, propondo, quando couber, medidas mitigadoras e compensatórias; XI. Convidar os órgãos públicos, pessoas jurídicas e físicas para prestarem informações sobre questões relevantes para o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu; XII. Solicitar e apoiar a realização de audiências públicas na hipótese de licenciamento ambiental de obras ou atividades que resultem em impacto ambiental na área de abrangência do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu; XIII. Divulgar ações, projetos e informações sobre o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, promovendo a transparência da gestão; XIV. Recomendar a formação, reestruturação, extinção de Câmaras Temáticas para discussão de políticas e propostas de estudos, bem como promover e impulsionar seu funcionamento; XV. Estimular o processo participativo com o primeiro, segundo e terceiro setores, entre outros; XVI. Fomentar a captação de recursos, discutindo e propondo estratégias para a melhoria da gestão das Unidades de Conservação abrangidas; XVII. Zelar pelas normas de uso, propostas no Zoneamento Ambiental das unidades de conservação abrangidas pelo Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu. XVIII. Esforçar-se para compatibilizar e harmonizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com o mosaico de unidades de conservação; XIX. Promover a capacitação continuada de seus membros; XX. Recomendar e propor alterações no Regimento Interno; XXI. Divulgar as reuniões, ações e decisões do Conselho. **CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO** Art. 4 - O Conselho é composto inicialmente com base no artigo 3º da Portaria MMA nº. 128/09, divididos da seguinte forma: I - representação governamental: 3 a) os chefes, administradores ou gestores das unidades de conservação públicas federais e estaduais listadas no art. 1º desta Portaria; b) um representante da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis de Minas Gerais; c) um representante da Fundação Nacional do Índio-FUNAI; d) um representante da Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais; e) um representante do Ministério Público Estadual – Promotoria de Arinos-MG; f) um representante da Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Regional de Januária-MG; g) um representante da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES; h) um representante do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET / JanuáriaMG; i) um representante da Prefeitura Municipal da Chapada Gaúcha; j) um representante da Prefeitura Municipal de Formoso; k) um representante da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas; l) um representante da Prefeitura Municipal de Januária; m) um representante da Prefeitura Municipal de Itacarambi; n) um representante da Prefeitura Municipal de São João das Missões; II - representação da sociedade civil: a) um representante da Fundação Pró-Natureza-FUNATURA; b) um representante do Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre; c) um representante da Cooperativa Regional Agissilviextrativista Sertão Veredas - Coop Sertão Veredas; d) um representante do Instituto Rosa e Sertão; e) um representante da Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha-ADISC; f) um representante do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Chapada Gaúcha; g) um representante do Centro de Espeleologia e Estudos Orientados de Januária; h) um representante do Instituto Grande Sertão; i) um representante do Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco CEIVA; j) um representante da Associação dos Agentes Ambientais do Vale do Peruaçu; k) um representante da Associação Indígena Xacriabá; l) um representante do Serviço Social do Comércio-SESC/Januária; m) um representante da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Várzea Grande - Itacarambi/MG; n) um representante dos Pequenos Empreendedores de Januária/MG; o) um representante do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerias - CAA-NM; p) um representante da Cáritas Diocesana de Januária/MG; q) um representante da Associação dos Moradores de Pandeiros; r) um representante da Associação Quilombola Vó Amélia; s) um representante do Comitê da Bacia do Rio Urucaia; t) um representante do Circuito Turístico Velho Chico; u) um representante da Casa de Cultura de Januária/MG; v) um representante para a Unidade de Conservação privada que compõe o Mosaico; Art. 5 - As instituições que compõem o Conselho indicarão oficialmente seus representantes, delegando-lhes competência decisória. 4 Art. 6 - Cada assento no Conselho será composto por um representante titular e um suplente, podendo ser ocupados por instituições diferentes que representem interesses semelhantes. **CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA** Art. 7 - A estrutura organizacional do Conselho Consultivo é composta de: I. Plenário; II. Secretaria Executiva; III. Câmaras Temáticas. **SEÇÃO I - DO PLENÁRIO** Art. 8 - O Plenário é o órgão superior do Conselho, sendo composto pelos Conselheiros indicados pelas Instituições, Associações e Organizações elencadas no artigo 3º da Portaria MMA nº 128, de 24 de abril de 2009. Art. 9 - É competência do Plenário: I. Apreciar, discutir, analisar, opinar e aprovar matérias ou assuntos apresentados por quaisquer dos seus membros; II. Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de membros; III. Deliberar sobre alteração do Regimento Interno, quando convocado especificamente para este fim; Parágrafo único: Os assuntos a serem submetidos à apreciação do Plenário serão apresentados unicamente por membros do Conselho. Art. 10 - É competência dos Conselheiros: I. Comparecer e participar ativamente das reuniões; II. Eleger o(a) Presidente do Conselho e o Secretário(a) Executivo(a); III. Orientar e acompanhar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligados ao Conselho, de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações; IV. Debater e votar as matérias em discussão, emitindo relatórios e proposições; V. Requerer informações, providências e esclarecimentos à Secretaria Executiva; VI. Pedir vistas a processos e documentos pertinentes ao Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, ressalvados os sigilos devidos; VII. Propor a criação, aprovar e integrar as Câmaras Temáticas, bem como propor a extinção das mesmas; VIII. Propor ações, temas e assuntos para discussão no Conselho; IX. Propor alterações neste Regimento; X. Zelar pela ética do Conselho e XI. Cumprir e zelar pelo cumprimento deste Regimento. Art. 11 - É competência do Presidente do Conselho: I. Convocar e presidir as sessões do Plenário; II. Representar o Conselho; III. Homologar e fazer cumprir as decisões do Conselho; IV. Tomar decisões, de caráter urgente, sem apreciação do Plenário, a serem submetidas ao Plenário na próxima sessão do Conselho; V. Exercer outras atividades correlatas que lhes forem conferidas pelo Conselho. VI. Fornecer informações necessárias ao adequado funcionamento do Conselho. 5 Parágrafo primeiro – O Presidente do conselho será escolhido entre um dos chefes das unidades de conservação que compõem o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Parágrafo segundo - Ao Presidente do Conselho caberá o voto de desempate, quando assim for necessário. Parágrafo terceiro – As convocações das reuniões do Conselho serão feitas oficialmente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e incluirão a pauta e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados; **SEÇÃO II – DA SECRETARIA EXECUTIVA** Art. 12 – A Secretaria-Executiva será composta por: I - Um Secretário-Executivo eleito entre uma das entidades da representação da sociedade civil com atuação na região e que tenha experiência em trabalhos com unidades de conservação e com comunidades locais nos focos do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu; II - Uma equipe técnica destinada a prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho. Parágrafo único – O Secretário Executivo terá um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido. Art. 13 – Compete à Secretaria Executiva: I. Receber dos membros do Conselho sugestões de pauta de reuniões; II. Definir, juntamente com o Presidente do Conselho, a pauta das reuniões; III. Propor a distribuição de atividades entre os membros do conselho; IV. Elaborar o Relatório Anual de Atividades do Conselho, submetendo-o ao plenário; V. Submeter à apreciação do Plenário, propostas sobre matérias de competência do Conselho que lhe forem encaminhadas; VI. Prestar os esclarecimentos solicitados pelos membros do Conselho; VII. Cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento e os encargos que lhe forem atribuídos pelo Conselho; VIII. Convidar representantes de outros órgãos governamentais, não governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos trabalhos do conselho, sem direito a voto; IX. Elaborar atas das reuniões e redação de documentos expedidos pelo Conselho; X. Assessorar técnica e administrativamente o Conselho; XI. Organizar e manter arquivada a documentação relativa ao Conselho; XII. Propor e acompanhar o calendário e a agenda das reuniões dos órgãos da estrutura do Conselho; XIII. Comunicar, encaminhar e fazer publicar as decisões emanadas do Plenário; XIV. Exercer outras

atividades correlatas que lhes forem conferidas pelo Conselho; XV. Efetuar controle sobre documentos enviados ao Conselho, recebendo-os e registrando-os, mantendo o Presidente do Conselho informado dos prazos de análise e complementação dos trabalhos das Câmaras Temáticas; XVI. Manter cadastro atualizado dos conselheiros, principalmente no que se refere a endereço postal, eletrônico e outras formas de contato; XVII. Apoiar os trabalhos das Câmaras Temáticas.

6 SEÇÃO III - DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

Art. 14 - As Câmaras Temáticas serão formadas por um mínimo de 3 (três) e um máximo de 7 (sete) integrantes, delas participando obrigatoriamente 2 (dois) Conselheiros, sendo um da representação governamental e outro da representação da sociedade civil, onde um deles será o coordenador e o outro o relator e, se for o caso, consultores externos indicados por membros do Conselho e referendados pelo Plenário. § 1º - As Câmaras Temáticas têm por finalidade estudar, analisar e emitir parecer e resumo sobre assuntos específicos que lhes forem encaminhados pelo Plenário e reunir-se-ão sempre que necessário para possibilitar a elaboração de seus pareceres. § 2º As Câmaras Temáticas também têm por finalidade realizar uma abordagem mais profunda dos processos e/ou assuntos submetidos ao Conselho, através da análise e relato integrado de diferentes órgãos e/ou contando com participantes de formações profissionais diferenciadas, representando os diversos segmentos sociais. § 3º - As Câmaras Temáticas poderão ter caráter temporário ou permanente e poderão ser constituídas, em qualquer número, simultaneamente. § 4º - A escolha da composição das Câmaras Temáticas deverá considerar a atuação e o interesse dos candidatos. § 5º - As Câmaras Temáticas poderão estabelecer regras específicas para o seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros, obedecendo ao disposto neste Regimento.

Art. 15 - É competência de cada uma das Câmaras Temáticas, observadas as respectivas atribuições, o seguinte: I. Elaborar, em conjunto com a Secretaria Executiva, a agenda de suas reuniões; II. Elaborar, discutir, aprovar e encaminhar ao Conselho propostas de temas, prioridades e Projetos, no âmbito de sua competência, a serem incorporados ao Plano de Atividades do Conselho; III. Relatar e submeter à aprovação do Plenário, assuntos a elas pertinentes; IV. Convidar especialistas para assessorá-la em assuntos de sua competência. V. Solicitar ao Secretário Executivo a convocação de reuniões da Câmara, quando necessário; **Art. 16** - As decisões das Câmaras Temáticas serão tomadas por votação por maioria simples entre seus membros, cabendo o voto de desempate ao Coordenador. **Art. 17** - Compete ao coordenador da Câmara Temática: I. Dirigir e coordenar as atividades da Câmara, determinando as providências necessárias ao seu pleno desempenho; II. Convocar e presidir as reuniões da Câmara; III. Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Conselho e as suas Deliberações; IV. Estabelecer a Ordem do Dia por ocasião das convocações; V. Fixar a duração das reuniões, os horários destinados ao Expediente, à Ordem do Dia e à livre manifestação dos integrantes e demais presentes; VI. Encaminhar a votação de matéria e anunciar seu resultado; VII. Decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à Câmara; VIII. Solicitar, por meio da Secretaria Executiva, a emissão de convites para o comparecimento às reuniões da Câmara; IX. Adotar outras providências destinadas ao regular andamento dos trabalhos e ao atendimento das atribuições da Câmara.

Art. 18 - Compete ao relator da Câmara Temática elaborar Parecer, Manifestação ou Estudo, conforme o caso, observados os prazos fixados pela Deliberação que criou a Câmara. § 1º - Os Pareceres, Manifestações e Estudos deverão refletir as conclusões a que chegou a Câmara no curso de seus trabalhos, de forma a subsidiar as Deliberações do Conselho. § 2º - Os Pareceres, Manifestações e Estudos da Câmara deverão ser instruídos com a documentação pertinente e, após a votação final, encaminhados ao Conselho, para submissão ao Plenário.

CAPÍTULO IV - DAS REUNIÕES

Art. 19 - O Conselho reunir-se-á de forma ordinária quadrimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pelo Colegiado Coordenador ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros. **Art. 20** - As reuniões do Plenário obedecerão à seguinte ordem: I. Verificação quorum mínimo; II. Instalação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho; III. Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior; IV. Apresentação da pauta do dia; V. Discussão da pauta do dia; VI. Agenda livre para, a critério do Plenário, serem discutidos, ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral; VII. Encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho. **Parágrafo Único** - A leitura da ata poderá ser dispensada por requerimento de Conselheiro, mediante aprovação do Plenário. **Art. 21** - As reuniões do Plenário terão início, respeitando o número de membros presentes, de acordo com a seguinte ordem de abertura, com intervalo de uma hora entre as mesmas: I. Em primeira convocação, com presença de pelo menos metade mais um de seus membros; II. Em segunda convocação, com presença de pelo menos um terço de seus membros; **Art. 22** - Os pareceres das Câmaras Temáticas a serem apresentados durante as reuniões do Conselho deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria Executiva com antecedência mínima de 10 (dez) dias para as reuniões ordinárias e de 03 (três) dias para reuniões extraordinárias, à data da realização da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta, salvo nos casos admitidos pelo Colegiado Coordenador. **Art. 23** - Durante as exposições dos assuntos contidos nos pareceres das Câmaras Temáticas, não serão admitidos apartes. § 1º - Cabe às Câmaras Temáticas realizar uma exposição sobre os seus pareceres, em linguagem acessível e de fácil entendimento a todos os presentes nas reuniões do Conselho. § 2º -

Terminada a exposição do parecer das Câmaras Temáticas será o assunto posto em discussão pelo Plenário; 8 § 3º - Os membros do Conselho, nas discussões sobre o teor dos Pareceres das Câmaras Temáticas terão uso da palavra que será concedida pelo Colegiado Coordenador, na ordem em que for solicitado. Art. 24 - Após as discussões o assunto será votado pelo Plenário. Art. 25 - As matérias serão submetidas à votação e serão consideradas aprovadas quando obtiverem maioria simples entre os conselheiros presentes, respeitados os quóruns diferenciados estabelecidos por esse regimento. Art. 26 - A participação, sem direito a voto, é garantida a qualquer cidadão ou cidadã; **CAPÍTULO V - DO MANDATO, VACÂNCIA E RENOVAÇÃO** Art. 27 - O mandato do Conselheiro representante da sociedade civil será de 02 (dois) anos, permitindo reconduções sucessivas, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público. Art. 28 - Com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término dos mandatos a que se refere o artigo 31, ou se o Conselho não atingir o número mínimo, o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, por meio da Secretaria Executiva, fará publicar os editais para cadastramento dos representantes dos segmentos que compõem o Plenário do Conselho. § 1º - Os editais de convocação para cadastramento deverão fixar os requisitos e condições de participação. § 2º - Cada instituição, considerados os seus objetivos legais ou estatutários, somente poderá participar e cadastrar-se em um dos segmentos do Plenário do Conselho. Art. 29 - Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término dos mandatos a que se refere o artigo 28, o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, por meio da Secretaria Executiva, convocará os representantes cadastrados junto ao Conselho do Mosaico, para reunião(ões) de escolha ou eleição de seus representantes. Art. 30 - Os membros do Conselho perderão o mandato nas seguintes hipóteses: I. Falta, sem justificativa por escrito, a 02 (duas) reuniões (ordinárias e/ou extraordinárias) do Conselho, no período de um ano civil; II. Tornar-se incompatível com o exercício do cargo por improbidade ou prática de atos ilícitos; III. Perda de mandato ou cargo na entidade que representa no Conselho. §1º - A Secretaria Executiva deverá ser comunicado pela (s) respectiva (s) entidade(s) que deverá indicar o membro até o final do mandato no Conselho. § 2º - A Secretaria Executiva deverá submeter à decisão do Plenário as entidades sob risco de perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave, cabendo recurso, que decidirão, por maioria absoluta dos membros, a permanência ou não do membro em questão. Artigo 31 - As entidades representantes do Conselho perderão o mandato nas seguintes hipóteses: I. Por solicitação da própria entidade ou órgão; 9 II. Falta, sem justificativa expressa, por escrito, a 03 (três) reuniões consecutivas; § 1º - Na perda do mandato de alguma instituição do Conselho, por qualquer motivo, a Secretaria Executiva nomeará outra, escolhida pelo Plenário, preferencialmente vinculada ao segmento que perdeu sua representação. § 2º - O Secretário(a) Executivo(a) é a autoridade competente para avaliar e encaminhar situações de perdas do mandato de qualquer entidade, cabendo recurso das entidades ao Plenário, que decidirá, por maioria absoluta a permanência ou não da entidade excluída. § 3º - As instituições poderão substituir seus membros em reuniões, na ausência do suplente, com direito a voz e voto, mediante ofício apresentado ao Plenário. Art. 32 - Em caso de solicitação de exoneração de membro do Colegiado Coordenador deverá ser realizada nova eleição no prazo máximo de 30 dias para sua substituição. Art. 33 - As instituições poderão substituir seus membros, mediante ofício encaminhado a Secretaria Executiva que apresentará em plenário. **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS** Art. 34 - O Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta do Plenário ou da Secretaria Executiva. Parágrafo único - A aprovação das alterações se dará por 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário, em Reunião convocada para tal finalidade. Art. 41 - As reuniões do Conselho são públicas e devem ser realizadas em local de fácil acesso. Art. 42 - A participação dos membros do Conselho é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada, cabendo às instituições que integram o Conselho do Mosaico o custeio das despesas de deslocamento e estada. Parágrafo Único - o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, em conjunto com as Unidades de Conservação por ele abrangidas, poderá prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado. Art. 43 - Qualquer membro poderá apresentar matéria à apreciação do Conselho, enviando-a para inclusão na pauta da reunião seguinte, após análise pela Secretaria Executiva. Art. 44 - As decisões das reuniões serão lavradas em Atas aprovadas e assinadas pelos membros presentes, ou na reunião subsequente. Art. 45 - Os casos omissos ou que não tenham sido tratados no Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário.

(*)Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/regimento-interno-grande-sertao.pdf>, acesso em 18/6/16.

3.2 – SEMINÁRIO SOBRE MOSAICO SERTÃO-VEREDAS RETOMA DEBATE SOBRE O SNUC NA INTERSEÇÃO NORTE-NOROESTE DE MINAS

MOSAICO
sertão veredas
peruaçu

SEMINÁRIO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU
DATA: 28 E 29 DE JUNHO DE 2017 - LOCAL: SESC JANUÁRIA-MG

Áreas Protegidas do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, 2012

O Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, inserido no território de 11 municípios norte/noroeste mineiro e um município do sudoeste baiano e composto por 44 organizações da sociedade civil e de órgãos de governo, convida V. Sa. para participar do Seminário de Gestão Territorial do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu com a seguinte programação.

28/06 - 14:00 - 14:30 horas: Sessão de abertura	Abertura com autoridades e exibição do documentário sobre o rio São Francisco "O futuro a Deus pertence?"
28/06 - 14:30 - 15:00 horas: Apresentação - Funatura	Apresentação sobre o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu
28/06 - 15:00 - 15:30 horas: Apresentação GEMOG-IEF-MG e discussões	Tema: Processo monitoramento contínuo do desmatamento no Estado de Minas Gerais e interface com o MSVP
28/06 - 16:00 - 18:00 horas: Apresentação WWF-Brasil e discussões	Tema: Apresentação do Mapeamento de desmatamento no MSVP (2010/2016) e ocorrência de incêndios (2013/2016)
29/06 - 8:00 - 9:00 horas: Apresentação SUPRAM-SISEMA e discussões	Tema: Processo de licenciamento e acompanhamento das atividades potencialmente poluidoras no MSVP (outorgas, embargos e autuações ambientais no Mosaico)
29/06 - 9:00 - 10:00 horas: Apresentação pesquisadora da UFSCAR	Tema: Uso e Ocupação do Solo e conflitos no uso sustentável na APA Pandeiros – 1995 a 2015
29/06 - 10:00 - 18:00 horas: Trabalho em grupo com intervalo para almoço	Trabalho em grupo com os participantes

ANEXO 4:

AUTORIZAÇÕES PARA ENTRADA NO PARNA-GSV (pesquisa de campo)

Selecionar solicitação

Ajuda

Caso queira reativar uma solicitação que esteja desativada, envie mensagem para atendimento.sisbio@icmbio.gov.br

Nº	Tipo da Solicitação	Situação atual	Data	OPERAÇÃO
56022	Autorização para atividades com finalidade científica	Documento concedido	29/03/2017	Selecionar

Nova solicitação

Submeter a solicitação para análise

Orientações

ATENÇÃO! Caso tenha realmente concluído o preenchimento da sua solicitação, clique no botão "Submeter" abaixo. Caso contrário, complemente o preenchimento agora ou posteriormente. É possível continuar o preenchimento em outro momento, os dados já incluídos ficarão totalmente preservados. Ressaltamos que após submeter a sua solicitação para análise, os dados incluídos não poderão ser alterados até que sejam concluídos os procedimentos de análise e liberação do documento solicitado, ou até que o ICMBio solicite alguma alteração no preenchimento da sua solicitação.

A Solicitação 59655 foi submetida para análise com sucesso. Aguarde a tramitação e a liberação do documento solicitado. Você será comunicado via e-mail.

Leia atentamente cada uma das cláusulas e clique na opção desejada.
A solicitação só será submetida caso você concorde com todos os termos listados.

Nº	Cláusula
1	<input checked="" type="checkbox"/> Comprometo-me a executar as atividades autorizadas ou licenciadas em estrita observância à legislação vigente, sobretudo à Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014, publicada no D.O.U. de 02/09/2014;
2	<input checked="" type="checkbox"/> Comprometo-me a apresentar, anualmente, a contar da data de concessão da autorização, relatório de atividades a ser enviado por meio de formulário eletrônico disponível no Sisbio;
3	<input checked="" type="checkbox"/> As publicações técnicas ou científicas oriundas de pesquisa em unidade de conservação federal ou em cavidade natural subterrânea (quando for o caso), deverão citar o nome da unidade de conservação na qual foi executada a pesquisa;
4	<input checked="" type="checkbox"/> A autorização não eximirá o pesquisador da necessidade de obter outras anuências, como: I) do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador quando as atividades forem realizadas em área de domínio privado ou dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso; II) da comunidade indígena envolvida, ouvido o órgão indigenista oficial, quando as atividades de pesquisa forem executadas em terra indígena; III) do Conselho de Defesa Nacional, quando as atividades de pesquisa forem executadas em área indispensável à segurança nacional; IV) da autoridade marítima, quando as atividades de pesquisa forem executadas em águas...

ANEXO 5: FRONTEIRAS MOVEDIÇAS ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Símbolos das *Representações Historiadoras*: Elo (entre?) Homem e (ou?) Natureza



X



À esquerda: **CLIO** (*Musa da História* – aqui representando a *Historiografia* no entre *Fronteiras da Trijunção*): óleo sobre tela, autoria de Pierre Mignard²⁰⁰;

À direita: **OREÁDES** (*Ninfa da Biologia* – aqui representando as abordagens sobre “Paisagem Natural” – sem Geralistas? – dentro do PARNA-GSV/SVP)²⁰¹

Símbolos das *Representações Mnemônicas*: Geolexicopédia Geraizeira



À esquerda, *Mnemosyne*²⁰², (Tela de Marco Liberri, 1640-1685): Deusa da Reminiscência, assim definida por Benjamin (1994, p. 210-211): Representação Alegórica da nossa Dialética Intertextual entre *História Cronologizada* (Clio), *Meio Ambiente que dissocia Homem e Natureza* (Oréades) e *História Oral* (rememorada por meio do “*Fio de Ariadne*”)

À direita, *Ariadne Abandonada* – Tela de 1774. Tela de Angelika Kauffmann (1741-1807)²⁰³: Representação *Iconológica* da Rememoração na *Topogramática Interpretativa* da MMI – Ariadne como *Intérprete do Sertão-Gerais* da *CDG-CTNC* no entre-Fronteiras da Trijunção, Labirinto da Disputa de Representações: EFA-1 e EFA-2 X EFC.

²⁰⁰ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Clio#/media/File:Clio-Mignard.jpg> – acesso: 19/7/17.

²⁰¹ É a denominação fitogeográfica do Centro-oeste do Brasil, atribuída em 1824 pelo naturalista alemão Martius (17/4/1794 – 13/12/1868), no Volume XXI da enciclopédia “*Flora Brasiliensis*”. Durante a Expedição Científica de Spix e Martius (1817-1820), foram realizados diversos estudos sobre a flora brasileira. Um de seus resultados foi a enciclopédia *Flora Brasiliensis*, concluída somente em 1906. Neste livro o Brasil foi dividido assim: Náiades (Bioma Amazônico) – ninfas protetoras das águas; Hamadriades (Bioma Nordeste) – ninfas protetoras das árvores; ORÉADES (Bioma CERRADO) – ninfas protetoras das montanhas e cavernas; Driades (Bioma Mata Atlântica) – ninfas protetoras do carvalho; Napéias (Bioma do Sul do Brasil) – ninfas protetoras dos vales e depressões geográficas. Fonte: Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%A9ades> – acesso: 19/7/17.

²⁰² Disponível em

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:LIBERI_Marco_Jupiter_and_Mnemosyne.jpg – acesso: 8/8/17.

²⁰³ Disponível em <http://albertorenauld.blogspot.com.br/2011/01/ariadne.html> - acesso: 16/7/17.